MARCELLO CAETANO

MINHAS MEMÓRIAS DE SALAZAR

editorial verbo

PREFÁCIO DO AUTOR

Este livro nasceu da revolta que me causou a revoada de infâmias disparada em Portugal e no estrangeiro acerca de Salazar após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Não houve jornalista da esquerda (e os que o não eram calaram-se...) que não aproveitasse para denegrir Salazar falando sem conhecimento de causa mas repetindo invariavelmente os lugares comuns postos a correr sobre ele na base da falsidade e da calúnia. O homem barrara durante quarenta anos o avanço do comunismo, não se conformara com abandonar as províncias do Ultramar português ao primeiro empurrão dos que as queriam transformar (como depois sucedeu) em trampolins de assalto ao chamado "Mundo ocidental", persistiu em sobrepor os interesses reais do povo que governava ao culto das abstrações ideológicas que vão infelicitando a Humanidade... Daí as iras, os ódios, os histerismos, as perfídias, os insultos que a sua figura e a sua ação provocaram em certos meios cada vez mais preponderantes na opinião que se publica.

Na crise de caráter em que soçobrou a sociedade portuguesa após o 25 de Abril de 1974 viu-se um espetáculo que, embora falho de ineditismo na História, não deixou de ser espantoso. Amigos da véspera apressaram-se a negar relações com os vencidos explicando a gaguejar que os contatos havidos tinham ocorrido mau grado deles, sem simpatia pelos chefes nem adesão às suas idéias. Discípulos fidelíssimos de outrora recusaram com vigor quaisquer vinculações aos que diziam antes serem seus mestres. Pessoas favorecidas por Salazar (que as houve e em grande número) clamaram contra a memória do benfeitor, declarando que tinha menosprezado méritos e serviços concedendo-lhes menos do que pretendiam, vítimas assim de tratamento injusto... Ninguém se atreveu — no ambiente das "mais amplas liberdades" em que toda a tolerância pelas idéias contrárias desapareceu — a arriscar uma palavra de tímida justiça no meio da torrente de odiosas mentiras jorrada sobre a memória do grande homem. Até para criticar os desmandos do presente era preciso começar por injuriar o passado. E ao verem o leão, não já moribundo, mas morto e bem morto, acorreram de toda a parte asnos, alguns

que dantes orneavam de gozo ao receberem um complacente olhar dele, para despedirem seu par de coices bem puxado no inerte cadáver abandonado.

Fui amigo de Salazar e seu colaborador durante muitos anos. Num convívio tão demorado, com períodos de estreita colaboração, tivemos por vezes naturalíssimas divergências que não oculto, mas que por ele foram sempre aceites com tolerância e que mesmo quando o meu feitio assomadiço dos tempos de juventude lhe davam feição conflituosa nunca o levaram a atitudes radicais. O exemplo das nossas relações parece-me bem demonstrativo da personalidade de Salazar e por isso julgo útil dá-lo a conhecer sem ocultar aspectos que numa apologia talvez devessem ser silenciados. Porque o meu intento é revelar o homem tal como foi ou eu o vi e que, com todas as fraquezas inerentes à condição humana, é muito melhor do que surge na imagem deformada pelo ódio vesgo dos inimigos ou que a falta de informação das novas gerações e dos estrangeiros construiu sobre os lugares comuns de uma campanha adversa.

Procuro também mostrar o estadista no seu tempo, inserido nas circunstâncias históricas a que teve de fazer face e rodeado pelos homens que com ele colaboraram e que seguiram, melhor ou pior, o seu pensamento e a sua acção ou para qualquer destas contribuíram.

Nesse pensamento e nessa acção houve traços essenciais de doutrina e posições condicionadas pelas conjunturas em que tinham de se definir. Estas têm de ser avaliadas historicamente em função dos acontecimentos e das oportunidades em que foram adotadas. Mas aquilo a que chamei "pensamento essencial" constitui matéria de Filosofia Política e a sua validade não depende do tempo nem dos lugares. Os homens de hoje fariam bem em meditá-lo.

Porque começa a ser tempo de conhecer e de tentar compreender Salazar e a sua época antes de julgá-los. Por esse mundo criou-se a lenda do "ditador Salazar". E ao acoimar-se o governante português de ditador, logo aos olhos de muita gente com o cérebro lavado por uma propaganda insistente surge a imagem do tirano, indiferente às leis, absorvente de todos os poderes, espezinhador de todos os direitos, dispondo com arbítrio e arrogância de tudo e de todos numa constante afirmação de posso, quero e mando.

Assim se criou ao seu governo a reputação de um regime sinistro, sufocando o País onde as pessoas viviam oprimidas nos seus anseios, vigiadas nos seus passos, ameaçadas nos seus atos, amordaçadas na expressão dos seus sentimentos e opiniões, sujeitas a prisão por dá cá aquela palha com o risco de serem torturadas por uma polícia cruel.

Como era diferente a realidade! Poucos períodos da história política portuguesa decorreram sob tão grande preocupação do respeito

da legalidade por parte dos governantes como os da vigência da Constituição de 1933. A experiência anterior demonstrara a tendência dos portugueses para confundirem liberdade com anarquia e a facilidade com que a vontade da maioria era manipulada por pequenos grupos e facções partidárias. Em 1926 existia um profundo e vigoroso anseio nacional de modificação das instituições e dos costumes governativos. E aceitava-se como verdade apodítica que seria necessário limitar o exercício de algumas liberdades públicas interessando diretamente a poucos para garantir a plenitude do gozo das outras que a generalidade das pessoas queria possuir e até aí não tinha. Porque destas dependia a segurança individual, a possibilidade do trabalho fecundo, o progresso real do País, a efetiva convivência cívica, a almejada paz social. E tudo isto Salazar garantiu durante quase meio século, com serenidade e com prudência, à sombra das leis e com o regular funcionamento das instituições, usando embora da autoridade.

Teria havido abusos da parte dos agentes dessa autoridade? Decerto que sim. Não conheço, porém, país ou regime que, no decorrer dos quarenta anos cobertos pelo governo de Salazar, anos de guerras quentes e frias, de revoluções, revoltas, conspirações e subversões, possa gabar-se de não ter conhecido abusos, e grandes, da autoridade ou da liberdade. Sim, também desmandos de liberdade, com avultada conta de vítimas e seqüelas trágicas, como os da República espanhola — para não falar nas violências cometidas após a libertação da França ou com a queda do fascismo na Itália. O que se instaurou foi uma jurisprudência que perdoa e aplaude tudo quanto se passa desde que favoreça o que se julga ser a marcha progressista da História e condena em altos gritos, rasgando as vestes imaculadas da humanidade ofendida, aquilo que seja considerado ao arrepio do que convém.

Se não fosse o largo consenso em que se fundava o regime da Constituição de 1933, acaso teria sido possível mantê-lo durante quase meio século num pequeno País do extremo ocidente europeu, constantemente aberto à devassa indiscreta de todo o mundo e sujeito à influência das crises exteriores?

Quando após o 25 de Abril o atrevimento comunista quis impor-se ao País, o povo português soube repelir energicamente o totalitarismo marxista, mostrando com clareza que sabia o que queria. E era o mesmo povo que por diversas formas, incluindo o sufrágio livremente exercido, apoiara antes o regime cujo governo concebia a política como instrumento ao serviço do bem-estar da coletividade e não como jogo de egoísmos malabaristas em que, à sombra de bandeiras ideológicas alistadas em conluios internacionais, os partidos joguem aos dados as ambições de poderio.

Trata-se de um passado próximo. Mas que importa recordar e explicar, revivendo fatos, ressuscitando personalidades, retificando versões falsas ou tendenciosas. Porque esse passado está esquecido por muitos, é ignorado pela gente nova e está desfigurado, deturpado e vilipendiado pelo ódio de alguns.

Não pretendi neste livro fazer História.

Escrevi simplesmente memórias, as minhas memórias, como subsídio para essa História. Quando as comecei, em setembro de 1974, mal começava a ambientar-me ao Rio de Janeiro para onde a revolução dos cravos me havia atirado. E aqui estava, privado dos meus livros, dos papéis do meu arquivo pessoal, de contatos com quem pudesse ajudar-me a recolher elementos, desamparado, à procura de rumo. As primeiras páginas redigi-as de memória. Depois, um amigo emprestou-me os volumes dos Discursos *de Salazar. Numa livraria foram encontrados os livros brancos publicados pelo Governo Português sobre a ação de Portugal na guerra da Espanha e na Segunda Guerra Mundial (e cuja continuação foi suspensa logo após o 25 de Abril: quem tem medo da verdade documental?) e sobre o caso de Goa. Alturas tantas, ia eu já adiantado, chegaram-me de Lisboa as cartas trocadas com Salazar, oportunamente postas a bom recato, e fragmentos do meu jornal íntimo que puderam ser recuperados no montão de papéis onde os assaltantes da minha casa nos dias posteriores ao 25 de Abril despejaram as gavetas do meu escritório a que se dirigiram diretamente à procura de qualquer coisa que ainda hoje não sei se encontraram ou não. Infelizmente desse jornal, onde intermitentemente ia registrando fatos e conversas importantes da minha vida pública, faltam trechos referentes a períodos com muito interesse, mas salvaram-se outros de que aproveitei agora o essencial. Com estes apoios pude confirmar aquilo que recordava, avivar pormenores esquecidos, documentar afirmações. E, entretanto, ia obtendo mais um livro, uma carta ou um recorte, em conjunto nada que se parecesse, de longe sequer, com o opulento arquivo de que dispunha em Lisboa, pois tinha o costume de conservar tudo quanto pudesse vir a revestir interesse futuro, mas assim mesmo o bastante para não ficar entregue apenas à falibilidade das recordações.*

Creio que desta penúria relativa não resultaram só inconvenientes. Perante a massa documental que reunira em Lisboa fatalmente eu não resistiria à tentação de reproduzir o maior número possível de textos dela extraídos. E a narrativa ficaria prejudicada pelo tropeço da documentação. Assim a memória fluiu mais livremente — e como ao puxar por ela revelou possibilidades de evocação e de reconstituição! Sujeitas aos riscos da subjetividade e portanto a alguma falha de pormenor a que é impossível fugir, estas páginas são vividas, são sinceras e procurei que fossem rigorosamente verídicas.

Sei que o livro não terá boa crítica nos chamados meios de comunicação social. Nem Salazar nem eu temos direito a um mínimo de justiça nesses ambientes onde só o que está na corrente da coletivização mundial merece simpatia. Não importa. É preciso que as pessoas de boa-fé possam dispor de elementos para formar o seu juízo e é dever de quantos os possam fornecer, proporcioná-los.

Este livro é dedicado aos últimos homens de boa vontade que ainda existam no mundo de ódios e de paixões que nos cerca.

Ao escrever "homens de boa vontade" está claro que me refiro ao gênero humano. Na verdade, na crise portuguesa muitas mulheres deram testemunho de uma fidelidade aos princípios e de uma coragem de atitudes que seria injustiça não reconhecer. Até como exemplo do que antigamente se chamava "virtudes viris". É a esses homens e a essas mulheres que resistiram às lavagens ao cérebro e são capazes de ainda ter uma opinião isenta, que me dirijo, na esperança de ser lido com calma e compreendido sem distorção.

Marcello Caetano

P. S. Desculpe-me o leitor mas não resisto a uma comparação entre fatos ocorridos sob o "opressivo regime salazarista" e o dito "das mais amplas liberdades".

A Faculdade de Direito de Lisboa, a cujo corpo docente pertenci durante 41 anos, foi fundada por Afonso Costa, o estadista que nos primeiros anos da República em Portugal concitou contra ele, pelos seus atos e atitudes, ferocíssimos ódios dos adversários e até de correligionários. Durante muitos anos não se podia falar no seu nome diante de um católico sem ouvir a mais crua manifestação de repugnância e reprovação: ele era a própria encarnação de Belzebu...

Quando a Faculdade foi instalada no magnífico edifício construído pelo governo de Salazar, a congregação dos professores resolveu pedir ao Ministério da Educação Nacional que mandasse pintar os retratos dos antigos diretores para figurarem numa galeria de honra. O Ministro deferiu e os retratos começaram a ser executados; mas o de Afonso Costa, que tinha sido o primeiro Diretor, não aparecia. Soube-se então que havia no Ministério quem fizesse obstrução a que tal personagem aparecesse homenageado num edifício público.

Em reunião do Conselho da Faculdade insurgi-me contra o fato. Defendi a tese de que naquela escola só interessava saber quem a serviu, quem a ela se dedicara e lhe prestara serviços, independentemente do juízo pessoal ou público acerca das opiniões e dos atos políticos de cada um. E propus que, para evitar quaisquer dificuldades oficiais, o retrato de Afonso Costa fosse mandado executar e pago pelos professores que tinham estudado e ensinavam na escola por

ele criada. Aprovada a proposta, com voto contrário de apenas três professores que logo se recusaram a contribuir, foi o retrato encomendado a um pintor que se sabia ser grande admirador de Afonso Costa e pago por nós. O retrato, inaugurado no melhor lugar da imponente sala do Conselho da Faculdade, foi visto, daí por diante, por ministros e autoridades oficiais sem qualquer reparo.

Raia a aurora das mais amplas liberdades em 25 de Abril de 1974. Na primeira reunião após o acontecimento o Conselho da Faculdade aprova, por unanimidade,[1] *uma moção em que, recordando os serviços prestados durante tantos anos à escola pelo professor que acabava de ser deposto da presidência do Conselho de Ministros, faz votos por que ainda um dia o veja de novo restituído à Cátedra que honrou: e esse voto foi bastante para que todos quantos nele participaram se vissem privados dos seus lugares, afastados do ensino, "saneados" como se dizia, sem forma de processo.*

Aí está como em Portugal num lado se põe o ramo e noutro se vende o vinho.

(1) Na ausência do Dr. Diogo Freitas do Amaral. Este meu antigo assistente e dedicado coloborador tem declarado repetidas vezes que se estivesse presente seria incapaz de votar o que se votou...

1

Começo a escrever em 6 de setembro de 1974. Faz hoje trinta anos que, no Palácio de Belém, perante o Presidente Carmona, prestei compromisso de honra como Ministro das Colônias no governo do Dr. Salazar. A remodelação do governo fora ampla. Para o Ministério do Interior entrava um militar, amigo do Santos Costa — o Coronel Júlio Botelho Moniz. A Justiça era entregue a um jovem professor de Direito Penal, mais jovem do que eu, o Doutor Manuel Cavaleiro de Ferreira. Nas Finanças continuava João Lumbrales. Santos Costa passava de Subsecretário de Estado da Guerra, lugar que ocupava havia muitos anos, a Ministro da pasta. Entrava para a Marinha o Comandante Américo Tomaz, que fora chefe do gabinete do Ministro anterior. As Obras Públicas e Comunicações foram confiadas ao leal e dinâmico Engenheiro Augusto Cancela d'Abreu. Para a Educação Nacional chamara Salazar um veterano, nosso antigo professor, o Doutor José Caeiro da Mata. Enfim, outro jovem, com serviços prestados na política e nas coisas econômicas, o Luís Supico Pinto, aparecia como Ministro da Economia.

O ambiente em que se processara a formação deste governo fora tenso. A guerra mundial aproximava-se do seu fim, mas apesar da capitulação da Itália um ano antes, a luta ainda estrugia na Europa e no Oriente. Tornava-se cada dia mais provável a derrota das potências do Eixo e para muitos portugueses isso significaria fatalmente a queda do regime português. Daí que tantos dos meus amigos e conhecidos, ao cumprimentarem-me pela entrada para o governo, começassem por dizer: "Não lhe dou os parabéns..." E muitos, por trás das costas ou mesmo na cara, lastimavam-me: "Coitado..." Aquele governo ia ter muitas dificuldades, ia ser talvez o último do Estado Novo, o do funeral, como se dizia na anedota que lhe chamava "o último turno: é o dos amigos..." Queria com isto significar-se que o Dr. Salazar, ao compor o Ministério, não curara de promover nenhum equilíbrio de forças, a representação de correntes de opinião, mas tão-só rodear-se de pessoas seguras, na maior parte já provadas na sua dedicação ao regime e ao seu chefe.

Eu estava com a família a passar as férias na praia de S. Martinho do Porto. Nesse ano, aliás, as férias tinham sido agitadas. Exercia, desde 1940, as funções de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa que, em tempo de guerra, implicavam especiais responsabilidades. Além de todo um programa de formação da juventude nos planos cívico, físico e moral, de maneira a preparar para o País os homens de que se necessitaria no futuro, era indispensável manter-lhe vivo o sentimento patriótico, incutindo-lhe, no meio das desabaladas propagandas dos países que se digladiavam na guerra, a noção de um interesse nacional que os deveria nortear em todas as circunstâncias. E as nossas Forças Armadas, em estado de alerta, necessitavam de bons oficiais e de bons soldados, que a Mocidade ajudava a preparar.

A Mocidade Portuguesa tinha nos seus quadros numerosos oficiais do Exército e da Armada geralmente escolhidos entre os melhores. Ora a mobilização, que sobretudo se intensificara no fim da guerra por virtude do reforço da guarnição dos Açores e de todos os territórios do Ultramar, tinha-a privado de muitos dos mais ativos e experientes dirigentes.

Em agosto de 1944 realizou-se na mata do Alfeite um grande acampamento nacional da Mocidade Portuguesa. O desfalque nos quadros de colaboradores obrigou-me a um trabalho pessoal muito árduo, com deslocações freqüentes a Lisboa durante o mês de agosto e, depois, à permanência no acampamento, que o Dr. Salazar visitou.

Já agora, uma nota à margem: o lugar de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa era, então, inteiramente gratuito. Sublinho o *inteiramente* porque nunca deixei de reger a minha Cadeira na Faculdade de Direito e não recebia vencimento nem gratificação de qualquer espécie da Mocidade. Do meu bolso paguei farda, distintivos, tudo o que o lugar ao tempo impunha, assim como muitas despesas de representação.

Fomos, Nobre Guedes e eu, os únicos nesse regime, animados do espírito de dar exemplo de desinteresse no serviço cívico e sobretudo de dádiva à juventude. E todavia quantas alegrias me deu o desempenho desse lugar e como o recordo saudosamente! Apesar da incompreensão, para não dizer má educação, de tantos políticos e altos funcionários que me julgavam, talvez, a tirar grossos lucros da função...

O Comissário da Mocidade Portuguesa tinha ao seu serviço um automóvel, um velho *Ford* oferecido em segunda mão por um benemérito. Mas o meu escrúpulo ia a ponto de nunca o usar senão em serviço. Por isso os meus alunos me viam chegar sempre a pé à Faculdade, de manhã, à hora das aulas. E em S. Martinho do Porto o carro não ficava para ser usado em férias: estava em Lisboa para o meu substituto o utilizar quando fosse preciso.

De maneira que naquele sábado à tarde em que, alvoroçadamente, me vieram comunicar da estação dos correios que havia um telefonema do Presidente do Conselho para mim e o Dr. Salazar me pediu que o fosse ver no dia seguinte a Lisboa, eu não tinha automóvel que me conduzisse. O Dr. Salazar prestou-se logo a mandar-me buscar. E no domingo, 3 de setembro, pela manhã lá apareceu em S. Martinho um pequeno *Fiat 500* que os Ministros usavam para as voltas quotidianas naqueles tempos austeros de guerra e de carência de gasolina.

Essa primeira conversa na residência oficial em S. Bento foi demorada. A seu tempo a contarei. Convidado para o Governo tive de aceitar.

E lá vim eu, no meio do verão, de S. Martinho do Porto, praticamente sem férias e deixando a família a gozá-las, tomar posse do Ministério das Colónias. Primeiro em Belém, numa cerimónia muito simples, conjuntamente com os outros nomeados e na presença dos Presidentes da República e do Conselho. Depois sozinho, na chamada transmissão de poderes, no Terreiro do Paço onde então era o gabinete do Ministro das Colónias, com breves discursos do Ministro cessante, Francisco Machado, e meu.

Conhecia razoavelmente o Ministério das Colónias e o seu pessoal. Em 1935 fora escolhido, por cooptação, para vogal do então denominado Conselho do Império Colonial, título com que o Ministro Armindo Monteiro havia condecorado o antigo Conselho Superior das Colónias que mais tarde regressaria à primitiva designação de Conselho Ultramarino.

Durante mais de oito anos, portanto, tinha trabalhado nesse alto órgão consultivo, nas suas duas secções de mais movimento — a de Administração, e a de Finanças e Economia — e nele me haviam passado pelas mãos centenas de processos com os mais variados casos da vida pública do Ultramar Português. Tomara assim contato com governantes e funcionários das diversas províncias e de todas as hierarquias.

Ao mesmo tempo, na Faculdade de Direito de Lisboa, regia, por acumulação com a cadeira de Direito Administrativo, o curso de Administração Colonial. E essa regência obrigava-me a acompanhar a doutrina que ia sendo formada na Grã-Bretanha, na França, na Bélgica e noutros países coloniais e a teorizar a nossa experiência.

Entrava, pois, no Ministério das Colónias com alguma preparação e certo conhecimento da casa. A viagem que tinha feito à Africa Ocidental Portuguesa em 1934 ajudava-me a localizar cidades, regiões, pessoas e fatos. Uma viagem rápida, mas fecunda. Eu conto.

Certo dia fui chamado ao gabinete do Ministro das Colônias, Dr. José Ferreira Bossa. O Dr. Bossa comunicou-me que, por iniciativa da revista *Mundo Português* então publicada pela Agência Geral das Colônias, ia realizar-se um Cruzeiro de Férias para estudantes, destinado a dar a conhecer à juventude as nossas províncias do Atlântico: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. O Ministério subsidiava generosamente a iniciativa mas pensava ser indispensável assegurar que o Cruzeiro se não limitasse a uma viagem turística e que dele se tirasse proveito cultural efetivo para os participantes. Sabendo que eu, na Faculdade de Direito, me tinha interessado, na regência do curso que me fora confiado, com profundidade e entusiasmo pelos problemas coloniais, resolvera convidar-me para Diretor-cultural do Cruzeiro, podendo escolher dois assistentes.

Surpreendido pelo convite, prontamente o aceitei. Delineei em breves dias um programa a cumprir durante a viagem, de modo que o barco — o velho *Moçambique,* que fora um dos paquetes alemães apreendidos pelo Governo Português durante a Primeira Grande Guerra, em 1916 — se transformasse numa universidade flutuante.

Haveria assim, no mar, cursos quotidianos: nos dias que precedessem a chegada a cada colônia estudar-se-ia a sua geografia, a sua história, a sua estrutura social, a sua capacidade econômica... Quando, como na tirada entre a Guiné e S. Tomé, o tempo fosse demais, tomar-se-ia para centros de interesse o mar e as navegações portuguesas, além de se comentar a viagem de Vasco da Gama nos *Lusíadas.*

No regresso os estudantes deveriam narrar o que tinham visto e as suas experiências de viagem. Uma pequena biblioteca instalada a bordo com livros escolhidos habilitá-los-ia a completar os seus conhecimentos.

Verificando que estavam inscritos no Cruzeiro um jovem professor de História do Liceu, o Dr. Norberto Cardigos dos Reis, e um brilhante finalista de Geografia, Orlando da Cunha Ribeiro, foram esses dois que escolhi para meus assistentes. A viagem fez-se durante dois meses e o programa cumpriu-se com mais ou menos felicidade. Assim pude conhecer Cabo Verde com desembarque em S. Vicente e S. Tiago, a Guiné ainda com a capital em Bolama donde dei um salto a Bissau então bem pequena cidade, S. Tomé e as suas roças, o Príncipe e os seus encantos naturais, e Angola...

Angola, que lutava com os efeitos da crise mundial iniciada em 1929 e sentia, para mais, os resultados de uma política desenvolvimentista imprudente, com finanças desorganizadas, posta em prática nos anos vinte, mostrava então a aparência de terra desolada com alguns verdejantes oásis. As coisas eram ainda piores, diziam-nos, nas colônias vizinhas onde a crise levara ao êxodo dos colonos e as máquinas por eles trazidas estavam reduzidas a sucata no meio de

ruínas ao sol. Em Angola os portugueses, em geral, tinham permanecido, apesar da adversidade. Murmurando, praguejando, maldizendo, mas agarrados à terra na esperança de melhores dias. A crença nas enormes possibilidades do território já então fortalecia os ânimos e incitava os homens a perseverar no esforço e no sacrifício. Por lá os encontrei, às vezes isolados e empobrecidos, mas sempre resolutos. A passagem de um jovem professor com relações no Governo era aproveitada para me explicarem situações, me formularem problemas, me apresentarem queixas... "diga, diga em Lisboa... explique-lhes isto..."

E de regresso, efetivamente, contei muita coisa — ao Ministro das Colônias e ao próprio Dr. Salazar, que me ouviu com paciência, rebateu algumas críticas e explicou orientações discutidas. E entretanto, no *Jornal do Comércio e das Colônias* onde colaborava, publiquei alguns artigos que no Ultramar foram apreciados. Fiquei desde então com muitas relações por lá e tudo isto não foi estranho à escolha do meu nome para vogal do Conselho do Império. "Malhas que o Império tece..."

2

O acaso, de resto, tem sempre uma grande influência na vida das pessoas. Quem me diria a mim, por exemplo, em 1929, que conheceria pessoalmente nesse ano o Dr. Oliveira Salazar e seria chamado a colaborar com ele no Ministério das Finanças?

Tinha-me formado em Direito em junho de 1927. Encaminhei-me para esse curso também por acaso... Até ao 5º ano do Liceu sempre me considerara com vocação para as Ciências Naturais e aspirava a ser médico. Não sabia se isso seria realizável: meu Pai era funcionário da Alfândega, tinha encargos pesados de família, um curso superior era demorado e caro...

Mas no Liceu comecei a destacar-me nas Letras: discutia vivamente Literatura, destacando-me nas aulas de Português pelo conhecimento dos autores e das escolas literárias e pela facilidade em redigir. E os condiscípulos proferiram sentença quando, no final do 5º ano, era então necessário optar entre Letras e Ciências: "tu vais para Letras!"

Para Letras? O meu desconhecimento das coisas práticas era quase total. Sim, está bem... eu gostava de Letras, iria então para a Faculdade de Letras... Aqui intervieram outros mais esclarecidos: não, não caias nisso! O curso de Letras só dá para professor do Liceu. Vamos para Direito! Que ser advogado rende muito dinheiro!

Bom, irei com vocês para Direito... — acabei por condescender. O Direito para mim era porém uma realidade muito vaga... Sabia que havia advogados e tribunais, mas sempre andara longe das querelas da Justiça. A minha família era modesta e honrada, não possuía patrimônio, nela não se falava em processos de qualquer espécie nem se discutiam interesses, direitos e muito menos delitos.

Assim ingressei em 1922 na Faculdade de Direito de Lisboa em pleno estado de inocência jurídica, por ter bossa para a Literatura... Não me venham falar em vocações. Deve havê-las: nunca as conheci em mim. Jeito para ensinar, sim, escolhi e amei a profissão de professor. Mas vocação...

Nem sequer vocação para padre?

Nem isso. Apesar da educação religiosa que tive, apesar de, residindo num prédio mesmo junto à Igreja dos Anjos, a ter freqüentado assiduamente na minha infância e juventude e de nela ter lidado com um dos padres mais exemplares que passaram por este Mundo e que foi Monsenhor Pereira dos Reis.

Conheci-o era eu menino. Creio que na sede da Juventude Católica de Lisboa, à rua de Santo Antônio dos Capuchos, aonde meu Pai me levava, às vezes, em tempos de dúvida e de perseguição. E a primeira imagem que conservo dele é a de um padre jovem e impecavelmente elegante, de sobrecasaca e chapéu alto. Nos primeiros anos da República teimaram alguns sacerdotes, obrigados a abandonar os hábitos talares, em usar esse traje solene e severo que fora corrente na sociedade portuguesa poucos anos atrás. Por sinal que o último abencerragem da cartola (como popularmente se chamava ao chapéu alto) foi o meu professor de Francês e Inglês no Liceu de Camões, o P.e João Inácio de Araújo Lima, primo de Antônio Feijó e seu grande amigo, que ainda no início da década de 30 continuava a ostentar em pleno Chiado, aonde ia quotidianamente cavaquear à porta da Havaneza, o reluzente chapéu a altear a sua figura já de si imponente.

Pereira dos Reis viera aí por 1912 para Lisboa, de Coimbra, onde preparava o seu Doutoramento, já com a cátedra garantida, quando com a proclamação do novo regime foi extinta a Faculdade de Teologia. Ofereceram-lhe lugar na Faculdade de Letras, que a substituiu: preferiu vir para Lisboa, e foi nomeado secretário do Cardeal Mendes Belo e encarregado da assistência eclesiástica à pequena associação, onde um punhado de jovens procurava esclarecer a sua fé e afirmar a presença católica num meio que a ação do Estado revolucionário e o furor das forças anti-religiosas e anticlericais procuravam descristianizar por todos os modos e o mais depressa possível.

Trazia de Coimbra uma enorme e bem organizada cultura geral. A sua memória, o seu gosto pelo saber, a sua graça em ensinar e no dizer faziam com que a sua palavra fosse sempre desejada e escutada. Era, de resto, leitor de Eça e de Ramalho Ortigão de quem tomara uma ironia espirituosa, que nele nada tinha de cáustico e com a qual, não ferindo ninguém, castigava costumes e ensinava caminhos.

Na paróquia dos Anjos apareceu no ano de 1917. Fora da família nenhuma influência recebi na minha formação que se possa comparar à dele. Pelo que aprendi nos ramos das ciências do espírito que lhe eram familiares. Pela iniciação que me proporcionou numa visão clara da Religião, despida de preconceitos e superstições, mas intensamente espiritualizada, onde o culto se sublimava pelo conhecimento da Liturgia e a oração se amplificava pela participação na

Comunidade dos fiéis traduzida na Igreja Universal. Igreja que se não fechava sobre si mesma, porque era apenas a parte esclarecida da Humanidade, toda ela remida pelo sangue de Cristo e por isso chamada a participar do Seu Corpo Místico. Pereira dos Reis, note-se, foi das primeiras pessoas a divulgar em Portugal a doutrina ecumênica do Corpo Místico de Cristo, e quantos sofreram a sua influência espiritual acusaram o toque dessa idéia.

Mas não eram só os conhecimentos que transmitia e as doutrinas que pregava que impunham Pereira dos Reis: era a sua bondade, a sua caridade, o seu exemplo.

Sem afetação. Quem o visse, mesmo depois de abandonado o chapéu alto, diria estar perante um *dandy*. Porque na correção das feições e na dignidade do porte tinha elegância natural. Mas se entendia ser seu dever cuidar do corpo como obra de Deus, não iam as suas preocupações além dos cuidados elementares e quanto ao resto era despreocupado e pobre. Amava verdadeiramente a pobreza, cultivava sem tartufismo a humildade não nos modos mas nas ações. Os seus modelos eram S. Bento e S. Francisco de Assis. Ninguém lhe viu nunca um gesto de orgulho e, coisa dificílima entre os homens, ninguém jamais lhe escutou uma palavra má a respeito do seu semelhante.

A sua passagem pela freguesia dos Anjos deixou uma imagem indelevelmente gravada nos corações de quantos o conheceram. Não a imagem composta e retocada do padre que cumpre como um funcionário as obrigações canônicas: mas a imagem fulgurante do pastor cuja irradiação apostólica e perdurável influência nas almas foram fruto da mais profunda, genuína e austera autenticidade sacerdotal.

O seu campo de ação foram as almas. Quantas pessoas lhe ficaram devendo a palavra que ilumina, a direção que orienta, o conselho que ampara ,o refrigério que apazigua, o perdão que redime, o incentivo que transfigura ou a oração que sublima! Quantas! A quantos a sua atitude de homem de Deus, pelo simples fato de traduzir a sinceridade de uma fé vivida, transmitiu a mensagem do Evangelho que, mais do que nas palavras, vibra nas ações!

Foi este o Padre que à minha infância e juventude falou de Deus e da Igreja. Atravessei naturalmente as fases de piedade pelas quais, nos verdes anos, uma sólida educação religiosa faz naturalmente passar. Mentiria se negasse ter surgido no meu espírito a idéia de seguir na esteira desse homem admirado que mais que nenhum me impressionou. Mas não senti afinal esse chamamento interior que se chama vocação. E não atravessei o limiar de um seminário.

Não foi também por vocação, como dizia, que me matriculei na Faculdade de Direito. E a linguagem que escutei nas primeiras aulas a que lá assisti era tão distante das minhas preocupações, afigurava-se tão ininteligível, que cheguei a pensar em desistir do curso. Aprendi nesse ano muitas noções cujo sentido só mais tarde compreendi inteiramente. E isso, por sinal, me serviu de lição como professor, para buscar sempre explicar cuidadosamente aquilo que ensinava, procurando poupar aos alunos as dificuldades que encontrei.

Mas lá fiz o curso, trabalhando ao mesmo tempo para ganhar a vida a dar explicações, primeiro a alunos do Liceu depois mesmo a alunos de Direito, e por fim no jornalismo.

3

Cedo comecei a escrever em jornais. Ainda estudante destaquei-me quer na ação católica, quer como militante do movimento de doutrinação monárquica, denominado Integralismo Lusitano, mantendo em 1925 uma pequena revista combativa. Quando em 1927 João do Amaral lançou um jornal diário sob o título de *Idéia Nacional* fiz parte da sua redação. Era uma redação boêmia, cheia de literatos e com poucos profissionais: um deles, o chefe de redação, Pinto Quartin, declarava-se anarquista e olhava com complacência, mas reprovando-a manifestamente, a nossa atividade de defensores da Nação e da autoridade do Estado.

Por sinal que nesse jornal sustentei uma breve polêmica de grande repercussão no círculo (restrito) dos seus leitores. No começo do ano letivo de 1926-27 apareceu em Lisboa, vindo de Coimbra, um segundanista de Direito, Pedro Moura e Sá, com quem logo travei relações. Era um devorador de livros franceses. Conhecia tudo o que se publicava em França, romance, poesia, ensaio, filosofia, história... E era já profundo conhecedor de Stendhal, tendo vindo mais tarde a ser um dos mais eruditos *beylistes* como tal reconhecido e respeitado universalmente pela confraria.

No ambiente acadêmico em que nos encontrávamos a conversa degenerava depressa em discussão. Estávamos na idade de discutir tudo. E a francofilia do Pedro Moura e Sá era demais!

Levei-o para o jornal e com dificuldade consegui que nele começasse a escrever, porque tinha a maior relutância em pôr as idéias no papel. Assim ficou toda a vida: lendo tudo e escrevendo pouco. Mas num dos seus artigos, refletindo uma das nossas discussões, meteu-se comigo, comparando-me a certo frade que, após as invasões napoleônicas, pregava de púlpito um décimo primeiro mandamento: *Não ser francês!*

Acudi logo à chamada. E repliquei num artigo vivo e polêmico a que dei o título de *Sarna Gálica*. O Pedro não se ficou: veio com *A Tinha nacional*. Mau! Já na redação não se falava noutra coisa.

Quando chegávamos, as graças ferviam de todo o lado. Trepliquei com outro artigo, esse ainda mais polemizante, repassado de cruel ironia, denominado *Diagnóstico reservado.*

Antes de o mandar para a tipografia li-o em plena redação ao destinatário, no meio de um grupo onde estavam todos os que se encontravam na casa, inclusivamente o Diretor. As gargalhadas sucediam-se. No final perguntei ao Pedro, que naturalmente só tinha riso amarelo, se podia publicar. Com o maior cavalheirismo disse que sim. Mas a polêmica parou aí.

Passados muitos anos, ainda Moura e Sá me dizia que às vezes era apresentado a uma pessoa que risonhamente o identificava: — Já sei, o senhor é o da sarna gálica...

O jornal durou pouco, claro está! Mas quando acabou fui procurado por uma figura pitoresca: um sacerdote alto, muito magro, destes que olham por cima dos óculos com um ar que se não sabe bem se é curioso ou desconfiado, e que se chamava Padre Terças.

O P.e Terças tinha a seu cargo a administração do jornal *A Voz*, grande diário católico e monárquico que sucedera à *Época* e que gozava nessa altura de grande expansão em todo o País, proclamando-se, sem contestação que conste, "o diário de maior assinatura em Portugal".

Pois o P.e Terças vinha convidar-me para entrar para a redação da *Voz*. Eu seria redator do quadro, mas escreveria além disso artigos que podiam ser assinados e me seriam pagos à parte. Havia sempre um articulista encarregado de manter viva a chama de duas campanhas que o P.e Terças julgava deverem ser missão de um jornal decente: a campanha contra o analfabetismo e a campanha contra o alcoolismo. O redator que tinha estas campanhas a seu cargo pedira escusa. Eu teria de encarregar-me delas.

Aceitei. Disse-me depois o meu antecessor nessa árdua luta, o Guilherme de Ayala Monteiro, que ao cabo de algumas dezenas de artigos anti-alcoólicos verificara que só embriagando-se era capaz de ter alguma nova idéia para escrever mais um... Daí que, por honestidade, pedisse para sair da liça...

Passei, pois, a trabalhar na redação fazendo o serviço que me era escalado pelo Chefe, um grande jornalista, Pedro Correia Marques, incluindo reportagem de algum acontecimento cultural mais importante, e a escrever artigos que no fim de cada mês enviava ao P.e Terças para ele pagar à parte... Era um inferno, porém, para que o avaro administrador abrisse mão desse suplemento de ordenado. E só com a intervenção do Correia Marques conseguia haver o fruto da minha honesta indignação contra a prática do alcoolismo e da minha benemérita insistência para que se pusesse termo à chaga obscurantista do analfabetismo.

O diretor do jornal era o velho Conselheiro Fernando de Sousa. Oficial de engenharia e já com grande reputação como técnico, começara a escrever nos jornais católicos, sob o pseudônimo de *Nemo*, para fazer face à campanha anticatólica dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do atual. Um dia, certo jornalista anticlerical considerou-se ofendido por uma passagem de determinado artigo e desafiou-o para duelo. O duelo era proibido aos católicos pela Igreja. Fernando de Sousa era tenente-coronel e foi procurar o Ministro da Guerra. Disse-lhe que sabia ser considerado, segundo os usos e costumes militares, ato de covardia a recusa do desafio para um oficial se bater em duelo. Mas era católico e como jornalista católico fora reptado. Estavam em conflito o seu dever como católico e a sua posição de militar. Como fazer? O Ministro, passando por cima do Código Penal que já então proibia os duelos, foi categórico: bater-se ou demitir-se. Fernando de Sousa seguiu dali para o Cardeal-Patriarca de Lisboa a expor a situação e perguntar se o que se passava justificava a violação das leis canônicas. Mas o Bispo não foi menos terminante que o Ministro: um católico tão notório não podia, mesmo por dever militar, bater-se em duelo. Fernando de Sousa pediu a demissão, renunciando dolorosamente à carreira que abraçara e onde tinha abertas as mais promissoras perspectivas.

Estou a vê-lo entrar todas as noites na redação, vindo do carro-elétrico (bonde) que o deixava no Largo das Duas Igrejas. De estatura mediana, o cabelo cortado curto donde saltava uma teimosa mecha branca, o bigode aparado, um olhar profundo onde se notava preocupação constante, caminhava em passo rápido com um maço de livros e jornais na mão.

Chegava, ia para a pequena sala que partilhava com o Chefe da Redação e ali permanecia uma ou duas horas a receber visitantes e cavaquear com os redatores para saber novidades e fazer o ponto da situação. Até que, aí pela meia-noite, começava a escrever o "artigo de fundo" como então se chamava ao editorial. E, lá para a uma, chamava qualquer de nós para ouvir ler em voz alta o que tinha escrito. Tinha esse bom hábito, porque o ouvido registra muitas vezes defeitos de escrita em que a vista não repara. Que emoção a minha quando uma noite chegou a minha vez de ser ouvinte!

Eu gostava daquela vida e ganhava o suficiente, e até bem demais para as minhas necessidades, porque continuava a dar explicações.

Mas depois de me formar comecei a andar preocupado. Era minha intenção concorrer um dia a professor da Faculdade. Para isso tinha de fazer, primeiro, o exame de Doutoramento, constituído por provas difíceis além da defesa de uma dissertação impressa. O jornal tirava-me muito tempo e, sobretudo, dispersava-me.

Estava nisto quando o Governo da Ditadura Militar que se instaurara em 28 de maio de 1926 tomou várias medidas que repercutiram nos meus planos. A primeira foi a extinção da Faculdade de Direito de Lisboa a pretexto de fazer economias. A segunda foi a reforma que Manuel Rodrigues, Ministro da Justiça, introduziu nos serviços de notariado e de registro. Até aí os lugares de notários, conservadores de registro predial e oficiais do registro civil eram de livre escolha ministerial, prestando-se a constituir meios de captação de afilhados políticos. A reforma determinou o provimento por concurso, no caso dos oficiais do registro civil (como então se chamavam) meramente documental, sendo os candidatos graduados segundo a informação final universitária, que era uma espécie de média ponderada do curso, votada pela Faculdade para cada aluno.

Um dia, estava eu no jornal, aparece-me um senhor com uma carta de apresentação de certo advogado meu amigo, mais velho que eu.

Dessa vez creio que não houve atrapalhação no encontro. Porque eram freqüentes as hesitações dos visitantes que não me conheciam. Escrevendo artigos assinados nos jornais diários e às vezes já publicados como editoriais, julgavam-me pessoa de mais idade, com ar grave e sizudo. Num periódico já se fizera respeitosa referência "à ilustre personalidade que se acoberta sob o pseudônimo de Marcello Caetano". Certo dia fui procurado em minha casa e apareci ao visitante. Ao ver entrar um jovem, sobre o franzino, de 21 anos, o visitante sorrindo explicou: "Eu desejava falar com o senhor seu Pai, o senhor Dr. Marcello Caetano." Imagine-se o desapontamento ao verificar que a pessoa procurada era eu! De outra feita, apresentado a um leitor assíduo dos meus artigos, o homem não se conteve de espanto: "Ah! Julgava que fosse uma pessoa respeitável!"

O senhor que me procurava na redação do jornal sabia que eu era jovem. E explicou-me ao que ia. Era ajudante da repartição do registro civil de Óbidos, cargo nesse tempo provido livremente em pessoa de confiança do oficial do registro. Quem o tinha escolhido fora agora transferido. E tudo se preparava na terra para que fosse nomeado oficial um bacharel que pretendia expulsá-lo do lugar. Como entretanto tinha sido publicada a reforma dos registros com o sistema de nomeação por concurso e seria nomeado o concorrente mais classificado, os amigos tinham-lhe aconselhado que procurasse um licenciado em Direito com tão alta classificação que afastasse qualquer outro. Pedia-me, por amor de Deus, que anuísse em concorrer: ele trataria de todas as formalidades burocráticas, reuniria os papéis necessários, daria os passos todos. Estava na minha mão salvar o pão de um chefe de família...

Ao ouvir isto, sentia-me profundamente lisonjeado e importante. Com a minha classificação universitária eu podia valer a uma família! E sem pensar mais no caso, tendo ouvido sempre dizer que aqueles lugares eram sinecuras deixadas pelos titulares ao cuidado dos ajudantes, ignorando mesmo onde ficava, ao certo, Óbidos, disse condescendentemente que sim. O homem retirou-se agradecido e eu continuei a trabalhar com a satisfação de quem acaba de praticar uma boa ação.

Assinei o requerimento que o interessado me trouxe e não pensei mais no caso. Até ao dia em que comecei a ser procurado por pessoas de Óbidos, a cumprimentar-me pela nomeação e a interessar-se por candidatos ao lugar de ajudante, não deixando de denegrir para o efeito o atual ajudante, com quem me comprometera levianamente, sem nada saber a seu respeito.

4

Fui nomeado e tomei posse no Tribunal das Caldas da Rainha. Visitei então Óbidos pela primeira vez. Que terra deliciosa! O termo Óbidos vem manifestamente do baixo latim Oppidos, de Oppidum — o castelo. E efetivamente o que avulta ali é o castelo medieval. Situada no cimo de uma colina que domina extensa planície para o lado do mar — a *Várzea da Rainha* onde as áreas ainda se mediam por *hastins*, correspondentes, segundo o estilo romano, ao comprimento de uma haste ou lança — a vila está completamente cercada de muralhas e tem, no lugar mais inexpugnável, o castelo.

Nesse ano de 1927 vegetava na mais triste decadência. O lugar era belíssimo. E o aspecto da povoação muralhada a coroar a altura não podia ser mais pitorescamente impressionante. Mas dentro não havia senão pobreza e ruínas. Cessado o seu papel militar, a vila fora perdendo pouco a pouco a importância. O centro econômico da região deslocara-se para as Caldas da Rainha, situada ali mesmo ao pé. A estrada nacional passara por fora das muralhas e portanto à ilharga da terra. Apertada na cintura dos seus muros a aglomeração não se pudera expandir. Os mais ativos dos seus filhos tinham saído para outros lugares com mais vida e mais perspectivas deixando as velhas casas medievais abandonadas. Do castelo restavam algumas paredes meio ruídas. Em tudo pairava um ar de melancólica tristeza, de uma tristeza romântica que se diria resultante do bafo gélido do passado morto.

De modo que os habitantes que restavam se conformavam com o perecimento progressivo do que fora outrora uma das principais localidades da Estremadura: "Em Óbidos casa que cai nunca mais se alevanta. Mulher que enviúva nunca mais se casa. Dinheiro que se empresta nunca mais se vê..."

Tinha todavia interesse histórico e artístico, encantos que mais tarde lhe haviam de proporcionar o ressurgimento e fazer da terra um lugar santo do turismo nacional. Quarenta anos depois, quando lá volvi, que diferença! As magníficas igrejas com suas riquezas pictóricas e escultóricas restauradas. Os velhos palácios arranjados, decora-

dos, reabitados. O castelo reconstruído e valorizado graças à instalação de uma pousada. Por toda a parte visitantes, pequenos estabelecimentos de antiguidades, discretos restaurantes... Uma ressurreição!

Lá vivi alguns meses em 1928 e 1929. Porque não só a vila me cativou como julguei de meu dever assumir pessoalmente o exercício do cargo onde tão levianamente me deixara prover. Meses que foram de experiência da vida provinciana, de contacto íntimo com os seus hábitos, os seus tipos característicos, os seus problemas, meses de recolhimento e de estudo e também de atividade sadia, pois para não me deixar enferrujar dava, sempre que o tempo permitia, longos passeios a pé, e assim corri quase todo o município surpreendendo nos lugares mais distantes os lavradores que trabalhavam suas terras, manhã cedo, com a presença do "doutor do registo"...

E nessa experiência nem me faltou a da política. Porque tendo em 1928 tido lugar a eleição, por sufrágio direto, do General Carmona para a Presidência da República, o administrador do concelho, um excelente homem que exercia o comércio de adubos nos arrabaldes da vila, pediu-me que o acompanhasse no giro da praxe a visitar os eleitores influentes para solicitar-lhes os votos. E lá andamos, de charrete puxada por um bonito cavalo, pelas estradas nem sempre cômodas do alfoz obidense.

Entretanto a Faculdade de Direito de Lisboa foi restaurada e eu não podia ficar abeberando-me de pitoresco entre os muros de Óbidos ou viajando entre a vila acastelada e o centro termal das Caldas da Rainha.

Minha noiva, aliás, incitava-me a retomar os estudos para o Doutoramento. Era preciso arrancar para estabelecer a vida em termos de podermos casar.

Foi nessa altura que, numa das minhas vindas a Lisboa encontrei o Pedro Theotônio Pereira, querido amigo com quem acompanhara quando, ele estudante da Faculdade de Ciências e eu da de Direito, atuávamos no meio acadêmico na defesa dos nossos ideais.

Terminada a licenciatura em Matemática o Pedro fora fazer a sua especialização na Suíça como atuário e, de regresso, estava a montar o Ramo Vida na Companhia de Seguros Fidelidade de que seu Pai era diretor e seu Bisavô fora um dos fundadores no longínquo ano de 1835. Para o novo ramo precisava de um chefe de contencioso que desse alguma assistência aos trabalhos da montagem e aos problemas inevitáveis do início. Queria eu o lugar? A oferta caía como sopa no mel. Aceitei logo. Ficava com as manhãs livres para as pesquisas necessárias à preparação da minha dissertação e à tarde iria à Companhia. O vencimento seria pequeno, mas isso na altura pouco importava. Tanto mais que manteria o lugar em Óbidos aonde daria uma saltada de vez em quando.

E regressei a Lisboa.

Comecei a trabalhar na Companhia estudando a fundo a técnica e o Direito dos Seguros de modo a poder corresponder ao que de mim se desejava. E um dia o Pedro Theotônio apareceu alvoroçado. O novo Ministro das Finanças, Prof. Oliveira Salazar, ao tomar conta da pasta suspendera uns decretos publicados na despedida do seu antecessor e que nacionalizavam o resseguro, tocando em alguns pontos, avulsos, do regime do seguro. Tinha querido estudar o assunto por si próprio. E um amigo comum apresentara-lhe o Pedro Theotônio como pessoa capaz de o informar, promovendo o encontro dos dois. Daí por diante iriam ter reuniões freqüentes para examinar os problemas e estudar as soluções.

A minha opinião foi logo que seria preferível o Pedro apresentar projetos já redigidos com as melhores soluções, o que permitiria que as estudássemos e discutíssemos primeiro entre nós, levando ele depois já bem sabidas as razões em que se fundamentavam. Era preciso tornar mais rigoroso o cálculo das reservas técnicas e mais cautelosa a sua aplicação, disciplinar o mercado, sanear as empresas e criar um sistema eficaz de inspeção pelo Estado. E pusemos mãos à obra produzindo dois projetos: um contendo o regime jurídico da indústria de seguros para substituir a lei em vigor, de 1907, outro criando uma Inspeção de Seguros.

O Pedro levou os textos e Salazar iniciou o exame metódico e escrupuloso deles, artigo por artigo. Dias houve em que não passaram de uma única disposição, tantas as explicações a dar e as dúvidas a esclarecer. E iam da conversa saindo às vezes novas redações. Mas um dia o Pedro trouxe-me uma que me pareceu juridicamente incorreta: e fiz uma nota a explicar porquê. O Pedro levou-a e deu o recado: Salazar reconsiderou e voltou atrás. Noutro dia houve nova dúvida de Direito que o Pedro não soube explicar e pediu licença para estudar, levando a seguir tudo esclarecido em termos de satisfazer o Ministro. E, terceira vez, Salazar fez uma emenda que eu ponderei ao Pedro ser contrária ao sistema geral instituído pela lei número tal. Quando o Pedro fez a observação, Salazar caiu das nuvens:

— Homessa! Como é que me escapou isso, se durante todo o ano nas minhas aulas eu invocava essa lei! Quem é a pessoa que o assiste nestas matérias jurídicas?

O Pedro disse quem era e deu informações pormenorizadas a meu respeito.

— Mande-o a minha casa amanhã às dez da manhã! — determinou Salazar.

E lá fui eu, à hora marcada, à casa onde residia nesse ano de 1929 o Ministro das Finanças. Era uma moradia situada nas traseiras

de um pequeno prédio da Avenida Duque de Loulé: tudo foi depois demolido para dar lugar a um edifício maior.

Entrei para uma sala pequena onde pouco depois chegou o Ministro: um homem novo — ainda não fizera 40 anos — alto, magro, de feições angulosas, com um aspecto bem diferente do que depois veio a ter. Os olhos frios e percucientes destacavam-se no rosto austero. Iniciou a conversa felicitando-me pelo meu trabalho nos diplomas sobre seguros e perguntou-me o que estava fazendo.

Respondi-lhe que preparava o ato de Doutoramento em Direito, tendo escolhido o ramo das Ciências Político-Econômicas. Justamente a dissertação que estava escrevendo versava sobre um tema econômico: a estabilização da moeda...

— Faz muito bem. Estou convencido de que é no campo dos estudos econômicos que neste momento e por muitos anos se poderá ser mais útil ao País.

E passou logo ao assunto principal. Ele, no Ministério das Finanças, não tinha colaboradores. Os funcionários eram homens formados na prática, vindos do regime anterior, sem grande capacidade para trabalhar em reformas salvo como executores de idéias que lhes fossem dadas. Estava agora vago o cargo de Auditor-Jurídico. O lugar tinha sido ocupado por um Juiz que nele permanecia desde 1902 e finalmente fora promovido ao Supremo Tribunal. Era a altura de o preencher por alguém com idéias novas que reunisse à cultura jurídica a preparação econômica e que pudesse auxiliar o Ministro na fase reformadora que se atravessava. Pelo que já sabia a meu respeito eu servia para a função, onde também ajudaria a pôr em marcha a nova legislação de seguros cujo espírito conhecia melhor que ninguém. Era o que me queria dizer.

Fiquei atordoado. Aleguei que tinha 23 anos. Que dificilmente poderia corresponder a tamanha responsabilidade. Que a ir para um lugar assim, decerto muito trabalhoso, não poderia continuar a escrever a dissertação de Doutoramento comprometendo a carreira universitária...

Mas já Salazar que; como depois muitas vezes verificaria, era indiferente às situações particulares quando queria alguma coisa de alguém, tomava nas mãos um bloco e uma caneta.

— Bem, isso do Doutoramento o senhor quando muito pode atrasar-se um ano... Vai ver que, passados os primeiros tempos, entra numa rotina que lhe deixará tempo para estudar. O seu nome todo é?...

Dei o nome que ele ia escrevendo no bloco.

Daí a quatro dias estava nomeado, no *Diário do Governo*, com visto do Tribunal de Contas e tudo o mais, Auditor Jurídico do Ministério das Finanças!

Tomei posse em 13 de novembro de 1929. O Secretário Geral do Ministério, Conselheiro do tempo da Monarquia, com sua barbicha branca e o seu fraque impecável, ao conferir-ma, não cabia em si de espanto a olhar para mim e para a minha idade.

O Auditor único daquele Ministério, o mais importante desde sempre da Administração Pública portuguesa, com 23 anos!

Decididamente estava-se em plena Revolução!

5

E estava.

O Exército tinha levado a cabo, em 28 de maio de 1926, um movimento, sem efusão de sangue, para pôr termo à desordem em que o sistema parlamentar lançara o País.

Sobretudo a partir de 1916 vivia-se em regime de Assembléia, com um parlamento a funcionar praticamente todo o ano e a preponderar na vida pública, sobrepondo as querelas partidárias aos interesses nacionais e sem deixar que os governos permanecessem no Poder pelo tempo mínimo necessário para fazerem alguma coisa ou realizarem alguma tarefa útil de administração.

Claro que as finanças do Estado tinham de se ressentir da má situação econômica, da instabilidade governativa, da indisciplina social, da preponderância da baixa política. E atingiram praticamente o caos — com uma inflação agravada por sucessivas emissões de notas, impostas ao banco emissor para emprestar dinheiro ao Estado de modo a suprir as carências de tesouraria, com orçamentos em que o déficit chegou a exceder o montante das receitas cuja cobrança se previu nesse ano, e com serviços paralisados por exigüidade de dotações.

Os partidos nasciam, dividiam-se, fundiam-se, cindiam-se... ao sabor quase sempre dos caprichos das personalidades neles marcantes e que mal se toleravam umas às outras dentro da mesma associação. E no Parlamento esta barafunda partidária traduzia-se pela constante usura dos governos, sujeitos permanentemente à crítica apaixonada das oposições e com freqüência vítimas dos ataques destas: em dois anos, 1920 e 1921, sucederam-se no poder quinze governos diferentes!

Os vícios da política partidária eram de tal modo patentes que o homem considerado a maior figura de estadista da primeira república, Afonso Costa, desde 1918 a residir em Paris, quando chamado por mais de uma vez a, com a sua autoridade, formar um governo e tentar dar ordem à confusão reinante, pôs sempre como condição a abolição das lutas partidárias, praticamente a paragem da ação dos

Partidos — o que por estes nunca foi aceito. E Afonso Costa regressava a Paris porque, com partidos ativos, não se considerava capaz de governar. Essa má opinião acerca dos partidos prevaleceu, aliás, no espírito do antigo chefe do Partido Democrático mesmo depois do 28 de Maio, como se verifica pelo fato de, nas comissões organizadas em Paris para coordenar a luta contra a ditadura militar em Portugal, e onde estavam representados os partidos dantes existentes na República, ele nunca ter querido figurar por nenhum, nem mesmo por aquele de que tinha sido chefe incontestado e admirado.

O Parlamento e o regime dos partidos desacreditaram-se totalmente aos olhos da opinião pública portuguesa. Os próprios políticos nas suas lutas entre si se encarregavam de fazer o processo do sistema.[1] E talvez o mais grave de tudo era o completo abandono dos problemas reais do País. Nenhum era seriamente encarado. A nenhum se procurava dar solução contínua e eficaz. Com ministros que não paravam nos lugares, sem dinheiro, dispondo de uma burocracia desorganizada pela política e desmoralizada pela inação, num ambiente em que as melhores intenções e os mais acertados projetos eram apaixonadamente discutidos e desacreditados pela imprensa e pelas oposições, era impossível fazer qualquer coisa de útil. As leis ficavam no papel. E as próprias infrastruturas existentes se iam arruinando sem que novas obras as melhorassem e ampliassem para permitir o desenvolvimento da atrasadíssima economia nacional. Caso típico era o das estradas, cuja rede fora lançada no tempo da Monarquia, a partir do governo de Fontes Pereira de Melo, e constituíra um notável incentivo para a produção agrícola à qual assegurava possibilidade de circulação.

Pois a rede de estradas, a partir da proclamação da República em 1910, por falta de dinheiro e carência de serviços de conservação, foi-se deteriorando a tal ponto que em 1926 estava, com raras exceções, intransitável. Cheias de buracos, era impossível percorrer as estradas nos automóveis que então começavam a tornar-se mais numerosos. Uma pequena viagem constituía uma grande aventura. As zonas rurais sobretudo protestavam contra este estado de coisas que as isolava e tornava difícil o escoamento dos seus produtos para os centros de consumo.

De todos os lados se pedia remédio que pusesse cobro a tal calamidade. Um Governo de competências, um Governo nacional,

[1] Em carta autobiográfica escrita a João de Barros, o antigo Presidente da República Teixeira Gomes resumia assim a sua experiência de 1923-1925: "Um presidente constitucional no nosso país que se conserve fiel aos juramentos prestados é um misto de *boneco de palha* e de *Senhor da cana verde*: o primeiro para ser mandado e o segundo para ser insultado." Cit. em N. Lopes, *O exilado de Bougie*, 1942, pág. 134.

dizia-se mesmo abertamente: uma ditadura, eram reclamados pelos vários setores da opinião. E isto pode demonstrar-se deixando de lado os da direita e recorrendo à revista onde colaboravam os mais ilustres e significativos nomes da inteligência republicana, a *Seara Nova*.

Nos volumes em que, ao comemorar-se o cinqüentenário do início da publicação dessa revista, se fez a recolha antológica dos artigos onde se preconizava a "reforma da República", [2] encontra-se matéria de sobra para provar como era generalizada a oposição ao Parlamento e aos partidos políticos.

Veja-se o apelo à Nação que antecedia o programa da União Cívica, em março de 1923, sob o patrocínio da *Seara*:

"No ponto onde se acham as adversidades e infortúnios de Portugal, por todos os lados se reconhece a urgência extrema de que a República seja dirigida por um *Governo Nacional* com todas as condições especiais para que lhe seja possível, sem os embaraços práticos achados pelos Ministérios comuns, não só lançar as bases de toda a reorganização indispensável, mas também conseguir que nela cooperem leal e pacificamente, cada qual no seu campo de ação pública ou privada, todos os portugueses, sejam quais forem as suas idéias políticas, religiosas e sociais.

"É evidente que [o programa] seria irrealizável e a salvação pública impossível sem que um tal governo exercesse durante certo período poderes excepcionais e amplos. O melhor meio para isso consistiria em lhe serem concedidos estes pelo Congresso com adiamento das sessões pelo prazo indispensável". [3]

Leia-se o que era publicado em março de 1924 por Raul Proença, panfletário infatigável ao serviço dos seus ideais marcadamente de esquerda, cego adversário do Fascismo e de qualquer fórmula antidemocrática, em comentário à frase "que a todos se ouve e por toda a parte": "Só a ditadura nos poderá salvar".

"A ditadura... Mas qual? É este o problema. Se eu soubesse que o que viria aí a surgir num dia de nevoeiro... era o bom ditador, a boa ditadura, também lhes garanto, palavra, que faria coro com os partidários dela, desconfiado como estou de que talvez venha a tornar-se mister uma governação excepcional que... suspenda temporariamente as normas constitucionais." [4]

---

[2] Seara Nova, *Antologia — Pela Reforma da República* (1921-1926), 2 vols. 1972.

[3] Seara Nova, *Antologia — Pela Reforma da República*, vol. II, págs. 57 e 58.

[4] *Idem*, pág. 66.

Em outubro de 1925 o socialista Emílio Costa verifica com indignação:

"A engrenagem dos partidos, as dependências dos Ministros e dos técnicos dessa engrenagem chegaram a tal grau que não há competências nem boas vontades que valham. *Não se pode fazer nada,* é a frase de todos, porque os interesses, as ambições, combinam-se, chocam-se, entrelaçam-se de tal forma que o competente e o bem intencionado são inevitavelmente batidos, e a sua ação anulada se porventura chegou a manifestar-se. Porque as coisas são assim, como todos estamos fartos de saber, é que o atraso do País é enorme, nada se podendo fazer de capaz em qualquer dos ramos da vida coletiva... Tudo depende, portanto, de se resolver o problema político que consiste apenas em se colocarem os governantes em condições de liberdade de ação e de estabilidade suficientes para se tornar viável a solução dos problemas de administração que é, afinal, em que consiste a política."

Em suma: "O importante, por conseqüência, não é querer-se sair deste estado de coisas por meio de uma ditadura porque isso todos o vêem e desejam, embora o não digam. O importante é aquilo que se pretende fazer com a ditadura: é a orientação social e política dos vários problemas da vida social." [5]

Estas transcrições valem sobretudo por revelarem que, como atrás disse, a idéia da necessidade imperiosa de um regime ditatorial para salvar o País arruinado e estagnado pelas lutas políticas, andava no ar. Não era peculiar a um grupo da direita ou da esquerda: trabalhava havia anos a opinião pública portuguesa quando em maio de 1926 o levantamento do Exército depôs, sem um tiro, os governantes dos partidos e instaurou a Ditadura Militar.

Os militares ocuparam o Poder no meio da simpatia geral e de uma expectativa benévola. Havia nos partidos de oposição ao governo deposto — que era do partido democrático — quem aspirasse a governar em Ditadura com o apoio do Exército: mas sobretudo a parte jovem deste, os "tenentes", não queria qualquer compromisso com os políticos dos partidos. Daí a procura de personalidades descomprometidas mas prestigiosas para ocuparem os ministérios técnicos. E nos primeiros dias vieram de Coimbra três lentes dispostos a colaborar: Salazar, Mendes dos Remédios, e Manuel Rodrigues. A confusão nas hostes vencedoras era porém grande. Como já disse uma vez, todos os militares sabiam o que não queriam — era aquilo que estava — mas não havia a mesma unanimidade acerca daquilo

[5] Seara Nova, *Antologia — Pela Reforma da República,* vol. II, págs. 93 94 e 95.

que queriam. Lutas internas de correntes de opinião ou de tendências de ação agitavam os acampamentos e os quartéis. Salazar nessas condições não julgou possível fazer a obra de disciplina financeira que tinha em mente e afastou-se, com Mendes dos Remédios. Ficou apenas no Governo o Prof. Manuel Rodrigues que nele ia ser figura de primeira plana.

Não houve remédio senão, depois das primeiras hesitações, confiar a maioria das pastas ministeriais a militares, inclusive a pasta das Finanças. Salazar expunha nas *Novidades*, em artigos modelares, o seu pensamento: era preciso equilibrar o orçamento, reduzindo despesas e aumentando receitas. E não se escusou a colaborar numa comissão de estudo da reforma fiscal. O Governo saído da revolução tinha, porém, de ocorrer a algumas necessidades instantes, até para se legitimar. E a primeira era a reparação das estradas, conjugada com certos melhoramentos rurais há muito pedidos e indispensáveis. Ia cruzar os braços para não fazer despesa? Não podia ser. As despesas aumentaram, mas as estradas foram consertadas, grande serviço prestado ao País e que enriqueceu o ativo da Ditadura.

Os conselheiros dos generais no Poder incitavam-nos a prosseguir numa obra intensiva de fomento para reconstruir o parque destruído das infrastruturas e promover o desenvolvimento econômico. Desde o tempo da República parlamentar economistas autorizados tinham elaborado planos de reconstituição nacional, enumerando as obras e as ações reputadas fundamentais para se sair do marasmo em que nos achávamos e travar a decadência em que íamos. Ficaram sobretudo célebres os planos de Ezequiel de Campos (o paladino do aproveitamento da energia hidráulica dos rios portugueses e da irrigação do Alentejo como condição da sua colonização intensiva) e de Quirino de Jesus. Num apostolado muito à sua maneira Antônio Sérgio secundava esta ação, defendendo uma "política de fixação" da gente portuguesa ao solo, em vez de se cuidar primeiro da viação e dos transportes, o que constituiria a "política de circulação". E apelava para um governo realizador, formado por gente culta e capaz, que pudesse levar ao trabalho os portugueses ociosos. "Conduzi!", exclamava ele, invocando certa passagem dos Evangelhos, ao encerrar uma das suas mais belas conferências. Mas quem contrataria a gente que esperava por um patrão empreendedor? Era o apelo ao homem competente.

Esse homem competente sentia a maior parte dos jovens empenhados no êxito da Ditadura que era indispensável e urgente encontrá-lo e dar-lhe meios de ação. Os generais que tinham sido improvisados em estadistas não estavam à altura da situação. Nunca poderia bastar ao General Sinel de Cordes a experiência colhida na administração do Montepio Geral para restaurar as finanças quase aniquiladas do País.

Os antigos alunos do Dr. Salazar em Coimbra diziam, a quem os queria ouvir, que estava ali o homem indicado para a ocasião. O professor impusera-se, dentro e fora da escola, pela clareza das idéias, pelo rigor dos conceitos, pelo senso demonstrado na equação dos problemas econômicos e financeiros e pela segurança com que sustentava os princípios racionais de cuja aplicação poderiam resultar as soluções salvadoras.

Entre esses antigos alunos havia vários tenentes. Uns que com os lazeres da paz e o excesso dos quadros subseqüente à desmobilização após a guerra de 1914-18 freqüentavam a Faculdade de Direito de Coimbra na idéia de abraçarem uma carreira civil. Outros dispostos a perseverar nas fileiras mas que iam cursar os preparatórios para o Estado-Maior, entre os quais figurava a cadeira de Economia Política.

De modo que, quando depois da derrota infligida aos adversários da Ditadura em fevereiro de 1927, donde tinha surgido como homem forte o Ministro da Guerra Coronel Passos e Sousa — nomeado a seguir Vice-Presidente do Ministério — se procurou consolidar e prestigiar o Governo militar, foi para Salazar que se viraram as esperanças de vários dos tenentes mais inquietos com a marcha dos acontecimentos.

Tenho em meu poder, por oferta de pessoa da família do destinatário, uma carta de Salazar, datada de Coimbra, 30 de julho de 1927, que narra as diligências feitas nessa altura junto dele para entrar no Governo.

A carta é dirigida ao Dr. Joaquim Diniz da Fonseca, amigo íntimo de Salazar, um dos chefes do Centro Católico Português e que na altura dirigia, de fato, em Lisboa, o jornal *Novidades*, que então tinha a redação no Chiado, nº 29.

É um documento do maior interesse.

"Meu caro Joaquim:

Recebi na 5ª à noite a visita do Tenente Assis Gonçalves que me fez entrega da tua carta. Não pude escrever-te ontem por falta de vagar, em resposta a ela e para te dizer alguma coisa do que se passou, se bem devas conhecer já o que ele me disse e, suponho, o que lhe teria respondido.

A missão era absolutamente confidencial. O Tenente Assis Gonçalves não vinha enviado pelo Snr. Ministro da Guerra mas por um grupo de oficiais que mais de perto o acompanham e especialmente pelos oficiais do Gabinete do Ministro. Esses oficiais tomaram sobre si facilitar o encargo do M. Guerra, arranjando-lhe colaboradores,

e especialmente um Ministro das Finanças que fosse ao mesmo tempo a cabeça e o orientador do Ministério a formar. Para isso me procuravam.

Na cabeça destes oficiais que trabalham com o Ministro, o Ministério reduzia-se a duas pessoas: eu seria a cabeça, o M. da Guerra o braço. Os outros elementos não interessavam. Sem conhecimento do Ministro, mas supondo que ele aceitava estas condições, propunham: tomar eu conta da pasta das Finanças, sob a presidência do M. da Guerra, que seria o presidente de direito, ao lado do qual eu seria o presidente de fato; para que isto fosse viável, os Ministros seriam escolhidos por mútuo acordo, podendo eu desde logo indicar alguns nomes. O M. da Guerra podia em documento escrito tomar a responsabilidade de não se opor à orientação ou medidas que me parecesse deverem ser adotadas. Nisto se resumiu toda a conversa, que durou até às 2 da noite e me foi muito desagradável, pois tinha mais ou menos assente em que não tornaria a falar ou a entrar em combinações políticas senão com o Snr. Presidente da República, sabendo que a minha última ida a Lisboa e a conversa com o M. da Guerra deu origem a várias intrigalhadas.

Por mais vontade que tivesse em ajudar a resolver esta tremenda crise — porque é uma crise tremenda e difícil de resolver — eu não pude aceder às instâncias feitas. Independentemente da parte política e das afirmações públicas do M. da Guerra que eu não sei como havia de desdizer, há o funcionamento dum Governo com três presidentes, visto que o Presidente da República continua Presidente do Governo. Com dois — Cabeçadas e Gomes da Costa — já lá estive e fiquei sem vontade de repetir a experiência. Por outro lado repugna-me absolutamente deixar em posição de inferioridade o V. Presidente — M. da Guerra — mandando por cima dele, ainda que se pudesse dizer que isso entrava no acordo. Para combinar previamente com ele tudo o que havia a fazer e se devia fazer, dava uma tal complicação que a certa altura o melhor era eu meter-me exclusivamente no canto da minha pasta, deixando correr tudo o mais entregue à natural tendência da asneira.

Estar a indicar Ministros para que outrém assuma a responsabilidade dos seus atos é superior ao que legitimamente se me pode exigir. É preciso notar que a generalidade das pessoas que me querem no Ministério das Finanças me querem apenas como um técnico que conserta uma caldeira rota e não como um político. No fundo os homens temem o jesuitismo, a talassice, o reacionarismo. Já alguma coisa te contei a este respeito e agora pela conversa com o Assis Gonçalves mais me confirmei naquele ponto de vista. Tudo o que são agora promessas de liberdade de ação se desvaneceria como fumo no Governo. E duvido mesmo se, entrando como técnico, eu

poderia impor como condição qualquer coisa do muito que interessa em certos pontos morais à política e governo do País.

Tive, como calculas, imenso trabalho para despedir cortesmente com uma negativa e sem esperança o Assis Gonçalves que se tem batido por isto com valentia e com amor. Se eu tivesse o menor empenho em ser Ministro, talvez me rendesse às razões porque o coração me passava acima da cabeça. Assim não. Jogo tudo por tudo e exijo as condições da máxima liberdade de ação, de escolha e de direção. O Exército quer um chefe militar para a ditadura militar. Não compreendo muito bem a exigência desde que o Gen. Carmona continua presidente do Governo. Mas enfim, não compreendendo, estimo que continuem com essa opinião, que o mesmo é que ver-me livre do Governo. E só o pensar nele me enche de horror. Pessimista e sem entusiasmo, que ia eu fazer? Se não fosse o sentimento religioso a questão estava para mim há muito resolvida no único sentido que se harmoniza com o meu modo de ser e de sentir.

Não te maço mais. Fui longo e não tenho a certeza de ter sido claro, de modo a compreenderes como foi posta a questão. Isso tanto pode ser preguiça como cansaço dos atos. [5]

Teu muito am.º gr.º

Sábado 30.7.1927.

Coimbra:

Oliveira Salazar"

Esta carta é um documento precioso. Trata-se de uma confidência feita a um amigo pessoal e político (Salazar disse-me mesmo certo dia que considerava ao tempo o Dr. Joaquim Diniz da Fonseca o seu chefe político) e de cuja sinceridade não é lícito duvidar.

Mostra como Salazar foi assediado, sobretudo a partir de fevereiro de 1927, para entrar no Governo. A sua relutância pela política ativa. A consciência, porém, de que em face de uma grave crise nacional o seu dever de católico era de não se escusar egoisticamente a procurar jugulá-la. A idéia firme de que,-a dar alguma colaboração, ela não podia ficar restrita ao aspecto técnico, talvez influenciado pelo pensamento expresso por aquele Ministro do Rei Luís Filipe, em França, o Barão Luís: "dai-me boa política, dar-vos-ei boas finanças." Não era possível resolver o problema financeiro sem certas garantias políticas e estas não confiava Salazar que os militares, mesmo querendo dá-las, fossem capazes por si só de assegurar. Por

[5] Na linguagem universitária de Coimbra, *atos* eram os exames.

isso condicionava a entrada para o Ministério das Finanças à possibilidade de influir na marcha da política da Ditadura de modo a evitar que ela seguisse segundo "a natural tendência da asneira".

As coisas encaminhar-se-iam, depois desse mês de julho de 1927, de maneira tal que se acabaria por chegar a uma transação: Salazar não obteve (por então...) tudo o que desejava, os chefes militares concederam mais do que de início admitiam.

É que o ponto crucial do Governo da Ditadura continuava a estar nas Finanças. Tornava-se urgente fazer uma política de fomento. Mas a política de fomento exigia capitais. E o descrédito do Estado Português não fora ainda vencido. Ninguém, demais a mais com a contínua desvalorização da moeda, lhe emprestaria internamente dinheiro a taxas de juro que permitissem a aplicação em trabalhos por preços razoáveis. O último empréstimo interno, lançado em 1923 com garantias de estabilidade (era expresso em ouro) e com grande propaganda patriótica (chamou-se Empréstimo Rácico na esperança de interessar os portugueses emigrados no estrangeiro) oferecia o juro de 6 1/2% mas, de fato, só foi possível colocá-lo abaixo do par, com o rendimento efetivo de 13%.

Ocorreu então ao Governo da Ditadura o recurso ao empréstimo externo sob a égide da Sociedade das Nações, que dispunha de um serviço financeiro por intermédio do qual já avalizara outros empréstimos a países-membros em dificuldades. A S.D.N. mandou uma comissão de peritos examinar a situação econômica e financeira de Portugal: e as conclusões dos peritos foram bastante más. O representante do Governo, General Ivens Ferraz, foi a Genebra escutar o veredito, e este condicionava o aval do organismo internacional à observância pelo Governo Português de cláusulas consideradas humilhantes. O General recusou, com grande aplauso da opinião pública que num impressionante movimento patriótico esboçou o seu apoio financeiro pela oferta de dádivas, entre as quais sobressaíam o ouro e as jóias das mulheres.

Foi nessa altura que se ponderou a necessidade de recorrer novamente ao professor de Coimbra, que não cessara de condenar na imprensa o recurso ao projetado empréstimo e preconizava outras vias de regeneração. Eleito por sufrágio universal o General Carmona para a Presidência da República em 25 de março de 1928, foi nomeado, em 18 de abril seguinte, Presidente do Ministério o Coronel José Vicente de Freitas. E este conseguiu que o Dr. Antônio Oliveira Salazar aceitasse no novo Governo a pasta das Finanças, de que tomou posse em 27 de abril.

6

Salazar era então um homem ainda novo — completou no dia 28 de abril de 1928 os seus 38 anos.

Como geralmente sucede com as pessoas da província, possuía um alto sentido da importância e da dignidade do Poder. A idéia de que o Poder se achava desprestigiado e de que se tornava indispensável restaurar a sua imagem, o temor de que não o respeitassem suficientemente por ser jovem e lente, a timidez natural, tornavam-no distante e reservado nos contactos, frio nas expressões, duro nos juízos, firme nas decisões, implacável na poupança dos dinheiros públicos e na defesa da moralidade administrativa, intransigente na disciplina, e essa é a imagem dos primeiros tempos da sua vida política. Mas enganar-se-ia quem debuxasse o retrato moral de alguém por uma vez, para valer em relação à vida inteira do retratado: se há traços de caráter que são idênticos do princípio ao fim, muitas maneiras, qualidades e defeitos vão-se modificando exatamente como as feições físicas e às vezes mais do que estas. E com Salazar, personalidade tão rica de mais a mais, isso tinha fatalmente de acontecer. A personagem da velhice era bem diferente da que se revelou na força da vida.

Em 1928 ele estava cheio de certezas. Em primeiro lugar tinha as certezas científicas. Ensinava Finanças na Universidade e vendo que na prática da administração portuguesa se fazia tudo ao contrário do que diziam os livros, propunha-se aplicar o que sabia e em cuja eficácia acreditava. Depois, tinha certezas político-religiosas. Era um crente e não podia conformar-se com a idéia de que Deus tivesse abandonado o seu País: se os homens cumprissem com o seu dever segundo a natureza, não havia de faltar-lhes a graça sobrenatural. E esse dever era o de atuar conforme impunha a razão, pondo termo à demagogia e à indisciplina que destruíam todas as possibilidades de ordem e de progresso. Desde que se conseguisse corrigir a anarquizada vida pública portuguesa, viria atrás a regeneração social e com esta a restauração moral da Nação.

E tornava-se impressionante ouvi-lo em público ou em particular falar destas certezas. A sua fé, que era serena e lúcida, uma crença aparentemente fria de intelectual só aquecida num fogo interior muito profundo e oculto, traduzia-se em expressões categóricas onde se vislumbrava logo o feitio autoritário. Porque essa fé era servida por uma vontade forte e tenaz que queria ser acatada. Não para deleite próprio, pelo prazer de gozar o poder ou por capricho da pessoa: mas pela convicção de que, seguindo os seus ditames, se ia pelos bons trilhos, os da verdade e da razão, os do bem comum.

Salazar, nos primeiros anos de governo, impunha-se pela superioridade intelectual aos que se aproximavam dele: mas não era simpático. Aliás foi vivamente contestado de todas as bandas. Os partidários do regime parlamentar não queriam reconhecer a validade dos seus métodos e a exatidão dos seus resultados. Atacavam com fúria as doutrinas, as orientações, as contas, até, pondo em dúvida o rigor dos números e a existência dos saldos. "Não passa de um hábil contabilista, que nos deita poeira nos olhos com malabarismos aritméticos", ouvi dizer mais de uma vez aos adversários. Mas à direita também fervilhavam as críticas de muitos que, desejosos de restaurar a Monarquia, temiam tudo quando pudesse consolidar o regime republicano e achavam que Salazar não lhes dava a importância que mereciam.

Isolado, trabalhando largo tempo com cada um daqueles que muito escolhidamente recebia segundo o seu severo programa quotidiano, Salazar ia deixando falar, e só de vez em quando dava respostas públicas a críticas financeiras para reduzir a nada pretensas demonstrações e sujas insinuações.

Esse isolamento era das suas maiores forças e também o seu procedimento mais irritante. Estava-se habituado a falar facilmente com os ministros: senadores, deputados, influentes eleitorais da província, magnates dos partidos... todos tinham acesso aos gabinetes ministeriais onde os ministros, quando não estavam no Parlamento a assistir a intermináveis discussões, se limitavam durante o dia a receber visitas. Para o despacho dos papéis tinham muitas vezes que vir de noite aos ministérios. E se o assunto era urgente, os diretores-gerais gozavam do privilégio de abrir a porta do gabinete sem se anunciar, estivesse quem estivesse, para colherem a decisão imediata.

Substituído o sistema parlamentar pela ditadura, a prática continuou: era preciso não descontentar as pessoas importantes, muitas das quais se deslocavam de longe a Lisboa para falar ao Ministro, e as categorias de entrada franca nos gabinetes foram acrescentadas com mais uma: a dos militares dominantes, não apenas as altas patentes, mas os tenentes que com a sua resolução e valentia pessoal tinham feito e estavam sustentando o que então se chamava — "a Situação".

Ora Salazar cortou com tudo isto. Um Ministro, e mais a mais um Ministro das Finanças, tinha de consagrar o seu tempo ao estudo dos problemas, à leitura conscienciosa dos relatórios e dos demais papéis, à elaboração das suas notas e dos seus projetos. Por isso reduziu ao mínimo a concessão de audiências pedidas pelas pessoas, chamando ele as que lhe interessava ouvir, uma de cada vez e quando chegasse a altura própria. Mesmo tratando-se de algum magnate que mencionasse questão importante a versar, ele pedia que esperasse: "só sou capaz de me ocupar de um assunto de cada vez e esse terá a sua altura; espere por favor."

O método irritou muita gente — por não ser recebida ou por ser chamada bastante tempo depois de pedida a audiência. Eu próprio sofri com isso. Auditor Jurídico do Ministério, recebia por terceiras pessoas o encargo de tratar disto ou daquilo, e às vezes queria falar com o Ministro para colher um esclarecimento ou dar uma sugestão: a barreira do silêncio tolhia-me o entusiasmo. Continuo convencido de que poderia ter sido um colaborador mais útil e menos burocrático. Mas até com os ministros, seus colegas, ele era assim.

Os resultados do seu trabalho viam-se, porém. Logo ao chegar ao governo empreendeu o equilíbrio do orçamento. Naquele tempo o ano econômico do Estado ia do 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte. De modo que no final do mês de junho de 1928 pôde Salazar apresentar o seu projeto orçamental para 1928-29. Cortara despesas, aumentara algumas receitas, e o que até aí todos tinham apresentado como trabalho de Hércules, apareceu feito: as despesas autorizadas não excediam as receitas previstas.

A simplicidade do método causou surpresa nuns, indignação noutros — incredulidade em quase todos. Salazar explicava com sua voz lenta ou na sua prosa cuidada, que isso de equilibrar as finanças do Estado não era assim tão difícil, desde que, com prudência e bom senso, se aplicassem os processos usados por qualquer boa dona de casa. O que era preciso era fugir às tentações que levavam os políticos a gastar sem conta e saber de quanto dinheiro se poderia dispor, limitando depois as despesas às possibilidades existentes, dando prioridade às coisas essenciais, cortando gastos supérfluos ou inúteis e deixando para mais tarde o que pudesse ser adiado.

Aliás, com mais ou menos aparato científico os tratados onde se ensinava a teoria das finanças públicas não diziam outra coisa. Havia, sim, que tornar independente da politicagem dos favores partidários e eleitorais o lançamento e a cobrança dos impostos e a assunção dos encargos, não criando lugares só para satisfazer clientelas e não prometendo benefícios só para conquistar influências.

Equilibrado o orçamento, que é uma previsão, o importante, porém, era executá-lo. Os céticos vieram logo com nova versão críti-

ca e o seu sorriso dubitativo: "Fazer um orçamento equilibrado não custa, mas vamos a ver se o cumpre: isso é que ele não conseguel" Mas conseguiu. E com uma boa gestão, ia dispensando o recurso do Tesouro ao mercado de capitais, a juro alto, mediante os processos da chamada "dívida flutuante", formada por empréstimos internos e externos para abastecimento da tesouraria por antecipação de receitas a cobrar. Esses empréstimos deveriam ser pagos a curto prazo, mas eternizavam-se... Eram "descobertos" em contas-correntes bancárias, eram "bilhetes do Tesouro" vencíveis em um, dois ou três meses... Salazar não só foi deixando de utilizar estes processos caros de obter dinheiro, como começou a pagar a dívida acumulada, Em fins de 1929 a conta do exercício anterior apresentava saldo positivo, a dívida flutuante patológica ia a caminho da extinção, as receitas orçamentais estavam a entrar com regularidade, a confiança começava a estabelecer-se com regresso a Portugal de muitos capitais emigrados.

E entretanto Salazar, em discursos, em relatórios de decretos, em notas oficiosas, tinha pacientemente explicado os seus rumos, dado conta ao País das suas medidas, rebatido com êxito as críticas injustas. Não eram só os capitalistas que ganhavam confiança: era a Nação inteira que, pouco a pouco, descobria ter no governo um homem que "sabia o que queria e para onde ia", com um pensamento claro e uma linha de ação firme. As murmurações da mesquinha politiquice partidária, que se compraziam em desfazer tudo e todos como dever sagrado de "oposição", iam perdendo crédito e ambiente. Começava a acreditar-se na séria possibilidade de uma regeneração financeira, condição essencial da restauração nacional.

Por isso o número de pessoas conquistadas para o apoio à ação do Ministro das Finanças subia de dia para dia. Os jovens oficiais do Exército, que tinham visto em perigo a "situação" política criada pelo Movimento de 28 de Maio à falta de uma chefia que congregasse opiniões e vontades e se impusesse ao País, reconheciam Salazar por chefe. E os generais respeitavam-no. Debalde à roda do jovem ministro se desencadeava a intriga: era um "jesuíta", que com a sua presença no governo animava a reação. O Presidente Carmona apoiava-o e a opinião pública cada vez mais o sustentava. Os golpes imaginados para o desacreditar ou desanimar, iam falhando um a um. E por vezes era dos próprios amigos que surgiam as dificuldades, sem quererem. Foi o caso da portaria publicada pelo Ministro da Justiça, Mário de Figueiredo, sobre o toque dos sinos das igrejas em julho de 1929.

Quando o Presidente José Vicente de Freitas convidou Salazar para a pasta das Finanças, abordou na conversa a situação deste como dirigente do Centro Católico Português. A lei da separação de Estado e das Igrejas publicada em 1911, embora atenuada em muitas

das suas asperezas em 1918, ainda magoava e escandalizava os católicos portugueses que desejavam vê-la profundamente reformada. Mas para muitos velhos republicanos, mesmo entre os militares, a lei representava um dos pilares do regime proclamado em 1910, era "intangível". Temiam estes que o ingresso no governo de um líder católico envolvesse a revogação desse diploma básico, e para os tranqüilizar e evitar o agravamento de um dissídio que, por envolver crenças religiosas e fundas convicções políticas, tinha perturbado durante anos a vida da Nação, José Vicente pedia a Salazar que este e os seus amigos não tocassem no regime das relações entre a Igreja Católica e o Estado. Salazar anuiu, considerando que o mais urgente era o problema financeiro: se se fosse bem sucedido na resolução dele depois se encarariam, a seu tempo, outros.

Ora daí a meses o Dr. Mário de Figueiredo alterava, por uma portaria, a disposição da lei da separação que proibia o toque dos sinos dos campanários das igrejas antes do nascer e depois do pôr do sol. A questão era insignificante. Mas os defensores da "intangível" viram no ato ministerial um primeiro passo para a ir demolindo, um abuso da reação, uma violação da promessa do presidente do Ministério. Este levantou a questão em Conselho de Ministros censurando o Ministro da Justiça. E quando Mário de Figueiredo esperava ver-se apoiado pelo seu amigo, colega e correligionário, Salazar, interpelado, teve de reconhecer a existência do compromisso de não tocar, por ora, na lei de separação e a inoportunidade da portaria. Mário de Figueiredo pediu a demissão e durante anos ficou frio com Salazar, a quem se referia com azedume. Mais de uma vez ouvi Salazar justificar-se: não podia negar o compromisso tomado, nem, por causa de um ato manifestamente infeliz e sem qualquer importância, fazer a vontade aos inimigos dos dois — que aos dois desejavam ver fora do Governo. Ele ficou, e teve mais tarde ensejo de aproveitar e valorizar o amigo.

7

Quanto mais penso na maneira como Salazar se impôs ao País, mais me impressiona a singularidade do caso. Em geral os políticos abrem caminho por meio da conquista de simpatias e da captação habilidosa de adesões. Procuram agradar a este e àquele, pelos favores, pela familiaridade do trato, pela sedução das maneiras e prometem tudo o que podem ou buscam insinuar-se pela sua figura, a sua decisão, os seus atos. Era assim no regime dos partidos antes de 1926. Fazer política traduzia-se em compadrio nas relações pessoais e em atitudes espetaculares na vida pública.

E depois, em 1928 vem aquele professor de Coimbra... Fraca figura, voz de velha, austeridade de professor, cortando a direito sem querer saber se atingia amigos ou não, anunciando e impondo sacrifícios, indiferente à imagem de simpatia ou antipatia que resultasse da sua ação...

Já noutro ensejo recordei o estranho sortilégio da sua oratória. Vínhamos do tempo da eloqüência parlamentar da primeira República, toda de improviso, sem grandes preocupações de beleza formal ou sequer de gramática. Os homens de governo nem sempre eram cultos, e mesmo oradores. As prosas políticas distinguiam-se em geral pela pobreza do conteúdo e do estilo. Mesmo algum que se destacava nos discursos valia-se da força da presença pessoal, do vigor da voz, da persuasão do gesto, da frase contundente ou rotunda para impressionar o auditório.

Os discursos de Salazar são completamente diferentes. Escrevia-os sempre: não dizia nada que não fosse pensado, refletido, amadurecido e depois expresso cuidadosamente numa prosa de recorte clássico. Ele mesmo lhes chamava, no Prefácio que escreveu para o 1º volume em que foram compilados, "pedaços de prosa que foram ditos". E explica por que os escrevia sempre: "Obrigado a falar, sem os dotes naturais dos oradores, sem essa magnífica consciência da superioridade própria sobre a multidão que dá o sangue frio, o à-vontade, a clareza dos raciocínios e a facilidade de expressão do pensamento, não me atreveria em coisa de responsabilidade política a deixar à

memória dos jornalistas colaboração no que devesse ser dito." Chegava a ocasião de dizê-los e aparecia perante o auditório um homem apagado, com o papel na mão, a ler numa voz timbrada mas pouco sedutora, sem atitudes tribunícias, sem um gesto... E o público, frio de início começava a seguir as suas idéias, a acompanhar os raciocínios, a ver refletido no que estava a ouvir as suas preocupações e os seus anseios, a sentir que se definiam as suas aspirações, e era a própria lógica interna do discurso e a sua beleza formal que conquistavam as pessoas, prendiam as atenções e faziam deflagrar de repente os aplausos. Salazar ao romperem as palmas, calava-se, passeava o olhar serenamente pela assistência e retomava a seguir a leitura no mesmo tom.

Dias depois do 25 de Abril de 1974 li num jornal estrangeiro a crônica de um repórter, entusiasta da revolução, como a maioria dos jornalistas que caíram nessa altura em Lisboa. E contava o plumitivo que ao saquearem um serviço qualquer os assaltantes tinham encontrado um volume de discursos de Salazar. Um deles abriu o livro e pôs-se a ler alto, imitando o grande homem. Comentava então o periodista que "ao ouvir aqueles lugares-comuns" o público ria divertido.

Aonde pode chegar a ignorância e o sectarismo! Antes de Salazar nenhum homem de Estado português escreveu como ele a nossa língua. E pode dizer-se também que nenhum pode, como ele, ser considerado um pensador, com muitas idéias novas e numerosíssimas fórmulas felizes cunhadas em frases lapidares que fizeram época. Lugares comuns é que não usava. Ainda que muitos dos seus pensamentos tivessem, depois de por ele expressos em sínteses admiráveis, passado a ser de uso corrente e às vezes repetidos até à saciedade como *slogans*.

Quando digo que nenhum homem de Estado escreveu até ele com a riqueza, a elegância, a força expressiva da sua prosa, não esqueço que há discursos políticos de Garrett, de José Estêvão ou de Antônio Cândido. Mas não são discursos de governantes — e só a esses considero homens de Estado para quem a ação é o principal e a oratória o acessório destinado a expor doutrinas, a explicar atos, a definir orientações. Para os parlamentares a palavra é o princípio e o meio, e ás vezes o fim. Para o verdadeiro estadista, porém, falar para o público é apenas conseqüência da necessidade de agir. Mas ainda que fossem comparáveis os discursos dos parlamentares com os dos homens de Estado, eu continuaria a considerar superior a prosa de Salazar. Porque esta não tem retórica. Não há nos discursos desse homem palavras a mais, tudo o que ele diz vem a propósito do seu tema e serve o objetivo que se propõe.

Estou-me a referir aos primeiros anos de Salazar no Ministério das Finanças e a lembrar-me da impressão profunda que causavam então as suas notas oficiosas, os seus relatórios, os seus discursos. Tudo escrito pelo seu punho, tudo com a marca pessoal do seu gosto e da elevação do seu espírito. As pessoas eram conquistadas pela superioridade do Ministro e pela força das suas idéias sempre coerentes com os atos que ia praticando. Sem o conhecerem de perto, sem lhe deverem favores (pelo contrário: sujeitando-se aos sacrifícios por ele impostos) numerosos portugueses foram assim enfileirando entre os admiradores e sequazes desse homem estranho.

8

O sucesso do Ministro das Finanças impunha-o como figura de proa da "situação". No seio do governo a sua preponderância acentuava-se de dia para dia. Forçados a obter o seu acordo para disporem dos recursos necessários à ação que queriam desenvolver, os outros membros do Governo vinham até junto do Dr. Salazar expor idéias e submeter-lhe projetos. E como não conseguisse fazer-se entender no Ministério das Colônias, onde lhe pediam assistência financeira sem oferecerem garantias de boa administração dos dinheiros, tomou conta interinamente da pasta em 1930, a procurar definir princípios (é a origem do *Acto Colonial*) e impor disciplina de processos. Mas não ficaria por aí a afirmação da sua crescente influência. Nesse ano ocorre uma crise ministerial e é já ele quem praticamente a resolve, colocando na presidência do Ministério pessoa da sua escolha e confiança: o General Domingos de Oliveira. Este, em íntima ligação com o Presidente Carmona, vai deixar o Dr. Salazar orientar cada vez mais de perto a ação do governo pondo-se em prática, afinal, o projeto referido na carta de 1927. Prepondera não apenas nos domínios da Economia, mas na própria política interna: é preciso sair da fase, por sua natureza transitória, da Ditadura Militar, elaborar uma nova Constituição e, para isso, importa mobilizar os partidários do governo enquadrando-os numa organização cívica, sem caráter de partido. Começa, pois, a trabalhar ativamente no programa da União Nacional que o Presidente do Ministério lê numa sessão de 30 de julho de 1930 em que Salazar profere importante discurso a explicá-lo. [1]

Os partidos estavam desacreditados e não se desejava tornar às lutas em que esterilmente tinham esgotado as melhores energias do País. Daqui resulta o apelo à União, uma congregação de homens de boa vontade em torno do interesse nacional. Abatessem as bandei-

(1) *Princípios fundamentais da revolução política*, in — *Discursos*, vol. I, págs. 69.

ras da véspera, esquecessem que haviam sido monárquicos ou republicanos, da direita ou da esquerda, para colaborarem todos na realização de um programa capaz de a todos reunir — um programa de reconstrução nacional, quer no plano material, quer na ordem moral.

Ao mesmo tempo Salazar pôs mãos à obra de traçar o projeto da nova Constituição. Por infelicidade, ele que já tempos antes tinha estado imobilizado com uma perna quebrada, é vítima nessa altura de uma afecção dos olhos que o obriga a permanecer horas sem ver luz e o impede de fazer grandes esforços com a vista para a leitura e a escrita.

Um amigo, o Dr. Quirino de Jesus, elabora o primeiro esboço da lei constitucional. Mas Salazar vai discuti-lo artigo por artigo, eu diria palavra por palavra, na ausência do autor. Na sua casa da rua do Funchal reúne colaboradores. O Doutor Domingos Fezas Vital, professor de Direito Constitucional em Coimbra, é o técnico que acompanha a revisão. Outros são chamados sobre um ponto ou outro em que os reputa peritos. Secretariei-o nesse trabalho, no meio de grande sigilo, lendo em voz alta cada artigo a discutir, escrevendo as alterações resolvidas e metendo a minha colherada nas discussões.

Salazar tinha idéias assentes sobre a orientação a seguir. Era preciso tirar lição do passado, ter em conta a maneira de ser dos portugueses e o modo como se praticara o parlamentarismo entre nós. Fazer constituições teoricamente perfeitas mas insusceptíveis de execução regular, de tal modo que fosse necessário a cada passo recorrer a expedientes inconstitucionais para governar, parecia-lhe um desatino. Mas fora o que se passara já em grande escala na Monarquia e depois continuara a ser regra no regime republicano. A supremacia do Parlamento e dos partidos tinha sido sempre causa de ineficácia na administração, de impotência no Governo e de turbulência na vida pública. Para se fazer alguma coisa recorria-se a ditaduras mais ou menos demoradas, cuja implantação ou cuja terminação provocavam muitas vezes movimentos revolucionários. Impunha-se dar ao Governo possibilidades de dirigir efetivamente a marcha do Estado, como aliás estava na tendência universal nessa época em que por todo o lado se pregava a necessidade do "Executivo forte".

Assegurar a estabilidade governativa, permitir que se traçassem planos de ação com a garantia de os cumprir, transformar o Governo em cabeça de uma administração eficaz, desintoxicar a Nação dos vícios da politicagem que não haviam deixado até 1926 fazer nada de jeito — eram as preocupações dominantes do Dr. Salazar na elaboração da lei fundamental. O seu realismo aldeão afastava as soluções idealistas sem probabilidades de passarem regularmente à prática ou cuja prática se antevisse inconveniente.

Nunca compreendi o motivo por que para redigir o relatório anteposto ao projeto resolveu afastar as pessoas que tinham colaborado até aí com ele e chamar alguém que não era jurista nem até aí participara na preparação da lei: o Dr. Pedro Theotônio Pereira. Salazar, por causa da sua conjuntivite, não podia escrever e, por não ser hábito nesse tempo, não sabia ditar. Então deu ao Pedro Theotônio a idéia do que queria e encarregou-o da redação. Estou convencido de que pretendeu evitar que alguém se arrogasse em exclusivo a colaboração nessa obra fundamental: assim foram vários a ajudá-lo, uns nisto, outros naquilo, diluindo-se no trabalho de equipe a contribuição de cada qual.

A posição de Salazar no Governo presidido pelo General Domingos de Oliveira era, porém, conhecida de todos. E começou a tornar-se evidente a necessidade de fazer corresponder as aparências às realidades. Aliás, desde que era Salazar quem de fato estava conduzindo a política e preparando a Constituição cuja execução tinha de orientar, era indispensável dar-lhe poderes que permitissem a eficácia do seu comando.

Nos meios militares havia ainda uma forte corrente contrária à entrega da Presidência do Ministério a um civil. Se se estava em Ditadura Militar era aos militares que competia ocupar os lugares-chave. O grupo de oficiais afeto ao Ministro das Finanças (de entre os quais se destacava Humberto Delgado) procurou ladear a questão. E obteve do Presidente da República que conferisse a Salazar a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Segundo os estatutos da Ordem aqueles que recebessem o grau de Grã-Cruz ficavam gozando honras de General. De modo que, diziam radiantes os tenentes fiéis ao Dr. Salazar, este, se não era General, passava a estar equiparado aos generais e tinha de ser honrado como se o fosse.

Esses fiéis fizeram mais: promoveram entre os seus camaradas uma subscrição para oferecer ao Ministro das Finanças as insígnias da condecoração, que lhe foram depois entregar em solene audiência no dia 28 de maio de 1932. Por coincidência na mesma data em que foi publicado nos jornais o projeto da nova Constituição Política destinada a pôr termo à Ditadura e a inaugurar uma era de normalidade jurídica.

Ao agradecer a homenagem dos militares Salazar aproveitou para, em curto discurso, expor o seu pensamento e deitar água na fervura daqueles que entendiam viver-se numa "ditadura de papa", com um governo mole, e ser necessário agir com outros métodos mais drásticos, sendo ainda cedo para passar a um regime constituído.

"Compreendo perfeitamente (disse Salazar) que a idéia da violência, no seu duplo aspecto de força estranha ao direito e de formulação de princípios legais com desconhecimento dos direitos alheios geralmente respeitados, compreendo, repito, que a idéia de violência surja, ao primeiro impulso, em espíritos fortemente impressionados com a grandeza dos males, das resistências e dos perigos e com exemplos exteriores nos dois pólos extremos da política ultra-conservadora e ultra-revolucionária."

Era já a tendência simplista dos militares, pouco cultos e pouco refletidos, que pensavam tudo poder ser resolvido à ponta da espada. Salazar foi o grande moderador dessa fase da vida portuguesa e explica porquê:

"Mas sempre me pareceu que o processo revolucionário da violência estaria contra-indicado entre nós, pelas experiências do passado, algumas vezes repetidas e sempre frustradas, pela natureza e circunstâncias do movimento militar, pelo doentio sentimentalismo do povo português, pelos riscos de uma aventura confusa quando são tantos e tão difíceis os problemas, pela falta de homens preparados para as exigências da ação nas posições dominantes dos diversos setores e, sobretudo, pela possibilidade de se obterem os mesmos fins por outros meios mais harmônicos com o nosso temperamento e as condições da vida portuguesa. Nem um poder que se considera limitado pela moral e pelo Direito pode fazer o que quer, mas apenas o que deve."

Eis a filosofia da sua política de não-violência que não deve confundir-se com fraqueza. Porque *"nós estamos condenados a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um governo de autoridade.* Ninguém, por isso, me passará adiante na arraigada convicção de que o Estado Novo deve ser bem forte e resistente para dominar as correntes revolucionárias, assegurar a unidade nacional, coordenar a atividade de todos os elementos, enfim, empreender e fomentar a verdadeira revolução..."

Em fins de junho julgou-se que tinha chegado a altura de o General Domingos de Oliveira deixar o Governo para o entregar a Salazar.

9

Mal a notícia da mudança começou a correr, a agitação apossou-se dos meios políticos e militares. O Dr. Salazar começou as consultas destinadas a formar o seu Ministério. Mas corria que algumas unidades da guarnição de Lisboa se oporiam à sua posse. No café "Brasileira do Chiado", onde me costumava encontrar com os amigos, entrava e saía gente constantemente: jornalistas, camaradas da política, militares salazaristas traziam as últimas novidades, espalhavam alarmes, anunciavam vitórias: o Major Ferreira do Amaral, prestigioso Comandante da Polícia, apoiava Salazar; o Governador-Civil de Lisboa, Tenente-Coronel João Luís de Moura, também; mas o regimento aquartelado no Castelo de S. Jorge resistia, assim como a Polícia de Defesa do Estado...

Salazar procurava um Ministro da Guerra e os militares convidados recusavam-se sucessivamente... Vencidas as dificuldades, o Governo foi anunciado mas com Salazar sobraçando interinamente a pasta da Guerra: só dias depois conseguiu preenchê-la.

A posse teve lugar em 5 de julho de 1932 e lá estive, cheio de fervor e de esperanças, a ouvir o discurso que o novo Presidente do Conselho proferiu.

Pálido, com ar cansado, mas com particular vigor na atitude e na voz, disse: "... o País conhece certamente o modo de ser do Chefe do Governo: não corre, não foge, não agrava, não transige, procura a justiça e o bem do povo e não desiste de, conforme as possibilidades e as exigências da consciência nacional, realizar, na parte que lhe possa caber, a transformação que a Ditadura, na sua gênese e no seu desenvolvimento, pretende fazer em Portugal."

E numa resposta altiva aos contestadores, de modo a não lhes deixar ilusões sobre a sua resolução de lhes fazer frente:

"O poder de que o Governo usa vem-lhe, de direito e de fato, do Senhor Presidente da República a quem, sempre que as circunstâncias o proporcionam, o Exército e a Nação têm afirmado apoio, adesão e confiança incondicionais. Enquanto o Governo tiver a con-

fiança do Senhor Presidente da República os homens que o constituem, sem terem procurado o mando, também o não deixarão cair das mãos."

No final foi um delírio de aclamações do público que enchia a vasta sala do Conselho de Estado. Os amigos do novo Presidente abraçavam-se com alegria. Mas a maioria deles interrogava-se: Salazar tem sido, sem dúvida, um grande Ministro das Finanças. Mas será um político?

As minhas relações com ele nos quase três anos decorridos desde a minha entrada como funcionário para o Ministério das Finanças tinham sido de pouca intimidade. A expectativa que me animara de início, de ser um colaborador intensamente aproveitado, foi-se desvanecendo com o tempo. Cheio de trabalho no meu gabinete, onde encontrei acumuladas centenas de processos atrasados e sobre o qual constantemente choviam consultas, raramente recebia alguma mensagem do Ministro transmitida por um secretário. Nos dois primeiros anos de serviço apenas uma vez ou outra fui recebido por Salazar, para me ouvir sobre qualquer questão ou me encarregar de algum trabalho mais delicado, sobretudo para a redação das respostas aos recursos interpostos de atos do Ministro perante o tribunal supremo a que estava confiado o contencioso administrativo.

Em outubro de 1930 casei-me e em junho de 1931 apresenteime na Faculdade de Direito a prestar provas de Doutoramento.

Aquilo que noutras ocasiões seria um exame como outro qualquer, apenas destacado pela dificuldade tradicional das provas e pela raridade delas (fui o quinto candidato ao grau de Doutor em Direito na Universidade de Lisboa), transformou-se, por via das circunstâncias, em acontecimento político.

No ambiente apaixonado em que se debatiam partidários e adversários da Ditadura e do Ministro, eu apareci como íntimo colaborador deste, uma espécie de seu mensageiro na Universidade, que era preciso abater.

No público e no júri formaram-se partidos. O jornal *República* publicava reportagens de página inteira em que procurava achincalhar o candidato insinuando a sua ignorância ou estupidez. E consoante o professor argüente era favorável ou não, eu já sabia que tinha interrogatório conduzido com boa ou má fé! Valeu-me o último interrogatório, sobre Direito Administrativo, ser feito por um professor que, não sendo parcial, fez uma prova dura mas leal de que me saí o melhor possível.

Fui aprovado e, quando esperava uma palavra amiga de felicitações de Salazar, recebi um bilhete bastante seco de agradecimento pela oferta da dissertação com cumprimentos para o novo Doutor.

Pouco tempo depois, meu sogro, João de Barros, veio dizer-me que um dos novos proprietários do *Jornal do Comércio e das Colônias*, Diniz Bordalo Pinheiro, queria conhecer-me e convidar-me para colaborar no periódico.

Meu sogro, poeta de grande relevo e projeção no seu tempo, que nos seus poemas exaltava as virtudes humanas da energia, da tenacidade e do otimismo, era desde os anos da juventude republicano e democrata. Tendo ganho em concurso de provas públicas no tempo da Monarquia o lugar de professor do Liceu, foi nomeado, após a proclamação da República, Diretor Geral do Ministério da Instrução Pública aí se tornando apóstolo de uma profunda reforma educativa que pudesse, não só instruir, como dar nova consciência cívica ao povo português, uma "educação republicana". Não conseguiu nada, ou conseguiu muito pouco, porque as condições em que se desenrolava a vida do regime não permitiram mais.

Com a revolução de 28 de maio saiu, como era natural, do Ministério e regressou ao Liceu. Fiel até à morte aos seus princípios e aos seus amigos nunca aceitou a Ditadura nem o regime que se lhe seguiu. E colaborando no *Diário de Lisboa*, dirigido e administrado por dois grandes amigos seus, Joaquim Manso e Pedro Bordalo Pinheiro, foi infatigável no apostolado das idéias que professava e da política do estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil.

Apesar de professarmos credos políticos diferentes, de pertencermos a gerações distintas e de termos as nossas relações pessoais em campos diversos (o que tanto influi nas posições dos homens) ligou-nos toda a vida uma profunda amizade.

Minha mulher era a sua única filha e deu-lhe os primeiros netos numa altura em que, amargurado com a vida pública, mais se refugiou nas afeições familiares. Não se passava um dia sem que fosse à minha casa. Falávamos de literatura, trazia-me livros novos, através dele conheci escritores brasileiros e descobri, por ocasião da publicação de *Clarissa*, o talento de Érico Veríssimo. Falávamos de muita coisa em que nos podíamos entender, evitando cuidadosamente tocar no que sabíamos que pudesse magoar o outro. Assim decorreram mais de trinta anos de amizade sem mácula, com espanto de quantos, neste mundo saturado de ódio e intolerância, não compreendiam que se pudesse conviver, com respeito mútuo e afeição sincera, atuando em campos opostos e sem sacrifício da ação de cada um.

Tempos depois de me encontrar exilado no Brasil mão amiga fez chegar até mim um artigo publicado por Carlos Maul, no *Jornal do Comércio* do Rio, em 25 de setembro de 1968, quando, em virtude da grave doença de Salazar, se especulava acerca da sua sucessão.

E li enternecido, como uma mensagem de além-túmulo de meu sogro, as seguintes palavras de Carlos Maul:

"Sobre a personalidade de Marcello Caetano penso que, apesar de não conhecê-lo de perto, poderei trazer a público algo de bastante sugestivo. É o que me permitem as estreitas relações que mantive, desde 1912 até à data da sua morte, com o seu eminente sogro, o grande poeta João de Barros, nas vezes em que nos visitou...

"João de Barros participou ativamente da política em seu País, antes da queda da primeira República. Foi Ministro de Estado várias vezes, e tanto nesses cargos como na literatura se revelou um dos mais eficazes promotores do intercâmbio luso-brasileiro em termos práticos. No ostracismo o poeta do *Anteu* se manteve discretamente e o fato de ter o marido de sua filha nos quadros dirigentes da Nação não o impedia de a ele referir-se com irrestrita admiração aos seus méritos de estadista.

"Não era um ressentido. Conformara-se com a mudança e louvava o esforço do parente. A diferença de posições públicas nada tinha a ver com a vida íntima de ambos, o que é muito raro encontrar-se onde quer que as idéias antagônicas costumam criar um clima de afastamento. Das confidências de João de Barros concluí que tanto ele como Marcello Caetano eram individualidades excepcionais, e que Salazar, fazendo desse companheiro um de seus possíveis sucessores, também merecia o título de excepcional, o de um homem que não via nos laços de família de seus Ministros incompatibilidades com as altas razões de Estado.

"Pelo que me contava dos êxitos de Marcello Caetano a quem estimava com ternura paternal, João de Barros fez-me compreender que não era um fanático da situação que perdera, nem se sentia menos português por pensar que seu genro militava num sistema oposto ao em que fora criado. Eu direi que, no fundo, ele e Marcello Caetano eram democratas..."

Foi, pois, meu sogro que me apresentou ao Diniz Bordalo Pinheiro quando este quis remodelar o *Jornal do Comércio e das Colônias*, decano da imprensa portuguesa do Continente, fundado salvo erro em 1852.

O jornal era nessa altura o que na gíria dos meios da imprensa de então se chamava "um pastelão". De grande formato, mal impresso numa pré-histórica máquina plana e todo composto manualmente, as firmas comerciais assinavam-no para verem nas últimas páginas o movimento dos navios no porto de Lisboa e o rol das mercadorias neles embarcadas e deles desembarcadas. Era escolhido para publicar os relatórios das sociedades anônimas anualmente que os própros interessados levavam ao balcão da administração: não havia angariadores, nem comissões...

Na primeira página trazia uns artigos que ninguém lia: os assinantes assim que recebiam o número espetavam-no num prego exis-

tente na parede com a página dos navios à vista. Por isso, a grande escritora Maria Amália Vaz de Carvalho que nele colaborara longos anos costumava dizer que aquela colaboração era imprescindível à sua higiene mental:

— Quando tenho alguma coisa que me aflige e que preciso absolutamente de deitar cá para fora mas sem que ninguém o saiba, escrevo-a para o *Jornal do Comércio*...

Diniz Bordalo convidou-me a escrever sobre Economia e Finanças desejando que o jornal apoiasse Salazar. E na mesma altura, mais ou menos, admitiu também a colaborar com a sua prosa viva e original, o Antônio Eça de Queiroz, que toda a vida sofreu, como escritor, de ninguém resistir a fazer o paralelo entre o estilo dele e o de seu glorioso Pai.

— Ele não escreverá mal (comentava-se). Mas como se atreve a usar o nome de Eça de Queiroz? Não chega, nunca chegará, aos calcanhares do Pai. Devia assinar com pseudônimo...
... o que talvez fosse verdade.

10

Comecei, pois, a colaborar no *Jornal,* aonde me dirigia assiduamente, acompanhando a profunda transformação que o Diniz Bordalo lhe imprimiu. Nele fui comentando a evolução econômica do País e a obra financeira de Salazar. Este tornou-se leitor do jornal. Nenhum dos órgãos da imprensa diária estava nessa altura a seu lado. Quase todos os cronistas econômicos e financeiros lhe faziam reservas. O *Jornal do Comércio* foi o primeiro a procurar explicar o que se estava fazendo e os resultados que se iam colhendo. Antônio Eça, por seu lado, comentava os acontecimentos políticos e não poupava os adversários do Ministro à sua ironia. O caso é que o periódico começou a ter leitores e Salazar mostrou-se reconhecido ao que eu estava fazendo por ele.

— O senhor (tratou-me sempre assim, como era costume os lentes tratarem os alunos na Universidade), o senhor está-me prestando um grande serviço. Tenho verificado que os seus artigos são lidos nos meios econômicos onde me interessava muito que penetrasse o esclarecimento da minha ação. E olhe que até eu passei a ser leitor assíduo do jornal! Pode gabar-se de ter-me criado o vício da leitura do *Jornal do Comércio*...

As sessões de trabalho na sua residência, já então na Rua do Funchal, a quando da elaboração do projeto da Constituição, aproximaram-nos mais. Algumas vezes me reteve para almoçar com ele e num dia de maio de 1932 em que concluímos a revisão final, almoçamos e jantamos juntos. Nos intervalos conversávamos sobre os problemas nacionais, as perspectivas políticas, o modo de ser dos militares, as reformas que projetava e as dificuldades com que lutava.

Pronto o projeto, foi logo submetido a um alto órgão recentemente criado para assessorar o Governo, denominado Conselho Político Nacional. E na noite de 1º de junho de 1932 (como tenho presente essa data!) chamou-me pelo telefone à sua casa, com urgência.

Acorri logo. Encontrei-o mais magro que no dia em que, pouco antes, tínhamos acabado o projeto constitucional. Quando lhe notei

o fato respondeu-me que estava pior, muito pior, dos olhos e do estado geral. E contou-me a grande preocupação que nessa hora o afligia.

Reunido o Conselho Político Nacional fora distribuído o projeto a todos os seus membros. No texto figurava um artigo em que, a propósito da opinião pública, se definia o papel da imprensa como "uma função pública", e se estabelecia a obrigação da publicação das notas oficiosas que fossem enviadas aos jornais pelo Governo.

O Dr. Martinho Nobre de Melo, vogal do Conselho, mal recebera o seu exemplar do projeto apressara-se a entregá-lo ao diretor de *O Século*, João Pereira da Rosa, e viera depois pedir outro, com o pretexto de ter extraviado o primeiro.

O Pereira da Rosa reuniu os diretores dos jornais, comunicou-lhes o que sabia e da reunião saiu uma representação a solicitar determinadas alterações ao artigo. E como o Governo insistisse em que o projeto devia ser publicado, para discussão pública e recolha de sugestões, com a redação inicial, quatro empresas jornalísticas de Lisboa e três do Porto tinham declarado que não discutiriam nos seus jornais nem consentiriam que fosse apreciado nas colunas deles o projeto constitucional.

O Conselho de Ministros reunira na véspera (31 de maio) e, examinando o caso, resolvera que o Ministro do Interior chamasse no dia 2 os diretores dos jornais e procurasse persuadi-los a desistirem de uma prova de força com o Governo, pois caso contrário este estava disposto a fazer valer a autoridade do Estado fosse como fosse.

Que queria ele de mim? Que fosse imediatamente ao *Jornal do Comércio* e procurasse convencer o Diniz Bordalo a separar-se dos outros e até a intervir junto deles no sentido de os chamar às realidades. Àquela hora, outras pessoas estavam efetuando diligências análogas nos restantes jornais.

Respondi-lhe que iria prontamente fazer o que me pedia. Mas reparasse bem nos efeitos de uma intransigência a todo o transe: ele arriscar-se-ia a perder apoios preciosos, uns atrás dos outros...

A isto sacudidamente retorquiu pouco lhe importarem apoios políticos.

— Estou farto desse jogo de uns senhores que andam a fingir de importantes e representativos e que, com ar solene, hoje dão apoio, amanhã tiram o apoio, depois condicionam a restituição do apoio... Monárquicos, republicanos, católicos, interesses econômicos, passam a vida nisso... Que me importa o que eles dizem? Eu vivo perfeitamente sem tais apoios. Porque quem me preocupa, no esforço que diariamente desenvolvo, é essa pobre gente que labuta por Portugal inteiro, sofre, trabalha arduamente a terra com a enxada

e paga as suas contribuições. Confio apenas na Providência Divina e nessa massa popular que quer uma administração séria e a garantia da paz e da ordem...

Fui dali para a redação do jornal onde narrei ao Diniz a conversa que tinha acabado de ter, e a mensagem de que era portador. Mostrou-me a declaração conjunta, assinada por todos os diretores de jornais diários, que devia ser publicada em toda a imprensa no dia seguinte. Apelei veementemente para o seu bom senso, telefonamos ao Pereira da Rosa já apertado de outros lados e resolveu-se o adiamento da publicação... que veio, afinal, a ficar sem efeito.

Passava-se isto pouco tempo antes, como se vê, de Salazar ascender à chefia do Governo. De modo que nesse mês de julho de 1932 já estavam apertados entre nós, para além das simples relações de funcionário para Ministro, laços de colaboração política.

O novo Presidente do Ministério sentiu imediatamente após a posse a necessidade de apoios... A União Nacional existia, embora sem manifestações apreciáveis de vitalidade. Era preciso revigorá-la. E passado o verão — durante o qual se celebraram os funerais do último rei de Portugal, D. Manuel II, falecido em Inglaterra e trasladado logo para Lisboa a fim de repousar no Panteão da Casa de Bragança — Salazar lançou-se em laboriosas diligências para a reanimar. Daí resultou a constituição dos novos corpos gerentes — a Comissão Central e a Junta Consultiva — anunciada em 23 de novembro de 1932.

Na Junta Central entravam, juntamente com outras pessoas mais velhas, Albino dos Reis (então Ministro do Interior), Manuel Rodrigues e Armindo Monteiro. Da Junta Consultiva faziam parte umas tantas personalidades cujos nomes se julgava conveniente alinhar. E, com surpresa minha, Salazar chamou-me convidando-me a aí figurar também. Eu era o benjamim daquele colégio de respeitáveis figuras, o único da minha geração, com grande diferença de idade do vogal que se me seguia, o João do Amaral, com mais treze anos do que eu.

Tomamos posse em solene sessão em que Salazar proferiu um dos mais notáveis discursos, publicado depois sob o título de "As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional".

Nesse discurso, ponderando que se está gerando uma forma nova de regime político em plena viragem da História e que "nos vários setores da política portuguesa, deformada pela noção de partido, nem sempre se tem feito uma idéia do que queremos e daquilo que eles próprios representam ou podem significar na orgânica do Estado futuro e no momento que estamos vivendo", passa em revista a situação e as perspectivas dos diversos agrupamentos políticos. Primeiro os monárquicos. Depois os católicos. A seguir os antigos partidos repu-

blicanos. Finalmente as organizações operárias. Para concluir que todos estes grupos perderam a sua razão de ser e de lutar separadamente, e que no novo regime podem os seus membros encontrar lugar para realizar as suas aspirações convergindo no ideal comum do interesse nacional. [1]

O discurso produziu um efeito considerável na opinião pública. Mas muitos não o entenderam. Os monárquicos acharam que procurava enterrar depressa demais a causa por que se batiam. Os republicanos tampouco ficaram satisfeitos. De maneira geral foi achado demasiado crítico e pouco construtivo. Só Joaquim Manso, antigo condiscípulo de Salazar, me disse: "O discurso é formidável. O Salazar introduziu a clareza nas contas e na política portuguesa. Aquele diabo é frio: o que constitui uma excepção neste País de esquentados..."

A tarefa imediata a cumprir era a de preparar o plebiscito de que deveria sair a aprovação do projeto constitucional. Fora pobríssima a discussão na imprensa de que tanto se esperava e para a qual Salazar insistira em anunciar a maior liberdade. O projeto era bastante eclético, instaurava o presidencialismo mas com um Primeiro-ministro denominado Presidente do Conselho, não excluía as instituições representativas nem as formas democráticas com o Chefe de Estado e a Assembléia Nacional eleitos por sufrágio universal, direto e secreto. E quanto à Câmara Corporativa todos estavam de acordo quanto à sua necessidade, por sinal que os traços da sua orgânica coincidiam bastante com o que fora preconizado nas páginas da *Seara Nova* para salvar o parlamentarismo. [2]

A primeira parte juntava à declaração clássica dos direitos individuais a afirmação dos direitos sociais que a Constituição socialista da República Alemã do Weimar em 1919 pusera em voga. O texto correspondia aos anseios repetidamente manifestados em Portugal, desde o princípio da década de 20 sobretudo, e às modas mais recentes da Ciência Política, onde, sobretudo nas Universidades portuguesas, reinava o positivismo traduzido em termos jurídicos por Léon Duguit. Não admira, pois, que as críticas expressas durante o largo período facultado ao exame e discussão pública não fossem numerosas nem profundas. E que o projeto definitivo, que foi submetido ao voto do eleitorado, não diferisse do submetido à discussão senão em aspectos formais e num ou noutro ponto secundário.

Salazar quis ser ele a encerrar a análise do projeto explicando numa conferência os "aspectos econômicos da nova Constituição". Fora sua intenção pronunciá-la na cidade do Porto. Mas enquanto a opinião pública se mostrava francamente favorável ao texto consti-

(1) *Discursos*, vol. I, pág. 159.

(2) Cit. *Antologia*, vol. II, pág. 107 e segs.

tucional, os agitadores, ao aproximar-se a data marcada para o sufrágio, faziam um esforço desesperado para impedi-lo e para desencadear uma onda de boatos terroristas. A vida do Presidente do Conselho estava ameaçada. As autoridades consideraram inconveniente a sua deslocação.

A conferência teve, pois, lugar em Lisboa numa sala da sede da União Nacional onde cabiam umas cem pessoas, entre as quais me encontrava. Era o anúncio de uma nova ordem econômica a emergir da grande crise em que o Mundo ainda se debatia. Os processos e os conceitos da Economia tinham de ser revistos: a nova Constituição Portuguesa consagrava já algumas normas que no plano nacional a deveriam nortear. Não mais a vida econômica poderia ser dominada pelo egoísmo dos indivíduos, das classes ou das Nações. O interesse geral deveria ser contemplado ao disciplinar-se o uso da riqueza, a produção, o comércio, o trabalho, tendo presentes as necessidades de maior justiça social.

Era uma linguagem nova, onde ressoavam os ensinamentos da Igreja.

Essa conferência teve uma particularidade digna de registro: foi, se bem me lembro, a primeira transmitida pela rádio. Já que não tinha sido possível pronunciá-la no Porto, alguém sugeriu a utilização da Emissora Nacional que naquele mesmo mês inaugurava as suas emissões regulares, a fim de levar até aos primitivos destinatários, diretamente, a voz do orador. E assim sucedeu. Como era pequeno o número de receptores existentes nas residências, instalaram-se em vários lugares públicos de Lisboa e do Porto alto-falantes. Pequenas multidões se aglomeraram em frente de cada um para escutar a voz de Salazar. E a todos pareceu um prodígio este recurso técnico que ampliava a muitos milhares de pessoas o pequeno e escolhido auditório que rodeava o conferente.

11

A votação do projeto da Constituição teve lugar, por escrutínio secreto, no Domingo, 19 de março.

Foi grande a afluência às urnas. Votei no ginásio do Liceu Camões onde estava a mesa a que correspondia a minha inscrição nos cadernos eleitorais. Os rumores de perturbação da ordem não intimidaram o eleitorado. O ginásio estava cheio de gente e entre os partidários do Governo reinava efervescente entusiasmo. Era a esperança de que se iniciasse — como de fato iniciou — uma era nova na história política do País, em que ele pudesse progredir e engrandecer-se numa paz garantidora da fruição de autênticas liberdades.

Seguiram-se, nos dias seguintes, as operações de apuração da votação em todo o País que deveriam culminar na apuração final a cargo do Supremo Tribunal de Justiça. [1]

Nesse intervalo a atividade de Salazar é incessante, apesar de continuar em condições precárias de saúde. Queria dar à Nação a impressão de que realmente se entrava numa fase bem definida da sua História, substituindo a simples Situação por um Regime. Este era denominado, na propaganda oficial, Estado Novo. No pensamento e nas intenções dos governantes estava, efetivamente, a modernização das estruturas e das idéias que as deveriam animar.

De modo que, por um lado, era preciso remodelar o Governo — o primeiro Governo constitucional a partir de maio de 1926. Por outro publicar, simultaneamente com o texto da nova Constituição, as leis que assegurassem o efetivo funcionamento das suas instituições e a garantia dos direitos nela declarados.

A remodelação ministerial não foi tão ampla como se esperava. Salazar não gostou nunca de mudar freqüentemente os Ministros porque "cada Ministro novo tem um período de aprendizagem que

(1) A própria Constituição aprovada por plebiscito determinava nas suas disposições transitórias que a Assembléia Nacional, a eleger a seguir, tivesse, na primeira legislatura, poderes constituintes para poder rever os preceitos dela, como efetivamente sucedeu.

atrasa os serviços e aumenta os riscos de erro". Por outro lado conhecia poucas pessoas e, não querendo recorrer aos antigos políticos nem abusar do recrutamento entre militares, ficava a dispor apenas de um número reduzido de homens experientes, porque a maioria dos partidários da nova ordem de coisas era formada por jovens.

Esse primeiro Governo teria a seu cargo a aplicação das novas doutrinas constitucionais de entre as quais a mais importante era, sem dúvida, a doutrina corporativa.

Em 7 de abril chamou-me e anunciou-me que ia criar na Presidência do Conselho um lugar de Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. Para o desempenhar procurava um homem novo, e fixara três nomes de entre os quais queria escolher. Dissemos: além do meu, figuravam na lista João Lumbrales, professor da Faculdade de Direito de Coimbra onde o substituía nas cadeiras por ele deixadas, e Pedro Theotônio Pereira. Creio que já tinha sondado estes dois: era a minha vez de o ser.

Mas, por mais honroso que para os 26 anos que então contava fosse o convite, não o pude aceitar. Estava à beira de prestar provas de concurso para Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, com dissertação impressa e data marcada, e para tais provas me tinha longa e arduamente preparado. A carreira universitária era a minha aspiração. Se naquela altura entrasse para o Governo isso significaria a renúncia ao rumo que há tantos anos projetara dar à vida, a ruína total dos meus mais acarinhados sonhos.

Salazar aceitou bem as minhas razões. E logo após a publicação da Constituição, no *Diário do Governo* de 11 de abril de 1933, foi nomeado o novo Governo em que no Subsecretariado das Corporações figurava o Pedro Theotônio Pereira que aí realizou uma obra notabilíssima lançando as bases da nova legislação do trabalho e institucionalizando a previdência social em termos que permitiram o desenvolvimento posteriormente alcançado.

Nesse Governo só havia dois Subsecretários: o das Corporações e o das Finanças. E não tomaram posse na Presidência da República: deu-lha o Presidente do Conselho de Ministros no gabinete que ainda usava de Ministro das Finanças.

A posse foi privada: além de Salazar e do pessoal do Gabinete, só assistimos Armindo Monteiro e eu. Salazar afetuosamente advertiu-me:

— O senhor e o Lumbrales desta vez escaparam... Mas ficam reservados para outra oportunidade...

No final pôs-se o problema da instalação do novo Subsecretário. E Salazar indicou o gabinete até aí ocupado pelo Presidente do Minis-

tério, General Domingos de Oliveira; ele continuaria a usar aquele onde estávamos, das Finanças, pasta que mantivera a seu cargo.

Alguém perguntou onde era o gabinete do Presidente. E Salazar, ignoro se num gesto intencional, virou-se para o Armindo Monteiro a passar-lhe a pergunta:

— Olhe que não sei... Nunca lá fui!

Em junho seguinte fui aprovado no concurso para o professorado, entrando imediatamente ao serviço de exames. E em outubro iniciava a minha vida docente, encarregado da cadeira de Direito Administrativo e do curso de Administração Colonial.

É uma fase da minha vida cheia de interesse e de trabalho. A preparação das aulas levava-me largas horas. O meu lar contava já com dois filhos, e a eles e à minha mulher dedicava todo o carinho e atenção que podia. Começava a ser consultado como jurisconsulto e a ser solicitado para o apostolado das novas idéias corporativas.

Pois nesse mesmo mês de outubro de 1933 recebo um novo apelo de Salazar. A difusão e a aplicação dos princípios constitucionais exigiam que a União Nacional se empenhasse na consciencialização popular. Para isso a respectiva Comissão Central resolvera criar uma Comissão Executiva com três membros: Albino dos Reis, que deixara o Ministério do Interior e assumira as funções de Juiz do Supremo Tribunal Administrativo, o Prof. Antônio Carneiro Pacheco e eu. Decerto me não recusaria a prestar esse serviço... E não recusei.

Na primeira reunião que tivemos com Salazar expus o meu plano de ação. Era preciso criar um objetivo imediato em função do qual se intensificasse a organização das comissões locais, o recrutamento dos filiados, o debate das idéias, a mobilização dos recursos. Esse objetivo propunha eu que fosse a realização do 1º Congresso da União Nacional em 28 de maio do ano próximo. Dispúnhamos apenas de seis escassos meses úteis: bem aproveitados chegariam, desde de que se não perdesse um só dia.

A proposta foi aceite e eu fiquei encarregado de submeter ao Presidente do Conselho um programa pormenorizado das fases preparatórias e o plano do Congresso para, uma vez aprovado, a Comissão pôr mãos à obra.

Com sacrifício do meu tempo e sobretudo do meu repouso elaborei o programa e um detalhado plano e apressei-me a comunicar ao Chefe de Gabinete do Presidente, Leal Marques, que o trabalho estava pronto e eu à disposição do Dr. Salazar, como ficara combinado.

Mas os dias foram passando, durante todo o mês de novembro as minhas insistências ficavam sem resposta e entretanto entramos

nas férias do Natal, época morta para fazer andar um projeto político. A Comissão Executiva reunia duas vezes por semana, despachava o expediente corrente, mas o arranque estava dependente de aprovação superior... Então, em janeiro, escrevi ao Dr. Salazar a comunicar-lhe que não poderia continuar a exercer as funções para que me designara. E quando Leal Marques me telefonou, açodado, a dizer que o Sr. Presidente me ia receber, respondi-lhe que era tarde: todo o cronograma que projetara estava prejudicado e não sabia trabalhar assim. Acabou desse modo a minha participação na primeira Comissão Executiva da União Nacional.

Salazar não levou a bem que eu tivesse procedido como procedi, e eu fiquei agastado com a falta de interesse dele. Houve um arrufo entre nós que iria durar anos.

12

Entre os mais importantes diplomas complementares da Constituição a publicar contava-se o Código Administrativo. Havia uma tradição portuguesa de codificação que vinha de 1836, e a última versão do Código fora publicada em 1896. A República prometera logo à nascença o seu Código Administrativo e sucessivas comissões e comissários haviam sido nomeados para o elaborar sem que, de 1910 a 1933, a promessa tivesse sido cumprida. Era preciso acabar com essa lacuna e nesse sentido instei várias vezes com o Dr. Salazar.

Em maio de 1934 o Dr. Fezas Vital comunicou-me que Salazar o chamara para o incumbir da elaboração do projeto do Código, dizendo-lhe que deveria pôr-se em contato comigo, já que sabia que "cu tinha idéias a esse respeito".

Respondi que se ele queria que eu interviesse no assunto devia dizer-mo pessoalmente. Passados dias recebeu-nos aos dois, a Fezas Vital e a mim. Estava carrancudo comigo e dirigia-se na conversa sobretudo ao meu colega.

Fezas Vital fora infeliz como Reitor da Universidade de Coimbra e pedira para vir em comissão ensinar na de Lisboa. Era um homem sério e de caráter, profundamente coimbrão. Sofria porém de uma terrível insegurança, passava a vida a perguntar aos outros se o que fazia estava bem, se o que escrevia estava certo, era um indeciso. Professor de Diretio Constitucional era hóspede no Administrativo e nunca tinha pensado em codificá-lo.

Na conversa mostrou-se hesitante e declarou que só com muito tempo de estudo se poderia tentar elaborar o projeto desejado. Intervim então a contestar esse ponto de vista. Por mim a tarefa não era assim tão difícil. Durante a preparação para o Doutoramento e o concurso para o professorado tinha sido obrigado a estudar a legislação dispersa e confusa, preocupara-me com os problemas da Administração local e visionara soluções para eles. Depois fiz uma paciente pesquisa histórica sobre *A Codificação Administrativa em Portugal — Um século de experiências,* conforme intitulei o ensaio que publiquei na Revista da Faculdade, e onde analisava os códigos administrativos

portugueses e suas leis complementares, averiguando as razões do êxito ou inêxito de cada uma das fórmulas experimentadas. Estava a par da legislação estrangeira. De modo que podia comprometer-me a apresentar em breve o trabalho, que submeteria à revisão de quem o Governo achasse conveniente. Salazar abriu-se um pouco e condescendeu em ver comigo umas bases que eu lhe apresentaria na semana seguinte. Para evitar novos atritos, marcou-se logo ali o dia e a hora da entrevista.

Redigi as bases que mostrei primeiro ao Dr. Vital: foram tudo dúvidas, reservas, restrições de sua parte. No dia aprazado reunimo-nos na Rua do Funchal: Salazar ouviu ler as bases, que eu ia comentando uma a uma, respondendo depois às suas observações e no final deu-me a luz verde. À saída, Fezas Vital, eufórico, achava naturalíssima a plena aprovação recebida: eram soluções e princípios cuja correção e oportunidade estavam mesmo a ver-se... Foi sempre assim submisso à palavra de Salazar.

No verão desse ano deitei-me ao trabalho e em setembro entreguei o projeto da primeira parte do Código, que era a fundamental por dela dependerem as outras. E enquanto com o Dr. Vital discutia esta parte, ia elaborando as outras exercendo a presidência de uma pequena comissão de funcionários para estudar as finanças locais, sua situação e suas perspectivas, visto que dos recursos disponíveis dependeria o grau de descentralização a conceder na lei. Trabalhou-se bem e depressa.

Toco neste assunto porque a elaboração do Código Administrativo, que reputo um dos maiores serviços por mim prestados ao regime, marca a época de maior frieza nas minhas relações com Salazar. Este tratava sempre com Fezas Vital, e só com ele, os assuntos respeitantes ao Código.

Eu era o jovem impertinente que se permitia atitudes rebeldes. Na revisão do projeto do próprio Código Administrativo que veio a ser promulgado em 31 de dezembro de 1936, discuti vivamente as soluções que o Governo queria impor, e às vezes impôs. Reconheço que não tinha um feitio cômodo e que eram muitas as verduras da mocidade...

Todavia o espírito de justiça de Salazar não deixou que o meu esforço ficasse sem ser publicamente reconhecido: com surpresa minha (e de toda a gente: eu tinha apenas 30 anos...) fui agraciado com a Grã-Cruz de Cristo, também dada ao Dr. Fezas Vital. E tendo sido estabelecido que o Código seria submetido à prova de um período experimental de quatro anos, fui nomeado para presidir à comissão encarregada de tirar as lições da experiência. E encarregado de adaptá-lo às ilhas adjacentes. Para isso percorri todas as ilhas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira; estive nas sedes dos seus 30 municí-

pios; conversei com todos quantos, na administração distrital e municipal, tinham alguma coisa a dizer ou a sugerir. E de tudo isso resultou o Estatuto dos Distritos Autônomos das ilhas adjacentes e a Lei orgânica complementar, que depois acompanharam a versão revista em 1940 do Código Administrativo. Posso dizer, sem receio de contradita, que poucas vezes uma reforma administrativa foi elaborada e aplicada com tanta cautela, preocupação de ajustamento às realidades e consideração pela opinião pública. Graças ao Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, as divergências com Salazar iam sendo atenuadas, começou a receber-me sempre que eu solicitava e nas nossas entrevistas havia cada vez menos agressividade recíproca. Apesar de não abrandar, pelo contrário, o autoritarismo do Presidente do Conselho.

É que o período que se segue à publicação da Constituição correspondeu a uma ininterrupta ascensão do prestígio e do poder de Salazar. Ele é o mestre e o chefe: por sinal que o título da tradução francesa do volume das entrevistas dadas a Antônio Ferro — *Le Portugal et son chef* — desencadeara uma intriga, sobretudo nos meios militares. Quem é o chefe? Carmona ou Salazar? O General ou o civil? O espírito superior do Presidente da República não deixou que a insídia fosse adiante.

Mas a verdade é que na vida nacional a chefia de Salazar cada vez mais se faz sentir. Manda com segurança e decisão: as suas qualidades naturais de comando manifestam-se em toda a plenitude. Gosta de mandar e de ser obedecido prontamente. Não aprecia discussões. Ouve com atenção o que lhe dizem mas desde que exprime uma opinião já não se afastará mais dela.

Nem admite que, tomada uma deliberação com o selo do Estado, alguém resista a acatá-la. O caso das reformas militares de 1937 foi típico. Desde maio de 1936 que Salazar, conservando a pasta das Finanças, tinha chamado a si a da Guerra.

A intervenção de Portugal no conflito mundial de 1914-18 forçara a enorme alargamento dos quadros do Exército. Desmobilizado este, ficou a existir um excesso de oficiais, sobretudo nos quadros subalternos. As promoções eram lentas, chegando-se a permanecer 20 anos no posto de tenente, e os soldos eram baixos.

Tornava-se indispensável reduzir o número de oficiais e diminuir o limite de idade de permanência em cada posto, passando à reserva os dispensáveis e pagando melhor aos que ficassem. Foi o objetivo das reformas publicadas em dezembro de 1937, em que tinha trabalhado o então jovem Subsecretário de Estado, Capitão Fernando dos Santos Costa.

Mas as leis iam atingir numerosos oficiais considerados sustentáculos do regime. E houve um alarido de protestos no meio das

fileiras. Certas unidades, das mais fortes da guarnição de Lisboa, puseram-se de prevenção por iniciativa própria em atitude de rebeldia.

Salazar porém não transigia.

O Governador Militar de Lisboa era o General Domingos de Oliveira, antigo Presidente do Ministério. Foi em 7 de janeiro de 1938 expor ao seu sucessor no Governo o descontentamento da tropa e pedir a revisão das leis. Salazar ouviu-o, deu-lhe todas as explicações, considerou que havia na formulação das críticas muita precipitação que resultava do mau entendimento dos textos, publicou uma nota oficiosa a dar conta da audiência e dos assuntos tratados, mas não cedeu. Escreveu depois ao Chefe do Estado a narrar-lhe o conflito e a pôr o seu lugar à disposição dele. Carmona chamou-o e ratificou-lhe a confiança.

Foram muitas, nesses dias, as pressões para que transigisse. O próprio Cardeal Cerejeira, a pedido de senhoras das famílias de oficiais atingidos, intercedeu junto dele. Mas Salazar entendia que não devia permanecer desprestigiado no cargo. E embora, como mais tarde me confessou, estivesse na resolução de não resistir a qualquer ato de força — "eu, mesmo que tivesse meios de resistência ao golpe militar, não mandaria disparar um tiro..." — ficou firme no que entendia razoável e indispensável à eficiência das instituições. Até que por fim as exaltações passaram, os oficiais recolheram a suas casas, e as leis foram cumpridas... Mais tarde retocou-as, aqui e além.

O seu estilo de trabalho vai-se definindo à medida que as responsabilidades crescem e as tarefas se multiplicam. Uma atividade metódica que não deixará mais de ter.

Que admirável método! Não há papel que lhe venha às mãos que não leia atentamente, anotando a data em que dele toma conhecimento e lançando à margem, se for caso disso, os seus apontamentos. Como o tempo é pouco para tudo quanto tem a fazer, recebe cada vez menos pessoas: mas escreve sem descanso, notas em papéis destacados de blocos dirigidas aos seus colaboradores, minutas de ofícios, cartas, despachos diplomáticos, apontamentos de conversas, telegramas a expedir... Tudo pela sua mão, numa letra que se torna cada vez menos legível.

Os problemas acumulam-se: depois da crise econômica mundial de 1929 cujos efeitos se fizeram sentir duramente nos anos seguintes, tinha sido proclamada em 1931 a República Espanhola, com a inquietação permanente ao pé da porta e a ajuda dada aos inimigos do regime português, e em 1936 eclode furiosamente a guerra civil. Em maio desse ano de 1936 Salazar, que conservaria a pasta das Finanças até 1940, assume, como atrás disse, a da Guerra que só

deixará em 1944; e em novembro seguinte encarrega-se do Ministério dos Negócios Estrangeiros que conservará até 1947. Quer dizer que entre 1936 e 1940 gere três Ministérios — embora deixando bastante liberdade aos Subsecretários das Finanças e da Guerra e ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Teixeira de Sampaio. Mas a direção desta Secretaria de Estado absorve-lhe muita atenção e muito tempo. A guerra de Espanha implica delicadíssima atividade diplomática e, quando ela acaba, estala em 1939 a guerra mundial.

O ano de 1940 pode considerar-se porém o do apogeu da sua glória: vencido o comunismo em Espanha, prestigiado internacionalmente Portugal com uma situação econômica e financeira invejável, a oposição enfraquecida — o País pode entregar-se jubiloso às comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração. Ninguém que tenha acompanhado o ato inaugural no Castelo de Guimarães, em 4 de junho, esquecerá o frêmito de comovido entusiasmo que o discurso do Chefe do Governo provocou e que foi seguido de uma espantosa manifestação decorrida em grandioso cenário. Veio depois a Exposição do Mundo Português e tudo aquilo com que, segundo o desenrolar de um programa sábio, se propunha criar o espírito de unidade nacional e a consciência de que tínhamos uma tradição a honrar no presente e a continuar no futuro.

É a época em que Duarte Pacheco, à frente do Ministério das Obras Públicas, reúne um grupo notável de técnicos e de artistas com os quais realiza por todo o País uma vasta ação construtiva, os artistas que Antônio Ferro também atrai ao seu Secretariado de Propaganda Nacional conjuntamente com escritores e jornalistas empenhados em dar o seu concurso à obra do Governo.

É a época em que Carneiro Pacheco, no Ministério então crismado da Educação Nacional, desencadeia uma extensa atividade formativa, procurando renovar o espírito das escolas e empolgar a juventude num movimento generoso de patriotismo.

É a época das viagens do Presidente Carmona a S. Tomé e Angola (1938) e a Moçambique (1939), as primeiras de um Chefe de Estado ao Ultramar português, dando ocasião a cenas comovedoras de patriotismo e de fidelidade das populações, e a afirmações de unidade que impressionaram vivamente o País.

É a época em que o zero naval atingido pelo País, que fora outrora uma das maiores potências marítimas do Mundo, é riscado, para em seu lugar surgir uma marinha militar pequena mas moderna e eficiente, com navios cuja chegada ao Tejo constituía de cada vez uma alegre festa popular.

É a época em que Portugal e a Santa Sé firmam a Concordata que, à luz das idéias do tempo e considerando as preocupações e

inquietações da consciência católica do País, veio pôr termo ao longo período de conflito, primeiro, e de tensão e ressentimento depois, entre a Igreja e o Estado. E graças ao espírito de moderação e ao sentido das realidades de Salazar, sem extinguir, antes consolidando, o regime de separação e sem abolir instituições que, como o divórcio, estavam estabelecidas e ficaram sendo matéria de livre opção para quantos não quiserem vincular-se aos preceitos religiosos e ao Direito Canônico. A celebração da Concordata foi, na altura, saudada pela hierarquia, pelo clero e pelos fiéis como um monumento de sabedoria e prudência, que sem diminuir a autoridade do Estado, garantia largas possibilidades, dentro de franca liberdade de ação, à Igreja Católica.

É a época em que, num Mundo em crise, Portugal, com a casa arrumada, finanças sãs e uma forte moeda, é olhado como um rincão de paz e de segurança, onde a autoridade se firma sem necessidade de violências e o prestígio do Poder dispensa os exibicionismos espetaculares em moda nos países totalitários.

É a época, enfim, em que, por ocasião da invasão da França pelos exércitos alemães, Portugal surge como lugar de refúgio de muitos milhares de estrangeiros que, acossados pela guerra e pelas perseguições políticas ou raciais, peregrinam aflitivamente por Seca e Meca, passando tormentos, fome, medo, prisões, até ao dia em que, como terra de promissão, alcançam a fronteira portuguesa.

1940! Como recordo o ambiente vibrante desse ano em que fazendo contraste com as angústias e aflições com que se debatia quase toda a Europa, por Portugal inteiro tremulavam jubilosamente as bandeiras evocativas da sua Fundação e Restauração, a afirmar o direito da sua existência no Mundo e da sua independência na História!

E como obreiro deste renascimento de um povo que, superadas as suas dificuldades, se reencontrava no fervor do trabalho e na vontade do progresso, Salazar surgia aos olhos de todos com o perfil endurecido de governante voluntarioso em que se diria podermos vislumbrar a austeridade e a firmeza que tinham entre os seus contemporâneos distinguido o Infante D. Henrique ou o Marquês de Pombal.

13

Mas o homem que nesses anos cruciais viu o seu esforço de governante coroado de êxito, a sua autoridade firmar-se sem contestação na política interna e o seu prestígio reconhecido na cena internacional, nem por isso perdeu o sentido da medida e do justo equilíbrio dos valores.

Tinha uma formação cristã séria e profunda. Era servido por notável capacidade de captar e compreender as realidades da vida social portuguesa. Não perdia de vista, pois, nem a noção do caráter funcional do Poder nem as conveniências do povo com quem tinha de contar.

É preciso ter presentes a mentalidade e as circunstâncias políticas da década de 30 para avaliar bem os seus méritos. A crise econômica de 1929 veio juntar os seus efeitos catastróficos às conseqüências sociais da guerra de 1914-18. A Europa, destruído o seu equilíbrio tradicional com a ruína dos chamados "impérios centrais" (Alemanha e Áustria-Hungria) e com a revolução russa, assistiu estupefacta ao delírio inflacionário que se seguiu ao armistício e de que resultou o afundamento total de certas moedas, o desacerto das paridades das outras, o empobrecimento das classes possidentes e o êxito dos chamados "novos ricos" de um dia para o outro guindados da pobreza ou da mediania aos favores da fortuna. Então os profetas da revolução social, encorajados pela vitória do bolchevismo, encontram terreno fértil para a disseminação das suas idéias. Mas a classe média ainda tem vigor para resistir. E nos partidos socialistas há correntes não-marxistas sensibilizadas pelo recrudescimento do espírito nacionalista que a guerra provocara. A burguesia e os socialistas-nacionalistas vão reagir contra a anarquia e o comunismo, mas adotando para isso técnicas até aí peculiares aos revolucionários da esquerda: eis a origem do Fascismo Italiano.

O fascismo foi um movimento de raiz socialista — Mussolini é homem da segunda Internacional Operária — que preconiza a revolução política e social no quadro da Nação, aproveitando, para empolgar o povo e lhe dar consciência da existência de interesses

coletivos superiores aos interesses individuais, a força moral do patriotismo que levara os homens ao combate na guerra mundial sob as cores das respectivas bandeiras.

Para fazer face ao comunismo tal como se revelara na Rússia só um movimento animado de ideal igualmente forte e sedutor e que soubesse usar as mesmas armas dos bolchevistas. Só um Estado que, como o destinado a realizar a *ditadura do proletariado*, permitisse a concentração de poderes, a autoridade, o vigor necessários para pôr em prática uma *ditadura nacional*. Na idéia de Nação estão reunidas solidariamente as classes, que é preciso fazer colaborar na realização de tarefas superiores a interesses particulares, unindo-as na mesma missão de, cada qual a seu modo mas com idêntico propósito, servir à coletividade nacional.

A Rússia comunista vê, pois, erguer-se na Europa, sobre as ruínas da guerra, a Itália fascista: duas experiências de Estado totalitário com muitos pontos formais de contato, mas animadas de espírito diferente.

O após-guerra e a crise econômica facilitaram a difusão do comunismo nos vários países europeus: mas em todos eles os antigos combatentes e a juventude se sentem seduzidos pelo fascismo, que além de uma filosofia e de uma ideologia, soube criar todo um ambiente sedutor das imaginações: a milícia, a farda, os hinos, o espírito de luta, a camaradagem dos grupos, o sabor da aventura, a renúncia à mentalidade burguesa.

A propaganda pró-comunista que se desencadeou após a Segunda Guerra Mundial desacreditou o fascismo, embrulhando-o na mesma condenação do nazismo cujos crimes inegáveis contra a Humanidade têm sido postos constantemente em relevo. Crimes dignos da reprovação da consciência universal, sem dúvida, mas cuja prática à sombra de uma doutrina política não pode constituir motivo para que o cientista se abstenha, com ares pudicos, de examinar esta objetivamente. Exatamente como os crimes, também numerosos e repugnantes, cometidos em nome do comunismo e do anarquismo não eximem de analisar com ânimo sereno e estudioso a doutrina marxista ou o socialismo libertário.

A verdade é que, sobretudo a partir da Primeira Grande Guerra, o chamado Estado-Moderno entrou em crise. Não se podem negar as virtudes da democracia liberal, e eu próprio delas fiz elogio caloroso na conferência que sobre "a posição do indivíduo no Estado Corporativo" proferi em 14 de setembro de 1934.[1] Mas, como então

(1) Publicada em apêndice às minhas *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935 e no volume *Problemas da Revolução Corporativa*, Lisboa, 1944.

frisei, resta saber se as condições dos tempos presentes permitem o funcionamento regular, tal como foi concebido no século XIX, do liberalismo e da democracia burguesa. A estratégia e a tática napoleônicas foram geniais na época em que com elas se ganharam batalhas: mas duvido de que possam ter o mesmo êxito no tempo da motorização, dos aviões, dos mísseis, dos submarinos, dos satélites e da bomba atômica.

Todavia para muita gente é ainda o arsenal ideológico do século XIX que lhe fornece armas de combate para as lutas políticas do limiar do século XXI

O cientista político não pode deixar de considerar as formas de Estado surgidas neste século do socialismo nacionalista ou internacionalista como tentativas de resolução dos problemas surgidos do advento das massas na cena do governo das Nações. Nem pode negar que se, inicialmente, o Estado soviético revestiu um cariz internacionalista (*internazi*), evoluiu depois para um acentuado nacional-socialismo (*nazi*).

Neste panorama de experiências, procurando aplicar fórmulas mais válidas para fazer frente aos problemas novos ou de dimensões ampliadas que o século XX começou a revelar no governo das Nações, surge o Estado Novo Português. Nem comunista, nem fascista. Procurando o equilíbrio entre o que o passado tivesse de aproveitável e as exigências imperiosas do futuro... Buscando uma vez mais, e tendo presentes as circunstâncias dos tempos, conciliar "a liberdade possível com a autoridade necessária". Como eu dizia em 1934: "tudo o que o liberalismo teve de verdadeiramente bom e humano, nós o salvaremos!" Era o nosso desejo e a nossa esperança.

O Estado-Novo de Salazar, com a sua básica preocupação de ordem nas finanças e de administrar o País como uma boa dona de casa, parecia pouco atrativo para as mentes juvenis. Onde nos outros países aparecia o ditador fardado e de botas altas, a comandar o seu povo com acenos de impetuosa energia, estava em Portugal, segundo a imagem célebre do sociólogo brasileiro, um homem calmo, de pantufas, sentado em alto mocho e dobrado sobre a escrivaninha na atitude clássica do guarda-livros escriturando incansável e meticulosamente as contas do Estado. À oratória inflamada dos comícios dos outros, correspondia a lição serena do nosso mestre-escola. As exaltações pagãs da força e do êxito eram em Portugal substituídas pelo culto do esforço útil, pelo incitamento ao trabalho, por apelos à razão, por invocações da moral e pela preocupação de justiça.

O surto fascista não deixou, porém, de impressionar a juventude portuguesa. Os novos que tinham acolhido alvoroçadamente a idéia de uma Revolução Nacional não se satisfaziam com aquela moderada ditadura administrativa.

Aproveitando a impaciência juvenil surgiu então o movimento chamado "Nacional Sindicalismo". Podia considerar-se uma derivante do Integralismo Lusitano que no seu programa dava ênfase à organização sindical e ao papel que ela devia desempenhar no Estado Monárquico. E foi um dos mais jovens membros da Junta Central do Integralismo, o Dr. Francisco Rolão Preto, quem tomou o comando da nova força revolucionária.

Eu conhecia razoavelmente o Dr. Rolão Preto. Pequeno lavrador da Beira Baixa, emigrara para a Bélgica depois de ter tomado parte nos movimentos que, a seguir à proclamação da República, procuraram restaurar a deposta Monarquia. Licenciou-se em Lovaina, e, depois, foi para França onde se formou de novo em Toulouse.

Regressou na altura da guerra a Portugal aproveitando uma anistia e em 1920 publicou um livro pretensioso — intitulado *A Monarquia é a restauração da Inteligência!* — que teve bastante êxito e lhe deu notoriedade nos meios integralistas. Passado algum tempo ascendia ao órgão supremo do movimento. Mas depressa, entre os mais lúcidos, começou a radicar-se a opinião de que o homem valia pouco embora se agitasse muito.

Teve a esperança de desempenhar um papel político na Ditadura Militar, que se desvaneceu com a queda de Gomes da Costa. E foi dos que não levaram a bem o sucesso de Salazar e discordaram dos seus métodos serenos e refletidos.

Ao despontar entre a juventude, com impressionante espontaneidade, o Nacional-Sindicalismo, logo aproveitou a onda e ei-lo de camisa verde, com cinturão e talabarte, armado em *condottiere* a fazer discursos inflamados com muita demagogia à mistura.

Não há dúvida de que nos anos de 1932 e 1933 o Nacional-Sindicalismo se propagou como um rastilho a arder, sobretudo entre a mocidade das universidades e dos liceus. A sua doutrina e o estilo que preconizava tinham vibração revolucionária e eram traduzidos em *slogans* de fácil expansão, como aquele que ficou célebre: "É preciso que os ricos sejam menos ricos para que os pobres fiquem menos pobres."

Muitos espíritos perturbados pelo comunismo e por outras ideologias radicais então dominantes na República Espanhola encontram nesse movimento um sucedâneo que satisfaz as suas ansiedades e inquietações. Multiplicam-se concentrações, comícios, desfiles marciais. E muitos dos mais dedicados amigos de Salazar não resistem ao fascínio dessa nova corrente que tem as simpatias juvenis e se manifesta numa imprensa viva e combativa onde alguns estudantes de talento terçam as primeiras armas do jornalismo em que mais tarde se iriam revelar mestres: foi o caso de Antônio Lepierre Tinoco, o futuro fundador do *Diário Popular*.

Sendo como era o Nacional-Sindicalismo a facção mais dinâmica de entre as que apoiavam a nova ordem de coisas e contando como contava com numerosas simpatias entre os tenentes que a defendiam, tudo parecia indicar que a Ditadura portuguesa, em 1933, iria adotar rumo semelhante ao Fascismo Italiano.

Salazar, porém, permanece sereno e firme. Considera o movimento um desvio ideológico. Não transige com ele. Indiferente ao procedimento e às opiniões dos amigos que vão na corrente, Salazar recusa-se a aceitar a legitimidade do Nacional-Sindicalismo, até mesmo sob a sua chefia, como lhe foi oferecido. E em face da sua atitude o movimento começa a desagregar-se, cinde-se e acabará por se extinguir, deixando em muitos dos seus sequazes um rasto de mágoa e ressentimento, enquanto outros vieram a ser fiéis colaboradores do regime.

Fui dos que nunca cederam à tentação nacional-sindicalista, embora nele estivessem arregimentados muitos dos meus amigos. A verdade é que entre o primarismo de um Rolão Preto — pobre diabo que um momento de popularidade transtornou para o resto da vida — e a profundidade de Salazar com quem há anos lidava de perto, não me pareciam possíveis as hesitações. E o meu feitio ajustava-se mais à personalidade do segundo do que ao modo de ser e de agir do primeiro.

Mas de tudo isto, da orgulhosa atitude do governante português que não se curvava perante regimes estrangeiros nem aceitava o magistério de chefes alheios, da diferença profunda que marcava a doutrina e os métodos portugueses dos de outros países, de tudo isso resultava certa hostilidade ou pelo menos desdém dos governantes italianos e alemães relativamente ao nosso regime.

Pude comprová-lo durante a missão que cumpri na Itália, em 1938, aonde fui inaugurar a cadeira de estudos portugueses na Universidade de Roma. Fiz então três conferências na Faculdade de Direito. E por ocasião de uma delas fui convidado a repeti-la na Universidade Gregoriana. Freqüentei meios governamentais e meios da Santa Sé. E em carta (de 8 de abril) ao Ministro Carneiro Pacheco comentava: "Aqui em Roma sente-se muito a separação de duas cidades, muito distintas na mentalidade, nas preferências e nos gostos: a do Quirinal e a do Vaticano. Nós, Portugal de Salazar, somos nitidamente, para o Quirinal, *do lado de lá*: o Mundo oficial do fascismo olha-nos como parentes pobres, enquanto o do Vaticano nos trata como filhos diletos. À frieza da Universidade oficial correspondeu na Gregoriana um calor, uma ternura, um entusiasmo comoventes..." E era verdade.

Ao falar na doutrina político-social de Salazar, na Régia Universitá, perante altas hierarquias fascistas, a exposição foi acolhida com

as reservas de uma heterodoxia, enquanto na Aula Magna da Gregoriana, onde estavam reunidas algumas centenas de seminaristas dos mais diversos países, os aplausos demonstraram bem o grau de aceitação e de adesão do público.

Ao regressar a Lisboa escrevi, em 29 de abril, ao Dr. Salazar e nessa carta lhe transmitia as minhas impressões. Nela dizia: "Um mês de observação, em contato com alguns dos mais esclarecidos valores do regime fascista, radicou-me na convicção da superioridade da nossa fórmula a que falta em teatro o que lhe sobeja em seriedade e honestidade. De resto, consolou-me verificar que, lá como cá, persistem (no próprio seio do partido) os murmuradores e descontentes que todavia se reúnem ao chefe na hora do perigo: e se muitos dos melhores daqui invejam o regime italiano, não faltam ótimos de lá que suspiram pelo nosso. A Humanidade é assim."

Salazar, efetivamente, resistiu sempre a aceitar o totalitarismo do Estado: toda a Constituição de 1933, onde se proclama a limitação da soberania pela Moral e pelo Direito, está cheia das afirmações dos direitos, não só individuais como da família, das corporações morais, culturais, e econômicas, das próprias instituições locais. E se transigiu com certas manifestações exteriores do estilo fascista foi num ambiente internacional em que sob um signo ou outro, elas eram práticas correntes. Ao lado, na República Espanhola, os comícios da frente popular, como já também sucedia na França, mostravam multidões erguendo os braços com os punhos cerrados e não admira por isso que os das frentes nacionais lhes opusessem a saudação romana com as mãos abertas e estendidas. A guerra civil no país irmão encheu de angústia os portugueses com as notícias das barbaridades cometidas e a tensão criada pela marcha das operações em que de ambos os lados os homens se batiam com fé e valentia mas com crueldade. A proximidade do perigo desperta as vontades e cria a preocupação da resistência: surge, como fruto de uma ansiedade geral após a tentativa de sublevação nos barcos de guerra, a Legião Portuguesa que arregimenta os anticomunistas dispostos a colaborar com o Estado na defesa do regime. Mas a Legião nunca teve o caráter de tropa de um partido e, desde o início, enquadrada por oficiais das Forças Armadas, ficou vinculada ao Estado, como organização de defesa civil e força de segunda linha de que as autoridades militares podiam dispor.

A guerra mundial virá acentuar este caráter e dar às formações legionárias maior relevo e importância na preparação da população civil contra qualquer ataque de surpresa, por terra ou pelo ar. E ao mesmo tempo ligou-as ainda mais às Forças Armadas.

14

Já acentuei o endurecimento de feitio e de trato de Salazar que se nota sobretudo a partir de 1936.

Não é só resultado do êxito da sua ação na pasta das Finanças e do triunfo obtido na política interna após a aprovação da Constituição de 1933. Neste ano, em que a entrada em vigor de um novo estatuto constitucional põe juridicamente fim à ditadura militar, admito até que os propósitos de Salazar fossem liberalizantes. Mas o espetáculo da República Espanhola, onde qualquer vitória ou progresso eleitoral das direitas ou do centro logo desencadeavam a violenta reação das forças operárias arregimentadas pelo socialismo ou pelo anarquismo numa patentíssima negação da vontade da maioria num regime liberal-democrata; onde a perseguição religiosa aumentava de virulência de dia para dia e à proclamação oratória da excelência dos direitos do homem correspondia na prática o mais completo desrespeito das liberdades individuais; esse espetáculo das greves revolucionárias, dos atentados pessoais, das igrejas incendiadas e da impotência dos governos, não era de molde a encorajar liberalismos. Exigia vigilância em Portugal e pulso firme. A guerra civil de Espanha vem tornar ainda mais patente essa necessidade de evitar na nossa casa tudo quanto pudesse nela desencadear a tragédia que víamos afligir os vizinhos.

Confiando sobretudo em si próprio, Salazar, como disse, assume juntamente com o Ministério das Finanças a responsabilidade das pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

Se inicialmente chamou a si a direção do Exército na idéia de com mais facilidade proceder ao saneamento administrativo e assegurar a disciplina financeira desse setor, o fato é que as circunstâncias o obrigaram a fazer muito mais. Não tínhamos exército digno desse nome: e ele prometeu que "teríamos um exército". Era urgente que o organizássemos nos termos que as circunstâncias internacionais impunham.

A defesa do País contra as ameaças que, na Península Ibérica e no Mundo, se desenhavam à sua independência, tinha de ser prevista no plano militar: mas desenvolvia-se sobretudo no campo diplo-

mático. É neste que o Dr. Salazar vai agir de preferência durante o largo período que corre do início da guerra de Espanha até ao termo da guerra mundial.

Não tínhamos há muitos anos uma política externa própria. A maioria dos nossos representantes diplomáticos era constituída por funcionários entretidos numa estéril e idiota vida social, que cumpriam preguiçosamente as missões recebidas de Lisboa e em caso de dúvida se encostavam aos colegas britânicos. Salvo uma ou outra exceção, a "carreira" estava longe de ser brilhante, e alguns dos nomes mais prestigiosos nela existentes tinham sido feitos e eram sustentados pela literatura ou por outras atividades que não pela diligência e competência profissionais. Nem eram diferentes os políticos que, à laia de aposentação, recebiam um posto no exterior.

Já a gerência de Armindo Monteiro no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para onde transitou do Ministério das Colônias, marca a definição de uma política que a diplomacia portuguesa é convidada a executar. Mas os feitios de Armindo Monteiro e de Salazar não se casavam muito bem.

Armindo era mais novo que Salazar e tinha um espírito analítico e extrovertido, enquanto Salazar era todo síntese e introversão. Armindo, criado em Lisboa, fizera a sua cultura nos livros, fora um estudantarrão insaciável de leituras, com a cabeça cheia de teorias e de autores que espirravam nas suas concepções e nas suas conversas. Salazar era o provinciano, profundamente rural, muito apegado às realidades da vida, de leituras lentas e refletidas, em que os livros deixavam sedimento mas não imprimiam marca por sobre o sistema seguro das crenças e convicções arreigadas. Um propunha com vivacidade fórmulas vistosas; o outro acolhia com desconfiança as soluções cintilantes e gostava de amadurecer na meditação da sua lógica interior as decisões a tomar.

Quando Salazar entrou para o Ministério das Finanças, Armindo tinha 32 anos de idade e era professor da Faculdade de Lisboa havia seis. Estava então sob o fogo de uma campanha jornalística que o visava como administrador do Banco Português do Continente e Ilhas para onde entrara no entusiasmo de um início de carreira auspiciosa, em que ao sucesso universitário juntava a aura de cronista financeiro do *Diário de Notícias*. A campanha de *O Século* já não me lembro em que se fundava (o ataque era ao Banco) mas foi dura e decerto injusta. Ao ver esse rapaz de talento abocanhado pelos inimigos Salazar deitou-lhe a mão: convidou-o para Diretor-Geral da Estatística permitindo-lhe deixar airosamente o Banco e passar a servir ao Estado. Armindo realizou uma obra notável nessa, até então, pobre e abandonada Direção Geral, alojada nas mansardas do Ministério das Finanças. Remodelou os métodos, as publicações, o regime jurídi-

co da estatística portuguesa, transformando a Direção-Geral no Instituto Nacional que instalou em edifício construído expressamente, ao tempo considerado modelar. E daí passou à Subsecretaria de Estado das Finanças, colaborador, portanto, ainda mais próximo e mais direto de Salazar. Nesta qualidade vai a Angola, mergulhada então na crise proveniente dos erros da administração anterior e que a crise mundial agravou. Em Angola, com poucos meses de permanência e dois ou três colaboradores, põe em execução a reforma orçamental e traça o novo sistema de transferência de moeda num diploma cujo relatório, inteiramente de sua mão, é um estudo magistral, do mais notável que tem sido escrito sobre problemas de economia e de administração em Portugal. Logicamente, Salazar nomeou-o depois, em 1931, Ministro das Colônias. Jovem, inteligente, culto, dinâmico, Armindo percorre a África portuguesa e cria a mística do "Império", ao qual dá novas leis e um espírito novo. E foi desse lugar que, em 1935, transitou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em que circunstâncias deixou em novembro de 1936 o Ministério pela Embaixada de Portugal em Londres? Não sei exatamente. Em todo o caso, não foi zangado com Salazar. A Embaixada em Londres, nessa altura, já com a guerra civil travada em Espanha, era o posto mais importante da diplomacia portuguesa. Ocupava-a o Prof. Ruy Ulrich. Mas tendo convidado para almoçar na Embaixada o pretendente ao trono português D. Duarte Nuno de Bragança, sem se assegurar primeiro da concordância do seu Governo nem se acautelar da publicidade indiscreta, o almoço deu escândalo e o próprio Presidente Carmona estranhou o fato em conversa com o Dr. Salazar. Ruy Ulrich foi forçado a pedir a exoneração mas ficou convencido o resto da vida de que Armindo Monteiro, não só o não defendera, como aproveitara o incidente para obter o cobiçado posto de Londres. Não creio que assim tivesse sido e sempre me recusei a aceitar essa versão que Ruy Ulrich, mais de uma vez, acremente, me deu dos acontecimentos. O fato é que Armindo Monteiro foi servir no Ministério que dirigira, mas agora sob a orientação do próprio Salazar. Um outro Ministro, Pedro Theotônio Pereira, deixaria tempos depois o Governo para ocupar um posto diplomático, em circunstâncias particularmente delicadas e até arriscadas: o de Agente especial junto ao governo de Burgos (dezembro de 1937) e, depois Embaixador na Espanha, quando a autoridade de Franco foi reconhecida *de jure* (maio de 1938).

Pode dizer-se que a partir dos fins de 1936 a principal atividade de Salazar se desenvolve na direção da política exterior. Lê atentamente as informações recebidas das várias missões de Portugal no mundo e minuta pelo seu próprio punho muitas mensagens telegráficas. Corresponde-se diretamente com os embaixadores de Portugal e atende os representantes das nações estrangeiras redigindo ele

próprio os apontamentos das conversas. Assistido pelo secretário geral Teixeira de Sampaio, vai traçando a orientação mais conveniente aos interesses portugueses, tendo presentes as lições da História, as imposições da Geografia, a defesa dos princípios que considerava valiosos para a Europa e para a Humanidade. Na Europa de então tendia-se para formar blocos de nações cimentados por afinidades de ideologia política: em face dos países que acreditavam na democracia liberal e no regime parlamentar, alinhariam os que consideravam ultrapassado o demo-liberalismo e praticavam o governo autoritário. Era a ressurreição do espírito da Santa Aliança — a informar dois blocos adversos.

A esta maneira de encarar e praticar a política internacional se opôs sempre o Dr. Salazar, não se cansando nos seus discursos de condenar o sistema dos "blocos ideológicos". Portugal era um Estado autoritário, mas isso não o devia impedir de colaborar com as democracias em tudo quanto correspondesse a interesses profundos e comuns das nações, os quais deveriam prevalecer sobre as circunstâncias dos seus regimes ou as orientações internas dos seus governos. Por outro lado certos princípios de moral internacional não podiam ser postergados. Em tempos fizera escândalo na Itália a adesão portuguesa às sanções decretadas pela Sociedade das Nações para punir a invasão da Abissínia. Portugal presidira mesmo ao "comitê" das sanções. Mas o nosso governo entendera ser impossível não reprovar a agressão a um país independente nas circunstâncias em que tinha ocorrido.

Se a aliança luso-britânica correspondia a conveniências permanentes dos dois aliados, que interessava que praticassem regimes diferentes de governo? Aliás a aliança não deveria significar dependência. E na independência nacional está compreendida a liberdade de adoção do sistema de governo mais adequado ao País. Por isso Salazar, que observa fielmente as obrigações da aliança e busca reforçá-la mesmo, não é amigo incondicional da Inglaterra. A aliança para ele tem de traduzir comunhão de interesses e exprimir-se em reciprocidade de serviços. Cada País cede o necessário para obter do outro o que lhe convém. Acabou o tempo do servilismo, para se processar uma fria troca de vantagens, pesadas, calculadas, avaliadas no seu justo valor. Porque a aliança era indispensável à Grã-Bretanha enquanto fosse uma ilha e possuísse um império, afirmava Salazar. E, de fato, ela praticamente cessou no dia em que a aviação e os mísseis suplantaram a importância da Marinha e a Inglaterra se retirou do mundo para se acolher à Europa, reduzindo-se a mero parceiro do Mercado Comum...

A guerra de Espanha revela claramente a Salazar estar a preparar-se uma confrontação internacional mais ampla — em termos de guerra mundial. É impressionante acompanhar, através dos documen-

tos publicados no livro branco português (*Dez anos de política externa* — 1936-1947), a progressiva consciência tomada pelo Governo português da aproximação da grande guerra.

O alinhamento das forças na guerra de Espanha colocara italianos e alemães do lado dos nacionalistas a combater franceses e ingleses, unidos aos comunistas de todos os países nas brigadas internacionais vermelhas. A preocupação do Dr. Salazar, à medida que se acentua a vitória nacionalista, é a de que o novo Governo espanhol não fique vinculado à Alemanha e à Itália — as potências que formariam o *Eixo* — nem se considere sistematicamente adversário da França e da Inglaterra. Por isso trabalha no sentido de melhorar as relações de Franco com as democracias. E procura evitar que, a produzir-se seguidamente um conflito internacional mais amplo, os dois países peninsulares se colocassem em campos adversos: se a Espanha entrasse nele ao lado da Alemanha, Portugal não poderia ser infiel à sua aliança com a Grã-Bretanha e a Península voltaria a ser, desta vez toda ela, campo de batalha.

Salazar aparece então como o defensor da paz. Não é um pacifista utópico, destes que enchem o espaço com palavras sonoras e arrancam aplausos de turbas arrebatadas por um idealismo vão. Mas um construtor de paz, que procede com os pés bem assentes no chão, sabendo bem o que quer e o que convém fazer. A diplomacia portuguesa em Espanha, enquanto se manifestam por lá, poderosíssimas, as correntes favoráveis à Alemanha e à Itália pregando uma política de dedicação e gratidão a esses amigos das horas difíceis, procura nos gabinetes chamar à razão os governantes e mostrar-lhes os perigos que os ameaçam.

A Espanha, que acaba de ser convulsionada por uma guerra crudelíssima, donde saíra a sangrar e com a economia em ruínas, vai-se meter noutra guerra, e desta vez por conta alheia? E, ainda por cima, com risco de ter de bater-se contra os portugueses que também tanto a tinham auxiliado nos momentos mais críticos?

E se se caminhava para uma guerra mundial — como desdenhar a possibilidade de preservar algumas zonas de paz que pudessem servir, inclusivamente, de campos neutros para entendimentos e de bases de moderação das violências dos beligerantes?

O Governo espanhol foi sensível a esta argumentação. Em 12 de setembro de 1938 o Embaixador de Espanha procura o Dr. Salazar na serra do Caramulo onde ele passava as suas férias e põe-lhe claramente o problema da parte do seu ministro, o Conde de Jordana.

A Espanha não tinha qualquer compromisso com a Alemanha e a Itália para a hipótese de guerra em que estas viessem a ser envolvidas e apenas desejaria manter estrita neutralidade, não ajudando o partido contrário a esses países. Propunha, pois, a Portugal uma

política concertada de neutralidade com garantia das fronteiras comuns. [1] Essa garantia, concretiza logo a seguir Jordana, em San Sebastian, ao Embaixador de Portugal, podia ser assumida pela assinatura de um pacto de não-agressão. [2]

As Necessidades apressam-se a consultar o Governo Britânico sobre a proposta. [3] Já o Embaixador de Espanha (Nicolás Franco) em 28 de setembro entrega em Lisboa, ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um primeiro esboço do tratado a celebrar, [4] e nessa mesma data Armindo Monteiro comunica de Londres que o Governo de Sua Majestade pensa que o Governo Português tem perfeita justificação para seguir a linha de ação projetada, à qual nada objeta. [5]

A França concorda com a neutralidade espanhola, a Alemanha também: apenas se teme a reação italiana [6] que afinal não se produziu.

Mas o assunto vai fazer o seu caminho nas chancelarias e ser amadurecido, passado o primeiro momento da crise tchecoslovaca: só em 9 de fevereiro de 1939 o Governo Português entrega ao Embaixador de Espanha um novo projeto de Tratado de Amizade e Não-Agressão que dessa vez seguirá seus trâmites até ao texto assinado em 17 de março seguinte. [7]

Que estipula esse Tratado? O absoluto respeito, por cada uma das partes, das fronteiras e territórios da outra, obrigando-se a não praticar qualquer ato de agressão ou de invasão e a não prestar auxílio ou assistência ao eventual agressor ou agressores da outra parte, designadamente não consentindo que do território de cada uma delas seja dirigida qualquer agressão ou ataque contra os territórios da outra, tanto por terra como por mar ou pelo ar.

Este compromisso, tomado com conhecimento e acordo da Grã-Bretanha, iria ser a garantia mais sólida da neutralidade da Península e, portanto, da subtração de Espanha às solicitações de adesão às potências do Eixo (Alemanha e Itália, depois acrescentadas com o Japão) na Segunda Guerra Mundial.

---

(1) *Dez anos...*, vol. v, p. 444.

(2) *Idem*, pág. 449.

(3) *Idem, pág.* 453. Designa-se por *Necessidades* o Ministério português dos Negócios Estrangeiros, do nome do palácio onde está instalado (como do mesmo modo no Brasil se diz Itamarati).

(4) *Idem*, pág. 469.

(5) *Idem*, pág. 471.

(6) *Idem*, pág. 473.

(7) *Idem*, pág. 674.

15

Custa hoje a imaginar o que foi a política internacional nesse ano de 1939, começado sob os auspícios do acordo de Munique (setembro de 1938) em que os chefes dos governos britânico (Chamberlain) e francês (Daladier) evitaram a deflagração do conflito que a crise dos sudetos tornara iminente, cedendo largamente às exigências de Hitler, enquanto Mussolini atuava como moderador e árbitro.

Depressa, porém, começou a verificar-se que Hitler não desistia dos seus projetos belicosos e que os governantes ingleses e franceses haviam sido iludidos na sua boa-fé, quando julgaram ter garantido a paz ao mundo por largos anos, graças a um entendimento direto e generoso com os seus adversários.

A Tcheco-Eslováquia era considerada a "placa giratória" de onde se podia dominar militarmente a Europa central e ameaçar a oriental. Por isso os chefes militares alemães não desistiram de controlá-la. Em 15 de março de 1939 o mundo é surpreendido por um golpe teatral que sujeita a República Tcheco-eslovaca ao protetorado do Reich, no qual eram desde logo incorporados os territórios da Boêmia e da Morávia.

Outra vez a Europa é percorrida por um arrepio de temor. A ameaça à Polônia torna-se flagrante. A França e a Grã-Bretanha apressam-se a reiterar a essa sua aliada a garantia de auxílio em caso de violação da integridade territorial. E é nesta altura que, como ficou dito, Portugal e a Espanha assinam o Tratado de Amizade e Não-Agressão (17 de março).

Num ambiente de profunda tensão decorre a segunda quinzena do mês de março, em que, com a queda de Madrid (27 de março) termina virtualmente a guerra de Espanha. Entretanto a Alemanha ocupara Memel e concluíra com a Romênia um tratado que lhe assegurava, com a amizade deste País até aí intimamente ligado ao ocidente, a possibilidade de utilizar os seus ricos poços de petróleo.

Decerto o período da Páscoa que nesse ano correspondeu aos primeiros dias de abril, traria algum tempo de repouso para os gover-

nantes... Mas não: na Sexta-Feira Santa, 7 de abril, nova surpresa alarma o mundo e tira aos homens de Estado e aos seus colaboradores a esperança de gozar férias. A Itália invadira a Albânia, pequena monarquia cujo rei, Zogu, celebrava nessa altura o nascimento de um herdeiro — a rainha ainda de cama por virtude do parto.

A indignação é enorme: e para a maior parte das pessoas trata-se de mais um indício da inevitabilidade e da proximidade da guerra. Mussolini justifica-se em termos não convincentes. A invasão de um pequeno país indefeso só tem explicação pelo desejo de conquistar uma nova posição no Adriático para a hipótese de operações navais e pela necessidade de mostrar que nem só a Alemanha possui ousadia e força para colocar os outros perante fatos consumados.

Em Lisboa o Ministério dos Negócios Estrangeiros recolhe informações de toda a parte. Salazar procura friamente manter a serenidade de apreciação e a isenção de julgamento, sem se apartar dos princípios que professa. No telegrama enviado em 11 de abril ao Ministro de Portugal em Washington, João de Bianchi, diplomata de velha escola, muito bem educado, mas de pouca inteligência na observação e muita timidez na ação, o chefe do governo português resume a sua orientação no momento.[1]

"Dissemos sempre que a constituição que se quis fazer de blocos ideológicos de nações, uns opostos aos outros, em volta da questão de Espanha, era funestíssimo erro... pudemos, autorizados pelo governo espanhol, dizer há muito à Inglaterra e à França que o futuro da Espanha não estava, nem seria, hipotecado, que não havia, nem haveria, cessões territoriais a outras potências, que o governo nacionalista desejava relações de amizade com a França e a Inglaterra, especialmente com esta última. Persistiu-se no erro subordinando naqueles países a política externa a concepções de política interna e procurando torná-la instrumento desta."

Diz depois da "penosa impressão" causada ao governo português "fiel cumpridor dos seus tratados e de todos os seus compromissos" pelos "processos ultimamente empregados para alargar territórios e estabelecer domínio em outros".

"Acentuará V. Exa. (continua) os perigos que encerram princípios em nome dos quais se procede, tais como o do espaço vital, e quanto parecem inadequados para fazer face aos novos processos os velhos métodos de discussões e declarações parlamentares que estão sendo utilizados do lado franco-inglês, assim como o são, perante a grande organização econômica alemã, os velhos meios de ação econômica."

(1) *Dez anos...*, vol. II, pág. 243.

De maneira geral, os diplomatas portugueses tinham tendência para se deixarem influenciar pelo ambiente local. E, representantes de um país sempre considerado de segunda ordem, desabituados mesmo de praticar uma política nacional divergente das grandes nações, custava-lhes interpretar o pensamento do seu Governo e ir às chancelarias dizer coisas ao arrepio do que pensavam ou queriam ouvir os funcionários e dirigentes dos Estados junto de quem estavam acreditados.

Não era este o caso do nosso embaixador em Londres, Armindo Monteiro. No governo, ele fora sempre partidário de uma política portuguesa forte e autônoma. Mas quem o conheceu sabe quanto admirava certos povos e como gostava de se identificar com eles. Já professor de Direito, acrescentou aos apelidos um "Stau" que não usava antes, gabando-se muito da disciplina germânica que estava no seu feitio e que herdara da ascendência materna. Na Grã-Bretanha enchera-se de admiração pelo caráter e pelos costumes britânicos e, leitor consciencioso da imprensa local, seguidor atento da política, interlocutor de numerosas personalidades inglesas, facilmente desposou os temores, as preocupações, os pontos de vista, as simpatias e os ódios comuns na ilha.

A sua passagem pelos bancos do Poder, a sua participação na construção do regime saído da "revolução nacional", a sua intimidade com Salazar e até os deveres que lhe assistiam como membro do Conselho de Estado, tudo o levava a não proceder como simples funcionário diplomático. Julgava sua obrigação de amigo e de patriota abrir bem os olhos do governo português para o que considerava a evidente evolução da política internacional. E em excelentes relatórios escritos por seu punho, com a elegância literária que sempre cultivara (certas páginas da sua correspondência ou dos seus relatórios, sobretudo na Embaixada em Londres, revelam o homem de letras de influência profundamente queiroziana) e a eloqüência de forte convicção, narrava, comentava, relacionava, mas ia mais longe, e em cartas ou telegramas de serviço permitia-se fazer apreciações críticas por vezes de grande vivacidade e dureza.

Salazar não se importava de escutar críticas e opiniões divergentes da parte daqueles por quem tivesse consideração. Mas desde que não o pusessem em xeque perante terceiras pessoas.

Apreciava as informações, as apreciações, as sugestões de Armindo. Reservava-se, naturalmente, o direito de as confrontar com as de outras proveniências para traçar o seu próprio itinerário. Armindo nem sempre compreendia isso. E privado então de contatos pessoais assíduos com Salazar, limitado às expressões insuficientes de uma correspondência por escrito em que, da parte do Ministério, havia inevitavelmente grande dose de rotina, impacientava-se por não ver acolhidos, por inteiro e logo, os seus pontos de vista.

O conflito entre Salazar e Armindo estalado em maio de 1939 interessa sobretudo na medida em que define caracteres.

A propósito de um telegrama informativo em que as Necessidades lhe dão conta do que dizia o nosso Embaixador em Espanha sobre os acontecimentos e sobre as opiniões por lá existentes, com algumas críticas ao procedimento britânico, [2] Armindo responde com outro telegrama muito longo, [3] em que aconselha a desconfiar da Espanha, chama a atenção para a necessidade de se cuidar da defesa nacional e faz vigorosa apologia da Inglaterra, insistindo na necessidade de uma política portuguesa que inspire confiança a esse País de modo a que o Governo Inglês "nenhumas suspeitas possa ter acerca das nossas intenções e atitude, sem o que tudo o que dissermos ficará sem eco".

Lido a distância o telegrama não choca. O seu estilo sentencioso, o vigor das afirmações, o tom crítico de certas passagens compreende-se da parte de quem é mais político do que diplomata e está na linha da maneira de ser de quem o subscreve. Mas atravessa-se um período de grande nervosismo, em Lisboa como em Londres e em toda a parte.

Salazar tomou a dissertação como censura ao seu procedimento e contestação frontal da política que estava a seguir com prodígios de equilíbrio no meio de tantos e tão poderosos interesses opostos. "Ponderada a leitura do telegrama de V. Exa. e a séria reflexão das suas considerações criaram no meu espírito o receio de que os nossos representantes no estrangeiro se deixem absorver pelo meio ambiente e sobreponham por vezes às informações do Governo as suas informações particulares" — assim começa a resposta, muito dura, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador em Londres. [4]

E então faz quatro perguntas a Armindo:

"A) Tem V. Exa. informações precisas sobre os esforços empregados, as dificuldades encontradas e os resultados obtidos na execução do plano de rearmamento e sabe se este pode ser excedido em tempo de paz sem lançar o País na miséria?

"B) Entende V. Exa. que seja qual for a preparação da defesa contra a Espanha nos é possível, a nós sós, evitar qualquer violação de fronteiras e a ocupação inimiga de uma ou outra fração do território nacional?

"C) Tem V. Exa. conhecimento de qualquer declaração ou atitude de fato que possa legitimar por parte do governo inglês ou de

(2) *Idem*, vol II, pág. 332.
(3) *Idem*, pág. 336.
(4) *Idem*, pág. 345.

individualidades responsáveis da Inglaterra a mais pequena dúvida acerca da nossa fidelidade à aliança e suas obrigações?

"D) Considera V. Exa. que os tratados com a Inglaterra obrigam Portugal a seguir sem discrepância a sua política ou políticas e sobretudo a entrar em guerra a seu lado em toda e qualquer hipótese?"

E conclui:

"Entendo que os nossos Embaixadores e Ministros no Estrangeiro têm estrito dever de informar minuciosamente acerca dos fatos ou do estado de espírito local e fazer com a maior liberdade as suas reflexões ao Governo para serem ou não seguidas, mas entendo também que precisam de ter absoluta confiança nas informações políticas que lhes são fornecidas, aliás com o maior cuidado, pelo Governo, para bem poderem desempenhar a sua missão e darem a maior força possível às suas diligências e atuação"

Armindo Monteiro recebe esta admoestação e recolhe-se à pele de funcionário. Responde "na forma que V. Exa. determina" com outro telegrama. [5] Nele justifica as suas afirmações anteriores, com respeito mas sem amenidade, mantendo a posição tomada. E conclui: "Quanto ao final do telegrama 104 devo muito respeitosamente observar que sempre tenho cumprido religiosamente instruções de V. Exa. embora, como julgo ser minha obrigação, disciplina e lealdade, tentando modificar a opinião superior sempre que, bem ou mal, nela veja inconvenientes. Deste lugar é meu dever indicar a V. Exa. com toda a independência, os perigos próximos ou longínquos que veja, e dar o meu muito modesto parecer acerca do modo de os evitar ou enfrentar."

O teor da resposta não era de molde a apaziguar a irritação de Salazar. Daí a réplica deste [6] em tom desabrido, que passa da mansa admoestação à censura áspera: "O Governo não pode admitir a um seu representante de confiança junto de um governo estrangeiro que se constitua acusador da sua política, sendo acima de toda a compreensão que o faça injustamente e com desconhecimento dos fatos." E segue a contestação das afirmações do Embaixador.

O telegrama tem a data de 13 de maio: em 17, Armindo Monteiro pede por ofício a demissão (como era de esperar) do seu cargo. [7] Um diálogo que, com as duas pessoas frente a frente, teria sido esclarecedor e decerto acabaria tranqüilamente, envenenara-se com o

(5) *Idem*, pág. 347.
(6) *Idem*, pág. 355.
(7) *Idem*, pág. 361.

afastamento dos interlocutores e a forma escrita, ainda por cima na secura do estilo telegráfico.

Em 22 desse mês a Assembléia Nacional reúne para deliberar sobre a mensagem em que o Chefe do Estado solicita, nos termos constitucionais, o seu assentimento para se ausentar do território nacional a fim de, no decurso da viagem ao Ultramar que ia iniciar, visitar oficialmente a União Sul-Africana.

Salazar aproveita para falar na Assembléia. E no discurso ocupa-se da situação internacional e em particular das relações de Portugal com a Inglaterra, a Espanha e a África do Sul. Largamente se refere nele à importância que para a política externa britânica "e o sentido essencialmente defensivo da sua atuação internacional" tinha a criação de uma zona de paz na Península consagrada no Tratado de amizade entre Portugal e a Espanha. A guerra civil neste país fora uma dura prova a que se sujeitara a aliança luso-britânica. Mas felizmente a aliança saíra dela vencedora. E fazendo menção das negociações em curso entre os dois países para acertar questões de defesa militar, afirmou:

"Este simples fato — aliás corroborado por muitas outras demonstrações de alta estima — é claramente revelador de como entendemos manter-nos dentro das constantes da nossa história, assegurando na fidelidade à aliança luso-britânica, a defesa dos interesses comuns e ressalvando no que lhe é estranho não só a liberdade de ação como a existência de muitas outras amizades. Foi sempre assim durante séculos, sem que possam estranhá-lo os que se habituaram a distinguir alianças com fundas raízes nas determinantes da geografia ou da evolução histórica, dos arranjos ocasionais, por interesse passageiro ou ternura de momento e tão frágeis, tão artificiais, tão dissolúveis como muitos casamentos de hoje. Por mim — e sei que falo em nome do meu País — tomo tanto a peito cumprir fielmente os deveres da aliança como não deixar, por honra e interesse de ambas as partes, corrompê-la ou aviltá-la."

O discurso teve a mais favorável repercussão em Inglaterra, donde o Primeiro-Ministro, Chamberlain, envia, com data de 25 de maio, uma "mensagem pessoal" a Salazar, agradecendo "esta clara e inequívoca declaração da política portuguesa", que "não pode deixar de constituir uma valiosa contribuição para a causa da paz mundial", e afirmando que os sentimentos assim expressos "são cordialmente retribuídos neste país". [8] A mensagem foi entregue em 26, pelo Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, ao Dr. Salazar e nesse mesmo dia na Câmara dos Comuns o Governo Inglês "reafir-

(8) *Idem*, págs. 375-76.

mava sem hesitação seu firme propósito de cumprir as obrigações da aliança". [9]

Chega então a altura de o Dr. Salazar voltar a ocupar-se do incidente com Armindo Monteiro. Não se pode negar a habilidade com que as coisas haviam sido conduzidas: sobre a última atitude de Armindo deixou passar alguns dias, não só de reflexão como de ação. O discurso na Assembléia Nacional esclarecera, sem sombra de dúvida, a posição do Governo Português e provocara declarações em Londres de concordância e reconhecimento.

Então, em 30 de maio, com formalidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros telegrafa ao Embaixador de Portugal em Londres a comunicar-lhe que não defere o seu pedido de demissão. [10] Ambos os contendores, Salazar e Armindo, tinham razão para estar satisfeitos. No telegrama, porém, enviado de Lisboa, os fundamentos invocados são outros.

"Longos anos no exercício de cargos difíceis e muito delicados radicaram certamente no espírito de V. Exa. a idéia de que, se nunca se pode desertar, momentos há em que os que servem não podem sequer ser licenciados. A experiência adquirida, os esforços realizados em mais de dois anos na Embaixada de Portugal em Londres, ficariam inúteis para a Nação que algum direito tem de recolher os seus frutos e não pode dar-se ao luxo de desperdiçar valores em quaisquer circunstâncias e muito menos nas atuais."

No mesmo dia redige carta particular ao Dr. Armindo Monteiro a explicar mais detidamente por que escrevera os telegramas e quais as razões do indeferimento do pedido de demissão. [11] A carta retrata bem o caráter de Salazar nesse mês de maio de 1939. Esperar-se-ia uma epístola de amigo para amigo, invocando camaradagens antigas ou insinuando favores prestados, apelando para sentimentos, com um fio de contrição pelo que se passara e um abraço de reconciliação. Nada disso. Salazar é apenas um servidor da Nação, que busca ser fiel ao interesse nacional. Quem colabora com ele está sujeito à mesma lei de serviço e fidelidade.

A sua pessoa apaga-se, pouco interessa senão na medida em que, ao criar-lhe dificuldades, se está a prejudicar o País para quem ele vive totalmente. "Esta carta é, como se vê, mais um apelo à inteligência do que ao sentimento. Prefiro dar-lhe esta feição, aliás mais conforme com a minha maneira de trabalhar."

(9) *Idem*, págs. 378-379-380.
(10) *Idem*, pág. 383.
(11) *Idem*, pág. 383.

E prossegue: "O sentimento pode não acudir à chamada; a razão, basta estar desanuviada, basta que as paixões a não obscureçam, há-de compreender tudo o que digo. Sabe muito bem que não busco triunfos pessoais, nem glórias, nem satisfação de vaidades; sou apenas um sacrificado que deseja levar o melhor possível os negócios do seu País. Para tanto tenho de apelar para a inteligência, para o patriotismo de muitos outros portugueses para que ajudem à obra que é coletiva e tomem a sua parte na responsabilidade que não pode deixar de ser solidária. É um apelo deste gênero o que aí fica e que espero será, como de outras vezes em longos dez anos, leal e amigavelmente correspondido."

Um homem frio, tão ao arrepio do feitio português e que numa terra de fácil emoção e de domínio da sensibilidade, pratica o império da inteligência e da razão. As paixões, moeda corrente na política, que arrebatam os homens sem os deixar refletir e os cegam para as mais evidentes realidades quando lhes desagradam, não encontram eco no seu espírito sereno — mesmo quando uma irritação de momento o tenha feito ser mais duro que seria justo numa réplica ou numa apreciação.

Na carta explica a razão dos telegramas que magoaram Armindo: "são o que são e foram feitos apenas para documentar historicamente que o Embaixador em Londres não tinha razão quando acusou o seu Governo de atos ou faltas relativas à aliança inglesa e ao rearmamento."

"No sendo livre de fazer retirar ou fazer desaparecer os seus telegramas, não tinha outro meio do que escrever aqueles que perante a História atestassem os verdadeiros sentimentos do Governo e os fatos como são, e não como pode tê-los visto de Londres.

"Está fora de causa a sinceridade das suas convicções ou pareceres, mas os problemas são de tal magnitude e gravidade que para honra da Nação e dos que governam era preciso reagir claramente."

Armindo Monteiro retira, por telegrama de 7 de junho, o seu pedido de demissão.[12] e com data de 11 responde à carta de Salazar.[13] Uma carta nobre, também, a sua, e cheia de inteligência e de discreto humor. O discurso na Assembléia Nacional causara-lhe tal alegria "que nenhum lugar ficou em mim para preocupações de caráter pessoal. Depois dele, que me interessava o falatório de Lisboa? Da História — grande ou pequena — confesso que nem me lembrei. A História é apenas uma variação do romance que não vale a pena tomar muito a sério."

(12) *Idem*, pág. 401.
(13) *Idem*, pág. 403.

Explica depois a razão do tom e da insistência das mensagens que tanto haviam incomodado Salazar: "Tinha procurado impressionar V. Exa. fortemente com o estado de inquietação geral — de desconfiança, digamos — que existia a respeito das atitudes do Governo Português; tinha apontado as razões em que ele podia fundar-se. De dia para dia sentia o subir da vaga. Continuando as coisas assim a voz de V. Exa., ao falar em nome do País, iria perdendo sucessivamente o eco, apagando-se de novo na nossa velha inutilidade internacional. Era isto o que eu queria evitar."

Reconhece, porém, ter feito mal em formular as suas observações por telegramas dirigidos ao Ministério, embora cifrados e muito confidenciais. "Mas não quero diminuir neste ponto a minha falta. Reconheço que devo e que, devendo, tenho de pagar como é honrado fazer. Não me repugna portanto anular os telegramas que mandei — apesar de entender que a imerecida dureza e injustiça da resposta de V. Exa. justificariam o meu recuo para posição de orgulho intransigente. O orgulho não é só apanágio dos governos."

E mais adiante produz uma afirmação bem característica do espírito com que os melhores das gerações que fizeram e consolidaram a chamada "revolução nacional" serviram ao seu País, por difícil que isso seja de compreender, cinqüenta anos depois, a certos sujeitos materialistas e sem amor pátrio: "Ao meu País, por amor, por devoção, darei sempre de mim o que puder. Nunca saberei fugir à minha infinita ternura por Portugal."

O incidente permite medir a estatura dos dois homens que nele estiveram em causa. E avaliar do ambiente de preocupações, dúvidas e incertezas em que se vivia na Europa toda nessa primavera de 1939...

16

Porque a atmosfera continuava pesada e os governos europeus procuravam, cada qual de seu lado, melhorar posições para a hipótese do conflito julgado já inevitável. A URSS é namorada pela França e pela Inglaterra, em conversas que parecem auspiciosas, de modo a reconstituir as antigas alianças que colocavam a Alemanha entre dois fogos: da França a ocidente e da Rússia a oriente. A Alemanha constitui uma ameaça à paz cada dia mais grave: a propósito da cidade livre de Dantzig, considerada indispensável à economia germânica, Hitler mantém polêmica com a Polônia a quem exige a entrega da cidade e o chamado "corredor", faixa de território polaco que permitia a livre circulação de pessoas e mercadorias entre a Alemanha e a cidade livre. E quer um plebiscito para decidir sobre o País a que ficaria pertencendo. Os países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) são também objeto de ostensiva cobiça nazi.

Quando as potências ocidentais julgavam bem encaminhadas as conversações com os sovietes, estala em 22 de agosto a bomba: a Alemanha hitlerista firma com a Rússia stalineana um pacto de não-agressão, que era de verdadeira aliança defensiva, completado por um tratado de comércio. De todas as capitais chegam notícias da surpresa causada pelo inesperado acontecimento diplomático. "Lavra grande indignação (informam de Paris) contra a duplicidade do governo soviético, classificando a maioria da imprensa o fato como um novo Brest-Litovsk" [1] (o armistício que, por ocasião da Primeira Grande Guerra, pôs termo às hostilidades russas na frente oriental, deixando a Alemanha livre de empregar todas as suas forças na frente francesa). Está-se em plena "guerra de nervos", uma sucessão de ameaçadoras surpresas, mantendo os governantes e os povos em constante ansiedade, incertos sobre o que irá acontecer no dia seguinte

O Primeiro-Ministro Britânico, na sessão da Câmara dos Comuns de 24 de agosto anuncia o iminente perigo de guerra. E narra que,

(1) *Dez anos*, vol. II, pág. 466.

influenciado pelo governo soviético ao dar esperanças à Inglaterra de ser possível um acordo político, caso chegassem a bom termo conversações militares entre os dois países, fora enviada uma missão inglesa à U.R.S.S. "O menos que posso dizer é que foi muitíssimo desconcertante saber que, enquanto estas negociações decorriam naquela base, o Governo Soviético estava secretamente a negociar um pacto com a Alemanha com propósitos que, segundo parece, não eram compatíveis com os objetivos que nós compreendêramos serem os da sua política externa". [2] Bons tempos em que na sua linguagem, sobretudo tratando-se de relações internacionais, os estadistas tinham tento na língua e cultivavam a moderação e a prudência na linguagem!

Em 25 de agosto é assinado em Londres um tratado de aliança anglo-polaco. Falham tôdas as tentativas de mediação para evitar a guerra. No 1º de setembro a aviação alemã lança-se sobre a Polônia onde depois, num ataque relâmpago, penetraram as divisões blindadas do exército germânico. Honrando os seus compromissos anteriores com a nação polaca, a França e a Grã-Bretanha consideram-se, a partir de 3 de setembro, em guerra com a Alemanha.

Os últimos dias de agosto são de intensa atividade diplomática também em Lisboa. O Governo Português traça a sua política: manter a neutralidade e fazer todo o possível para que a Espanha continue neutra. [3] No próprio dia 1º de setembro, em nota oficiosa, [4] explica ao País:

"Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade.

"O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la."

A neutralidade de Portugal é considerada, no quadro da aliança, a posição mais conveniente aos dois parceiros. [5] Mas ela não impediria que ajudássemos e assistíssemos a Grã-Bretanha em tudo quanto fosse possível: [6] era a definição da política de "neutralidade benévola", ou de "neutralidade colaborante" que iria ser seguida até o final da guerra.

Tal benevolência ou colaboração não representava, porém, pura e simples submissão a todos os desejos britânicos: Salazar foi, talvez,

(2) *Idem*, pág. 479, 480.
(3) Telegrama-circular de 1 de set°, *Dez anos...*, vol. II, pág. 538
(4) *Dez anos...*, II, pág. 539.
(5) *Idem*, vol. VI, págs. 28, 32 e 33.
(6) *Idem*, págs. 29 e 36.

o estadista português mais convicto da conveniência da aliança, mas também o que com mais dignidade sustentou sempre os direitos de Portugal como nação soberana, cujos interesses tinham de ser valorizados e respeitados na troca de serviços que os tratados existentes implicavam. Portugal não era um Estado protegido da Inglaterra, ou uma potência de terceira ordem que estivesse condenada a gravitar na órbita dos interesses britânicos: era o outorgante num pacto onde dois parceiros iguais convencionavam ajudar-se reciprocamente na medida das necessidades e possibilidades de cada um.

Por isso os pedidos da Grã-Bretanha a Portugal durante a guerra, acolhidos sempre com simpatia, eram atendidos ou não consoante fossem pelo nosso governo considerados consentâneos com a neutralidade declarada e com os outros deveres internacionais de cooperação.

No discurso proferido na Assembléia Nacional em 9 de outubro de 1939, Salazar fez a sua profissão de fé pacifista: "A charrua penetra o solo mais que o ferro da espada; o suor fertiliza a terra mais que o sangue das veias; o espírito afeiçoa e transforma os homens e a natureza mais profundamente que a força material dos dominadores."

E explica mais adiante, referindo-se à nota oficiosa do 1º de setembro, a neutralidade assumida: "O Governo podia assim manifestar ao País a deliberação e a esperança de manter na paz o povo português, salvo se a dignidade, os interesses ou os nossos deveres no-la viessem a fazer abandonar." Ele sabe bem que há casos em que, até pelo amor da paz, não é possível ficar indiferente à agressão ou à ameaça que ponha em perigo interesses vitais. Homem de princípios, não exclui também a hipótese de ter o país de sair da sua atitude pacífica para cumprir deveres anteriormente contraídos. Mesmo neutral, Portugal não esquece as alianças: "... não ficaríamos de bem com a nossa consciência se — amigos que não voltam a cara na adversidade alheia — não reafirmássemos naquele grave momento os nossos sentimentos de amizade e toda a nossa fidelidade à aliança inglesa."

Todavia, insiste na sua idéia de não ser conveniente à Europa ("crise européia, crise do espírito; crise do espírito, crise da civilização"), nem ao mundo, nem aos próprios beligerantes, que o incêndio bélico inflame toda a face da Terra: "dever de europeus era, na verdade, não sujeitar de ânimo leve toda a Europa à catastrófica divisão, mas criar, consolidar, em caso de conflito, zonas de paz entre as quais a da Península tem decisivo valor." A tese de que na conflagração mundial a Península Ibérica deve ser preservada como zona de paz, reserva de valores e de possibilidades para a reconstrução futura, será constante preocupação de Salazar durante todo o conflito.

17

A falta de preparação militar da França e da Grã-Bretanha não permitiu a estas potências auxiliar eficazmente a Polônia, cujo exército valorosamente resistia à pressão das forças germânicas muito superiores em terra e sobretudo no ar. Essa resistência, porém, é repentinamente comprometida pela súbita invasão que, do leste, a martirizada nação sofre pelas tropas soviéticas (18 de setembro).

Em 20 de setembro os plenipotenciários alemães e soviéticos assinam em Berlim três documentos, o primeiro dos quais é uma declaração em que ambos os governos prometem envidar todos os esforços para restabelecer a paz no Ocidente e responsabilizam a Inglaterra e a França no caso de a guerra continuar. A partilha da Polônia entre a Alemanha e a Rússia fica consumada.

Segue-se um período de relativa acalmia na Europa ocidental, sobressaltada por ações localizadas: ataque russo à Finlândia (8 de dezembro), durante o qual as tropas soviéticas sofrem duros revezes, deixando no mundo a falsa impressão de fraqueza militar comunista, apresamento do navio alemão *Altmark* pelos ingleses em águas norueguesas (17 de fevereiro de 1940), a que se iria seguir a invasão alemã da Dinamarca e da Noruega (9 de abril).

Na frente ocidental, franceses e alemães parecia olharem-se a medir forças, ambos na defensiva. É o período da *drôle de guerre*, como lhe chamavam os franceses abrigados em inatividade nas fortificações consideradas irrompíveis da "linha Maginot". Os países, porém, trabalhavam freneticamente no reforço do seu material bélico, procurando as democracias recuperar o tempo antes perdido para se armarem e que permitira o enorme avanço ganho pela Alemanha em armas e em tática. Até que, em 10 de maio de 1940 as tropas germânicas irrompem, sem aviso, pelos territórios neutralizados da Bélgica, da Holanda e do Luxemburgo, furam a própria linha Maginot e avançam irresistivelmente pela França dentro, após terem forçado, nos primeiros dias de junho, as tropas inglesas a fugir para o seu país utilizando o porto de Dunquerque. Em 10 de junho a Noruega capitula e, já com o exército francês destroçado, a Itália entra na

guerra vibrando no país vizinho a célebre "punhalada nas costas". Em 17 de junho a França, com a mediação da Espanha, pede o armistício, que a Alemanha aceita em 19, de modo a ser assinado em 22. E a U. R. S. S., no dia 27, apressa-se a ocupar as províncias romenas da Bessarábia e da Bucovina.

O Mundo assistiu atônito à queda tão rápida da França e ao desfazer do seu prestigioso exército. As estradas desse país enchem-se de fugitivos apavorados, muitos dos quais alcançam os Pirineus, passam à Espanha e depois de várias vicissitudes conseguem atingir Portugal: é a onda dos "refugiados".

No território português, apesar das dificuldades naturais de receber, alojar, alimentar e até controlar essa multidão que era praticamente impossível selecionar nos consulados competentes para conceder os vistos de entrada, resistindo à pressão dramática do "salve-se quem puder", os refugiados são acolhidos, assistindo-se os necessitados até se poderem organizar os serviços idôneos para os encaminhar aos seus destinos. Os judeus sobretudo, graças a uma comissão que contou sempre com o apoio de Salazar, puderam através de Lisboa, demandar países seguros. E quantos franceses fizeram escala pela capital portuguesa para se juntarem, em Londres, à resistência anunciada pelo General de Gaulle!

As preocupações de Salazar nesses dias são esmagadoras. A par dos problemas internos, de abastecimento e ordem pública, vem a inquietação sobre o que fará o exército alemão depois de esmagar a França e de chegar aos Pirineus.

Mais do que nunca, então, ele se devota à manutenção da neutralidade peninsular.

Logo nos dias críticos anteriores ao começo da guerra, em 30 de agosto de 1939 o Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Beigbeder, afirmava a Pedro Theotônio:

"Portugal ocupa 75 por cento da nossa política externa. A sua amizade, o seu apoio, o seu conselho são-nos preciosos. Há uma resposta que nos salva neste momento em mil transes perigosos: 'Não podemos. Estamos ligados a Portugal.' Pode assegurar ao seu Governo que é isto que pensamos e que é esta a nossa posição leal e firme." [1]

Efetivamente Franco nunca se afastou da idéia da manutenção da neutralidade e da fidelidade aos compromissos tomados com Portugal. [2]

---

(1) *Idem*, vol. II, pág. 522.

(2) Veja-se a conversa com o nosso Embaixador em Madrid, em 23 de abril de 1940 (*Dez anos...*, vol. VI, pág. 543).

Forças poderosas trabalhavam em sentido contrário a essa política. Em carta de 12 de maio de 1940 ao Embaixador de Portugal em Madrid [3] dois dias depois da invasão da Bélgica e da Holanda, Salazar fazia referência à manobra: "Os boatos aí e aqui foram sincrônicos e invertidos — aí mobilização portuguesa, aqui mobilização espanhola; aí corpo expedicionário ou próximo desembarque inglês nos portos portugueses, aqui forças espanholas e italianas preparadas para atacar Gibraltar e Portugal. É, assim, natural supor-se que não nasçam espontaneamente e que sejam lançados para fazer cair a confiança recíproca dos dois bastiões peninsulares e precipitá-los oportunamente na catástrofe."

E mais adiante esclarece:

"A verdade é que, por múltiplas declarações e atos, sabemos que a política inglesa em relação à Península é obter, como desiderato supremo, que ela se mantenha afastada do conflito e haja, portanto, paz de ambos os Estados entre si e com outros Estados. Estou, por isso, absolutamente convencido de que a Inglaterra evitará tudo (mesmo com perda de algumas facilidades) que possa ser motivo de especulação ou de desconfiança em Espanha relativamente a ela ou a Portugal. É preciso não deixar que os inimigos da paz peninsular perturbem a atmosfera que é indispensável para a manter."

"Eu continuo convencido (afirma depois na mesma carta) de que o Generalíssimo trabalha pela neutralidade sinceramente." E tinha razão.

Não passam muitos dias sem que o Governo Britânico, alarmado com a marcha das operações, apele para Salazar no sentido de impedir que a Espanha penda para o lado alemão.

É no memorandum secretíssimo de 23 de maio, entregue pelo embaixador inglês em Lisboa ao chefe do governo português que, como prólogo da oferta de assistência econômica aos espanhóis, tão carecidos de gêneros alimentícios, em troca de garantias a prestar pelo Governo de Madrid, se diz:

"A manutenção da neutralidade na Península Ibérica, tem constituído, desde o início da guerra, um interesse vital para Portugal e para o Reino Unido. Quanto a este ponto o Governo de Sua Majestade tem, desde o princípio, esclarecido completamente a sua atitude e tem sempre reconhecido que a influência pessoal do Chefe do Governo Português é o fator mais forte da manutenção da paz na Península. Por conseguinte, o Governo de Sua Majestade não hesita em pedir ao Dr. Salazar que tome a seu cargo a difícil e delicada

(3) *Dez anos...*, vol. VII, pág. 12.

tarefa de assegurar da parte da Espanha certas garantias práticas relativamente à sua intenção e possibilidade de se manter neutral." [4]

Os acontecimentos que se produziram nos fins de maio e princípios de junho a que já fizemos referência não eram, porém, propícios a facilitar a ação dos dois estadistas, Salazar e Franco. Como não havia de estar forte o partido germanófilo em Espanha, com as tropas alemãs na fronteira hispano-francesa e a Alemanha vitoriosa, após um triunfo militar espetacular que parecia assegurar-lhe a invencibilidade?

As pressões externas e internas sobre Franco aumentam. Pois não será ato de grande visão enfileirar com as potências vencedoras? A manutenção da neutralidade não irá, sem vantagem, irritar alemães e italianos a quem a Espanha tanto deve, e obrigá-los a forçar a entrada no País para tomarem Gibraltar e daí encerrarem o Mediterrâneo, como tudo indica que vai ser feito?

E se Franco se debatia com as influências pró-bélicas — que horas amarguradas passava também Salazar! Caso os alemães entrem em Espanha decerto não pararão na fronteira portuguesa, e não desdenharão a importância dos nossos portos sobre o Atlântico e das Ilhas da Madeira e dos Açores. O aliado britânico, com o exército desorganizado e o moral comprometido após a retirada de Dunquerque, não poderá de momento prestar auxílio válido. E Portugal será convertido depois em campo de batalha — de uma batalha inclemente entre ingleses e alemães de que o povo português pagará as custas.

Ouvi mais de uma vez Salazar recordar as noites de insônia passadas nesses dias de junho em que vivia na aflição da iminência do avanço alemão ao qual nada seria possível opor.

A situação está claramente exposta no telegrama enviado por ele a Armindo Monteiro no dia 1º de julho a resumir os resultados das conversas havidas recentemente em Madrid e em Lisboa acerca da atitude da Espanha. [5]

"A presença de tropas alemãs na fronteira franco-espanhola coloca praticamente a Península sob a influência e o poder da Alemanha... A Espanha, preocupada e ansiosa, tem-nos posto o problema

(4) *Idem*, vol. VII, págs. 68-69.

(5) *Ob. cit.*, vol. VII, pág. 178. Note-se que, para fazer uma concessão aos amigos do Eixo, o Governo Espanhol, em 12 de junho de 1940, declarou, não a neutralidade, mas sim a "não beligerância" da Espanha. Dava assim a entender que o País não era indiferente aos dois grupos contendores, um dos quais tinha as suas simpatias. Simplesmente, não entrava na guerra. Essa declaração, que irritou os portugueses (Pedro Theotônio Pereira, *Memórias*, vol. II, pág. 214), acabou, graças à ação de Franco, por ter praticamente os mesmos efeitos da neutralidade.

com grande clareza e sinceridade. Pretende manter a neutralidade e conservar-se à margem da guerra, pois crê que a pretensão sobre Gibraltar e os interesses em Marrocos poderão ter satisfação sem a sua entrada no conflito; mas a capacidade de resistência às pressões italianas e alemãs está praticamente muito diminuída, se não anulada, pela ocupação da fronteira.

"Não crê que a Itália a force a atacar Gibraltar, mas julga que a pressão será ou poderá ser, de um momento para outro, feita por intermédio da Alemanha. Nessa hipótese, a Espanha tem três caminhos: opor-se pela força à entrada dos alemães em Espanha; deixar os alemães atravessar a Espanha para o ataque a Gibraltar; ou a Espanha atacar Gibraltar, impedindo a passagem ou a ocupação pela Alemanha do seu território.

"Qualquer solução lançaria a Espanha fora da neutralidade: no primeiro caso contra a Alemanha; no segundo e no terceiro contra a Inglaterra."

E se isto sucedesse que se passaria em relação a Portugal? Salazar raciocina: "... tenho para mim como provável que a Alemanha... porá logo de início a questão da ocupação de Portugal. Neste passo, a posição da Espanha é ainda mais embaraçosa que no ataque a Gibraltar, com dificuldade de escolha entre deixar passar os alemães ou fazer ela guerra a Portugal." [6]

Que fazer então? O telegrama informa: "No sentido de fazer o máximo para impedir o desenvolvimento das ações na Península referidas acima, a Espanha apresenta, ainda imprecisamente e a título não-oficial, a idéia de quaisquer garantias que pudessem dar-se da não utilização pela Inglaterra das nossas costas, ou de qualquer reforço do tratado de amizade luso-espanhol que fortalecesse a posição da Espanha perante a Alemanha e a Itália e lhe permitisse resistir às pressões diplomáticas."

A informação dizia respeito a uma conversa tida dias antes (26 de junho) em Madrid pelo Embaixador Theotônio Pereira com o Ministro de la Gobernación Serrano Suñer. Nessa conversa o cunhado do Caudilho abrira-se sobre a dificuldade em que estava a Espanha para resistir às pressões alemãs e aventou a idéia de os dois países peninsulares "irem além do tratado de amizade e não-agressão na política de entendimento" e fazerem alguma coisa que pudesse ser mostrada aos alemães e auxiliar a Espanha na sua resis-

(6) Efetivamente nos arquivos alemães apreendidos depois da guerra encontra-se a informação de que o Estado Maior Central de Espanha preparara os planos da invasão de Portugal. Neste passo Salazar reflete, aliás, as informações que Pedro Theotônio Pereira lhe trouxera da sua conversa com Serrano Suñer em 26 de junho (*Memórias*, vol. II, págs. 227-228).

tência", porventura libertando-nos de obrigações resultantes do "peso morto da nossa aliança com a Inglaterra". [7]

Theotônio Pereira não deixou cair a idéia em cesto roto naquilo em que podia ser aproveitável e vai imediatamente a Lisboa (29 de junho) pôr o Dr. Salazar ao corrente do que ouvira. Fala com o Presidente e, por ordem deste, estuda com o Embaixador Teixeira de Sampaio, experiente Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o modo de aproveitar a sugestão, tomando nós a dianteira na sua realização. Pedro Theotônio regressou a Madrid, e em Lisboa, decalcando a fórmula da velha *entente cordiale*, redigiu-se um projeto de protocolo que, aprovado pelo Dr. Salazar, lhe foi enviado a seguir. [8] Em 2 de julho o nosso Embaixador conferencia com o Ministro de Assuntos Exteriores de Espanha e em 6 de julho avista-se com Franco [9] que declarou "concordar em absoluto em que se fizesse um protocolo levando mais longe as conseqüências do pacto atual".

Ia imediatamente dar ordens ao Ministro dos Assuntos Exteriores para concretizar o assunto. "Tudo faria para ajudar Portugal, pois era um amigo sincero e leal. De todo o coração desejava que a nossa independência e o nosso prestígio saíssem intactos e engrandecidos destes momentos difíceis."

Assim encorajado pelo Generalíssimo, o nosso Embaixador, em 8 de julho, avista-se com o Ministro Beigbeder, a quem entrega o projeto do protocolo. [10]

As observações ao projeto que o governo espanhol tem a fazer são formuladas em Lisboa, diretamente a Salazar, em 13 de julho, pelo Embaixador Nicolás Franco, portador de instruções do seu irmão, o Generalíssimo. [11]

Nasce na conversa um contraprojeto espanhol apresentado nas Necessidades em 24 de julho, [12] a que o Governo português contrapõe, logo no dia seguinte, nova fórmula. [13] E em 29 era assinado finalmente em Lisboa o protocolo. [14]

Os dois países comprometiam-se a "concertar-se entre si acerca dos melhores meios de salvaguardar quanto possível os seus mútuos

(7) *Dez anos...*, vol. VII, pág. 176. Cf. Pedro Theotônio Pereira, *Memórias*, vol. II, pág. 229.

(8) *Dez anos...*, vol. cit., pág. 178.

(9) *Idem*, págs. 191 e 216.

(10) *Idem*, pág. 247.

(11) *Idem*, pág. 250.

(12) *Idem*, pág. 294/297.

(13) *Idem*, pág. 301-302.

(14) *Idem*, pág. 323.

interesses, sempre que se prevejam ou verifiquem fatos que por sua natureza possam comprometer a inviolabilidade dos respectivos territórios metropolitanos ou constituir perigo para a segurança ou independência de uma ou outra das duas Partes".

O que mais importava nas entrelinhas deste documento era a garantia dada por Portugal, com respaldo da Inglaterra, de que o seu território não seria violado por este País, comprometendo-se a Espanha, por seu lado, a não facilitar a entrada das tropas alemãs no dela.

A Inglaterra, como se viu, fora sempre informada das negociações e estava disposta a proceder de forma a não comprometer a política peninsular de que Salazar era o principal artífice mas ressalvando este sempre a fidelidade à aliança britânica. Nos primeiros dias de outubro, Churchill, já Primeiro-Ministro, escreve uma carta pessoal a Salazar, dizendo-lhe seguir "com a maior simpatia e admiração os esforços feitos durante os últimos meses para evitar o alastramento da guerra à Península Ibérica. Como muitas outras vezes em séculos da aliança anglo-portuguesa, os interesses britânicos e os portugueses são idênticos nesta vital questão". [15]

Salazar aproveitou a sugestão de Serrano Suñer naquilo que interessava para reforço dos compromissos recíprocos dos dois países peninsulares sem alijar o que o Ministro espanhol (guindado em 18 de outubro à gerência da pasta dos Assuntos Exteriores) chamava o "peso morto da aliança inglesa".

Por isso Serrano, a primeira vez que encontrou o nosso Embaixador após a publicação do Protocolo (da cuja elaboração fora mantido totalmente afastado), lhe declarou:

— Não era isto o que eu tinha em vista!

Ao que Pedro Theotônio retorquiu:

— Mas era aquilo que nos convinha a nós que fosse feito! [16]

Quando em fins de outubro, acompanhado de Serrano Suñer, o Generalíssimo Franco se avistou com Hitler em Hendaya e foi por este fortemente instado para que a Espanha alinhasse na guerra com a Alemanha, soube resistir com firmeza às pressões recebidas. Se Franco não invocou nessas conversações os compromissos com Portugal e as garantias recebidas e dadas entre os dois países peninsulares, não me resta dúvida que tudo isso pesou no seu espírito para o ajudar na resolução com que, ao arrepio da opinião de tantos espanhóis e talvez da do seu cunhado e Ministro dos Negócios Estrangeiros, manteve a neutralidade espanhola.

---

(15) *Idem*, pág. 478.

(16) Pedro Theotônio Pereira, *Memórias*, vol. II, pág. 232.

18

Projetei escrever memórias e não fazer História. Mas quando se pretende evocar a figura de um homem de Estado que durante 40 anos governou o seu País, será possível evitar o recurso aos documentos ilustrativos da sua personalidade e da sua ação?

Aliás as memórias — quaisquer memórias! — não podem ser escritas só com a memória do autor. Por melhor que esta seja, fica sempre sujeita a lapsos e confusões. Mais ainda: qualquer de nós, ao longo da vida, sempre que revive fatos e figuras passadas, vai acrescentando ao que se fixou inicialmente no seu espírito qualquer coisa de novo, fruto da atenuação de arestas pela distância do tempo, das perspectivas que este lhe abriu, de juízos que mesmo inconscientemente vai formulando, de uma inevitável autovalorização da sua própria pessoa e dos seus sentimentos, de uma idealização inconsciente e fatal.

Por isso será imprudente o memorialista que não tenha o cuidado de verificar a objetividade dos acontecimentos recordados, a sua exata localização no tempo, as relações entre eles e o que deles possa resultar, para refazer, fixar ou corrigir os retratos das personalidades que pretende evocar.

Não quero fazer História. Mas de um homem como Salazar não se pode falar sem o integrar na História. Ele pertence à História — com H maiúsculo, por mais que os seus inimigos de hoje, geralmente afogados na mesquinharia da sua infra-mediocridade, o queiram relegar para a pequena-história. A pequena-história comum a todos os homens e, por isso, também comum a todos os governantes. E será isso que verdadeiramente interessa?

Lembro-me que um dia, tendo falar em público sobre Salazar (já lá vão muitos anos sobre este episódio!) em plena época de geral e incondicional adulação do Chefe, quando se dizia por todo o lado — "Salazar tem sempre razão!" — eu me atrevi a condenar este endeusamento.

Achava perigosa — era! — tal atitude louvaminheira e de renúncia a qualquer espírito crítico. E, por outro lado, acrescentei, Salazar como ser humano também tinha os seus defeitos...

Somente (concluí então) o que tenho verificado é haver muitíssimas pessoas com os defeitos dele, ao passo que não conheço mais ninguém com o conjunto de qualidades por ele possuídas.

Era por isso que, apesar de tudo, eu continuava a admirá-lo e a segui-lo, embora não incondicionalmente...

Neste período de guerra e da sua notabilíssima ação diplomática que preservou Portugal dos horrores da luta, reforçando ao mesmo tempo os laços de solidariedade com os países amigos envolvidos ou não diretamente no conflito, é-me impossível recordar Salazar sem o ver empenhado na sua tarefa árdua, dolorosa e pertinaz de governante.

Não foi uma época em que privasse muito com ele — até 1944. Os documentos dizem muito mais do que as recordações pessoais, ainda por cima misturadas com as versões fantasiosas e as opiniões contraditórias e as mais das vezes levianas ou apaixonadas que por esse tempo corriam nos meios que eu freqüentava.

Salazar tinha pouco tempo para contactar com os outros e por feitio não estava inclinado a fazer confidências sobre os negócios públicos. Era tamanho o melindre das situações que se sucediam no mundo convulso de então, tão precário o equilíbrio mantido no meio de tantos interesses poderosos contraditórios, e eram tão numerosos os ouvidos atentos a qualquer palavra para logo ser transmitida pelos canais de espionagem, que qualquer indiscrição poderia custar muito caro ao povo português.

Por isso mesmo os íntimos andavam mal informados e nenhum sabia de tudo...

Nesta obra de conservar a Espanha afastada do conflito, evitando que justos ressentimentos a opusessem aos nossos amigos e que generalizadas simpatias a lançassem nos braços das potências do Eixo, foi Salazar eficazmente ajudado por Pedro Theotônio Pereira.

Era o Pedro meu amigo fraternal desde os tempos da Universidade. Encontramo-nos numa reunião de estudantes católicos de Lisboa em que ambos nos salientamos pelas intervenções que tivemos.

E desde aí nunca mais deixamos de permanecer ligados por sólidos laços de uma amizade fundada em afinidades ideológicas e na consideração mútua.

Estava ele então na Faculdade de Ciências, onde cursava Matemática, enquanto eu freqüentava a Faculdade de Direito.

A sua personalidade já se impunha à gente da geração a que pertencíamos. Não apenas pela estatura física... Mas pela irradian-

te simpatia, pela alegria espirituosa e bem humorada, pela cultura humanística e por um gosto das idéias nobres e dos sentimentos elevados que muitas vezes se traduzia em expressões imaginosas a que não faltava poesia.

Antônio Sardinha exerceu sobre ele manifesta influência, como sobre tanta gente nova do meu tempo. O que distinguia Sardinha era a eloqüência viva e impressionante com que traduzia as suas idéias. Falava com calor, o calor da convicção ardente de neófito a procurar comunicar aos outros a veemência da sua crença no Catolicismo e na Monarquia. Lia muito e enchia depois as suas conversas de referências ao que lera e que relacionava com rara habilidade e elegância na seqüência demonstrativa das suas teses.

Poeta, Antônio Sardinha recorria constantemente a imagens sugestivas para ponto de partida do discurso ou como sínteses finais do pensamento. Os jovens que o rodeavam ouviam-no deslumbrados. Havia na sua fala acentos épicos, incentivos irresistíveis à ação, a uma ação generosa e iluminada cujos fundamentos e cujos objetivos, esses, estavam largamente doseados do lirismo lusíada.

E a escrever era também assim. Falecido aos 37 anos, a maior parte da sua obra foi precipitadamente escrita num estilo nervoso em plena freima jornalística. Com o mesmo fulgor verbal, a mesma imaginação, o mesmo calor apostólico com que falava.

Quantas vezes pensei no que teria sucedido se Antônio Sardinha não tivesse morrido em 1925! Teria ele compreendido Salazar — de feitio e maneira de ser tão opostos? Tê-lo-ia apoiado?

Ou, pelo contrário, essa oposição de maneira de ser, a impressão de que Salazar arrebatava indevidamente a chefia e o magistério que lhe pertenciam, lançá-lo-iam, como à maioria dos outros dirigentes integralistas, numa contestação apaixonada e injusta?

A atitude dos chefes integralistas perante Salazar fazia-me lembrar uma história que se contava na aldeia de meu Pai. Era o caso de um rapaz que desde menino cortejava certa moça, e acompanhava com ela, e ia mesmo avançando com certas intimidades... durante anos. Até que um dia, de repente, a moça casou com outro.

O namorado desprezado perdeu a cabeça, chorava, arrepelava-se, dizia cobras e lagartos do seu bem sucedido rival... E um dia, que dois homens, um da terra e outro de fora, escutaram na venda do lugar as recriminações do rapaz com os insultos habituais ao concorrente, o ouvinte de fora perguntou à puridade ao seu compadre da terra:

— Mas, afinal, o que tem ele contra o outro?

— Ora (respondeu o interpelado) — andou que tempos a aquecer o forno e foi o outro que coseu o pão.

Pois os integralistas com a sua doutrinação de tão larga audiência entre a juventude portuguesa dos anos 20 estavam, em relação a Salazar, na postura do namorado infeliz: haviam aquecido o forno em que este depois viera coser o pão... E não lhe perdoavam...

Enquanto os chefes integralistas adotavam esta atitude negativa (que depois, através da ação de Rolão Preto, haveria de desembocar na aventura nacional-sindicalista), os elementos mais jovens compreenderam que o interesse do País aconselhava a apoiar Salazar.

Pedro Theotônio Pereira não conhecia o novo Ministro das Finanças quando este, vindo de Coimbra, entrou para o Governo em 1928. Um acaso pô-los em contato. E Salazar logo se deixou cativar pela personalidade do Pedro.

Foi através do Pedro que, como já contei, vim à fala com Salazar e passei a colaborar com ele.

Pedro Theotônio não se intimidou com o aspecto severo e recolhido de Salazar. Atreveu-se, desde os primeiros encontros, a usar a sua linguagem pitoresca e colorida, salpicada de humor e com termos náuticos à mistura. E, longe de se chocar, o Ministro, que no fundo tinha a nostalgia de uma juventude que não vivera e a admiração pela alegria que lhe faltava, começou a apreciar aquele convívio descomprimido — embora sempre respeitoso, porque o Pedro era extraordinariamente bem-educado.

Foi assim que Pedro chegou a persuadi-lo a partilhar algumas vezes do seu barco — o desporto predileto! — em passeios ao Domingo no rio Tejo, enfiando uma camisola de marinheiro a Salazar e pondo-lhe na cabeça um panamá com que — coisa assombrosa! — o antigo seminarista piedoso e grave, o soturno lente de Coimbra, se deixou fotografar a bordo!

Pedro Theotônio adorava o mar e tudo quanto lhe dissesse respeito. Conhecia toda a espécie de barcos, sabia de cor as características de todos os navios de guerra das grandes esquadras e quando chegávamos a uma casa clara, bem arrumada e bem decorada, o seu elogio supremo era este:

— Parece um paquete!

Este marinheiro que não se pode dizer frustrado porque foi um dos melhores velejadores do seu tempo, depois de formado em Matemática especializou-se em cálculo atuarial e foi trabalhar numa companhia de seguros — a *Fidelidade* — fundada em Lisboa em 1836 já com a participação de ascendentes seus.

A essa circunstância, de ser atuário e conhecedor da matéria de seguros, se deveu, como conta no primeiro volume das suas *Memórias*, ter-se aproximado de Salazar e ser seu colaborador na

elaboração dos diplomas sobre seguros que o novo Ministro das Finanças veio a publicar em 5 de novembro de 1929.

As relações entre Salazar e Pedro Theotônio mantiveram-se e estreitaram-se daí por diante.

Quando em 1933, depois da promulgação da nova Constituição, Salazar resolveu dar incremento à política social e pôr de pé as instituições corporativas, escolheu o Pedro para fazer parte do Governo e se encarregar desse pelouro. Além de ser um perito em matéria de seguros, o que lhe permitiria vir a ser (como veio) o fundador do nosso sistema de previdência social, Pedro Theotônio, como já disse, era por natureza um condutor de homens e o seu idealismo generoso era otimista e denodadamente construtivo.

O que foi a ação de Pedro Theotônio Pereira na pasta das Corporações e Previdência Social e depois no Ministério do Comércio e Indústria está narrado pelo próprio nas suas infelizmente inacabadas *Memórias*. Aí também conta como teve, no Governo, os seus dares e tomares com Salazar. Pode dizer-se que com esta personalidade fortíssima se chocaram, uma vez ou outra, todos os colaboradores também dotados de personalidade...

E do Governo o tirou Salazar quando, em plena guerra de Espanha, quis dar um passo no entendimento com a Junta de Burgos, sem chegar ao reconhecimento *de jure*. Haveria uma troca de *agentes especiais* que supririam pela sua alta categoria pessoal a falta do estatuto de embaixador. O Governo de Burgos indicou para Lisboa o próprio irmão do Generalíssimo, Nicolau Franco; e de Portugal partiria alguém saído para o efeito do próprio seio do Governo, e foi Pedro Theotônio.

Jovem ainda, desportivo, corajoso, Pedro Theotônio conquistou logo simpatias em Espanha nos meios militares, então predominantes. Visitou sem receio as primeiras linhas de combate, partilhou com os soldados as agruras da campanha, expôs-se, num alarde de valentia tão do gosto castelhano, mais de uma vez, aos riscos da guerra. Acamaradou com generais e soldados, insinuou-se facilmente como camarada nos meios navais, e de tudo isto retirou prestígio que no dia da vitória nacionalista o qualificava entre os que haviam conhecido de perto as inclemências das batalhas e os sofrimentos do povo espanhol.

Mas, reconhecido o Governo de Franco e apresentadas as credenciais de Embaixador, Pedro Theotônio passa a ser também o homem do mundo, sociável, de gostos apurados e maneiras delicadas, que atraía os homens e fascinava as mulheres. O estilo da sua conduta pauta-se pelas normas diplomáticas.

Na execução da política salazariana de neutralidade peninsular ele foi um artífice admirável. O gosto pelo mar e pelos navios aproximara-o sempre dos ingleses, fora inglesa a *miss* que, em menino, o acompanhara e ensinara e se referia depois a ele como *the nice boy*. Por isso, não era só fidelidade ao pensamento do chefe que o levava a bater-se com entusiasmo contra as tentativas da diplomacia do Eixo e dos germanófilos e italianófilos de Espanha para arrastar o País à guerra: era também o seu sentimento pessoal.

E nesse trabalho de procurar manter a Espanha na política de neutralidade contra todas as influências contrárias, foi incansável.

Sempre atento e constantemente ativo, aproveitava o seu prestígio pessoal junto dos maiorais do novo regime para entrar por todas as portas que lhe estavam sempre franqueadas e para dispor dos ouvidos necessários, prontos a escutar a sua voz.

Esse prestígio, reforçado pela posição excepcional que Portugal tinha em Espanha no termo da guerra civil — pelo que apoiara os nacionalistas e pelo que desinteressada e humanitariamente fizera para ajudar nas suas dificuldades os espanhóis — conferia ao nosso Embaixador um lugar ímpar no corpo diplomático acreditado junto do governo de Franco. Os seus colegas recorriam freqüentemente a ele. E sobretudo o Embaixador Britânico, também antigo Ministro, Sir Samuel Hoare, era dos seus amigos mais assíduos e dos que mais vezes ouviam o seu conselho.

Que pena que Pedro Theotônio não tivesse podido cumprir o plano traçado para as suas *Memórias!* Porque mesmo aquele pouco que nos deixou relativamente à missão em Espanha e foi publicado no 2º volume, incompleto, da sua obra, é apenas um borrão, laboriosamente redigido sabe Deus com que sacrifício, quando já a doença de Parkinson lhe diminuía progressivamente faculdades, apenas contida por remédios heróicos de abaladores efeitos secundários.

19

Isto de memórias é como as cerejas...

A propósito da política de Salazar durante a guerra, no tocante a Espanha, veio à tona a lembrança de quem com ele mais diretamente colaborou nesse ponto, e falei do Pedro Theotônio Pereira. Para explicar a formação mental do Pedro, referi-me a Antônio Sardinha. E quando cheguei à menção da estadia dele no governo recordei-me intensamente da briga que o opôs ao Manuel Rodrigues Júnior... Foi todo um trabalho para não deixar deslizar a conversa para este último... Mas agora não resisto a tratar da figura deste também meu saudoso amigo e também colaborador (e êmulo...) de Salazar.

Quando o Pedro Theotônio entrou para o governo, o Manuel Rodrigues ocupava, pela segunda vez, a pasta da Justiça.

Por ocasião do Movimento Militar de 28 de maio de 1926, o General Gomes da Costa, ao passar por Coimbra na sua descida de Braga até Lisboa, foi aconselhado a recrutar na Universidade alguns dos seus valores para enriquecer o governo da ditadura que ia ser implantada.

E por intermédio de oficiais jovens da guarnição coimbrã que freqüentavam a Universidade, convidou três lentes a fazer parte do governo: o conspícuo Dr. Mendes dos Remédios, da Faculdade de Letras, para a Instrução Pública, e, da Faculdade de Direito, o Dr. Salazar para as Finanças e o jovem Dr. Manuel Rodrigues Júnior, há poucos anos doutorado brilhantemente com 20 valores (nota excepcionalíssima!), para a Justiça.

Os três lentes foram para Lisboa onde a graça fácil dos cafés logo disse constituírem a "Tuna de Coimbra". Mas os dias que se seguiram ao 28 de maio caracterizaram-se pela confusão e indecisão, com golpes e contra-golpes, e passados poucos dias Mendes dos Remédios e Salazar regressaram à Universidade, alegando não valer a pena naquelas condições sacrificar o sossego e arriscar o nome. Ficou apenas Manuel Rodrigues.

Manuel Rodrigues era republicano e tinha fama de socialista. Estava, porém, decididamente contra o sistema vencido e, mais vivo e manobrador que qualquer dos outros civis, permaneceu no Governo onde passou a ser ouvido e acatado pelos militares e se apressou a lançar uma série de reformas demonstrativas de que soprava um espírito novo.

Baixo, um tanto nutrido (sem ser gordo), com o seu bigodito aparado, mexia-se e trabalhava constantemente. Não tardaram a reforma do processo civil, que veio simplificar e abreviar fórmulas e trâmites seculares, a reforma da organização judiciária, a criação da Ordem dos Advogados, a extinção das pequenas comarcas... que sei eu? Um terremoto, que trazia juízes e advogados em alvoroço e chocava interesses tradicionais.

Mas o Ministro lá estava, sempre de porta aberta para receber quem o procurasse, girando no gabinete ou no salão de espera de grupo em grupo ou de uma pessoa para outra, num irrequietismo inquietante e simpático.

Era de uma vila do Ribatejo, filho de gente humilde. E Coimbra não lhe retirara a simplicidade de feitio nem a lhaneza e até rudeza de rapaz da "borda de água".

Caso extraordinário! Porque Coimbra tinha a particularidade de fabricar um tipo de professor universitário arrogante e convencido, sempre com o seu catedratismo pedante mais ou menos à superfície.

Cada ano despejava na cidade do Mondego uma legião de jovens provincianos, bisonhos, atônitos, com a casca grossa original que a troça aos caloiros, longe de desbastar, apenas coloria de laivos de brutalidade acrescentando-lhe a noção de uma rígida e respeitável hierarquia universitária.

E nas aulas, depois das vênias da entrada, encontravam o lente, em geral já famoso, senão lendário. Porque Coimbra, capital intelectual da província portuguesa com sucursais em todas as boticas aldeãs, tinha o extraordinário condão de formar reputações. Às vezes era já o talento do estudante tal ou qual que, de boca em boca, passava a ser celebrado pelos condiscípulos em férias. Mas quanto ao lente, esse era quase certo tornar-se célebre. O estudante, ao chegar à terra natal, contava na roda dos amigos e conhecidos (tantos deles nostálgicos dos estudos que não haviam podido seguir e sempre reverentes perante essa prestigiosa e quase mítica Universidade distante), contava aventuras acadêmicas e anedotas dos professores. Umas construídas a partir de qualquer fato real, outras totalmente inventadas. Mas o auditório ria (diabos dos rapazes!) e admirava. Afinal o próprio narrador tirava importância do fato de ter tido, lá em Coimbra, aqueles mestres! E os ouvintes iam depois reproduzir, com mais ou

menos molho e mais ou menos sal, as estórias escutadas, tratando familiarmente, pelo nome correntio, como se eles próprios houvessem passado pelas aulas, os lentes famigerados.

O estudante promovido a *urso* e de urso a lente ia assim ganhando a consciência da sua importância e saboreando o gosto da veneração inspirada. O lente tinha de impor-se por qualquer coisa: senão era pelo trabalho, seria pela resposta fácil, pela graça certeira ou pela originalidade dos modos. Nem sempre os mais famosos eram, de resto, os mais trabalhadores e a preguiça não ia mal com a esperteza: "Aquele diabo é fino como um coral! Estuda pouco mas ninguém o leva à parede!"

De modo que o lente, sobretudo o de Direito, tinha a sua propensão para a solenidade e com facilidade resvalava no *magister dixit!* O pior era quando viajava até Lisboa: então, desorientado pelo movimento nas ruas e acanhado na espera das antecâmaras, lá se ia a importância catedrática...

Ora o Manuel Rodrigues correspondia a um tipo humano diferente. Simplório nos modos, irreverente por feitio, aceitando de bom grado a contradição e a discussão, à vontade com todos, usando linguagem despretenciosa e às vezes despejada, um jornalista amigo definiu-o certo dia, enternecidamente aliás, como o "Zé Povinho de capelo e borla"!

O Zé Povinho, não sei se se lembram, era a figura típica modelada caricaturalmente em barro das Caldas pelo gênio satírico de Rafael Bordalo Pinheiro que a vulgarizou nos seus terríveis jornais humorísticos. Como o John Bull personificava o inglês médio, o nosso Zé Povo, de chapéu braguês e barba à passa piolho, um sorriso confiante a abrir o rosto redondo, de colete e em mangas de camisa, a cinta longa a cingir as calças de saragoça, representaria essa boa gente das aldeias que suportava resignadamente encargos e vexames e se deixava enlear nas tricas da politiquice constitucional, desabafando em palavrões sonoros com críticas duras e, às vezes, fazendo o seu gesto irreverente.

Manuel Rodrigues era inteligente, culto e muito vivo. O que o aproximava da figura do Zé Povinho seriam apenas os modos plebeus e a franqueza com que deixava sair os desabafos dos seus ressentimentos ou o desabrimento da sua cólera.

Gostava do Poder. Tinha amor a ser Ministro. E quando em 1928, com a entrada de Salazar no Governo, dele saiu, atribuiu ao colega a exclusão que não levou a bem. Por outro lado, tinha sido a primeira figura política, de entre os civis, da Ditadura; e ao ver despontar alguém que lhe arrebatava a supremacia sentiu-se humanamente despeitado.

De 1928 a 1932 foi um período em que o acompanhei muito. E pude apreciar, além da sua inteligência pronta e do seu espírito vivo e alegre, a bondade do seu coração e essa elementariedade de sentimentos que explodia na veemência das expressões. Não ocultava o seu desgosto por não fazer parte do governo, considerava injustíssima a privação de prosseguir na sua obra, a cada passo se doía com atos dos seus sucessores que julgava destruidores daquilo que fizera. E era ouvi-lo, ouvir os sarcasmos com que demolia ou amesquinhava os ministros de quem não gostava, as críticas apaixonadas às leis e decisões que iam saindo, as graças impiedosas com que fustigava pessoas e fatos políticos. Salazar não era poupado... Nós, os amigos, ríamos e depois, calmamente, chamávamo-lo à razão, o que não era difícil. Mas não tardava em recomeçar...

Isto de se destacar alguém que se move na política por gostar de ser governo, já reparei não ser bem compreendido fora de Portugal e até por muitos portugueses. Quando se fala de pessoa que exerceu funções governativas, entre 1926 e 1974, em Portugal, por mero espírito de dever cívico, sem ambição e sem prazer, há sempre um sorriso de incredulidade. E todavia sucedeu isso em muitos casos.

Nos países em que a democracia, com a ação dos partidos, consagrou o carreirismo na política, um homem chega ao Governo depois de ter pleiteado os postos que vai ocupar. Candidatou-se a vereador e a deputado, procurou destacar-se de entre os correligionários, foi-se guindando de lugar em lugar, na satisfação de uma ambição que, quantas vezes, para chegar ao alvo desejado o forçou a negociar, transigir, intrigar ou atropelar...

Ora durante esses quase 50 anos de História portuguesa, na maior parte das vezes — na esmagadora maioria! — os governos eram constituídos procurando pessoas reputadas competentes para gerir as pastas. E a competência avaliava-se pelas provas dadas na profissão, na administração, no ensino: em quantos casos o indivíduo era surpreendido pelo convite para se ocupar de um Ministério e buscava escusar-se pela falta de vocação política ou pelo transtorno que isso representaria na sua vida! E era uma luta para o fazer aceitar, invocando razões de patriotismo e outras de interesse geral.

Muitos desses governantes faziam o melhor que podiam mas, sem desejo de permanecer muito tempo no Governo, pediam de vez em quando para serem libertados daquele peso e era com alívio que regressavam à sua atividade profissional. Depois, com muita freqüência, tinham saudades... O que era humano.

O Manuel Rodrigues não: teve prazer em ser Ministro, teve pena de deixar de ser, não escondia o seu gosto de tornar a ser... E em 1932 o próprio Salazar, de quem ele dissera tanto mal, o chamou

de novo, ao Ministério da Justiça onde reatou uma carreira brilhante de estadista.

Desde o estabelecimento da Ditadura que nas correntes que a apoiavam se distinguiam duas grandes tendências: a republicana, onde enfileiravam elementos dos vários partidos que em maio de 1926 estavam na oposição ao Partido Republicano Português, comumente chamado Partido Democrático — e haviam, portanto, sido membros dos partidos nacionalista, radical, da união liberal, do centro católico... — e outros, independentes; e a monárquica, formada pelos fiéis do antigo regime de entre os quais se destacava a elite jovem, doutrinada e combativa, dos integralistas.

Ora, depois de 1933 formou-se ao redor de Pedro Theotônio Pereira uma falange monárquica; e logo à volta de Manuel Rodrigues Júnior a falange republicana. Os dois grupos digladiavam-se e, como sempre sucede nas lutas de fações, não faltava a troca veemente de palavras feias com críticas infundadas e apreciações injustas. Os dois chefes não conseguiram isentar-se da rixa dos amigos, e para quem, como eu, era amigo dos dois, criavam-se freqüentemente, situações incômodas. Nunca fui homem de "purrias".[1] Guardava a serenidade e a possível isenção no conflito, procurando apaziguar ânimos e desfazer mal-entendidos. E se bem que com os dois personagens centrais nunca tivesse havido problemas, vi-me mais de uma vez acusado de rodriguista pelos amigos do Pedro, em geral meus amigos também e que me não perdoavam não estar incondicionalmente ao lado deles, e olhado com desconfiança pelas amigos do Manuel Rodrigues por causa do meu passado de integralista.

Enfim, tudo isso se esbateu com a saída de Pedro Theotônio para Espanha. Manuel Rodrigues ainda continuou a destacar-se alguns anos no Governo e, depois, colaborando no jornal *O Século*. Mas num dos seus artigos sentiu-se *o homem que passou*: é uma pequena obra-prima, essa página melancólica de um político que vê perderem-se as últimas esperanças de conseguir realizar a sua ambição pessoal. Para Manuel Rodrigues, fora a de suceder a Salazar. O coração não o ajudou a resistir. Começamos a vê-lo emocionar-se facilmente, a entristecer de dia para dia: e uma manhã foram dar com ele sentado à escrivaninha do gabinete de trabalho, a cabeça pendida e o corpo sem vida: um ataque cardíaco fulminara-o.

(1) Na linguagem de Lisboa a "púrria" era um bando juvenil que se formava para lutar contra outros bandos, por simples prazer de luta, em geral.

20

Neste período da guerra mundial exercia eu, como já disse, as funções (gratuitas) de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa nas quais fora empossado no verão de 1940 como um dos derradeiros atos da gestão ministerial de Carneiro Pacheco.

A Mocidade Portuguesa tinha sido criada por este grande Ministro em 1936. Várias tentativas particulares de lançamento de movimentos da juventude a haviam antecedido com bastante receptividade da parte da gente nova: fora o caso do Nacional-Sindicalismo e, depois, da Ação Escolar Vanguarda. O Governo pensou que seria preferível instituir uma organização nacional, desligada de qualquer compromisso político, que desse satisfação ao anseio de ação manifestado nessa época pelos jovens.

No próprio domínio da educação física havia muito a fazer. O Ministério da Instrução adotara uma "doutrina portuguesa" de educação física, da autoria do médico Weiss de Oliveira e patrocinada por homens da envergadura do Prof. Serras e Silva, cuja filosofia assentava numa formação, com base na ginástica respiratória, eminentemente estática. E era o que se praticava nas escolas. Ora os rapazes queriam mexer-se e queriam desporto. De modo que não só detestavam a enfadonha ginástica médica dos Liceus como procuravam por si próprios, sem qualquer orientação competente, praticar atividades desportivas.

A Mocidade Portuguesa surgiu, pois, como organização patriótica de formação integral da juventude em complemento da família, da escola e da Igreja. Respeitando todos esses meios educativos, deveria completá-los apenas, colaborando com eles. E colaborava também com as Forças Armadas, facilitando aos mancebos dos 18 anos em diante a prestação do serviço militar obrigatório, através da preparação pré-militar ministrada na Milícia. Como sucedia com todos os movimentos juvenis, a começar pelos *boy-scouts*, teve um uniforme que logo de início foi desenhado em Lisboa pelo professor do Ensino Técnico Rui Vaz, sem qualquer influência estrangeira ao contrário do que nos últimos tempos tem sido dito em Portugal. Há muitas pessoas vivas que o podem testemunhar.

O primeiro Comissário Nacional, o Engº Francisco Nobre Guedes, bem conhecido nos meios do atletismo e como membro do Comitê Olímpico, convidou-me para Diretor dos Serviços de Formação Nacionalista, lugar que com prazer exerci (gratuitamente) de 1936 a 1940.

O meu único funcionário era o escritor Tomás Ribeiro Colaço, amigo de há anos e que Nobre Guedes empregou para proporcionar mais algum dinheiro ao seu orçamento sempre em crise. Com o Tomás combinava todas as semanas o tema a desenvolver numa "folha de doutrina", posta depois a circular por todos os centros da Mocidade para ser comentada na instrução dos sábados. Tomávamos para centro de interesse um acontecimento ocorrido ou comemorado na semana ou uma figura nela em destaque, para depois o glosarmos de modo a extrair uma lição de patriotismo ou de mero civismo.

Tomás Colaço dava-se muito também nessa época com o Ministro do Interior, Pais de Sousa, com quem jogava bilhar. Mas a partir da queda da França começou a andar muito nervoso e a dizer que, sendo quase certa a vinda dos alemães até Portugal, ele fatalmente ia ser perseguido como anglófilo que era.

Obteve do Ministro do Interior um passaporte de missão especial (se bem me lembro) para ir até ao Brasil e na última semana antes de viajar ainda esteve comigo e me submeteu o projeto da "folha de doutrina". Depois partiu, e não voltou mais. E para justificar o seu exílio, fez-se passar por emigrado político. Embora tivesse com ele mantido cordiais relações até à sua morte (nunca deixou de me mandar os livros que ia publicando) abstive-me de lhe perguntar o que se passara no seu espírito...

Em 1940, Nobre Guedes foi nomeado para substituir Veiga Simões na legação de Portugal em Berlim. Para a vaga que deixou na Mocidade, o Ministro Carneiro Pacheco, meu querido amigo, convidou-me a mim. E aceitei gostosamente com aquele espírito de servir o País que a maior parte das pessoas hoje não compreende, mas existiu em muitos da minha geração.

A Mocidade Portuguesa era, na altura em que tomei conta dela, um movimento muito bem acolhido pela gente nova a qual amava as fardas e as paradas e participou com entusismo nas suas grandes manifestações coletivas — os acampamentos nacionais, os desfiles em massa, as festas de ginástica, as iniciativas desportivas.

Era preciso, porém, dar mais conteúdo à Organização, oferecer-lhe uma doutrina e uma pedagogia, estruturá-la de acordo com os fins que fossem visados. Foi o que me propus fazer, inspirando-me largamente no escotismo, por onde passara em rapaz e onde obtivera os meus dipomas de Escoteiro-Chefe na primeira escola de Chefes reali-

zada em Portugal, seguida do primeiro campo de aperfeiçoamento que me proporcionou o direito ao uso da "insígnia de madeira" (*woodcraft*).

A doutrina e a técnica que procurei dar à Mocidade Portuguesa resultaram, pois, da adaptação às realidades nacionais dos princípios e métodos do escotismo. E ainda sofreram a inevitável alteração que tem de ser feita quando um processo destinado a uma minoria de voluntários vai ser experimentado na massa da juventude de todo um País.

Deu-se maior importância à vida das unidades básicas — os Centros — e ao seu enquadramento por jovens preparados em escolas de graduados. Cultivou-se o campismo educativo, de modo a fazer com que pequenos grupos vivessem sobre si no campo, em contato com a Natureza, entregues à sua iniciativa e ao seu desembaraço. Impulsionaram-se os centros desportivos já lançados — na vela, no remo, no hipismo (por sinal que foi no Centro de Hipismo do Porto, que conheci, como instrutor, o Tenente Costa Gomes), no tênis, de vôo à vela, na aviação com motor... e prosseguiu-se na tarefa de cultivar os desportos de competição num quadro formativo que furtasse os rapazes aos vícios do clubismo, no futebol, no volibol (que foi o jogo lançado e difundido pela M.P.), no basquetebol...

O canto-coral (como eu recordo o entusiasmo e a dedicação de Mário de Sampayo Ribeiro!) era praticado com base nas músicas populares de cancioneiros por nós organizados, a fim de preencher os tempos de recreio nos acampamentos, na hora noturna da "chama da Mocidade", e habilitar todos a participarem, em qualquer altura, em grandes massas corais.

E todos os motivos de interesse para a gente nova foram objeto de atenção, proporcionando-se, através de *Manuais*, aos filiados os conhecimentos básicos necessários para praticarem a filatelia, o aeromodelismo, a numismática, os jogos educativos, que sei eu!

Em cada ano se realizava o "Salão de Educação Estética" em que se revelaram tantos talentos artísticos e artesanais.

Um *Jornal da M. P.* para filiados e o *Boletim Mensal da M. P.* para dirigentes difundiam idéias e métodos. E publicaram-se numerosos *Manuais* e outros livros destinados a facilitar as atividades educativas.

Nessas publicações incluíam-se produções literárias de filiados (lá saiu o *Tronco em Flor*... de Beckert de Assumpção). E o Teatro da Mocidade, que levou peças escritas por filiados, por eles representadas, com figurinos por eles desenhados para os personagens e cenários por eles concebidos e executados? Assim se estreou Luís Francisco Rebelo com uma peçazinha — *O ouro que Deus dá* — premiada em concurso e depois levada à cena no Teatro Nacional.

Os acampamentos davam ensejo a estreita confraternização de filiados, donde nasceu entre muitos sólida e duradoura camaradagem. E eram também oportunidades para se manifestarem as habilidades de cada um — fosse na cozinha ou na enfermagem, fosse nas comunicações e nos "jornais de parede", fosse na decoração das barracas e dos locais.

A minha ação no Comissariado Nacional foi orientada no sentido de formar homens de caráter e portugueses civicamente conscientes. A formação humana baseava-se em princípios clássicos condensados nos dez preceitos do "Bom Filiado" (o 1º, por sinal, dizia assim: "o Bom Filiado educa-se a si próprio por sucessivas vitórias da vontade"). Quanto à formação portuguesa, pretendia dar aos jovens a noção de fazerem parte de uma grande Nação, esparsa por quatro continentes, fruto de um passado glorioso, e responsável pelo futuro de extensos territórios promissores onde residiam milhões de seres necessitados de quem os conduzisse a caminho da integração na civilização moderna.

Portugal tinha a sua individualidade no concerto das nações e interesses próprios a prosseguir e defender. Por isso lutando contra os "partidos do estrangeiro" existentes, infelizmente, nessa época no País, de um lado anglófilos apaixonados, do outro germanófilos exaltados, a Mocidade Portuguesa queria que os jovens portugueses fossem *lusófilos*. E se a política do governo era a de neutralidade, essa deveria ser a que havíamos de seguir.

Não foi fácil, não, manter esta linha de conduta. Os representantes diplomáticos dos países em luta disputavam entre si as simpatias da Mocidade. E por isso eu era constantemente convidado e solicitado para aqui e para ali e vigiado na minha conduta, com risco de ser acusado de parcialidade à mais pequena suspeita de simpatia por algum dos lados....

Quando a M. P. fora criada, o Comissariado aceitara dos ingleses a vinda de instrutores de futebol e não sei que mais, e dos alemães a colaboração dos especialistas alemães de vôo-à-vela. Dispensei todos os instrutores estrangeiros de qualquer nacionalidade.

Mas um dia, um judeu alemão, Walter Brasch, se me não engano, acolhido em Portugal durante a perseguição hitlerista, querendo agradecer ao País a proteção recebida, ofereceu à Mocidade o equipamento completo de um centro de Medicina Desportiva — o primeiro que existiu em Portugal. Logo os alemães se queixaram da complacência tida para com um mau alemão fugido da Alemanha, e os ingleses estranharam a publicidade dada à dádiva feita por um inimigo...

Certa vez recebi, acompanhado de um funcionário da Embaixada britânica, um senhor inglês, que me falou em termos entusiásticos

da obra da Mocidade, especialmente no capítulo do desporto da vela de que era apaixonado cultor. Ofereceu-me um livrinho que sobre o assunto publicara e no qual preconizava uma nova maneira de manobrar ou de dispensar — não me lembro bem — o patilhão. Encareceu muito a sua técnica e pediu-me que fizesse adotá-la pelos velejadores portugueses. Mandei ouvir sobre o assunto a Direção dos Serviços Náuticos que, passados tempos, me apresentou uma extensa informação a explicar os motivos por que não julgava de adotar a tal manobra do patilhão que nunca consegui perceber como era. Para mostrar a atenção dada ao assunto, e pensando ser assim muito amável, enviei ao inglês, com palavras corteses, o parecer dos meus técnicos. Que foste fazer! O homem ficou irritadíssimo com a discussão do seu invento e foi queixar-se, em termos ásperos, ao nosso Embaixador em Londres. Qual não foi o meu espanto ao receber uma carta de Armindo Monteiro, muito zangado por eu ter indisposto contra Portugal nada menos do que o alto funcionário que no *Inteligence Service* coordenava as informações sobre o País!

Conto isto para exemplificar as dificuldades que tinha nesse período o lugar. E demorei-me um pouco a falar na Mocidade Portuguesa no intuito de contribuir para o conhecimento dessa organização, que tanto amei.

A Mocidade foi um movimento de intenção patriótica e que só se manifestou *contra* o que podia deseducar a juventude e ofender a dignidade da Pátria. Não semeava ódios, não dividia partidos, não era sectária. A mim me dizia certo dia um político do regime anterior ao 28 de maio de 1926, muito combativo e sempre sensível a tudo quanto pudesse atingi-lo e aos seus correligionários:

— Tenho de lhe dar os parabéns! Sigo a sua ação na Mocidade através dos meus filhos, e acolhi, ao princípio com desconfiança, a Organização. Mas de fato, você conseguiu dar a segurança de que não incita os rapazes contra ninguém.

Coligi mais tarde algumas alocuções à mocidade no volume intitulado *Por amor da juventude!* e os artigos em que ia construindo a doutrina do movimento no livrinho chamado *A Missão dos Dirigentes*. Tempo saudoso para mim, o dos quatro anos em que dia a dia convivi com a gente nova de entre a qual recrutei tantos amigos e colaboradores dos anos futuros!

21

Voltemos a Salazar e ao seu trabalho de defesa da neutralidade de Portugal, o que quer dizer — da paz dos portugueses...

A América, do Norte e do Sul, ainda não entrara em guerra. Salazar visionou, não só a ampliação com os países americanos do bloco neutral para a manobra da "reserva de paz" destinada a reconstruir o mundo pós-bélico, como a obtenção do apoio deles para a conservação da política adotada na Península Ibérica.

A correspondência diplomática ilustra a execução deste desígnio.

2 de julho de 1940 — *Salazar ao Ministro de Portugal em Washington*:

"A utilidade da neutralidade de Portugal, e especialmente de Lisboa, para as relações das duas Américas com a Europa onde o nosso porto é o último grande cais neutro de desembarque, é tese fácil de sustentar e conviria que fosse apresentada e lançada nesse país, sem demora, por alguém com autoridade perante o público e o mundo político.

"A idéia deveria ser defendida de maneira que não pudesse dar lugar a suspeitas de existir qualquer projeto americano de vir defender a nossa neutralidade, o que provocaria logo reação alemã. Pelo contrário, o problema deve ser posto como enaltecendo o serviço que Portugal presta, com a sua impecável atitude neutral, às relações entre a América e a Europa, e sublinhando a necessidade para os países americanos, assim como para proveito de todos, sem perturbarem, nem uns nem outros, uma posição assumida com previdência e coragem e em benefício próprio e alheio, apesar da tradicional aliança anglo-lusa." [1]

4 de julho — *Do Ministro de Portugal em Washington a Salazar*:

"... a dura realidade é que o tom geral da imprensa revela a convicção de que Hitler ocupará sem demora *toda a Europa conti-*

(1) *Dez anos*, vol. VII, pág. 188.

nental, e assim pensam as pessoas mais bem informadas. Fiz imediatamente todos os esforços possíveis, que continuo, para lançar aqui a tese, e dessa própria diligência nasceu a impressão de que, se lançada do Brasil assumindo depois caráter pan-americano e sem prejuízo dos esforços feitos aqui, teria mais eficácia..." [2]

18 de julho — *Salazar ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro*:

"Por diferentes meios temos procurado lançar entre estrangeiros, especialmente nos Estados Unidos, a tese da vantagem para a Europa e a América da conservação da posição neutral portuguesa, com o fundamento de que Lisboa é o último grande porto neutro por onde se podem manter comunicações entre os dois continentes... Em volta desta tese pode-se criar uma atmosfera favorável para nós como elemento de ordem moral e diplomática, único que podemos promover e nos trará apoio vantajoso apesar da sua insuficiência..." [3]

23 de julho — *Do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro a Salazar*:

"... estou já diligenciando fazer agitar a tese indicada... justamente a circunstância de continuarem Portugal e a Espanha mantendo contato entre os dois continentes tem já suscitado comentários desfavoráveis como podendo aliviar o bloqueio da Alemanha. Posso informar V. Exa. com segurança que toda a posição verdadeiramente neutral, não favorável à causa inglesa, é desagradável aos mentores da maioria da imprensa brasileira, o que evidentemente torna delicada a minha atuação." [4]

30 de outubro — *Do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro a Salazar*:

"O Ministro das Relações Exteriores comunicou-me que perante a agudeza da situação internacional telegrafou ao Embaixador do Brasil para comunicar que o Brasil apoiará todos os esforços de Portugal para se manter em paz e fará todas as diligências que V. Exa. julgar necessárias nesse sentido." [5]

3 de novembro — *Salazar ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro*:

.....

"A América do Norte propõe-se receber a herança e a influência da Inglaterra e, apoiada no receio que os métodos de força da Alema-

(2) *Idem*, pag. 203.
(3) *Idem*, pág. 267.
(4) *Idem*, pág. 290.
(5) *Idem*, pág. 548.

nha espalham por toda a parte, procura nitidamente, a nosso ver, dirigir os destinos da América Central e do Sul.

"Esta ação, porém, não poderá, por virtude de diferenças de língua, de religião, de origem e de mentalidade, substituir-se integralmente à influência das nações-mães e à geral dos países europeus, sobretudo de raça latina.

"Infelizmente a Espanha tem sucessivamente comprometido a sua posição nas repúblicas hispano-americanas e a orientação da sua política externa é possível que agrave mais este estado de coisas.

"Resta, pois, Portugal, cujos esforços no sentido de salvaguardar os interesses espirituais da Europa nesse continente têm sido coroados de êxito e levaram à atual confiança e amizade do Brasil.

.....

"As circunstâncias presentes todas conspiram no sentido de isolar os continentes, anular a influência européia e impelir as repúblicas latino-americanas para uma política pan-americana que não pode deixar de transformar-se na direção superior econômica e política e depois espiritual da América do Norte em todo o continente. Estes efeitos devem ser contrariados quanto se possa, em obediência a interesses sul-americanos.

.....

"Em face do exposto, nenhuma diligência concreta pedimos neste momento seja feita pelo Brasil junto de outros Estados." •

22 de novembro — *Do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro a Salazar*:

.....

"Abordando o Presidente Getúlio Vargas expus o conteúdo do telegrama de V. Exa. com toda a cautela... O Presidente compreendeu logo toda a seriedade do problema, declarando: "Essas apreensões são dignas de um verdadeiro estadista.'

.....

"Voltando ao assunto Portugal, disse (o Presidente Vargas) que, tendo conversado há poucos dias com o embaixador italiano relembrara-lhe que qualquer ato de hostilidade contra Portugal 'teria grande repercussão no Brasil' e que esse caso seria certamente daqueles que levariam o Governo Brasileiro a 'refletir sobre a neutralidade até agora rigorosamente mantida'.

"Especialmente sobre a apreensão acima referida disse que é seu pensamento que, qualquer que seja o desfecho da guerra, o mundo se organizará forçosamente em blocos de nações; que é lógico virem a ser esses blocos continentais, mas que também haverá lugar para

(6) *Idem*, pág. 569.

blocos de nações de língua, religião e tradição comuns, e que, portanto, 'a possível apreensão de V. Exa. vinha ao encontro do seu pensamento'. Acrescentou 'Vou refletir sobre esses problemas e voltaremos certamente a conversar'.

.....

"Preocupado em bem informar V. Exa desejo acrescentar que, conversando com vários representantes sul-americanos verifiquei estar a América do Norte fazendo o máximo esforço diplomático para fazer aceitar a sua tese, que o Ministro Osvaldo Aranha já perfilha, segundo a qual a presença dos alemães em África e no Atlântico representa, efetivamente, uma ameaça direta à segurança de toda a América." [7]

Através dos telegramas trocados e de que ficam extratados os trechos essenciais, define-se bem a política de Salazar relativamente ao Brasil e à obtenção da sua compreensão e apoio para a neutralidade peninsular.

Getúlio Vargas aderiu à tese portuguesa que rapidamente compreendeu. Já o seu Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, muito afeto aos Estados Unidos onde representara o seu país como Embaixador, punha mais reticências na adesão, embora preocupado com a hipótese de, na outra banda do Atlântico, se instalar a Alemanha de modo a ameaçar as comunicações com o continente americano. Quanto à imprensa, essa era com toda a franqueza pró-Inglaterra.

Estavam a decorrer em Portugal as comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração, grande festa nacional de afirmação, nesses momentos confusos da vida do mundo, da personalidade do País, velho de oito séculos e que soubera recobrar no século XVII, após 60 anos de união à Espanha, a plenitude da sua soberania.

O Governo português convidara o Governo brasileiro a não só se fazer representar nas comemorações, como a "receber" com ele os representantes que as outras potências enviassem a felicitar a nação. [8] E o Brasil, aceitando o convite, enviou a Lisboa luzida embaixada.

---

(7) *Idem*, pág. 621-623.

(8) "...não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil..., havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa...; que não seja apenas nosso hóspede de honra mas, como de família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião..." (Da nota oficial de 27 de março de 1938, in — Salazar, *Discursos*, vol. III, págs. 44 a 46).

presidida pelo Chefe da Casa Militar do Presidente Vargas, General Francisco José Pinto, e de que faziam parte personalidades eminentes da vida cultural brasileira.

A embaixada especial do Brasil demorou-se em Portugal o tempo todo das comemorações (que incluíram a admirável Exposição do Mundo Português em que a Nação irmã apresentou um pavilhão, confiado à direção de Osvaldo Orico, e um Congreso do Mundo Português em que participaram numerosos estudiosos brasileiros) e os seus componentes tomaram parte ativa e brilhante nos atos celebrados. Através deles se manteve o diálogo com a opinião e o governo brasileiros acerca da posição portuguesa na guerra e do que pensávamos fosse o interesse comum dos dois povos e sua contribuição para a paz.

Terminaram os festejos, ficaram as duras preocupações suscitadas pelo momento internacional. Os receios de que as tropas alemãs ocupassem a Península Ibérica não esmoreciam. E esses receios não afligiam apenas os beligerantes europeus. Os Estados Unidos da América, embora ainda neutros, viam com crescente inquietação a possibilidade da grave ameaça à sua segurança que a posse pela Alemanha das posições portuguesas no Atlântico, designadamente os Açores, viria a representar.

A defesa dos Açores passou, pois, a tomar lugar destacado nas conversações entre o Governo Português e o Governo Britânico. Aliás todo o problema da possibilidade da defesa de Portugal contra qualquer agressão à sua soberania estava em causa. O esforço para proceder ao rearmamento do Exército e da Aviação levado a cabo antes da rotura das hostilidades, desde 1936, não chegara a resultados apreciáveis. E agora, a simples defesa dos Açores, sem falar na do Continente, exigia material que não possuíamos.

A situação em 1941 era de impossibilidade de resistência eficaz no Continente a um ataque contra a soberania portuguesa. Por isso, em caso de se verificar essa agressão previa-se a retirada dos órgãos superiores do Estado, para os Açores primeiro, e naturalmente a seguir para uma das colônias, de modo a poder ser organizada a resistência coordenando todos os recursos da Nação.

Uma vez nos Açores, o Governo Português teria de contar com o apoio da esquadra britânica para a defesa do arquipélago e com facilidades para aquisição de material de guerra e equipamentos destinados às forças militares lá estacionadas.

A Grã-Bretanha concordava com esse plano, mas suscitou-se entre os dois países uma divergência. Enquanto o Governo Português condicionava a retirada para os Açores à hipótese de uma agressão *efetiva* os ingleses insistiam em que a transferência dos órgãos de

soberania deveria ter lugar perante as perspectivas de agressão iminente, como por exemplo haveria no caso de a Espanha entrar em guerra ou ser invadida pelos alemães.

A argumentação britânica tinha as suas razões, fundando-se no caráter das operações relâmpago habituais do estilo alemão de guerra e da impossibilidade prática em que elas poriam o Governo de dar seguimento a qualquer plano de resistência. Mas Salazar argumentava que a saída do Governo de Lisboa, só por temor de uma agressão, desencadearia fatalmente a ação dos vizinhos e seria mal vista pelo povo português que se sentiria abandonado, e atribuiria ao medo a partida precipitada dos governantes.

Estavam as conversas neste pé, quando em 27 de maio de 1941 o Presidente Roosevelt, num discurso transmitido pela rádio do seu País, falando sem rodeios, exprimiu a importância que para os Estados Unidos revestia a segurança das comunicações por via Açores e a necessidade de prevenir o perigo de o Arquipélago cair na posse de alguma potência inimiga da América.

A declaração levantou grande rumor no mundo inteiro e causou na opinião pública portuguesa o sobressalto que se calcula.

O Governo Português reagiu pronta e energicamente. Uma nota de protesto apresentada em Washington não teve, porém, resposta satisfatória. Sabe-se hoje, aliás, que na verdade os estudos do Estado-Maior Naval americano tinham concluído pela indispensabilidade da utilização dos Açores para garantir a segurança das comunicações marítimas com a Europa. Entretanto havia uma solução alternante, a da Islândia, e para essa se inclinaram por fim as autoridades militares. A segunda nota portuguesa, que Salazar redigiu nos termos mais vivos, pôde assim encontrar melhor acolhimento.

Em 8 de julho o Presidente Roosevelt dirige-se ao Dr. Salazar em "carta puramente pessoal e sem formalidades, na convicção de que desta forma talvez seja mais fácil pôr efetivamente fim a certos mal-entendidos que lamentavelmente surgiram nestas últimas semanas entre os nossos dois governos".

Nessa longa carta o Presidente dos Estados Unidos declara que na opinião do seu governo "a continuação do exercício da jurisdição intacta e soberana do Governo português sobre o próprio território metropolitano, sobre os Açores e sobre todas as colônias portuguesas dá ao hemisfério ocidental uma garantia completa de segurança no que respeita às respectivas regiões".

E em conseqüência dessa convicção, o Presidente afirma o "firme desejo dos Estados Unidos de que em nada seja infringido o domínio soberano de Portugal sobre aqueles territórios".

"Esta política dos Estados Unidos (acrescenta) esclareci-a eu com toda a ênfase na mensagem que ontem dirigi ao Congresso do meu país acerca das medidas que foram tomadas para ajudar o povo da Islândia na defesa da integridade e defesa da Pátria."

Roosevelt nota depois a satisfação com que é vista nos Estados Unidos a atividade do Governo Português dirigida no sentido de reforçar a defesa dos Açores e das possessões Ultramarinas, oferecendo o auxílio americano para essa defesa quando para tal fosse solicitado.

Na seqüência desta oferta de auxílio em caso de agressão efetiva ou iminente a qualquer território ultramarino português, vem um parágrafo que vale a pena transcrever: "No caso de surgir tal eventualidade e de o Governo Português dadas as estreitas relações que felizmente existem entre Portugal e o Brasil, considerar conveniente pedir ao Governo Brasileiro que participe nestas medidas de defesa, tal atitude seria muito grata ao Governo dos Estados Unidos. Estou convencido de que o Brasil e os Estados Unidos colaborariam eficazmente e com a melhor vontade (*whole heartedly*) para auxiliar o Governo e o povo português na defesa dos Açores."

Não é preciso ter longa experiência diplomática para perceber que a convicção assim expressa por um Chefe de Estado resultava de conversações anteriores. Evidentemente o Brasil, em face dos rumores da próxima ocupação dos Açores pelos americanos, dissera uma palavra em Washington para não ser esquecido.

A carta de Roosevelt, de resto, vinha, na ocasião própria, tranqüilizar o Governo Português. Na verdade, a mensagem que o Presidente refere ter enviado ao Congresso em 7 de julho informava que dera ordens à marinha de guerra americana para tomar as medidas necessárias à manutenção da segurança das comunicações na proximidade da zona entre a Islândia e os Estados Unidos, *assim como nos mares entre os Estados Unidos e todos os outros bastiões estratégicos.*

Coincidia a mensagem com a notícia da ocupação da Islândia pelas forças americanas. E a imprensa logo comentava a probabilidade de se seguir a ocupação dos Açores e de Cabo Verde. No próprio Senado várias vozes preconizavam esta próxima ocupação.

Não descansara entretanto o Governo Português a partir do discurso de maio. Afanosamente se preparou uma viagem do Presidente Carmona ao arquipélago dos Açores. E pois que o Brasil era incluído na questão, achou-se oportuno enviar-lhe uma importante missão com o objetivo aparente de agradecer a participação que tivera nos recentes festejos do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal.

Em 23 de julho o Presidente da República Portuguesa partia de Lisboa para uma viagem de 20 dias durante a qual visitaria todas as ilhas dos Açores. Lá foi apoteoticamente recebido, e lá afirmou

à chegada, em discurso célebre: "Aqui é Portugal!", sublinhando a intenção da defesa militar contra quem quer que pretendesse violar a neutralidade do País. No seu regresso, o navio que o conduzia foi saudado por uma Força Naval britânica que o procurou para o efeito no alto mar, e, logo a seguir, por aviões da Força Aérea Alemã que durante algum tempo o escoltaram.

Salazar responde a Roosevelt em 29, em termos dignos, mas cordiais. São dessa carta os seguintes períodos que vale a pena transcrever:

"Embora as autoridades militares não partilhassem dos receios de um ataque aos Açores por forças alemãs, desde que o domínio do Atlântico lhes não pertence, por prudência e para garantia da segurança da Inglaterra, nossa aliada secular, o Governo não se tem poupado a esforços ou despesas para conservar as ilhas do arquipélago, e também as de Cabo Verde, em condições de defesa eficiente. Nós cremos que as forças e material ali já acumulados e ainda algum material de aviação e antiaéreo, que o Governo Inglês se prontificou a fornecer imediatamente, porão as ilhas fora das possibilidades de contra ela se fazer um ataque com êxito, *dispostos como estamos a fazer respeitar a soberania portuguesa e a nossa neutralidade.*

"Esta segurança a tem a Inglaterra e espontaneamente a demos ao Brasil na parte em que o nosso domínio efetivo sobre as ilhas atlânticas pudesse interessar à sua defesa. Se, porém, a Inglaterra viesse a encontrar dificuldades nos fornecimentos acima referidos ou noutros reconhecidos necessários ser-me-ia grato encontrar da parte do Governo dos Estados Unidos facilidades para a consecução de um fim que tão particularmente lhes interessa também.

"Estou, é evidente, a considerar neste momento apenas a permanência da situação neutral que Portugal adotou desde o começo do conflito europeu; se, porém, esta viesse a ser alterada por uma violação da sua soberania, a situação daí resultante teria de ser examinada a outra luz e definida a nova posição.

"Não quero desde já prever esse futuro mas meço bem todo o alcance e valor da declaração de V. Exa., e dada a intimidade das nossas relações com o Brasil eu creio que Portugal poderia abertamente contar também em tal emergência com a sua solidariedade e todo o apoio." [9]

Desta troca de correspondência resultava, pois, muito clara a posição portuguesa: mantinhá-se a neutralidade colaborante com a

(9) As fontes documentais utilizadas neste capítulo deveriam ter sido publicadas no vol. IX da obra *Dez anos de política externa* a cujas provas tipográficas, tive, em tempo, acesso.

Inglaterra e seus aliados, a qual seria defendida contra tudo e contra todos, condição indispensável para ser respeitada por ambos os lados. Essa posição só seria alterada no caso de Portugal sofrer violação da sua soberania pois, nessa hipótese, reagiria contra o violador.

Ao mesmo tempo preparava-se a missão especial a enviar ao Brasil, com um chefe a quem era dada a categoria de Embaixador, um Ministro Plenipotenciário e mais três enviados, além de um adido militar e outro naval e um secretário de carreira.

Em 6 de junho de 1941 eu recebera de Salazar a seguinte carta:

"Meu caro Doutor Marcello Caetano

"Como deve ter visto nos jornais, está assente que o Governo envie uma missão especial ao Brasil para agradecer a comparticipação brasileira nas nossas comemorações centenárias. A missão é pouco numerosa. Deve ser presidida pelo Dr. Júlio Dantas, partirá nos meados de julho e estará no Rio seis dias apenas — ao todo portanto cerca de trinta dias. Têm de ir algumas individualidades da Comissão Executiva dos Centenários — o Doutor Reinaldo dos Santos e o Dr. Augusto de Castro — mas eu queria que fosse também gente nova e representativa da geração que formamos. Ninguém melhor para o efeito do que o próprio Comissário Geral da M. P., professor da Universidade, colaborador do governo em reformas substanciais. Não prevejo dificuldades da vida universitária, porque os exames devem estar adiantados na altura. Não diga que não, mas mande-me dizer que sim. É livre de levar consigo sua Mulher que será ótimo o acompanhe, se não for o encargo dos filhos.

M.to Atento e Venerador,

Oliveira Salazar"

6.VI.1941

"Mande-me dizer que sim..." E efetivamente disse-lhe que sim. Antes conversamos, minha mulher e eu, acerca da ida dela. Quanto gostaria de que me acompanhasse! Pela sua parte, filha de João de Barros para quem o culto do Brasil era uma religião, e que, de mãos dadas com Paulo Barreto (João do Rio) empreendera a campanha de aproximação luso-brasileira em tempo em que os dois países se olhavam com desconfiança e se desconheciam ainda mais do que hoje, era grande o desejo de conhecer a terra de que ouvira falar desde o berço com tanto entusiasmo e até amor.

Mas — e os nossos quatro filhos, o mais velho dos quais tinha então nove anos, e a mais nova três?? Falava-se ainda constantemente na provável invasão alemã da Espanha e de Portugal. Caso

viajássemos ambos para o Brasil, quem nos dizia que, a efetivar-se tal hipótese, poderíamos regressar a Portugal? E nesse caso que seria deles, mesmo amparados pelo carinho dos avós, privados dos pais? Que inquietação, que amargura, que aflição seria a nossa, ambos expatriados e longe dos filhos pequenos que estremecíamos?

Não era fácil, a decisão a tomar. E, na época, uma viagem como a que me era proposta não constituía festiva excursão de férias... Tudo ponderado, minha mulher, corajosamente, preferiu ficar com os filhos. Se houvesse algum acidente, ela cuidaria deles e a dor da separação teria o lenitivo de se saber que os filhos não estavam sós.

22

Partimos de Lisboa em 22 de julho de 1941 e chegamos ao Rio de Janeiro na tarde de 5 de agosto. Chefiava a embaixada o Dr. Júlio Dantas. Homem de letras que teve grande popularidade em Portugal e no Brasil — a sua "Ceia dos Cardeais" foi uma das peças mais divulgadas do teatro português — fora Ministro em vários governos da 1ª República, mas aceitara depois de 1928 colaborar com Salazar. Convidado para presidir às comemorações do Duplo Centenário, não se podia ter encontrado quem exercesse as funções com mais zelo, com mais pontualidade, com mais entusiasmo. Na concepção dos programas como na realização das cerimônias foi inexcedível. Sempre solene, cuidadoso, polido, tinha a paixão da diplomacia e o gosto do protocolo. Adorava que lhe dessem importância e, tal como Garrett, seu modelo em muita coisa, nutria a ambição constante de mostrar que a sua condição de homem de letras não prejudicava os dotes de homem de Estado.

Eu conhecia-o já razoavelmente, mas esta viagem, feita por mar, no navio *Serpa Pinto,* acrescida dos dias no Rio de Janeiro em que, por sermos os únicos que não levávamos mulher (ele era ainda solteiro), ficamos no apartamento presidencial do hotel com os nossos quartos separados por uma sala comum, permitiu um convívio constante e íntimo que me fez conhecê-lo melhor.

Em 1941 ele tinha sessenta e tal anos, mas era já um homem ultrapassado: na política, nos modos, nos gostos, na literatura, em tudo se conservava fiel ao espírito do século XIX. Era um amaneirado. Punha a sua arte em todas as coisas de tal modo que raro se percebia autenticidade e espontaneidade no que dizia, no que escrevia, no que fazia. O tipo acabado do literato. Filho único, vivia com a Mãe, e por amor dela não se casou senão depois dela morrer. A morte ocorreu dois dias depois da nossa saída de Lisboa, e a notícia foi-lhe dada à chegada ao Funchal. A sua dor foi sincera, mas não deixou de exteriorizá-la por forma de certo modo teatral. Como de teatro foi a personagem que compôs para desempenhar a missão no Brasil: pálido, emagrecido e acabrunhado pelo desgosto, fez-se mais

velho, acentuou o aspecto maguado e o seu clássico ar romântico, e com a lentidão dos passos, dos olhares e dos gestos fez-se venerando, a inspirar ao público respeito e comoção, e a suscitar vozes admirativas do seu gênio literário e da sua figura prestigiosa de "glorioso velhinho".

Escrevia muito bem, uma prosa cuidada, arrebicada, apomadada, com "rodriguinhos", mas na qual produziu, sem dúvida, algumas páginas modelares da língua portuguesa. Era culto e metódico: o seu fichário de conhecimentos estava sempre em dia. E sob aquela aparência tão século XVIII nas mesuras, nas frases, nas elegâncias pretenciosas, ocultava-se uma energia real e uma combatividade que quando era preciso se tornava mesmo agressiva e malcriada. No decorrer das nossas relações mais de uma vez tive ensejo de ver revelarem-se essas facetas da sua personalidade.

A mocidade do meu tempo já não o levava muito a sério. Ele tornara-se o protótipo do academismo e da afetação. O movimento futurista tomou-o por isso para cabeça de turco e rompeu com o "manifesto anti-Dantas", que começava por uma invectiva: "Dantas pim, Dantas pan, Dantas pum, Dantas pim-pan-pum!" E às tantas, entre os pecados que lhe assacava, acusava-o: "O Dantas usa ceroulas de malha!" Todos ríamos desta frase que atribuíamos à imaginação de Almada Negreiros. O diabo é que, quando fui companheiro de apartamento de Júlio Dantas no Copacabana Pálace, verifiquei com espanto que era verdade. Eu explico. De regresso das cerimônias, depois de nos refrescarmos, encontrávamo-nos na sala comum para trocar impressões sobre os acontecimentos do dia e tomar uma bebida. Dantas, velho solteirão, mal chegava ao quarto tirava as calças para não estragar o vinco, vestia um roupão, e era assim, com as ceroulas de malha a aparecer sob o roupão, que vinha para a sala...

Enfim, deixemos as anedotas e vamos recordar a minha estada no Brasil em 1941...

Quero lembrar-me do Rio de Janeiro que vi então e tenho dificuldade em evocá-lo. É que nem sei se estive verdadeiramente no Rio, nesses nove dias que durou a permanência da embaixada especial na então capital brasileira. [1]

Foram nove dias de cortejo automóvel em marcha acelerada precedido por motociclistas da Polícia Especial a fazer soar o silvo

(1) Vale a pena transcrever as impressões de Copacabana, em 1941, das minhas notas de viagem: "O Hotel dá sobre a avenida marginal que confina com a praia onde, apesar do tempo fresco, continuamente se banham e estendem ao sol inúmeras pessoas. A praia do mar mesmo em casa... No bairro misturam-se alguns arranha-céus e outros prédios de apartamentos com moradias dos mais diversos estilos. O aspecto do conjunto é de estância balneária, com seus bares, restaurantes e casas de chá."

persistente e alarmante da sereia; nove dias vertiginosos a mudar de *toilette* pelo menos três vezes ao dia; nove dias de visitas, de almoços, de discursos, de cumprimentos, de sessões, de recepções, de festivais, de desfiles, de festas e jantares; nove dias fatigantíssimos em que apenas entrevi o Brasil, mal conheci os brasileiros e que me puseram à prova a resistência física e... o estômago!

Conheci os principais salões públicos do Rio. Estive no Palácio Guanabara (onde almoçamos com Getúlio Vargas), no Palácio do Catete, no Itamarati, onde além de encontros e do jantar de praxe, houve uma sessão da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual no seu belo salão de conferências e recepções; no Supremo Tribunal Federal, na Prefeitura, no então novíssimo palácio do Ministério da Guerra e no Edifício da Administração do Arsenal da Marinha na Ilha das Cobras, no "Sylogeu Brasileiro" onde se albergavam o Instituto Histórico e Geográfico e o Instituto da Ordem dos Advogados, no elegante Petit Trianon sede da Academia Brasileira de Letras, e no Gabinete Português de Leitura, no Jóquei Clube, no Hipódromo da Gávea — para disputa de um troféu Portugal — na Associação Brasileira de Imprensa, no Teatro Municipal — onde ouvimos os "Mestres Cantores" — na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil do velho Campo de Santana... Estive em todos estes lugares e todavia ficou-me a impressão de não ter estado no Rio de Janeiro... Porque para conhecer uma cidade é preciso integrar-se na sua vida habitual, confundir-se na multidão, pisar as suas ruas, arrumar o xadrez da sua topografia, freqüentar os seus cafés, visitar os seus monumentos, mercar nas suas lojas, sentir o particularismo dos seus bairros, assistir despreocupadamente aos seus espetáculos, comprar os seus jornais e interessar-se pelos seus *faits divers*. E nada disto me foi possível.

Apenas certa manhã consegui escapar-me, comó um colegial, à tirania do programa e à férula do protocolo para ir meter indiscretamente o nariz em duas livrarias e comprar umas lembranças para a família. Mal dera meia dúzia de voltas já o relógio me impunha o regresso ao hotel: ainda olhei o bonde com cobiça de andar nele, mas o tempo não dava para esse capricho e tive de resignar-me a espreitar mais uma vez as ruas pelas janelas do automóvel oficial enquanto este disparava — desta vez sem sereia, vá lá! — para o encontro com os meus companheiros a fim de recomeçar a lida diária.

Noutro dia, inconformados com não ficarmos a saber nada da história artística da cidade, Reinaldo dos Santos e eu aceitamos de Rodrigo Melo Franco e Paulo Barreto, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — o convite para uma rápida passagem pelas principais igrejas barrocas. No aperto do programa a

cumprir, a coisa só era possível entre as 7 e as 10 da manhã. Apesar de nos deitarmos sempre tardíssimo, lá fizemos o sacrifício de nos levantarmos às 6 horas para percorrermos as Igrejas da Glória do Outeiro, do Mosteiro de São Bento, de Santo Antônio e de São Francisco, com passagem inevitável pela Candelária. Foi outra correria — mas que valeu a pena.

Diziam-me amigos brasileiros que a nossa estada se assemelhava àquelas antigas visitas de cerimônia, em que se era recebido na sala pelos donos da casa empertigados, a render solenemente as honras de uma amabilidade rasgada mas convencional. Da vida da família e da intimidade do lar nada se ficava sabendo: tudo se passava mesuradamente nos domínios formais da cortesia.

Em todo o caso, a visita para mim foi rica de experiências, de ensinamentos e de contatos, e a missão foi cumprida.

Efetivamente, nas conversas mantidas com tantas personalidades da camada dirigente do Brasil de então, foi-nos possível esclarecer a posição de Portugal no momento internacional, as suas preocupações e as perspectivas que se antolhavam nas relações entre os dois países quanto ao futuro. E nas sessões públicas, nos discursos que todos nós proferimos e que provocamos da parte dos governantes brasileiros, descontada a retórica habitual e inevitável na circunstância, fizeram-se afirmações importantes, sobretudo para a manutenção do clima de cordialidade entre os dois povos, para a reafirmação das suas raízes comuns e da identidade das culturas, e para a compreensão recíproca das suas trajetórias no mundo.

Pela parte que me toca considero um privilégio este primeiro contato, mesmo superficial ou formal, como disse, com o Brasil e o conhecimento que me foi dado ter de tantos dos seus homens eminentes e dos problemas nacionais.

Já passaram desta vida quase todos os que então conheci. A começar pelo Presidente Getúlio Vargas que jovialmente brincou com a minha juventude adornada do título de catedrático, e foi, como sempre que recebia portugueses, inexcedivelmente amável e simpático. Recordo a figura galharda de Osvaldo Aranha, então Chanceler, e o seu olhar brilhante e claro a irradiar inteligência com um encanto que captava amizades à primeira vista. Sousa Costa era o Ministro da Fazenda, alto, corpulento, com ar bonacheirão, parecendo mais novo do que a idade que então tinha e deixou-me excelente impressão da sua visão e da sua cultura na conversa mais demorada que tivemos por ocasião do almoço oferecido no dia 11 pelo *Correio da Manhã*: estava muito bem informado não só sobre a teoria econômica e os problemas financeiros como sobre a literatura portuguesa, de que conhecia de cor páginas inteiras dos seus autores preferidos. O

Ministro da Aeronáutica era Salgado Filho, muito diferente destes dois (pareceu-me), pois em contraste com a exuberância deles era grave e relativamente retraído. Tinha uma mulher bonita e distinta. Também conheci os dois ministros militares, o General Eurico Gaspar Dutra, calmo, discreto e digno, e o Almirante Aristides Guilhelm que por igual me deixou excelente impressão.

O prefeito do Distrito Federal era Henrique Dodsworth, mais tarde Embaixador em Lisboa. O Rio de Janeiro atravessava, sob o seu governo, uma fase de grande renovação: estava então a ser aberta a Avenida Presidente Vargas que, depois da Avenida Rio Branco, constituiu um dos elementos fundamentais da remodelação do centro da cidade. Muito amável, muito cortês, foi um dos nossos mais apreciados hospedeiros. [1]

No mundo jurídico tomei contato, na visita ao Supremo Tribunal Federal, com o presidente Eduardo Espínola a cujo discurso de saudação fui encarregado, de improviso, de agradecer, e com vários ministros, alguns dos quais, como Castro Nunes e Bento de Faria, conhecia como autores de excelentes obras. Outro, recentemente nomeado, Waldemar Falcão, deixara havia pouco o Ministério do Trabalho e fomos ambos oradores na sessão do Instituto da Ordem dos Advogados em que ele dissertou sobre o direito trabalhista brasileiro e eu sobre a legislação corporativa portuguesa. Era presidente do Instituto, então instalado no edifício do Sylogeu Brasileiro, a cuja demolição vim assistir em 1974, o Dr. Miranda Jordão que saudou a Embaixada, antes do orador oficial, o meu velho amigo Haroldo Valadão, proferir o seu discurso. Nessa sessão de 11 de agosto de 1941 foi-me entregue o diploma de sócio correspondente do Instituto, sob proposta de 17 advogados e com honroso parecer favorável da Comissão de Admissão de que fazia parte o meu queridíssimo amigo Tomaz Othon Leonardos. [2]

---

(1) ...e em 1974, quando cheguei exilado ao Brasil, um dos meus bons amigos. Acompanhei com tristeza o seu funeral em 15 de agosto de 1975.

(2) Eis o texto do parecer: "Os sócios efetivos deste Instituto Drs. Augusto Pinto Lima, Alvaro de Souza Macedo, Fernando de Mello Vianna, Haroldo Valladão, Omar Dutra, Ubaldino do Amaral Filho, Levi Carneiro, Philadelpho Azevedo, A. Moutinho Doria, Nilo C. L. Vasconcellos, Justo de Moraes, João Borges Sampaio, Rodolpho Fernandes de Macedo, Alcantara Guimarães, Armando Vidal, Bruno de Almeida Magalhães e Henrique de Andrade, propõem para Membro Correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o Dr. Marcello Caetano, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, atualmente no Brasil, compondo a Embaixada Especial de Portugal, em missão cultural e de cordialidade internacional.

O Dr. Marcello Caetano formou-se em Direito em 1927, recebendo o grau de doutor em direito em 1931. Logo a seguir, em 1933, após notável concurso

Fui recebido na Faculdade de Direito do Campo de Santana em solene sessão na qual participaram o corpo docente e os estudantes, que me fizeram entrega de uma mensagem destinada aos seus colegas da Faculdade de Direito de Lisboa. Era diretor o meu querido Pedro Calmon que me saudou em termos eloqüentes e ao mesmo tempo carinhosos como é do seu estilo fidalgo e da tradição da sua amizade a Portugal. Eu conhecia Pedro Calmon desde aquele dia do começo de dezembro de 1937 em que ele chegou a Coimbra para participar nas comemorações do quarto centenário da Universidade dessa cidade. Encontrava-me lá para o mesmo fim e estava instalado no Hotel Astória quando, ao sair do quarto, deparo no corredor com o meu inolvidável amigo Afrânio Peixoto que em visitas anteriores conquistara, com a minha admiração, a minha profunda amizade. Abraçamo-nos na efusão da alegria do encontro e Afrânio apresentou-me um

---

de provas, foi nomeado Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde professa presentemente, com grande brilho.

Desde estudante se dedicou ao jornalismo, sendo o colaborador de diversos jornais e revistas jurídicas, do seu país e do estrangeiro. Exerceu o cargo de consultor jurídico do Ministério das Finanças. Difundiu a doutrina do estado corporativo português, escrevendo a respeito monografias e artigos doutrinários. Elaborou, por designação do Governo Português, o Código Administrativo, que foi convertido em lei no ano de 1936.

Em 1938 foi enviado como Plenipotenciário Especial à Roma para inaugurar os estudos portugueses na régia Universidade. É vogal do Conselho do Império Colonial.

A sua produção jurídica e literária é da mais alta valia. Publicou entre outros, muitos, os seguintes trabalhos, muito conhecidos dos juristas brasileiros: — "Um grande jurista português: Fr. Seraphim de Freitas": "A depreciação da moeda depois da guerra"; "Do poder disciplinar no direito português"; "Lições de Direito corporativo"; "A codificação administrativa em Portugal"; "O município na reforma administrativa"; "Estatuto dos funcionários civis"; "Perspectivas da política, da economia e da vida colonial"; "Manual do Direito Administrativo" e, finalmente "Lições de Direito Penal".

O seu "Manual de Direito Administrativo" é obra de real valor, tendo merecido os mais justificados aplausos da imprensa forense de Portugal e do estrangeiro, bastando, por si só para sagrar o Prof. Marcelo Caetano como um dos maiores jurisconsultos portugueses, de todos os tempos.

Os seus estudos em direito corporativo demonstram achar-se o Prof. Marcello Caetano perfeitamente ao par das diretrizes do Estado Novo, para cuja implantação e para cujo fortalecimento, em Portugal, a sua pena brilhante teve papel decisivo.

É deste estofo o jurisconsulto que brilhante pleiade de sócios efetivos do Instituto propõem para Membro Correspondente.

A Comissão de Admissão de sócios tem a grata satisfação de proclamar que o proposto, Prof. Marcelo Caetano é realmente digno dessa investidura, que o plenário do Instituto acolherá, por certo, com os mais justificados aplausos. Otto Gil, Presidente e Relator. — Tomaz Othon Leonardos — Miguel Paes do Amaral Pimenta."

jovem amigo que o acompanhava e pela primeira vez visitava Portugal. E na apresentação rasgou baetas a falar na rica inteligência, na vasta cultura e na brilhante eloqüência do companheiro profetizando-lhe auspicioso futuro. Nunca mais me esqueci desse momento em que pela mão de um grande amigo conquistei para o resto da vida outro amigo, que estimo e quero como irmão. O Pedro foi uma presença constante na nossa visita de 1941, orador também na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que presidia, com a sua natural elegância, o Dr. José Carlos Macedo Soares.

Brilhantíssima a sessão solene na Academia, então sob a presidência de Levi Carneiro, cuja amizade conquistei também nessa altura, uma amizade que durou até à morte dele. Encantador Levi Carneiro! Na penúltima vez que nos vimos causei-lhe involuntariamente um dissabor que ficou a pesar-me na consciência. Mas não o levou ele a mal: e em 1969, por ocasião da minha primeira visita oficial ao Brasil como Presidente do Conselho pude novamente abraçá-lo na Embaixada de Portugal — e foi a última vez. Nessa solene sessão acadêmica falaram, além do presidente, Gustavo Barroso e Júlio Dantas. Leio no *Jornal do Comércio* do tempo a reportagem desse grande acontecimento social, em que os acadêmicos envergavam o fardão e os restantes assistentes vestiam casaca, ostentando condecorações, ao lado de senhoras de lindas *toilettes* de noite. Estavam presentes vinte e tal acadêmicos, dos quais só vim encontrar na Academia, em 1974, três: Alceu de Amoroso Lima, Pedro Calmon e Osvaldo Orico. Não figurava entre eles um dos maiores amigos de Portugal e dos mais incansáveis e brilhantes defensores da cultura portuguesa que enriqueceu com contribuições valiosas: Afrânio Peixoto.

É que Afrânio Peixoto, adversário de Getúlio Vargas, resolvera abster-se de participar em cerimônias oficiais. Procurou por isso em particular os seus amigos da Embaixada para os abraçar e explicar a situação em que se encontrava e as razões da atitude que tomara. Estive com ele mais de uma vez. Andava excitado, não perdia ensejo de atacar o regime e o Presidente Vargas. Mesmo quando, uma tarde, estando os dois a conversar no Hotel, o levei comigo no automóvel da Presidência da República posto à minha disposição e no qual tinha de me dirigir a um ato do programa, não se coibiu, dentro do carro, de gritar as suas queixas e as suas críticas, em voz bem alta, para que o ouvissem o motorista e o agente da Polícia Especial que ia ao lado deste. Passei um mau bocado... sobretudo por temer algum aborrecimento para ele.

Nunca cheguei bem a entender a incompatibilidade surgida entre Afrânio e Getúlio Vargas e que durou até à morte do primeiro. Ambos eram propensos ao entendimento e à conciliação. Mas nunca se reconciliaram.

Afrânio era um amigo extraordinário e um dos mais interessantes conversadores que conheci. E tocava o meu coração português o conhecimento minucioso que tinha do meu País, da sua História e da sua gente e o amor com que se lhes referia. Não deu ele a um dos livros que publicou o título de: "Viagens na minha terra: Portugal"? E não escreveu uma apreciável História do Brasil, destinada a ser editada em Portugal mas pondo sempre em relevo o legado da Pátria-mãe, tantas vezes desconhecido ou mal interpretado?

Quantas mais recordações me deixou essa visita memorável! Até do almoço na A.B.I., oferecido pelo vivo e diligente Herbert Moses e no qual fiquei sentado entre dois diplomatas cuja conversa me encantou e seduziu: o Embaixador Afrânio de Melo Franco, antigo Ministro das Relações Exteriores e o Embaixador Régis de Oliveira, filho de um antigo representante do Brasil em Lisboa e ele próprio afastado havia pouco da embaixada de Londres por ter atingido o limite de idade.

E sem esquecer que entre as relações que então fiz se inclui a de um Ministro do Tribunal de Contas da União, o meu querido Ruben Rosa, desde então fidelíssimo na sua amizade. Antigo secretário de Osvaldo Aranha, conhecendo a fundo os bastidores da política brasileira e todos os seus figurantes, senhor de uma vasta e séria cultura humanista e de uma rara erudição, Ruben Rosa, para mais, tem um coração de oiro, é uma alma nobilíssima, a sua bondade traduz-se em todos os atos da vida em que põe a sua delicadeza e sensibilidade. Desde esse dia longínquo de 1941 em que o conheci, ligados pelo interesse pelo Direito Administrativo, até à data de 1975 em que escrevo esta página, a minha admiração e a minha estima por ele não têm feito senão crescer. Quanto mais o conheço mais lhe quero.

Estas lembranças da viagem de 1941 não param mais... Pois como omitir uma referência aos portugueses do Rio de Janeiro?

Durante o tempo que durou a nossa estada na cidade a embaixada foi constantemente acompanhada, em todos os passos e em todos os atos, pela multidão, mais ou menos numerosa, dos patrícios que a emigração trouxera ao Brasil.

Logo à chegada ao cais Mauá eles lá estavam; e formando massa compacta, ao longo da Avenida Rio Branco, mal deixavam prosseguir o cortejo dos automóveis, aplaudindo, gritando, acenando, com comovente júbilo patriótico. Depois, em todas as ocasiões em que o programa anunciava alguma presença coletiva da embaixada e sobretudo à noite, em que, libertos de obrigações, mais facilmente se deslocavam, a colônia portuguesa aparecia, gente humilde que se sentia honrada e exaltada nas homenagens prestadas à representação do seu

País, e que bebia, na transmissão pelos alto-falantes colocados sempre no exterior dos edifícios onde se realizavam sessões, as palavras dos discursos. À nossa passagem voltavam as aclamações, os "vivas" a Portugal, os abraços, os adeuses, num entusiasmo incessante e incontido de congratulação e apoio.

Nas notas que então tomei, encontro certo episódio que foi um, entre muitos, dessa comunhão. Ei-lo.

"Foi hoje o desfile da juventude brasileira na Avenida Rio Branco. Oito mil estudantes em que se destacavam pela alegria com que passavam, cantando, as turmas de normalistas. Getúlio como sempre amabilíssimo, quis que, como Comissário da Mocidade Portuguesa, eu assistisse na tribuna e ficasse à sua esquerda, entre ele e o Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Júlio Dantas, como é natural, teve a direita do Presidente.

"À chegada e à saída, como de costume, grandes manifestações da multidão. Ia a retirar-me no automóvel que me estava destinado e a Augusto de Castro, e onde os dois seguíamos acompanhados por um impecável diplomata do cerimonial do Itamarati, quando do meio do povoléu que tornava difícil o avanço do carro, a marchar muito lentamente, se destacou um homem novo que se agarrou à janela aberta do lado onde eu estava sentado, a gritar "viva Portugal!" Nos seus gritos sentia-se o tom molhado das lágrimas a prenderem-lhe a garganta e como me olhasse enternecido estendi-lhe a mão. Então ele, num arrebatamento, pegou-lhe e beijou-a, num beijo forte que senti ser dado à Pátria distante, preito saudoso da sua alma nostálgica da terra e da família deixada do outro lado do Atlântico. Foi a minha vez de chorar."

A colônia teve, de resto, a sua sessão solene. Foi na magnífica sala da biblioteca do Gabinete Português de Leitura, resplandecente de luzes e cheia de um público trajado de gala, em ambiente de grande elegância. Cá fora os que não tinham entrada escutavam a transmissão dos discursos que aplaudiam também como os assistentes no interior. Falou um representante da colônia portuguesa — que tinha então à sua frente a figura prestigiosa de Albino de Sousa Cruz — e depois discursamos João do Amaral e eu.

João do Amaral fez um admirável discurso em que definiu a política portuguesa de união nacional, na ordem interna, e de neutralidade expectante no conflito internacional. E referindo-se à recente declaração do Presidente Roosevelt que, como já disse, parecia envolver, no caso de os Estados Unidos entrarem na guerra, a ameaça de imediata ocupação dos Açores e Cabo Verde para garantia da sua defesa, teve uma tirada eloqüente que arrebatou o auditório:

"Portugueses! Ouvistes dizer que os Açores e Cabo Verde são necessários à defesa do hemisfério americano. Hora Suprema, mas

hora bendita seria para nós aquela em que houvéssemos de defender, contra quem quer que fosse, nos Açores ou em Cabo Verde ou onde quer que fosse, a estrada marítima onde há cinco séculos rola, de vaga em vaga, de idade em idade, aquela gota de sangue lusíada donde nasceu a grandeza e a prosperidade do Brasil. Hora suprema, mas hora bendita seria aquela em que ali ou em qualquer parte tivéssemos de oferecer as nossas vidas como escudo da independência, da segurança e da honra deste Brasil bem amado. Mas essa honra de defender a fronteira imperial em que no Atlântico se encontraram e encontrarão sempre os povos da Ibéria e os seus irmãos da América — essa honra reivindicamo-la para nós exclusivamente. E se algum dia nos falecesse para tanto a força ou a vida a uma única Nação do mundo reconheceríamos o direito de chamar a si a proteção ou a defesa do que é nosso: esse povo, essa Nação, é o Brasil!"

E depois da trovoada de aplausos que cobriu esta afirmação, prosseguiu:

"Mas não! Nunca nos faltará nem o ânimo nem a força. A mocidade portuguesa acorre alegremente às fileiras e parte a guarnecer os postos atlânticos mais avançados da nossa fronteira imperial. Quanto aos velhos, todos sentem como o ancião herói de Aljubarrota, nas vésperas da jornada de Ceuta: 'Ruços além!' Deu-nos a todos o exemplo, o General Presidente Carmona que, mal chegou até nós a impertinência ou a ameaça, logo resolveu ir aos Açores levar aos portugueses dos Arquipélagos o conforto da sua presença. Nem as incomodidades da viagem, em hora tão adiantada da vida, poderiam deter o patriota insigne que há 15 anos dirige superiormente a política portuguesa imprimindo-lhe o cunho de sábia moderação, de delicadeza e de rara elegância moral que são os mais notáveis atributos da sua própria personalidade. Entre os grandes serviços que Portugal lhe deve, esta viagem contará singularmente na hora incerta em que os portugueses de hoje, como os de Valverde, aparecem no meio do drama europeu como "uma pequena eira em espaçoso campo."

"Senhores! Portugal é hoje, na Europa uma grande potência espiritual. Se na Europa de antes da guerra, com seus simulacros de ordenação jurídica da vida internacional, o prestígio dos Estados se media pelo luxo e assiduidade das suas representações na Sociedade das Nações, hoje que esse falso monumento de *staff* e de papel ruiu no mesmo drama de grande tragédia — Portugal ergue nas mãos o último facho de luz que ilumina a treva européia e, mercê de Deus, por obra de Salazar, conserva-lo-á aceso e bem alto para que o vejam, na hora final do desespero, aqueles que hoje descreem da Razão e da Paz. Ele afirmou ao Mundo que a solidariedade e a paz entre os povos são possíveis, mas só são possíveis pela fidelidade dos Estados

aos princípios da ordem tradicional que presidiram à formação desses mesmos Estados. Este alto pensamento não é senão uma síntese da sua história, tal como a definiu Salazar nas seguintes palavras: "a universalidade da idéia e da ação no curso da evolução católica e européia, dirigida à elevação material e moral da espécie, eis a característica da história da nossa Pátria. Foi com ela que firmamos baluartes admiráveis de defesa ocidental na Mauritânia, povoamos os arquipélagos atlânticos, bordamos de fortalezas e feitorias os contornos da África e do Oriente, abrimos o caminho para as relações de todos os povos e fizemos o Brasil."

O meu discurso, a seguir, foi de agradecimento, como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, aos portugueses do Brasil pela dádiva que por ocasião das comemorações haviam feito à Mocidade do velho Palácio dos Condes de Almada onde se reuniam os conjurados para o movimento da Restauração de 1640. O Palácio passou a chamar-se "da Independência". Agradeci em palavras calorosas, de uma retórica entusiasta que pretendia ser empolgante e que arrancou, de fato, freqüentes ovações.

* * *

Findou a nossa missão no Rio de Janeiro e embarcamos outra vez no *Serpa Pinto* com uma despedida calorosa, todos exaustos, mas contentes.

Torno a transcrever das minhas notas de então:

"Assim que o navio largou do cais, a sensação que sentimos foi a de termos alcançado a meta de uma longa e árdua maratona. Cada um de nós caiu em sua cadeira, no *deck*, confessando que não agüentaria um dia mais, sequer, a vida que se fizera naquela semana. Estávamos no extremo limite da fadiga física e psíquica...

"Ia o navio deslizando vagarosamente nas águas da baía da Guanabara. Continuavam a chegar-nos aos ouvidos os ecos, cada vez mais longínquos, das aclamações da multidão de portugueses reunida pela última vez para as despedidas. Agora era o espetáculo feérico do Rio iluminado com o seu colar mágico de luzes a engrinaldar o Flamengo e a curva do Botafogo. Toda a cidade vive e palpita na profundidade velutínea desta doce noite tropical.

"No convés onde ainda há momentos estava um grupo de gente destroçada opera-se uma transformação: foi-se o cansaço, foi-se a depressão, foi-se o desejo ansioso de silêncio e escuridão, porque o espetáculo que se desdobra perante os nossos olhos é único e não o tornaremos, decerto, a ver tão breve. Corro, corremos um após outro, sucessivamente, à amurada para beber com os olhos esta visão deslumbrante que procuramos reter na memória. E quedamos extasiados.

"Então, quando nos aproximávamos da saída da baía, o Rio de Janeiro enviou-nos o seu último adeus: da cidade e das ilhas subiram simultaneamente ao céu vistosos fogos de artifício. 'Chuvas de lágrimas' incendiavam o espaço e projetavam estrelas cadentes no mar. Os estrondos da pirotécnica sucediam-se, multiplicavam-se luzes e sons no ar subitamente tumultuado. E de repente alguém chama alvoroçadamente a atenção de todos para a derradeira gentileza de que éramos alvo no Rio: num forte da barra, potentemente iluminada por focos elétricos, tremulava no mastro de honra a bandeira de Portugal."

23

As recordações dessa minha primeira visita ao Brasil não se esgotam...

Além da estada no Rio, fomos um dia a Petrópolis e, no regresso a Portugal, ainda passamos quase dois dias no Recife, onde o *Serpa Pinto* chegou a 17 de agosto.

Acolhido à chegada por um emissário do governador a quem o simpático arquiteto Paulo Barreto prevenira do meu interesse pelos monumentos, acompanhado pelo Diretor da Faculdade de Direito, Prof. Joaquim Amazonas, passeei no dia da chegada e fomos até Olinda. Também as minhas notas de viagem conservam impressões desse Domingo. Leio acerca de Olinda: "Bairro decadente do Recife atual, conserva certa nobreza do passado, velhas igrejas, ruelas de recantos pitorescos, severos conventos seiscentistas, tudo com um ar de vetustez e de dignidade que lhe imprime inconfundível cunho. Situada num alto, domina largo horizonte onde se desdobra uma paisagem de terra gorda e de mar calmo sobre os quais pesa uma atmosfera quente e carregada onde não admira que persistam em suspensão velhas superstições e eternos temores."

Visitado o mosteiro de São Bento onde nos começos do século XIX foi iniciado o ensino do Direito no Brasil, damos um salto a Guararapes para ver o local da batalha em que os portugueses puseram definitivamente termo ao domínio holandês.

Volto às notas de viagem: "A sensação que mais se me fixou neste domingo foi a da calma. Calma nos dois sentidos da palavra: calor abafado e silêncio. Um silêncio substancial que se nos impunha a partir da terra, do mar e dos céus e que nem as vozes dos homens, nem a toada dos instrumentos musicais tangidos nos mocambos, nem o ruído dos motores, conseguiam dissipar: todo o som parecia estranho e apenas tangente ao silêncio, sem o cortar, sem ferir a profunda e severa realidade da serenidade tropical."

No outro dia já o Recife se agitava no ritmo febril dos negócios. Fui visitar a Faculdade de Direito, e admirei nela a escola com tradi-

ções, com estratificações, com gênios tutelares — uma escola que é, num país novo, depositária de experiência velha.

E foi nessa visita que, conversando entre os professores da casa, tive com o Prof. Barreto Campelo uma troca de impressões que veio porventura a influir na evolução das relações luso-brasileiras.

Durante a minha estada no Rio ouvira de muitos portugueses de todas as condições sociais o queixume de na sua condição jurídica não se fazer nenhuma diferença em relação ao estatuto geral de estrangeiros. Apesar da sua integração na sociedade brasileira, facilitada pela identidade de língua, pelas afinidades da cultura, pelo parentesco do sangue, não havia com eles mais contemplação que por outros imigrantes, e talvez até houvesse menos... Era geral a aspiração da colônia portuguesa de que se conseguisse, por negociação entre governos, um regime adequado para os lusitanos.

Nessa conversa do Recife referi-me ao assunto, como tema digno de concitar a atenção e a simpatia dos juristas dos dois países. E foi então que o Prof. Barreto Campelo, apoiando calorosamente o meu ponto de vista, revelou que já várias vezes pensara na necessidade e na justiça desse estatuto especial para os portugueses no Brasil o qual deveria consagrar uma nova categoria jurídica, intermédia entre a de nacional e a de estrangeiro, e que se designaria por *quase-nacional.*

— "Pois quê? — argumentava — Falando a mesma língua, correndo-nos nas veias o mesmo sangue, possuindo em grande parte a mesma história, tendo mentalidade comum, havemos de ser estrangeiros uns para os outros e como tais tratados nas leis?

"Não, não pode ser. O português no Brasil não sente que está no estrangeiro, como o brasileiro não é estranho em Portugal: é preciso que o Direito reconheça e sancione essa realidade."

Era a hora de regressar ao navio. Vários professores da Faculdade, num gesto de afetuosa cortesia, me foram acompanhar ao cais. E ainda estou a ouvir Barreto Campelo a insistir, no último abraço:

— "Olhe que vulgarizar a designação já é meio caminho andado para se atingir o nosso objetivo! Não esqueça: *quase-nacional!* Vamos organizar o estatuto do quase-nacional!"

Chegado a Lisboa publiquei na revista *O Direito,* de que era redator principal, os discursos que, em atos da embaixada, haviam proferido no Brasil os Ministros Eduardo Espínola e Waldemar Falcão, o advogado Miranda Jordão, os Professores Haroldo Valadão e Pedro Calmon. E antecedi a reprodução de uma nota sobre o "Intercâmbio da cultura jurídica de Portugal e do Brasil" em que também

me referia ao problema do estatuto especial dos portugueses e à conversa com o Professor Barreto Campelo.

Enviei exemplares da revista para alguns amigos deixados no Brasil, entre os quais figuravam portugueses. Estes, aproveitando a deixa, promoveram um inquérito na imprensa diária do Rio a vários grandes jurisconsultos sobre a sugestão da quase-nacionalidade. Reproduzi os principais depoimentos em novo número da revista *O Direito* (1942, nº 8). Entretanto, o Cônsul de Portugal no Recife convidava o Professor Barreto Campelo a desenvolver as suas idéias numa conferência que veio a ser realizada nessa cidade, no Gabinete Português de Leitura, em 31 de outubro de 1942. E a idéia não parou mais... Até à *Convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre Brasileiros e Portugueses* cuja negociação, sendo eu Presidente do Conselho, tive a alegria de promover e foi assinada em 7 de setembro de 1972.

Voltou, pois, o grupo da embaixada para Lisboa reatando o íntimo e agradável convívio de bordo que tão agradável fora já na viagem de ida.

São inesquecíveis os meus companheiros dessa missão. Já me referi a Júlio Dantas. Sob a sua chefia éramos quatro enviados — Augusto de Castro, Reinaldo dos Santos, João do Amaral e eu — com dois adidos militares — o Capitão-de-Fragata Vasco Lopes Alves e o Major Carlos Afonso dos Santos que usava o pseudônimo literário de Carlos Selvagem — e um secretário de legação, o jovem diplomata Manuel Farrajota Rochetá.

Augusto de Castro andaria então pelos 58 anos e formara-se aos 20 anos entrando logo na política, pela mão de seu tio José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista, que o fez eleger deputado nas últimas Cortes da Monarquia. Vindo de Coimbra já com reputação de literato, foi o Teatro que o atraiu e nos palcos obteve os primeiros grandes êxitos. Depois continuou a carreira de autor teatral mas ao mesmo tempo escrevia na imprensa diária crônicas leves muito apreciadas pelo elegante recorte do estilo. Assim chegou, ainda jovem, a diretor do *Diário de Notícias* donde sairia, no tempo da 1ª República, para a diplomacia. Representou Portugal em Londres, em Roma, em Bruxelas e na altura da nossa visita ao Brasil prestava serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros recebendo no fim da guerra o encargo da Legação de Portugal em Paris onde terminou a carreira no exterior.

Era um conversador infatigável. Possuía um inesgotável repertório de anedotas acerca de figuras ilustres de Portugal e do estrangeiro, a maior parte passadas com ele próprio e que contava com infinita graça. A seu lado nunca se estava aborrecido ou triste. Durante esta viagem aparecia pela manhã no *deck*, queixando-se de enjôo, deitava-

se numa espreguiçadeira, e ali estava o dia todo em incessante produção de comentários espirituosos e ditos hilariantes. Que juventude e que humor!

Era calvo e desde muito novo disfarçava a calvice com o que se chamava um "capachinho", a que no Brasil se dá o nome de "peruca". No mar, talvez com receio de que lhe voasse o cabelo artificial, trazia sempre uma boininha de seda preta. Estou a vê-lo, com o seu passo miúdo e rápido e a sua conversa nervosa entrecortada de riso alegre. Da mesma geração literária de Júlio Dantas, eram íntimos, mas tornava-se patente uma surda rivalidade. Augusto de Castro não poupava Dantas nas suas ironias; Dantas na sua voz lenta e doce, tecia elogios ao talento do amigo, mas...

Quando a caminho do Rio nos chegou na ilha da Madeira a notícia do falecimento da mãe de Júlio Dantas, Augusto de Castro logo se manifestou no sentido de que, com tão pesado luto, decerto o embaixador não iria prosseguir — tudo o aconselhava a regressar a Lisboa e a entregar-lhe, a ele, a chefia da missão. Dantas, adivinhando a manobra, tratou de desfazê-la: chamou-nos, de volta ao navio, ao seu camarote e aí nos falou, com ar sinceramente dolorido, da situação criada. Ele estava trespassado de dor, desejoso de retiro e silêncio onde pudesse chorar a perda da que fora a sua maior amiga e a quem se devotara inteiramente como filho único e estremoso. Mas reconhecia ter de dominar os seus sentimentos filiais naquela hora em que estava a cumprir um sagrado dever para com a Pátria. Aceitara uma árdua missão: tinha de levá-la ao fim, corajosamente, calcando dores e escondendo lágrimas. Agradecia o nosso apoio amigo, o amparo afetuoso que não lhe fora negado por nenhum de nós. O País (sublinhava com ênfase) esperava que todos fôssemos dignos do encargo recebido.

Ficou assim assente que Dantas prosseguiria. E dentro de poucas horas recebia-se a bordo um rádio proveniente do Rio de Janeiro e assinado pelo Presidente da Comissão de Recepção, General Francisco José Pinto, a apresentar condolências a Júlio Dantas e a anunciar que para sufragar a alma da defunta seria mandada celebrar missa de réquiem na Candelária, no próprio dia em que chegássemos o Rio — pois a chegada estava prevista para as primeiras horas da manhã.

Logo Augusto de Castro se alvoroçou. Como era possível que indo a embaixada numa missão gratulatória, por sua natureza festiva, fosse recebida com uma missa de finados? E acentuava:

— Eles no Rio estão equivocados: quem morreu foi a mãe do Dantas, não foi a mãe da embaixada...

Transmitiu ele próprio ao amigo o seu ponto de vista. Júlio Dantas, como é natural, retraiu-se todo, chocado com o comentário. Compreenderíamos, dizia ele, ser-lhe impossível responder para o Rio a recusar a missa... E naquele ambiente de ociosidade da viagem marítima o problema tornou-se uma preocupação geral... Mas o Vasco Lopes Alves, com o seu senso de marinheiro, resolveu o assunto. Foi ter com o comandante do navio e acertou com ele um atraso de horas: o *Serpa Pinto* em vez de atracar às 8 da manhã atracaria às 3 da tarde... E como nesse tempo as missas só podiam ser ditas até à uma da tarde, tornava-se impossível, por motivo de ordem técnica, a missa no dia da chegada, tendo de ser transferida para o dia seguinte. Assim se fez, com satisfação de todos.

É curioso que Augusto de Castro (como Júlio Dantas, aliás) embora reverente perante o Poder e admirador pessoal de Salazar, não comungava nesse tempo nas idéias políticas que o governo representava. Ficara muito ligado ao regime democrático que servira como diplomata e em que colaborara como jornalista, embora reconhecendo os vícios do sistema parlamentar e da atuação dos partidos em Portugal. Mas, com o tempo, tornou-se ardoroso defensor da fórmula salazarista. Primeiro foi a política externa de Salazar durante a guerra que o conquistou: a ela dedicou uma série de artigos no *Diário de Notícias* escritos após umas tantas sessões de elucidativas conversas com o Presidente do Conselho e que foi publicada também em livro. No regresso da Legação de Paris, reassumiu a direção do grande jornal lisboeta e aí se tornou, sobretudo a partir de meados da década de cinqüenta, o porta-voz do chefe do governo de quem recebia, em entrevistas freqüentes ou através de cartas e bilhetes, informes e inspiração. Os seus artigos eram muito bem escritos, quase sempre com um pouco do sal da sua ironia. E de tal modo se identificou com o pensamento salazariano que, quando assumi o governo, em 1968, não ocultou a sua discordância da abertura que tentei, e foi espaçando cada vez mais os seus comentários políticos. Sem deixar de ser meu amigo — mas sem ocultar também os seus temores acerca dos possíveis resultados de qualquer liberalização.

Outro companheiro da viagem de 1941 a quem fiquei estreitamente ligado foi Reinaldo dos Santos. Considero grande privilégio ter conhecido durante a minha vida meia dúzia de personalidades excepcionais: uma delas foi justamente Reinaldo dos Santos. Cirurgião ilustre com grande capacidade de pesquisa na área biológica mais pela imaginação criadora que pela paciência na investigação, juntava ao espírito inovador uma brilhantíssima facilidade de exposição de idéias. A sua reputação de sábio era universal, mas sobretudo em França. Quando Egas Moniz descobriu o método de visualização das artérias

do cérebro — a arteriografia cerebral — que tanto o celebrizou e em que foi poderosamente ajudado pela escola radiológica de Lisboa na qual ao tempo se destacava José Caldas, Reinaldo dos Santos logo ensaiou a extensão da arteriografia a outros órgãos como método de semiologia geral, sendo o primeiro a realizar a arteriografia dos membros e a aortografia. Outro amigo meu, o Professor Lopo de Carvalho, aplicou o método ao estudo da circulação pulmonar, criando a angiopneumografia. Foi um momento fecundo da escola de Lisboa com grande glória para a Medicina portuguesa.

Mas Reinaldo, seguindo aliás o pendor tão freqüente nos médicos portugueses, cedo se interessou pelas coisas de arte. E a partir da sua monografia sobre *A Torre de Belém* em que fixou a autoria do risco e provou as influências marroquinas nessa jóia manuelina, tornou-se um grande historiador da arte portuguesa. Embora dando importância aos documentos escritos, considerava fundamental, nesse ramo da História, que quem a escrevesse possuísse o dom de, pela visão das obras, determinar características e afinidades de formas e sensibilidade. O documento na História da Arte seria sobretudo a obra de arte, desempenhando os escritos um papel subsidiário. Esta teoria (que não era só dele, aliás) levou-o por vezes a confiar demasiado na intuição e no gosto, até para a atribuição de autorias. Mas continha, sem dúvida, uma grande parte de verdade.

A conversação de Reinaldo era sempre cheia de interesse e novidade. Tinha eloqüência natural. Os seus gestos eram célebres, e nas aulas faziam o gáudio dos estudantes pelo estilo sacudido que os caracterizava e que por vezes dava a sensação de certa descoordenação e de desastramento. Com eles sublinhava a rapidez do raciocínio e a vivacidade das réplicas.

Foi um verdadeiro humanista, com larga cultura em todos os domínios, à maneira dos homens da Renascença. Nunca se saía do pé dele sem a sensação de enriquecimento: não apenas pelo que ensinava, pelos aspectos inéditos que a sua crítica muito pessoal revelava naquilo que comentava, mas também pelo estímulo da discussão em que, mesmo chocando-se vivamente pontos de vista opostos, o brilho da sua argumentação dava prazer ao contraditor.

Ouvi-lhe a última conferência, sobre História de Arte, aí por 1961 (eu era Reitor da Universidade de Lisboa) numa série promovida pela Fundação Gulbenkian. Foi extraordinária! Posso afirmar, mesmo, ter sido das mais notáveis e brilhantes conferências que escutei, pela eloqüência da palavra e pela riqueza das concepções. Mas na sala havia duas dúzias de pessoas... Reinaldo compreendeu que tinha passado a sua época. E não tornou a falar em público. Daí por diante apagou-se progressivamente e o seu espírito foi-se

afundando nas trevas, com sofrimento dos familiares e amigos. Mais um homem que não teve a dita de morrer a tempo!

Quando, em 1956 ou 57, os amigos lhe ofereceram um almoço de homenagem no restaurante do Castelo de S. Jorge fui designado para discursar em nome dos presentes. Tracei de Reinaldo um perfil que na altura foi considerado feliz: que pena não dispor dele agora!

24

Os resultados políticos da Embaixada foram excelentes. Além do estreitamento das relações durante aqueles dias em que a toda a hora no Rio se falou de Portugal, esclareceram-se intenções portuguesas e escutaram-se importantes declarações brasileiras.

Isso fez-se tanto em discursos públicos como nas conversas privadas. Do Governo Brasileiro naturalmente o mais procurado era Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, que se mostrou sempre compreensivo da política de Salazar só com restrições quanto à nossa aproximação com a Espanha.

Contou ele a Augusto de Castro que por ocasião do discurso de Roosevelt, ao ser informado pelo nosso Embaixador da inquietação causada em Portugal, se apressou a mandar fazer uma diligência no Departamento de Estado em Washington, colhendo aí a expressa garantia de que os Estados Unidos nada tentariam contra Portugal desde que o País mantivesse intacta a sua soberania.

E autorizou o seu interlocutor a dizer ao Governo Português, e em particular ao Dr. Salazar, que se os Estados Unidos tentassem qualquer golpe contra a soberania portuguesa o Brasil interviria imediata e decisivamente.

Chamou-se-lhe a atenção para o ponto de vista português de que os Açores e Cabo Verde constituíam a fronteira geográfica entre Portugal e o Brasil, cuja segurança interessava aos dois países.

Osvaldo prontamente manifestou a sua concordância. E acrescentou que o Brasil tinha interesse primacial na manutenção da integridade do Império Ultramarino Português, sobretudo em África. "A expansão atlântica do Brasil não convém que as costas portuguesas de África mudem de mãos." Ao desenvolver esta tese, frisando que as futuras nações a nascer das colônias deveriam ser de cunho e espírito português, frisou, sorrindo, que a sua adesão à idéia da solidariedade luso-brasileira, dizia-o com franqueza, não resultava de razões sentimentais, mas se alicerçava em profundos interesses brasileiros do presente e do futuro.

Tomei nota na altura do que lhe ouvi e do que Augusto de Castro nos contou das conversas que com ele mantivera e cujos relatos devem constar dos arquivos diplomáticos portugueses.

Osvaldo Aranha mandou, logo que a Embaixada deixou o Rio, ao Embaixador do Brasil em Lisboa que significasse ao Governo Português, em nome do Governo Brasileiro "todo o entusiástico apreço com que foi acolhida pelo Governo, classes cultas e povo do Brasil a composição da embaixada extraordinária e o brilho com que, de maneira tão homogênea, ela se desempenhou da sua missão".

O Embaixador cumpriu o encargo em 19 de agosto. E em 20 era publicada em Lisboa nota oficiosa a dar parte do fato e a noticiar que o Governo Português encarregara, por sua vez, o seu Embaixador no Rio de agradecer a cativante mensagem e de exprimir, em nome de todos os portugueses, o comovido reconhecimento pela "brilhante e afetuosa recepção dispensada à embaixada".

Mas não passaram muitos meses sem que novos acontecimentos viessem agravar a situação internacional.

As notícias do Oriente eram inquietantes. Temia-se que o Japão entrasse na guerra. E a Grã-Bretanha iniciou nova série de conversas com o Governo Português, desta feita com o objetivo de garantir a defesa da colônia de Timor contra qualquer eventual agressão inimiga.

Prosseguiam as negociações amistosamente, tendo a Inglaterra pedido que nelas participassem o seu Domínio da Austrália, mais diretamente interessado, e a Holanda, possuidora da outra metade da ilha de Timor.

O auxílio que a Inglaterra propunha a Portugal seria prestado por tropas australianas e holandesas. Mas logo surgiu a discordância que antes aparecera já quando se tratara da saída de Lisboa dos órgãos da soberania. Enquanto Portugal condicionava o pedido de auxílio à efetiva agressão cometida contra Timor por parte do Japão, os ingleses insistiam em que era necessário prevenir essa agressão logo que houvesse ameaça ou fundado receio de alguma ação japonesa na área onde estava situada a possessão portuguesa.

O Dr. Salazar mantinha-se, porém, inabalável. Desde que estávamos em paz com o Japão, não deveríamos dar ensejo a que este duvidasse da nossa neutralidade e pretexto para invadir território nosso. Ora a presença de tropas de países beligerantes em Timor dava-lhe esse pretexto, fornecia-lhe tal ensejo. Era inábil fazê-lo.

Em 7 de dezembro de 1941 o golpe japonês de Pearl Harbor vinha decidir os Estados Unidos a entrar na guerra. Alvoroçaram-se então os governos britânico e holandês acerca da segurança da Austrália e das possessões neerlandesas no Pacífico. Exercem-se pressões para que o Governo Português se apresse a pedir a assistência britâ-

nica para a defesa de Timor. Resiste mais uma vez Salazar. E no dia seguinte a essa diligência — era em 16 de dezembro de 1941 — sob alegação de que haviam sido avistados submarinos japoneses no mar adjacente a Timor, desembarcaram na colônia, contra vontade do Governador, tropas australianas e holandesas que se propunham evitar uma hipotética agressão do Japão.

Salazar dirigiu-se ao País, na reunião da Assembléia Nacional do dia 19, proferindo um discurso em tom particularmente enérgico, a narrar os antecedentes, as conversações havidas, e a forma como haviam sido desprezadas, o que justificava o protesto veemente contra o que não podia deixar de ser classificado de grave violação da soberania e da neutralidade de Portugal. [1]

Para Salazar só havia uma linha de conduta: a Grã-Bretanha não tinha procedido lealmente com Portugal e cometera um ato incorreto que ofendia a soberania portuguesa e punha em risco a segurança nacional. Era necessário que reconhecesse o seu erro e fizesse retirar as tropas intrusas, cujo lugar seria ocupado pelas forças armadas portuguesas. Para isso se preparava já uma expedição em Moçambique.

Mas Armindo Monteiro, de Londres, não concordava. Temia que a Inglaterra, não compreendendo a nossa atitude e considerando-a contrária aos deveres da aliança, se enfastiasse e nos tratasse mal até, privando-nos de voz no dia da sua inevitável vitória. Para ele era tempo de alinharmos na guerra ao lado das Nações Unidas. De contrário estaria a nossa neutralidade constantemente à mercê dos beligerantes, violada agora por um e a seguir por outro, conosco a protestar para a direita e para a esquerda, perdendo amigos e oportunidades em todos os lados. "Já tive ocasião de dizer a V. Exa. com franqueza — que só muitos anos de trabalho comum justificam — que não parece à altura da sua categoria de homem de Estado deixar a política do País à mercê de incidentes. Sem glória e sem proveito a nossa neutralidade pode ser sucessivamente pulverizada pelos dois adversários, no receio de que uns nos façam o que os outros ainda não fizeram", escrevia-lhe ele em 19 de dezembro.

Nessa carta Armindo ponderava que "o tempo e as circunstâncias nos vão aproximando da guerra. Por isso, o que me parece sobretudo necessário evitar é que essa aproximação se faça ao acaso, sem rumo definido".

Mas nesse mesmíssimo dia 19 o Embaixador britânico em Lisboa, pouco antes do Dr. Salazar pronunciar o seu discurso, apresentava-lhe uma extensa nota com explicações e que terminava por dizer que "o Governo de Sua Majestade sente profundamente que sob a pressão de

(1) *Discursos*, vol. IV, pág. 557.

exigências estratégicas tenha sido obrigado a adotar um procedimento contra o qual reconhece estar inteiramente justificado que o Governo Português proteste.

"Está particularmente pesaroso de ter causado este agravo ao Governo do seu antigo aliado cuja política no presente conflito tem, pelo seu êxito, conquistado não só a aprovação como a admiração do Governo de Sua Majestade.

"Por sua parte espera que o Governo Português reconheça a necessidade militar urgente da ação empreendida para defender interesses vitais das nações aliadas na guerra que lhes foi imposta pelo Japão."

Salazar aceitou as desculpas, mas continuou exigindo a retirada das tropas estrangeiras para serem substituídas pelas portuguesas. Era a única solução possível.

Armindo insistia entretanto que se encontrasse uma fórmula diplomática que conciliatoriamente permitisse às tropas permanecerem. Mas a resposta do Governo Português foi, para marcar frieza em virtude de não ser atendida a pretensão da evacuação de Timor, chamar o seu Embaixador a Lisboa.

Exasperado, Armindo, que teme que esse gesto conduza a um corte de relações, expede o telegrama de 26 de dezembro em que censura vigorosamente a política de Salazar no incidente, preconizando uma solução imediata e realista. A verdade era que os aliados não estavam em posição de retirar de Timor as suas tropas enquanto a defesa da ilha não estivesse por outro modo garantida eficazmente. Era preciso por isso contemporizar, na linha da tradicional amizade com a Inglaterra.

Só quem não conheceu Salazar pode supor que, mau grado o seu feitio aparentemente fleugmático, os termos do telegrama o não tivessem ferido, e muito. Respondeu-lhe dois dias depois noutro telegrama, escrevendo uma página admirável, que nestes tempos de "apagada e vil tristeza" nacional consola ler.

"Infelizmente (diz ele) conheço por dolorosa experiência as limitações dos países pequenos e fracos e os fatos da vida ensinaram-me a descrer dos ricos, dos poderosos e dos grandes. Mas o problema, na sua simplicidade, é apenas este: se para bem das relações morais e jurídicas das nações civilizadas um povo deve ou não deve mostrar-se sentido pelos agravos recebidos.

"Se é assim, e não podendo haver discussão sobre o agravo, ainda que V. Exa pretenda legitimá-lo em caso de necessidade, deve reconhecer-se que, por todas as razões legítimas a invocar, a reação do Governo e da Nação Portuguesa se limitaram ao mínimo compatível com a dignidade. É evidente que parto da base da independência

do País. Todos nós fomos educados na tese de que a independência e a integridade de Portugal são dádiva gratuita da Inglaterra, pois o País não tem condições de vida livre. Ainda que esta doutrina fosse tese histórica inegável, deveríamos considerá-la politicamente errada. A verdade política deve reivindicar para a Nação a base suficiente de independência efetiva. Esta não se afirma só em frases, mas em atos e oportunidades devidas.

"Sei que a doutrina que defendo não conquistou ainda toda a massa de Portugal. Parte importante confunde ainda consciência nacional e interesse nacional com o puro servilismo pró-britânico, por inércia, comodidade e cobardia. Ignoro até que ponto são sinceras as referências do Governo Inglês, mas ainda no memorial de 19 do corrente reconhecia digna do seu aplauso e admiração a nossa política externa, sinal de que a minha reação contra o servilismo perante a Inglaterra não impediu a política de sincera amizade.

. . . . . .

"... eu creio que é ainda filha da velha subserviência e falta de consciência dos valiosos serviços por nós prestados à Inglaterra a idéia de que a Inglaterra não tem senão que se mostrar magoada conosco... e nós buscarmos aflitivamente meio de contentá-la.

"Para mim julgo mais útil para a educação do País que o conflito se arraste sem solução, do que encontrá-la em desonrosa transigência que nos faça perder a noção exata dos nossos direitos e deveres.

"Sem dúvida, é preciso ser realista, contanto que se distinga realismo da ausência de moral..."

Armindo, caído em si, apressou-se a fazer noutro telegrama profissão de fé nos princípios fundamentais da política externa em curso e, junto de Eden, cumpriu a seguir a diligência ordenada pelo Presidente, pondo nela todo o zelo do seu patriotismo e a maior veemência na exposição dos argumentos da tese do seu Governo.

Mas teve de cumprir a ordem de ir a Lisboa, onde permaneceu de 3 de janeiro a 7 de fevereiro de 1942. E entretanto a Inglaterra, de acordo com os governos holandês e australiano, concordava em que fossem retiradas de Timor as tropas invasoras, devendo sair logo que chegasse a expedição portuguesa. Era a vitória da política de Salazar.

Infelizmente na negociação perdera-se tempo demais. A expedição portuguesa, havia quase um mês pronta a partir de Lourenço Marques, só depois de 22 de janeiro pôde largar desse porto africano. Os japoneses entretanto impacientavam-se. Tinha o Governo Português razões para crer que, caso houvesse sido mantida a sua soberania sobre Timor, não seria atacada esta ilha: os japoneses estavam há anos às portas de Macau, respeitando a autoridade do nosso

Governador. Mas consideraram a permanência das tropas holandesas e australianas na ilha do Pacífico um desafio: e em 19 de fevereiro de 1942 atacaram-na e facilmente puseram em debandada os ocupantes, cujo fim inglório veio acrescentar uma nota triste a todo este tristíssimo incidente.

Os japoneses ficaram em Timor de 1942 a 1945. E, entretanto, a expedição que saíra de Lourenço Marques teve de desembarcar na Índia Portuguesa...

Nesse meio tempo, o invasor japonês afirmava que a sua presença não se destinava a contestar a soberania portuguesa: tratava-se de uma operação de guerra que cessaria com o termo desta. E por isso o governador português continuava a residir no Palácio do Governo onde todos os dias, com as honras militares de estilo era içada a bandeira nacional como frágil sinal de uma autoridade impotente. Porque quem mandava de fato era o exército japonês — a sua polícia militar. Durante todo o ano de 1942 a liberdade dos portugueses na colônia foi sendo progressivamente minguada, até nos anos seguintes serem encerrados em campos de concentração aqueles brancos que, tendo permanecido (porque bastantes haviam acompanhado na fuga os australianos), escaparam à fúria das "colunas negras" assassinas, ou à fome, à sede e às doenças de carência que iam dizimando a população. A grande maioria dos nativos manteve-se fiel a Portugal. E alguns deles deram exemplos impressionantes de dedicação patriótica, como o do célebre régulo D. Aleixo, que heroicamente morreu combatendo pela bandeira verde-rubra e caiu embrulhado nela.

Não estava inativa a diplomacia portuguesa. Mas debalde os nossos representantes procuravam no Japão pôr termo à situação existente. Em Tóquio jogava-se de porta. O Ministério dos Estrangeiros lavava as mãos, alegando a sua impotência no assunto devido ao estado de guerra e à preponderância dos militares; as altas autoridades do Ministério da Guerra, suavemente e com mesuras, afirmavam o seu respeito por Portugal e quanto a excessos praticados em Timor atribuíam-nos à polícia militar — onipotente e autônoma; a Polícia respondia secamente que cumpria ordens do Alto Comando; às vezes o problema era com a Marinha, muito ciosa da independência da sua ação... E neste pingue-pongue enervante, em que era mestra a subtileza oriental, se ia consumindo o tempo. Só a queda do Japão libertou Timor.

Foi em agosto de 1942 que, a seguir ao torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo. Desfazia-se o sonho de um núcleo íbero-americano de reserva de paz...

Não desanimava, porém, Salazar na prossecução da sua política peninsular. O Conde de Jordana, regressado em Espanha ao Ministério dos Assuntos Exteriores, visitou Lisboa em dezembro desse ano de 1942.

Uma gentileza de Salazar destinada, se bem me lembro, a reparar qualquer desconsideração feita ao Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa de que me queixei, fez com que fosse eu o único português não diplomata a estar presente em todos os atos públicos da recepção ao Ministro espanhol.

Por sinal que assisti no primeiro dia (17 de dezembro?) a um espetáculo curioso.

Nessa noite o Presidente da República, Marechal Carmona, ofereceu um banquete ao Ministro, de não muitos talheres, no Palácio de Belém.

O General Conde de Jordana era um homem baixo, forte, de aspecto idoso, maneiras muito finas, falas suaves e um olhar bondoso e inteligente. Ao pé dele o Pedro Theotônio Pereira, que o acompanhara desde Madrid, parecia um gigante e o tom amistoso com que o tratava lá do alto assumia um ar paternal.

Ora na recepção que se seguiu ao banquete tomou parte o corpo diplomático. Portugal, devido à sua neutralidade, mantinha relações com todos os países, mas evitava-se o mais possível juntar os representantes de nações inimigas. Nessa noite, porém, como a Espanha fosse também país neutral, não houvera remédio senão convidar todos, e todos se achavam na mesma sala onde começou por se fazer o *cercle* para apresentação de cumprimentos ao Chefe do Estado e ao seu hóspede de honra.

E era pitoresco ver na recepção seguinte como as pessoas se comportavam nessa situação difícil: os diplomatas dos países beligerantes evitando encontros entre adversários e largando um *pardon!* ou um *sorry!* a cada movimento em falso, e os neutros procurando marcar a sua imparcialidade por equitativa distribuição de tempo e de atenções entre o *eixo* e as *nações unidas*. A cada conversa de cinco minutos com o Embaixador Britânico tinha de corresponder, daí a tempo, um cavaco de tempo igual com o Ministro da Alemanha e vice-versa...

Posição particularmente difícil era a do Encarregado de Negócios da França, Pierre Baraduc. Dera-se havia dias a ocupação, pelos alemães, da zona francesa que por ocasião do armistício fora deixada livre. Em volta de Baraduc desenhava-se certo mal-estar: os diplomatas das Nações Unidas não queriam chegar-se a ele, e o francês, embora amigo e protegido de Pierre Laval, como não deixara de proclamar abertamente à sua chegada a Lisboa, estava ferido no seu patriotismo e não queria alinhar com o *Eixo*.

Como tinha boas relações com ele, fazia-me pena vê-lo só e conversamos bastante. Expôs-me a perplexidade em que estava: o seu governo achava-se impedido de exercer o condicionado poder em que até aí estivera investido, e o Chefe do Estado, Marechal Pétain, encontrava-se praticamente cativo...

Disse-lhe que no lugar dele eu não teria hesitações. Desde que os alemães haviam tomado conta da zona livre da França, a soberania francesa deixava de se poder afirmar. Pétain e o seu governo justificavam-se enquanto tinham alguma probabilidade de salvar do domínio inimigo os bens, o povo, a alma da França. Desaparecida tal probabilidade — que ficavam a fazer? Se até aí tinham subsistido dúvidas legítimas sobre a conveniência do movimento da França Livre, agora elas dissipavam-se...

Baraduc ouviu tudo muito calado e no fim olhando fixamente para mim, perguntou-me:

— Você pensa realmente assim?

Respondi-lhe que não estávamos na altura de fazer conversas dessas só pelo exercício dialético. Se não pensasse assim porque estaria eu a dizer-lhe o que dizia?

A conversa mudou de assunto. Poucos dias depois Baraduc abandonava a Legação de França e dirigia-se ao Norte de África a apresentar-se ao governo da França Livre que passou a servir.

Após a libertação ocupou o cargo de Diretor-Geral dos Negócios Comerciais (salvo erro) no Quai d'Orsay. Contou-me Augusto de Castro que, chegado a Paris como Ministro de Portugal, ao fazer a visita aos altos funcionários do Ministério dos Estrangeiros, deparou com um Baraduc altivo, pouco simpático e que se permitiu um remoque à neutralidade portuguesa...

Voltando à visita do General Jordana a Lisboa. No dia 20 ofereceu Salazar, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, um almoço na Sala dos Cisnes do Paço da Vila, em Sintra, no fim do qual pronunciou um discurso que os espanhóis escutaram com verdadeira devoção e todos aplaudimos com calor. Parece-me que foi nesse discurso que Salazar usou pela primeira vez para designar a aliança luso-espanhola a expressão *bloco peninsular* que os espanhóis preferiam usar sob a forma de *bloco ibérico*. [2]

Como era difícil nessa altura manter uma neutralidade equilibrada entre as nações empenhadas numa luta sem quartel!

(2) Este importante discurso não consta da coletânea dos discursos de Salazar. Porventura por ter sido redigido no Ministério dos Negócios Estrangeiros e ele não o considerar, por isso, da sua autoria.

Portugal transformou-se em centro de espionagem internacional onde tinham lugar encontros secretíssimos não só entre agentes dos governos inimigos como dos grupos dissidentes que tramavam contra a ação dos governantes. E ao mesmo tempo debatiam-se interesses econômicos e os próprios beligerantes em muitos casos acabavam por firmar acordos para evitar recíprocas agressões e represálias no transporte de abastecimentos e materiais, alguns dos quais, como o volfrâmio, eram comprados pelos dois partidos no nosso País.

A Grã-Bretanha decretara o bloqueio marítimo e procurava controlar a navegação e o comércio internacional exigindo, para permitir a livre circulação das mercadorias pelo mar, a garantia dos carregadores de que elas não se destinavam ao adversário, certificada depois em salvo-condutos denominados *navicerts*. Ao que a Alemanha respondia com implacável guerra submarina.

A neutralidade portuguesa não nos permitia recusar absolutamente ao Eixo a venda de matérias-primas ou de produtos que depois eram transportados por terra, através da Espanha e da França. E como os ingleses compreenderam isso, não tiveram mais remédio do que entender-se com os alemães para repartir fornecimentos. Imagine-se a delicadeza da posição do governo português no meio deste negócio, tendo de satisfazer as duas partes sem dar a nenhuma delas pretexto para o atacar e não podendo tornar público o que se passava com anuência de todos! Só uma grande prudência, um procedimento pautado sempre por regras morais e jurídicas e conduzido com habilidade e boa-fé, podia manter Portugal incólume e respeitado pelos países em luta.

Mas dos portugueses, quase todos enfileirando num dos partidos em luta que abraçavam com paixão, os anglófilos julgavam traiçoeiro tudo o que era permitido aos alemães, como os germanófilos se doíam pelo que achavam demasiada complacência com os ingleses...

25

Os portugueses...

Poupados aos horrores da guerra, vivendo em paz e segurança e beneficiando até em grande número da conjuntura econômica — pois não eram só os comerciantes que ganhavam com o acréscimo da procura, já que a febre do volfrâmio e a procura do estanho vieram enriquecer milhares de pequenos proprietários rurais em cujas leiras o minério aparecia com pouco esforço de pesquisa — os portugueses, pelos anos de 1942 e 43, mostravam-se cada vez mais irritadiços.

O Governo Português, entre os favores com que distinguiu o seu aliado britânico, abriu à Inglaterra um crédito (que foi utilizado até ao montante de 80 milhões de libras) para lhe permitir a compra de mercadorias em Portugal. O Banco de Portugal emitia notas, garantidas por esse crédito, para pagar aos credores da Grã-Bretanha, e assim foi progredindo uma inflação, apesar de tudo moderada, mas que, também picada pela escassez da oferta relativamente à procura, se ia traduzindo por uma alta apreciável do custo de vida.

O governo procurava travar quanto possível a subida dos preços. Dificultava, por isso, o aumento dos salários e até pedia mais trabalho aos operários para fazer frente ao esforço a que o País era submetido pela situação internacional. E não permitia que os gêneros alimentícios de produção nacional, que eram quase todos produtos agrícolas, encarecessem, tabelando-os, o que deu aos agricultores, que sofriam a alta do custo dos fatores da produção, a sensação de um injusto tratamento discriminatório.

Pouco a pouco a situação interna ia-se, pois, deteriorando: agitação social, irritação nos meios rurais, descontentamento dos funcionários e empregados e de quantos, auferindo rendimentos fixos, sofriam os efeitos do aumento do custo de vida.

A isto adicionava-se a aguda hostilidade entre anglófilos e germanófilos e a idéia, que foi ganhando terreno, de que a vitória das Nações Unidas seria fatalmente a derrocada do regime político português —o que exacerbava o germanofilismo de muitos situacionistas

e dava alento aos adversários, esperançados no êxito das forças aliadas a que, após a invasão da Rússia pelo exército alemão, se haviam juntado os soviéticos, e determinando com isso a passagem dos partidos comunistas europeus para o campo contrário ao Eixo.

Salazar absorvido pela alta política e a defesa do País no plano diplomático, pouca atenção dava ao estado da opinião interna. E o seu governo era composto por ministros já há bastantes anos no Poder, que ele não tinha tempo para receber assiduamente e não reunia em Conselho. Daí que cada um procedesse como entendia, inteiramente à solta, ou quase, originando-se uma descoordenação real ou aparente que aumentava o descontentamento geral.

Na minha correspondência da época com Salazar é constante a preocupação de lhe chamar a atenção para esses pontos.

Passei as férias de 1942 numa quintarola ao pé de Gouveia que um amigo me cedeu. Tenho as minutas das cartas escritas a Salazar:

Carta de 12 de setembro: "... Estou em Gouveia a passar as férias e tenho-me deslocado quanto o permite a falta de transportes. Confesso-me seriamente impressionado pelo ambiente que vim encontrar na Beira: de falta de fé, de descontentamento, de irritação por todos os lados e em todos os setores. Só se ouvem queixas, sobretudo a respeito do modo como tem sido — ou está sendo — burocraticamente dirigida a Economia. Vêem-se-me lastimar, e se há coisas que eu explico, há muitas que não sei explicar.

"A falta de coordenação continua a parecer-me o maior defeito da nossa política. Cada Ministério, Direção Geral, Inspeção, Junta ou Grêmio tem sua orientação e às vezes tudo isto se choca e contradiz. Não seria útil e oportuno encarregar meia dúzia de pessoas de um sério estudo dos problemas e de um plano de conjunto para os resolver? Há países em guerra, como a Inglaterra, que o fazem: por que não havemos de fazê-lo nós se estamos em paz?"

.....

Ainda em Gouveia recebi a resposta de Salazar: era cuidadosíssimo em me responder e creio que procedia da mesma forma com todas as pessoas por quem tinha consideração. Réplica à resposta, já em Lisboa:

Carta de 8 de outubro: "... Diz-me V. Exa. que lhe aponte casos concretos de descoordenação de providências e de serviços a fim de permitir uma intervenção. Não era a intervenção pessoal de V. Exa. que eu desejava. Ela pode dar-se num ou noutro caso — não pode, porém, estar a produzir-se sempre sem melindre dos ministros competentes e não remediará os males de origem se, como me parece, eles são de raiz.

"Do que eu me lembrava era da instituição de uma comissão, de um comissário ou de um gabinete com exclusivas funções de estudo baseado em inquérito às necessidades e às possibilidades econômicas e jurídicas do País e tendente à sugestão de providências eficazes com aproveitamento do conjunto dos organismos de que o Estado dispõe. Esse novo órgão, sem caráter burocrático e de natureza temporária, teria sobretudo a missão de ver as questões de conjunto sem a deformação particularista dos serviços especializados.

"Enquanto estive na Beira ouvi muita gente, agricultores, industriais, operários, trabalhadores rurais, autoridades, pessoas à margem da política. Queria descansar e não levava propósitos de inquérito. Não estudei, pois, nenhum problema em termos de o poder apresentar para resolução...

"O que me ficou do contacto tido nessa região — e desde Viseu à Guarda — foi a sensação de mal-estar, de descontentamento, de desalento que me impressionou.

.....

"Chego a Lisboa... converso aqui com alguns amigos: informam-me de que recolheram de toda a parte idênticas impressões..."

Como se vê, eu aconselhava um serviço de planejamento de gênero do que vim mais tarde a criar, como Ministro da Presidência, em 1956.

Em 1943 continuei, preocupadamente, a chamar a atenção de Salazar para o ambiente do País:

Carta de 28 de janeiro: "... Regressei ontem do Porto aonde fui ver a Mocidade Portuguesa...

"Tenho-me permitido, no cumprimento do que considero um dever de consciência, chamar a atenção de V. Exa. para a situação interna do País. Não condizem as minhas informações com as do Governo? Pensar-se-á que exprimo simples descontentamento ou irrequietismo pessoal? Pois então lastimo ter de afirmar, sob minha inteira responsabilidade, que o Governo está mal informado, que o Governo anda iludido.

"A situação *moral* é muito má e cada vez pior. Está-se a criar um ambiente favorável a *qualquer coisa* que já se anuncia em voz alta, como em voz alta se exprimem opiniões contrárias ao governo e à ordem social no meio do silêncio ou com consentimento gerais.

"É preciso dar-se atenção à *frente interna*, procurar melhorar o ambiente, pensar a sério numa política social em que a par das realizações a longo prazo se atenda às necessidades do dia de hoje sem a preocupação da operação financeira, isto é, sem descontos. Diz-se por aí que o problema das subsistências vai agravar-se. Anun-

cia-se que o começo da primavera será acompanhado de grandes perturbações. Não será tempo de tomar providências reveladoras de um plano de ação e de procurar agir sobre o moral das gentes?

"Há mais coisas no céu e na terra do que pensa a burocracia: e esta aumenta de dia para dia sem vantagens aparentes."

Insisto sempre:

Carta de 1 de março: ... Neste momento a ação imediata é muito mais profícua pela *emoção* do que pela *razão*. V. Exa. pode amanhã fazer um discurso magnífico e conseguir resultados diminutos. Não sei se soube do efeito do seu discurso magistral lido aos trabalhadores no Coliseu dos Recreios aqui há meses: não o entendiam e a partir de certa altura deixaram de ouvi-lo e começaram a sair da sala.

"... Continuo a afirmar que é urgente a ação do Governo. Não se pense estarmos em presença de mais uma maré de opinião com próximo refluxo. Aparte que estas marés deixam sempre pernicioso sedimento, temos agora um fator estabilizante e agravante do descontentamento público e a favorecer o desenvolvimento de todos os germes de revolta: a questão das subsistências.

.....

"Se me fosse dado emitir um voto, falando com aquela franqueza que me é imposta como um dever por 14 anos de colaboração com V. Exa. e algum trabalho e sacrifício dado ao Estado Novo desinteressadamente, eu preconizaria uma renovação do pessoal governante. Ainda há pouco Churchill referiu a influência que num momento de crise a mudança de comandos no norte de África teve na transformação do moral das tropas.

" V. Exa. não gosta deste processo: noutras ocasiões poderá ter razão, agora não tem. A estabilidade governativa deve referir-se ao pessoal que desempenha, ou é chamado a desempenhar, cargos de governo — não à colação das pessoas a certos cargos onde às tantas adormecem, sem fé, sem vontade, sem forças, subjugados pelas tarefas que lhes passam por cima. Digo isto tanto mais à vontade quanto é certo que, como V. Exa. sabe, não sou candidato.

"Repito que é preciso agir energicamente e quanto antes. Por toda a parte só se ouve dizer: "Isto está na última, é o fim!" Será, Sr. Presidente? Eu por mim custa-me a capitular sem luta: mas não vejo outra coisa à minha volta senão *a preparação moral da derrota*. E ainda acabaremos por, no final da guerra, ter uma situação internacional magnífica e perdê-la por uma catastrófica situação interna."

A conclusão desta carta ia sendo profética, como veremos ao tratar das eleições de 1945...

No primeiro trimestre de 1943 fui, na Câmara Corporativa, relator do parecer sobre a proposta de lei que o Governo tinha apresentado à Assembléia Nacional para reformar os serviços de assistência social, englobando a saúde pública.

A proposta pareceu-me vaga nos princípios, tímida nas soluções, incompleta na extensão. Ao ser indicado para relator entendi, pois, que seria conveniente fazer um estudo profundo (como aliás era costume na Câmara) do problema. Tinha, pelo regimento interno, 30 dias para completar o parecer. E disposto a cumprir o prazo, durante um mês não fiz mais nada, tirante as aulas na Faculdade de Direito, senão trabalhar no projeto de parecer: li tudo quanto pude sobre os assuntos que deveria abranger, visitei serviços, ouvi pessoas autorizadas. Lembro-me das conversas com o Prof. Salazar de Sousa acerca da assistência pré-natal e às crianças; com o Prof. Vítor Fontes, sobre crianças anormais; com o Prof. João Porto, quanto às doenças do coração; com o Dr. Fausto Landeiro sobre luta anti-malárica; com o Prof. Lopo de Carvalho quanto à luta anti-tuberculosa; com os Profs. Antônio Flores e Barahona Fernandes acerca da assistência psiquiátrica; com o Prof. Francisco Gentil sobre o problema hospitalar e a luta anti-cancerosa; com o Dr. José Alberto de Faria e o Prof. João Maia de Loureiro sobre a organização dos serviços de saúde pública... E tantos mais!

Resultou daí um extenso parecer sobre o que deveria ser o Estatuto da Assistência Social, onde procurei sintetizar o estado dos problemas utilizando muito as estatísticas, e analisar as diversas soluções possíveis. Discutido pelo grupo de trabalho da Câmara que fora constituído para o efeito, o parecer foi aprovado e a sua publicação fez sucesso.

Pode dizer-se que durante bastantes anos foi esse documento a base da ação governamental nas matérias nele versadas, muito embora de imediato a Assembléia Nacional lhe desse pouca importância, empenhada como estava em aprovar a proposta governamental.

Na verdade o autor da proposta, Dr. Joaquim Diniz da Fonseca, então Subsecretário de Estado da Assistência, não levou a bem que a Câmara Corporativa se tivesse afastado dos resultados do seu estudo e da sua meditação e fez questão de que a proposta apresentada fosse aprovada praticamente sem alterações. Mas os seus sucessores não pensaram do mesmo modo e optaram pelas soluções preconizadas no parecer, obtendo da Assembléia Nacional as alterações da lei que foram necessárias.

O ruído feito à volta do parecer sobre o Estatuto da Assistência Social por virtude da independência nele afirmada em relação ao Governo e da objetividade crua com que eram tratadas questões da maior importância para o bem-estar do povo português reforçaram a

reputação que eu já tinha, no público, de homem desassombrado e, no Governo, de amigo incômodo.

Continuava aliás a não perder ensejo de, em cartas particulares ou em conversas, chamar a atenção do Dr. Salazar para o estado moral do País e para os riscos que daí provinham na perspectiva do final da guerra.

Mas em 5 de julho de 1943, correspondendo ao convite da Emissora Nacional, fiz aos seus microfones um pequeno discurso a comemorar o 11º aniversário da posse de Salazar da Presidência do Conselho.

Vale a pena reproduzir o que disse.

"Quis a direção da Emissora Nacional que eu viesse dizer a este microfone algumas palavras acerca do XI aniversário da investidura de Salazar na Presidência do Conselho.

Talvez haja quem estranhe a escolha e porventura com razão.

Há pessoas com muito mais títulos e muito mais talentos para falar neste dia do Chefe do Governo do que eu. E também não faltam os que desejariam ter a oportunidade de se destacar fazendo o seu elogio.

Por mim, não sou panegirista de profissão, não tenho benesses a agradecer, nem ambiciono situações. No sistema tradicional do compadrio português não me entendo, e consideram-me com justiça um bicho do mato. Tenho desde pequeno o culto da independência e não me julgo em vias de o perder. Muitas vezes me dirigi ao público para lhe expor idéias: raríssimas para lhe falar dos homens. Por que aceitei então vir aqui neste dia? Digo-o com a maior franqueza: foi porque considerei ser indeclinável dever da minha consciência de português.

Não vou enveredar pelos perigosos caminhos da apologia e garantir que Salazar seja impecável, infalível, perfeito. Não há homens perfeitos; todos estão sujeitos aos erros e às fraquezas da espécie. E creio que dizer dum homem público que ele tem sempre razão é mau serviço que se lhe presta, porque além de mentira, pode criar nos governantes uma tal presunção de não se enganarem que os erros se tornem fatais, freqüentes e catastróficos.

Salazar tem defeitos como toda a gente.

Mas sabe que os tem e acautela-se deles quanto pode.

Simplesmente, possui qualidades que em raríssimas pessoas encontramos juntas — e isso deve interessar-nos muito mais.

Não me deterei nas suas qualidades pessoais, nessas qualidades que da sua vida privada fazem um salutaríssimo exemplo para toda a Nação. Falarei antes das suas virtudes políticas.

A maior parte das pessoas já se não lembra das circunstâncias em que Salazar foi chamado ao Governo em 1928. O problema financeiro português era desde há um século considerado insolúvel. Os ministros sucediam-se e afirmavam sem exceção que o País não podia com as despesas públicas — muito embora nos faltasse tudo, ou quase tudo, o que constituía o apetrechamento normal de um país civilizado. E ao redor das finanças arruinadas desdobrava-se um panorama desolador em que a administração desorganizada andava aos encontrões a uma economia anêmica, e tudo num clima político de ódios e paixões verdadeiramente insuportável.

Salazar ocupou-se das finanças e serenamente fez em pouco tempo a sua primeira revolução. Ah! o que ela custou a levar a cabo!

Eram os funcionários a resmungar contra as inovações — alguns a resistir passivamente quando podiam; eram os jornais a fazer a campanha do silêncio; eram certos sábios de outros tempos a dizer que os orçamentos estavam falseados e as contas erradas; era a opinião desorientada, na dúvida sobre se este seria mais um dos habituais salvadores parlapatões...; eram os políticos a conspirar à margem do esforço sério e honesto que se desenvolvia...

Foram dias terríveis, esses. Salazar teve de discutir, teve de explicar, teve de justificar — e teve por vezes de se demitir, para ir levando a bom termo a obra empreendida.

Mas por fim venceu. Simplesmente não bastava arrumar as finanças para que a Revolução Nacional se pusesse a caminho do conjunto dos seus objetivos políticos e espirituais.

Era preciso uma ação mais vasta e mais profunda.

A gente nova que vivera ainda os tempos agitados da demagogia e pusera as suas esperanças no movimento de 28 de maio saudara a atividade construtiva do Ministro das Finanças mas duvidava da sua capacidade política.

Nós estávamos habituados a uma concepção espetacular e dramática da política. Para nós, mesmo os que havíamos procurado fazer a retificação do nosso pensamento e da orientação da nossa atividade cívica segundo novos rumos, a política era uma série de intrigas e de lances espetaculosos capazes de manter a opinião pública excitada num sentido combativo a favor de certos ideais e de certos homens contra outros ideais e outros homens.

Conquistar a opinião com gestos, habilidades, favores, medidas populares e a sedução oportuna dos seus mentores — eis a norma do bom político.

E Salazar parecia-nos tão desinteressado dos favores da multidão! do jogo dos partidos! da simpatia dos influentes!

Às vezes conversávamos uns com os outros acerca da possibilidade de Salazar vir a ser Chefe do Governo... — Qual! Um homem fechado no seu gabinete, que não recebe ninguém, não ouve ninguém, não manobra nem seduz!

... Afinal a gente nova do 28 de Maio, tenentes e paisanos, estávamos todos, sem querer, envenenados pelo ambiente em que nos havíamos formado. Éramos inconscientemente parlamentaristas e partidaristas — mesmo quando pregávamos ou lutávamos contra o parlamento e contra os partidos.

Mas Salazar é que escapara indene a essa influência. Seguro do que queria, a sua única preocupação consistia em saber em cada caso o que exigia o interesse nacional e isso era o que ele havia de fazer, custasse o que custasse, agradasse ou desagradasse a gregos e troianos.

Quando, faz hoje 11 anos, nós, os que já então lhe éramos dedicados, o vimos assumir a Presidência do Conselho não escondo que tivemos muito menos alegria do que apreensões.

Que resultados ia dar a transposição dos métodos do Ministro das Finanças para a política geral do País?

Hoje posso responder com segurança que esses resultados são o melhor do patrimônio moral da Revolução Nacional.

E graças à conduta exemplar do Chefe do Governo — um homem que "não corre, não foge, não agrava, não transige, procura a justiça e o bem do povo" — a minha geração aprendeu os sãos processos de servir o interesse nacional por uma política feita de trabalho exaustivo, mas discreto, de que se vêem os frutos mas cujas angústias se poupam, quanto possível, aos beneficiários — tanto mais ingratos quanto mais favorecidos.

Esse é, quanto a mim, o maior dos serviços prestados por Salazar ao país: o de ter mudado totalmente o caráter da nossa vida pública.

Em vez de muita agitação estéril que trazia a Nação dividida e inquieta mas não resolvia nenhum dos seus problemas — nem sequer o da sua liberdade, é preciso dizê-lo! — um labor aparentemente sereno, um governo em que quase não se fala, mas cuja preocupação dominante é a eficácia do esforço a bem da Nação.

Claro que por um fenômeno conhecido e universal, os benefícios obtidos parecem insignificantes mal se adquirem, embora tenham sido longa e ansiosamente esperados.

Folheio às vezes velhos programas de salvação nacional, em que economistas e financeiros desesperados formulavam, há 20 anos, reivindicações que ao tempo pareciam de impossível realização e a que todos gritavam ser indispensável satisfazer pelos mais extraordinários, dispendiosos e trágicos processos.

Santo Deus! Mas está quase tudo realizado! E afinal as pessoas então saídas a lançar as profecias do *finis patriae* não apareceram a clamar a aleluia!

Tudo o que está feito parece-nos natural e fácil, só porque... foi feito. E agora até há quem deplore paradoxalmente o passado — "espíritos de contradição desinquieta que suspiram sempre pelo que foi e nunca estão contentes com o que é", de que falava o Garrett.

Quantos! quantos conheço eu, que dantes eram todos revolta contra a demagogia, a fraqueza do poder, a insegurança das pessoas e da propriedade, a burla das eleições, a liberdade do insulto público... e hoje consideram o Estado Novo um regime opressor e gabam a liberdade, a igualdade e a tolerância do regime comunista!

Ora a verdade é que hoje, mais que nunca, o país deve unir-se em redor de Salazar.

No momento eminentemente crítico para a civilização ocidental que estamos a atravessar o Presidente do Conselho representa para nós um princípio, um capital e uma garantia.

Um princípio: o da fidelidade de Portugal aos seus destinos históricos.

Um capital: o da experiência, do estudo e do prestígio acumulados em 15 anos de Governo.

Uma garantia: a de que a Revolução continua.

A vida social em toda a Europa está a transformar-se num ritmo rapidíssimo no sentido de aproximar economicamente as classes, igualando os seus níveis de vida. Em alguns países é o nivelamento pela miséria; noutros procura-se a irmandade no bem-estar.

Nós, em Portugal, temos a sorte de poder fazê-lo por via da elevação do nível de vida da classe trabalhadora. E há que acelerar depressa tudo quanto represente a melhoria real das condições de existência popular.

Aperfeiçoamento do direito do trabalho, criação de mais instituições de previdência e proteção às existentes, casas económicas, melhoria da vida rural, proteção à infância e à juventude, desenvolvimento intensivo de todas as modalidades de assistência social — são, entre outras, reclamações instantes e gerais.

Ora, Salazar já em 1935 previu a grande transformação por que haviam de passar as instituições dos Estados, acrescentando: 'é fatal que hão-de sofrê-la os que não forem capazes de operá-la'.

E por essa altura afirmou também esta verdade oportuníssima: 'Não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando os sãos vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro'.

Por isso torno a afirmar que a permanência de Salazar no Governo é, além de tudo o mais, a garantia segura de que a Revolução continua.

Porque a sua obra de renovação social — e moral — ainda vai ao começo".

Salazar gostou, não gostou? Caso é que me escreveu um bilhete de visita muito seco: "Muito grato pelo seu discurso na E. N. Respeitosos cumprimentos". O meu estilo não era o estilo oficial de então...

Esse verão de 1943 — agosto e setembro — passei-o com a família no Hotel da Urgeiriça em férias e assisti aí ao entusiasmo com que grandes industriais e comerciantes festejaram, sem poupar champanha, a derrota da Itália e o crescente domínio militar da União Soviética.

Eu era antes de mais nada *lusófilo,* preocupava-me primeiro de tudo, com os interesses nacionais. E estava convencido (e não fazia segredo disso) que o interesse português e do Ocidente latino não coincidia com o predomínio alemão e da ideologia nazi. As minhas simpatias iam para o lado anglo-americano. Entendia, porém, que dada a aliança com os sovietes, seria necessário evitar que a hegemonia germânica fosse substituída na Europa pela hegemonia russa, e o totalitarismo nazi pelo comunismo. Haveria possibilidade de uma paz equilibrada que tal evitasse? Era, aliás, essa também a maneira de ver de Salazar.

Mas para uma grande parte da estúpida burguesia portuguesa o importante "era jogar no bom cavalo" (como a mim me disse um industrial) e se o cavalo ganhador era a Rússia, viva a Rússia! Ouvi este grito, com os meus ouvidos, a ricaços bem comidos e bebidos, como os vi aplaudir com frenesi o aparecimento, num ato de variedades, nas mãos do prestidigitador, da bandeira vermelha com a foice e o martelo. E impressionava-me a apatia das autoridades, não tanto para a repressão, mas sobretudo na elucidação, na doutrinação, na mobilização espiritual do País.

No diálogo que a propósito disso mantive constantemente com Salazar, tem particular interesse a troca de cartas no princípio do ano de 1944.

Carta a Salazar de 25 de janeiro: "Senhor Presidente: Bem queria eu não tornar a importuná-lo com cartas. Mas, por um lado, acabei de ler o terceiro volume dos *Discursos* e por outro confrange-me cada vez mais o estado do espírito público. E não resisto a escrever-lhe.

"A leitura do terceiro volume dos *Discursos* levou-me a reler os outros volumes e a verificar uma vez mais como estou essencialmente

(quero dizer: cá de dentro, mesmo sem querer) com o seu pensamento. As idéias são admiráveis. A expressão luminosa.

"E agora a realidade.

"Creio já lhe ter dito que sou daqueles (muito raros) que para o público defendem, enquanto podem, os princípios e os atos do Governo mas procuram falar verdade a quem governa. Muito raros, hoje, os homens assim: eu só vejo gente a dizer aos ministros coisas lisongeiras e a gritar vivas para, dez minutos depois, andarem a dizer, em coro com os amigos e os inimigos, cobras e lagartos da marcha das coisas públicas.

"Ora, confrange-me (repito) a desagregação moral progressiva do País, não contrariada, não evitada, pela ação do Governo.

. . . . . .

Nova carta a Salazar de 10 de fevereiro: "Senhor Presidente: O seu discurso de anteontem [1] sugere-me algumas considerações que transmito porque, sendo feitas também por muito boa gente, não as lerá nos jornais, onde apenas transparecerá discretamente se tanto, aquilo que de fato pensam os próprios jornalistas.

"O problema político português não é de doutrina. Ainda agora atrás do 3º volume, reli os outros dois dos *Discursos*: está lá o essencial, admiravelmente pensado e exposto. *Temos uma doutrina* que tem sido glosada, desenvolvida, repetida em todos os tons mas, por pouca sorte, quase sempre em estilo massudo de sebenta, sem penetração na massa popular. Estou mesmo em dizer que já temos doutrina demais. O que nos falta não são novas teses mais ou menos literárias, mais uns nacos de prosa puxada à substância ou meia dúzia de relatórios burocráticos: *o que nos falta é ação*

. . . . . .

"A mesma inação deixou fazer em grande escala a penetração comunista ou russófila em todas as camadas sociais criando tal estado de espírito que compromete as indispensáveis reservas de força moral e material a empregar após-guerra. Porque o próprio Exército está contaminado. E se não se muda a tempo de sistema de ação pode acontecer que no dia das grandes manifestações populares a festejar o armistício (com a vitória russa) quando se desencadearem os tumultos revolucionários, os oficiais não comandem a repressão nem os soldados carreguem.

"Disse V. Exa. muitíssimo bem (como sempre; eu concordo sempre — ou quase — com as suas idéias: o pior é a execução) que o problema mais urgente de agora é o *político* incluindo o *social*.

(1) Não está publicado na compilação dos *Discursos*.

Pois a recomposição ministerial é urgente e indispensável. Por que não cria um Ministro adjunto à Presidência do Conselho que mantenha um contato mais direto e assíduo da Presidência com o pessoal dirigente e a própria máquina do Estado? Porque eu tenho visto de perto o sofrimento de próximos colaboradores seus, sem diretivas, sem possibilidades de ação, perdido o entusiasmo de realizar e o amor ao Poder, verdadeiros prisioneiros da situação ministerial e, portanto, sem poderem ter as virtudes indispensáveis a quem tem de comandar nos momentos críticos.

"O sistema da condução política do Governo só pelo Presidente considero-o francamente condenável. Não que não deva ser um só a preponderar e a decidir: mas é indispensável criar no governo o espírito de equipe, dar aos ministros a impressão (ao menos) de que participam da criação política, o que lhes traria outro gosto de trabalhar e outra consciência diretiva.

"Repito: o problema não é de doutrina, é de ação e respectivos métodos. E é um problema tão urgente que, a não ser considerado, deixa de valer a pena colaborar no Estado Novo: melhor será a gente meter-se em casa a trabalhar nas suas coisas e... esperar".

Veio rápida a resposta de Salazar a esta carta onde, como se viu, fiz a sugestão, pela primeira vez, da criação de um Ministro da Presidência que só veio a efetivar-se em agosto de 1950.

Resposta de Salazar em 15 de fevereiro de 1944: "Meu caro Dr. Marcello Caetano: Muito grato pela sua carta que li com a atenção com que leio sempre o que entende dever dizer-me. Só é pena que às suas observações, provavelmente muito verdadeiras e justas, não acrescente alguma coisa de positivo sobre a maneira de agir ou algumas precisões em matéria de fato que me ajudem a proceder. Subiriam assim muito de valor prático as suas críticas se a precisão lhes não tirar a justeza. Por exemplo: o sofrimento dos meus próximos colaboradores que não têm diretivas nem possibilidades de ação. Não julga útil que eu saiba quem são para sem demora lh'as dar? Com a consideração de sempre, peço me creia,..."

Esta resposta, com toda a contenção que a forma reveste, revelava certa irritação causada pela carta. Apressei-me a satisfazer os desejos nela manifestados.

Carta a Salazar em 17 de fevereiro: "Senhor Presidente: Muito obrigado pela atenção que lhe mereceu a minha última carta. Ao escrever-lhe, procuro informá-lo o mais conscienciosamente possível não apenas daquilo que penso (o que teria pouco ou nenhum interesse) mas do que em geral se pensa e diz em meios dignos de escuta. Se excepcionalmente poderá convir focar *um caso*, em regra prefiro

chamar a atenção para o estado de espírito, situações gerais, métodos de trabalho, necessidades públicas. O intuito com que o faço pode depreender-se da circunstância de nunca ter dado as cartas a ler a ninguém: julgo de meu dever elucidar V. Exa. para que proceda como entenda sobre as minhas informações e com isso descarrego a minha consciência.

"Na verdade, ouço tantas pessoas fazer críticas acerbas — quando em público, ou melhor, nas atitudes públicas solenes se esganiçam em vivas a V. Exa. — que me não custa crê-lo iludido ou mal informado acerca de muitos fatos.

"Mas até que ponto posso ou devo concretizar com referências a pessoas, a conversas, a fatos? Parece-me que até ao ponto em que a *informação* corra o risco de se transformar em *mexerico*.

"De resto já com uma destas cartas aconteceu um fato que me deu dissabores. Foi com aquela em que pedia a V. Exa. para contrastar as minhas informações ouvindo pessoas que lhe merecessem mais crédito pela sua posição e categoria. Com algumas dessas pessoas tinha eu falado com outras não: o que me importava era que V. Exa. se esclarecesse. V. Exa. deu a carta ao Dr. Pais de Sousa [2] que chamou algumas das pessoas indicadas a quem comunicou o motivo porque as ouvia em ar de devassa. Resultado: espalhou-se que eu escrevia cartas a V. Exa com a competente lenda a respeito de conteúdo, e as pessoas inquiridas consideraram-se *denunciadas* por mim.

"Devo dizer que o justíssimo prestígio de V. Exa. cria uma espécie de terror dos seus juízos, verdadeiramente inibitório para a maioria dos homens públicos desta terra. E a não se lhes criarem condições para falarem à vontade, V. Exa. estaria destinado a só ouvir lisonjas (onde se pecasse contra a verdade, por omissão) ou explosões de ódio nos momentos em que o desespero não suporta mais silêncio... ou em que se atravessa a fronteira.

"Exemplos concretos de sofrimento de colaboradores próximos seus? Vejo que julga ter eu sido arrastado pelo desejo de fazer prosa — e crítica (sou muito crítico, dizem). Mas olhe que aquele sofrimento não é literatura. É claro que não lhe vou falar de casos recentes *porque ninguém me encomendou o sermão*. Mas posso lembrar-lhe duas situações passadas em que penso já não haver perigo falar: a do Pedro Theotônio nos últimos meses do Subsecretariado

(2) Era o Ministro do Interior. Não encontro a carta a que aqui se faz referência.

das Corporações [3] e a do Carneiro Pacheco nos últimos anos de Ministro da Educação Nacional. [4]

"O que eu queria era que V. Exa. visse bem que a minha exclusiva intenção é prestar-lhe serviço e não criticá-lo por embirração ou prazer de denegrir. É possível que haja por aí quem grite mais a sua dedicação e admiração: são feitios. Mas se não reivindico ser o *maior*, o *melhor*, etc. não me considero o menos amigo e dedicado. Simplesmente acho que na vida pública é perigoso, para quem manda, só encontrar em volta homens a dizer (em geral por subserviência ou medo) com a cabeça que sim."

A reprodução destas cartas pareceu-me de muito interesse porque não só dá idéia de como eu via e sentia os problemas da época, mas também do estilo das minhas relações com Salazar. Este lia atentamente o que eu lhe escrevia; às vezes mandava averiguar os fatos que eu lhe apontava, mas não alterava a sua orientação. Só pouco a pouco iria atendendo a sugestões minhas, porventura esquecido já de quem lhas fizera.

No final da carta de 17 de fevereiro dizia por fim: "Num papel junto encontrará V. Exa. algumas sugestões "sobre a maneira de agir" que pede... Já agora não quero que pense que sou só crítico..."

O papel intitulava-se "Lembrança de algumas medidas que me parecem urgentes" e incluí 17 sugestões. Entre outras que hoje não me parecem com interesse de maior, encontro algumas que mais tarde foram postas em prática ou que valera a pena terem-no sido. Aí vão.

"Criar uma comissão de inquérito aos organismos corporativos e de coordenação econômica intimando todos os críticos e queixosos a apresentarem-se perante ela" (o que foi feito no ano seguinte pela Assembléia Nacional, sob proposta de Mário de Figueiredo, decerto por indicação de Salazar);

"Estudar a possibilidade da criação do imposto de consumo sobre artigos de luxo e continuar a procurar atingir o rendimento real dos indivíduos nos impostos diretos;"

"Encarar de frente o problema dos absenteístas e dos rendeiros: não me repugnaria a venda forçada, com pagamento em prestações,

(3) Pedro Theotônio faz discreta referência a este período da sua ação no Governo nas *Memórias*, vol. I, caps. XIX e XX.

(4) Salazar, talvez retraído em presença do frenesi nervoso de ação que era do temperamento de Carneiro Pacheco, deixou de recebê-lo, não dava andamento aos projetos que ele lhe enviava e até dificilmente o atendia ao telefone. E Carneiro Pacheco tinha por ele (que havia sido seu aluno) verdadeira adoração. Não percebi por que Salazar não o exonerou mais cedo, se não se sentia capaz de trabalhar com o Ministro: eram dois feitios completamente opostos.

da terra arrendada há mais de dez anos aos mesmos rendeiros por proprietários absenteístas;"

"Intensficação ostensiva e rigorosa da aplicação das leis sobre horário de trabalho, higiene, salubridade, e segurança dos locais de trabalho e trabalho das mulheres e dos menores, interessando nisso os sindicatos nacionais;"

"Ação enérgica para melhoria das condições de trabalho, nas minas (onde empresas estrangeiras estão a dar cabo, pela silicose, de centenas de mineiros) e nas obras públicas, onde por vezes vivem centenas de homens como animais."

Etc. etc.

26

Como já se disse, esta aparente indiferença de Salazar pela situação interna era devida à concentração da sua atenção nos problemas internacionais. Os riscos que nos ameaçavam eram enormes. Não se esqueça o que se passou à volta dos Açores, que, desde o início da guerra, constituíram para os Estados Unidos motivo de preocupação. Logo que a América entrou efetivamente no conflito o caso dos Açores tornou-se agudíssimo: por um lado pelo receio de que a Alemanha utilizasse o arquipélago donde poderia ameaçar a navegação do Atlântico Norte; por outro pela necessidade americana desse ponto para sustentar a luta anti-submarina, basear os aviões de salvamento destinados à busca e socorro dos náufragos dos barcos torpedeados e estabelecer um aeródromo de escala dos aviões gigantes que circulavam entre os Estados Unidos e a Europa.

Começaram então as instâncias junto do Governo Português para serem concedidas à aviação militar americana facilidades nos Açores. O Dr. Salazar resistiu ao que seria fatalmente considerado quebra de neutralidade e daria ensejo a represálias alemãs. Roosevelt, impaciente, pensou outra vez em atacar e ocupar pela força o arquipélago. Foi o Governo britânico que o impediu.

Nos Açores a guarnição militar fora, logo no início do conflito, reforçada por tropas expedicionárias do continente com ordens terminantes para resistir a qualquer agressão, viesse donde viesse. As tropas deveriam repelir o ataque, fosse alemão, fosse americano. Era a defesa da neutralidade portuguesa.

As conversas diplomáticas passaram a encaminhar-se para o diálogo luso-britânico. Salazar sustentou que se a Grã-Bretanha invocasse a aliança, Portugal, prontamente, daria ao seu aliado, e especificamente a ele, as facilidades pedidas, autorizando-o porém a estendê-las a outros aliados da Inglaterra empenhados na guerra. Mas com duas condições: a primeira era a de forças armadas portuguesas serem equipadas em termos de poderem defender o País no caso, muito provável, de o Eixo entender que tínhamos abandonado a neutrali-

dade e resolver atacar-nos; a segunda a de a Grã-Bretanha e os seus Domínios e os Estados Unidos garantirem solenemente a integridade do Império Colonial Português depois da guerra.

As condições foram aceitas. Secreta mas diligentemente o Exército Português recebeu armas e munições modernas incluindo poderosa artilharia anti-aérea para a defesa de Lisboa; a aviação teve aparelhos novos e eficazes. Organizou-se a Legião Portuguesa como organismo de defesa civil do território. Nas vésperas de ser tornado público o acordo concedendo facilidades nos Açores, duas divisões mobilizadas com efetivos completos desenvolveram um dispositivo defensivo na região de Pegões; a população civil foi instruída sobre as formas por que deveria obrigatoriamente proceder para se acautelar de ataques aéreos e as janelas de Lisboa apareceram com vidros protegidos por tiras cruzadas de forte papel.

Então, na Câmara dos Comuns, Churchill anunciou que, tendo o Governo Britânico invocado o Tratado de 1373 pelo qual se firmara a mais velha aliança subsistente no Mundo, e os outros acordos subseqüentes, o Governo Português acedera em permitir à Grã-Bretanha, e seus aliados na guerra, a utilização dos Açores dando por esse modo importante contribuição para a vitória.

Quando Churchill mencionou o Tratado de 1373, a Câmara, colhida de surpresa, teve um frouxo de riso. Pareceu aos seus membros uma pilhéria, a descoberta daquele texto com quase seis séculos de idade para legitimar uma ação da guerra mais implacável que se estava travando no século XX.

A verdade é que os tratados existiam, eram freqüentemente citados, os dois países consideravam-nos em vigor. E o escrúpulo do Governo Português em justificar essa indesmentível quebra de neutralidade estava salvo.

Ouvi mais de uma vez dizer a Salazar que para um País pequeno e fraco o Direito era a mais preciosa arma de defesa. Enquanto houvesse na comunidade internacional consciência jurídica, a circunstância de observarmos rigorosamente acordos, tratados e usos comuns e de, com coerência nas nossas relações, nos mantermos inflexíveis nos nossos direitos e pontuais no cumprimento das nossas obrigações, constituía um escudo e criava autoridade.

Por isso Salazar foi sempre tão cuidadoso em só proceder de acordo com normas justificativas da ação internacional. E sublinhou-o ao anunciar ao País em 12 de outubro de 1943 o Acordo dos Açores. [1]

(1) Ver a nota do Governo em Salazar, *Discursos*, vol. IV, pág. 17.

Temia-se que a Alemanha reagisse militarmente. Mas nessa altura já eram grandes as dificuldades com que Hitler lutava, afundado na vastidão da Rússia e surpreendido pelo encarniçamento da resistência que em Stalingrado detivera o ímpeto da invasão germânica.

A vigília de armas dos portugueses não foi seguida de combate, graças a Deus. Limitou-se o Governo Alemão aos protestos diplomáticos. E não passou daí.

Tenho pena de não dispor dos documentos ilustrativos desta fase crítica da nossa política de guerra. Nem sequer das memórias dos vários homens de Estado estrangeiros que participaram no episódio dos Açores. Não posso pois fazer História: apenas registro recordações.

E registro-as porque tendo dado com certa largueza o panorama da situação interna, que tanto critiquei, era justo acrescentar-lhe o que, na minha lembrança, também estava quanto aos motivos da desatenção relativa de Salazar para esse panorama que eu lhe punha diante dos olhos.

Vivendo inquietamente os graves perigos que o País corria e tendo a consciência da importância dos serviços que ao esconjurá-los lhe prestava, Salazar dizia de si para consigo que todas essas fermentações de mal-estar passariam quando cessasse a guerra e os portugueses soubessem, em toda a sua extensão, o que o Governo fizera para salvar a Nação da guerra. Enganou-se, como veremos.

27

Não lhe faltavam, aliás, no panorama interno motivos pessoais de desgosto e preocupação: um deles foi a morte do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, ocorrida num desastre de automóvel em novembro de 1943.

Duarte Pacheco era daqueles homens que seduzem pelo entusiasmo com que se dão a uma obra — quando esse entusiasmo brota de uma convicção sincera e de uma vontade firme e, eu diria, ingênua. Ingênua no sentido de ser uma vontade sem outra ambição senão a de realizar a tarefa que lhe fora cometida. Conheci as convicções de Duarte Pacheco, nunca vislumbrei nele sombra sequer de ambição política. Era o homem das obras públicas, apaixonado pelo afã de realizar, de construir e que aceitava sem sombra de emulação a chefia de Salazar. Por isso este se afeiçoou tanto a ele.

Éramos bons amigos. Da primeira vez que passou pelas Obras Públicas pouco contacto tivemos; depois regressou à direção do Instituto Superior Técnico e estreitamos relações no plano universitário. Mais de uma vez me disse ser seu desejo incorporar-me no corpo docente da escola, na regência da cadeira de Economia Política e Direito Industrial então regida pelo Prof. Antônio Lino Neto, já à beira do limite de idade. Esse propósito veio a efetivar-se, na verdade, sempre por sua indicação, quando Lino Neto se aposentou, estava então o Prof. Belard da Fonseca na direção do Instituto por Duarte Pacheco ter voltado ao Governo.

Foi na Presidência da Câmara Municipal de Lisboa que nos aproximamos mais em questões de administração pública. Eu tinha sido encarregado, na anterior gestão do General Daniel de Sousa, pelo Ministro do Interior, Dr. Pais de Sousa, de estudar determinados problemas da urbanização de Lisboa que não estavam a correr bem. Transmiti depois a Duarte Pacheco os resultados da minha análise, expondo-lhe a solução que me parecia mais conveniente: a compra ou expropriação pelo Município dos terrenos urbanizáveis, em vez de, como até aí, se deixar os especuladores comprá-los e urbanizá-los mediante uma concessão, em que se limitavam a tomar sobre si os

encargos dos arruamentos, canalizações e iluminação. E mostrei-lhe o que fora a experiência feita na cidade de Viena com a municipalização dos terrenos. Duarte Pacheco apreendeu logo o sistema e pô-lo em prática, com grande resistência e indignação dos empresários das urbanizações, habituados a enriquecer no negócio, e dos próprios proprietários. E daí por diante a política da aquisição dos terrenos pela Câmara nunca mais foi abandonada, nem deixou de ser a grande fonte de receita municipal para custear as despesas do engrandecimento e do embelezamento de Lisboa.

A' Câmara o foi buscar novamente Salazar para o Ministério das Obras Públicas, onde continuou a trabalhar incansavelmente naquele ritmo que esgotava os colaboradores. Não comia: a sua célebre úlcera acalmava-se, durante o dia, com chávenas de leite. E dormia pouquíssimo. O tempo era escasso para conceber, projetar, decidir. Porque, não se esquecendo de que era engenheiro, intervinha pessoalmente nos projetos que eram levados à sua apreciação: discutia-os, corrigia-os, ajeitava-os às disponibilidades orçamentais com grande desespero dos autores que, todavia, o respeitavam. Foi ele quem chamou os artistas plásticos a participar em todas as obras de alguma dimensão, criando assim uma tradição que durante todo o chamado "regime salazarista" garantiu trabalho constante a pintores e escultores. Tendo sido o fundador (como Ministro que também era das Comunicações), da Emissora Nacional, nela instituiu a Grande Orquestra Sinfônica Nacional que num período difícil para a vida dos músicos profissionais veio dar trabalho aos melhores. Mas os políticos da província não apreciavam muito o seu método, porque em vez de distribuir obras públicas pelo País ao sabor das conveniências dos caciques e da influência local destes, era o homem dos planos, mandava fazer inquéritos nacionais preliminares e, segundo os resultados destes, ordenava a importância e a prioridade das obras a fazer. É a época dos planos de abastecimento de águas, dos planos de saneamento, dos planos de urbanização, dos planos rodoviários...

Como Salazar disse no elogio fúnebre que dele proferiu em 25 de novembro de 1943 perante a Assembléia Nacional, "o engenheiro Duarte Pacheco detestava as improvisações e os expedientes, como indignos da seriedade da inteligência e da gravidade do tempo. Por isso se resignava a adiar os problemas até ao seu estudo exaustivo e à sua integração no conjunto dos outros problemas afins. Mas questão estudada a sério ficava definitivamente resolvida, sem que mais se viesse a sentir a necessidade de tocar na traça geral das soluções".

O regime saído da Revolução de 28 de maio encontrara um País empobrecido e privado das mais elementares infrastruturas da administração e da economia. Já me referi às estradas em ruína: mas o

resto estava na mesma. Não se construía nem se reparava. E daí resultava que os poucos engenheiros ainda ao serviço do Estado, arrumados no Ministério do Comércio e Comunicações, tinham perdido a prática das obras. Lembro-me de, em 1930, quando foi lançado o primeiro empréstimo interno da Ditadura, de 100.000 contos, destinado aos portos que por esse litoral fora estavam pouco menos que inutilizáveis, Salazar me dizer no seu gabinete do Ministério das Finanças:

— Estes 100.000 contos vão ser, na sua maioria, deitados à água porque os engenheiros portugueses desaprenderam de trabalhar em obras marítimas, em geral, e em particular nas portuárias. Sei disso. E podia contratar estrangeiros. Mas julgo preferível para o País correr o risco dos prejuízos e proporcionar aos seus técnicos a ocasião de reaprenderem a fazer portos. Será o custo da aprendizagem... [1]

Anos mais tarde, criado em 1932 o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco foi o grande organizador dos serviços e o formador de uma escola de excelente técnicos, com métodos exemplares que se conservaram por muitos anos para além da sua morte. O desemprego resultante da crise econômica e a falta de procura pelas empresas privadas, permitiu-lhe recrutar para o serviço do Estado quantos engenheiros quis. A todos transmitiu a disciplina do seu trabalho e o seu fogo de ação. Ao discursar em 15 de novembro de 1953, décimo aniversário da sua morte, na inauguração do monumento erguido em Loulé, Salazar magistralmente pôs em relevo esse ponto:

"O que, depois dos seus poucos anos de governo, apareceu materialmente feito ou renovado à face da terra portuguesa — em monumentos ,em hospitais, em escolas, e edifícios de toda a natureza, em aeroportos, em pontes, em estradas, em caminhos de ferro, em urbanização, em estádios, em habitações, em hidráulica agrícola, em exposições como essa esplendente Exposição do Mundo Português — constituiu uma obra imensa que ficará marcando para sempre a largueza das concepções, o progresso técnico e artístico, a excelência dos sistemas jurídicos, a severidade dos princípios de administração. Pois mesmo assim toda esta obra que engrandeceria um século, se me afigura a mim não valer tanto para o País como a escola que deixou".

Foi nesse discurso que Salazar proferiu uma das suas frases lapidares, sintetizando uma maneira de ver que lhe era cara, ao

(1) Para se fazer idéia do que valiam 100 000 contos nessa época basta dizer que o funcionário de Estado da mais alta categoria, o Diretor-Geral, ganhava 2 contos por mês sujeitos a descontos.

negar-se a seguir a demagogia na adulação do Povo: "... o que a cada momento podia surpreender no seu esforço (de Duarte Pacheco) era a preocupação de semear progresso, criar meios de trabalho, desenvolver as regiões menos favorecidas, facilitar e embelezar a vida rude das populações. E nunca falava no povo — *para não o diminuir como plebe e poder servi-lo como Nação*".

Era assim Duarte Pacheco: o matemático e professor que, transposto para a ação, não perdia o gosto da visão global, o espírito de sistema, a preferência pela dedução.

Via longe e largo. E por isso o comum das pessoas que cultiva a mediocridade o chamava louco. Quando construiu simultaneamente a estrada marginal Lisboa-Cascais e a auto-estrada que venceu o vale de Alcântara com o célebre viaduto a que depois foi posto o seu nome, os homens sensatos clamavam: "Que disparate! Para que duas estradas destas, caríssimas, com tão pouco tráfego!" Mas poucos anos decorreram antes que o trânsito nelas se tornasse intensíssimo e o custo ficasse barato. Da mesma forma, quando se projetou o Aeroporto da Portela de Sacavém com visão do futuro, as críticas choveram e dessa vez Duarte Pacheco teve de ceder e de estreitar as dimensões: os seus sucessores, passado não muito tempo, foram forçados a ampliar as instalações, repondo o primitivo projeto e alargando-o a seguir.

Tinha realmente o gosto da grandeza, como se viu logo na construção da sua primeira obra, o Instituto Superior Técnico, porque possuía o sentido do futuro. O futuro que sempre lhe deu razão, não muito longinquamente, ao tornar exíguas as dimensões que aos contemporâneos da obra se assemelhavam desproposítadas.

Algumas vezes também eu tive de ir pedir-lhe que atendesse a este ou aquele pedido de uma obra, na terra tal ou tal. Quando não podia atender, explicava-me com tal calor e poder persuasivo o que ia fazer e a razão por que só numa visão de conjunto, que me expunha, aquele pormenor teria o seu lugar, que eu o escutava encantado, já a ver erguer-se na imaginação tudo o que me descrevia, e saía do pé dele mais amigo... e mais grato pela atenção que me dera e pela confiança que me demonstrara!

Mas havia, naturalmente, quem não gostasse e achasse que estava a enganar as pessoas... O que junto à irritação causada pelas compras forçadas e pelos preços baixos pagos nas expropriações desencadeou contra ele uma campanha tremenda. Salazar, em duas frases do elogio fúnebre, fustigou esses ataques, exprimindo conceitos dignos sempre de meditação: "Ai dos povos que não suportam a superioridade dos seus grandes homens! Infelizes ainda mais aqueles cuja política não está ordenada de modo que os homens de raro valor possam servir a Nação!"

28

Entretanto chegou o verão de 1944, que fui passar com a família a S. Martinho do Porto, com freqüentes vindas a Lisboa aonde era chamado pela preparação do acampamento nacional da Mocidade Portuguesa que se realizou dos dias 7 a 14 de agosto, nele tendo recebido sucessivamente as visitas de Carmona e de Salazar. Pode dizer-se que só depois do acampamento pude gozar algumas férias. Durante elas, o meu companheiro habitual foi Hipólito Raposo que também estava com a família em S. Martinho passeando pelas ruas o seu inconformismo e a sua gordura. Além de grandes conversas, dávamos passeios, de comboio (trem) ou camioneta, a Alcobaça, à Batalha, a Ourém, a Tomar... revendo monumentos e paisagens.

O Dr. Hipólito Raposo era meu amigo desde os tempos em que, sendo ele figura de proa do Integralismo Lusitano, eu militava na Junta Escolar de Lisboa. Tornara-se (já atrás expliquei porquê...) inimigo figadal de Salazar a quem desapiedadamente atacava sempre que podia, tendo por causa de um desses ataques, considerado injurioso, sido deportado para os Açores. Isso, porém, não afetara as nossas relações. Mas tornava difícil entendermo-nos a falar em política. Hipólito era um literato sem grande cultura de ciências sociais e sem qualidades de liderança. O seu ataque a Salazar e ao Estado Novo era mais emocional que racional. Fundava-se num romântico saudosismo da Liberdade, que o próprio Integralismo criticara na concepção novecentista, e num sentimento de opressão fiscal de proprietário alentejano tributado em mais do que queria. Certa vez não chegou ele a empregar na conversa o estafado tropo da eloqüência demagógica, tantas vezes ridicularizado, de que "o povo não pode pagar mais"? Fora disso era um interlocutor agradável, com sentido estético e conhecimento da literatura e da arte. O pensamento era lento como a fala, sem novidade e sem grande vigor. O que cultivava, sim era a inteireza de atitudes, de muita dignidade, à maneira provinciana de "antes quebrar que torcer", que traduzia falta de maleabilidade de espírito, mas fazia dele, para muitos, modelo de homem de caráter. Como tantas vezes sucede com homens de letras, concebia a

política como crítica, considerada esta timbre de independência. Monárquico por doutrina, mais de uma vez me garantiu que se fosse restaurada a Monarquia a sua missão, no dia seguinte, seria subir as escadas do Paço para ir dizer as verdades aos reis...

Foi, porém, um amigo agradável que me estimava e com quem dava gosto acompanhar e conversar. Nos fragmentos do meu jornal desse verão de 1944 encontro freqüentemente referências ao nosso convívio que creio ter sido o último em que nos encontramos com assiduidade e intimidade. Daí por diante poucas vezes mais estivemos juntos.

O assunto dominante nesse período era a marcha da guerra, com a certeza cada vez mais radicada da breve derrota alemã. Num desses dias de agosto estive em Lisboa com João Neves da Fontoura que era então Embaixador do Brasil. É melhor transcrever do meu "jornal":

"O João Neves é um homem curioso. Inexperiente na diplomacia, orador de massas, político de agitação, chegou a Lisboa como Embaixador do Brasil convencido de que estávamos sob a pata alemã e de que encontraria um divórcio absoluto entre o povo, desejoso de combater pelas democracias, e um governo germanófilo. Os primeiros contatos desconcertaram-no um pouco. Por um lado, enquanto ele julgava prestar um grande serviço à causa aliada empurrando-nos para a guerra, o Embaixador inglês deu-lhe conselhos de moderação. Disse-me a propósito João Neves que 'os ingleses estavam perfeitamente de acordo com a atitude portuguesa'. E disse-mo com ar de espanto. Começou então a ver e a compreender o País, a gente, Salazar e a sua política. E agora o seu receio é cair no desagrado do Governo Português".

A nota é de 26 de agosto e acrescenta que na véspera chegara a notícia da saída de Osvaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores. "Passam-se graves coisas no Rio", comentou João Neves.

Estou a ver o João Neves da Fontoura circulando por essa época em Lisboa acompanhado da figura rotunda de Ribeiro Couto. Andavam freqüentemente juntos, como juntos tinham chegado para o desempenho da missão. E logo de início nos encontramos, tendo um dos primeiros atos de João Neves, como Embaixador, sido a visita ao Palácio da Independência para solenemente fazer entrega à Mocidade Portuguesa de uma bandeira brasileira oferecida por certa instituição carioca, não me lembro já qual.

Freqüentemente conversávamos sobre política, literatura, o Brasil... As circunstâncias aproximaram-me com mais intimidade, porém, de Ribeiro Couto. Este, à medida que ia conhecendo melhor Portugal e a sociedade portuguesa, abria-se mais e mais, naquele

desejo de cordialidade afetiva que era o seu sentimento diurno — porque, chegada a noite, gostava de recolhimento, de estar junto da mulher — a "Menina" — de ouvir os segredos do seu estro poético e, se bem fizesse vida social depois do pôr do sol por dever da condição diplomática ou gosto de camaradagem literária, mais de uma vez me confidenciou a sua preferência a essas horas pela pacatez da leitura, da escrita ou do devaneio.

Também ele mudou muito as suas opiniões acerca do regime português e de Salazar. E para sempre, até morrer, ficamos amigos, trocando correspondência em que ele, de Belgrado ou de Paris, ia alimentando as relações travadas um dia. Quando em Lisboa foi publicada a 2ª edição do seu livro *Sentimento Lusitano* que o destino quis que fosse lançada pouco depois do falecimento do autor, o editor acrescentou-lhe umas páginas que alguns amigos portugueses colaboraram em sua memória. Aí escrevi: "Ribeiro Couto chegou a Lisboa como diplomata. Saiu daqui, poucos anos depois, convertido em lisboeta. As amizades diplomáticas são como os amores de bordo: duram enquanto convém preencher o tempo da efêmera viagem. Mudam os postos, mudam os interesses. As relações antigas tornam-se inúteis, importa contrair outras novas. Não foi assim com Ribeiro Couto em Lisboa porque aqui lançou raízes sentimentais, se impregnou da cidade e do seu espírito e viu acordar no íntimo velhas reminiscências lusíadas. Daí que se ligasse às pessoas através de amizades duradouras, alimentadas o resto da vida por uma correspondência assídua..."

E mais adiante: "Quando saiu a edição brasileira do *Sentimento Lusitano* escreveu-me, a propósito dos meus comentários aos ensaios insertos no livro: "É bem verdade que tenho pressa de que num largo círculo em Portugal se saiba do meu pensamento em relação a essa grave coisa que está ameaçando o Brasil, a progressiva perda de certos traços fisionômicos da Nação: as raízes e a couraça da lusitanidade... A minha longa permanência nos Balcãs tem dado motivo a suposições extravagantes. Eu sou como os sobreiros do nosso Alentejo: tiram-lhe a superfície, a casca — fatalidade a que não podem escapar devido à sua função — mas do tronco não perdem uma só fibra'."

Outro episódio ocorrido durante estas férias foi em certo dia a chegada inesperada a S. Martinho do Porto de um jovem espanhol que eu conhecera tempos antes, quando, na qualidade de assistente da Faculdade de Direito de Madrid, acompanhava uma excursão de estudantes liderada pelo Decano, D. Eloy Montero. Dedicava-se ao estudo do Direito Administrativo e nessa ocasião conversou muito comigo, interessou-se pelos meus trabalhos e ficamos amigos. Tendo obtido uma bolsa de estudo do Instituto Jurídico de Coimbra, para

lá seguira a aproveitar a rica biblioteca de que esse Instituto dispunha. E sabendo pela correspondência trocada que eu estava na praia com a família, resolveu ir lá fazer-me uma visita de surpresa.

Laureano Lopez Rodó, o jovem assistente espanhol, foi acolhido jubilosamente. Mas em S. Martinho não havia um lugar vago nos hotéis e pensões. Ficou, pois, em minha casa. Uma instalação arrendada para a temporada num velho prédio, onde nos metíamos minha mulher e eu, os quatro filhos, ainda crianças, e duas criadas, como então se dizia. Não era alojamento próprio para hóspedes de cerimônia.

Naquele tempo ainda não se explorava a indústria de turismo e nas praias de pescadores, como aquela, os banhistas aproveitavam as casas dos habitantes que estes deixavam temporariamente vazias. O importante era proporcionar às crianças a vida de praia e o gozo do ar livre.

Deu-se uma volta na arrumação da família e Lopez Rodó partilhou do espaço que ocupávamos. O seu espírito jovial, a sua alegria franca, casaram-se facilmente com o ambiente animado que era o da nossa casa em férias. Para os pequenos a sua presença foi um acontecimento: era um companheiro mais velho que sabia interessar-se pelas preocupações, discussões e jogos em que se entretinham. E para os adultos constituiu um prazer ouvir as idéias sãs daquele jovem experimentado pelas agruras da guerra civil do seu País e que aliava a uma inteligência esclarecida e culta o encanto da sua alta espiritualidade.

Chegavam, porém, cada vez com mais freqüência os rumores de remodelação ministerial.

"Não resta dúvida — anoto então — de que Salazar se decidiu finalmente a renovar o seu cansado elenco governativo e para isso iniciou as habituais consultas aos próceres que lhe possam dar sugestões sobre pessoas ministeriáveis. O Pedro Theotônio Pereira que veio de Madrid e esteve com Salazar, avisa-me: 'Você vai ser chamado; quase todos os que foram ouvidos até aqui consideraram necessária a sua entrada para o Governo'. Por quê, Santo Deus?"

Mas em 2 de setembro chega-me a S. Martinho a chamada telefônica de Salazar. E no Domingo, 3, depois da missa das nove, eis-me a caminho de Lisboa no pequeno *Fiat* da Presidência do Conselho que fora enviado para me conduzir. Devia estar às onze e meia em S. Bento: mas nesses tempos de guerra, com o material usado e as estradas desertas, as viagens de automóvel eram um problema. Passada a povoação do Cercal quebrou-se o cardan do carro. Foi preciso substituí-lo para prosseguir, o que levou longas horas. Para encurtar razões, acabei por chegar à residência oficial do Presidente do Conselho (a quem conseguira com muito custo, prevenir do percalço sucedido) já passadas as quatro da tarde.

Salazar tivera de ir à Presidência da República, fazer ao Presidente o seu relato habitual dos domingos. Deixara instruções à governanta, a Senhora Maria, para me receber e pôr à vontade: "Que fizesse o que quisesse, descansar, ler, passear no jardim..." Sento-me e pego num dos livros que, recentemente chegados, pejam a mesa que ocupa o meio da sala de estar, do rés-do-chão, onde me encontro. É a tradução francesa do livro de Wilkie, *Le monde est un*. E passo os olhos pelas páginas que tratam da Rússia, onde ressuma esta idéia: o regime soviético não é simpático, os comunistas são uns brutos, mas temos que contar com eles, a força da União Soviética é uma realidade, entendamo-nos.

Nesta altura chega Salazar.

29

Encontro um Salazar bem disposto, com uma expressão simpática, maneiras afáveis, que se informa com solicitude do contratempo que me atrasou e da maneira como estavam decorrendo as minhas férias em companhia dos meus.

E entra-se no assunto. Registrei o diálogo logo que cheguei a casa.

— Chamei-o (*começa por dizer*) porque resolvi fazer a remodelação do governo há tanto tempo esperada. Só agora chegou a oportunidade: estamos num momento de acalmia, sem nenhuma complicação interna ou externa que possa ser interpretada como pressão. A guerra deve estar por pouco. A resistência alemã atingiu o seu limite extremo, todas as informações recebidas das frentes de batalha e do interior da Alemanha confirmam que existe já a certeza da derrota e eu creio que se o destino da guerra dependesse do Estado-Maior alemão e o problema se reduzisse a aspectos técnicos, ela teria terminado já. O pior é que, por trás, existe um partido forte, que domina o País e para cujos dirigentes a capitulação significa a perda da cabeça: cada dia mais de resistência é para eles um dia de vida.

"Devemos, pois, considerar terminados, para nós portugueses, os problemas da guerra, salvo o caso de Timor que terá de ser resolvido a mal, se não conseguirmos solucioná-lo a bem. Mas isso será uma guerra diferente de que não temos a temer as conseqüências que nos traria o envolvimento na da Europa. Levantam-se, porém, os problemas da paz e esses prevejo que venham a ser tremendos: pressões de toda a ordem e de todo o lado, complicações internas... Para esta fase é que eu vou constituir o novo governo e desejava saber se está disposto a entrar nele. Concretamente, pretendia confiar-lhe a pasta da Justiça. Eu sei que me vai dizer que não se tem dedicado aos problemas que por ela correm: o Manuel Rodrigues, que conserva uma espécie de hipoteca sobre essa pasta por ele sobraçada com tanto brilho (*observou sorrindo*), a quem falei no seu nome, objetou-me isso, embora manifestando a grande amizade que lhe dedica e o apreço em que o tem. Mas a verdade é que a época

não é para grandes reformas jurídicas e eu até lhe agradeceria que não as projetasse. Tenho de me consagrar ao essencial: ultimamente as questões dominantes têm sido as da Economia, o pão de cada dia, e não posso dispersar a minha atenção. O Vaz Serra (*até aí Ministro da Justiça*) passam-se meses que o não vejo. O Dr. Marcelo Caetano teria de se resignar à gestão corrente do Ministério, o que não quer dizer que não prestasse relevantes serviços colaborando com os ministros nas reformas das respectivas pastas e emitindo a sua opinião nos Conselhos de Ministros. Aqui tem o que pretendo de si. Diga-me francamente o que pensa a este respeito. Claro que nós pagamos mal: qualquer empresa paga melhor a quem a administra... Fale, fale à sua vontade!

Enquanto Salazar formula o convite, vejo nitidamente aonde quer chegar: neutralizar a pessoa incômoda, fazendo-a entrar no Governo numa situação subalterna onde não faça dano nem lhe dê trabalho. E, correspondendo à sua solicitação final, falei. Disse-lhe que entrar para o Governo naquela altura não era aliciante para ninguém. Descrevi-lhe os meus encargos de família e a razão deles. Todavia não era homem para me negar a sacrifícios desde que me convencesse de que eram úteis. Por exemplo: além do meu serviço letivo na Faculdade de Direito, regia sem remuneração a cadeira de Economia no Instituto Superior Técnico; e a Mocidade Portuguesa levava-me por dia cinco a seis horas de trabalho gratuito e dispendioso, porque ainda me consumia dinheiro...

— Nunca julguei que a Mocidade lhe tomasse tanto tempo — pasmou Salazar. — Mas dessa maneira é impossível conservar a gratuidade de tal cargo!

Expliquei-lhe a razão da gratuidade. Num ambiente de juventude era bom dar aos jovens o exemplo de dádiva generosa e desinteressada. E insisti: há sacrifícios que valem a pena e perante os quais chega a ser crime alguém escusar-se.

— Suponha V. Exa. que me dizia que ia criar o Ministério da Assistência Social e desejava confiar-mo. Eu não olhava para trás. Trata-se de um domínio onde importa atuar quanto mais depressa melhor e com toda a paixão. O estado sanitário de um País é dos mais importantes índices de civilização. Por virtude de uma herança de séculos, temos hoje uma ficha bastante má nesse capítulo. Aí está um sacrifício que me valeria a pena fazer — para tentar realizar alguma coisa de muito útil para os portugueses. Agora ir meter-me no gabinete do Ministério da Justiça, peado na ação, a ouvir intrigas de juízes e a transferir delegados do Vimioso para o Cartaxo, isso não.

— Mas do que eu preciso — atalha Salazar — é de pessoas que nos Conselhos de Ministros sejam capazes de discutir um assunto, de ver os aspectos de um problema...

— E quantos Conselhos de Ministros reúne por ano? V. Exa. não trabalha em Conselho... Só para isso não valeria a pena entrar no Governo, demais a mais em momento tão crítico como o que acaba de descrever. Nem para participar nos conselhos que se não reúnem, nem para a tal colaboração a dar aos outros ministros. Porque a falta de uma coordenação constante do trabalho de todos, criam-se rivalidades entre eles que se projetam no público, formam-se falanges de apoio a cada um, e tudo isso redunda em prejuízo do trabalho governativo e em desprestígio do Governo no País.

— Lá vem o senhor outra vez com essa... Também não é tanto assim... Reconheço que a falta de coordenação que aponta constitui um defeito do nosso sistema de trabalho. É um trabalho irradiado *(e ao dizer isto, espalmou a mão esquerda abrindo os dedos e com o indicador da mão direita percorreu cada um deles)* e que vai de mim para cada ministro ou de cada um deles vem para mim, sem os unir a todos nas deliberações, reconheço. Mas as rivalidades não são tão freqüentes como diz. A única que deu brado por aí foi esta última entre o Duarte Pacheco e o Rafael Duque.

Aponto-lhe outras. Ele reedita as razões, que já lhe ouvira antes, pelas quais espaça os conselhos de ministros: é muito difícil encontrar assuntos que interessem a todo o Governo e sobre os quais todos possam ter opinião válida. Questões internacionais? Se as leva lá antes de resolvidas, não há segredo possível: assunto tratado em Conselho é como se o fosse em praça pública. Projetos de decretos-leis? A sua experiência de outros tempos mostrou-lhe que cada Ministro se importa com os seus e se desinteressa dos outros. Ao cabo, lastimam-se de perder tempo nas reuniões. Por isso tem limitado a matéria dos conselhos à definição de princípios e ao relato de fatos ocorridos. Reconhece, porém, que a coordenação ministerial é necessária e que importa estudar o modo de fazê-la.

Sugiro-lhe novamente que tenha um Ministro encarregado de, em constante contacto com ele, fazer a coordenação que não possa realizar.

— Sim, mas... reconheceriam os ministros a posição do coordenador, uma vez que, em princípio, são todos iguais?

Respondo que dependeria do estatuto desse ministro e da pessoa escolhida para exercer as funções.

A conversa demora, espraia-se, decorrendo em termos calmos, serenos e afetuosos.

Até que em certa altura volve ao começo:

— Bem, está posta de parte a hipótese da Justiça. Mas há outra possibilidade: o Ministério das Colônias. Esse valeria o seu sacrifício? Veja: é um vastíssimo campo de ação, envolvendo todas as matérias da administração em relação a uma área enorme. E está no Ultramar o futuro da Nação, o seu grande destino histórico.

— Ah, isso é outra coisa! Pergunto porém: reputa V. Exa. firmada definitivamente a nossa política colonial com o caráter centralizador que tem agora?

— De modo nenhum. Penso mesmo ter chegado a altura de começar a mudar de rumo. A centralização foi indispensável quando era preciso impor reformas moralizadoras e ordenadoras e a administração das colônias estava num caos. Agora que as coisas estão em ordem, é preciso dar-lhes maior liberdade de resolver localmente os seus problemas, para não começarem a sentir em demasia o peso de Lisboa. Chegam-me aí para eu assinar decretozitos a autorizar coisas tão insignificantes! A cada passo ouço queixas contra a lentidão burocrática: para construir uma estradita ou uma ponte de nada, são voltas e mais voltas de lá para cá e de cá para lá, com demoras enormes nas várias repartições por onde os papéis passam. É tempo de descentralizar, escolhendo bons governadores e deixando-lhes maior autonomia. Demais a mais temos de contar com as idéias que depois da guerra hão de vir da América do Norte.

— Bom. Folgo muito por ouvir isso porque, como sabe, sou um partidário convicto da autonomia das colônias. Mas se a orientação a seguir é essa, então, se não tem outra pessoa para o lugar, pode contar comigo.

Assim ficou assente que eu assumiria a pasta das Colônias. E a conversa continuou ao redor de nomes ministeriáveis, para este ou para aquele Ministério, sujeitando-me a um interrogatório minucioso, depois de confessar:

— Tenho nestas ocasiões uma inferioridade enorme! Como não vejo ninguém, não converso com ninguém, conheço muito pouca gente. E sou forçado a perguntar aos amigos sugestões, indicações, informações...

Era uma desculpa para ir colhendo dados para o seu arquivo mental... Disse-me às tantas, que na expectativa dos dias agitados que decerto iriam seguir-se decidira designar para a pasta do Interior um militar de confiança, de modo a facilitar as relações desse Ministério, a que estava confiada a manutenção da ordem pública, com o Ministério da Guerra. Isso apesar de, por princípio, não gostar de colocar militares nas pastas civis... O tenente-coronel Botelho Moniz, que ia ser encarregado do Interior, era muito amigo do Santos Costa o qual passaria de Subsecretário de Estado a Ministro da Guerra.

E no fim de hora e meia de conversa, separamo-nos cordialmente. Voltei para S. Martinho do Porto onde, no dia 5 de setembro fui prevenido de qua posse seria no dia 6.

30

Exerci as funções de Ministro das Colônias de 6 de setembro de 1944 a 4 de fevereiro de 1947. [1]

O Ministério tinha uma estrutura ímpar na administração pública portuguesa. Cada colônia (como então se dizia) possuía o seu governo autônomo, confiado a um governador que geria todos os serviços civis e militares do território. E em Lisboa os oito governos coloniais eram tecnicamente assistidos e coordenados através de Direções Gerais que abrangiam praticamente todas as matérias que na Metrópole estavam distribuídas pelos diversos departamentos ministeriais especializados. Quer dizer que o Ministro das Colônias, assistido pelo Conselho do Império Colonial e por outros altos órgãos consultivos, tinha de atender aos problemas mais variados, da Justiça, das Finanças, da Economia, das Obras Públicas e Comunicações, das Forças Armadas, da Saúde e Assistência, e mesmo de relações internacionais, pois freqüentemente os representantes diplomáticos estrangeiros tratavam com ele diretamente assuntos tocantes aos territórios ultramarinos.

Estava-se ainda em guerra. A correspondência com os governos coloniais, que tinha de ser assídua, fazia-se por via marítima levando semanas — para Lourenço Marques, um mês, e para a Índia ainda mais — ou por telégrafo. Com Macau só mesmo por via telegráfica era viável o diálogo. Timor estava surdo e mudo: as comunicações com Lisboa encontravam-se interrompidas. De modo que o contato do Ministro com os governadores sobre questões de maior urgência tinha de decorrer mediante a troca de telegramas.

A guerra atingia de uma maneira ou de outra a vida de todas as colônias. Já lembrei que Timor se achava ocupado pelos japoneses que, embora deixando permanecer o governador no palácio onde

(1) Daqui por diante não disponho do meu jornal íntimo, onde anotava os acontecimentos mais importantes em que participava. Lastimo sobretudo não ter conseguido obter o diário da minha viagem a África em 1945. Tive, pois, de me socorrer sobretudo da memória.

todos os dias era içada com as honras do estilo a bandeira portuguesa, lhe tinham impedido o exercício da autoridade local e as ligações com a Metrópole.

Macau, cercada igualmente pelos japoneses, vivia uma vida precária, sobressaltada, a cada momento ameaçada, e só prodígios de tato e de equilíbrio do governador iam agüentando a frágil soberania portuguesa.

Mas as outras colônias também sentiam os efeitos da conflagração mundial. Vizinhas, quase todas, de territórios em guerra e todas lutando com dificuldades de abastecimento. Mal entrei no gabinete ministerial apercebi-me de mil pequenos problemas que preocupavam o Ministro, assediado sobre eles pelos governadores e pelos interessados. Cada navio que partia para a África desencadeava a competição dos carregadores, com mercadorias à espera de embarque, ao mesmo tempo que os governos coloniais pediam prioridade para este ou aquele artigo. Era o Ministério que distribuía então as praças segundo as necessidades. Um serviço nele existente — a Delegação Colonial de Importação e Compras, DELCOL — atuava como agência das colônias para adquirir os gêneros, as matérias-primas, os equipamentos e materiais que as administrações locais tinham de procurar na Metrópole ou no estrangeiro por via desta. E surgiam casos que hoje nos parecem incríveis. Uma vez, por exemplo, o Governo Geral de Angola pediu urgentemente cem pneus de caminhão pesado para poder recolher e transportar para os portos o milho produzido nos planaltos. Pneus, em geral, e desses de mais a mais, eram material estratégico que os países produtores reservavam para as suas forças armadas. Foi preciso uma laboriosa negociação diplomática para comprar aos Estados Unidos aquela centena de pneus! E podia citar outros exemplos assim.

Por outro lado, os gêneros tropicais eram indispensáveis ao abastecimento da Metrópole e até como moeda de troca para obter dos outros países aquilo que nos faltava. As nações ocidentais pediam à África o mais que ela pudesse dar, e nos territórios franceses, ingleses e belgas, como nos portugueses, fazia-se um esforço enorme para produzir: era o que os francófonos chamavam *l'effort de guerre* que por todo o lado fez pôr de banda as preocupações de garantir aos indígenas a liberdade de trabalho.

No Ministério trabalhava-se, pois, duramente, muitas horas por dia e eu só tinha a preocupação de conciliar o horário desse trabalho com a minha vida familiar, pois não queria deixar de acompanhar o crescimento e a educação dos filhos pequenos: daí o escrupuloso respeito pelas horas das refeições, que só excepcionalmente, por motivo de serviço inadiável ou por causa de ter de estar com o Presidente do Conselho, deixava de observar.

O Dr. Salazar tinha um horário muito pessoal que nunca abandonou. Começava o despacho do gabinete por volta das 10 horas, lia a correspondência e respondia a parte dela, fazia telefonemas... até ao meio-dia, hora a que começava a receber pessoas: uma ou duas audiências, não mais, que se prolongavam em geral até às duas e meia, três horas.

Ia então almoçar. E em seguida descansava até às cinco e meia, dormindo um pouco e lendo imprensa, informações, um livro ou outro. Às cinco e meia tomava um chá, lia os jornais da tarde acabados de chegar, e a partir das seis recomeçava as audiências que iam até às nove e mais. Jantava e, à noite, lia e descansava.

Aquele a quem calhasse ser recebido à hora do almoço ou do jantar normal — uma da tarde, oito da noite — já sabia que ficava com o dia estragado. E o mesmo sucedia com os conselhos de ministros que, iniciados às seis e meia ou sete horas, se prolongavam até às nove e meia, dez e às vezes mais.

Como já notei, o Dr. Salazar fazia distinção entre os ministérios para efeitos do trabalho em audiência dos ministros. Alguns deles tinham sempre a porta aberta: o Ultramar, as Finanças, a Economia e, depois de ele ter deixado a pasta, os Negócios Estrangeiros. Os outros eram recebidos de longe a longe e entretanto tinham de se desembaraçar como pudessem, contentando-se com conversas telefónicas não muito longas e com a correspondência por escrito.

O Ministro das Colónias era recebido sempre que solicitava. Voltei, pois, a trabalhar assiduamente com o Presidente e a apreciar melhor a consciência escrupulosa com que tratava os negócios públicos. Era um homem de Estado de larga visão mas ao mesmo tempo de despacho minucioso. Inteiramente devotado à sua missão, estava sempre disponível para aquilo que considerasse dever merecer a sua atenção prioritária. Sabia ouvir atentamente aquilo que se lhe expunha, com os seus olhos pequenos e agudos fixados no interlocutor, retendo fielmente na memória os mais pequenos pormenores. Quantas vezes, muito tempo depois, vinha uma observação inesperada: "O senhor outro dia disse-me que..."

Não se precipitava nas suas decisões, era reflexivo e cauteloso, dava mesmo às vezes a impressão de irresoluto. Tudo porque queria caminhar pelo seguro. Possuía a consciência da gravidade da situação, conhecia bem a multiplicidade e a dificuldade dos obstáculos a evitar ou a transpor.

Ao contrário do que se possa julgar, dada a imagem de ditador autoritário que os seus inimigos lhe criaram, gostava de ouvir opiniões alheias, de consultar pareceres autorizados, mas não tinha paciência para escutar palavriado retórico e vazio, as dissertações vagas, as

idéias confusas, as opiniões estúpidas ou levianas, queria fatos precisos, deduções claras e conclusões concretas.

Os antigos políticos, personalidades que chefiavam agora a oposição, dirigiam-lhe com freqüência exposições, reclamações, protestos, às vezes redigidos em termos ásperos e até irrespeitosos. Lia sempre todos esses papéis atentamente, sublinhava as passagens mais importantes e anotava, aqui e ali, algum tópico que lhe parecia de maior interesse; os próprios panfletos clandestinos não deixavam de merecer a sua atenção. E contrariamente ao meu modo de proceder, pois nunca li carta anônima que me dirigissem, mandava aos secretários que lhe trouxessem cartas dessas em que se denunciassem irregularidades da Administração, argumentando que nem sempre os que conheciam os fatos estavam em condições de os comunicar sem risco de represálias.

Do modo como procurava desempenhar as suas funções, não desprezando nenhuma das faculdades que a Constituição ou o uso outorgassem ao Chefe do Governo, mas respeitando as responsabilidades alheias, é bem característica a sua maneira de agir na legislação.

A Constituição permitia ao Governo legislar por decretos-leis, e na aprovação destes deviam interferir todos os ministros; mas, segundo a prática adotada nos países coloniais, conferia ao Ministro das Colônias, assistido por um alto órgão consultivo(chamado sucessivamente Conselho Superior das Colônias, Conselho do Império Colonial, Conselho Ultramarino...) o poder de, por simpes decretos, fazer leis para vigorarem no Ultramar.

Pois bem: se eu mandava para a Presidência do Conselho decretos da competência legislativa do Ministro das Colônias, Salazar assinava-os imediatamente e remetia-os ao Chefe do Estado para promulgação. Mas propusesse eu um decreto-lei e a proposta era vista, revista, anotada, discutida, emendada por ele e só depois de me pronunciar sobre as suas observações e de chegarmos a acordo o projeto passava, para ser assinado pelos restantes ministros.

Um dia fui surpreendido ao encontrar no *Diário do Governo* um decreto-lei proveniente do Ministério das Obras Públicas com a minha assinatura, mas cujo projeto estava em meu poder, pois quando me havia sido enviado para assinar o retivera para estudo. Devolvi logo o projeto ao Presidente do Conselho, acompanhado de uma carta agastada em que lhe comunicava que não assinaria o diploma, uma vez que tinha sido considerada dispensável essa formalidade para a promulgação. Ficaria nos arquivos assim mesmo.

Logo que Salazar recebeu a carta, mandou-me o Chefe de Gabinete explicar as razões do lapso. E passado algum tempo, tendo eu já assinado, respondeu-me, em 3 de julho de 1946, a pedir desculpa:

Confidencial

Meu caro Joaquim

Recebi na 1ª à noite a sua visita e vossa [illegible] Freire Gonçalves que me foi entregar a sua carta. Não tenho escrito. E custou-me falar a alguns, em resposta a ela e para ele dizer alguma coisa do que se passou, e tem-me doído custar-me já o que de me dizer e entender o que lhe tinha respondido.

A missão era absolutamente confidencial. O Freire Gonçalves não visitou ninguém fora [illegible]. Ministro da Guerra mas foi uma prosa de oficiais que ouviu os seus e a conversa [illegible] especialmente [illegible] oficiais de gabinete do Ministro. Esses oficiais tomaram sobre si facilitar o encontro do Ministro da Guerra, arranjando-lhe [illegible] e especialmente um Ministério de [illegible] acesso, de [illegible] e de discurso. O oficial que me disse [illegible] Ministério [illegible] Ministério. Não conhecendo muito bem a [illegible] creio, nada que o Gen. Carmona [illegible] presidente do governo. Mas enfim, [illegible] procedendo, [illegible] que continuemos com uma opinião, que o mesmo é dizer vai-me bem o governo [illegible] só. Lembrou-me [illegible] a Roma. Comunicou-me, e com interesse, que ia em [illegible] [illegible] o [illegible] satisfação, o Ministro [illegible] [illegible] muito [illegible] no que [illegible] que se [illegible] e com o meu modo de ver e de [illegible].

Nós vamos muito bem. Tivemos [illegible] a [illegible] de dificuldades, [illegible] e com [illegible] com [illegible] a [illegible]. Estou [illegible] [illegible] com [illegible] de [illegible].

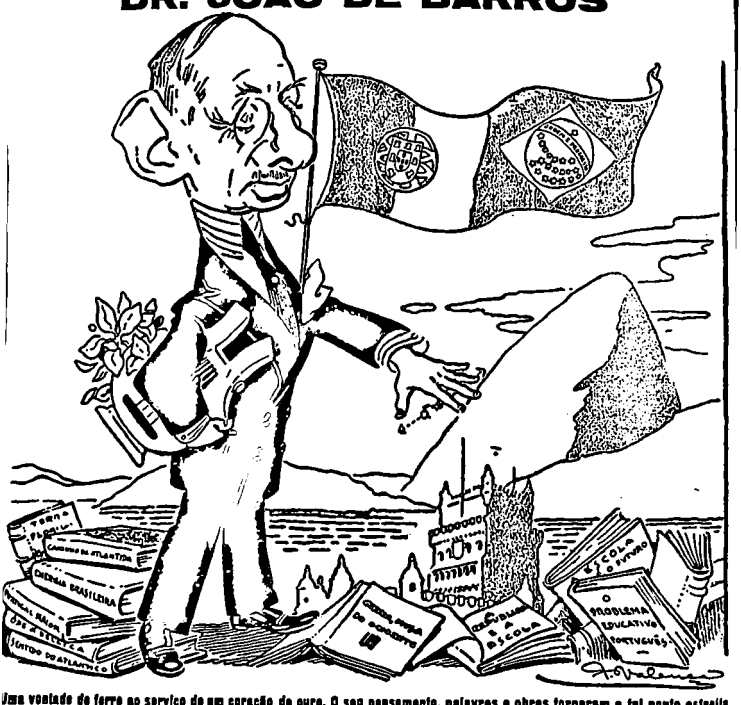
Abraço [illegible]

30/7 927

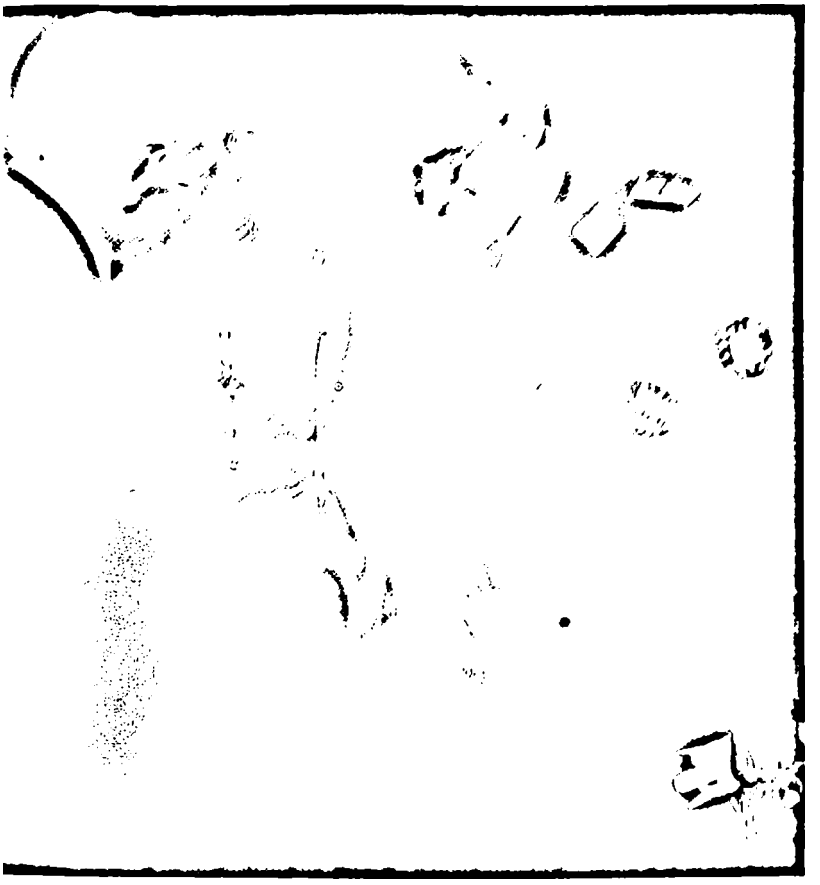
Primeira e última páginas da carta de 1927 escrita por Salazar a J. Diniz da Fonseca

ruzeiro de Férias à África. O autor
ntregando "Os Lusíadas" ao Go-
ernador-Geral de Angola, Lopes
lateus (Caricatura de Luis Kol no
ornal *Sempre Fixe*).

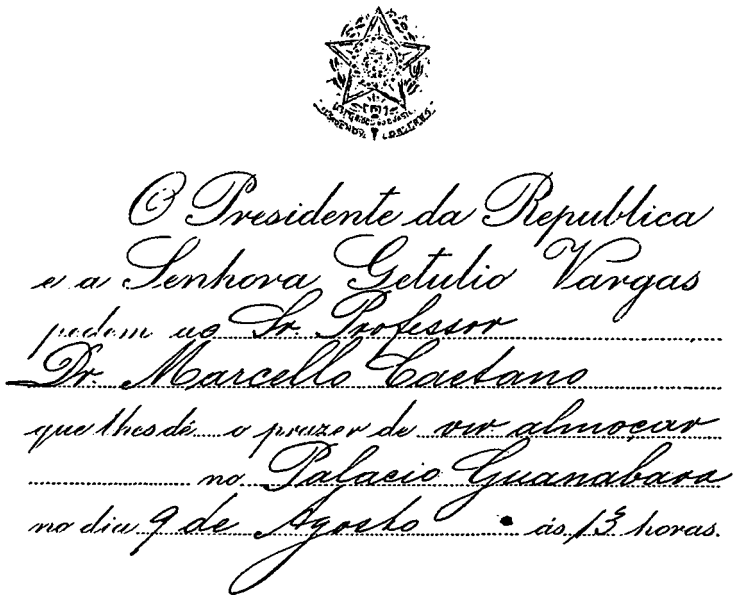
loão de Barros – Caricatura de
Francisco Valença no jornal *Sempre*
Fixe.



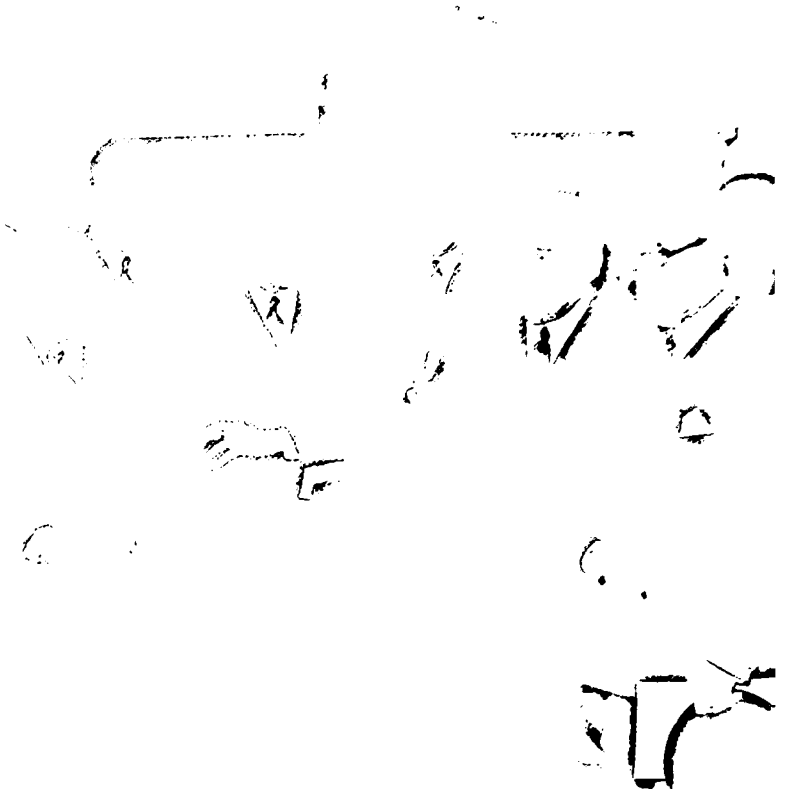
Uma vontade de ferro ao serviço de um coração de ouro. O seu pensamento, palavras e obras tornaram a tal ponto estreita a aproximação Luzo-Brazileira, que a distancia de Torre de Belem ao Pão d'Açucar é apenas de um palmo da sua mão mirabolante, que tão grandes obras literarias tem produzido



O autor com o uniforme de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa cumprimenta o Presidente Carmona no Acampamento Nacional de 1944

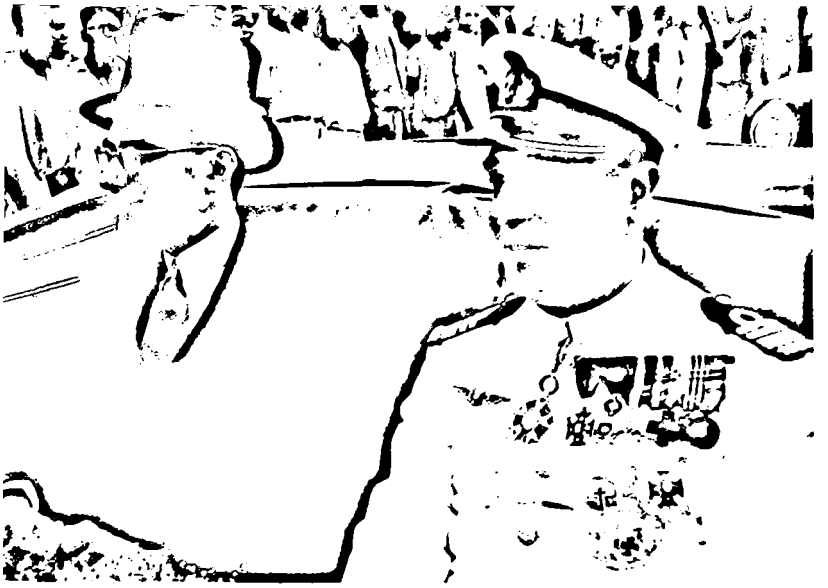

O Presidente da Republica
e a Senhora Getulio Vargas
pedem ao Sr. Professor
Dr. Marcello Caetano
que lhes dê o prazer de vir almoçar
no Palacio Guanabara
no dia 9 de Agosto às 13 horas.

Missão ao Brasil – Convite para almoçar com Getúlio Vargas em 9 de agosto de 1941.



Viagem como Ministro das Colônias (1945). Partida para a África. Da esquerda para a direita, no 1.º plano, Cor. Julio Botelho Moniz, o autor, Prof. Caeiro da Mata e Eng.º Augusto Cancela d'Abreu. No 2.º plano, Eng.º Albano Homem de Melo, Dr. Luiz Supico Pinto, Eng.º Espregueira Mendes e Pe. Joaquim Alves Correia, amigo pessoal do autor.

STRO DAS COLONIAS DOUTOR MARCELO CAETANO
INAUGUROU O PORTO COMERCIAL DE LUANDA
EM 29 DE JUNHO DE 1946
SENDO GOVERNADOR GERAL O COMANDANTE LOPES ALVES.
FOI INICIADA A CONSTRUÇÃO EM 17 DE DEZEMBRO DE 1941
POR DETERMINAÇÃO DO MINISTRO DOUTOR VIEIRA MACHADO



Luanda: na companhia do Governador - Geral Vasco Lopes Alves

Lourenço Marques: na companhia do Governador-Geral José Tristão de Bettencourt

O autor com o Marechal Smuts em Lourenço Marques

"Meu caro Doutor Marcello Caetano

"Fiquei há dias imensamente aborrecido com o erro cometido na secretaria da Presidência quanto à publicação de um decreto a que faltavam a sua assinatura e a de alguns outros ministros e até a do Chefe do Estado. Deu-se remédio devido à boa vontade e compreensão de todos. Mas a falta nem por isso deixou de existir e pelo lapso, aliás involuntário, tenho de apresentar-lhe desculpas. O J. M. da Costa (era o Chefe do Gabinete) *já lhe deu todas as explicações..."*

Não foi essa a única vez em que, verificando a existência de um procedimento errado da sua parte ou dos seus serviços, o reconhecia. Extremamente cioso, porém, da sua autoridade de Chefe do Governo, essa preocupação era exagerada quando chamava por inteiro a si os assuntos por lei atribuídos à competência do Conselho de Ministros. É fato que se abusara dessa atribuição: para não deixar entregue ao critério dos ministros isolados a resolução de certas matérias administrativas importantes ou para dar mais força política, maior solenidade às decisões, leis sucessivas conferiram ao Conselho de Ministros o encargo de deliberar sobre numerosas questões. E como o Conselho reunia pouco e essas matérias eram em grande número e apareciam constantemente, a administração pública emperraria com mais essa demora e os conselhos seriam inteiramente ocupados com tal expediente se se cumprisse rigorosamente o legislado. O Presidente do Conselho começou, pois, usando de uma delegação tácita, a despachar todos os processos como se tivessem ido a Conselho, mesmo aqueles cuja resolução tinha alcance político e projeção na opinião.

Entre estes figurava o julgamento dos recursos interpostos da aplicação de sanções disciplinares por motivos políticos. E não raro os ministros eram surpreendidos pela notícia dada pela imprensa de que o Conselho de Ministros julgara o recurso tal, deferindo-o ou indeferindo-o. Contra isso protestei várias vezes junto de Salazar, bem como contra o fato de haver recursos interpostos sem decisão. Numa carta que lhe escrevi, já depois de várias vezes ter conversado com ele sobre o assunto, dizia-lhe que o sistema seguido, além de outros inconvenientes, tinha o de os ministros "quando perguntados sobre os recursos (que se supõe interpostos de atos em que intervieram) terem de responder com evasivas, ou de confessar que não são ouvidos nem achados no caso, o que não é de molde a prestigiá-los. E este prestígio interessa, não às pessoas, mas à função".

Salazar respondia-me que na reunião de um conselho em que tivessem de ser apreciados sanções, era fatal aparecerem sempre os fracos, os tímidos, os bondosos, os que não queriam comprometer-se, e que no dia seguinte ao da reunião logo se sabia quem votara a favor

e quem fora contra. E não se afastou dessa orientação. Só quando tomei conta do governo, em 1968, foi modificada a legislação e foram alterados os métodos de trabalho.

Enquanto desempenhei as funções de Ministro das Colônias Salazar teve sempre a seu cargo o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Temos visto com que cuidado meticuloso o desempenhava, já que as circunstâncias faziam dessa pasta o centro das suas preocupações.

Aí o seu diálogo com o Embaixador Teixeira de Sampaio, Secretário-Geral do Ministério acumulando a Direção-Geral dos Negócios Políticos, era constante, pelo telefone ou em despacho freqüente. Baixo, sobre o gordo, o cabelo em pé cortado curto, um bigode bem aparado também já todo branco, lento no andar e mesurado nos gestos, Sampaio correspondia à imagem do diplomata da velha escola. Nunca exercera qualquer posto no estrangeiro. Fizera carreira desde amanuense no Arquivo do Ministério a ler processos e a estudar documentos, dedicado à História Diplomática antiga e moderna de Portugal e conhecedor dos antecedentes de todos os problemas e de precedentes para quaisquer soluções. Chefe do Arquivo, já toda a casa o consultava nas dificuldades. E promovido a Secretário-Geral e a Embaixador, o seu domínio no Ministério era total: durante a longa permanência de Salazar no Ministério a administração foi-lhe entregue, era de fato o dono da casa e o chefe da "carreira", dependendo do seu critério a colocação e a promoção dos funcionários. Absorvido, como "o patrão", pelos negócios políticos, adiava constantemente os "movimentos" do pessoal e a própria Secretaria de Estado se foi desguarnecendo de chefias: no dia em que Sampaio faleceu, repentinamente, era ele o único Diretor-Geral, tendo abaixo uns quatro ou cinco chefes de repartição, nada mais.

Quando chegou a notícia da morte em 4 de junho de 1945, estava eu com Salazar trabalhando no primeiro andar da residência em S. Bento. Salazar ficou siderado. Não era só o desgosto da perda do colaborador dedicado e competente: era a aflição por deixar de ter nas Necessidades *o* interlocutor. Como iria ser daí por diante? Vi-o seriamente desorientado. E o jovem funcionário que havia pouco ocupara a chefia da repartição dos Negócios Políticos teve nessa altura a sua grande oportunidade, que soube aproveitar, substituindo rapidamente Sampaio e fazendo andar com eficiência muitas questões que o velho embaixador, com os seus métodos cautelosos — *surtout, pas trop de zèle* — deixara acumular paradas.

Nesses contatos com Salazar encontrei-o sempre cortês e afável. E agarrado a princípios de que por coisa nenhuma consentia em abandonar. Lembro-me do que sucedeu quando chegou a notícia da

morte de Hitler em 30 de abril, soterrado sob os escombros da Chancelaria do Reich. Já se sabia que a guerra estava perdida para a Alemanha e Salazar tinha-mo dito meses antes. Mas deu ordem para que se procedesse segundo a praxe internacional seguida então nos casos de luto pelo falecimento de Chefes de Estado: bandeiras a meia-haste nos edifícios públicos e nos navios de guerra, e salvas de canhão de meia em meia hora na esquadra. Telefonei-lhe a lembrar que esse procedimento seria certamente mal interpretado no mundo inteiro. Respondeu-me imperturbável que éramos neutrais, mantínhamos relações diplomáticas com a Alemanha cujo Chefe de Estado, reconhecêramos como as demais potências, e que seria uma baixeza que, "por o homem ter sido vencido", deixássemos de cumprir os deveres de cortesia internacional. Não faltaram os ataques ignaros de certa imprensa, mas ele contava com isso, e nem pestanejou.

E foi esse apego aos princípios que desencadeou a última discussão com Armindo Monteiro, na Embaixada de Londres, de que só posso dar notícia pelo que então ouvi dizer, visto não terem chegado a ser publicados os documentos dela.

Ao aproximar-se o termo da guerra já com a certeza da vitória das Nações Unidas e creio que durante as negociações dos Açores com a Grã-Bretanha, Armindo Monteiro insistiu por que abandonássemos a neutralidade e nos colocássemos francamente ao lado inglês, quer o Governo Britânico quisesse, quer não.

Salazar resistiu vigorosamente. As negociações tinham garantido a integridade do território nacional, inclusivamente a soberania sobre as províncias ultramarinas, e a defesa em caso de ataque pelo Eixo. Para que, então, imitarmos o golpe da Itália quando da derrota da França, apressando-nos a aderir, sem sermos solicitados nem desejados, ao partido vencedor, já com a certeza da impunidade?

E da divergência resultou a exoneração de Armindo Monteiro da Embaixada em Londres, em 1943.

Quanto a reunir conselhos de ministros é que Salazar continuava a relutar... Insisti, desde a minha entrada para o Governo, pela convocação e pode dizer-se não se ter passado uma semana sem tocar no assunto. Pois só em 27 de novembro, quase três meses depois da remodelação ministerial, se realizou o primeiro, com a promessa de passarem a ser quinzenais. Salazar resolveu aproveitá-los para fazer uma extensa, e sempre primorosa, exposição da situação interna e internacional em que narrava e apreciava os fatos marcantes e exprimia os seus juízos e previsões preconizando orientações a seguir. Depois os ministros diziam de sua justiça ou apresentavam qualquer questão previamente submetida ao Presidente, quando não era este que encarregava um ou outro de versar determinado problema.

Em todo o caso, alguns desses conselhos revestiam-se de grande interesse. O que começou em 9 de fevereiro de 1945, por exemplo, e que se estendeu por dias sucessivos até 19, para dar balanço à situação política do País. Salazar abriu-o com larga exposição que capitulou de "exame de consciência política" e na qual se ocupou, sucessivamente, de três capítulos: a "Alta Política" compreendendo a política externa, a constitucional, a imperial e a econômico-social; a "Média Política" em que analisou a influência externa na estrutura política portuguesa, o sistema eleitoral e os problemas da censura à imprensa e da polícia política, a situação econômica e a política social; e a "Baixa Política", estado da opinião pública, intrigas, agitação militar, vícios da organização corporativa, etc. Nisto de intrigas e piadas de café mencionou mesmo que, em certos meios a recomposição ministerial de setembro de 44 fora chamada — "a Revolução de Setembro..."

Depois cada Ministro disse de sua justiça. Falei largamente quando me chegou a vez, sem poupar críticas que Salazar ouvia pacientemente, não sem que, de vez em quando, mostrasse desagrado pelas impertinências... Mas passava-lhe depressa.

Outro conselho memorável foi o de 5 de dezembro de 1945, destinado a dar balanço às eleições realizadas pouco tempo antes. Também esta reunião se prolongou pelos dias seguintes para que, a seguir à exposição corajosa e clara do Presidente do Conselho, a discussão pudesse ter lugar com a participação de todos os ministros. Foi uma análise ampla e profunda em que se procurou a verdade das coisas sem recuar perante o que fosse desagradável. Aí chamei a atenção para as duas correntes desenhadas na oposição tão vigorosamente irrompida: a liberal e a socialista. Para profetizar, o que não era difícil, que cada vez mais, com o decorrer dos tempos, a tendência socialista iria aumentando e utilizando na oposição os liberais como aliados inocentes para ir derrubando os obstáculos que se levantassem ao progresso das idéias coletivistas...

31

Novo, e tendo-me na conta de dinâmico, comecei a agir assim que tomei conta do Ministério das Colônias: exigindo informações dos serviços, procurando resolver dificuldades e inquirir de queixas apresentadas. Destas, as mais numerosas incidiam sobre organismos de coordenação econômica imperial, as Juntas do Café, dos Cereais e do Algodão, sobretudo a primeira.

O ambiente em todo o País à volta dos organismos corporativos e de coordenação econômica, obrigados a desempenhar funções intervencionistas numa economia de guerra, para que não tinham sido criados nem estavam preparados, era mau. Em meu entender importava sanear esse ambiente, averiguando o que seria verdadeiro ou falso de entre as acusações formuladas. E logo nos primeiros dias da minha gestão ministerial resolvi mandar fazer um inquérito aos organismos dependentes do meu Ministério.

Para proceder a esse inquérito designei o Inspetor Superior de Administração Colonial, Henrique Galvão. Mal sabia eu que estava influenciando as rotas do seu destino!

Conhecia há anos o Henrique Galvão que, com dedicatórias amigáveis, senão afetuosas, me oferecia habitualmente os seus livros. Tinha apreço pelo seu talento de escritor e pelas suas qualidades de homem de ação. Não ignorava a má reputação que o cercava: desde os tempos em que, tenente, em serviço na Escola de Educação Física do Exército então instalada no velho e majestoso Convento de Mafra, fora acusado de tirar pesadas portas de castanho do mosteiro para mandar fazer mobílias para sua casa, até à Exposição Colonial do Porto, em 1930, de que fora comissário e de que nunca prestara contas, graças a um oportuno incêndio na sala onde estavam os papéis do comissariado e se deviam encontrar os documentos comprovativos das despesas feitas...

Quando cheguei ao Ministério, Henrique Galvão procurou-me para me cumprimentar e queixou-se de se encontrar há meses sem qualquer atividade no Ministério ele, homem com comprovadas qualidades de trabalho e ação, assim reduzido por má vontade do

meu antecessor (dizia), seu antigo amigo, a uma vexatória e esterilizante inatividade. Contasse eu com ele, dispusesse dele: não teria mais devotado nem mais esforçado colaborador. Conhecedor das minhas idéias e dos meus métodos de trabalho, ele sabia que nos havíamos de entender bem, etc. etc.

Inspetor Superior no quadro, disponível... pois nem era tarde, nem cedo: retorqui-lhe eu. E convencido, como em geral sucede a quem chega de novo a um lugar, que as questões pessoais ocorridas com os antecessores não se repetiriam comigo, encarreguei-o prontamente do inquérito aos organismos de coordenação econômica.

Só depois vim a saber as razões por que ele estava afastado de fato dos trabalhos do Ministério. O meu antecessor fora um dia procurado pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia de Cabinda que, ao tratar de vários problemas desta importante empresa angolana, se referiu a um relatório que sobre alguns deles fora elaborado pelo Inspetor Galvão. Estranhou o Ministro, e indagou em que termos surgira tal relatório que ele desconhecia. E o presidente da Companhia, com naturalidade, narrou que, no decurso de uma inspeção oficial, Henrique Galvão aceitara fazer esse trabalho para a empresa, pelo qual cobrara 200 mil escudos. O Ministro tocou a campainha e mandou chamar um funcionário e testemunhas para se lavrar auto das declarações. Mas o interlocutor, apercebendo-se então da gravidade do caso, recusou-se terminantemente e repetir o que dissera: a conversa tinha sido particular, entre amigos, ele não diria nada para ser registrado em auto e na presença de outras pessoas. E perante esta obstinação o Ministro só pôde tomar duas atitudes: cortar relações com o senhor que lhe confessara ter corrompido o inspetor e, impossibilitado de produzir prova para punir este, afastá-lo de fato do serviço.

Quando repus Henrique Galvão em atividade não sabia isto e cometi a leviandade de não me informar junto do Ministro anterior das razões por que procedera como procedeu. Galvão começou o inquérito, atuou com rapidez embora com métodos policiais e, com isso, permitiu que em curto espaço de tempo eu remodelasse os quadros diretivos dos organismos e adotasse normas rigorosas para procedimento destes. A íntima ligação que mantivemos durante o inquérito, a agilidade com que, perante faltas provadas, eu ia intervindo de maneira a corrigi-las, tudo fez com que Henrique Galvão se mostrasse entusiasmado com o Ministro a quem não poupava encômios. Terminado o inquérito, resolvi encarregá-lo de nova missão, aquiescendo ao desejo por ele repetidamente manifestado de voltar à África — sua paixão, seu campo ideal de trabalho, dizia-me a cada passo. O "esforço de guerra" levara, como já disse, por toda

a África a afrouxar a vigilância na defesa dos trabalhadores indígenas contra práticas abusivas do trabalho forçado, e as colónias portuguesas não tinham feito exceção à regra. A guerra ia no fim, era preciso começar a travar energicamente tais abusos para impedir que se consolidassem. Encarreguei, pois, Henrique Galvão de, em Angola e Moçambique, inspecionar os serviços locais dos organismos de coordenação económica que inquirira em Lisboa e de, ao mesmo tempo, em missão especial, apurar discretamente o grau de inobservância da legislação do trabalho indígena, preparando um relatório a mim destinado que permitisse ao Governo adotar as providências necessárias para o regresso à normalidade.

Galvão partiu, e dentro de pouco tempo dava sinais de não ter mudado a sua maneira de ser. Passou, como gato por brasas, pelos tais serviços locais e correu a entranhar-se no mato, a pretexto de cumprir a missão especial de que fora incumbido, onde deu largas à sua paixão de caçador de caça grossa. Veremos, depois, o que fez por Angola.

Outro assunto que mereceu a minha atenção imediata foi o do noticiário metropolitano na imprensa do Ultramar e o deste na imprensa da Metrópole. Era uma indigência confrangedora! Os jornais de Angola e de Moçambique publicavam escassas, reduzidas e incompletas notícias do que ia pelo território europeu, colhendo-as às vezes na rádio estrangeira e outras vezes recebendo-as de agências internacionais. Em compensação os periódicos de Lisboa e Porto ignoravam o dia a dia dos territórios ultramarinos, para não terem de dispender demasiado com o serviço telegráfico.

Num Congresso recente da União Nacional o jornalista Luís Lupi apresentara uma tese chamando a atenção para este estado de coisas e sugerindo a criação de uma agência portuguesa de notícias que, subsidiada pelo Estado, pudesse fornecer nos dois sentidos noticiário abundante e barato.

Chegado ao Governo, chamei o Luís Lupi e perguntei-lhe se estava disposto a pôr em prática a sugestão feita. A resposta foi positiva. Contratou-se o subsídio e no penúltimo dia do ano pude inaugurar, na sede da velha "Sociedade de Propaganda de Portugal" que servia de suporte jurídico ao novo serviço, a agência noticiosa *Lusitânia*, a primeira de caráter nacional e que até 1974 cumpriu, melhor ou pior, a função de estabelecer as relações informativas entre as várias parcelas do território português.

Outra iniciativa tomada foi a criação de um Fundo de povoamento destinado a financiar tudo quanto pudesse interessar ao desenvolvimento da colonização dos territórios africanos, sobretudo através do abono de passagens aos candidatos a colonos que, em número crescente, foram seguindo, depois de preparados por um

pequeno curso intensivo, durante todo o tempo da minha gestão ministerial. E nas seguintes: porque, caso extraordinário, a minha iniciativa manteve-se anos a fio...

Este problema da colonização européia dos territórios africanos era um dos mais importantes e urgentes a encarar então. Sobre ele me debruçara já muitas vezes, no Conselho do Império, de que fazia parte, o antigo Alto Comissário de Angola, Prof. Vicente Ferreira, que sobre o assunto escreveu algumas páginas lúcidas e esclarecidas. Entre os amigos muito mais velhos do que eu feitos pela vida afora, Vicente Ferreira foi dos mais respeitados e daqueles com quem aprendi mais. Republicano da velha guarda, detestava os radicalismos e mais ainda o atrevimento com que nas democracias liberais os ignorantes se pronunciam sobre coisas de que não percebem nada. Quantas vezes o vi começar uma exposição luminosa, fruto de estudo profundo e de reflexão demorada, bem sistematizada com o vinco docente: em certa altura um cidadão interrompia-o com um aparte tolo. E ele prontamente terminava o que estava a dizer. "Tenho dito." Debalde se insistia para que prosseguisse. Não. A asneira exercia sobre ele uma ação inibitória. Já não valia a pena... E isto era o fruto de muita desilusão na vida pública na qual procurava em vão fazer vingar razões objetivas, critérios racionais. Fora o primeiro Ministro das Finanças da República a equilibrar o orçamento — trabalho de que aproveitara o seu sucessor, Afonso Costa — e, como governador de Angola, tentara ir ao fundo dos problemas estruturais da colônia, estudando-os seriamente, fazendo reformas maduramente pensadas e preparando planos: mas foi corrido, quase ignominiosamente, pelos colonos, e desamparado pelos governos. Daí uma certa amargura permanente nas atitudes, um ceticismo aparente a disfarçar alguma esperança tenaz, a ironia com que descarregava a irritação, o desespero pela mediocridade e o remate: "Não vale a pena!"

Mas vinha isto a propósito da colonização. O grande debate entre os políticos e especialistas travava-se à roda de duas teses: colonização livre ou colonização dirigida?

Que era preciso povoar as vastas áreas desoladas da África ao sul do Equador, ninguém contestava. Mas uns entendiam que o importante era abrir as portas das colônias a quantos as quisessem demandar, fomentar a ida do maior número de portugueses que fosse possível para que eles por lá abrissem caminho e fizessem a sua vida. Enquanto outros entendiam que o Estado deveria preparar as zonas a colonizar, recrutar os colonos, transportá-los, financiar os seus primeiros passos, amparando-os até ao êxito.

Ambas as soluções foram experimentadas ao longo do governo do Dr. Salazar. A colonização dirigida importava sobretudo para a agricultura e, depois de mim, foi nessa linha que se criaram colona-

tos como os da Cela e do Cunene, em Angola, e do Vale do Limpopo, em Moçambique (entre outros) onde os colonos, recrutados em Portugal nas zonas rurais, encontravam fazendas de dimensão adequada ao sustento de uma família, com terras de sequeiro e regadio, e com casa onde logo à entrada achavam alfaias e sementes. A solução só tinha um defeito: o colono considerava-se uma espécie de funcionário público a quem o Estado devia o favor da ida para África. Se as coisas corriam bem, era por mérito dele. Se corriam mal, lá estava a suplicar, a requerer, a protestar nas repartições públicas.

Eu era partidário de outra solução que poderia chamar-se: colonização livre regulada. Ao Estado cabia preparar infraestruturas: rasgar estradas, produzir energia, facilitar comunicações, fomentar mercados... E depois ajudar quem quisesse ir, procurando que os colonos tivessem preparação profissional que os tornasse úteis ao desenvolvimento econômico e social dos territórios e até, se possível, algum capital. Não valia a pena empurrar para a África gente analfabeta e sem profissão definida, mera mão-de-obra para concorrer com os nativos e que na sua incultura se julgava, por ser branca, superior aos pretos — sem razão nenhuma. Para o progresso de Angola e de Moçambique o que importava era que para lá fossem técnicos capazes de melhorar processos de trabalho, aproveitar as riquezas da terra, ajudarem os nativos a se elevarem eles próprios. De modo que a colonização não se devia fazer *em massa,* mas sim à medida que as condições econômicas e sociais a fossem pedindo e permitissem o emprego das atividades e aptidões.

O Fundo de povoamento e colonização deveria, pois, ir concedendo passagens marítimas a famílias selecionadas, previamente preparadas, com cartas de chamada garantidoras de subsistência à chegada e que solicitassem a viagem, de modo que, em cada navio da carreira, não desembarcassem em Angola e em Moçambique mais de uns 30 ou 40 desses colonos subsidiados, o que nunca constituiria problema econômico ou social para o território que os recebia.

E assim correram as coisas no meu tempo. Mas um dos meus sucessores, verificando que estavam acumulados no Ministério uns bons centos de processos de pedidos de passagens para colonos, resolveu fazer um grande gesto: fretou um navio para Angola e outro para Moçambique e encheu-os de gente. De repente, desembarcaram 400 ou 500 em cada costa, geralmente com cartas de chamada enviadas por mero favor. Foi a aflição, o desemprego, a mendicidade... Porque só à medida que a riqueza produzida cresce num território a colonizar, a população de colonos pode aumentar também. Então os próprios que já lá estão chamam parentes, patrícios, amigos, e a corrente migratória vai crescendo por si, como estava a suceder em 1961.

Mas em 1945 a minha providência era um estímulo apenas.

A melhoria das condições sanitárias dos territórios ultramarinos era essencial para facilitar o seu desenvolvimento, de modo a travar a mortalidade infantil, melhorar a saúde das populações, promover o crescimento demográfico e até permitir a fixação dos europeus. Aproveitando os ensinamentos colhidos na elaboração do parecer sobre assistência social para a Câmara Corporativa, ocupei-me imediatamente da reforma dos serviços de saúde do Ultramar que foi dos primeiros grandes diplomas da minha autoria. E criei a Missão de Estudo e Combate à doença do sono da Guiné, que tão notáveis serviços prestou à colónia nessa tarefa especial como na luta contra as endemias, que passou mais tarde a ser o seu trabalho.

Não estou a fazer um relatório nem tenho, sequer, elementos para tal. Limito-me a dar uma idéia de alguns dos assuntos que encarei logo no princípio. De mistura com muitos outros e com os sucessos da vida corrente de um grande Ministério onde batiam a cada hora solicitações vindas de quatro continentes...

32

Sem falar nas circunstâncias internacionais... O avanço aliado prosseguiu com sucessiva eliminação da resistência, ainda obstinada e valente, do exército germânico. Mas após a morte de Hitler, o Reich desmoronou-se. E o fim da guerra na Europa veio finalmente nos primeiros dias de maio de 1945.

Na previsão do acontecimento, o Conselho de Ministros, numa das suas reuniões ordinárias, no 1º de maio, ocupou-se da conduta a seguir em face das manifestações populares que inevitavelmente ocorreriam, sobretudo em Lisboa, e que elementos da extrema-esquerda decerto procurariam aproveitar em seu favor.

O Ministro do Interior informou que o seu projeto era autorizar uma única manifestação, a organizar na Praça Marquês de Pombal, e que seguiria um itinerário determinado, sob a escolta da polícia.

Observei que esse plano era totalmente irrealizável. Evocando a minha experiência de garoto de Lisboa, participante durante os anos da minha meninice e juventude em quantas manifestações encontrava, disse que os cortejos iam surgir um pouco por toda a parte, espontaneamente, com itinerários de ocasião e sem possibilidade de serem canalizados. Evoquei vários exemplos: o que se passara à chegada da notícia do armistício de 1918, o que sucedera quando se soube que Gago Coutinho e Sacadura Cabral tinham atingido o Brasil, e outros. Devia deixar-se liberdade a essas manifestações, sem intervenção da polícia salvo no caso de serem praticados desmandos. Naquele Conselho de provincianos, a maioria não acreditou que fosse assim. Mas, por complacência, o Dr. Salazar disse ao Ministro do Interior que tomasse na devida conta a minha hipótese. O Ministro tomou. E fez bem, porque as coisas passaram-se exatamente como eu previa — e nas previsões não havia outro mérito senão o da experiência pessoal que as outras pessoas não tinham por serem da província, ou por, quando naturais de Lisboa, como eu, terem sido meninos finos que se não misturavam em coisas populares.

Em 8 de maio de 1945 a Assembléia Nacional congratulou-se com o fim das hostilidades na Europa em reunião especialmente

consagrada a esse objetivo. Salazar proferiu nessa sessão um curto, emotivo e elegante discurso cujos temas eram — Bendigamos a Paz! Bendigamos a Vitória!

É desse discurso uma passagem que, por sintetizar a Política seguida durante o conflito, vale a pena recordar:

"... a Providência dispôs em seus altos desígnios que pudéssemos atravessar o conflito sem sermos direta e ativamente envolvidos nele e sem nele sacrificarmos mais que dinheiro, esforço, cuidados, algumas privações, o que, sendo muito em si, tudo se deve ter por pouco em face do que outros houveram de sofrer. Atravessamos incólumes a guerra e, podemos dizê-lo, sem sacrificar nem a dignidade da Nação nem os seus interesses e amizades. Sempre que foi necessário marcar posições, pela palavra ou pelo ato, em favor de amigos e aliados e fosse qual fosse a sua situação do momento, ou o fizemos espontaneamente ou acorremos de boa mente ao seu apelo. Decerto houve que ter plena consciência das conseqüências possíveis, mas não exageramos os riscos para nos desviarmos do dever: aceitamos serenamente, e em todas as circunstâncias, a parte de sacrifícios que pudesse caber-nos. E não temos de medir ou recordar os serviços prestados porque não são nem depreciados nem esquecidos.

"Não lembro neste momento dificuldades vencidas; registro que pôde manter-se a posição sem subserviência para com os poderosos e sem desinteresse, antes com fraternal carinho, pelos fracos e pelos oprimidos em demanda de auxílio ou refúgio. E, tendo ficado à margem das grandes paixões que dividiram os povos, pudemos, com o coração isento, debruçar-nos piedosamente sobre todos os sofrimentos, admirar todos os heroísmos, ser compreensivos para todos os erros sem deixar de ser severos para todos os crimes.

"Mais felizes do que aqueles que, para perdoar, muito terão que esquecer, a nossa missão está simplificada no mundo que se pretende edificar sobre o respeito do homem, a amigável colaboração das nações, o bem comum da humanidade.

"Bendigamos a Paz!"

As manifestações populares decorreram sem incidentes; o regozijo oficial, traduzido na sessão da Assembléia Nacional, foi sincero e expresso com elevação. A Europa ia respirar depois de tantos anos de pesadelo.

Em 18 de maio Salazar voltou à Câmara dos Deputados para fazer o balanço circunstanciado da situação portuguesa no termo do conflito, dividindo o seu discurso em três captítulos: a guerra e a neutralidade portuguesa, a organização da paz e as suas repercussões na nossa política externa, os problemas da política interna portuguesa relacionados com o sentido da vitória.

Assisti a esse discurso como a tantos outros. Lembro-me bem do ambiente de expectativa em que foi proferido, e do efeito que sobre os ouvintes exerceu. É uma página bem característica da eloqüência salazariana: os temas são desenvolvidos serenamente, numa linguagem admirável, com lógica impecável, expressos a cada passo por conceitos lapidares, mas sem nenhum movimento retórico, tudo nu e cru como nas reflexões de um filósofo.

Os conceitos sucediam-se, fulgurando na inteligência do auditório e desencadeando aplausos que por vezes redundavam em ovações.

— "... por motivos de ordem política e jurídica bem me parece ser esta a última vez em que podíamos e devíamos ser neutros numa conflagração européia. Para a Inglaterra o primeiro serviço prestado foi exatamente a nossa neutralidade: na política, entre as nações como entre os homens públicos, é às vezes um grande favor estar quieto contanto que se seja atento e fiel."

— "Quando a situação estratégica mudou tão completamente os dados do problema que uma posição diversa era possível sem grandes riscos, já o tempo tinha de tal modo consolidado a situação inicial que à falta de grandes interesses — e todos estavam devidamente acautelados — sentimentos de decoro, de dignidade, de humanidade, se opunham a qualquer mudança."

— "A guarda ativa das posições-chaves do Atlântico, a concessão de bases nos Açores, com muitos outros serviços anexos e, aliás, recíprocos, a maior e melhor parte da nossa economia ao serviço dos aliados, o apoio financeiro, os transportes marítimos para além-Atlântico, fizeram desta neutralidade, uma neutralidade colaborante."

— "Do mais não há que falar. Quaisquer outros na nossa situação acolheriam refugiados, salvariam e agasalhariam náufragos, ajudariam a suavizar a sorte dos prisioneiros, enviariam donativos a necessitados por dever de solidariedade humana e também para manter no mundo convulsionado por ódios mortais o que poderia ser chama, embora tênue, de caridade, antevisão, embora pálida, da justiça e da paz. Pena foi não termos podido fazer mais."

"Quaisquer outros na nossa situação..." E o que se segue a estas palavras, em meia dúzia de linhas, encerra a história da ação desenvolvida durante o tempo da guerra pelo Governo Português para salvar vidas, minorar desgraças, ajudar perseguidos.

Já me referi aos refugiados que chegaram a Portugal, aos milhares, logo após a queda da França. Daqui, puderam muitos embarcar para a América, a Grã-Bretanha, o Norte de África; e os outros, a quem não foi possível encaminhar logo aos novos destinos, foram alojados durante meses, à custa do Estado, nos hotéis, vagos de inverno, das estações balneares. Maldosamente, no fim da guerra, para atacar o "governo fascista" de Salazar falou-se no "campo

de concentração das Caldas da Rainha" como de um lugar sinistro! As Caldas que eram lugar de veraneio da Corte portuguesa antes de 1910, e continuaram depois a ser estância preferida de muitas famílias aristocráticas, onde os refugiados foram recolhidos em plena liberdade, apenas com a obrigação de não se deslocarem sem conhecimento das autoridades, nos hotéis destinados aos banhistas! O que pode o ódio e a má-fé!

Em Portugal encontravam os judeus uma comissão de acolhimento formada por correligionários portugueses sob a presidência do Prof. Moses Amzalak que, em constante contacto com Salazar, providenciava para os receber, alojar e embarcar para outros destinos. E em países ocupados pelas tropas germânicas, as legações de Portugal asilaram numerosos israelitas que procuravam subtrair à perseguição e à morte.

Que pena tenho de me achar longe dos locais onde poderia reunir os documentos comprovativos destas afirmações, recordando fatos que a memória dos homens tão depressa esqueceu!

E Lisboa não foi só o grande centro de espionagem durante a guerra: foi também o quartel-general de uma ação de assistência a populações desamparadas e a prisioneiros de guerra, donde, aproveitando o estatuto da neutralidade, eram enviadas encomendas com alimentos, vestuário e medicamentos para destinos difíceis de alcançar por outras vias.

Os estrangeiros, que nos anos seguintes ainda lembravam o bem recebido, foram pouco a pouco deixando de falar no assunto. E os portugueses, como de costume, não registraram, não narraram, não apregoaram quanto tinham feito. Mas, muitos anos depois, ainda às vezes um homem de Estado dos países ocidentais se referia ao abrigo encontrado em Portugal, à forma como fora recebido por Salazar, ao apoio dispensado aos seus concidadãos.

Tudo isto pudera ser realizado graças a uma intransigente defesa da neutralidade contra a incompreensão, o egoísmo, a dureza dos que estavam envolvidos na luta. Como Salazar disse no discurso a que me estou referindo, "a principal fonte de dificuldades estava no choque, aliás natural e inevitável, de duas concepções a do beligerante, que pretende instituir e fazer aceitar o *seu* direito de guerra, e a do neutro, cuja situação só pode defender-se com o direito da paz".

A guerra acabara. Abriam-se agora as perspectivas da paz. Da paz que "como a ordem nas sociedades" é, sobretudo, "uma criação do espírito: ou se vive ou, de fato, não existe".

Salazar encarara então, nesse memorável discurso, o problema dos rumos políticos a seguir nessa nova fase da História do Mundo pela Nação Portuguesa.

"Enraizados aqui e em África, em largas costas do Atlântico para onde, por fatalidade das circunstâncias, se vai mudar o centro de gravidade da política do Ocidente, temos bem garantido o nosso lugar e o único problema que se nos põe é saber se nos manteremos à altura das nossas responsabilidades. É sob o peso desta idéia que entro no terceiro capítulo das minhas considerações, capítulo que, depois de madura e penosa reflexão, se me afigura poder resumir desta maneira: *a guerra foi por toda a parte feita com a liberdade* possível *e a autoridade* necessária, *e à paz acontecerá a mesma coisa.*"

E mais adiante:

— "... tenho de concluir que, se é indiscutível ter o totalitarismo morrido por efeito da vitória, a democracia, tanto na sua definição doutrinária como nas suas modalidades de aplicação, continua sujeita a discussões. E bem. Cada país em que os dirigentes políticos têm a plena noção das suas responsabilidades há de ter as instituições que melhor se adaptem ao seu modo de ser e dele façam elemento prestante da comunidade internacional e há de conceder e garantir aquele grau de liberdade consentâneo com a eficiência das disciplinas interiores do homem e exteriores do meio social. Sem isso não haverá ordem e progresso interno nem colaboração que preste com as mais nações."

— "... as liberdades interessam na medida em que podem ser exercidas e não na medida em que são promulgadas. Visto o problema a esta luz, que é a sua luz verdadeira, impõem-se logo duas conclusões: uma, na ordem dos fatos, e é que se goza hoje em Portugal de mais liberdade que anteriormente; outra, no terreno dos princípios, e é que o grau das liberdades públicas efetivas depende da capacidade dos cidadãos, não de concessão magnânima do Estado."

Todo o discurso é admirável e vale a pena ser lido pela lucidez da visão do futuro e pela definição do ideário do governo dessa época, em que me encontrava integrado.

É nesse discurso que Salazar anuncia a próxima revisão constitucional com reforço das atribuições e melhoria do funcionamento da Assembléia Nacional, o aperfeiçoamento da representação corporativa, a subseqüente dissolução da Assembléia cuja legislatura estava em curso, para se proceder a eleições gerais.

Recorda o que dissera três anos antes (na exposição radiofônica de 25 de junho de 1942: mas esse homem era tão pouco orador que ao evocar as palavras de então, não lembra o que *disse* mas o que *escreveu algures*): "A época que estamos vivendo... decorrerá sob o tríplice signo da *autoridade*, do *trabalho* e da *preocupação social*... Nenhuma nação se poderá eximir à autoridade forte; nenhum homem

ao dever do trabalho; nenhuma atividade ou riqueza ao critério da sua utilidade social."

Recorda essas palavras em 1945. E poderia ter ainda repetido o que dissera, a seguir, na mesma exposição: "Nisso estaremos todos por qualquer modo de acordo. Em que o não estaremos? Em tudo quanto porventura desconheça a natureza do homem, o sentido da vida, os ensinamentos da história, embora pela visão unilateral de qualquer princípio tenha parecido exato ou justo ou útil.

"Nós, por exemplo, não poderíamos aceitar que a hipertrofia da autoridade desconhecesse os direitos da consciência; nem que o Estado absorvesse toda a vida da Nação e os agrupamentos naturais que defendem a própria vida e a atividade dos homens; nem que as necessidades econômicas sejam o princípio básico de organização das nações ou da sociedade internacional; nem que a iniciativa individual desapareça como órgão propulsor da atividade social e passe para a autoridade pública toda a iniciativa, toda a riqueza e todo o comando da vida em sociedade."

Era, bem antes de se definir o destino da guerra mas na seqüência das idéias sempre expostas, o repúdio dos totalitarismos nacionais-socialistas ou comunistas, com a reivindicação da independência do regime português em relação às ideologias em voga.

Aí está o que hoje se chama o "fascismo português"...

33

Entretanto tinha sido resolvido que eu fosse a África.

Desde o princípio da minha gestão ministerial que desejava fazer essa viagem. Era para mim muito importante atualizar as imagens que colhera da visita feita em 1935, verificar os progressos feitos e as necessidades existentes, tomar contato com o pessoal de Administração Pública e com as populações. O final da guerra européia e a visível proximidade do termo das hostilidades no Pacífico impunham o balanço imediato da situação em África para se poderem tomar as medidas imperiosamente exigidas a curto prazo e preparar as previsíveis a médio e longo prazo.

Dois fatos justificavam a presença do Ministro em Angola e em Moçambique e a sua ocorrência facilitou a execução do desígnio da visita: a inauguração do porto de Luanda e a comemoração do cinqüentenário da inauguração do caminho de ferro de Lourenço Marques que facilitou a utilização do magnífico porto dessa cidade pela província sul-africana do Transvaal.

O porto de Luanda era uma velha aspiração da cidade. Já haviam sido elaborados não sei quantos projetos, mas a falta de recursos financeiros ou a instabilidade dos governos nunca tinham permitido a execução de nenhum. Até que o Ministro Francisco Machado encarregou o Professor do Instituto Superior Técnico e reputado engenheiro de obras portuárias Afonso Cid Perestrelo de elaborar novo projeto e, apresentado este em curto prazo, logo a seguir começaram as obras.

Quanto ao caminho de ferro de Lourenço Marques, a sua construção marcava uma época nas relações entre Moçambique e o Transvaal. Tão importante fora essa via férrea e a saída para o mar que ao velho Estado boer proporcionara a utilização do porto de Lourenço Marques, que o Marechal Smuts, Primeiro-Ministro da União Sul-Africana, então ainda Domínio britânico, se propunha visitar a capital de Moçambique para celebrar a inauguração desse elo econômico entre os dois territórios vizinhos.

Também o Governo belga, ao saber que o Ministro das Colônias português iria a Angola, ordenou ao seu representante em Lisboa

que me formulasse convite para visitar oficialmente o Congo Belga, à testa de cuja administração se encontrava um homem inteligente e culto que eu já conhecia, o Governador Ryckmans. Aceitei esse convite e fui informado que iria de Bruxelas receber-me a Leopoldville o próprio Ministro das Colônias Belga.

Parti, pois, em 9 de junho, a bordo de um simpático paquete português de carreira — o *Mousinho* — acompanhado por minha mulher, pelo chefe de gabinete o então Major José Maria Ribeiro de Silva, meu velho amigo, e por dois secretários, dos quais um jovem que fora meu aluno e se licenciara havia pouco com grande distinção — o Joaquim da Silva Cunha. O outro, Antônio Manuel Carregal Correia da Silva, veio a ser depois Cônsul da Bélgica no Funchal e nesta cidade foi o meu caridoso cireneu quando aí estive preso em 1974, depois do Movimento de 25 de Abril.

Comigo seguiam quatro técnicos: os Inspetores Superiores do Ministério Engenheiros Cid Perestrelo e Rogério Cavaca, e os arquitetos João de Aguiar e Simões.

Uma das minhas preocupações era não deixar crescer desordenadamente as cidades dos territórios portugueses de África. E para planear as novas aglomerações urbanas e disciplinar a sua expansão criara, no Ministério, o Gabinete de Urbanização Colonial — o primeiro órgão que na Adminisrtação Pública portuguesa surgiu especialmente consagrado a tais problemas — de que nomeei diretor o Engenheiro Cavaca. Para fazermos um primeiro balanço da situação seguia ele comigo com os dois arquitetos principais do Gabinete.

A viagem por mar era demorada, mas permitiu estudar assuntos e discuti-los largamente com os companheiros de bordo. Quotidianamente se recebiam e expediam telegramas de serviço, do Ministério e para ele, e trocavam-se outros com os governos das várias colônias. Em Lisboa, no dia da minha partida, fora nomeado para me substituir interinamente na gerência da pasta, por proposta minha, o Ministro da Marinha, Comandante Américo Tomaz. Eu levava poderes para, onde me encontrasse, exercer a plenitude do poder governativo, inclusivamente legislando. Mas relativamente ao resto do Império (como então se dizia) alguém tinha de estar na ponte de comando e daí a necessidade do Ministro interino, com quem ficou o Subsecretário de Estado, Engenheiro Rui Sá Carneiro, muito experiente no despacho corrente do Ministério.

Não vou relatar miudamente a viagem.[1] Depois de tocar na Ilha da Madeira, dava-se um estirão de dez dias até S. Tomé onde me

(1) A revista *Boletim Geral das Colônias* que então se publicava consagrou dois grossos volumes, os ns 247 e 248, ano XXII (janeiro e fevereiro de 1946) à descrição minuciosa da viagem, com abundante documentação. Mas só depois de escritas estas páginas consegui consultá-los.

esperava o novo governador que para lá nomeara havia pouco. Na verdade, tendo de prover as vagas dos governos da Guiné e de S. Tomé, fizera duas nomeações com o máximo escrúpulo: para o primeiro escolhi o Comandante Sarmento Rodrigues e para o segundo o Major Carlos Gorgulho.

Duas personalidades muito diferentes. Só conhecia então Sarmento Rodrigues por ler os artigos que ele escrevia para a imprensa, especialmente para o *Diário de Lisboa*. Impressionou-me a elegância do estilo, notei o amor às coisas ultramarinas, verifiquei a cultura geral revelada e o conhecimento dos problemas sociais e de administração. Por essas provas escritas avaliei o seu bom senso e o seu patriotismo. Consultei o Ministro da Marinha que confirmou o meu juízo e acrescentou outras excelentes informações. E pedi então que viesse falar comigo interrompendo o comando do navio que nessa altura estacionava nos Açores. Sarmento Rodrigues chegou, de fato. Disse-lhe que conservava da Guiné uma recordação muito viva e agradável. Tratando-se de uma colónia pequena e próxima à Metrópole tínhamos a obrigação de fazer dela um território modelar, começando por um exaustivo conhecimento científico das possibilidades da terra e da gente e prosseguindo com completa ocupação sanitária, educacional e política. Era esta a missão que queria confiar a um oficial da Marinha de Guerra, corporação com tradições tão ligadas à colónia, e parecera-me ser ele o homem indicado para tirar aquele meio social do ambiente de depressão e intriga em que constantemente se debatia e impelir uma obra otimista e construtiva de valorização da terra e dignificação da gente. Sarmento Rodrigues, ressalvando a sua fé democrática aceitou, e foi com denodo ocupar o seu novo posto que tanto ilustrou.

Quanto a S. Tomé e Príncipe, são duas ilhas que formavam um pequeno arquipélago cuja prosperidade era devida ao cacau e ao café, quando estes gêneros gozavam de boa cotação internacionalmente. As ilhas, próximas do Equador, estavam originariamente cobertas por densa floresta e eram desertas ao tempo em que os portugueses as descobriram no século XV. A primeira colonização, feita com judeus, foi penosa — a ilha de S. Tomé era a "ilha dos lagartos" — mas lá começou a praticar-se a cultura do açúcar vinda da Madeira e depois trasladada para o Brasil. Os terrenos cultivados tinham de ser ganhos à floresta, em clareiras roçadas para o efeito, donde o nome de *roça* dado às fazendas. Para obter mão-de-obra foi reciso recorrer a escravos adquiridos no continente fronteiro. Depois da abolição da escravatura, os libertos ou forros não quiseram continuar a trabalhar na agricultura. Os roceiros foram obrigados a recrutar trabalhadores em Angola e Moçambique, contratando-os por tempo determinado com obrigação de os repatriar no termo dos

contratos. Uma legislação severa regulava o regime de trabalho. Mas sobreveio a crise de 1929 com a queda das cotações dos gêneros coloniais, dificuldades financeiras na ilha, a seguir chegaram a guerra e a escassez de transportes... O caso é que a fiscalização oficial afrouxara, os repatriamentos dos trabalhadores não se faziam quando devia ser, os abusos tendiam a institucionalizar-se.

O Major Gorgulho era conhecido, no Exército e pela sua ação no Ultramar onde desempenhou as dificílimas funções de Comandante da Polícia de Macau, como homem enérgico, honesto e extraordinariamente trabalhador. Convidei-o para assumir o governo de S. Tomé com a recomendação especial de meter os roceiros na ordem, fazer cumprir as leis e convenções internacionais sobre o trabalho dos contratados e procurar imprimir ao arquipélago o movimento de progresso de que tanto estava carecido.

Fui encontrá-lo na ilha cheio de entusiasmo e decisão. Os roceiros estavam alarmados com aquele governador que não aceitava os seus obséquios, aparecia a visitar as roças ouvindo os trabalhadores e recusando almoçar com os patrões, exigia a rápida reintegração no regime da lei e, ao mesmo tempo, sacudia o entorpecimento dos serviços, dirigia obras de limpeza e saneamento da cidade, remodelava os hospitais em poucas semanas e assegurava às populações nativas justiça, habitação e assistência. Se este homem tem cumprido apenas, como eu queria, a comissão de quatro anos de governo, tinha sido um dos maiores, senão o maior, governador de S. Tomé. Mas esteve 12 anos no lugar: foi a sua perdição.

De S. Tomé segui para Luanda. Ao passar na foz do rio Zaire, onde se encontra a cidade de Santo Antônio do Zaire, o paquete onde ia encalhou. Foram apenas doze horas de expectativa, porque ao encher a maré seguinte o navio safou-se pelos seus próprios meios, já com salvádegos à vista para o rebocarem.

Até que cheguei a Luanda e desembarquei de fraque e chapéu alto — o primeiro desembarque no cais do novo porto, saudado pelas salvas do estilo e inaugurando uma lápide comemorativa do acontecimento — em 29 de junho de 1945.

Que diferença entre a Luanda de 1945 e a que eu visitei dez anos antes!

Em 1935 o navio ficara a pairar na baía; saía-se dele para um barquito que nos conduzia a uns cais rudimentares existentes no rebordo irregular dos terrenos circundantes. E a cidade era ainda a povoação do século XVII, acrescentada por casarões de comércio e modestas casitas aninhadas na parte baixa ou escalando a encosta que da Avenida Salvador de Sá subia para a fortaleza de S. Miguel e daí, pela rua do Observatório, permitia alcançar o largo melancólico

onde se erguia o nobre Palácio do governo com a sua dignidade setecentista, ao lado da arruinada igreja dos jesuítas. Apenas um bairro moderno, com moradias de estilo português destinadas a funcionários, se destacava no alto, e logo os muceques envolviam a cidade, a abrigar a população nativa nas suas cubatas tradicionais, aqui ou ali com um toque mais civilizado.

Agora, à volta da baía e a partir do cais do novo porto, estendia-se a avenida marginal, já com alguns edifícios a bordejá-la frente ao mar e com um rosário de altos candeeiros de iluminação pública que à noite a engrinaldavam de luzes. A cidade alindara-se, expandira-se, tomara ares de capital. Viam-se já os sinais do seu desenvolvimento futuro, nas ruas abertas, nas construções erguidas, nas árvores plantadas a sombrear as avenidas, nas fábricas que começavam a trabalhar, no comércio que se intensificava, no tráfego que se adensava, nos grandes e belos edifícios públicos que, como o Liceu Salvador Correia, constituíam o orgulho dos luandenses. Tinha água, tinha luz — o que não acontecia em 1935. E tinha, também em contraste com a melancolia do outro tempo, novo viço e otimismo franco.

Governava Angola o meu amigo companheiro de viagem ao Brasil, Comandante Vasco Lopes Alves. Homem notavelmente inteligente, era indolente, porém. Ia despachando os papéis que os serviços lhe submetiam. Mas dificilmente tomava uma iniciativa e não era homem para inovações. Diziam que o seu lema era navegar na vida sem fazer ondas...

À parte isso, foi excelente companheiro e dedicado colaborador. A maior parte da sua carreira tinha decorrido em Angola onde tanto ele como sua mulher — a boa e extravagante Ângela — eram conhecidíssimos de todo o mundo e contavam amigos por toda a parte.

Em Angola me demorei, nesta passagem a caminho de Moçambique, alguns dias, durante os quais recebi muita gente e me desloquei a alguns lugares, sendo a deslocação mais distante ao Dundo, onde estavam as explorações da Companhia de Diamantes de Angola.

Era esta companhia (e continuou a ser...) muito discutida. Resultante de uma concessão negociada e outorgada por Norton de Matos a um grupo belga, tinha o direito exclusivo de exploração diamantífera numa vasta zona demarcada, à roda da qual existia uma faixa de proteção para evitar os furtos e o contrabando de diamantes.

A Província de Angola era largamente beneficiada pelos resultados dessa indústria mineira porque não só recebera gratuitamente, na altura da constituição da Companhia, uma apreciável posição acionista, como tinha direito a recolher, no fim de cada exercício, cinqüenta por cento dos lucros apurados.

Como as lavras clandestinas e os contrabandistas não pagavam nada aos cofres públicos, está claro que estes eram roubados quando

a Companhia o era. E daí uma fiscalização severa — porque a delinqüência era atrevida! — que fazia erguer clamores indignados (e hipócritas) aos inimigos do monopólio, no fundo simples invejosos da riqueza produzida.

Era importante ver com os meus olhos como estavam montados os serviços, como eram tratados os trabalhadores. O Administrador — delegado em Lisboa, o velho Comandante Ernesto de Vilhena, antigo Ministro de Afonso Costa — insistira comigo para que fosse visitar a zona mineira: e fui.

A visita permitiu-me fazer larga excursão pelo interior de Angola. Partimos de Luanda pela via férrea, num automóvel de linha, até Malange. Nesta cidade houve cumprimentos, visitas, cerimônias da praxe e pude ver como também por lá se notava a arrancada do progresso.

Depois, de automóvel, seguimos pela estrada afora, uma estrada que nesse tempo era de terra e em cujo percurso os carros, formando comboio, levantavam nuvens densíssimas de poeira. Uma poeira que aderia à pele, revestia as roupas e penetrava sutilmente nas próprias malas da bagagem. Foram dois ou três dias de andamento constante pelo planalto, atravessando quilômetros e quilômetros por entre mato rasteiro ou capim, às vezes passando no meio de floresta, para, de vez em quando, se encontrar uma administração de circunscrição, um posto administrativo, uma missão católica ou um centro sanitário.

Só junto a alguns destes locais havia cubatas de indígenas. Sobretudo as sedes das circunscrições eram vilas em esboço ou já em desenvolvimento, com o conjunto de edifícios administrativos, as lojas de comércio, as residências dos civilizados, as palhotas dos indígenas. A casa do administrador era sempre construída com largueza, de modo a dispor de quartos onde pudessem ser hospedados os transeúntes de categoria, já que não havia hotéis ou hospedarias no sertão. Foi nesses edifícios oficiais que pernoitamos durante a jornada (como daí por diante tantas vezes ia acontecer) sempre primorosamente recebidos pelas mulheres dos funcionários, sacrificadas senhoras que acompanhavam os maridos na vida do mato e requintavam na amabilidade com que apresentavam na mesa excelentes cozinhados e doces deliciosos.

O administrador da circunscrição era o pilar da ocupação do território. Nele se achavam concentrados todos os poderes da autoridade, inclusivamente os de assegurar justiça às populações nativas. As obras públicas, a cobrança do imposto, o fomento agrícola e pecuário, as relações com os chefes indígenas tradicionais, o conhecimento das raças, tribos e regulados da sua área — às vezes tão extensas como uma província da Metrópole — tudo isso estava a

seu cargo, contando com o auxílio de meia dúzida de chefes de posto nas áreas em que estava dividida a circunscrição e de uma dúzia de sipaios, antigos soldados pretos que constituíam a polícia civil. E quando os indígenas apelavam para a justiça era ele o juiz que, assessorado por dois chefes tradicionais, aplicava os usos e costumes da tribo dos litigantes, temperados pelas exigências da ordem pública lusitana.

As aldeias indígenas achavam-se dispersas pelo meio do mato ou da floresta. No Congo português a luta contra a doença do sono, exigindo a freqüente visita das brigadas sanitárias às populações e o saneamento dos locais onde se aglomeravam para o extermínio da mosca tsé-tsé, forçara a impor a transferência dos aldeamentos para a beira das estradas, o que não deixara de trazer problemas, sobretudo de abastecimento de água. Mas nas províncias de Malanje e do Bié, que atravessamos, não ocorrera nada de semelhante e, por isso, raramente avistamos uma povoação indígena. Nas sedes de administração ou dos postos estavam sempre à espera do Ministro umas dezenas de sobas e sobetas para lhe prestar homenagem. Eu saudava-os, perguntava se tinham queixas ou reclamações a fazer, ouvia-os e depois dava o dinheiro necessário para matarem um boi ou dois, a fim de festejarem a minha passagem. Tal foi a praxe invariável destes encontros, quer em Angola, quer em Moçambique.

No fim de dois dias de jornada chegamos à velha Saurimo, batizada Henrique de Carvalho em homenagem ao explorador que palmilhou e ocupou as terras do Muata-Ianvua, deixando narrados em vários volumes os resultados das suas experiências e observações.

Aí havia um governo de distrito, donde justamente dependia a área da Companhia de Diamantes. A cidade não era grande, mas constituía um centro civilizado, com sua unidade de infantaria indígena, seu hospital, sua grande missão católica, seu funcionalismo... A fadiga da viagem não nos permitiu gozar as delícias do reencontro da civilização. Repousamos, inaugurei, em comovente cerimônia, o busto do patrono e em 10 de julho seguimos para o Dundo.

A partir dos limites da área da Diamang eram melhores as estradas (embora sempre de terra batida), mais aprimoradas as obras de arte que as serviam, mais disciplinada a Natureza. E ao chegarmos à primeira povoação da Companhia colhia-nos de surpresa o deslumbramento: cuidadosamente planeada, nas ruas bem pavimentadas havia lindas casas com fachadas de tijolo à vista rodeadas de jardins; os bairros dos trabalhadores estavam igualmente ordenados e alinhados; e a visita mais acrescentava a admiração, ao encontrar os hospitais magníficos, os clubes, os campos de esporte, as igrejas, o museu, os grandes armazéns abastecidos de tudo... sem esquecer nunca a comodidade dos nativos, embora de harmonia com os seus gostos e dentro do seu *habitat*.

Eram meia dúzia, ou mais, essas povoações dentro do couto mineiro, todas primorosas. Mas passei por uma ou duas em ruínas: aquela zona deixara de ter interesse para a exploração e fora abandonada, pelo que, a partir daí, as casas ficavam entregues à rápida destruição pelo tempo e pela Natureza. Apercebi-me então, com melancolia, que aquele centro supercivilizado era como uma linda mulher roída secretamente por um cancro. Servindo apenas em função da extração de diamantes para albergar empregados, sem possibilidades de enraizamento das pessoas, no dia em que a riqueza mineira se esgotasse, com toda a probabilidade as povoações desapareceriam também.

Não me pareceu, aliás, que os empregados ali alojados com tanta comodidade, bem remunerados e bem tratados, fossem felizes. Afastados do resto do mundo, formando uma comunidade fechada onde todos se viam todos os dias, sujeitos à estrita disciplina exigida pela defesa contra o contrabando e também contra a neurastenia (mais grave nessa região de constantes nuvens baixas e freqüentes trovoadas) os brancos tinham um ar melancólico. Não os pretos. Esses, na maior parte pertencentes às tribos dos quiocos e dos balubas, aldeados aos milhares, estavam no seu meio e entre si continuavam a praticar os seus hábitos, dançando os seus batuques ao som dos tam-tans que pela calada da noite repercutia interminavelmente na quente e densa atmosfera sertaneja.

As recordações mais vivas que me ficaram dos dias passados no Dundo foram o primor do arranjo e da limpeza dos lugares, a ordem e a disciplina no trabalho, o peso do ambiente e o tormento da poeira. À chegada fui tomar banho de tina, ensaboei-me, esfreguei-me bem, e a água ficou vermelha como se fosse tinta de sangue. Ao limpar-me, a toalha encheu-se de manchas encarnadas. Tornei a encher a tina, meti-me outra vez na água, ensaboei-me novamente para tirar o resto do pó rubro entranhado nos poros: e ainda o banho ficou vermelho e ainda a toalha vermelha ficou... Desesperado meti-me debaixo do chuveiro... Não havia nada a fazer!

Fui dar uma vista d'olhos aos diamantes em bruto extraídos nos últimos tempos. Estavam numa espécie de fortaleza, edificada no meio de um terreno vazio, vigiado de todos os lados num horizonte largo. Entrava-se no reduto com todas as precauções, não se avançava para uma porta sem ter sido fechada a anterior, até chegar ao *sancta-sanctorum*, onde um montinho de pequenas pedras, numa mesa, sob uma redoma de vidro à prova de bala, constituía o tesouro ciosamente guardado e defendido.

Mas a visita não foi só para satisfazer a curiosidade de ver um campo diamantífero, onde fundamentalmente se tinham adotado as normas que a experiência nos ensinara a observar no século XVIII, em Minas Gerais, e que estão na origem do moderno Direito mineiro

desse tipo de áreas. Analisei muitos problemas para ver como uma empresa rica os pudera solucionar, debrucei-me sobre a condição dos trabalhadores e o seu passadio, inteirei-me localmente de muitas realidades.

Tendo a Companhia recrutado excelentes técnicos e ensaiado as melhores fórmulas por eles preconizadas, vi os aproveitamentos hidroelétricos realizados, o cuidado merecido pela defesa do solo e a previdência na criação da riqueza futura através de intensivo povoamento florestal. E verifiquei o aspecto sadio dos trabalhadores indígenas e a sua confiante convivência com os brancos; a atenção dispensada à sua alimentação, à sua saúde, à sua instrução literária e profissional... E pude à despedida dizer: "O mal das empresas capitalistas está em perderem de vista a função social do dinheiro para se absorverem na conquista do lucro sem contemplação por outros interesses. Quando uma empresa, porém, utiliza o seu poderio econômico para pôr a iniciativa privada ao serviço da coletividade, retirando para o capital o justo lucro, mas espalhando ao redor de si benefícios de toda a ordem, numa equitativa repartição do produto da conjugação do dinheiro, da técnica e do trabalho, essa empresa justifica moralmente a sua existência e ganha o direito à consideração pública."

Em 13 de julho regressei a Luanda pelo mesmo caminho. Não sem ter primeiro dado um salto a Portugália, circunscrição na fronteira com o Congo Belga, onde o Govęrno tinha caprichado em construir os edifícios públicos no melhor estilo à antiga portuguesa, para que o viajante que daquele lado viesse demandar o Dundo não ficasse chocado pelo contraste da povoação oficial com as instalações luxuosas da Diamang. E efetivamente Portugália era uma linda aldeia administrativa, toda branca de cal, de ruas asseadas e casas airosas.

34

Era preciso, porém, estar em Lourenço Marques a tempo de receber o Marechal Smuts.

Já em Luanda eu fora cumprimentado pelo Governador-Geral da África Equatorial Francesa, o Sr. Bayardelle, que se deslocou de Brazzaville até à capital de Angola.

Era um bom e simpático homem, funcionário colonial de carreira, com quem se passou um episódio curioso.

Fui esperá-lo ao Aeroporto e conduzi-o depois no meu automóvel para o Palácio do Governo que, como já disse, era ainda o antigo prédio setecentista, posteriormente substituído por outro majestoso edifício moderno embora construído em estilo português.

No caminho disse-lhe que teria de desculpar levá-lo para uma velha casa. Mas esperava que não se sentisse demasiadamente incomodado nela.

Chegamos ao Palácio e vi que o senhor contemplava com interesse a fachada. Entramos, subimos a escadaria nobre, o homem olhava tudo atentamente para a direita e para a esquerda. E chegamos à seqüência de salões, muito bem mobilada, com seus reposteiros, seus quadros antigos, e então o Sr. Bayardelle não se conteve, parou e disse-me com ar entre surpreendido e admirado:

— E era isto que o senhor me dizia ser uma velha casa da qual pedia desculpa... Mas eu nunca vi em África, e ando por cá há muitos anos, um palácio tão belo e tão nobre! Se visse a casa onde vivo! Vocês, os portugueses, são extraordinários! Têm preciosidades únicas e ainda pedem desculpa delas!

Bom. Vamos então a Moçambique. Ao contrário de Angola, onde a aviação estava pouquíssimo desenvolvida, Moçambique tinha excelentes transportes aéreos integrados nos serviços de caminhos de ferro e portos, que eram; com sua autonomia, um potentado na colônia.

Graças ao Engenheiro Francisco Pinto Teixeira, a Direção dos Caminhos de Ferro progredia enormemente. E além de explorar e

continuar a construir vias férreas, que dada a configuração geográfica da colônia (uma extensa faixa ao longo da costa, com os melhores portos da África Oriental servindo vasto *hinterland*) eram essenciais à sua economia de trânsito internacional, montara o serviço público de camionagem e fora pioneira da exploração regular dos transportes aéreos no território português.

De modo que foi um avião da DETA (Divisão de Exploração de Transportes Aéreos) criada em 1936 em Moçambique, um Lockeed salvo erro, que me veio buscar em Luanda para, seguindo o trajeto Luanda-Lusaka-Lourenço Marques, me transportar à outra costa.

Lusaka fora, havia pouco, designada capital da Rodésia do Norte, colônia da Coroa que, com a Rodésia do Sul, já quase Domínio, e o protetorado da Niassalândia, formava a África Central Britânica. Quando lá passei, a cidade estava em remodelação para poder exercer as suas novas funções de capital. Ampliada em larguíssima área, os urbanistas traçaram longas avenidas ainda então desprovidas de edifícios e por pavimentar, de modo que para ir de um lado a outro tinha de se percorrer sempre apreciável distância no meio de turbilhões de pó.

O Governador britânico veio receber-me, em grande uniforme, no aeroporto e acompanhar-me ao Palácio do Governo, edifício recém-construído no melhor gosto inglês, onde pernoitei. Foi a primeira vez que tomei conhecimento de uma particularidade do protocolo britânico: o Governador ocupou sempre a minha direita porque, representando o seu Rei, tinha precedência sobre todos os mortais de hierarquia inferior à do Monarca inglês.

Estivemos uma noite no Palácio do Governo de Lusaka onde jantamos com altos funcionários da colônia. O ambiente era igual ao de todas as reuniões de europeus na velha África tropical: *spleen*, calor, queixas das condições em que se vivia e críticas à Metrópole. Foi para mim uma consolação verificar que tudo isso não era exclusivo dos portugueses...

Na madrugada seguinte seguimos viagem e pontualmente aterramos, à hora marcada, no Aeroporto de Lourenço Marques. Em toda a viagem eu fora acompanhado pelo Engenheiro Pinto Teixeira que acumulava as funções de Diretor dos Serviços de Caminhos de Ferro, Portos e Camionagem de Moçambique com a Presidência da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Era um homem extraordinário! Ativo, enérgico, voluntarioso, realizador, comandando o maior e mais importante serviço da colônia, não sei como lhe chegava o tempo para se ocupar simultaneamente da administração municipal da capital. Porque a presidência da Câmara era para ele um posto integral-

mente executivo: muito centralizador, não deixava sair das suas mãos nenhuma parcela de autoridade, tudo estudava, tudo via, tudo decidia, tudo fazia executar. Pode-se pensar o que se quiser desta maneira de trabalhar, e eu não sou dos que a aplaudem, mas a verdade é que Pinto Teixeira pôs de pé uma grande obra e, sob a sua gestão, tudo o que ele dirigia funcionava.

De maneira que ao chegar em 22 de julho a Lourenço Marques onde, com o aeroporto apinhado de gente, me aguardava o Governador-Geral à frente do alto funcionalismo, não tardou um credo que Pinto Teixeira se metamorfoseasse em edil para me aparecer, com a vereação, a oferecer simbolicamente a chave da cidade.

Esta cerimônia tornou-se habitual nas cidades e vilas portuguesas e nunca me pareceu bem. Vinha do tempo em que havia burgos muralhados com um alcaide a comandar o castelo em nome do Rei. O alcaide detinha as chaves das portas do castelo, e só ao Rei as entregava quando este se achasse presente.

Com o tempo, já sem portas as cidades, sem castelos, e sem alcaides, as câmaras municipais apresentavam uma chave ao Monarca que visitasse a localidade para significar que o Poder Municipal cedia perante o do Rei e que Sua Majestade estava em sua casa, só Ela podendo, daí por diante, por e dispor.

E veio a República, passaram os reis, e as câmaras continuaram a oferecer a chave a quem, com alguma qualidade oficial mais importante, visitasse a sede do concelho.

Comigo as coisas passaram-se sempre do mesmo modo: o Presidente da Câmara oferecia-me a pretensa chave da cidade, trazida numa almofadinha e eu restituía-a imediatamente dizendo que agradecia muito a gentileza, mas que a chave não podia estar em melhores mãos.

Contaram-me, porém, que houve casos em que os homenageados, não percebendo o sentido do ritual, metiam, confusos, a chave na algibeira...

Fui do Aeroporto, no meio das aclamações do estilo, à Câmara Municipal, ainda na velha sede, e daí segui para o Palácio da Ponta Vermelha. Era o Palácio o casarão colonial onde Antônio Enes e o seu estado-maior da campanha de 1895 tinham vivido, depois tornado um pouco mais confortável por dentro e com as grandes ventoínhas nos tetos das salas a refrescar o ambiente.

O Governador-Geral, o General José Tristão de Bettencourt, estivera comigo em Lisboa havia pouco tempo a tratar de assuntos de Moçambique.

Açoreano da ilha Terceira, da família dos médicos Bettencourt que se tinham notabilizado com Câmara Pestana na Bacteriologia

portuguesa, o General era um velho colonial do tempo das campanhas da Primeira Grande Guerra e servira em vários postos, em Moçambique sobretudo, antes de ascender ao Governo-Geral.

Muito autoritário, a autoridade dava-lhe para a teimosia, para não dizer casmurrice. E tinha um trato difícil por causa disso, embora, malgrado a diferença de idade, me distinguisse sempre com a sua consideração. Creio que era maçon e possuía a formação liberal e democrata dos homens do seu tempo: mas isso não o impedia de ter a mentalidade mais colonialista que conheci e contra a qual andei, durante as viagens que fizemos juntos, em constante conflito. Relutava em conceder alvarás de assimilação a pretos já civilizados, achando que estavam muito bem como estavam; quando os pretos pediam mais escolas primárias, respondia-me que seria uma fábrica de semiletrados a procurar empregos públicos para fugir ao trabalho produtivo...

Tratava-se de matérias da competência legal do Governador. E todo se abespinhava se o Ministro lhe dizia, amistosamente aliás, que devia fazer isto ou aquilo.

— V. Exa. usa a sua competência e deixa-me ser responsável pelo exercício da minha!

O que era irrespondível... até ver! Mas num assunto, pelo menos, teve de ceder logo ali. Quando comecei a visitar os vários pontos da colónia e a encontrar os costumados grupos de régulos para me saudarem, perguntava-lhes, tal como em Angola, se tinham queixas ou sugestões a fazer. E logo no primeiro encontro um deles, com aplauso de todos, se me queixou de um recente regulamento do imposto indígena que tributava as mulheres. Isso era, dizia ele, contra todos os usos e tradições e o povo estava muito descontente.

Perguntei ao General do que se tratava e ele explicou que o regulamento efetivamente fazia pagar a cada chefe de família tantas unidades do imposto de capitação quantas as mulheres que tinha. E isso por duas razões: para combater a poligamia e para tornar o imposto proporcional à riqueza, porque o número de mulheres mantidas pelo preto era sinal da fortuna detida, pois para comprar cada mulher à família dela era preciso ter bens com que pagar o dote, chamado "lobolo", e também em geral o homem só queria mais mulheres, além da primeira, por ter terras a agricultar, já que o trabalho agrícola era em África considerado próprio do sexo feminino: ao homem competia a guerra, a caça, a pesca...

Mas acrescentou:

— Lembro a V. Exa. que a regulamentação do imposto indígena é da competência do governador-geral. E eu não estou disposto a voltar atrás neste ponto!

O pior é que em dezenas de entrevistas que tive com chefes indígenas veio sempre à balha, e às vezes com certa excitação, o caso do imposto sobre as mulheres. O General, ao meu lado, ouvia calado, dando por vezes sinais de impaciência. Eu respondia aos chefes que já conhecia o assunto e que estava a estudá-lo com o Sr. Governador... Até que após muitos dias desta conversa tive de lhe dizer:

— Sr. General, não ignoro o seu ponto de vista acerca do caso. Mas, como tem verificado, a medida, cuja justiça não contesto, foi mal recebida pela população indígena de norte a sul, vê-se que toca fundo nos sentimentos e nos interesses, e arriscamo-nos a que esta irritação geral, até hoje respeitosamente transmitida ao Ministro, degenere em revolta, ostensiva ou surda. Não me ponha na contingência de ter de escolher entre a ordem pública e o Governador...

— Tenho de concordar que assim é. Bem, paciência, vou revogar a medida. Em V. Exa. se retirando, publicarei a modificação do regulamento.

Assim sucedeu. Mas as populações ligaram a revogação à minha decisão: e, com surpresa minha, quando, anos depois, voltei particularmente a Moçambique, em 1951, por toda a parte os negros me saudavam como o homem que abolira o imposto sobre as mulheres...

O General Bettencourt, à parte a casmurrice, que quando alguém o contrariava se manifestava pela tremura agitada da perna direita a acompanhar a viseira irritada, era um homem sério e desejoso de bem servir. Marido extremoso de uma senhora adorável, pai desvelado, veio a morrer anos depois com um câncer na língua. Quem sabe se o feitio irritadiço não correspondia já ao começo do mal?

Entretanto chegou o Marechal Smuts, acompanhado de luzida comitiva entre a qual vinha o Ministro dos Caminhos de Ferro, Sr. Sturrock. O Marechal ficou instalado no Palácio. Era um homem simpático à primeira vista. Antigo combatente boer, de advogado fora arvorado em general na guerra contra os ingleses e aceitara com *fair play* a derrota, tornando-se amigo e colaborador da Grã-Bretanha. Chefiava ao tempo o *United Party* cujo programa era o bom entendimento com a Grã-Bretanha dentro do *Commonwealth*. Os ingleses, compreendendo o valor do apoio do velho boer que já na Primeira Grande Guerra os ajudara, tratavam-no com particular atenção, e Churchill não deixava de consultá-lo, com mostras de grande apreço pela sua opinião, antes de ser tomada qualquer importante resolução que afetasse a Comunidade.

Tinha noutros tempos granjeado a fama de inimigo de Portugal. Cobiçoso do porto de Lourenço Marques, saída natural do Transvaal para o mar, não se coibira, na Conferência da Paz de 1919, de o reclamar para a África do Sul. E nos anos seguintes, impaciente com

a instabilidade ministerial e a desordem administrativa reinantes em Portugal e que se repercutiam em Moçambique, mais de uma vez manifestou o seu desagrado com o fato dos portugueses ocuparem posições-chave sobre o Oceano Índico reputadas vitais para o progresso da África austral.

Depois de 1926, com a normalização da vida portuguesa e a ida de Pinto Teixeira para a direção dos portos e transportes moçambicanos, as coisas do nosso lado melhoraram muito. E os desígnios imperialistas de Smuts foram acalmando. Ele próprio nas conversas que mantivemos em Lourenço Marques por ocasião da sua visita me afirmou que mudara de opinião:

— Já passou o tempo das anexações territoriais. Não receiem nada da África do Sul. Temos de ser bons vizinhos com confiança uns nos outros e trabalhando de mãos dadas à boa paz. O importante é que vocês, os portugueses, continuem nesta linha de colaboração eficiente que trilham desde que está no Governo o Dr. Salazar. Mantenham os vossos portos e os vossos caminhos de ferro em forma. E entretanto façam vir para Moçambique muita gente da Metrópole, muitos portugueses que aqui implantem a vossa civilização e exercitem as vossas técnicas...

Logo na primeira noite lhe ofereci um banquete, antes do qual lhe impus, em nome do Presidente Carmona, as insígnias da Grã-Cruz da Torre e Espada.

Viu-se ter gostado desta atenção. E mais, quando lhe expliquei que eram inerentes a esse grau da Torre e Espada as honras de General do Exército Português.

Durante a sua curta estada, que foi sobretudo absorvida pelas comemorações do caminho de ferro, falamos na situação internacional e do caso de Timor, que faltava resolver. Disse-lhe que, na previsão de sermos obrigados a intervir no Índico ou no Pacífico, tínhamos concentrado em Lourenço Marques uma divisão naval com quatro navios de guerra modernos e efetivos militares importantes de tropas de terra destinadas a formar eventual expedição. Interessou-se muito, fez perguntas. Na véspera do seu regresso, à noite, numa recepção, chamei de parte o Chefe do Estado-Maior da colônia, Coronel Abranches Pinto, e disse-lhe:

— Estão aí muitas tropas. Havia vantagem, creio eu, em mostrar a Smuts, que não exagerei no que lhe disse e que os nossos propósitos de defesa são efetivos. Poderíamos pô-las amanhã em parada com todo o seu equipamento e material ao longo do percurso desde o Palácio até ao Aeroporto? Se é possível, eu dir-lhe-ei que são as honras prestadas ao novo Grã-Cruz da Torre e Espada...

O Coronel Abranches, sem hesitar, respondeu afirmativamente. Pediu licença para se retirar e, no dia seguinte, pela manhã, estavam formados em alas, ao longo dos sete quilômetros do percurso, cinco ou seis mil homens impecavelmente fardados e bem armados e equipados. O que impressionou fortemente o Marechal que ia sentado ao meu lado em automóvel descoberto.

Smuts convidou-me a retribuir em Pretória a sua visita, o que fiz passados alguns dias.

Estive, com minha mulher, hospedado em *Libertas*, residência oficial dos primeiros-ministros, onde Smuts não vivia por ter preferido permanecer na sua casa particular. E essa estada em Pretória se revestiu de muito interesse, à margem das deslocações protocolares e da visita às minas do Rand e aos *compounds* onde se achavam os mineiros portugueses, justamente pelas conversas, agora mais íntimas e francas, com Smuts. Escrevi-as todas no meu jornal íntimo, mas infelizmente não disponho hoje dessa parte dele.

Smuts acabara de regressar da Conferência de San Francisco tendo feito uma digressão pela Europa, especialmente pela França e a Itália. Nas conversas particulares mostrou-se cético acerca da Organização das Nações Unidas de que fora um dos fundadores, e do futuro do Mundo.

— Nesta viagem — disse-me — tive ensejo de tomar contato com duas espécies de problemas que afligem a Humanidade: os problemas da riqueza e os problemas da pobreza. A Europa debate-se com estes, os Estados Unidos com aqueles. Por muito extraordinário que lhe pareça, venho mais preocupado com os problemas da riqueza do que com os da pobreza. Estes irão sendo resolvidos com o tempo. Mas quando uma sociedade tem tudo quanto precisa e até o supérfluo, longe de haver um estado de satisfação geral, como seria natural, surge a ansiedade, a falta de motivação para a vida, a exigência de qualquer coisa mais que aos Governos é difícil, senão impossível, corresponder. A grande crise dos anos próximos futuros será nos Estados Unidos que se desencadeará outra vez.

Falamos da vitória da democracia:

— Sim, o povo deve participar na vida política do Estado, mas tem de haver quem interprete os seus desejos e trace o rumo dos seus destinos. As Nações precisam de encontrar homens representativos. Quanto mais críticas são as ocasiões, mais necessário se torna à massa popular encontrar alguém em quem se reconheça, como sendo a inteligência, a consciência, a vontade nacional. Veja o que se tem passado nestes últimos anos, a extraordinária floração de homens de Estado que personalizam os seus países: Ataturk, Salazar, Franco, Chiang Kai Chek, Mussolini, Hitler, Stalin, Roosevelt, Chur-

chill... É um acaso? Não: para mim é uma lei da História que se define. Os povos não podem prescindir de chefes, as democracias não poderão subsistir sem chefes.

— A França...

— O drama da França está em não ter encontrado esse homem representativo. De Gaulle pretendeu sê-lo: mas é demasiado orgulhoso para desempenhar tal papel...

Verifiquei que, como Churchill e Roosevelt, detestava De Gaulle...

Revejo a figura do Marechal, nessa altura já com os seus 76 anos, mas ainda magro, esbelto e ágil, com um rosto miúdo de traços finos a que a barbicha dava caráter, e aqueles olhos vivos e sempre em movimento a denotar um temperamento nervoso e vibrátil...

Era um africano que com propriedade se pode dizer "de alma e coração". Estou a ouvi-lo num arrebatamento a exclamar: "Amo a África! Amo as suas paisagens bravias, as suas florestas, os seus matos, o seu sol, os seus rios, as suas feras, a sua gente!" E sentia-se que o dizia com verdade, que aquela era a sua terra de nascimento e de eleição. Como tantos outros brancos já sem outro País e que, não pelo acidente da cor, mas pela inteligência e pelo amor, eram africanos e procuravam melhorar e valorizar a sua terra para bem deles e de todos os homens.

Mas isto era antes da ONU...

Na intimidade das horas passadas em Pretória ou na noite do jantar oferecido em Johannesburgo pelo governador da província do Transvaal, revelou-se cheio de sensibilidade, rodeando minha mulher de atenções e alargando-se comigo em considerações e confidências. Gostava de falar, de ajuizar, de profetizar, julgava-se com dons de vidente do porvir. Pondo os olhos no vago, discorria fluentemente no seu inglês de estrangeiro, fácil de entender.

Minha mulher, em 26 de julho, contou que nesse dia fazia anos o nosso filho Miguel, então um menino de dez anos. Logo Smuts enviou um telegrama urgente para a Legação Sul-Africana em Lisboa e, com surpresa da família, de lá se apressaram a telefonar para minha casa a mensagem de parabéns do Primeiro-Ministro.

Cativou-nos realmente. Como lhe disse no brinde do jantar de despedida, ouvíramos dizer que fora militar, guerreiro, conquistador... mas não sabíamos que afinal era, sobretudo, conquistador de corações...

Um episódio apenas para rematar a recordação deste segundo encontro com Smuts. Como acima disse, nas conversas que teve comigo, o General comentava com ceticismo a estrutura e o funcionamento

projetados para a nova Organização das Nações Unidas, pronunciou-se com apreensão sobre as perspectivas da Europa e do Mundo. Estando os dois juntos no momento em que chegou a notícia da derrota de Churchill nas eleições gerais em que o povo britânico ingratamente afastou do Poder o vencedor da guerra, fui testemunha do seu profundo pesar e ouvi-lhe os mais amargos comentários acerca dos destinos da Inglaterra, de então em diante entregue aos trabalhistas, e do futuro da Comunidade britânica.

Quando nos despedimos em Pretória, disse-me que em breve partiria para a Cidade do Cabo onde ia assistir à abertura do Parlamento.

Efetivamente, daí a dias, no avião que me levou para uma visita ao norte de Moçambique entregaram-me os jornais sul-africanos cujo assunto dominante era o discurso proferido pelo Primeiro-Ministro na sessão inaugural do novo período legislativo do Parlamento.

Li-o avidamente e não queria acreditar no que via. Mostrei o texto a minha mulher e um ao outro nos interrogamos sobre a realidade das palavras que havia tão pouco tempo ouvíramos do General Smuts: porque o discurso era todo ele um hino de otimismo, saudando na nascente Organização das Nações Unidas a promessa de uma nova idade na História da Humanidade e descrevendo com tons cor-de-rosa a situação e o futuro das democracias vencedoras.

Foi para mim uma grande lição — a de ver como os homens mais capazes se tornam servilmente cortejadores da opinião pública e torcem as suas opiniões para não chocarem na expressão delas os conceitos em voga, as modas dominantes, as imagens consagradas.

Pela vida afora iria colher mais exemplos deste desdobramento de personalidade dos políticos, que dizem em particular coisas completamente opostas às opiniões que exprimem em público.

Quem me acreditará se eu contar que conversando com Spaak, o chefe socialista belga me disse estar o mundo cada vez mais ingovernável devido a *trois fléaux de nôtre temps*: a instrução obrigatória, a liberdade de imprensa e o sufrágio universal? E todavia escutei este pensamento com os meus ouvidos bem abertos.

E decerto me arriscaria a que houvesse quem me chamasse mentiroso se relatasse os conselhos que, sem eu os pedir aliás, Selwyn Lloyd, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico com quem mantivera cordiais relações quando fui Ministro da Presidência, me deu no Palácio de S. Bento em visita de cortesia ao Presidente do Conselho português aí por 1969, ao regressar de uma visita à África do Sul, Moçambique e Rodésia: "Sobretudo não suprima a censura à imprensa!" Sim, foi isto que me recomendou vivamente aquele que, sendo *Speaker* da Câmara dos Comuns, se recusou, por ocasião da

minha visita a Londres, em 1973, a participar nas homenagens ao representante do País "colonialista e fascista". Ele que me louvara a política ultramarina portuguesa e a situação em Moçambique e me explicara que na Inglaterra, depois. que surgira o problema da Rodésia, onde tantos ingleses tinham parentes a residir, a opinião pública estava muito mais compreensiva da orientação portuguesa. Perseverássemos, pois!

35

Percorri Moçambique para me certificar dos problemas da sua administração e da sua economia. A impressão que se colhia era de um território com melhores estruturas administrativas do que Angola, mas sem as mesmas possibilidades de desenvolvimento interno. Talvez por influência dos vizinhos sul-africanos e rodesianos, as povoações eram arrumadas e reluzentes, os edifícios públicos por toda a parte impunham respeito, nas circunscrições e nos postos havia sempre um largo que tinha ao centro um alto mastro fincado no chão onde todos os dias era içada com solenidade a bandeira nacional perante os funcionários e os sipaios impecavelmente fardados e aprumados.

Mas enquanto em Angola a cada passo se encontravam colonos, geralmente pequenos comerciantes estabelecidos no mato, pequenos agricultores, um ou outro industrial, com capital próprio lá investido, agarrados à terra com amor, embora de costumes rudes e constantemente entretidos num praguejar despejado e maldizente, em Moçambique o pequeno comércio do mato estava na mão dos monhés, gente da Índia ou do Paquistão que vivia humildemente a explorar os pretos, sendo a agricultura — salvo nalgumas regiões, como o Chimoio — e a nascente indústria exercidas por grandes companhias, de modo que os portugueses se repartiam entre empregados de empresas com sedes distantes e funcionários públicos — gente mais comedida, mais civilizada se quiserem, mas esperando apenas o tempo de aposentação para regressar à terra natal.

Na Beira examinei com Sir Godfrey Huggins, mais tarde Lord Malvern, Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul, e com os ministros que o acompanhavam, os problemas da exploração do caminho de ferro que ligava o nosso porto a Umtali e o eventual resgate do porto e da via férrea então concedidos a companhias inglesas em consequência dos Tratados que haviam resultado da crise do Ultimatum britânico de 1890.

Foi nessa altura que durante a visita dos dirigentes rodesianos à Beira se lançaram as bases da recuperação para Portugal desses dois instrumentos do fomento regional, que veio a efetivar-se anos depois.

Percorri a seguir a Zambézia [1] e estava no Gurué, onde já se desenvolviam prósperas plantações de chá, na véspera de continuar para o Niassa, quando me chegou às mãos o telegrama de Lisboa a comunicar a rendição do Japão e a informar que ia ser dada ordem para quanto antes embarcar a prevista expedição destinada a ocupar Timor.

Interrompi imediatamente a viagem e regressei a Lourenço Marques, onde os jornais exploravam com sensacionalismo, dessa vez justificado, o lançamento da primeira bomba atômica que abriria uma nova era na História da Humanidade.

Fiz no dia 15 de agosto uma breve alocução à colônia, pela rádio, a congratular-me pela chegada, enfim, da Paz. E ao mesmo tempo determinei que seguissem imediatamente para Colombo os dois avisos *Bartolomeu Dias* e *Gonçalves Zarco*. Há muito que tinha a opinião de que estes navios de guerra deviam estar num porto amigo próximo de Timor donde pudessem acorrer prontamente à nossa colônia caso esta caísse sem luta.

Meses antes, em 17 de maio de 1945, insistindo no ponto de vista que exprimira, sem grande êxito, em reunião de um órgão ministerial muito restrito encarregado das decisões para a recuperação de Timor e a que chamávamos "Conselho do Pacífico", escrevia eu ao Dr. Salazar: "*Timor*: Acho que é ocasião de mandar avançar os navios de guerra de Lourenço Marques para a Austrália. Senão arriscamo-nos a uma queda súbita do Japão e a não podermos fazer nada." Mas por, no Estado-Maior Naval, não se acreditar na hipótese da "queda súbita do Japão" ou fosse pelo que fosse, não se conseguiu que os barcos saíssem de Lourenço Marques. Agora importava

(1) Foi nesta viagem que, ao visitar a zona mineira do Alto Ligonha se deu um episódio a que a imprensa moçambicana deu grande relevo e que valerá a pena recordar, por traduzir uma norma que invariavelmente segui, e por nos tempos que vão correndo convir recordar o procedimento dos governantes "fascistas". Transcrevo do nº 248, ano XXII, 1946, do *Boletim Geral das Colônias* que condensou o noticiário da imprensa acerca da viagem. Vem a pág. 117: "A saída (de uma exposição de minérios extraídos na região), em nome dos mineiros que ali se encontravam, os meninos F. e F. ofereceram à esposa do Sr. Ministro das Colônias uma caixa trabalhada em marfim de um elefante abatido na região, contendo dentro uma pulseira e uns brincos de ouro trabalhados por um artista indígena, uma encantadora turmalina e uma barrinha de oiro, lembrança da sua visita ao Alto Ligonha, oferta esta que muito sensibilisou a Sra. Dª Teresa de Barros Caetano. O Sr. Ministro das Colônias pediu imdeiatamente licença para entregar a barra de oiro, no valor de cerca de 5 contos, ao Sr. Governador da Província para ser aplicado na assistência à maternidade e primeira infância. E quanto aos restantes presentes aceitou-os como recordação com a condição de dar a obras de beneficência um valor equivalente, como de fato fez."

Tudo foi avaliado na contrastaria de Macequece e pago pelo valor oficial.

que zarpassem quanto antes: ignoravam-se pormenores sobre a situação de Timor e temia-se que holandeses ou australianos ocupassem a ilha antes de nós. Mesmo que depois estes no-la entregassem, perdia-se o efeito psicológico, na população, da libertação *pelos portugueses*. Mas os comandantes dos navios objetaram com a necessidade de lhes limpar o fundo e não sei que mais, uns oficiais chegaram mesmo a mandar-me dizer que a viagem seria um perigo por num dos barcos estar empenado o veio da hélice! Os navios achavam-se há meses fundeados no porto de Lourenço Marques, inativos, e sabia-se que a missão a cumprir era, logo que possível, dirigirem-se para Timor ou para perto da ilha. Nestas condições fiz saber aos comandantes que as suas observações eram inaceitáveis e que tinham de partir mesmo. Ainda assim houve algumas reparações a fazer nas oficinas navais locais e depois tivemos que esperar que chegasse o sábado — "porque os marujos são supersticiosos e não gostam de iniciar viagens às sextas-feiras!" O *Bartolomeu Dias* partiu no dia 18.

Tinha uma boa impressão da nossa Marinha de Guerra. Sofri uma decepção com este episódio e desabafei em telegrama enviado ao Ministro da Marinha...

Num dos barcos foi o comando da expedição militar, preparada para seguir logo depois... As circunstâncias não exigiam que esta compreendesse os consideráveis efetivos previstos para a hipótese de enquadramento no exército aliado, bastando um destacamento reduzido com tropas de engenharia para a reconstrução e as unidades de infantaria estritamente indispensáveis para auxiliar a reocupação civil. Mas o Ministro da Guerra insistiu para que o destacamento misto, embora reduzido, fosse mais forte, o que fez juntar em Timor tropa excessiva e inútil, quer dizer, nociva, porque não há nada pior do que ter numa zona distante soldados jovens inativos.

No outro dos avisos partiu uma missão administrativa, desde há meses recrutada entre funcionários reputados de primeira ordem e chefiada por um inspetor, o Capitão Óscar Ruas, a qual fora preparada para rapidamente operar a ocupação da colônia e tomar em mão as tarefas da normalização da vida civil.

Entretanto, reuni-me, no então chamado Grêmio Militar, num jantar com todos os oficiais da expedição, a quem elucidei sobre a missão que iam desempenhar. E dias depois, em 1 de setembro, nos transportes *Angola* e *Sofala*, o primeiro comboiado pelo aviso *Afonso de Albuquerque*, seguiu a expedição militar, mas seguiu, também, em numerosos volumes, quanto se julgou necessário para refazer a vida num território que se previa estar devastado e desprovido de tudo.

A acumulação dessa carga nos armazéns do porto de Lourenço Marques, à espera da oportunidade para ser embarcada, levara meses

e resultara de um inteligente e metódico labor do Ministério, cuja Delegação Colonial de Importação e Compras (DELCOL), sob a direção de Manuel de Andrade e Sousa, com verbas da Metrópole, comprara, embalara, e fizera transportar os mais variados materiais e artigos.

Embarcaram assim milhares de volumes contendo desde alfinetes e carros de linha até vestuário confeccionado; desde arrobas das mais variadas sementes até selos postais, notas de Banco, cédulas e moedas de prata, cupro-níquel e cobre. Seguiram materiais de construção, uma tipografia completa, material didático para várias escolas, um hospital, medicamentos e material sanitário destinado a guarnecer postos de assistência no mato. Mandaram-se gêneros alimentícios em conserva, frigoríficos a óleo, filtros, fogões, louças e talheres. Enviou-se material de escritório e de expediente, impressos para as repartições públicas, livros, máquinas de escrever. Remeteram-se oficinas completas de serralheria, carpintaria e serração de madeiras, utensílios de pedreiros, aparelhos emissores e receptores de T. S. F.

Devo confessar que sempre considerei dos fatos mais brilhantes da minha gestão do Ministério das Colônias o ter previsto que no momento da reocupação de Timor a Colônia estaria carecida de tudo e ter pensado que os portugueses, depois dos vexames que lá haviam sofrido, não podiam regressar junto dos nativos de mãos a abanar. E que em vez da costumada lentidão burocrática — ofícios de Timor a reclamar a Lisboa tudo quanto era necessário, demora na resposta, insistência azeda de Dili, explicação do "está-se a providenciar", telegramas patéticos das autoridades locais a dizer que têm falta de todas as coisas, etc. etc. — seria admirável que os libertadores desembarcassem já com o material indispensável para pôr a andar a Colônia, e até com dinheiro novo destinado a expulsar da circulação a moeda japonesa. Pois bem: isto, que talvez fosse inédito na história da moderna administração portuguesa, fez-se. Graças à colaboração de uma admirável equipe estudou-se, previu-se, relacionou-se, compraram-se os bens, juntaram-se onde convinha reuni-los e mal acabou a preparação desse "enxoval", por sorte, foi só embarcá-lo e transportá-lo de Lourenço Marques para Dili.

Portugal é um País de críticos prontos a apontar todas as falhas, todas as insuficiências, todos os erros de quem governa. Do que corre bem não se fala. E desse êxito nunca mais ninguém disse nada.

Verdade seja que ao entusiasmo com que sonhei a reconstrução de Timor, com uma capital nova e airosa e um sopro de renovação a animar a colônia, dando aos indígenas em prosperidade e bem-estar o prêmio da sua fidelidade, correspondeu uma realidade bem mesquinha.

Não sei de quem foi a culpa, nem interessa aqui apurá-lo. Habituei-me, através da vida pública, ao triste espetáculo de ver um desígnio generoso, bem concebido e instrumentado, degradar-se de escalão em escalão da hierarquia a percorrer, desde o centro que o mandara pôr em prática até aos executores que se encarregavam de, por inépcia, ignorância, indolência e estupidez, o reduzir a mera caricatura do que se planejara. Tantas vezes assisti a coisas assim com o coração confrangido! As falências dos programas, das políticas e das leis em Portugal foram, na maior parte das vezes, devidas exclusivamente à má qualidade, à má vontade ou à incompetência de quem devia transformá-las em atos na ação de todos os dias.

Voltemos, porém, a Lourenço Marques nesse mês de agosto de 1945 em que o mundo foi abalado pela explosão de Iroshima...

Assim que foi resolvida a partida da expedição, o comandante desta e o chefe da missão civil que a acompanhava consideraram que seria utilíssima a deslocação do próprio Ministro a Timor. De Macau, o Governador Gabriel Teixeira, telegrafava no mesmo sentido: seria uma oportunidade excepcional para o Ministro das Colónias ir a Macau, que nunca fora visitada por um Ministro português, e daí se dirigir a Timor.

Expus telegraficamente o problema para Lisboa, ao Presidente do Conselho. E de Lourenço Marques perguntou-se logo ao Comando Estratégico Aliado do Oceano Índico que possibilidades havia de o Ministro das Colónias português ser transportado, em aviões britânicos, até Macau e Timor. Em pouco tempo o Comando referido respondeu que com o maior gosto faria o transporte, enviando imediatamente o plano da viagem com a indicação de várias escalas e dos aviões militares a utilizar. Dissesse eu quando queria seguir.

E o tempo começou a passar sem resposta de Lisboa... Aproximavam-se acontecimentos importantes da política interna, a minha permanência no Ultramar já durava há muito (três meses nessa altura) e acho que se pensava que a viagem a Timor era um prazer... Não era: tinha que mandar minha mulher sozinha para a Metrópole e o percurso em aviões militares, pouco cómodos, de raio de ação relativamente curto e ainda em tempo de guerra, seria um esforço penoso que só por dever de servir se faria. Mas afinal veio de Lisboa a resposta: não era precisa a minha deslocação ao Extremo Oriente. Ótimo! Iria então iniciar a viagem de regresso a Angola, passando pela província do Niassa que a chamada brusca a Lourenço Marques me impedira de visitar.

Enquanto esperava, porém, fui visitar o Sul do Save e de caminho andei pela região onde se tinha desenrolado a campanha de 1895 e celebrei em Magul o cinqüentenário da vitória das armas portuguesas.

Escrevi então as impressões dessa volta memorável:

"Por essas regiões onde sofreram e combateram os soldados portugueses em 1895 só encontrei populações submissas, campos cultivados, sinais iniludíveis de riqueza e prosperidade, num ambiente de paz que a bandeira das quinas protege e garante.

Marracuene é uma airosa vila de repouso e turismo, quase arrabaldina de Lourenço Marques, e cada vez mais se esfumam as suas tradições guerreiras para ficar só a amável Vila Luísa, que Freire de Andrade entreviu ao fundar ali um posto sob a gentil evocação da filha do Comissário Régio.

Magude, onde as guarnições viviam em permanente alerta, está hoje uma próspera povoação comercial, junto da qual existe a mais importante missão religiosa do Sul do Save, com o seu seminário para indígenas.

Do Caniçado ao Chibuto passa-se nos lugares históricos de Chaimite e de Macontene e vai-se a dois passos do Manjacaze e de Coolela; mas esse percurso ficou assinalado na viagem ministerial por um dos mais belos e impressionantes espetáculos, sem embargo da sua simplicidade. Apenas isto: ao longo dos 62 quilômetros de estrada duas alas ininterruptas de indígenas aclamavam o "branco grande", vindo do Portugal europeu, apresentando-lhe, ornadas de verdura e flores, as charruas com que lavram as terras férteis do vale do Limpopo. Para lá da estrada as manadas de gado, também propriedade dos indígenas e ostentação preferida da sua riqueza, formavam colorida parada, chefiada pelos pequenos pastores montados em vitelas e em garraios irrequietos. Das filas dos homens e mulheres postados na estrada, vestidos com fatos domingueiros à moda trazida do "John", erguia-se um constante clamor de aclamação. E assim se chegou a Chaimite, onde velhos guerreiros do tempo do Gungunhana, ainda emplumados e adornados segundo o velho estilo vátua, cantaram com as suas vozes roufenhas da idade e do vinho o cântico de homenagem e submissão.

No dia 8 de setembro, qüinqüagésimo aniversário do combate de Magul, estávamos no "grande plaino, coberto de capim amarelado, onde aqui e além se destacam montículos de muchém, escalvados uns, cobertos outros de vegetação"; o sítio encontra-se como Paiva Couceiro o descreve, apenas assinalado, no lugar correspondente ao centro do quadrado português, por um obelisco comemorativo.

Uma grande multidão de indígenas, com os seus ornatos de gala, mas empunhando bandeiras portuguesas, enchia o espaço ao redor do monumento. Frente à face principal deste, contingentes de todas as unidades de Lourenço Marques e expedicionários a Timor formavam em armas. E começou a cerimônia. Primeiro, missa campal,

celebrada por um capelão militar da expedição, que proferiu vibrantíssima prática em memória dos heróis do dia. Toda a plêiade admirável das campanhas de 95 estava ali presente, por obra da nossa piedade cristã e portuguesa.

Abençoado sangue português que regou as terras de Moçambique! Ele floriu em amor humano e riqueza material, em confiança das populações e em obras de paz! Não faltam demonstrações desse profundo domínio das almas que adquirimos com a posse indisputada da terra.

Assim, quando findou a cerimônia religiosa em Magul, iniciou-se um grande batuque em que tomaram parte milhares de indígenas, magníficos de porte e de atavio; um batuque ao som de dezenas de marimbas agrupadas em grande orquestra e tangidas pelos melhores marimbeiros do Sul do Save, afamados em toda a África Meridional, a gente de Zavala. O batuque que representava a guerra, descrevia toda a cena do combate ali travado há meio século, desde os primeiros contatos das forças adversárias até ao momento culminante da vitória portuguesa. O majs experiente artista coreográfico não conceberia nem marcaria melhor esse bailado espantoso, com uma centena de primeiras figuras e milhares de comparsas, a dançar, não apenas com arte, mas com uma sinceridade expressiva que só o fundo sentido gregário e a dramática consciência da vida que caracteriza os povos negros conseguem atingir.

A dança era acompanhada de um cântico impressionante saído da multidão e que ora se erguia em gritos a sublinhar os grandes momentos de epopéia, ora descia aos murmúrios de lamento a chorar o destino dos mortos ou a subjugação do povo... De repente, no auge do combate, toda a música estacava sem que se visse maestro que dominasse o coro majestoso: um grito sincopado, uma nota deixada a vibrar no espaço rematando o frenesi das vozes e das marimbas e os guerreiros ficavam estáticos, empunhando as lanças no ar, nessa suspensão que representava no tumulto dos combates a asa misteriosa e irresistível do Destino... E quando a música recomeçava era para se tornar melopéia, até à hora clara em que dos peitos se erguia a marcha triunfal de acolhida à bandeira portuguesa, aclamada nos transportes da vitória justa numa justa guerra!

Não era o batuque invenção de branco, nem branco haveria capaz de fazer aceitar a toda uma raça dispersa pelas suas aldeias tão natural e sincera manifestação estética. Era a nossa vitória tornada legenda, inscrita no folclore, recolhida nos mais íntimos arcanos das tradições de um povo primitivo, onde a sabedoria e a história se condensam em palavras sagradas, gestos hieráticos e música.

À volta de Magul, quis visitar palhotas perto da estrada, como tantas vezes fiz, para conhecer o modo de viver dos indígenas. A

habitação, desta feita, era de um preto ainda novo, nesse dia ausente na festa como todos os da região, e formavam-na umas quatro palhotas já guarnecidas de arcas, de muitos utensílios de trabalho e de alguns elementos de conforto. No recinto entre as palhotas, onde passeavam galinhas e cães, encontravam-se apenas duas mulheres. Uma, já velha, pilava o arroz; outra teria os seus 18 anos e brincava com um filhinho de meses.

Ao ver entrar os brancos a velha voltou-se de surpresa. No seu rosto transpareceu a irritação e gritou algumas palavras indignadas. Depois, como mostrássemos intenção de ficar e de ver, largou a correr, sempre desesperada, à procura de socorro.

Mas a rapariga não fugiu. Sorria. E ao meu sorriso para o filho, uma criança negra encantadora, gorda e calma, um destes bebês que arrancam exclamações de admiração e de ternura, ao meu sorriso para o filho, que me olhava serenamente com os seus grandes olhos escuros, estendeu-mo para que o tomasse nos braços, deu-mo para as mãos, confiante, segura de que dos brancos não lhe viria mal e talvez com a secreta intuição de estar praticando um gesto de transcendente simbolismo: o futuro do povo Vátua agora entregue carinhosamente à guarda, à proteção, à bênção do Portugal que ali um Ministro representava!"

Não posso esquecer também a visita a Inhambane. Antiga vila importante e sede de Distrito, perdera a categoria administrativa quando Armindo Monteiro substituíra os distritos pelas províncias. E, para uma terra pequena, a saída da sede do governo subalterno e do respectivo funcionalismo fora um golpe terrível. Inhambane entrara a decair a olhos vistos.

No itinerário preparado pelo General Bettencourt para a minha viagem pela Colônia não figurava Inhambane. Logo a meia dúzia de abencerragens que restava a defender os interesses locais protestou, telegrafando-me a pedir que não deixasse de visitar a terra. Acedi. E fora do giro estabelecido dei lá uma saltada.

Como aquela gente ficou reconhecida! Que alegria por todas as ruas, que efusões de júbilo, que manifestações de reconhecimento! De todos os títulos de cidadão honorário que recebi na África, dois me eram particularmente queridos: os de Inhambane, em Moçambique e de Silva Porto, em Angola.

Em Inhambane cheguei a ter a sensação de que regressava à terra natal... Os nativos cantavam, dançavam, gritavam, batiam palmas, tocavam os seus instrumentos, aclamavam delirantes, e toda a vila era percorrida por uma onda vibratória que excitava e divertia. Pouco tempo me demorei e por isso a vibração não cessou. A euforia ambiente não me impediu de estudar os problemas locais, ouvir as

queixas e aspirações e pensar soluções — que prontamente encontrei. A capital da província do Sul do Save passou de Lourenço Marques, onde não significava nada por coincidir com a da Colônia, para Inhambane. Voltou para lá um Governador com o seu funcionalismo. E a cidade ressurgiu...

Mais tarde, foi freqüente encontrar pretos que se me dirigiam com a simples apresentação de: "Eu sou de Inhambane..." E estava feita a amizade. Um dos seus habitantes, ao mandar o filho estudar na Metrópole, lembrou-se de m'o recomendar, e de fato ajudei-o como pude até ao final do seu curso de Direito.

Segui depois para o Norte, onde sobretudo me interessava visitar Nampula e a ilha de Moçambique.

Um dos encantos da África era o de ver a face da terra a transformar-se de dia para dia pelo esforço inteligente do homem. Rompiam, no meio do mato, fazendas e plantações cuidadosamente ordenadas. Revolvia-se em minas o subsolo. Surgiam indústrias aqui e acolá. A faixa branca ou negra das estradas cortava a imensidade do sertão. E onde ontem só havia algumas pobres palhotas brotavam cidades como por milagre.

Nampula, que mais tarde se converteu num grande centro populacional, era em 1945 uma cidade recente onde, não sei bem porquê, tinha sido implantada a capital da, ao tempo, província do Niassa, pois ficava no limite sul dela.

Nascera de um acampamento: por ocasião da primeira grande guerra tinham sido ali aquarteladas algumas unidades e ficou depois nos locais uma guarnição de infantaria e artilharia. Posteriormente, a construção do caminho de ferro que do litoral devia atingir (como depois atingiu) a região do Lago Niassa, fez com que em Nampula, um tanto distanciados do bairro militar, se erguessem os estaleiros, e, quando a exploração ferroviária pôde começar, estabeleceu-se junto da estação um centro de manutenção de material e de rendição do pessoal, donde a necessidade de oficinas, armazéns, dormitórios, o clube ferroviário, as casas para os empregados fixos. Logo o comércio se foi estabelecendo entre os dois bairros. E depois, capital de província e sede de diocese, os vazios foram-se enchendo com edifícios públicos e residências. Tudo novinho em folha e às vezes com certo ar de provisório.

Em contraste, que delícia aquela velha cidade de Moçambique, na ilha que deu o nome ao território e que foi dele capital política até 1897! Que comovente aquele conjunto venerando da fortaleza que servia, já no século de quinhentos, de apoio à navegação das naus da carreira da Índia, com a igreja onde estão sepultados soldados e marinheiros da gesta portuguesa do Oriente! Que encanto o daquelas ruas marginadas de casas construídas com pedras levadas do reino e onde se cruzam vultos de várias raças e religiões, num primei-

ro encontro de África com o Oriente! Que emoção a de percorrer os lugares onde poetou Camões, onde S. Francisco Xavier rezou, onde D. João de Castro estudou, e tanta gente humilde passou levando para a Índia seus sonhos e ambições ou de lá trazendo riquezas e desconsolos!

Padrão da presença portuguesa na costa oriental africana há quase 500 anos, a ilha de Moçambique constitui uma relíquia histórica, uma jóia arquitetônica, um valor humano inestimável. Entrei comovido no Palácio onde tantos governadores residiram, um palácio do estilo português das moradias nobres, com rés-do-chão e andar principal, este abrindo-se em salões magníficos de recepção. Lá dormi entre sombras de heróis e de governadores de outros tempos. E às primeiras horas da manhã fui acordado ao som de suave melopéia entoada por um coro de muitas vozes femininas com a preguiçosa doçura própria dos cantos africanos. Corri à janela. Lá embaixo, em frente do Palácio, estava uma multidão de mulheres vestidas de garridas capulanas completadas pelos panos brancos ou coloridos, que lhes cingiam os bustos, elegantemente traçados sobre um dos ombros. Era um espetáculo admirável! E os versos cantados haviam sido compostos em honra do Ministro numa saudação carinhosa que soube depois, por informação de um dos criados do Palácio, ser da autoria do "padre mouro". Recebi mais tarde esse muçulmano culto, figura destacada na sua comunidade por haver estudado em Zanzibar e já ter peregrinado a Meca. E conversávamos sobre os problemas dos maometanos de Moçambique que constituíam maioria na província do Niassa: sóbrios na comida e na bebida, honestos e cumpridores, e por isso mesmo preferidos pelos europeus para o trabalho.

A cidade de Moçambique e a de Nampula: que contraste! Uma cheia de monumentos e de história, com a pátina do passado a doirar as suas pedras, parada na sua expansão pelos limites da ilha em que fora edificada; a outra fremente de vida, a crescer todos os dias, de aspecto recente e luzídio, cada casa a pretender ser mais moderna que a outra, vendo-se por todo o lado romper o futuro pelos interstícios das suas improvisações atuais...

A África portuguesa era assim. Ao contrário de outras zonas colonizadas recentemente por países europeus, na África portuguesa havia marcas de uma presença secular, de uma presença amorável onde se notava sempre a preocupação de refazer os ambientes saudosamente deixados no reino longínquo.

E ao lado dessas relíquias surgiam as realizações atuais, traduzindo o transporte para as regiões tropicais de modos de viver e de técnicas dos tempos presentes.

Bem me dizia em Luanda o governador Bayardelle:

— Vocês, os portugueses, são únicos em África!

36

Tomamos o avião no Lumbo, na terra firme fronteira à ilha de Moçambique, para voltar a Angola. Uma viagem que só teve história por, nesses primeiros dias de setembro, serem freqüentes as queimadas que, lá embaixo, devoravam quilômetros e quilômetros de mato em áreas colossais.

Massas de ar quente subiam da terra e na altitude a que voava o aparelho que me conduzia (e nesse tempo não era ainda possível atingir grandes alturas), iam causar tremendos desequilíbrios das camadas atmosféricas, provocando a instabilidade constante do avião com quedas sucessivas em "poços de ar". Isto, durante horas seguidas, fez com que os passageiros, um atrás do outro, se sentissem vítimas do enjôo, um enjôo aflitivo que faz perder a consciência e o próprio instinto de conservação: seria benvindo naquela altura que o aparelho se despenhasse no solo!

A viagem tinha seu termo em Vila Luso, onde recomeçaria a visita ministerial a Angola. E à medida que nos aproximávamos eu via, através do véu que nublava os meus olhos de enjoado, lá embaixo, a fita branca da pista de aterragem a um dos lados da qual se notava um formigueiro de gente. Quanto mais descíamos mais nítido se tornava o ajuntamento, com a formatura da companhia indígena de infantaria, as crianças dás escolas, os notáveis da terra e a multidão dos pretos à espera de avistar o "branco grande".

O avião aterrou impecável... e, para o que eu desejava, rapidamente de mais. O tempo para me desanuviar, aprumar, pôr em condições de ser recebido "com as honras do estilo" era escasso... E para os que tinham de me acompanhar, também... Mas já a escada encostava à porta do avião. Ouviam-se toques de corneta e as primeiras palmas de saudação. O Governador-Geral, tendo ao lado o Governador da província do Bié, D. Antônio de Almeida, de farda branca, adiantavam-se solenes. Não houve remédio senão fazer das tripas coração, e sair como se não tivesse havido nada, na companhia do secretário e do ajudante. As senhoras podiam esperar um pouco mais.

E logo se trocaram cumprimentos, com revista à guarda de honra e tudo o resto que era da praxe nas recepções. Afora a minha palidez,

parece não ter sido notado o incômodo em que vinha até ali: muito pode a consciência de ter de se cumprir bem uma obrigação!

D. Antônio de Almeida, o governador a que atrás me referi, era um fidalgo, parente pobre dos Lavradios, que ainda no tempo da Monarquia abraçara a carreira de oficial do Exército, na arma de Cavalaria, e fora para África creio que no primeiro governo de Norton de Matos, em 1912. Por lá ficou desde então, e lá o encontrou Norton no seu segundo governo. Passou da atividade militar para a administração civil e depois de ser capitão-mor foi administrador de circunscrição, governador de distrito, governador de província. Devotou-se à África, amava o sertão, era no mato que se sentia feliz. Solteiro, dizia-se que apreciava particularmente os amores crioulos. Tratava com benignidade os pretos, que o respeitavam e estimavam; defendia-os quanto podia; apreciava a sua amizade, comprazia-se em os ouvir e com eles conversar. Passavam-se assim anos e anos sem ir à Metrópole. D. Antônio tinha-se tornado uma figura lendária de Angola.

Vivendo em Silva Porto, viajava com freqüência pela área do seu governo e gostava de um local bastante a leste, o Moxico, que lhe parecera de bom clima para construir uma residência onde o governador pudesse estar quando os calores apertassem ou conviesse olhar por aquela região. Assim fundou Vila Luso, a que deu o nome e que viu desenvolver-se sob os seus olhos, tomando ares de povoação civilizada de modo a merecer o foro de cidade que anos depois da sua morte veio a conquistar.

Em 1945, porém, Vila Luso ainda não era mais que um esboço da cidade sonhada pelo fundador: mas com que carinho este mostrava quanto havia feito, e os progressos registrados e os planos traçados!

A partir dali seguimos pelo planalto utilizando o caminho de ferro de Benguela na direção do Lobito. Não interessa discriminar o itinerário, largo itinerário que implicava a visita às principais localidades, sem deixar de banda nenhuma região para não suscitar melindres nas populações. Mas não resisto a recordar o que se passou em Silva Porto, a primeira cidade onde parei a partir de Vila Luso.

Silva Porto era uma cidadezinha muito bonita, bem traçada, com ares puros e saudáveis, capital da província do Bié e centro econômico da região. E a visita ministerial ia decorrendo com o programa estereotipado de todos os lugares, no qual se incluía uma sessão de boas-vindas na Câmara Municipal que, por via de regra, era aproveitada para expor necessidades e aspirações populares.

Estávamos na sessão quando, com rumor, chegou um mensageiro portador de um telegrama urgente para o Ministro. Era a 15 de setembro, um mês decorrido sobre a capitulação do Japão. O telegrama vinha de Timor. Assinava-o o governador que, embora restituído

às suas funções desde o dia 1º e tendo logo promovido, com os portugueses doentes, famintos, estropiados que restavam, a reocupação de toda a colônia, só dias depois pôde comunicar com Lisboa, graças a um posto radiotelegráfico que os japoneses puseram à sua disposição.

E de Lisboa o Ministério retransmitiu para Angola a mensagem que foi encontrar-me em Silva Porto. Contou-me mais tarde o Comandante Américo Thomaz (que, como já disse, ficara a substituir-me interinamente na gerência da pasta das Colônias) que o telegrama chegara cifrado, mas a cifra não condizia com os últimos códigos adotados nas comunicações de Dili com o Ministério. Houve uns momentos de perplexidade. Logo se calculou que, tendo sido destruídas pelo governador na altura da ocupação japonesa as cifras em uso, se houvesse agora lançado mão de alguma antiga por lá existente. Mas qual? Utilizando os seus conhecimentos criptográficos, o Ministro da Marinha resolveu "furar" a cifra. E com aturado trabalho e muita paciência descobriu a chave e pôde decifrar o telegrama, comunicando-o depois ao Dr. Salazar.

Foi esse telegrama, decifrado em tão difíceis condições, que me chegou às mãos no dia 15, em plena sessão solene. Ao lê-lo não resisti a comunicá-lo imediatamente à assistência com algumas palavras vibrantes de emoção. E o que se passou é indescritível: como se em Timor só houvesse parentes e amigos dos que ali estávamos, as pessoas choravam de alegria, abraçavam-se, gritavam vivas comovidos, aplaudiam com frenesi e de súbito, espontaneamente, romperam cantando o hino nacional. Por muitos anos que viva nunca poderei esquecer esse instante de comunhão patriótica, desencadeado pela leitura da mensagem em que o Governador Ferreira de Carvalho contava como a libertação ocorrera, a verdadeira ressurreição que se operara dos europeus moribundos em campos de concentração, e como, empolgados pela missão a cumprir, prontamente haviam executado as suas ordens e se tinham dirigido para os lugares que lhes iam sendo destinados a fim de restabelecer rapidamente, com a colaboração entusiasta dos nativos, a plenitude da soberania portuguesa. [1]

Nos primeiros dias de outubro achava-me novamente em Luanda.

À semelhança do que fizera em Lourenço Marques aproveitava o meu regresso à capital para dar balanço ao que tinha visto e ouvido, discutir com pessoas competentes os problemas da Colônia e dar as providências que estivesse na minha mão adotar imediata-

(1) A libertação de Timor e a política seguida até a conseguir foi narrada na Nota oficiosa publicada pelo Governo em 7 de outubro de 1945 e que vem reproduzida nos *Discursos de Salazar*, vol. IV, pág. 147.

mente. Como dispunha de faculdades legislativas, preparavam-se os diplomas necessários, dos quais faziam parte o do Plano de Fomento para os próximos cinco anos e a remodelação da divisão administrativa de que resultaria a criação da província do Congo com a capital no Uíge.

Entre as pessoas que recebi contava-se o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, da Congregação do Espírito Santo, com quem me propunha examinar as dificuldades das missões católicas às quais, pelo Acordo Missionário celebrado a quando da assinatura da Concordata com a Santa Sé, estava entregue o chamado ensino rudimentar (falar português, ler e escrever) das populações indígenas.

Com grande surpresa minha o Arcebispo apareceu-me de ar carrancudo e numa atitude hostil. Quando, consultando os meus apontamentos de viagem, lhe comecei a apontar as deficiências das missões que eu me propunha ajudar a colmatar, rompeu numa objurgatória veemente que me deixou perplexo.

Eu visitara, na verdade, também algumas missões protestantes em Angola, correspondendo a convites dos missionários e não desejando dar a impressão de que considerava as missões estrangeiras isentas de qualquer inspeção governamental.

Fui muito bem recebido nelas, como era natural, e numa, no Dondi, tive mesmo uma recepção calorosíssima devido talvez às relações pessoais que mantinha com o superior, o culto e excelente Dr. Tucker. Em Lourenço Marques quis ir à missão Suíça Romande, de grandes tradições locais, e onde sobressaíra em tempos a figura do célebre etnólogo Henri Monod, autor de um livro célebre sobre os bantus.

Mas nesses tempos ainda não se falava, nos meios da Igreja Católica, em ecumenismo. E, pelo contrário, lavrava uma hostilidade surda e uma rivalidade aparente do lado católico romano contra as confissões ditas protestantes e as suas atividades missionárias.

O Arcebispo exprobou, pois, com indignação a minha complacência com os protestantes, as visitas "escandalosas" às missões deles, os louvores que lhes teria feito, em contraste com as críticas que estava agora a formular às pobres, desprezadas, humílimas obras da Igreja Católica, única verdadeiramente fiel aos ideais portugueses de colonização.

Debalde lhe expliquei a minha conduta e sublinhei a intenção com que o chamara, de justamente propor toda a colaboração para tornar as suas missões tão eficientes como as melhores dos protestantes, inclusive fornecendo-lhes médicos e enfermeiros.

Não quis saber. Retirou-se de sobrecenho carregado como viera e vi que no seu íntimo estava excomungado para sempre. E de fato, anos depois, muito velhinho, ainda não me olhava de frente...

37

Estava nestes trabalhos quando em 7 de outubro chegaram os telegramas de Lisboa a anunciar que fora na véspera dissolvida a Assembléia Nacional e se ia proceder a novas eleições em 18 de novembro, abrindo-se assim uma campanha eleitoral de 40 dias.

O Dr. Salazar pronunciara um discurso sobre o fato, inaugurando a campanha. E os jornais do dia 8 punham em relevo algumas passagens dessa oração.

Em sessão extraordinária, a Assembléia Nacional procedera à revisão da Constituição Política e do Ato Colonial, esta sob proposta que eu deixara pronta e apreciada em Conselho de Ministros antes de partir para a África. A revisão fizera-se num sentido liberalizante e dela resultara a Lei nº 2.009, de 17 de setembro de 1945, com diversas alterações importantes, entre as quais figurava a ampliação do número dos deputados de 90 para 120: era esta a razão aparente da convocação dos colégios eleitorais.

Mas Salazar no seu discurso desvendava outras razões e logo de início marcara bem a ligação do fato com o termo da guerra mundial e suas conseqüências políticas, ao afirmar: "há momentos em que pode convir politicamente esclarecer o ambiente por meio de uma consulta direta à Nação."

Ia, pois, auscultar-se a voz das urnas, assegurando que se dariam todas as garantias ao ato eleitoral: "O Governo julga, no entanto, essencial à dignidade da sua própria situação que existam de direito e de fato as condições de seriedade, de segurança e de liberdade correspondentes à magnitude destes atos, além da atmosfera de calma e generosa benevolência que esteja ao seu alcance criar."

Em conseqüência, anunciou "uma anistia suficientemente ampla para abranger todos os crimes contra a segurança do Estado" com raras exceções, e a publicação de legislação suprimindo "o regime excepcional sobre a segurança do Estado" e garantindo "de modo efetivo a liberdade dos cidadãos contra a eventualidade de prisões arbitrárias". De fato, foram subtraídos os delitos políticos à jurisdição dos tribunais militares passando para os tribunais criminais

ordinários, reorganizou-se a Polícia de Defesa do Estado que deixou de ser secreta, como era desde os tempos anteriores a 1926, para constituir uma polícia judiciária, reviu-se o Código do Processo Penal, regulamentou-se, pela primeira vez na história da República, o *habeas-corpus* e assegurou-se plena liberdade de imprensa para a campanha eleitoral.

Estava o Dr. Salazar confiante no bom critério dos portugueses, chegados sãos e salvos ao fim do gigantesco conflito mundial e com todo o território nacional intacto· "o País está hoje habilitado a julgar se e como foram defendidos os seus interesses nacionais e imperiais no meio da maior convulsão que certamente houvemos de atravessar desde o começo da nacionalidade. Aos que não puderam ainda fazer-nos justiça, nem às intenções nem aos atos, eu aconselharia se regozijem ao menos com os resultados e deixem à História o julgamento definitivo. Se perante esta é porém preciso o depoimento de alguém que viveu intensamente todo o drama eu posso dizer, e devo em consciência dizer, que sem ordem interna, sem calma política, sem unidade nacional nem espírito patriótico, sem finanças e sem crédito, sem organização e direção superior da economia, sem armas e sem exército, sem navios e sem armada, sem governo estável, sem disciplina e autoridade, quer dizer, fora e à margem de tudo o que constitui o trabalho, a essência e o espírito desta situação política não sei como havíamos de distinguir o nosso interesse do interesse alheio, separar do acidental e transitório a diretriz permanente da nossa História e vencer com amigos e inimigos tão grandes dificuldades. Não afirmo que outros, com engenho excepcional e no meio da habitual desordem, as não pudessem vencer; digo apenas que de outra forma eu não saberia fazê-lo."

E abre as perspectivas da *democracia orgânica* assente na estrutura corporativa, sintetizando em poucas palavras a linha a prosseguir: "Instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos, eis o essencial — tudo o mais, como no Evangelho, virá por acréscimo."

Fiado na solidez da sua obra e na bondade das suas idéias abre, pois, um jogo largo a desafiar o eleitorado: "E porque somos de opinião de que não se pode governar contra a vontade persistente de um povo, este dirá se deve mudar-se de sistema."

Eis aqui o convite ao voto plebiscitário — que logo encheu de alvoroço os tradicionais inimigos do regime. Mais acicatados pela passagem atrevida que adiante veio no discurso: "Ignoro se os indivíduos que a si próprios definem e marcam posições de hostilidade quererão disputar as eleições, concorrer com lista própria — chamemos-lhe, por facilidade, de oposição. Podem e têm o direito de fazê-lo; e se as pessoas apresentadas ao sufrágio, pelo fato de representarem

altos valores mentais e morais ou constituírem mesmo verdadeiras autoridades sociais, que tão lamentavelmente vão desaparecendo no nosso tempo e na nossa terra, forem superiores aos candidatos apresentados pela União Nacional será até vantajoso que a Nação os prefira."

A oração continua sempre no tom elevado, racional e sereno em que Salazar costumava colocar e examinar os problemas. Mas de arrojo em arrojo, sem talvez avaliar o impacto que vão produzir as suas palavras, ou (como penso) sinceramente disposto a preparar a saída do Poder, ele lança na mesa mais uma carta inesperada: a da permanência no Governo:

"A permanência, para além do que a nossa instabilidade habitual podia desejar ou prever de certo número de individualidades no exercício das mesmas funções, pode ter criado a sensação de que estão indefinidamente barrados os acessos, e de que as renovações desejáveis, o aproveitamento de valores novos, a satisfação de ambições legítimas não podem nestas circunstâncias verificar-se. A situação — *talvez pessoalmente eu próprio* — aparecerá como árvore frondosa sob cuja sompra espessa nada politicamente pode vicejar e crescer. Nada mais injusto e menos exato."

.....

"Nem eu podia pensar nunca, trocando o patriotismo pela vaidade, no que de lisonjeiro pudesse deduzir-se da situação atual: antes entendi sempre que a força e o interesse do País não estão em apresentar um exemplo de longevidade governamental, mas em dispor de muitos homens preparados para as altas funções do Estado. Demais não tenho ambições nem interesse em governar (digo-o por não ser qualidade, mas defeito).

"Apenas tenho o desejo, esse sincero e profundo, de que uma obra à qual muitos dedicaram e tantos já sacrificaram a vida não seja exposta à ignara compreensão, à incompetência total, ao redemoinho de tão baixas mentalidades e de tão vis paixões que nos desonrem como homens e nos envergonhem e traiam como portugueses."

Este discurso, tão nobre nos intuitos, tão cuidado nas expressões, foi interpretado pelo vulgo como um ato de renúncia.

— Salazar vai-se embora! — diziam-me no Palácio do Governo, com ar preocupado, as pessoas com quem falava. E era a versão insinuada pela imprensa, que em manchetes sensacionalistas dava notícias de Lisboa tendentes a anunciar grandes acontecimentos políticos, e até um telegrama da Reuter publicado em certo jornal da tarde de Luanda em letras garrafais comunicava que Salazar tinha casado

na véspera, em cerimônia íntima celebrada na capela da sua residência, com D. Carolina Asseca. Sinal certíssimo, para a maioria das pessoas, de que o Presidente resolvera pôr termo à sua vida pública e constituir um lar.

Tudo isto provocou um verdadeiro levante em Angola: o sobressalto dos amigos, o entusiasmo dos adversários, a hesitação dos tíbios.

Eu procurava informar-me pela via dos telegramas oficiais trocados com o Ministério e recebia notícias tranqüilizadoras: não havia intenção de abandono do Poder mas apenas o desejo de fazer eleições sinceras; Salazar após o discurso partira, como todos os anos fazia por essa altura do ano, para Santa Comba Dão; era falsa a notícia do seu casamento.

38

Esta fantasiosa notícia do casamento de Salazar trazia água no bico.

Já expliquei que o meu desígnio é relatar a experiência dos meus contatos com Salazar no decurso da vida pública decorrida sob a sua chefia. E não entrar em mexericos, as *fofocas* brasileiras, que são tão fáceis de tecer ao redor das grandes figuras, cuja humanidade as sujeita às fraquezas da espécie gulosamente exploradas pelos que, como certos bichos, só engordam e se rebolam quando podem apanhar algum esterco.

O Dr. Salazar foi o único filho varão dos seus pais e por isso naturalmente acarinhado pela mãe, senhora que dizem ter sido inteligente e voluntariosa e a principal orientadora e conselheira do filho. Talvez à devoção dela se devesse a sua ida para o seminário, que era a escola dos pobres e o meio de acesso social dos aldeões. Mas na alegria com que as mães encaminhavam dantes, em Portugal, os filhos preferidos para a carreira do sacerdócio, não havia apenas a generosa doação a Deus do que possuíam de melhor e a natural ambição de vê-los prestigiados e venerados pelos vizinhos e patrícios: entrava também um pouco de egoísmo, por os padres não terem de partilhar o amor humano, que devotam a quem lhes deu o ser, com outra mulher...

A verdade é que Salazar, mesmo depois de saído do seminário, mantendo-se sempre piedoso, continuava a ser o filho dedicado, atencioso e meigo que sempre fora. Entre ele e a mãe conservou-se um vínculo de grande ternura e entendimento.

Isto explica que Salazar por um lado apreciasse sempre a presença feminina, por outro guardasse às mulheres certo respeito que o levou no princípio da vida laical a não se casar.

Tratava as mulheres com atenções e delicadezas, fosse qual fosse a sua situação social, e nem de outro modo se explicaria o caso da senhora Maria que, entrada ao seu serviço quando ele era professor em Coimbra, o acompanhou até morrer. Com outras mulheres mantinha amizades, não sei se amorosas ou não, pouco importa, como

pouco importa saber qual o grau de intimidade a que chegou com algumas. Basta notar que estava longe de ser misógino, tinha prazer na convivência feminina e à sua roda giravam sempre várias mulheres em quem sabia despertar adoração sem limites, a quem recebia, com quem conversava, cujas vidas acompanhava com desvelado interesse, às quais enchia de pequenas atenções e enviava flores... sempre com requintes de sensibilidade.

Dizia-se que ao acabar o curso de Direito pusera os olhos numa senhora, filha do fidalgo proprietário das terras de que seu pai era feitor. Nunca soube ao certo o que se passou, embora o irmão dessa senhora tivesse sido um dos meus bons amigos. Mas parece que a pretensão foi tomada por impertinente ousadia e o orgulho do jovem bacharel pobre ressentiu-se da recusa, como era natural.

Desde então não se lhe conheceu outra intenção matrimonial. Procurava manter uma vida de família, chamando para casa alguma criança para educar — e havia sempre lá uma menina pequena por ele abrigada e sustentada e que tratava com carinhos de pai. Nem sempre foi bem sucedido com essas pupilas: mas eu vi, muita gente via, como lhes queria, como seguia os seus estudos, como as cercava de mimos — embora dentro da austera concepção de vida que herdara da família aldeã.

Mas aí por volta de 1940 começou a notar-se a sua assiduidade junto de uma jovem viúva, de família aristocrática, inteligente e fina, com quem gostava de estar, mantendo longas conversas telefônicas quando não podia visitá-la na sua quinta de Sintra. Dentro de pouco tempo o namoro era conhecido. E em recepções oficiais, dadas como Ministro dos Negócios Estrangeiros, mais de uma vez Salazar teve ao pé de si D. Carolina Asseca.

Creio que houve entre eles verdadeiro amor. E Salazar começou a acalentar o sonho do casamento. Mas (ouvi-lhe mais de uma vez dizer) como poderia um homem casar e dar a atenção devida à sua mulher e ao seu lar, conservando as absorventes e esmagadoras preocupações que nessa altura, em plena guerra, pesavam sobre o Presidente do Conselho português?

Entre os íntimos começou a constar que Salazar desejava ver-se livre do encargo da governação para tentar a felicidade doméstica num lar em que pudesse devotar-se à mulher escolhida.

Prestados ao País os grandes serviços que tinha consciência de lhe ter rendido ao mantê-lo longe da guerra e ao entregá-lo, finda ela, intacto, prestigiado e com reservas materiais e morais suficientes para arrancar de novo para o futuro, julgava-se com direito a sair do Poder com a gratidão pública, retirando-se para a vida privada, senão com as honras de herói nacional, ao menos rodeado de respeito e veneração.

E porque isto se fora espalhando, e já em círculos cada vez mais amplos ia sendo sussurrado de ouvido em ouvido, é que a notícia do casamento — não me lembro já se celebrado de noite, conforme a imaginação do correspondente da agência o descrevia em termos de misteriosa sensação — tinha um significado político muito preciso. Era então verdade: Salazar estaria mesmo resolvido a retirar-se à vida privada.

O jornalista sabia o que insinuava ao expedir o telegrama que, liberado pela censura, os jornais angolanos (e não sei se os das outras províncias) davam com destaque inusitado.

39

A inquietação lavrava, pois, no meio político de Angola, onde os elementos que se consideravam em oposição ao governo de Lisboa imediatamente entraram em atividade. Sabia-se de contatos com os democratas da Metrópole. Estes haviam desencadeado logo na imprensa uma campanha de crescente intensidade contra o regime. E em sessão realizada no modesto Centro Escolar Republicano Almirante Reis deliberaram elaborar uma exposição em que reclamassem, como condição para irem às urnas, garantias do que consideravam "eleições livres" (creio que a fórmula nasceu então) com novo prazo para remodelação do recenseamento eleitoral e outra reformas. Para essa exposição pediam as assinaturas dos cidadãos que não estivessem de acordo com o modo como estavam previstas as eleições. Foi a origem das célebres *listas* cuja subscrição dentro em pouco se quis transformar em plebiscito contra o governo e o próprio regime. A angariação de assinaturas para as listas empenhou rapidamente muitos ativistas que criavam um ambiente de intimidação a que poucos solicitados ousavam resistir. Enchiam-se folhas e folhas de papel com nomes que os jornais reproduziam em escandaloso alarde de um movimento generalizado e imponente contrário ao Estado Novo. E as sessões de propaganda começaram, simultaneamente com o incremento da campanha da imprensa.

Nem Salazar, nem os seus colaboradores, nem os dirigentes da União Nacional contavam com o desencadear de tamanha tempestade cujas ondas ganhavam a província e repercutiam no Ultramar.

Perante a desorientação e incapacidade dos que em Lisboa deviam dirigir a campanha do lado governamental, Salazar regressou rapidamente a Lisboa e com a sua presença restituiu alguma serenidade aos partidários, começando a tomar pessoalmente o comando das operações.

Em Angola já a oposição se movimentava e corriam os nomes de eventuais candidatos. Também lá muitos que se diziam, até há pouco, fiéis partidários do governo se apressavam a tomar lugar entre os adversários, não fossem estes ficar vitoriosos, como parecia anun-

ciar-se. E neste capítulo viram-se coisas espantosas: um capitão-médico que dias depois da minha chegada a Luanda se me apresentara como delegado em Angola da Legião Portuguesa, manifestando exuberante fé nacionalista, secretariou a primeira sessão de propaganda oposicionista. E como este, outros.

De Lisboa veio a indicação dos nomes que a União Nacional queria propor para deputados por Angola. Eram pessoas não residentes na colônia mas que noutros tempos nela tinham exercido funções oficiais. Já se sabia, porém, que os candidatos escolhidos pela oposição seriam velhos colonos radicados em Angola e que iriam pessoalmente conduzir a sua campanha eleitoral. Respondi, pois, que não me parecia bem proporem-se candidatos da União Nacional sem ouvir o Ministro, estando este demais a mais em Luanda, e que dado o ardor da luta que se avizinhava seria desastroso opor a pessoas presentes e atuantes nomes de ausentes que só o zelo das autoridades faria sufragar. Assim consegui que me fosse entregue a escolha dos candidatos da União Nacional.

Começaram então a surgir as sugestões de vários nomes entre os quais figurava com insistência o de Henrique Galvão.

Como disse, este fora adiante de mim para África. E apareceu-me em Lourenço Marques, já vindo do norte, com algumas informações sem grande interesse sobre o regime do trabalho dos indígenas refletindo por vezes animosidades pessoais antigas contra uma ou outra empresa. A respeito dos organismos de coordenação econômica, quase nada. E as mais importantes decisões para a reforma do regime da cultura do algodão tomei-as sem ele, e com a colaboração do Prof. Aurélio Quintanilha, que dirigia o Centro de Investigação Agronômica da Junta de Exportação do Algodão. Assentamos no levantamento de uma carta de aptidão dos solos para a cultura algodoeira, de modo a evitar que os indígenas plantassem em terrenos contra-indicados e, conseqüentemente, de baixa produtividade. A carta foi levantada, e anos depois estava pronta com grande utilidade para a normalização da cultura.

Logo depois da chegada de Galvão a Lourenço Marques tive um problema: o General Bettencourt recusava-se a sentar-se com ele à mesma mesa do Palácio do Governo-Geral, para almoçar ou jantar, por considerá-lo pouco honesto.

Tive de lhe dizer em tom enérgico que Henrique Galvão era um inspetor superior, que era da praxe os inspetores superiores serem recebidos nas refeições do governo-geral e que, sendo o palácio uma residência oficial, era eu quem convidava, não em razão das minhas amizades pessoais, mas por motivos de protocolo. Portanto ele, Governador-Geral, continuaria a vir à mesa e o Henrique Galvão

seria meu convidado. Obedeceu, contrariado, mas não escondeu nunca, nos contatos com o Inspetor, a sua antipatia.

Galvão, aliás, parou pouco tempo em Lourenço Marques. Foi logo caçar elefantes para o Maputo, por sinal que ia lá ficando quando lhe falhou um tiro e ao recuar caiu para trás, já com o mastodonte a avançar sobre ele. Valeram-lhe os companheiros que mataram o animal. Henrique Galvão chegou emocionadíssimo ao Palácio e ofereceu-me, em sinal da sua estima, as duas presas do elefante que esteve prestes a vitimá-lo. Dei-as mais tarde a uma miniaturista para os seus trabalhos em marfim.

Depois foi, sempre à minha frente, para Angola, onde, mal se começou a falar em eleições, logo iniciou junto dos colonos a sua propaganda, prometendo que, se fosse deputado, falaria alto e bom som em Lisboa sobre as coisas da Colônia.

Já então o convívio mais assíduo me tinha revelado melhor o caráter do homem. Mentia com uma facilidade impressionante, mesmo sem necessidade, deixando-se apanhar em coisas sem importância. Falava de tudo com leviandade, inventando o que não sabia com imaginação fértil. Era homem de rancores e o fato de aparecer naquela altura como agente direto do Ministro proporcionava-lhe alguns ajustes de contas.

Não podia merecer confiança de ninguém: falhara à de Armindo Monteiro, como à de Vieira Machado, meus antecessores, ambos seus amigos. Tinha de me acautelar dele.

Mas lançara bem a rede das suas influências na Colônia. De todo o lado vinha até mim a informação de ser o seu nome o que estava à cabeça nas preferências populares quanto a eventuais candidatos da lista governamental. Eu resistia. Mas as pressões eram muitas, começava a ser urgente a formação da lista, era preciso quanto antes lançar na nossa propaganda homens conhecidos e ativos para se contraporem à mobilização do adversário. Acabei por transigir e assim Henrique Galvão veio a ser eleito deputado por Angola.

Presidi em Luanda a uma sessão de propaganda da lista em 26 de outubro e antes do dia das eleições regressei à Metrópole. Não pude visitar o Congo Belga, como estava combinado, por causa das exigências do momento eleitoral. Galvão permaneceu em Angola. Eu cheguei a Lisboa após longa viagem marítima que mais me isolou dos acontecimentos, nos últimos dias da campanha, encontrando entre os meus amigos um ambiente de excitação e consternação que me preocupou.

40

À medida que ia conversando com os amigos inteirava-me do que tinha ocorrido e estava a ocorrer.

A oposição julgara chegado o seu momento de derrubar o governo e pôr termo ao regime da Constituição de 1933 denominado "Estado Novo". As circunstâncias pareciam propícias. A derrota dos países do Eixo significava o ocaso dos regimes autoritários e a vitória da democracia, sem embargo de entre os vencedores figurar a URSS, com o seu governo mais totalitário possível. E internamente as dificuldades econômicas, o mal-estar causado pela inflação e pelo racionamento dos abastecimentos, favoreciam um estado de espírito popular adverso ao governo.

Os restos dos partidos afastados da vida pública em 1926 — sobretudo do Partido Republicano Português, comumente chamado Partido Democrático, e dos Partidos Nacionalista, Liberal e Radical, donde muita gente tinha aderido ao novo estado de coisas — saltaram logo à liça cheios dos ressentimentos criados pelo longo período de afastamento do Poder. Mas na clandestinidade estava atento o Partido Comunista Português, revigorado pelo prestígio obtido pela União Soviética no termo da guerra e sempre pronto a desenvolver, a par da atividade clandestina, a possível "atividade legal". Pegou a ocasião pelas orelhas e apressou-se a propor aos velhos e caducos republicanos liberais uma aliança para derrubar o regime, espécie de "frente popular" segundo a fórmula tão do seu agrado.

E assim, enquanto de mão em mão, pelo País fora, corriam as *listas* a recolher assinaturas já não se sabia bem para quê — mas com o intuito de dar aparência generalizada à oposição — organizava-se o Movimento de Unidade Democrática (MUD) com o seu complemento juvenil (MUD juvenil).

O ataque desenvolveu-se bem conduzido e impiedoso. Os fundamentos ideológicos do regime foram veementemente atacados. Toda a obra realizada pelos governos desde 1926 foi contestada; nada se poupava, nenhum mérito ou valor se concedia. Nos jornais, libertos da censura, os escritos e as entrevistas sucediam-se a demonstrar

os erros, as deficiências, as insuficiências do regime, na maior parte das vezes com muita má-fé e abusando da facilidade de criticar tão característica dos portugueses.

Exigia-se que nos 20 anos decorridos desde a Revolução de 28 de maio tivesse sido transformado completamente o País recebido na última das decadências, economicamente pobre, financeiramente arruinado, com uma população em grande parte analfabeta, desprovido das mais rudimentares estruturas porque até quase todos os serviços do Estado, incluindo quartéis, estava alojada em velhos conventos desafetados no princípio do século XIX.

Parecia que os partidos democratas e o regime em que eles vicejavam haviam dado a felicidade aos portugueses e tinham construído um paraíso donde a ditadura os expulsara. Quando a verdade era outra: antes de 1926 não havia nem pão, nem liberdade, nem ordem, nèm progresso, e fora depois dessa data que se havia dado à Nação a possibilidade de prosperar em paz, vencendo com felicidade as gravíssimas crises que a Europa e o Mundo tinham atravessado.

E na campanha oposicionista nem se poupavam as pessoas, procurando voltar-se à tradição portuguesa de difamar os homens públicos, ameaçando-os com sanções, bombardeando-os com doestos, calúnias e insinuações, como se todo aquele que se dispusesse a servir a sua Pátria em postos de governo e de administração fosse necessariamente desonesto. Era a indigna prática da Monarquia, em que os partidos na oposição sistematicamente denegriam os adversários enquanto estes governavam, os quais pagavam na mesma moeda aos insultadores logo que se invertiam posições.

Faltou na altura um chefe prestigioso e inteligente nos meios democratas que afastasse os comunistas e orientasse as forças oposicionistas de modo a, aceitando a Constituição vigente e sem rejeitar o que estava feito, concorrerem às eleições no propósito de promover uma evolução progressiva do regime.

Salazar estava aberto a uma fórmula dessas: ele mesmo o dissera. Mas ficou profundamente chocado com o jorro de críticas passionais, de comentários injustos e insultuosos, de ameaças veladas ou ostensivas, em que se transformou a campanha da oposição.

Apesar de prevenido por várias pessoas do ambiente degradado da opinião no País — e mostrei atrás como procurei pela minha parte informá-lo — não acreditou que estivesse como estava. Homem frio, habituado a encarar os acontecimentos através da razão e com critério justo, convenceu-se de que a maioria dos portugueses procederia com o mesmo critério. E que saberia reconhecer o enorme esforço administrativo realizado por ele, e a habilidade política com que assegurara a ordem interna e a neutralidade no conflito internacional.

Pensava que os seus compatriotas salvos da catástrofe que fora a guerra mundial pelo gênio político do seu Presidente do Conselho, chegados àquela altura com os proventos morais e até materiais da posição tomada e tendo abertas largas perspectivas como Nação intacta e cheia de possibilidades para o futuro, lhe estariam gratos e reconheceriam o valor das instituições que tinham permitido tudo isso.

Talvez, consagrado por um ato plebiscitário o regime e a sua obra, ele pudesse retirar-se, deixando mesmo aberta à oposição a possibilidade de colaborar no Poder. Ele sairia em beleza — "à Churchill", disse-me mais de uma vez — e então até porventura fundasse o sonhado lar.

Nesta ilusão caminhou para as eleições sem prévia preparação que incluísse a organização dos seus partidários e a previsão das frentes de luta. A União Nacional estava dirigida por pessoas estimáveis, mas sem prestígio político nem espírito combativo. O Ministério do Interior tinha à sua frente um tenente-coronel que lá fora posto por indicação do Ministro da Guerra para dar ao País a sensação de força.

O Tenente-Coronel do Estado-Maior Júlio Botelho Moniz era conhecido nos meios militares e tido como denodado partidário do Estado Novo. Mais popular no País era, porém, seu irmão Jorge Botelho Moniz, figura extraordinariamente interessante, espécie de d'Artagnan, bravo e cavalheiresco, inteligente, ágil e bem falante. O Jorge tomara parte, ainda cadete da Escola de Guerra, na revolução contra o governo do Partido Democrático em 5 de dezembro de 1917, chefiada por Sidônio Pais. E foi desde então figura destacada na política portuguesa: após o sidonismo, em que brilhou como jornalista no diário *A Situação*, combateu a revolução monárquica de Monsanto em 1919, e ingressou no Partido Nacionalista, acompanhando depois Cunha Leal na dissidência que teve o nome de União Liberal Republicana, partido de que foi um dos "Marechais". Veio o 28 de Maio e Jorge Botelho Moniz apoiou-o, mantendo-se fiel à Ditadura quando o seu amigo Cunha Leal, em conflito com Salazar, se virou contra ela. Botelho Moniz apareceu sempre na primeira linha de combate, como jornalista na reaparecida *A Situação*, e como militar, comandando o grupo de assalto que atrevidamente, a quando da revolução da Madeira em 1931, desembarcou no Machico e forçou à rendição as tropas rebeldes.

Foi fundador do Rádio Clube Português. Por ocasião da guerra de Espanha quando, nos primeiros dias, a imprensa portuguesa pendia ainda a favor do "governo legal" contra os militares insurretos, toma ele próprio nas mãos o microfone para apoiar o levantamento, e a sua voz vibrante vira a opinião pública portuguesa e sustenta o

ânimo dos sitiados no Alcazar de Toledo, que só a estação portuguesa conseguiam ouvir.

Após essa campanha radiofônica não se deixa ficar quieto: é, no célebre comício da Praça do Campo Pequeno, um dos oradores mais aplaudidos, funda com outros a "Legião Portuguesa" e oferece-se para combater ao lado das tropas nacionalistas em Espanha, assumindo o comando dos voluntários portugueses denominados *viriatos*.

Este era o Jorge Botelho Moniz. Mas o irmão Júlio, que estava no Ministério do Interior, constituía sob muitos aspectos a sua antítese. O Jorge era uma inteligência viva e rápida, o Júlio pensava descansado e devagar; o Jorge era orador fácil e tribunício, o Júlio tinha dificuldade de falar, mesmo sem ser em público; o Jorge tinha uma figura marcial, direito, altivo, de monóculo faiscante, o Júlio era uma figura apagada, pesada, de maneiras suaves e óculos comuns; o Jorge era um homem de campo e de campanha, um *troupier*, com espantoso poder para galvanizar homens e exercer o comando, o Júlio era um homem de gabinete, feito para o serviço de Estado-Maior; o Jorge era político, gostando de conciliar, de manobrar, de agradar, o Júlio era militar, rígido, duro e inflexível.

Mal chegado ao Ministério do Interior, Júlio Botelho Moniz com a idéia de que os políticos então atuantes na província com influência local eram desonestos, como tão freqüentemente pensavam os militares, demitiu de uma vez todos os governadores civis e escolheu outros, do seu agrado, sem ouvir nem os chefes locais nem a União Nacional. As pessoas escolhidas eram em geral homens novos, alguns deles vindos do Nacional-Sindicalismo, embora o de Évora fosse apenas um lavrador sem grande cultura nem passado político, mas que se revelou depois, por muitos anos, habilíssimo chefe distrital. Quase todos foram mal recebidos nos distritos, e formaram entre si um grupo à margem das forças políticas organizadas, apenas ligado pela fidelidade ao Ministro.

De modo que no momento das eleições os governadores civis na sua maioria não tinham o domínio das respectivas circunscrições, não estavam aliados às comissões da União Nacional. E o Ministro inabilmente, quando viu o incêndio a lavrar, resolveu lançar lenha na fogueira, falando grosso à oposição e ameaçando-a claramente.

Salazar, chamado precipitadamente de Santa Comba Dão, como já disse, pelos amigos em pânico, ao ver que se estava preparando a subversão da sua obra e do regime a que se consagrara, sem poupar nada nem ninguém, resolveu atalhar o movimento das listas e intimidar os que as faziam circular e as subscreviam.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado entrou em ação. Como era voz corrente que as pessoas assinavam as listas por serem coagidas a isso (e mais de um signatário, arrependido, apareceu a

declará-lo) a Polícia intimou o advogado Mário de Castro, em poder de quem estavam com o fito de serem apensas à exposição por ele elaborada, a entregá-las. Mário de Castro entregou-as, o que os amigos políticos nunca lhe perdoaram, como se a finalidade delas não fosse a de serem presentes ao Governo. E de posse das listas, a Polícia abriu inquérito para averiguar se as assinaturas eram autênticas e se tinham sido apostas livremente, começando a chamar subscritores um por um para os interrogar.

O efeito desta ação foi, como trâmite da campanha eleitoral, muito mau, como não podia deixar de ser. Mas a firmeza de Salazar fez hesitar os adversários e restituir ânimo aos partidários. Em todo o caso, quando cheguei a Lisboa, o ambiente entre os amigos do Governo estava longe de ser eufórico.

Foi uma campanha com erros de parte a parte. E erros graves, que influíram na seqüência dos acontecimentos e na vida e no caráter do regime.

A oposição, pretextando não ter sido escutada nas suas pretensões, absteve-se de ir às urnas. Mas o MUD permaneceu e, como aliás aconteceu em todas as campanhas eleitorais, com reforço da posição comunista. Enquanto a União Nacional, demais a mais quase desprezada pelo Ministério do Interior e pelas autoridades, saía do pleito desprestigiada e mais enfraquecida. E todavia tenho a certeza de que nas urnas, com a concorrência da oposição, a sua vitória seria decisiva.

Assisti após às eleições — que tiveram lugar em 18 de novembro — a uma reunião da Comissão Central da União Nacional e da sua Junta Consultiva, destinada a fazer o balanço do que se passara. Tive pena de Salazar. À medida que iam falando as pessoas presentes que tinham andado pela província em propaganda eleitoral, o seu rosto acusava cada vez maior tristeza e decepção, o brilho dos seus olhos percucientes diminuía e quase se apagava. Era um a contar como em certa região os eleitores estiveram renitentes em votar com o Governo por acharem altas as contribuições ou por ainda não ter sido construída uma estrada, outro narrando a irritação com o racionamento durante a guerra, aqueloutro falando da revolta contra os "grêmios", e mais este dando conta da defecção de um grande influente local a quem não se tinha livrado, como pedira, o filho do serviço militar... Enfim, um rosário de razões mesquinhas e de descontentamentos estúpidos como no tempo em que as eleições se faziam à base da troca de favores: as benesses do Poder contra a obtenção do voto.

E Salazar só murmurava: "Valha-nos Deus! Valha-nos Deus! E então os interesses do País? Mas não mudou nada na mentalidade deste povo, não mudou nada! Foi em vão que trabalhamos estes

anos todos para o educar politicamente, para o tirar do chafurdo da politiquice partidária e dar-lhe a noção dos grandes interesses nacionais!"

Essa reunião, privada, precedeu outra, ampla, a abrir a qual Salazar fez o balanço público do ato eleitoral de novembro anterior. A leitura desse discurso, 30 anos depois, impressiona pela semelhança das situações de então e do presente (abril de 1975) e pela clarividência dos fatos. Ao expor as suas reflexões sobre o que se passara, nota que "a liberdade em Portugal não se limita nem se disciplina a si própria; se, juntamente com a vasta loquacidade permitida, mais largas se houvessem dado no respeitante à ação, a ordem correria o risco de ser subvertida".

A liberdade em Portugal não se limita nem disciplina a si própria: grande verdade. A maioria dos portugueses continua a confundir liberdade com licença e anarquia. Por isso quando é livre sob a égide das leis não acredita sê-lo: e só se julga liberto ao rejeitar todas as normas de conduta, sem saber que se torna então no mais escravo dos povos, sujeito como fica ao arbítrio de autoridades e de particulares e dos seus próprios instintos.

E já então Salazar nota que por trás dos inocentes políticos democratas, convencidos da possibilidade de um regresso a formas caducas de governo, "compareceram também ao encontro fortuito das oposições os que, reconhecendo como nós a decrepitude de certo número de princípios e a falta de adaptação aos novos tempos, receiam a revolução social que empreendemos e desejariam fazê-la violentamente por conta própria... ou alheia".

E continua: "Mesmo abstraindo das circunstâncias peculiares do caso português o certo é que o Mundo, cansado ou desiludido, vai varrendo do terreno político os meios termos e formando nitidamente à direita ou à esquerda. O debate já não é sobre o movimento social em marcha, mas sobre os melhores métodos políticos para o conduzir e fazer triunfar..."

O aspecto social tem, aliás, papel importante nesta sua declaração política: "A política social que nos surge como marca inconfundível da época presente postula melhor aproveitamento e mais justa distribuição das riquezas, e nem um nem outra serão possíveis sem sujeição a planos que em muitos casos transcenderão o nacional para se situarem no domínio mundial." Era o anúncio dos planos de fomento que começariam a ser executados anos depois.

E ainda outra palavra merece relevo, porque é uma palavra profética: "Estão aí no horizonte dois problemas — o da rádio e o da informação mundial — que ou são resolvidos de modo a garantir-se a objetividade, a justiça, o respeito alheio, ou vão converter-se

em sérios fatores da perturbação do Mundo." E não havia ainda a televisão...

Concluía por fim no seu estilo elevado: "O debate político que se trava não tem em geral o valor limitado de uma disputa partidária. Não. É em muitos casos um aspecto da eterna luta entre o bem e o mal, a verdade e o erro, a vida e a morte. O meu desejo, o meu empenho é que os portugueses se elevem por momentos acima das suas preocupações e pequeninos despeitos, para considerarem estes problemas que transcendem a vida de todos os dias e cuja correta solução interessa ao futuro da Pátria."

Sim. Era isso o que pretendia. Mas ao ver como as realidades estavam longe das suas aspirações e que eram os "pequeninos despeitos" que continuavam a reger a opinião, invadiu-o uma tristeza profunda que progrediu até à depressão: e durante muitos meses foi um melancólico.

41

Depois da minha chegada da África dediquei-me ativamente ao trabalho do Ministério procurando pôr em marcha providências que a visita tinha demonstrado serem necessárias.

Os contatos que mantivera com os dirigentes dos territórios estrangeiros vizinhos tinham-me posto perante problemas da maior importância que não encontrava devidamente instruídos e esclarecidos nos arquivos do Ministério: o resgate do caminho de ferro e do porto da Beira, a emigração dos indígenas para o Transvaal, o regime do caminho de ferro de Lourenço Marques, o aproveitamento das águas internacionais do rio Cunene...

Resolvi fazer um relatório do que escutara e tratara nesses encontros, e extrair dos documentos existentes, laboriosamente reunidos, os elementos históricos e jurídicos que explicavam e enquadravam a posição atual dos problemas. Nasceu daí um *"Memorandum sobre as relações de Angola e Moçambique com os territórios estrangeiros vizinhos"* que foi impresso na Imprensa Nacional numa tiragem restrita e confidencial. Esse memorandum serviu para orientar as negociações que sobre os assuntos versados dirigi e continuou a ser útil aos que me sucederam.

Em Angola tinha estudado a elaboração de um plano de fomento, qüinqüenal, destinado a dar seqüência a outro que o meu antecessor executara. Plano modesto, destinado sobretudo a desenvolver a proteção sanitária, o incremento demográfico e a educação da população nativa, a dotar a colônia das infraestruturas de que tanto carecia e ao fomento agrícola, pecuário, florestal e mineiro. Para esse efeito se criava o Fundo de Fomento de Angola que seria dotado de 300.000 contos! [1] Bons tempos! Eu próprio negociei em Lisboa dois

(1) Para avaliar o que representava esta soma em 1945 será conveniente informar que nos seis anos anteriores se gastara em fomento 135.000 contos, com os quais se construiu o porto de Luanda (43.000), se montou a rede radiotelegráfica de Angola com 27 estações (20.000), se edificaram excelente liceus e escolas, se construíram 25 Km de caminho de ferro e se alargou a bitola de 161 Km de outro, etc. etc. etc.!

empréstimos a longo prazo para obter recursos, um de 100.000 contos, com a Companhia de Diamantes a 2% ao ano, e outro de 150.000 contos, a 3%, com a Caixa Geral de Depósitos. Era quase de graça!

Entretanto negociava também com o Banco de Angola a criação de um Departamento de Fomento que, com capital, reservas e contabilidade próprias pudesse conceder o crédito agrícola e industrial, a médio e a longo prazo, de que a colônia tanto carecia. E que foi efetivamente criado, à sombra do banco emissor, beneficiando do prestígio, do conhecimento das praças e do serviço de informações dele, sem afetar nada a sua liquidez.

Para o desenvolvimento de Angola e de Moçambique era essencial o suprimento das suas necessidades de energia que no segundo desses territórios era obtida quase exclusivamente do carvão. Tratou-se de, na costa oriental, aproveitar as águas do rio Revué, na região privilegiada do Chimoio, a dois passos de Vila Pery, próximo da Beira e da fronteira da Rodésia — a quem mais tarde a Hidro-Elétrica do Revué, que fiz criar, vendia grande parte da energia sobrante. E em Angola preparou-se uma missão, chefiada pelo Engenheiro Trigo de Morais, e de que faziam parte os Engenheiros Rui Sanches e Mertens, para ir estudar as possibilidades de aproveitamento do rio Cunene e de outras riquezas hidráulicas da província, estudos posteriormente utilizados para grandes obras levadas a cabo.

Outro problema que me preocupava era o do estabelecimento de comunicações aéreas regulares entre a Metrópole e as suas províncias de Ultramar.

O desenvolvimento da aviação durante a guerra conferia aos observadores a certeza de que, depois da paz, a aviação civil receberia enorme incremento.

Em outubro de 1944, um mês depois de eu tomar posse do cargo de Ministro das Colônias, o Dr. Salazar criou na Presidência do Conselho o Secretariado da Aeronáutica Civil e para o dirigir convidou o Tenente-Coronel Humberto Delgado que, mal tomou posse, logo me foi cumprimentar.

Éramos amigos há um par de anos. Conheci-o capitão, fogoso e ardente partidário da Revolução Nacional e sectário intransigente do Dr. Salazar, tendo publicado em 1933 um vigoroso livro panfletário, intitulado *Da pulhice do Homo Sapiens* em defesa da obra do Ministro das Finanças e atacando violentamente quantos a ele se opunham e o criticavam. Um dos mais enérgicos e combativos sustentáculos do regime criado em 1926, foi dos primeiros dirigentes da Legião Portuguesa e dos primeiros Comissários Nacionais adjuntos da Mocidade Portuguesa. Ao pé dele todos os nacionalistas pareciam tíbios. Tinha-se destacado em alferes ao fazer frente em fevereiro de 1926 a uma insurreição de sargentos na qual fora ferido intencionalmente

por um dos insurretos a quem, depois de curado, ia matando com um cavalo-marinho. Aparecia sempre como estrênuo defensor da disciplina e da ordem social.

Ascendeu mais rapidamente que os camaradas da mesma geração graças ao aproveitamento de boas oportunidades: primeiro, a criação do quadro da Aeronáutica militar, onde ingressou como piloto aviador com imensas vagas em todos os postos superiores; e depois, mediante a aprovação no curso do Estado-Maior que dava, com a integração no respectivo Corpo, o direito a avançar dois anos na antiguidade. Era sempre, desse modo, um dos oficiais mais jovens da sua patente.

Inteligente, ninguém podia negá-lo. Falava precipitadamente, como uma metralhadora. Era irrequieto, impulsivo e ambicioso. Tinha de si mesmo uma alta opinião, acompanhada do sentimento de não ser devidamente valorizado e utilizado e de certa inveja quanto aos que progrediam na vida mais do que ele.

Todavia possuía um fundo honesto e a aspiração, ainda que truculenta, de "pôr tudo no são". Não mentia por sistema como o Henrique Galvão. E havia mesmo nele, como é freqüente entre os militares, certa ingenuidade de adolescente na consideração de assuntos estranhos à sua profissão.

Quando cheguei ao Ministério das Colônias encontrei lá pendente de aprovação um projeto de aeroporto para Bolama, na Guiné. Examinei-o com técnicos das minhas relações e chegamos à conclusão de que deveríamos, quanto antes, lançar uma rede de infraestruturas da aviação em todo o Ultramar português que permitisse a realização de carreiras intercontinentais e a atuação do tráfego internacional.

De modo que a visita do Humberto Delgado permitiu já uma larga conversa sobre a política aeronáutica.

No Ministério das Colônias preparou-se o diploma que criava um Gabinete Técnico dos Aeródromos Civis destinado a trabalhar só para o Ultramar. Mas o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Engenheiro Cancela d'Abreu, propôs-me que o Gabinete abrangesse na sua competência todo o território português, ao que anuí, criando-se, portanto, por acordo dos dois ministérios, o primeiro serviço nacional, da Metrópole e do Ultramar.

Durante a minha longa visita à África eu utilizara, para me deslocar, os aviões da DETA, de Moçambique. Creio ter sido o primeiro membro do Governo português a fazer a viagem de Luanda a Lourenço Marques por via aérea.

No regresso a Lisboa convoquei o Humberto Delgado e manifestei-lhe a minha impaciência pela demora dos estudos do lançamento

da "linha aérea imperial", que ligaria Lisboa a Luanda e Lourenço Marques.

Estou a vê-lo chegar à porta do gabinete e a ouvir a sua voz:

— Dá licença...?

E a pergunta, feita em tom alto e claro, era acompanhada por um ruidoso bater de tacões ao tomar a posição de sentido. Era sempre assim.

Disse-lhe as minhas impressões de viagem. O entusiasmo que trazia comigo sobre a enorme vantagem de desenvolver os transportes aéreos em continentes vastíssimos, de largas distâncias a percorrer, como a África. Mas não havia tempo a perder. Podíamos melhorar os nossos aeródromos e aeroportos, mas havia já muitos pontos de apoio utilizáveis. Vamos a isso?

Humberto Delgado no seu tom sacudido assegurou-me, logo ali, que podia estar certo de que iria acelerar os trabalhos preparatórios. E dentro de pouco tempo, efetivamente, teve lugar a primeira viagem experimental. A esta seguiu-se a segunda, em maio de 1946, na qual tomou parte, em representação do Ministério, um dos meus secretários, o meu irmão Nuno, que tinha *brevet* de piloto civil.

Com que ansiedade, com que entusiasmo, íamos acompanhando esses passos! As viagens experimentais, porém, concluíram que a carreira comercial Lisboa-Lourenço Marques não tinha condições para subsistir... Não importa: tomamos sobre nós, Humberto Delgado e eu, a responsabilidade de a lançar — o Dr. Salazar não foi contra — e no ano seguinte, em 8 de janeiro de 1947, a carreira foi inaugurada, com dois vôos por mês, 11 escalas entre Lisboa e Lourenço Marques e a duração de seis dias de viagem de ida e de outros tantos para a volta. No aeroporto de Lisboa, Humberto Delgado e eu discursamos no ato inaugural. Os aviões levavam a insígnia TAP para o céu.

Os problemas de Cabo Verde mereceram também a minha atenção. Era indispensável criar condições para o arquipélago resistir às secas periódicas sem ter de se ocorrer em cada caso com auxílios de emergência. Para isso, a solução era pesquisar águas subterrâneas, criar e melhorar regadios, arborizar áreas onde as espécies escolhidas pudessem vingar na tentativa de modificar o clima. Uma missão de silvicultura, dirigida pelo meu amigo Engenheiro Lúcio Mercês de Melo, procurou essas áreas arborizáveis e delimitou os respectivos perímetros. Em maio de 1946 criei a brigada técnica de estudos e trabalhos de hidráulica que durante muitos anos iria prestar relevantes serviços nas ilhas, na captação e no abastecimento de água às populações, na arborização e até no melhoramento das espécies pecuárias, este no seguimento de estudos feitos pela missão veterinária também lá enviada em 1946.

Trabalhava o mais que podia no ambiente de depressão política a que me tenho referido. Tive, como é natural, freqüentes encontros com Salazar que achei sempre preocupado e triste, embora escutando com a maior atenção os relatos da minha viagem e não deixando nem um só momento de prosseguir na sua atividade quotidiana. Mas novamente deixou de reunir os Conselhos de Ministros... Bem quereria eu ter também elementos para atacar a fundo os problemas do trabalho indígena: mas Henrique Galvão, eleito deputado, desaparecera-me, agora dispensado do serviço do Ministério pelo exercício do mandato parlamentar.

... até ao dia em que, com espanto compreensível, soube que apresentara na Assembléia Nacional um aviso prévio acerca do trabalho forçado no Ultramar, comunicando à Presidência a sua intenção de requerer para o debate uma sessão secreta.

Nesse dia escrevi-lhe uma carta dura, exprobando a deslealdade do funcionário e do colaborador, que, sem dizer uma palavra ao Ministro e sem apresentar o relatório que me devia entregar da missão incumbida por mim, ia levantar na Assembléia Nacional um problema delicadíssimo que sabia poder servir de pretexto para graves ataques internos e internacionais ao Governo e ao País.

Henrique Galvão respondeu-me numa carta lamurienta, a fazer-se de vítima. Escusado será dizer que a partir dessa altura cessaram praticamente as nossas relações.

42

Em 27 de janeiro de 1946 faleceu meu Pai.

Tinha 82 anos e até poucos meses antes da morte estava são, robusto e ativo. Alto, forte, com uma barba muito bem cuidada, na velhice ainda não de todo branca, eu nutria por ele natural amizade e veneração. Muitas vezes tenho pensado e dito que foi ele que transpôs os mais difíceis obstáculos no caminho da ascensão social da nossa família.

Filho de uma modesta família aldeã, da Serra de Lousã, meu avô morreu cedo. E jovem, meu pai teve de vir para Lisboa, percorrendo a pé a maior parte da distância desde a longínqua aldeia serrana até à capital. Aqui exerceu os misteres que se lhe abriam até na sua terra ser sorteado (era o tempo das "sortes") para o serviço militar. Assentou praça em Artilharia 1, então em Lisboa, onde a sua inteligência, o seu aprumo, a sua conduta lhe proporcionaram depressa a promoção a cabo e a 2º sargento.

Creio que foi quando a Guarda Fiscal criou o seu corpo de cavalaria, para vigilância da raia seca, que transitou para lá no mesmo posto de 2º sargento: nesse tempo a passagem do Exército para as guardas municipal e fiscal fazia-se sempre em soldado, e só por razões especiais se conservavam postos de cabo ou sargento. Na Guarda Fiscal ficou alguns anos, lá foi promovido a 1º sargento e daí teve acesso, então facultado aos que preferissem a carreira civil em vez do oficialato da Guarda, a aspirante das Alfândegas. Na Alfândega de Lisboa trabalhou até a aposentação, exercendo sucessivos cargos, alguns de responsabilidade e confiança.

Era muito inteligente, daquela inteligência autêntica que consiste em ver as coisas como elas são, na sua realidade profunda, nas suas razões de ser, nas suas perspectivas de evolução, penetrando no âmago delas. Uma inteligência apoiada em bom senso que fazia dele conselheiro procurado e apreciado de amigos e de instituições. Escrevia primorosamente, colaborando com assiduidade no jornal *A Comarca de Arganil,* onde versava temas com a preocupação de esclarecer e educar o povo e de promover o progresso da região. Por vezes com

antevisões curiosas, como a do aproveitamento do rio Zezere muitos anos antes dele ser realizado, e noutros casos sustentando campanhas vigorosas de defesa dos interesses dos povos, como quando se tratou de expropriação dos bens da aldeia de Unhais que a construção da barragem de Santa Luzia condenava a ficar submersa. Minha mãe, que conhecera na aldeia natal dela — o Colmeal — era igualmente inteligente e foi esposa e mãe modelar. A grande preocupação de ambos foi educar e instruir os filhos, dando cursos às filhas no tempo em que raras mulheres os faziam. Infelizmente minha mãe morreu, de uma crise cardíaca, tinha eu nove anos, mas deixando minhas irmãs já criadas.

À inteligência viva e refletida aliava meu Pai a bondade. Uma bondade que transparecia dos seus olhos e dos seus gestos, e se exprimia, sobretudo a partir aí dos 50 anos, depois de enviuvar de minha Mãe, na atuação cristã que à piedade esclarecida juntava a prática assídua da caridade na conferência da S. Vicente de Paulo de que foi um dos fundadores na freguesia da sua residência em Lisboa — a freguesia dos Anjos.

Durante anos e anos, sobretudo a partir da aposentação, visitou famílias pobres nas suas casas consagrando-lhes as horas livres, para conversar com os seus membros, ouvir as suas desditas, ajudá-los a resolver os seus problemas, ampará-los nas suas dores e aflições. Tanto corria repartições e escritórios à procura de empregos para os desocupados, como orfanatos e asilos para colocar crianças, hospitais para internar doentes (que depois visitava como se família fossem), e dispunha sempre de médicos amigos para assistir necessitados e de farmacêuticos complacentes para lhes aviarem receitas em conta.

De modo que toda a freguesia conhecia o "Sr. Alves Caetano", os pobres porque a ele se dirigiam nas suas precisões, os ricos porque a ele entregavam contribuições para a sua conferência e problemas a resolver. Todos o estimavam, e pelos anos fora, muito tempo decorrido depois da sua morte, de muitos continuavam a chover bênçãos sobre a sua memória.

Aliás, não era só aos pobres da freguesia dos Anjos que valia. Conservou sempre entranhado amor à sua terra natal onde por vezes ia (não com muita freqüência, porque lho não permitiam as condições econômicas) para reviver dias felizes, passando alegremente pelos lugares da Serra onde abundavam amigos e parentes. E eram numerosos os conterrâneos que ao chegarem a Lisboa para por lá ganharem a vida, começavam por procurar o Sr. Alves Caetano, a fim de que os orientasse, apoiasse e encaminhasse no trabalho. A ele traziam depois alguns deles os cobres poupados, pedindo que lhos guardasse para quando regressassem ao torrão. Porque quase todos possuíam na serra as suas fazendas que as mulheres iam cuidando

de inverno enquanto os maridos granjeavam por Lisboa o dinheiro que a agricultura, suficiente para a sustentação da família, não lhes podia porém proporcionar. E então, quando o verão chegava, lá iam à casa do Sr. Alves Caetano buscar os rolos das moedas de prata, de níquel, de cobre que meu pai conservava nas suas gavetas, cuidadosamente rotulados com os nomes dos donos e contabilizados, e lhes entregava prontamente — recebendo os agradecimentos e as despedidas "até pró ano".

Foi, pois, grande o meu desgosto pela sua perda: eu era o seu único filho varão do primeiro matrimônio, nele sempre encontrara carinho, compreensão, estímulo. Não falara nunca a seu respeito, creio eu, com Salazar, mas amigos comuns tinham-lhe dito que espécie de homem era meu Pai. Logo que soube do falecimento, escreveu-me uma carta amiga:

"Meu caro Doutor Marcello Caetano

"É quase meia-noite quando me chega a triste notícia da morte de seu Pai, e por ser tarde não sei se me será possível fazer ainda chegar-lhe às mãos esta carta com a expressão do meu pesar. Sei que são inúteis todas as palavras para diminuir a nossa dor em tais circunstâncias; mas nem por isso me dispenso de lhe dizer que o acompanho com a maior simpatia neste doloroso momento. A si e a todos os seus apresento os mais sentidos pêsames.

Mtº Attº amigo obgº

"Domingo

27.1.1946"

Oliveira Salazar"

No dia do funeral, quando na Igreja dos Anjos cheia de gente do bairro e de outros amigos meus e da família, ia ser rezada missa de corpo presente, celebrada por um velho amigo, o Cônego Ayres Pacheco, grande orador sacro doutros tempos, que proferira a oração fúnebre — que ficou célebre! — nas exéquias por alma do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe vilmente assassinados em 1908, notei de repente um alvoroço na assistência: era Salazar que chegava. Encaminharam-no para o pé de mim, naturalmente, e abraçou-me com emoção. Ao meu lado assistiu à missa e acompanhou as cerimônias do saimento. Depois seguiu no cortejo até ao cemitério do Alto de S. João onde uma multidão de gente humilde, conterrâneos da serra da Lousã residentes em Lisboa, pobres dos Anjos, confrades de S. Vicente de Paulo... esperava silenciosamente o féretro. Com essa multidão, que respeitosa, seguiu a pé o caixão até à cova onde meu Pai foi enterrado segundo seu desejo expresso,

Salazar misturou-se como um qualquer. E, de novo a meu lado, assistiu à inumação até que a última pazada da terra cobrisse a sepultura. Quando meu irmão mais novo, perto de nós, teve uma crise de choro foi ele, como se pertencesse à família, quem primeiro solicitamente se interessou pelo pequeno.

Não escondo quando me sensibilizou este gesto de Salazar. Continuei sendo na política o "amigo incômodo": mas o sentimento de gratidão permaneceu sempre vivo por isso e por tantas outras atenções pessoais de que lhe fui devedor.

Creio que, neste ano de 1975 em que escrevo — ano que não pode ser apelidado "da graça", como tradicionalmente se dizia, já que o mundo parece ter deixado de estar na graça de Deus — ser grato a alguém, pelo menos em Portugal, é um escândalo. A norma é pagar o bem com o mal, esquecer favores, trair amizades, e só excepcionalmente um homem se confessa fiel a admiração antiga ou a um reconhecimento devido. Paciência. Sou grato à memória de Salazar por muitos gestos de amizade e de bondade que teve para comigo, sem que isso me impeça de ver com clareza e com justiça os traços da sua personalidade e as realidades da sua obra. E se algumas vezes foi desagradável e injusto para comigo, paciência, procuro esquecer isso. Porque nas relações humanas, em todas elas, há sempre palavras, gestos, atitudes que magoam os que são amigos, e o importante é avaliar o saldo do balanço entre o bom e o mau. Quando esse saldo é positivo, para que havemos de envenenar a memória com ressentimentos?

43

Desde 1926, com João Belo no Ministério das Colónias, que os governos da Ditadura tinham procurado, no seguimento, aliás, do que timidamente começara a ser realizado pelos últimos governos da 1ª República, amparar e animar as missões católicas nas colónias portuguesas. Reconhecera-se que só por Amor de Deus as pessoas abandonavam família, comodidades, lucros, para se entranharem desinteressadamente no sertão a educar os indígenas. A experiência das escolas laicas fora um fracasso. Houve, portanto, que regressar às missões religiosas. Tanto mais que, enquanto o anticlericalismo perseguia as obras católicas portuguesas o Estado era obrigado pelas convenções internacionais a admitir nos seus territórios africanos as missões estrangeiras de todas as confissões.

Com Salazar a liberdade da Igreja foi restaurada, a Concordata regulou as relações entre os dois poderes, as missões foram largamente incentivadas, o Estatuto Missionário veio dar-lhes novos meios e novas garantias. Foram criadas várias dioceses no Ultramar, Luanda e Lourenço Marques passaram a sés arquiepiscopais, e nos seminários então criados começou a ser formado o clero indígena.

O Governo pensou ter chegado em 1946 o momento, por ocasião do primeiro consistório celebrado depois da guerra para criação de cardeais, de a Igreja reconhecer o esforço missionário português por forma mundialmente retumbante.

O Embaixador de Portugal no Vaticano era o Dr. Antônio Carneiro Pacheco, inteligência viva, homem de ação incansável e tenacidade persistente. Quando metia ombros a uma tarefa, nada o detinha: não ouvia razões contrárias, não queria saber de objeções, não temia obstáculos. Arrastava com ele tudo e todos. Digo isto sem que contudo possa deixar de reconhecer a boníssima condescendência com que falava comigo e aceitava escutar-me. Era uma prova — entre muitas que dele recebi — da amizade que me dedicou e que procurei retribuir-lhe.

Carneiro Pacheco mandou fazer ao consultor eclesiástico da Embaixada, Monsenhor José de Castro, o estudo da História Eclesiástica portuguesa no tocante à tradição da existência, a partir de D. João V, de dois cardeais portugueses. Um era, por inerência, o Patriarca de Lisboa; o outro seria indicado pelo Rei, e por isso se chamava o "Cardeal da Coroa", propondo José de Castro que se lhe chamasse, na República, o "Cardeal Nacional". E este foi o título da monografia publicada.

Ora este segundo cardeal, segundo a tese do Governo português devia agora sair das dioceses missionárias. A Santa Sé aceitou a idéia, embora a negociasse. A guerra privara a Itália e a Holanda das suas colônias e havia muitos padres italianos e holandeses desocupados, a passar necessidades nos seus países. Estaria Portugal disposto, já que tinha tanta carência de clero, a receber nas dioceses africanas uns centos desses missionários? Carneiro Pacheco, sem ouvir o Governo de Lisboa, respondeu logo que sim.

Então o Vaticano mandou vir a Roma o Patriarca de Goa, D. José da Costa Nunes para o examinar. Mas as coisas da Índia começavam a não estar boas... Os olhares voltaram-se para Lourenço Marques cujo Arcebispo, D. Teodósio de Gouveia, cursara Teologia em Roma onde fora condiscípulo do Papa Pio XII ao tempo reinante, e depois estivera anos no Colégio Português existente na Cidade Eterna, como subdiretor e diretor. Era um "romano", o que para a Cúria tinha grande importância. E no Consistório de 18 de fevereiro de 1946 D. Teodósio foi preconizado Cardeal.

Lá foi o Arcebispo a Roma onde, com o ritual da praxe, recebeu a visita *di calore* a dar-lhe a notícia da elevação ao cardinalato e depois, em S. Pedro, foi investido pela imposição do chapéu que simbolicamente o transformava em Príncipe da Igreja, conselheiro e eleitor dos papas.

Regressou a Lourehço Marques por Lisboa, e fui encarregado de representar o Governo nas cerimônias comemorativas da criação do primeiro cardeal da África negra.

Eu conhecia o Cardeal Gouveia desde o verão de 1928. Estava então nas Caldas da Rainha a fazer o meu estágio no Ministério Público como subdelegado do Procurador da República, simultaneamente com as funções que exercia na vila próxima de Óbidos. E na época balnear a vida social decorria a maior parte do tempo no lindo parque da cidade onde, depois das horas de serviço no tribunal (estava a substituir o delegado em férias), me encontrava com os amigos para as longas conversas das tardes estivais.

Entre esses amigos figurava o Cônego da Sé de Lisboa, Dr. Joaquim Martins Pontes, um dos homens mais cultos que conheci,

sempre a par das últimas novidades literárias dos campos da Filosofia e da História sem deixar de constantemente cultivar os seus clássicos.

Estava lá a banhos um outro amigo meu, o poeta Afonso Duarte, gravemente atingido pela tabes, velho republicano radical e anticlerical. Apresentei-os, vencendo a relutância do Afonso Duarte em conhecer um cônego... E a conversa começou. O Afonso era professor da Escola Normal de Coimbra e andava encantado com um livro recém-aparecido na França ou na Bélgica, não me lembro bem, cheio de novidades sobre a teoria da linguagem. Já me tinha falado nele. E na conversa, não sei como, mencionou-o também: qual não foi a sua surpresa quando o Cônego Pontes lhe diz que já lera o livro e entra em franca e animada discussão das idéias do autor! O Afonso Duarte não cabia em si de espanto.

— E eu convencido de que era a primeira pessoa em Portugal a ler o livro! — comentava ele depois para mim.

O caso é que ficaram amigos. Daí por diante quem queria encontrar no parque o Afonso Duarte era procurá-lo ao pé do Cônego Pontes. Discutiam largamente Filosofia, Estética, História da Arte...

— Com que então você virou clerical? — brincava eu com ele certa vez.

— Ah! Estes homens da Igreja são formidáveis! Se não fossem, como é que tinham adquirido a influência que possuem nas sociedades latinas? — retorquiu-me. — E mal você imagina o sabor que tem ao regressar, pela manhã, do tratamento termal, encontrar o padre sentado à sombra de uma árvore do parque a ler Horácio, ou Ovídio, ou Juvenal... Porque não sei se você já deu por isso: são as leituras matutinas dele!

— Depois do Breviário... — observei-lhe.

— Lá isso não sei. Mas que lê os poetas latinos e os aprecia com gosto e elegância, isso sim.

Ao Cônego Pontes juntava-se também um outro padre de Lisboa, pároco do Coração de Jesus e amigo da minha família, o Dr. Ernesto Sena de Oliveira.

Uma tarde estávamos os três conversando no parque quando se viu aparecer um padre alto, corpulento, de chapéu romano e batina, que procurava alguém. O Dr. Sena de Oliveira conheceu-o logo e chamou-o:

— Teodósio! Teodósio!

Tinham sido condiscípulos em Roma e o Dr. Teodósio, de passagem por Portugal, ia visitá-lo às Caldas. Ao aproximar-se de nós tive a sensação de estar vendo um bebê sustentado com aquele "alimento dos deuses" que serviu de tema a um romance de Wells e agigantado graças a ele. Tinha uma cara grande e imberbe a rematar

o corpo pesado, as feições eram feias, mas o aspecto não era desagradável. Sena de Oliveira apresentou-nos e durante dois ou três dias ficou fazendo parte da nossa tertúlia. Soubemos que, além de doutorado em Roma em Teologia e Direito Canônico, possuía licenciaturas noutras matérias por universidades estrangeiras. Mas a sua cultura não brilhava. O P.e Teodósio não era cintilante ou então não queria sair da sua modéstia.

Passaram-se anos, foi elevado a Bispo e Arcebispo, e quando cheguei ao Ministério das Colónias recebi as suas saudações recordando a amizade feita nas Caldas da Rainha. Por ocasião da minha visita ministerial a Moçambique estava ele ausente. E agora cumpria-me honrá-lo e saudá-lo revestido da púrpura cardinalícia.

As homenagens incluíram uma sessão solene na Sociedade de Geografia sob a presidência do Marechal Carmona, Presidente da República. Nela proferi o discurso principal. Estávamos em 17 de março de 1946 e ainda durava entre os partidários do regime a sensação desagradável deixada pelo ataque impiedoso da oposição na campanha eleitoral anterior. Ao iniciar a minha oração, saudei o Chefe do Estado ali presente e aproveitei para evocar os grandes serviços por ele prestados e os benefícios do regime por ele presidido. A assistência, composta por católicos e gente do Ultramar, que enchia a deitar por fora a grande sala da Sociedade, rompeu em calorosos aplausos que atingiram a ovação quando rematei o exórdio associando Carmona e Salazar.

Foi, após as eleições, a primeira manifestação significativa de apoio ao Governo, segundo alvoroçadamente os amigos notavam.

Recebi no dia seguinte uma carta de Salazar:

"Meu caro Doutor Marcello Caetano. — Julguei prudente não me aventurar ontem à Soc. de Geografia porque não estou a passar bem e receei os efeitos de grandes tonturas da cabeça. Mas pude seguir a sessão pela telefonia. Vi com prazer que o público reagia bem em face de muitas passagens do seu discurso compreendendo-lhes o alcance e aplaudindo-as com calor.

... A sessão foi curta e decorreu com elevação. Parabéns por tudo.

M.to A.to Ven. Obg.

Oliveira Salazar."

Resultou de tudo isto um convite da Comissão Municipal do Porto da União Nacional para, em 27 de maio seguinte, ser eu a fazer nessa cidade o discurso comemorativo do 20º aniversário da Revolu-

ção Nacional. Acedi. Vieram depois dizer-me que o Presidente da República iria nessa altura ao Porto, pelo que o discurso seria uma conferência que teria lugar em sessão solene a celebrar na sala árabe do Palácio da Bolsa, com toda a assistência a envergar — casaca! Protestei, insisti no meu desejo de falar a um grande auditório popular, mas sem resultado. O Porto, isto é, a fina flor da sua burguesia não dispensava a solenidade, o elitismo, a casaca. Não tive remédio senão encasacar-me para proferir o meu discurso subordinado ao tema — "Hoje como ontem, o Estado Novo" — procurando provar que as instituições vigentes não tinham perdido atualidade ideológica nem eficácia operativa e continuavam a constituir o regime adequado às condições próprias da Nação Portuguesa.

O Marechal Carmona chegou fatigado ao fim do dia (estava velhinho) e não pôde comparecer, fazendo-se representar pelo Ministro das Finanças, que se encontrava na cidade, donde era natural. E a conferência, transmitida pelas emissoras radiofónicas, foi ouvida em todo o País e valeu-me vivas manifestações de aplauso e de adesão da parte dos salazaristas. "Estamos a recuperar-nos!", era a expressão ou o sentimento comum dos amigos.

Bem demonstrativo dessa mudança de ambiente foi o artigo que Henrique Galvão publicou, no *Jornal de Notícias* do Porto, de 7 de junho e que não resisto a reproduzir. Tinha o título de "Uma conferência política":

"A conferência política que o prof. Marcelo Caetano, Ministro das Colónias, realizou no Porto, em comemoração do vigésimo aniversário da actual situação política, foi, por muitos títulos, notável.

Lamento o empobrecimento do adjectivo que, por muito usado e aplicado, a obras e homens que nada têm ou tiveram de notáveis, não corresponde exactamente, desvalorizado como se encontra, ao valor da oração pronunciada. Emprego-o contudo... com o valor de há cinquenta anos — de antes da inflação qualificativa.

Como homem que, em política, nunca foi outra coisa senão o que é arripiam-me, muitas vezes, certos discursos, conferências, palestras, etc., que ouço em campanhas mais ou menos vivas de propaganda política e me parecem, perante os objectivos que dizem visar e as ideias que defendem, valores negativos. Ou porque são mero chorrilho de palavras empoladas, mas desmioladas; ou porque ofendem a inteligência dos ouvintes; ou porque excitam os ódios; ou porque deformam a evidência; ou, simplesmente, porque refletem apenas, na sua vacuidade aparatosa, o propósito de marcar posições pessoais à custa de subserviências indignas.

A conferência do sr. Ministro das Colónias, ao contrário, honra uma situação política.

Em primeiro lugar reconheça-se que agitou ideias e defendeu ideias sem, para isso, precisar descer ao nivel perturbante da ofensa e do insulto aos adversários politicos.

Os adversários politicos atacam-se, combatem-se — mas não há que ofendê-los nem que insultá-los, porque, de alguma forma, se diminui e desvaloriza a própria posição do atacante — pelo menos a posição moral.

E assim, o primeiro mérito desta conferência, bem pensada, bem deduzida — seja qual for a controvérsia de factos ou de ideologias que possa suscitar — foi o seu nivel.

Em segundo lugar, reconheça-se também que foi apresentada com cristalina clareza. Concordando ou discordando, entendê-la-iam um cavador de enxada e um académico. E não estaria deslocada nem numa Casa do Povo nem na Academia. Esta arte de se fazer entender por todos — especialmente em politica — é das mais difíceis e não se concebe sem um fundo de sinceridade mental e moral que geralmente falta aos incompreendidos do povo. Não se inferiorizou um só momento com o recurso às palavras rebuscadas, de acepção fugitiva, e que, enevoando a expressão, reflectem afinal o nevoeiro das ideias. E também não se serviu nem das palavras ou frases contundentes que pretendem correr como *"slogans"* e que, na politica como no comércio, com o seu ar de agentes publicitários, são puros estupefacientes, destituidos de toda a dignidade mental. Em terceiro lugar — e este aspecto resulta dos próprios nivel e clareza do pensamento e da expressão — considerou que um público que escuta e lê, não deve ser tratado como as massas desmioladas, às quais basta a ressonância das palavras para se embriagarem. Quer dizer: defendendo o direito de ser respeitado respeitou os direitos mentais de um auditório inteligente. E estou convencido: mesmo aqueles que, por formação politica ou por divergência de ideias, menos concordaram — se sentiram respeitados e respeitaram o notável documento politico produzido pelo Prof. Marcelo Caetano.

Finalmente: admitiu corajosamente que há e haverá erros, insuficiências, deslizes — e, implicitamente, que um governo, ou uma situação politica, se defendem muito melhor, quando proclamam as suas virtudes, não negando nem ocultando os seus erros (sinal de que dispõem dos orgãos e elementos de revisão e correcção) do que teimando em ignorá-los ou querendo impô-los como acertos.

Eu sei que tais processos se condenam nos jogos da politica — mas creio que consiste nisso uma das fealdades da politica. Nas lutas politicas é mais ingrata a situação dos governos, aos quais, na melhor das hipóteses, apenas é dado realizar parte do possível — do que a da oposição que, sem riscos nem responsabilidades que comprome-

tam as suas palavras, exigem, não só todo o possível, como ainda todo o *ideal*. O fenômeno é vulgar, especialmente quando se trata de *fazer* ou *reclamar* em matéria social. Os governos são assim conduzidos, pelas suas forças de suporte, à ocultação dos erros e ao narcizismo político. Mas quer-me parecer que a ocultação dos erros, além de não iludir ninguém e provocar reacções, mesmo para além dos círculos políticos, acaba por convencer os próprios que os cometem, e seriam capazes de os emendar, da inexistência dos erros — isto é: conduz à dificuldade ou impossibilidade de os corrigir.

E assim, também deste ponto de vista, a conferência do sr. Ministro das Colónias se deve considerar modelo de conferências políticas.

Por isso — e mais por isso do que por qualquer outra razão — o pensamento positivo da conferência e o relato da obra realizada nos últimos vinte anos, alcançaram relêvo e expressão impressionantes.

Por mim, a quem a própria política mais desgosta do que apraz — confesso: se fosse possível (e por que não?) manter a política neste nível de dignidade intelectual, de equilíbrio moral, de vigor combativo e dentro dos limites humanos de respeito do homem pelo homem, em que se manteve a conferência do sr. dr. Marcelo Caetano, nem no mundo, nem entre nós, ela seria tão feia como às vezes parece.

E talvez os homens que não acertam a pensar da mesma forma e no que pretendem, pudessem, sem prejuízo do que pensam e do que querem, apertar as mãos quando se encontram e estimar-se quando se desencontram".

Leio agora este artigo e mal acredito que tenha saído, tão equilibrado, tão elegante, da pena de Henrique Galvão. No fundo havia o peso na consciência de ter sido desleal para o homem que confiara nele.

A onda levantada pelo ímpeto da oposição na campanha não morrera ainda. O MUD permanecia ativo nas suas comissões operantes nas localidades e na secção juvenil a trabalhar nas escolas. Apesar de o Dr. Salazar continuar a recolher na política externa os frutos da sua política durante a guerra: fora um sucesso a visita de uma esquadra britânica ao Tejo nos fins de março com novas e expressivas declarações de amizade e gratidão da parte dos governantes ingleses.

As comemorações do 5º centenário do descobrimento da Guiné que sob a minha orientação decorreram na Sociedade de Geografia onde se realizou uma excelente exposição histórica, proporcionaram o ensejo de reafirmar o orgulho português pela sua missão de revelar o Mundo à Humanidade e de difundir a cultura nas terras descober-

tas. E em 2 de junho terminou o primeiro acordo de utilização dos Açores pelos Estados Unidos da América, com a entrega a Portugal do aeroporto de Santa Maria com todo o seu equipamento. Pela mesma altura, estando no Poder na Grã-Bretanha um governo trabalhista, o Sr. Bevin na Câmara dos Comuns declarava que a utilização de facilidades nos Açores contribuíra materialmente para o esforço de guerra, aproveitando "para registrar o grande auxílio prestado à causa aliada pelo Governo português..."

44

Não tendo podido vencer na pugna eleitoral, os elementos oposicionistas passaram à conspiração. E dela resultou o célebre "Movimento da Mealhada". Num regimento de cavalaria motorizada, no Porto, aproveitando a negligência tão corrente nos quartéis portugueses, alguns subalternos entre os quais um tal Pacheco de Amorim, que posteriormente continuaria a dar mostras do seu desequilíbrio, levantaram de madrugada as praças, tomaram carros de combate e formaram uma coluna que largou, pela estrada de Lisboa, para o Sul, até ser interceptada próximo de Coimbra, na Mealhada, por um destacamento da Guarda Republicana. Os revoltosos renderam-se sem esforço ao verificarem que mais ninguém os secundara na rebelião.

Era em 10 de outubro e eu ainda estava a residir nos arredores de Lisboa para onde fora passar o verão. Assim que tive notícias dos acontecimentos dirigi-me ao Ministério do Interior. O incidente estava encerrado. Mas fiquei impressionado ao ver o Ministro tão cansado, com um ar profundamente abatido apesar da vitória. Às vezes uma simples indisposição de saúde pode influir na atitude das pessoas.

O ambiente era propício à agitação. As seqüelas da guerra não tinham desaparecido. Havia falta de gêneros essenciais à alimentação, o ano agrícola fora mau por carência de chuvas como já sucedera com o anterior, o custo da vida subia sem que os salários o acompanhassem por virtude da política governamental de travagem da inflação, o racionamento dos produtos obrigava a manifestos de produção pela agricultura, a guias de trânsito para a circulação dos artigos racionados, ao tabelamento dos preços, ao cumprimento de formalidades que por todo o País os grêmios de comerciantes, de industriais ou da lavoura tinham sido encarregados de assegurar. Os lavradores resmungavam alto e a fiscalização tinha de andar sempre sobre eles para castigar as infrações às leis e evitar que estas fossem totalmente desrespeitadas. A ganância domínava.

O Ministério da Economia era o setor mais atacado. Enleado nas malhas do sistema urdido para fazer face às dificuldades de abaste-

cimento no tempo da guerra, procurava acorrer ao mais urgente sem ter plano que permitisse prever e remediar. E os técnicos que nele enxameavam não sabiam falar a linguagem inteligível pelo povo, emitindo notas com terminologia confusa e explicações não convincentes que ainda mais irritavam a opinião.

Menos de uma semana depois da aventura da Mealhada, em 16 de outubro, escrevi a Salazar a chamar uma vez mais a atenção para o estado de opinião. "O ambiente político continua muito turvo e o perigo dele reside no fato de já não ser apenas um ambiente de *cafés* e de profissionais da agitação, mas de aproveitar do descontentamento que nos meios rurais causa toda a política econômica sintetizada nos *grêmios*. Gente insuspeita de todos os pontos do País (mesmo dos mais sãos) traz a notícia desse estado de espírito que se presta a tudo... A nota do Ministério da Economia não clareou o ambiente porque, pela sua extensão, não foi lida pela maioria e a imprensa, continuando a manter a atitude de não colaboração, escusa-se a glosá-la e explicá-la.

"Julgo indispensável que se chame o País à razão com meia dúzia de verdades de senso comum ditas com clareza. Seria oportunissimo um discurso de Vª Exª..."

A saúde do Dr. Salazar, porém, não era boa. A depressão mantinha-se. Ia assegurando a rotina do governo, mas queixava-se de falta de sono, não conseguia dormir mesmo tomando soníferos, tinha vertigens, comia mal, trazia consigo uma tristeza profunda e dificilmente encarava a hipótese de fazer qualquer trabalho intelectual mais pesado, como seria um discurso político de importância.

Isso mesmo me respondeu logo no dia 18, ao mesmo tempo que me falava de uma reunião de esclarecimento destinado aos dirigentes locais da União Nacional. Encarregara o Dr. Ulisses Cortez, ao tempo vogal da Comissão Executiva da União Nacional, de me procurar para comigo discutir essa reunião. O Dr. Ulisses efetivamente foi-me procurar no próprio dia 18.

Em 19 voltei a escrever ao Presidente do Conselho:

"Muito obrigado pelas suas informações ontem recebidas. Julgo que um discurso de Vª Exª é indispensável. Se lhe custa escrevê-lo experimente ditar. Mas a sua palavra não só daria ânimo aos tíbios e fé aos descrentes como mostraria cá dentro e lá fora a mentira da sua doença e impossibilidade de trabalho.

"Ontem mesmo falou comigo o Dr. Ulisses Cortez. Disse-me que a tal Conferência da U. N. será daqui a um mês, o que me parece tarde. Quanto ao sistema de trabalho julgo que seria muito mais útil uma reunião viva em que se ouvissem as queixas e se lhes desse resposta direta. Se os homens vêm apenas para ouvintes de

sábias dissertações, voltarão às suas terras mais ou menos na mesma e continuaremos a manter o divórcio entre as realidades do governo e as realidades da opinião.

"Se se julga necessário e conveniente que eu fale no encerramento, projeto assistir às reuniões para conhecer, quanto possível, o ambiente, e poder no meu discurso (talvez não escrito) corresponder-lhe.

"Creio que temos de alterar os nossos processos de atuação política e atuar também para a massa".

Salazar atendeu as minhas observações e sugestões. O convite para que eu discursasse na sessão de encerramento fora-me formulado pelo Dr. Ulisses, que se me mostrou extremamente preocupado com o estado de abatimento do Presidente e a sua recusa a falar na reunião.

Pedimos então a Salazar que nos recebesse aos dois. Encontramo-lo queixoso e apático. Revelou que o seu maior desejo era deixar o governo logo que fosse possível. Quanto a fazer discurso em público, a idéia nesse momento era-lhe intolerável. Não se sentia capaz. Além do mais não podia estar de pé muito tempo sem sentir vertigens.

E perante a nossa insistência, a sua recusa também se obstinava:

— O que os senhores querem de mim é uma violência. Não posso, não sou capaz.

Foi preciso mudar de conversa. Passou-se a outros assuntos. Chegou-se a histórias risonhas. Contaram-se anedotas. E no momento próprio voltei à carga:

— Vê? Afinal o senhor está ótimo! É um doente de cisma! Vença isso. Porque se o senhor não discursar eu também não discurso nem darei mais um passo nas coisas políticas. Vamos. Experimente. O que custa é começar o discurso: vai ver que em começando segue direito até ao fim!

Saímos mais animados, mas ainda temerosos de que o Dr. Salazar não fizesse o discurso.

A Conferência teve lugar de 9 a 11 de novembro no ginásio do Liceu D. Filipa de Lencastre.

Salazar proferiu efetivamente o discurso inaugural. Mas poucas vezes tenho visto alguém tão angustiado antes de entrar no palco onde ia falar. Via-se que estava fazendo um enorme esforço para se dominar. Depois, foi acolhido por demorada ovação do público e produziu-se o fenômeno habitual: começou com uma voz insegura, mas depressa dominou o auditório e quando, veladamente embora, já com firmeza, se referiu ao deflagrar da bomba atômica — "horrores que nem se filiam em princípios do passado nem definem ideais

do futuro e são simplesmente a vergonha de uma época" — os aplausos estrugiram. Daí por diante surgiu outra vez o pensador lúcido, o mestre claro, o chefe seguro.

O discurso não foi extenso. Mas o seu conteúdo agora vale a pena ser lido e meditado. Ouve-se por aí dizer que Salazar não soube entender o tempo em que vivia, se deixou ultrapassar e não sei que mais. A verdade é que não tendo sido oportunista foi sempre fiel aos princípios da sua filosofia política. À luz deles analisou os acontecimentos e procurou desvendar o futuro. Entendia perfeitamente o que se passava: só não estava disposto a deitar-se ao poço por ver os outros correrem cegamente para lá.

Releio aquela passagem do discurso que diz: "Quando atento na profundidade da crise que a Europa atravessa e vejo que o remédio mais imediato é, para alguns de nós, a existência de três, seis ou dez partidos, um Parlamento tumultuoso e um governo paralisado pela pressão de elementos contraditórios, não posso deixar de considerar a desproporção entre o mal e os remédios e verificar com profunda tristeza a cegueira dos homens."

"A Rússia dispõe de uma doutrina, de uma força, de uma técnica e de um governo. Admitamos que os seus intentos e o seu interesse são viver pacificamente a sua vida e não impor fora das fronteiras a 'sua ordem'. Como poderão emergir das ruínas e da anarquia atual estados sem doutrina, sem força, sem técnica de ação e sem governo? Cada um pode tirar daqui as conclusões que entender."

E medito nesta frase com que encerrou: "Tempos houve em que os portugueses se dividiam acerca da forma de melhor servir a Pátria; talvez se aproximem tempos em que a grande divisão, o inultrapassável abismo, há de ser entre os que servem a Pátria, e os que a negam."

Salazar recebeu as aclamações habituais dos seus fiéis, que jubilosamente se congratulavam entre si: "O homem está em forma! É o mesmo de sempre! Que formidável lição!"

E a reunião propriamente dita começou. Não me lembro já se o Ministro do Interior se retirou logo a seguir ao discurso ou se participou da primeira reunião. Fiel à minha promessa assisti a todos os trabalhos que decorreram sempre em sessão plenária com liberdade de intervenção dos presentes, convidados a depor sobre a situação política do País e os problemas que mais afligiam as populações. Como era de esperar as grandes críticas incidiram sobre o Ministério da Economia, o qual abrangia os setores do Comércio (incluindo os abastecimentos), da Agricultura e da Indústria. Nada ficou isento de ataque. Parecia uma reunião de oposicionistas! E, predominando nela os representantes dos meios rurais, não admira que os oradores mais calorosamente aplaudidos fossem os que, com paixão e veemência,

defendiam os interesses da lavoura contra o tabelamento dos preços agrícolas e os impostos diretos.

O Ministro da Economia era um homem pouco mais novo do que eu, formado nos gabinetes ministeriais e no serviço do Ministério que poderia ser considerado o seu Estado-Maior, denominado Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria. Ainda então não se usava a palavra tecnocrata: mas, apesar de ter formação política e de com o correr do tempo se haver revelado mesmo hábil político de combinações e bastidores, nessa altura não possuía estofo para arcar com tal maré de críticas, sobretudo numa grande assembléia, mesmo de correligionários.

No Ministério procurava fazer o melhor possível naquela época dificílima, mas muito encerrado no seu gabinete, com pouco contacto com o público, e deitando para a imprensa de vez em quando longas notas explicativas, de leitura árdua e pouco convincente. Todavia, executando a recente lei da Eletrificação Nacional, pusera em marcha o primeiro grande plano de aproveitamento hidro-elétricos, constituindo duas sociedades de economia mista, a Hidro-Elétrica do Zêzere e a Hidro-Elétrica do Cávado, que trabalharam nas duas bacias hidrográficas onde, efetivamente, dentro em pouco começaram a erguer-se as primeiras grandes barragens portuguesas para produção de energia.

Mas na Conferência da União Nacional, ao discursar no segundo dia, foi infeliz. Nem se impôs ao auditório, por falta de presença física e de voz, nem os seus argumentos convenceram, todos em plano demasiado técnico. Amigo dele, confrangia-me ver a má audiência do discurso e borbotavam no meu espírito as razões de evidência e senso comum que era preciso pôr diante dos olhos daquela gente.

Fui para casa escrever nervosamente o meu discurso, que seria o de encerramento. E dei-lhe o tom combativo que me pareceu necessário na ocasião. Dirigia-me naturalmente à oposição que na sua imprensa, sobretudo no diário *República*, quotidianamente continuava a aproveitar a conjuntura para criticar o Governo e a política seguida e já utilizava a imprensa estrangeira para denegrir o regime, diminuindo o País. Nessa resposta à oposição incluí os comentários às injustas objurgatórias dos participantes da reunião. E procurei traçar um quadro exato da situação nacional e internacional, expliquei certas orientações governamentais, fiz revelações como a do crédito de 80 milhões de libras aberto à Grã-Bretanha durante a guerra e que era uma das causas da nossa inflação, esbocei uma política econômica de futuro. Foi nesse discurso, constantemente interrompido pelo auditório por aplausos, que em certos momentos atingiram a ovação, que lancei a frase "psicose altista" como explicação psicológica do

incremento da alta dos preços, frase que depois passou a ser correntemente usada pelos políticos. Rompi nele com o estilo que se estava tornando habitual na oratória do regime. Por influência talvez do Dr. Salazar, cujos discursos eram páginas de escritor, serenas, frias e sempre austeras, agravada pelo domínio dos catedráticos e diplomados de Coimbra amadores do tom monocórdico e demonstrativo da "sebenta", os políticos jorravam sobre o público graves dissertações que eles pretendiam enxundiosas e que a maior parte da gente mal entendia. Ora no meu discurso adotei um estilo leve, com movimento dialético, recorrendo sempre que possível ao humor que fazia rir os ouvintes, jogando com paradoxos indicativos da sem razão de certas críticas. E o público reagiu muito bem.

Tive um grande êxito nesse discurso. Digo-o porque é verdade e não para me comprazer vaidosamente em imagens triunfalistas de um passado cuja recordação vai delida na memória dos que o víveram. Quando, no final da sessão, saí do edifício encontrei um grande grupo de jovens que me aplaudia carinhosamente. Estão-me a surgir no espírito os rostos de alguns: e com melancolia penso no que a vida fez deles durante os 30 anos decorridos. Naquela altura, porém, o que se via em todos, velhos e novos, que me abraçavam, felicitavam e aclamavam era a alegria por verificar que a sua fé tinha fundamento e que o adversário podia ser batido no campo da discussão aberta.

Isto passava-se na noite de 11 de novembro. No dia seguinte, pela manhã cedo, estava eu ainda a vestir-me, quando toca o telefone oficial e me vêm chamar à porta do quarto açodadamente: era o Sr. Presidente da República.

Nunca tal tinha acontecido. O Marechal Carmona não costumava usar muito o telefone nem entrar em contato direto com os Ministros. Quando queria dizer-lhes alguma coisa mandava-lhes o chefe da Casa Militar, General Amílcar Mota, ou um dos ajudantes de campo.

Corri ao telefone. Do outro lado da linha o Marechal Carmona dizia-me ter acabado de ler nos jornais o meu discurso que já na véspera ouvira pela telefonia. E não resistia a agradecer-me e a felicitar-me. Desculpasse eu o incômodo causado...

Disse-lhe, confuso, quanto me honrava o seu gesto e como me alegrava saber a sua opinião aprovadora. E com mais algumas frases terminou a conversa.

Daí a alguns momentos chegou um cartão de Salazar. Dizia laconicamente: *"Muito bom o discurso. Parabéns e muitos cumprimentos."* Agradeci-lhe no dia 13.

"13, novembro, 1946 — Senhor Presidente — Desvaneceu-me o seu cartão de ontem pois bem calculará quanto me interessava saber a sua opinião sobre o discurso. Em meu parecer a Conferência foi utilíssima, sobretudo se soubermos extrair dela, com agilidade, as lições que forneceu e as conclusões que permite na política geral e na orgânica e atuação da União Nacional. E creio bem ser indispensável agir..."

45

Este acontecimento foi importantíssimo na minha vida política. Não há dúvida — digo-o sem vaidade, mas porque tenho de narrar a verdade — que depois dele o Ministro das Colónias ficou a ser, a seguir ao Presidente do Conselho, a principal figura política do Governo. A circunstância de não ter estado presente na Metrópole durante a infeliz campanha eleitoral de 1945 beneficiava-me: e não menos o comando que, por força das circunstâncias, tinha assumido da reação dos elementos governamentais contra o ataque da oposição.

A notícia da doença do Dr. Salazar e o rumor de que este repetidamente afirmava aos amigos o seu desejo de retirar-se causavam inquietação nos meios políticos. A cada passo amigos da província me procuravam para dizerem que eu tinha de assumir funções políticas mais destacadas. E o Dr. Salazar, nas conversas que mantínhamos, dava-me parte das sugestões que nesse sentido recebia, acrescentando que por ele julgava "asneira" privar-se no Governo de um Ministro que estava a dar boa conta de si no Ministério.

Disse-lhe então que não se afligisse com isso. Eu encontrava-me disposto a servi-lo onde ele julgasse mais conveniente. Na política o meu único objetivo era ajudá-lo enquanto estivesse convencido, como estava, de que ele seguia a linha mais útil ao interesse nacional. Sempre fora contrário às longas permanências das pessoas nos mesmos cargos políticos: para mim, salvo o caso dos "fechos de abóboda", a estabilidade devia ser do pessoal governativo, para aproveitar experiências adquiridas, e não de cargos. Aliás, como ele sabia, eu não tinha fortuna, vivia do meu trabalho, tinha encargos familiares pesados, não poderia pois ficar muito tempo no Governo.

As conversas prosseguiam. Efetivamente, dizia-me Salazar, aproximavam-se as eleições para a Presidência da República que deviam ter lugar em 1949. A oposição dispunha-se a apresentar o seu candidato — corria já o nome do General Norton de Matos — e, com base no Movimento de Unidade Democrática (MUD), a fazer uma campanha arrasadora. Não podíamos avançar para essa campa-

nha no estado de impreparação em que fôramos colhidos em 1945 e com a União Nacional dotada de fraca chefia. O problema da eleição direta do Presidente daí a dois anos (estávamos no começo de 1947) apresentava-se assim, nesse momento, como o mais importante de todos.

Já os rumores de recomposição ministerial corriam por todo o lado. Desde a Conferência da U.N. que se considerava inevitável a saída do Ministro da Economia. E os meios políticos eram francamente desafetos ao Ministro do Interior — que lhes pagava na mesma moeda.

A publicação, nos fins de dezembro de 1946, do Decreto que criava o Ministério das Comunicações, retirando esta matéria do Ministério das Obras Públicas a que estava ligada, havia muito, veio alentar a boataria.

Nessa altura escrevi uma carta a Salazar, em 7 de janeiro de 1947, que creio ter sido a última que lhe dirigi enquanto fui Ministro das Colônias. E nela lhe dizia, entre outras coisas:

"*Conselhos de Ministros* — Desculpe-me de tocar nalguns pontos do funcionamento interno do Governo. A experiência de dois anos confirmou-me na convicção de que o espírito de equipe e as boas relações interministeriais ganham imenso com as reuniões do Conselho: enfraquecem-se sempre que estas se espaçam. É difícil conseguir solidariedade política quando ninguém sabe o que pensa e faz o colega. É uma pena que se não tenha podido manter o ritmo regular das reuniões quinzenais.

"Há casos em que o trabalho isolado cria mesmo mal-estar. Foi agora criado (por exemplo) o Ministério das Comunicações. A criação de um novo Ministério é um fato raro e importante e tem sempre significado político, até porque aumentar o Governo, nesta altura, com uma pasta técnica quando se tem recusado acrescentar-lhe uma pasta de política social (Trabalho e Assistência Social) define uma orientação: a do predomínio das preocupações técnicas.

"Em meados do mês passado já se dizia à boca pequena que o Ministério ia ser criado, como e com quem. Mas como a notícia vinha de mistura com a boataria da recomposição ministerial acolhi-a sempre sorrindo e dizendo da minha ignorância. Até que o decreto apareceu para assinatura.. Os pior informados eram os ministros!

"Outro ponto para que me permito chamar a atenção de Vª Exª: o julgamento dos recursos que a lei manda interpor para o Conselho.

"Sei de vários casos em que os recursos foram interpostos e ainda não se deu um passo para julgá-los. A mim confesso repugnar, como homem de leis, que se não dê seguimento a um recurso legal:

é uma denegação de justiça que agrava e revolta, com razão, quem dela é vítima.

.....

"Correm há muito boatos de recomposição ministerial que a criação do Ministério das Comunicações veio alentar. Estes períodos de boataria do gênero agora decorrente são muito prejudiciais: criam um estado de espectativa e de incerteza no público acerca dos ministros, e dos ministros acerca dos lugares; favorecem especulações políticas; alimentam grandes esperanças que depois a realidade não confirma.

"Em minha modestíssima opinião não convém deixá-los prolongar. Se são exatos os boatos, venha a remodelação quanto antes; se não são, informe V.ª Exª os ministros, em Conselho, para que conste."

Respondeu-me prontamente em duas longas notas, dessas que vinham em folhas de bloco, dando explicações pormenorizadas.

Passados dias fui procurado no Ministério pelo meu velho amigo o Dr. Albino dos Reis, que em todo o período do governo de Salazar desempenhou tão destacado papel na política. Vinha da primeira república onde militara no Partido Nacionalista, fora deputado pelo círculo de Aveiro e acompanhara Cunha Leal na dissidência da União Liberal Republicana. Após a Revolução de 28 de maio retirou-se para S. João da Madeira onde era advogado e oficial do registro civil. Lá o foi buscar o Dr. Bissaia Barreto que, com a ida do Dr. Salazar para o governo, empreendeu a tarefa de o ajudar, trazendo a colaborar com ele conhecidos republicanos. Apareceu, pois, Albino dos Reis como Governador Civil de Coimbra donde transitou, em 1932, para Ministro do Interior no primeiro governo chefiado por Salazar. Saiu do Governo em julho de 1933 e foi pouco depois nomeado Juiz-Conselheiro do restaurado Supremo Tribunal Administrativo.

Quando o Dr. Salazar resolveu, em outubro desse ano de 1933, nomear uma Comissão Executiva para a União Nacional por ele criada um ano antes, foi Albino dos Reis o designado para presidi-la, tendo como vogais Carneiro Pacheco e eu. Nos poucos meses em que com ele convivi nessa comissão estreitaram-se as nossas relações. Apreciei então em Albino dos Reis a inteligência viva, o bom-senso e a habilidade no trato com os homens, fruto de simplicidade de maneiras e de lhaneza muito ao gosto provinciano. Apanhava facilmente as idéias no ar e sabia vesti-las verbalmente com elegância.

Sempre que preparava alguma modificação no Governo, Salazar costumava ouvir duas ou três pessoas com experiência política e utilizava algumas dessas pessoas para colherem opiniões e fazerem sondagens. Albino dos Reis, que fora contemporâneo de Salazar em

Coimbra e tinha com ele certa familiaridade, foi uma das personalidades mais escutadas nessas ocasiões.

Albino procurou-me, pois, no Ministério dizendo que o Dr. Salazar tivera uma conversa com ele acerca da remodelação do Governo, e surpreendera-o com a hipótese de eu sair para ocupar a presidência da Comissão Executiva da U. N. Quando ele, Albino dos Reis, lhe objetara que, estando eu a trabalhar bem no Ministério e com prestígio político no País, isso enfraqueceria o Governo, Salazar respondera que era eu quem queria sair e me oferecera para o novo lugar.

Expliquei ao Dr. Albino em que condições as coisas se tinham passado e que, efetivamente, me convinha poder voltar à vida particular, não recusando a minha colaboração para ajudar a preparar a batalha eleitoral que estava à vista.

Entretanto chegava ao fim o ano de 1946. Creio ter interesse reproduzir as saudações então trocadas.

Carta a Salazar em 28 de dezembro:

"Senhor Presidente: Não quero deixar de marcar, nesta quadra, ao pé de si, a minha presença afetuosa nem limitá-la à entrega protocolar de cartões — aliás mandados fazer à pressa visto as festas me terem encontrado ainda a usar bilhetes tarjados de luto.

Tenho a agradecer-lhe, primeiro, o ter-se lembrado do meu nome para seu colaborador; depois todas as atenções que me tem dispensado e que tanto me cativam; e muito especialmente o modo como me acompanhou quando no ano prestes a findar perdi o meu Pai, e que não esquecerei nunca.

Nessa ocasião dolorosa Vª Exª soube tocar-me o coração, e ao recordar agora os sucessos de 1946 e a colaboração com Vª Exª é o modo como têm decorrido as nossas relações e é a sua amizade nesse triste momento que tomam o primeiro plano da minha lembrança de mistura com as mais caras e íntimas recordações familiares.

Será preciso acrescentar quantas felicidades, quanta saúde, quantas venturas lhe desejo no ano que entra? A verdade é que até há um poucochinho de egoísmo na intensidade desses meus desejos, porque a felicidade de Vª Exª é em grande parte a minha como seu amigo e seu colaborador, e como português.

Não sei se me será possível estar muito mais tempo no Governo: mas aí ou fora dele espero que Vª Exª possa contar sempre com a minha cooperação, dedicada, ainda que nem sempre cômoda...

Minha mulher pede-me que lhe transmita, juntamente com os meus, os seus melhores votos de felicidade no Ano Novo,

Peço-lhe que me creia,..."

Resposta de Salazar em 30 de dezembro

"Meu caro Doutor Marcello Caetano: Muito e muito obrigado pela sua amável carta de 28 e pelos seus votos de boas festas. As mesmas lhe desejo e a sua Ex.ma Esposa e filhos. Deus lhes dê a todos um ano tranqüilo, cheio de graças e feliz.

Agradeço-lhe também a sua dedicação e colaboração que têm sido preciosas para o País. Já estou numa altura da vida... e da carreira que me sinto obrigado, embora com o maior reconhecimento pessoal para os que trabalham ao meu lado, a tudo reportar ao bem público. E tenho o maior prazer em reconhecer o relevo e a importância da sua ação sob esse aspecto.

Ainda não pude considerar as questões postas na sua penúltima carta. Sobre ela falaremos longamente daqui a dias. Continuo preocupado e pessimista acerca do que vai pelo mundo e do que será o ano de 1947; mas devemos, por espírito cristão e firmeza de ânimo, estar prontos para o que tiver de ser.

Peço-lhe que transmita a sua mulher os meus agradecimentos pelos seus votos e creia-me,..."

Como se vê, as relações não podiam ser mais cordiais. Da carta de Salazar ressalta, porém, um sentimento de desprendimento e de preocupação que era na época, realmente, o seu.

Não tardou que o Dr. Salazar me convocasse. Depois de tratarmos vários assuntos, disse-me que a minha atuação no Ministério das Colônias só merecia louvores e que hesitara muito em decidir formular-me o convite, que estava fazendo, para eu assumir a presidência da Comissão Executiva da União Nacional. Mas já mais de uma vez tínhamos conversado acerca da necessidade de nos prepararmos para enfrentar o embate, que se afigurava muito duro, da próxima campanha para a eleição do Presidente da República. A oposição ia tentar o máximo que pudesse para eleger um candidato seu e assim se apossar do poder, derrubando o regime. Era indispensável organizar a defesa, mobilizar amizades, apoios, energias, vencer o desafio. Para isso tinha de ser reorganizada a União Nacional. Sabia que um dos motivos da sua decadência, e até da sua ineficácia, fora o desentendimento com o Ministro do Interior e o desprezo a que este a votara. E reconhecia que seria difícil ao Cor. Botelho Moniz alterar a sua orientação. Por isso, caso eu aceitasse a função que me oferecia, dava-me a liberdade de escolher o Ministro do Interior de modo a assegurar-se íntima comunhão de pensamento e ação. Quem queria eu que fosse nomeado?

Dei logo a resposta. Como ele sabia, o meu lema na política era aceitar disciplinadamente as missões que me fossem dadas, contanto que as julgasse dignas e úteis. Reconhecia que naquele momento a

direção efetiva da União Nacional era da maior importância para o futuro do regime. E como já lhe dera a entender a ele, e confirmara ao Dr. Albino dos Reis, não me escusava a aceitá-la.

A União Nacional estava desorganizada e desprestigiada. Havia um grande esforço a realizar em todos os sentidos, e até, como ele sabia, não era fácil tratar com os políticos da província. Mas com o apoio dele, Salazar, e do Governo, esperava conseguir alguma coisa de modo a não irmos para a eleição presidencial no estado em que nos surpreendera a campanha eleitoral de 1945...

Salazar agradeceu, frisando que não esperava outra coisa de mim e que tinha a noção da dificuldade e delicadeza da missão para que me convidava. E quanto a Ministro do Interior, que lhe dizia eu?

Observei que me dera sempre bem com os colegas de Governo e me era penoso, por isso, ter de ser eu a dizer que sairia A para no seu lugar pôr B...

— Não, não, a saída do Botelho Moniz é um caso arrumado — atalhou Salazar.

— Então, talvez o pudesse transferir para a minha vaga na pasta das Colônias: ele trabalhou durante anos na missão militar que preparou a organização da defesa do Ultramar, visitou e percorreu quase todas as colônias, e vi-o sempre interessado pelos problemas delas.

Salazar não tinha pensado nisso. Ia ver. E para o Interior?

— Para o Ministério do Interior podia passar o Ministro das Obras Públicas, Engº Augusto Cancela d'Abreu. Ele não está feliz naquele Ministério, tem a política no sangue, é um bom amigo meu, havemos de nos dar bem!

Admitiu que fosse uma solução. E assim nos separamos.

Começou então as diligências para operar as mudanças no Governo. Consoante o seu costume, quis ouvir outras pessoas, ponderar outras hipóteses, trabalhando devagar. E não tornamos a conversar no assunto até que em 30 de janeiro de 1947 recebi dele uma carta em cujo envelope se lia, na sua escrita apressada, a dupla nota de *Pessoal* e *Urgente*.

Que será? — interrogava-me eu ao abrir a carta.

Era isto:

"Meu caro Doutor Marcello Caetano: Acabo de escrever uma carta ao Cancela d'Abreu no sentido da sua sugestão de há dias que vi perfilhada vivamente pelas pessoas que tenho consultado. O caso porém afigura-se-me difícil porque o nosso Ministro das Obras Públicas está muito aferrado à idéia das Comunicações, segundo me dizem.

Na minha carta, para não provocar uma reação contrária aos nossos desejos, reação suscitada pela referência ao estado de opinião àquele respeito, não falo nesse aspecto da questão e digo apenas que o provimento das Comunicações seria para mim muito mais fácil que o da pasta do Interior. Se pudesse ter com ele uma conversa e pesasse no espírito do Cancela no sentido de anuência ao meu pedido, eu teria dado um passo decisivo nesta embrulhada. Na minha carta digo claramente que a sugestão me veio do Doutor M. Caetano.

Depois de várias consultas, entendi que era conveniente oferecer a pasta das Colónias ao Ministro do Interior. Para esse efeito lhe acabo também de escrever, explicando a razão da vacatura da pasta. Não prevejo o que será a sua reação.

Muito atº, amigo, obgº

Oliveira Salazar".

Quando acabei de ler a carta suspeitei logo que haveria complicações. A neurastenia de que Salazar sofria ainda, agravava a sua timidez para os contactos humanos em que tivesse de enfrentar possíveis reações. E criava-lhe um estado de desconfiança em si próprio que o levava a temer que as suas solicitações não fossem bem recebidas, e que lhe dissessem que não.

Fui conversar com o Engº Cancela d'Abreu. Tinha efetivamente pensado em transitar para o novo Ministério das Comunicações que acabava de ser desdobrado do das Obras Públicas. Engenheiro ferroviário, autor de uma lei de coordenação dos Transportes, era aí que desejava trabalhar na esperança de poder realizar uma obra útil à Nação. Mas perante o quadro que lhe tracei com as perspectivas da preparação do grande embate eleitoral que se aproximava, prontamente se dispôs a aceitar o Ministério do Interior sacrifício que, dizia ele, era bem menor do que aquele que me era pedido a mim. Ficou o caso arrumado.

Ao Coronel Botelho Moniz, desde que Salazar não me encarregava de o procurar, não disse nada. O coronel não gostou que Salazar não o chamasse para lhe pôr a questão pessoalmente, nem apreciou os termos da carta recebida. Recusou, pois, o Ministério das Colónias (o que obrigou Salazar a chamar-me de novo para escolha de outra pessoa, tendo eu então indicado o nome de Teófilo Duarte) e ficou zangado.

Zangado ficou, também, por solidariedade, o seu amigo Santos Costa, Ministro da Guerra, que o indicara em 1944 e a quem Salazar nada dissera ao substituí-lo. Santos Costa viu na saída do amigo não

sei que manobra feita em detrimento dele — e dos militares — para reforçar a minha posição política e a dos civis... Os que o rodeavam não deixaram de abrir e de revolver essa ferida, picando-o para explorar o seu feitio impulsivo, "espirra-canivetes", como popularmente se dizia. Santos Costa passou a considerar-me durante anos não sei se rival, se mesmo inimigo, e tive em muitas ocasiões de fazer frente à sua hostilidade. Até que o tempo permitiu mais serena e justa visão dos fatos e dos homens e voltamos a ser amigos.

46

Eis-me na presidência da Comissão Executiva da União Nacional. Recordo a minha primeira entrada no gabinete do presidente, na sede do Largo Trindade Coelho. A tarde era triste e chuvosa. A sala estava escura. O secretário-geral, Rui Vaz, meu amigo de há anos, apresentou-me a meia dúzia de empregados da casa, habituados a pouco trabalho, salvo nos períodos eleitorais. Creio que todos faziam outras coisas e em geral não primavam ali pela eficiência. E depois a sensação do vazio, do não haver que-fazer... Entrou-me na alma uma melancolia que era quase desânimo. Como ia eu pegar naquela organização tão pouco organizada?

Entretanto o novo Ministro da Economia, Engº Daniel Barbosa, concertava comigo o plano de ação a desenvolver, visto que os problemas de abastecimento eram, de momento, os que mais impressionavam o público. No discurso de encerramento da Conferência da União Nacional eu preconizara a utilização das reservas de divisas que tínhamos acumulado durante a guerra para adquirir no estrangeiro os gêneros que escasseassem na nossa produção ou rareassem no mercado interno. Por outro lado aconselhei o novo Ministro a estabelecer contato assíduo com a imprensa para ir informando a opinião pública da evolução econômica e desfazer malévolos rumores ou infundados temores. O que ele fez brilhantemente durante todo o tempo que geriu a pasta.

Reassumi a regência da cadeira de Direito Administrativo na Faculdade de Direito e voltei aos livros para me atualizar.

Mas depressa foi solicitada a minha ação na União Nacional. Os governadores civis nomeados pelo Coronel Botelho Moniz queriam solidarizar-se com ele, exonerando-se dos seus cargos. À frente do movimento estava o governador de Évora, o lavrador José Felix Mira. Está claro que eles não eram insubstituíveis, mas a demissão coletiva tomaria caráter de um protesto, em desacordo com a orientação política que o Dr. Salazar queria imprimir. E isso não convinha.

A posse da nova Comissão Executiva foi marcada para 4 de março. Dois dias antes, porém, realizou-se em Évora uma homenagem

a Botelho Moniz e destinada a manter no seu cargo o Governador Felix Mira, em que figurou e preponderou o Ministro da Guerra. Tratava-se não de ajudar a nova orientação política e sim de afirmar posições *contra* ela.

Santos Costa, o Ministro, era um homem de extração humilde que pelo estudo se destacara na Escola do Exército, primeiro, e depois no curso de Estado-Maior, cujos preparatórios fez em Coimbra onde foi aluno do Dr. Salazar na cadeira de Economia Política. Nascera numa aldeia do distrito de Viseu — Alcafache — quase conterrâneo do mestre. Inteligente, sem dúvida, nem o meio familiar, nem a escola o tinham polido e gostava de ostentar modos e falas de caserna. Os muitos anos de colaboração com o Dr. Salazar nas coisas militares deram-lhe profundo conhecimento dos problemas, que expunha mal por deficiência de expressão embora escrevesse bem. Com uma grande preocupação de defender as instituições militares e as suas corporações contra tudo e contra todos, era duro no comando, tornara-se temido e impunha a autoridade sem contemplação de hierarquias. Se daí resultaram muitas vezes condutas arbitrárias e até atrabiliárias, tem de se lhe fazer justiça num ponto: conseguiu, a partir da completa desorganização existente em 1926 e da indisciplina que o predomínio dos tenentes na Revolução fatalmente provocaria, pôr de pé um Exército que durante a guerra esteve vigilante e presente em todo o Mundo Português, e formar uma Força Aérea moderna. Graças ao material fornecido pela Grã-Bretanha, é verdade: mas a formação do pessoal, a mobilização das unidades, a utilização das forças, a sacudidela nos comodismos, a vitória sobre a inércia, tudo isso foi obra sua, conseguida à custa de muita energia e talvez impossível sem a severidade, e às vezes mesmo a truculência, de quem dirigia.

Após a guerra era natural que, senhor de um instrumento militar tão poderoso, Santos Costa tivesse a aspiração de intervir na política interna. Salazar, que ele então respeitava como um filho pode venerar seu Pai, mantinha-o porém afastado, com a preocupação de não deixar regressar a Ditadura militar e de conservar as Forças Armadas no seu papel subordinado ao poder civil. Em 1944, ao pedir-lhe a indicação de um Ministro do Interior na expectativa de sérios acontecimentos no após-guerra, fizera talvez nascer no seu espírito a esperança de ser o árbitro da situação. Não faltavam à sua roda militares, e até civis, a incitá-lo a que o fosse. A notícia da doença do Dr. Salazar abria as perspectivas de luta pelo Poder.

Logo que no dia 3 li nos jornais o relato da manifestação de Évora com as declarações que lá tinham sido feitas, de clara discordância com as decisões que acabavam de ser tomadas pelo Presidente do Conselho, apressei-me a chamar a atenção de Salazar: "Vamos

fazer amanhã um ato solene de reativação da U.N., mas se o Ministro da Guerra chama a si a política interna auguro mal do seguimento das coisas. Eu não estou disposto a entrar em conflito com os elementos militares nem a permanecer numa situação desprestigiante que eles criem".

Resposta pronta de Salazar:

"Doutor Marcello Caetano: Recebi a sua carta e quis falar com o Ministro do Interior, mas ele tinha já audiências marcadas e não pôde por isso comparecer. Sem falar com o Engº Cancela d'Abreu é impossível saber até que ponto a intervenção do Santos Costa foi serviço solicitado. À parte o que se achará de bastante incompreensível na presidência de uma sessão daquele gênero, o pior ainda é a dependência em que o Ministro do Interior vai ficar das massas mobilizadas em Évora. A coisa há de custar a afinar, mas não devemos desesperar. O Chico Pereira, de Mangualde, explicava-me uma vez as causas destas desafinações: 'o senhor mete-lhes um instrumento na mão em vez de os obrigar a aprender solfejo...' É o caso, aliás, inevitável, da nossa revolução. Nunca verifiquei má intenção e estou certo de que a não houve também agora. Mtº Attº Amº etc."

Foi neste ambiente de resistência do que se poderia chamar o "partido militar" que decorreu a posse da Comissão por mim presidida em 4 de março de 1947.

A posse foi dada por Salazar que proferiu na ocasião um pequeno discurso. Fizera-o com dificuldade. No dia 1º escreveu-me sobre ele:

"Ao Doutor Marcello Caetano: Mando junto um ligeiro apontamento da orientação que tinha pensado dar às minhas declarações. Estas não estão ainda escritas totalmente, mas à medida que vou avançando experimento dúvidas acerca da oportunidade de várias afirmações, sobretudo sob o aspecto internacional em cujo apoio moral têm confiança os homens da oposição. Penso que estou na verdade, mas o mundo todo assentou em que a existência de partidos é o sinal exterior ou a prova provada da existência de instituições livres. Onde não há partidos não há liberdade, porque há então um só partido que monopoliza as possibilidades de governo e de oposição. Isto não me parece certo mas é o pensar geral. Nestes termos vou ver se hoje e amanhã de manhã acabo de redigir o discurso e à tarde ou à noite poderíamos examinar a prosa. Se chegarmos à conclusão de que convém manter a orientação adotada mas não dizê-lo claramente, temos de estudar as conseqüências: alinhavamos qualquer outra coisa? Transformamos a reunião em assembléia particular? Não sei como vamos sair-nos disto. Sobretudo dada a dificuldade que

tenho em trabalhar e o pequeno rendimento do meu trabalho neste momento. E a reunião de logo? O que vamos fazer? Amigo mt? grato. Oliveira Salazar".

Como se vê, trata-se de outra prova do estado de ansiedade e falta de confiança em si próprio: não sabe o que há de dizer no discurso, nem como se hão de passar as coisas no ato da posse, nem mesmo o que fazer numa reunião qualquer marcada para essa tarde, decerto para acertar agulhas com membros do Governo. Pela primeira vez no vocativo da carta aparece a fórmula — Ao Dr.... — que já usava para quase toda a gente e que passou a adotar sem exceção. Prova ainda do escrúpulo no modo de tratamento, no receio de ferir alguns por não serem tratados como outros...

Juntamente com a carta mandou-me o esquema-resumo que tinha elaborado para o discurso. Como pedia, encontramo-nos no dia seguinte à tarde para ver o projeto que escrevera. Li-o e achei que estava excelente. Pensei que naquela altura o meu papel não era de levantar-lhe mais dúvidas, suscitar-lhe maiores perplexidades no espírito, mas infundir-lhe confiança no que pensava e no que dizia. Não sugeri portanto nenhuma alteração ao que estava feito e animei-o como pude com o meu aplauso. No ato de posse, sentado, alegando cansaço e as vertigens que o acometiam em pé, leu o texto onde ninguém encontrou então, nem encontra hoje, qualquer indício de afrouxamento do vigor e do brilho da sua inteligência.

Logo de início afirmou estar ali para "cumprimentar a nova comissão e dizer-lhe da nossa plena confiança nas qualidades de inteligência e de trabalho dos seus membros e assegurar-lhe todo o apoio para bem se desempenhar da sua missão.

"Não esqueço (acrescentou) que todos tiveram de sacrificar muito das suas comodidades, gostos e preferências pessoais e que o Doutor Marcello Ceatano expressamente se ofereceu para abandonar a pasta das Colônias (onde poderia por alguns anos ilustrar o seu nome, servindo o Império), com o intuito de trazer para este campo as largas possibilidades tanto da sua inteligência e capacidade de trabalho como da sua fé nos destinos da Revolução Nacional. O fato, certamente inédito, mereceria comentários; entre nós traduz o interesse no período que atravessamos e o valor prático da ação política a desenvolver".

Este trecho foi largamente discutido nos dias seguintes pelos círculos políticos. A intenção de Salazar era apenas responder às críticas feitas ao meu afastamento do Governo, explicando que procedera por expresso desejo meu. Mas, na minha boa fé, eu esquecera que, no entendimento corrente, política é ambição de mando e competição para a satisfazer. Daí que muita gente, e sobretudo o partido militar,

concluísse ter eu querido assegurar-me de uma posição de domínio na política interna para mais facilmente colocar as pedras do meu jogo e na altura própria me apossar do poder. Não excluo que mais tarde enchessem mesmo os ouvidos do Dr. Salazar com esta versão. A ela se juntava o temor do meu "liberalismo". Respondeu a isto o Dr. Salazar no discurso:

"Muitos terão ido mais longe nas suas suposições e previsto largo passo em frente... para a negação do que temos sido; quando pretendemos apenas alargar, reforçar, consolidar na inteligência e no coração dos portugueses a grande frente nacional que até hoje, melhor ou pior, nos tem permitido dedicar-nos ao exclusivo serviço do País. Por outras palavras: *mantendo a feição antipartidária do regime, temos de valorizar politicamente a obra da governação*".

A concepção da União Nacional, de fato, era antipartidária. Sempre se sublinhou esse ponto, de que a União Nacional não era um partido, era, se quiserem, um "antipartido". Os resultados colhidos até 1926 do sistema dos partidos tinham desiludido profundamente o povo português, e na maioria das pessoas que viveram ou tinham presente o espetáculo das lutas partidárias radicara-se a repugnância pelo regime. A política não era mais do que o jogo dos pessoalismos com o choque permanente de rivalidades, despeitos, ambições, revinditas, cobiças de influências ou de posições, donde se achava ausente o verdadeiro interesse do povo e o destino da Nação. Daí a completa esterilidade dos governos parlamentares, incapazes de realizar as mais elementares e urgentes tarefas para corresponder às necessidades de progresso do País. Reconhecia-o o próprio grupo republicano radical da *Seara Nova* que, como os outros, aceitava a Ditadura, contanto que fosse a sua. A ditadura militar apoiou-se naturalmente nas baionetas com larga e convicta adesão da grande parte da população. Quando evoluiu para um sistema constitucional, pôs-se o problema: regressa-se aos partidos? Entrega-se o poder a um deles? A experiência de um governo despreocupado dos votos das facções e das intrigas dos profissionais para se dedicar apenas à resolução dos problemas da Nação, provara bem. Instaurara-se a ordem nas finanças, disciplinara-se o exército, dera-se segurança às ruas, dignificara-se o trabalho, lançaram-se grandes programas de reconstituição econômica a partir da criação de infraestruturas inexistentes.

Então o melhor seria prosseguir no governo sem partidos. Mas era necessário que existisse uma associação cívica que estabelecesse a ligação entre o governo e o povo, trazendo àquele as aspirações deste e dando a este os motivos da ação daquele. Era a razão de ser da União Nacional que na maior parte dos lugares nem procurou ter associados, e apenas possuía comissões nomeadas para cumprirem essa dupla missão — de informar o governo e de esclarecer o povo.

No discurso de posse Salazar examina a imagem que na imprensa mundial se dava, em 1947, da situação portuguesa e comentava-a: "Para alguns continuamos, pois, a ser uma 'ditadura' apoiada num 'partido único', sem embargo de uma Constituição plebiscitada, do Chefe do Estado eleito por voto direto do povo, da função legislativa compartilhada entre o Governo e uma Assembléia eleita, do Poder judicial independente, do Governo na exclusiva dependência do Presidente da República como em todos os presidencialismos americanos.

"E li também em artigos, entre compungidas e sarcásticas, bastas alusões ao embaraço, à perplexidade, às dificuldades 'para sairmos da atual situação'. Mas não desejamos sair; pretendemos ficar. E somos nós quem pergunta como vai sair da situação em que se encontra a massa dos nossos críticos.

"Porque o problema é este. A Europa — e podemos dizer, com segurança, o Mundo — tem diante de si duas grandes tarefas: uma a da reconstrução material e moral imposta pelas ruínas e desperdícios dos anos de guerra a qual exigirá ordem, trabalho intenso, direção econômica; outra, o da integração no Estado de massas, a cada momento chegadas à maioridade política ou social, sem prejuízo daqueles valores que dão elevação e sentido à vida da coletividade.

"Qualquer destas tarefas — e as duas por acréscimo — exige um Estado forte, suficientemente expressivo da consciência da Nação, independente e sobranceiro aos interesses particulares, de grupo, classe ou seita. E é este o caso, e não temos agora mais que perguntar se, em geral, se está apetrechado politicamente para semelhante trabalho.

"As monarquias e repúblicas que se desfizeram ou restabeleceram, as paixões que se desencadearam, as constituições que apenas se esboçaram ou puseram em vigor, as eleições acreditadas ou suspeitosas, os partidos criados ou subdivididos, os programas de compromisso, os elencos de transição, os governos paralisados pelas limitações da sua origem ou formação, as combinações parlamentares ou partidárias à margem ou mesmo contra as indicações eleitorais, a constante substituição ou ausência de conceitos-base, são aparelhagem política adequada às nossas necessidades ou apenas os sinais de decadência de sistemas que ora a si próprios se contradizem para agir, ora se abandonam impotentes aos efeitos da dissolução?"

Não se diga que a análise de 1947 não era percuciente. Os acontecimentos decorridos depois provaram a sua justeza. Salazar propunha a construção de um Estado forte para realizar as missões nacionais e integrar as massas que iam chegando cada vez com maior ímpeto à vida política. Como? Ele vai repetir o seu pensamento relativo aos partidos:

"O partido único, conduzindo ao totalitarismo do Estado, está claramente fora da nossa doutrina e da nossa ética política, como é repudiado pela consciência mundial.

"Por outro lado, a lógica e até a justiça impõem ou uma organização do Estado em que o partido não tem função ou o reconhecimento de tantos quantos os ideais ou interesses, transitórios ou duradouros, que seja possível organizar, com capacidade ou não de entrar na formação de um órgão representativo. Mas esta última conclusão por mais lógica que se revele, começa já a não ser admitida, em nome da necessidade geral de governos eficientes, pelo menos defensores dos princípios que a impõem".

Em Portugal a forma de regime existente correspondia "a uma espécie de compromisso entre sistemas e lógicas opostas", porque as atribuladas circunstâncias dos últimos anos não tinham permitido completar as reformas constitucionais. Ia, pois, mais uma vez jogar-se a sorte do País numa eleição geral. E a propósito dizia:

"O que me preocupa acima de tudo — e deve preocupar-nos a todos — é não se tratar no caso presente de escolher entre pessoas, todas supostas portuguesas e patriotas, mas entre princípios que no fundo são a Nação ou o partido, a Nação ou os interesses, a Nação ou as paixões de que ela mesma seria vítima".

E repete as reflexões desencantadas daquela reunião de meses antes a que já me referi: "Depois de 20 anos de doutrinação e de exemplificação de um Estado nacional de todos e para todos os portugueses, temos visto como persistem antigos hábitos mentais, velhas posições ou atitudes de partido e guerra civil".

A União Nacional não será, pois, partido único, nem sequer partido. Mas "regime sem partidos" equivale a "regime sem política?"

E responde: "Chamaremos política o conjunto de meios de natureza individual ou coletiva pelos quais a consciência pública é levada a um estado de adesão ou simples conformidade com os objetivos do Governo e colabora com o Poder na sua realização".

Rejeita então o que depois se chamaria a tecnocracia: "Ainda quando o governo trabalhasse exclusivamente com base em conclusões das ciências positivas — o que não será jamais o caso — a política teria sempre o seu lugar na condução das sociedades humanas para obter a obediência voluntária dos homens, a adesão do seu espírito, a força do seu apoio, o contributo dos seus sacrifícios. Evidentemente que neste sentido a política seria tanto mais indispensável e ativa quanto mais nos aproximássemos do funcionamento de um regime ideal de opinião".

Estava assim definida a função da organização cívica que eu ia dirigir: não se tratava de uma força de governo, como seria um partido, mas de um aparelho de ligação entre o governo que procurava inspirar-se nos interesses nacionais e o povo titular desses interesses, de modo a dar consciência à Nação da ação governativa e procurar retificar nesta os desvios que na prática pudessem verificar-se relativamente às intenções.

47

Os dois anos, contados quase dia a dia, durante os quais estive à testa da União Nacional, constituem um período difícil da minha vida pública, que preferia não recordar... Ainda por cima porque, não podendo calar honestamente as minhas divergências de Salazar, temo que, a serem publicadas estas memórias um dia, a má fé dos inimigos explore as sombras inevitáveis que tem de haver na projeção de uma grande personalidade com todas as qualidades e os defeitos do ser humano.

Aliás, pergunto a mim mesmo se aquilo que às vezes tomamos por defeitos da pessoa não eram qualidades do político. Não há dúvida que as eleições de 1945, o ódio que fizeram vir ao de cima, a paixão cega desencadeada nas oposições, a ingratidão que revelaram em tanta gente e a falta de caráter demonstrada por muitos que na véspera se confessavam partidários fiéis, tinham afetado profundamente Salazar. Decepcionado com o País, já contei como nele se manifestou uma espécie de neurastenia depressiva, com falta de confiança em si próprio e freqüentes declarações feitas aos íntimos do seu desejo de abandonar o Governo. Mas é curioso como naquele forte temperamento se revelavam outros sentimentos: a preocupação de não dar a vitória aos inimigos, o empenho de salvar a obra realizada e o regime que continuava a considerar o único conveniente à índole do povo português, o espírito de luta e — esse o aspecto que mais me tocou — o ciúme de todos aqueles que visse gozarem de favor público e nos quais adivinhasse atuais ou possíveis competidores.

Eu aceitara a presidência da comissão executiva da União Nacional, com todos os seus encargos e inconvenientes, no desejo de prestar um serviço ao regime, em cujas fileiras militava, e ao Dr. Salazar. E aceitara-a convencido de que encontraria condições de trabalho para prestar esse serviço, sobretudo através de assíduo contato com o Governo que me permitisse opinar sobre as mais importantes providências políticas e estar informado das orientações adotadas, de forma a cumprir a dupla missão de que me julgava investido: representar a

opinião do País junto do Governo, esclarecer essa opinião sobre os atos deste.

Mas a breve trecho compreendi que seria afastado da vida governamental. Salazar recebia-me pouco. O Ministro do Interior, meu querido amigo, homem de grande nobreza de caráter e puro idealismo, depressa se sentiu solidário com a hierarquia das autoridades administrativas locais, que ou tinham na sua dependência as comissões da União Nacional ou combatiam encarniçadamente qualquer tentativa de autonomia da ação delas, originando a formação de grupos situacionistas que dividiam nas localidades os amigos do regime. Conversávamos assiduamente, mas as nossas conversas restringiam-se quase só à política local, pois no resto ele tinha de seguir (e estava certo que assim fosse) as diretrizes traçadas pelo Chefe do Governo. Quanto aos outros ministros, a minha influência dependia do grau das relações pessoais que mantinha com eles e não podia nunca (salvo no caso da Economia) atingir orientações políticas senão através do Presidente do Conselho.

O meu papel reduzia-se, pois, a receber todos os dias influentes políticos da província que me vinham expor pequenas questões locais ou solicitar a minha intervenção para obterem o deferimento pelos ministros de pretensões por eles apadrinhadas, e outras pessoas igualmente portadoras de pedidos para este ou para aquele. Uma vez traduzi esta situação a Salazar dizendo-lhe que, assim como havia em Lisboa um "Agente Geral das Colónias" para receber e encaminhar os assuntos do Ultramar na Metrópole, o presidente da União Nacional era uma espécie de agente geral da Província em Lisboa...

A União Nacional, não sendo um partido que procurasse conquistar o poder ou conservá-lo em mãos dos seus membros, sofria afinal de muitos dos inconvenientes dos partidos mas sem nenhuma das suas vantagens. Ao recomendar-se alguém para um lugar político por ser da União Nacional, logo se ouvia a resposta: "não vamos transformar a União Nacional em partido..."

Procurei logo de início dar sangue novo à associação, de modo a que não congregasse apenas os velhos caciques eleitorais. Tinha algum prestígio junto da gente nova, ganho no ensino, na minha obra de doutrinação e na direção da Mocidade Portuguesa. Era o tempo em que a Rádio Moscou me atacava duramente como "sedutor da juventude". E lançou-se um movimento no sentido de uma imponente adesão de homens novos à União Nacional. Em cerimónia realizada em 28 de março de 1947 — menos de um mês depois da minha posse — formalizou-se a adesão de centenas de jovens, entre os quais figuravam numerosos diplomados universitários, de mistura com estudantes, empregados e operários.

Um deles falou em nome de todos. Respondi-lhes num discurso em que exaltava a necessidade de nos unirmos para defender e promover a causa em que acreditávamos, e que era a da paz e do progresso do povo português, aceitando uma disciplina de ação:

"Vejo na minha presença (disse eu) um numeroso grupo de homens novos, cuja maioria deu já os primeiros passos na vida prática, encetou com brilho carreiras prometedoras e já prestou serviços à causa da Revolução Nacional. E que quer esse grupo? Afirmar, apenas, que reconhece a necessidade de integração dos esforços individuais numa organização política onde as vontades estejam unidas, a fé seja vivida em comum e se obedeça aos comandos de uma direção. Vem proclamar a verdade, tantas vezes esquecida, de que as batalhas ideológicas também exigem exércitos disciplinados e que os grandes conflitos de uma época não se decidem em combates singulares travados por franco atiradores. A dispersão dos combatentes, a orgulhosa pretensão de independência nas atitudes, o individualismo irrefletido das opiniões, são perigosas tendências que a infelicíssima experiência do nosso passado político mostra bem conduzirem à dissolução e ao caos".

Era minha intenção começar a fazer ingressar estes moços, em que ainda ardia a chama dos ideais, nas diversas comissões políticas de modo a vivificá-las e a dinamizá-las. Simultaneamente apertei os meus contatos com os estudantes nacionalistas para que, nas Universidades sobretudo, fizessem frente à crescente ação dos comunistas agrupados no MUD-Juvenil.

Mas foi no Ministério da Educação Nacional que tive as maiores dificuldades. Tantas e tais que seriam mais tarde determinantes da minha demissão da direção da U. N.

Entrara como Ministro dessa pasta para o Governo um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, homem da minha idade, o Dr. Fernando Pires de Lima. Conhecia mal o meio de Lisboa, tinha uma inteligência mediana e aos defeitos característicos dos lentes conimbricenses juntava um feitio pessoal talvez demasiado tímido, que dificultava a sua aproximação das outras pessoas e o fazia reagir mal em muitos casos em que o diálogo franco poderia conduzir a soluções aceitáveis. Era um triste, que permaneceu celibatário até à morte e não sabia inspirar simpatias. Respeitável, decerto, mas cuja vida, ao ser recordada, só inspira pesar pela infelicidade que, ao menos na aparência, dela transpira.

Em maio de 1947 estalou nas escolas superiores de Lisboa um conflito académico de nítido cariz político. As coisas agravaram-se sobretudo na Faculdade de Medicina, tradicionalmente esquerdista, e onde se dizia que os grevistas eram incitados e apoiados por alguns

professores. Mas houve reação vigorosa dos estudantes nacionalistas e que chegou a vias de fato: alunos das duas tendências bateram-se em certo dia com vigor e os grevistas não levaram a melhor. Nessa altura a polícia entrou na Faculdade e, sem aviso, agrediu a torto e a direito, tanto os grevistas como os antigrevistas. Resultou daí, como era natural, grande comoção na Universidade. Primeiro porque todos os universitários (e nesse número me contava) eram contrários à intervenção da polícia dentro dos edifícios escolares sem ser a chamado das autoridades acadêmicas. E depois por não ter havido discriminação, punindo também aqueles que se opunham ao domínio dos agitadores.

Os estudantes nacionalistas procuraram-me emocionados e fui direito ao Ministro da Educação que me respondeu ter a polícia intervindo sem possibilidade de consulta às autoridades universitárias devido à gravidade do tumulto que ia dentro da Faculdade.

Dirigi-me então a Salazar. Disse-lhe que em meu entender, mesmo quando a desordem já fosse tal que extravasasse para fora do edifício escolar, o oficial da polícia deveria, antes de empregar a força, ter ordenado a dissolução da reunião e a dispersão dos estudantes. Só perante a desobediência lhe seria lícito atuar, e apenas contra os que desobedecessem.

Chamei-lhe a atenção para os resultados negativos de uma ação desta natureza: os estudantes nossos amigos estavam reagindo bem, só me parecia útil que as questões acadêmicas fossem quanto possível resolvidas entre os próprios rapazes enquanto pudesse ser, e, na idade deles, um murro dado ou levado em luta leal contra adversários marca para o resto da vida. Mas perante uma agressão injusta, todos os jovens se solidarizam e os nossos amigos mesmo sentem-se constrangidos dada a idéia de que está por trás deles permanentemente a polícia. Julgava que devia proceder-se a um inquérito.

Salazar, em conversa a 4 de maio, respondeu a isto que talvez houvesse algum excesso a lastimar, mas a polícia entrara no edifício da Faculdade autorizada pelo Ministro, numa altura em que o diretor não podia fazer nada e o tumulto era enorme. As questões acadêmicas tinham perdido o caráter antigo, e estavam a evoluir para ações de desafio ao Governo por parte de movimentos subversivos. Não se podia permitir isso. E desde que a polícia atuara para restabelecer a ordem num edifício público, não era possível desautorizá-la. Fez então referência à participação de numerosos professores nas agitações verificadas, o que contestei, julgando exageradas as informações.

"Mas veja lá a sua Faculdade, onde não houve a menor perturbação. Não teria isso sido devido à compostura dos professores?", perguntou-me.

Efetivamente, na Faculdade de Direito de Lisboa, embora situada a dois passos da de Medicina, não tinha havido o menor incidente. Era um fato. Mas isso não queria dizer que os incidentes fossem por culpa dos professores...

Assim nos despedimos.

Em junho foi-me dirigido instantemente pelo Governo o convite para chefiar no mês seguinte a delegação portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho que se reuniu em Genebra. A seguir deveria participar no Congresso Internacional de Ciências Administrativas marcado para Berne. Isso me manteve todo o mês de julho na Suíça.

Foi nesse mês que lá tomei conhecimento pelos jornais de que o Conselho de Ministros determinara o afastamento do ensino de duas dúzias de professores. Entre eles figuravam alguns nomes cuja inclusão na lista me surpreendeu, sobretudo o do Prof. da Faculdade de Medicina Dr. Augusto Celestino da Costa.

Era amigo e admirador dele. Quando em 1936 o Ministro Carneiro Pacheco criou o Instituto para a Alta Cultura, em substituição da Junta de Educação Nacional, foi nomeada a primeira direção que Celestino da Costa presidia e de que faziam parte os Profs. Francisco Gentil e Herculano de Carvalho, pelo setor da Investigação Científica, e o Prof. Pedro José da Cunha e eu, pelo setor das Relações Culturais. Talvez por ser o único homem de leis desse elenco, tive, apesar de ser o mais jovem, muita atividade em tal direção, de cujos membros me tornei francamente amigo.

Augusto Celestino da Costa fazia parte de um grupo de médicos que nos princípios deste século introduziram na Faculdade de Medicina de Lisboa os métodos e a prática da pesquisa científica no estudo das disciplinas médicas. O exemplo de Câmara Pestana e de Aníbal Bettencourt, acompanhado pelos sanitaristas ultramarinos como Ayres Kopke, na Bateriologia, foi seguido por Mark Atias, na Fisiologia, por Celestino, na Histologia, por Henrique de Vilhena, na Anatomia, por Sílvio Rebelo, na Farmacologia e, aproveitando os laboratórios dos Hospitais Civis de Lisboa e os que foram sendo montados na Faculdade, não só experimentaram o que outros tinham ensaiado como se lançaram em projetos próprios, originais e fecundos de investigação. Foi a fase anterior àquela a que já me referi em que brilharam Egas Moniz, Reinaldo dos Santos, Lopo de Carvalho, João Cid dos Santos...

Ainda estudante de Direito acompanhei com entusiasmo a participação dos meus amigos de Medicina nos trabalhos dos mestres. E aderi ao pensamento de que a reforma da mentalidade portuguesa, a começar pelo ensino, dependia largamente de pôr de parte os méto-

dos puramente livrescos para aprendermos na experiência e nos habituarmos a "fabricar" por nós mesmos a ciência que nos propúnhamos ensinar.

Era o tempo em que um amigo meu, fazendo trocadilho com a designação tradicional coimbrã dos professores por *lentes*, definia o lente como "o objeto que serve para os alunos verem, através dele, a ciência dos outros". Porque os professores, por via de regra, limitavam-se a repetir tratados estrangeiros ou a expor as teorias deste e daquele, sempre sábios de fora e, quanto mais arrevezado fosse o nome deles, melhor.

Professor, procurei no meu campo, das ciências jurídicas, pôr em prática novas idéias. E tornei-me no meio universitário paladino do emprego de métodos e da adoção do espírito da pesquisa pessoal ou em equipe para a criação — ou recriação — da ciência. Nesse labor me encontrei com o brilhantíssimo professor de Agronomia Antônio Sousa da Câmara, introdutor dos estudos de Genética em Portugal, de quem fui devotado amigo e que me deu a honra de forçar-me a escrever o prefácio do livro intitulado *No Caminho*, onde compendiou as reflexões da sua experiência de investigador quando diretor da Estação Agronômica Nacional.

Em 1929, sendo Salazar Ministro das Finanças, o Ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos criou a Junta de Educação Nacional com o objetivo de promover a educação de investigadores científicos e a prática da pesquisa, bem como de apoiar iniciativas culturais úteis ao desenvolvimento intelectual do País, mediante a concessão de bolsas-de-estudo, sobretudo no estrangeiro, e o financiamento de projetos e instituições.

Foi essa Junta que em 1936 a lei crismou em Instituto para a Alta Cultura. E, como disse, aí me encontrei com Celestino da Costa, ouvi as suas idéias, comunguei nos seus entusiasmos, sofri as suas dores, partilhei dos seus êxitos, com ele viajei pela Europa a ver como os nossos bolseiros aproveitavam os recursos que lhes proporcionávamos. Autor de um tratado de Histologia traduzido em francês e espanhol, conhecido pelas suas contribuições para o estudo histofisiológico das glândulas endócrinas e para a Embriologia, de que foi mestre respeitado no Mundo, Celestino da Costa sofria, talvez, de não se ver apreciado no seu País como merecia, sobretudo por parte dos colegas, e não poupava as suas críticas a pessoas e a acontecimentos. Mas a parte positiva da sua personalidade e da sua obra vencia bem quisquer defeitos que, como a outro qualquer, se pudessem apontar-lhe.

A sua aposentação compulsiva (nesse tempo, mesmos nos "saneamentos" políticos, respeitavam-se os direitos adquiridos...) constituiu para mim e para muita gente uma grande surpresa. Eu

sabia que a nossa ação no Instituto de Alta Cultura (onde funcionei de 1936 a 1940) suscitara críticas por parte daqueles que não obtinham as bolsas ou financiamentos que desejavam; e como não atendíamos à cor política dos requerentes, era fácil sempre mostrar que fora favorecido um adversário do Governo ao mesmo tempo que se indeferia a pretensão de um partidário.

Encontrava-me, como já disse, na Suíça, e só com esforço pude colher algumas informações sobre o que acontecera em Portugal. De uma coisa tinha a certeza: de que fora afastado de Lisboa nessa ocasião por se saber que seria francamente contrário ao castigo de tantos professores baseado em simples informações secretas, sem fato onde fossem colhidos em flagrante e sem processo nem possibilidade de defesa.

Pensei muito na minha situação. E de Berne, em 31 de julho de 1947, antes de regressar a Lisboa escrevi a Salazar uma carta que por ser um documento importante julgo conveniente transcrever:

"Senhor Presidente:

"A experiência da minha ação na União Nacional, sobre a qual meditei longamente durante a estadia na Suíça, leva-me à conclusão de que as funções não correspondem àquilo que supus, quando, depois de sondado pelo Dr. Albino dos Reis, me coloquei em dezembro passado à disposição de Vª Excia.

"Julgava eu então que o Governo estava na intenção de promover um verdadeiro levantamento cívico para conquistar a opinião pública e os votos até ao próximo ato eleitoral. Esse movimento só poderia conseguir-se, a meu ver, fomentando um livre debate de idéias no qual se retemperassem as convicções e se exercitassem os elementos mais ardorosos, generosos e combativos que pudéssemos mobilizar.

"Naturalmente que o entrar-se em tal fase de ação implicava certa mudança dos métodos seguidos até aqui, sobretudo até 1945. Para que essa mudança se fizesse tornava-se necessária uma íntima ligação do Governo com o Presidente da Comissão Executiva da U. N. a fim de, em comum, se ir delineando a política geral e ajustando a ela a ação quotidiana.

"Ora as realidades saíram inteiramente ao contrário das minhas suposições. O Governo tem orientado a sua política interna sozinho e continua a ser *a única* realidade política ativa, apoiado no aparelho administrativo e nas polícias. Após a minha saída do Ministério, a influência que exerci sobre as resoluções governamentais de caráter geral (que toda a gente julgou ter crescido) tem sido praticamente nula.

"A tentativa de dar combatividade à juventude universitária acabou numa agressão policial que, por ter resultado do emprego da força sem aviso prévio, considero abusiva e violenta.

"À idéia, que me pareceu não ter repugnado a Vª Excia. quando lha expus, de dar formação política aos jovens oficiais respondeu logo o último Estatuto dos Oficiais do Exército proibindo-lhes a participação em qualquer atividade política.

"Eis-me, pois, reduzido a servir de intermediário entre a província e o Ministério do Interior para a escolha de governadores civis e de presidentes das câmaras, e para a transmissão de pretensões de filiados da União Nacional: não é, realmente um brilhante papel!

"E entretanto levantou-se-me um sério problema de consciência.

"Sou professor, e professor de Direito. Como professor e julgador reivindico para a função aquele mínimo de garantias que permitam a independência do ensino e da apreciação dos examinandos. Como jurista, considero fundamental o princípio — só excepcionalmente derrogável — de que ninguém pode ser condenado sem ser ouvido.

"A recente separação de professores afetou estes princípios basilares da minha consciência jurídica. E logo no caso concreto essa condenação sem defesa me pôs indiretamente em causa no caso do Prof. Celestino da Costa.

"Segredam-me que na origem da sua condenação está a atividade desenvolvida por ele como presidente do Instituto de Alta Cultura de 1936 a 1940. Dessa direção fiz parte; e como não costumo desempenhar os lugares que me são confiados (mesmo quando gratuitos, como esse e tantos outros que tenho exercido) sem por eles me interessar, participei ativamente na gestão do Instituto, cabendo-me uma quota de responsabilidade tão grande, ou quase, como a de Celestino da Costa. Com ela posso bem: mas a defesa que se negou a Celestino da Costa deixa-me, também a mim, condenado sem julgamento.

"Sr. Presidente: Eu sei que outros governos, noutros países, em nome dos princípios contra os quais lutamos, empregam processos análogos. Mas penso que perderia toda a autoridade moral para protestar contra eles — como perderia para protestar contra igual medida que amanhã possa atingir-me a mim — se agora me conformasse silenciosamente com este caso. A minha admiração por Vª Excia. permanece intacta, nem sofre mossa a minha dedicação ao Estado Novo. Mas julgo-me inibido de manter a posição política que assumi há meses. Com o maior pesar e toda lealdade o afirmo".

Salazar recebeu esta carta em 5 de agosto e logo tentou entrar em contato comigo. Mas eu já saíra de Berne. E à chegada a Lisboa encontrei um cartão seu a pedir-me que não tornasse pública a minha decisão sem conversarmos. Fui então para Carcavelos onde os filhos

se encontravam já na praia, aguardando-nos, a mim e a minha mulher, que me companhara no último período da permanência na Suíça.

Por isso, só em 18 de agosto a conversa teve lugar. Nela me deu explicações sobre o afastamento dos professores. Estava mais que provada a influência exercida por eles na agitação académica e de vários era público e notório exercerem já havia anos, nos próprios locais de trabalho, acção contínua de difusão de idéias subversivas. Certos locais, sobretudo nos hospitais da Faculdade de Medicina, constituíam autênticos clubes da oposição, e os assistentes eram obrigados a seguir a linha ideológica dos mestres sob pena de serem substituídos. Isto era inadmissível pelo Governo.

Observei-lhe que então, perante fatos tão concretos, seria fácil instaurar processos disciplinares com as naturais garantias de defesa.

Sim — respondeu — isso seria o ideal. Mas na nossa terra sabemos o que aconteceria: nada se provaria, porque mesmo a evidência seria negada pelas testemunhas que não desejariam ser delatoras ou maus colegas, e logo se mobilizaria largo movimento de apoio em que colaborariam, era fatal, os convictos e os não convictos da inocência dos acusados... Todos gostamos de ser generosos e camaradas.

Em todo o caso, insisti, o método seguido deixa os punidos na ignorância das faltas de que são acusados e privados da possibilidade de demonstrar qualquer erro cometido.

A lei (contestou ele) faculta aos funcionários atingidos a possibilidade de reclamarem para o Conselho de Ministros. Vários deles o fizeram agora. Os recursos foram cuidadosamente examinados. E podia informar-me de que tinham já sido providos quatro. Eram os dos professores Celestino da Costa, Torre da Assunção, Flávio Resende e J. Cândido de Oliveira. (Estes três últimos, todos ainda ao serviço quando em 1959 fui Reitor da Universidade de Lisboa, prestaram-me então excelente colaboração.) [1]

(1) Espalhou-se que o Engº Henrique de Barros, meu cunhado e já ao tempo conhecido pelas suas simpatias pelos sistemas socialistas avançados, fora um dos demitidos nessa ocasião. Não é exato. Funcionário do Ministério da Agricultura e, depois, do da Economia, foi contratado para exercer funções de professor auxiliar do Instituto Superior de Agronomia. Em 1947 foi determinada a rescisão desse contrato, mas sem prejuízo da sua situação no Ministério. Logo a seguir, porém, o Ministro da Educação Nacional (com quem me zanguei por causa da decisão anterior) autorizou novamente o contrato com a condição de ser renovável anualmente, o que o Engº Barros então não aceitou; mas veio a aceitar aí por 1957, voltando logo a ensinar, creio que já como catedrático, e permanecendo no Instituto sem mais incômodo até a sua aposentação como funcionário.

Observei-lhe que, embora por este lado eu recebesse satisfação parcial, ficava de pé tudo o resto que lhe expusera na carta sobre a inutilidade da minha ação na União Nacional. A organização era praticamente inexistente, o esforço feito nela carecia de eficiência. Por mim e pelo interesse do Governo lhe afirmava com sinceridade que não valia a pena continuar assim.

Procurou demover-se. A conversa arrastou-se sem nos movermos das posições tomadas. Mas por fim o Dr. Salazar admitiu a necessidade de se estudar uma fórmula diferente da que até aí se experimentara. Pois continuasse eu em férias da Comissão Executiva, onde o Prof. João Lumbrales ficara a substituir-me interinamente. E voltaríamos a encontrar-nos...

E o tempo passou... Espalhou-se que me demitira e começaram a chegar-me manifestações de inquietação dos meios políticos e afirmações de amizade com o pedido para que retomasse as funções. Acabaram as férias escolares. Iniciou-se o novo ano letivo em que com entusiasmo retomei as minhas cadeiras de Direito Administrativo e de Administração Colonial, esta consagrada a um curso monográfico sobre Direito Colonial Internacional, suscitado pelo que vira, ouvira e lera durante a minha última temporada no estrangeiro. Esse curso, mais tarde acrescentado e remodelado, originou o livro intitulado *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos* que em 1974 ia na 4ª edição.

Só em 22 de outubro recebi uma carta de Salazar:

"Meu caro Doutor Marcello Caetano. Mando entregar esta carta em sua casa na convicção de que já tenha regressado do campo para o começo dos trabalhos do ano. Eu cheguei há dois dias, não bem nem inteiramente refeito do esgotamento anterior, mas suponho que melhor. Ao menos fiz todos os esforços para recuperar energias e boa disposição. Venho dizer-lhe que estou ao seu dispor: há de querer conversar e há de ser necessário ajustar qualquer plano de ação política em que não pensei mas que espero terá delineado no seu espírito. Diga para o Gabinete quando mais lhe convém. Não há tempo a perder: e a vitória do G.al De Gaulle terá mostrado a esta gente como temos tido razão... Muitos cumprimentos do am.o att.o" etc.

A carta traduz o método que seguia muito: deixar passar algum tempo sobre uma questão pessoal e depois retomar a conversa como se a questão não tivesse existido, com toda a naturalidade...

Passados dias encontramo-nos mais uma vez na residência oficial.

Já então era seu hábito receber sempre no escritório do rés-do-chão. Primitivamente as reuniões de trabalho tinham lugar numa sala do primeiro andar onde havia uma comprida mesa de carvalho. Mas pouco a pouco foi passando a trabalhar no escritório do andar

de baixo, que tinha anexa uma pequena sala de estar sempre com muitos livros sobre a mesa. No gabinete havia uma secretária e encostadas à frente dela duas poltronas viradas uma para a outra. Numa sentava-se Salazar, o interlocutor sentava-se na outra. Quando estava frio e a casa não se achava aquecida, Salazar embrulhava as pernas numa manta e oferecia outra ao visitante.

A conversa decorreu em termos amistosos. Salazar queixou-se da saúde, embora as férias lhe tivessem feito bem. Mas o cansaço do Governo continuava. Quando poderia libertar-se daquele fardo?

Falou da tentativa revolucionária de 10 de abril desse ano de 1947, movimento militar descoberto a tempo que visava a sua demissão e cujos dirigentes, generais e oficiais superiores, alguns dos quais reputados até aí partidários do regime, diziam à boca cheia que haviam sido animados pela atitude do próprio Presidente Carmona. Salazar estava preocupado pela inquietação que continuava a lavrar no meio militar e incomodado com a tentativa de divisão que, uma vez mais, se procurara levar a cabo entre ele e Carmona. Para frustrar esta manobra é que Santos Costa conseguira que o Conselho Superior do Exército atribuísse, logo em Abril, de acordo com o novo Estatuto dos oficiais, ao Presidente a dignidade de Marechal, sendo o bastão entregue em cerimônia militar onde a fidelidade das Forças Armadas lhe foi ratificada. Enfim... E então continuava eu na disposição de o abandonar? Os nossos amigos estavam muito preocupados com isso e fora já procurado por alguns da província (citou-me nomes) que consideravam desastrosa a minha exoneração e estavam dispostos a deixar também os quadros da U. N.

E com um ar de profunda tristeza rematou: "Todos me querem deixar..."

Procurei animá-lo. Não, não era assim. Tinha muitos e bons amigos que queriam apoiá-lo e ajudá-lo. O problema que eu lhe tinha apresentado não era pessoal, mas orgânico. Por que não assumia ele o comando efetivo da União Nacional através de uma espécie de "gabinete político" instalado em S. Bento? Ou então por que não tornava inerente ao cargo de Ministro do Interior o de Presidente da Comissão Executiva da U. N.?

Repeliu as duas sugestões. Não tinha possibilidades de tempo para se ocupar do comando operacional da U. N. mesmo com uma pessoa de confiança a dirigir o tal gabinete. E sempre fora contra a fórmula fascista de confiar a chefia da U. N. a um Ministro, que seria um passo para a converter, à semelhança do que ocorrera noutros países onde assim se fizera, em partido único. No espírito de Salazar estava profundamente arraigada a aversão aos partidos, mesmo únicos...

Disse-lhe que havia outras fórmulas de ligar o Presidente da Comissão Executiva às estruturas do Poder, mas essas também não eram para mim. Uma, a de ser o líder dos deputados governamentais na Assembléia Nacional. A existência de alguém que servisse de elemento de ligação entre a Assembléia e a União Nacional e, indiretamente o Governo, parecia indispensável. A experiência mostrara a dificuldade das relações com os deputados e até nesse campo a minha ação era nula. Vivamente lhe aconselhava que escolhesse alguém para a liderança, e em minha opinião deveria ser o presidente da Comissão Executiva que me sucedesse, pois eu nem era deputado.

Outra fórmula era fazer do presidente da Comissão, presidente da Câmara Corporativa. Também nesse cargo disporia de meios de contato e de atuação política eficazes e até de estatuto dignificante. E falava-lhe na hipótese em pura teoria, pois o lugar estava ocupado e muito bem. Não era meu intuito sugerir-lhe qualquer substituição.

Admitiu a necessidade de designação de um líder. Mas como nem todos os deputados pertenciam à U. N. — desconfiava mesmo que a maioria... — não convinha que fosse o presidente da Comissão Executiva. O líder podia ser já indicado. Quem sugeria eu?

Sugeri-lhe o Dr. Mário de Figueiredo. Era parlamentar experiente, aparteador repentista e feliz, gozava de simpatias na Câmara onde, como professor de Coimbra, tinha prestígio entre os numerosos filhos dessa Universidade que nela existiam. E era um amigo do Dr. Salazar...

— Sim, o Mário era bom... É meu amigo, embora tivesse andado para aí amuado uns anos, por causa do incidente dos sinos, mas depois aceitou entrar para o Governo e conto outra vez com a sua velha amizade. Mas gosta tanto de ser independente... Aceitará ele a função?

Respondi-lhe que, nos termos em que ele acaba de a definir, fora da União Nacional, o líder ficava trabalhando sobretudo com o Presidente do Conselho. Convidasse ele o Mário de Figueiredo. Estava certo de que lhe não diria que não.

Entrou então no fundo do assunto. A minha exoneração com a eleição presidencial à vista, e sabendo-se que fora por causa dela que eu saíra do Governo para o cargo que agora exercia, seria desastrosa. Ele não tinha jeito nem paciência para isso que se convencionou chamar a política interna, feita de intrigas, questões pessoais, rixas de campanário — e que preferia chamar a "baixa política" — mas estava pronto a ajudar o mais possível. Podíamos fixar um dia por quinzena, ou por semana se preferisse, para nos encontrarmos. E presidiria uma vez por mês à reunião da Comissão Central da U. N. Ia recomendar aos ministros que me dessem a maior atenção e apoio. Não lhe diria que não, não é verdade?

Anuí — que remédio! Mas com uma condição: feita a eleição presidencial, eu voltaria à minha vida, saindo da atividade política.

— Pois que assim o quer... — rematou num encolher de ombros.

E assim acabou a crise.

Só mais uma pequena história. Celestino da Costa, reintegrado, veio agradecer-me e narrou-me que regressava da França, onde contara com indignação a um colega de Paris quanto lhe tinha acontecido. E o velho mestre parisiense de Medicina retorquira-lhe:

— *Cher collègue* dê-se por muito feliz! Aqui na França temos tido, depois da guerra, depurações de professores às centenas por meras suspeitas ou denúncias anônimas sem possibilidades de defesa e de recurso. O meu amigo pôde recorrer, foi atendido, reingressou no seu lugar. Ainda há justiça no seu País!

Celestino honestamente contou-me este episódio. E a amargura natural pelo que lhe acontecera parecia desvanecer-se de todo perante as reflexões do colega francês.

Era o tempo em que, na França, se dizia que *un pur trouve toujours un plus pur qui l'épure*. Um modelo de "saneamento..."

48

Regressei, pois, ao gabinete do Largo Trindade Coelho, sem entusiasmo mas disposto a cumprir a tarefa de que me tinha incumbido.

Lancei-me afanosamente a reorganizar as comissões locais da União Nacional. Procurei vitalizar os órgãos executivos centrais, reunindo com freqüência a comissão executiva à qual agregava, uma vez por semana, a comissão de propaganda, a comissão distrital de Lisboa e a comissão das colônias, para mais larga informação e planejamento.

Como muitos homens de menos de 40 anos desejavam formar um centro político, favoreci a criação do Centro de Ação Popular (o nome foi dado por mim) onde passaram a juntar-se, em grande número, elementos dinâmicos desejosos de se esclarecer e de agir.

Ao dar posse em 19 de fevereiro de 1948 à nova comissão concelhia de Lisboa, expliquei: "A União Nacional não nega acolhimento e apoio aos centros de cultura nacionalista ou de ação patriótica que, integrados no seu espírito, venham completar ou alargar a sua atuação. Tais são os casos, por exemplo, da Liga 28 de Maio e do recém-criado Centro de Ação Popular.

"É perfeitamente legítimo aos filiados na União Nacional juntar-se segundo as suas afinidades pessoais, temperamentais ou de metodologia política. Evidentemente que não pode tratar-se de movimentos partidários pois que se a U. N. não é um partido menos ainda pode ser um feixe de partidos".

Ao mesmo tempo promovi uma vasta campanha de inscrição no recenseamento eleitoral que levou muitos milhares de cidadãos a incluir os seus nomes nos cadernos. Dessa campanha fez parte a alocução proferida na Emissora Nacional no 1º de março de 1948, na qual afirmei, para incitar as pessoas a participar na vida política.

"Sou professor de Direito e não escondo o meu culto da legalidade, o meu respeito pelos direitos individuais e pelas sagradas garantias de defesa de todo o acusado, a minha antipatia pelo arbítrio,

a minha preferência na organização do Estado por tudo o que é institucional em relação ao meramente pessoal, o meu gosto pela crítica competentemente exercida, a minha convicção de que vale a pena formar e manter esclarecida uma opinião pública...

"Mas, em primeiro lugar, a vida em coletividade e a atuação em comum exigem de cada um de nós que conceda um pouco para que se possa chegar a um campo de entendimento e a uma fórmula de equilíbrio. Sem desesperarmos de ver realizadas as nossas aspirações pelas quais é lícito que trabalhemos, devemos transigir no momento em que se impõe uma ação imediata e concertada de todos os que defendem a nação contra a antinação".[1]

Semanalmente me encontrava com Salazar. Era bem verdade o que me dissera: sentia que, ao ouvir a exposição das questiúnculas políticas, o seu interesse era forçado, a atenção feita de delicada paciência. Onde se animava era ao abordar qualquer problema sério de administração ou de economia: então queria saber pormenores, tomava notas, às vezes telefonava logo ao Ministro competente a saber se o que eu lhe transmitia era assim mesmo e a recomendar providências. A muitas dúvidas respondia prontamente, com uma espantosa memória de datas e números que reduzia as reclamações à sua justa medida.

As seqüelas da conspiração de abril não se tinham extinto. A intriga urdia-se de modo a envolver o Presidente Carmona, que teria recebido alguns dos conspiradores e ouvido complacentemente as suas queixas e a petição para que demitisse o Dr. Salazar. Porventura deixaria entender que não o fazia por estar coacto...

Carmona desmentia categoricamente que lhe tivessem arrancado uma palavra, só que fosse, desagradável para Salazar, embora de fato houvesse recebido oficiais generais, como geralmente fazia, de entre os quais eram agora apontados os tais interlocutores.

Era nessa altura um velho muito simpático, aprumado ainda, distinto de maneiras, afável com todos, mas repousara quase por completo da intervenção nos negócios públicos confiando-os a Salazar.

Enquanto fui Ministro das Colônias procurei-o várias vezes (o próprio Salazar estava constantemente a recomendar aos ministros que não deixassem de freqüentar o Chefe do Estado e de o manter ao corrente dos problemas nacionais). Recebia-me sempre com muita festa. Começava a ouvir o que eu lhe expunha. Mas, a certa altura, o nome de uma pessoa, a menção de um lugar, o afloramento de uma data,

(1) Privado dos meus livros e dos meus arquivos, tenho de recorrer, para a reprodução destes excertos, à antologia que em 1969 o Sr. António Maria Zorro publicou sob o título: *Marcello Caetano. Princípios e Definições.*

suscitava-lhe a memória de fatos longínquos da sua vida, e passava ele a falar: da juventude em Chaves, do serviço na Escola Prática de Cavalaria, de anedotas ocorridas durante as suas viagens... E às tantas despedia-me...

Na abertura da sessão legislativa de 1947-48, reunindo com os deputados em 25 de novembro de 1947, Salazar fez referência discreta à boataria que andava à solta. E declarou categoricamente que "a dignidade do Governo é suficiente garantia da liberdade do Chefe do Estado", afirmando-se "escravo dos princípios e incondicionalmente pronto a obedecer à decisão superior". Foi nesse discurso que Salazar anunciou a instituição do cargo de líder da Assembléia Nacional e nele investiu o Prof. Mário de Figueiredo.

Inesperadamente, também eu me vi envolvido na intriga ligada à conspiração.

Um dos oficiais nela envolvidos era o General Godinho, que em certo período da guerra exercera comando sobre as tropas expedicionárias enviadas para a defesa dos Açores.

Ao serem presos os oficiais, a Polícia, para os não encerrar em prisões comuns, recolheu-os num pavilhão que estava para ser inaugurado no Hospital Júlio de Matos — centro psiquiátrico constituído por um conjunto de numerosos pavilhões dispersos por larga área de terreno. O pavilhão destinado aos presos era novo e confortável, isolado dos restantes, e o fato de se achar no recinto do hospital não implicava qualquer contato ou confusão com os doentes, nem submissão à direção clínica.

Mas logo começou a especulação por terem os oficiais sido internados num manicômio... Então, concluído o sumário de culpa, o Ministro da Guerra ordenou que, nos termos do Código de Justiça Militar os pronunciados recolhessem a um presídio militar, e assim foram transferidos para o forte da Trafaria, localizado sobre o rio Tejo. Aí o general, que sofria do coração e requerera para continuar onde estava, teve um súbito ataque e faleceu.

A família atribuiu à transferência e ao frio e umidade do local do presídio o acidente fatal. E resolveu constituir advogado para apurar responsabilidades.

Uma noite, estava eu em casa, bateram à minha porta. Era um antigo aluno meu na Faculdade de Direito, rapaz esperto embora não muito brilhante, de família modesta, e que eu, depois da sua formatura, tivera ensejo de ajudar a singrar na vida. Chamava-se Adriano Moreira.

Recebi-o prontamente. Estava muito perturbado e vinha procurar-me para que o aconselhasse em momento de grande aflição.

Fora ele o advogado constituído pelos filhos do General Godinho. E resolvera acusar o Ministro da Guerra, Santos Costa, de homicídio voluntário e premeditado do general, alegando que, sabendo da doença de coração deste, era inadmissível que não previsse o resultado fatal da transferência. A razão por que o Ministro quereria eliminar o General achar-se-ia no fato de estar este de posse de segredos comprometedores: Santos Costa dirigira-lhe para os Açores várias cartas a recomendar que resistisse a todo-o-transe a qualquer tentativa de desembarque dos norte-americanos. O que provaria a parcialidade do Ministro pelo Eixo...

A família do General dera entrada na Polícia Judiciária de uma queixa contra o Ministro, instruída com vários documentos, entre os quais as famosas cartas. A Polícia comunicou o fato ao Ministro. E já resultara daí o interrogatório de um dos filhos do General, oficial da Marinha, a fim de apurar as condições da utilização das cartas missivas, ainda para mais consideradas secretas, por parte da família do destinatário. No interrogatório foram várias vezes formuladas perguntas acerca do advogado, que tinha fama de esquerdista. Tudo indicava que viria a ser interrogado também. E nesse meio tempo a família do General já lhe pedia contas acerca da junção das cartas secretas. Adriano Moreira vinha consultar o seu antigo professor sobre a gravidade do fato.

Ouvi-o atentamente. E quando por fim comecei a falar, censurei-o, paternal mas asperamente, pelo disparate sem nome que a queixa constituíra. Uma asneira de tal tamanho até comprometia a fama da sua inteligência. Um Ministro não se acusa, por fatos cometidos no exercício das suas funções, na polícia, como um delinqüente qualquer. Não só porque há meios constitucionais próprios para o fazer, mas também porque é evidente a inoperância da polícia em casos tais... E depois, como acusar de homicídio intencional e premeditado um homem que, no desempenho do cargo em que está investido, se limita a proferir um despacho de cumprimento da lei?

Quanto aos motivos, também a interpretação era pueril. Portugal declarara neutralidade no conflito e tinha de defender o seu território contra qualquer agressão dos beligerantes, viesse ela donde viesse. A questão dos Açores tinha de ser resolvida, como foi, por negociação, nunca pela força: um ataque americano legitimaria logo uma reação alemã. O que o Ministro dizia nas cartas era, pois, o que devia ser transmitido aos chefes militares e que, pelos vistos, estes não tinham entendido.

Agora quanto ao caráter secreto dos documentos, tinha ele defesa (já que cometera o erro de ofício). Os papéis são classificados de confidenciais ou secretos em dadas circunstâncias, mas, mudadas estas, a classificação não tem mais razão de ser. Era o caso. A guerra

justificava o segredo; acabara a guerra, o fato de ter sido encarada pelos americanos a hipótese de invadirem os Açores já era público, andava pelos jornais, eu tinha visto até há dias que fora publicado um livro nos Estados Unidos em que se falava nisso. Talvez até o que estava nas cartas já se pudesse saber na América por um dólar, comprando o livro... Era nessa linha que ele devia orientar a sua defesa.

O advogado agradeceu e saiu. Passados poucos dias veio a notícia da sua prisão pela P.I.D.E. Procurei prestar à sua família todo o apoio afetivo que me era possível, mexi-me junto do Ministro do Interior e do próprio Presidente do Conselho para que fosse libertado. E um dia o Ministro pediu-me para lhe ir falar. Encontrei-o com cara de caso. Consternado, comunicou-me que eu fora envolvido no processo do advogado preso. Como? Porque em interrogatório a que fora submetido, um dos filhos do General contara que o advogado o tinha tranqüilizado acerca da junção das cartas, pois falara com o Prof. Marcello Caetano e este era de opinião de que a coisa não tinha gravidade.

A Polícia entendia que era necessário ouvir-me sobre esse ponto e já os amigos do Ministro da Guerra estavam a ver ali um conluio político para o atingir, insinuando a minha inspiração do ato da queixa. Ele, Ministro do Interior, pedia-me para lhe dizer o que se passara.

Contei-lhe tudo sem omitir coisa nenhuma. Escutou e no final comentou: "O que você diz é condizente com o depoimento do advogado. Ele, quando lhe falaram no seu nome teve uma grande exaltação: 'Não tragam para aqui o Prof. Marcello Caetano!' — mas depois acalmou-se e contou tudo exatamente como você agora narrou. O assunto pela sua parte está encerrado".

— E por parte do rapaz? Qualquer jurista vê que se está em face de um ato de inexperiência. E mesmo que as cartas tivessem a gravidade que lhes atribuem, não é verdade que não foram divulgadas mas entregues à Polícia? Onde está a intenção criminosa? Fica o caso da utilização de cartas missivas sem autorização do autor, mas esse não constitui infração criminal e é bem mais fácil de tratar.

Cancela d'Abreu, um tanto cético acerca da explicação da inexperiência, disse-me, porém, que ia recomendar à Polícia para abreviar as investigações.

E foram abreviadas. Mas a boataria acerca de eu ter inspirado um "golpe baixo" para ferir o Santos Costa, meu rival na luta pelo poder, correu nos mentideros. O próprio Ministro lhe fez velada referência num discurso às tropas e levou tempo a convencer-se da sem-razão do boato. E os seus amigos não se cansavam de pedir a minha cabeça...

O compromisso de preparar as eleições estava tomado. Meti mãos à obra, de acordo com o plano que concertara, de modo a aproveitarem-se todas as datas, no período que faltava decorrer até ao ato eleitoral, para valorizar figuras e ações do regime.

Em 27 de abril de 1948 celebrava-se o vigésimo aniversário da entrada de Salazar para o Governo. Organizei sessões comemorativas em todas as sedes dos distritos, presidindo eu à de Coimbra, em que foi orador o Prof. Luís Cabral de Moncada. Quatro das orações mais significativas e proferidas por nomes de maior peso na vida intelectual portuguesa foram depois reunidas sob o título de: *Salazar, um grande português e um grande europeu.* Mas o ponto alto das celebrações foi a apresentação de cumprimentos pela Universidade de Coimbra. No Palácio de S. Bento reuniu-se a corporação dos doutores revestidos de trajes académicos, com capelo e borla, que seguiu em cortejo rematado pelo Senado Universitário e pelo Reitor através dos jardins até à residência de Salazar, onde o saudou e se fotografou com ele.

Nas breves palavras em que agradeceu a homenagem e que constituíram um hino de louvor e um ato de fidelidade à Universidade, o final exprimia o sentimento que repetidamente transmitia nas suas conversas com os íntimos: "Em todo o caso espero ansioso o momento de regressar..." Era a idéia do costume: voltar para Santa Comba Dão e ir ainda, talvez, ensinar na Universidade.

No dia seguinte cumprimentaram-no também os representantes das Forças Armadas, aos quais fez um discurso.

Depois, em 28 de maio, fizeram-se pelo País sessões e inaugurações de melhoramentos. E em fins de julho inaugurou-se no Instituto Superior Técnico uma grande Exposição de Obras Públicas que esteve aberta até 7 de novembro. Foi uma larga demonstração do trabalho realizado em todo o País durante os 15 anos posteriores à restauração por Salazar do Ministério das Obras Públicas, em 1932.

Obra extensa, variada e em conjunto majestosa era a que ali se apresentava aos olhos dos visitantes — meio milhão de pessoas por lá passou — graças à qual se tinha dotado a Nação com as infraestruturas que em 1926 totalmente lhe faltavam. O que havia nessa época, construído em tempo da Monarquia, era velho ou estava arruinado. Foi preciso fazer tudo praticamente de novo e restaurar alguma coisa que se aproveitasse e também aquilo que constituía patrimônio artístico, histórico e moral — os castelos, os monumentos, os palácios...

Como Salazar notou ao encerrar a Exposição, estava ali representado "tudo o que é a vida real de um indivíduo ou de um povo no seu mourejar diário, na sua alegria e na sua dor, na sua ânsia de elevação material ou moral, no seu desejo de imortalidade.

"Essa obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, de largas estradas e caminhos rústicos, de fábricas, de igrejas, de portos e de barragens, de escolas e de

hospitais, de castelos e de quartéis, não nasceu do acaso, mas do nosso próprio conceito do Governo e da sociedade portuguesa, ou seja, de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha, coletividade em que o povo deixou de ser um tropo da literatura política e não é mesmo uma classe porque é aos nossos olhos a própria Nação".

O próprio local onde se realizava a Exposição era aliás um cartaz do espírito novo e da capacidade de realização do regime. Criado em 1911, o Instituto Superior Técnico vegetou durante 20 anos nuns barracões acanhados e sujos situados no Conde Barão, onde pequenos cursos estudavam uma engenharia aparentemente sem futuro num País que não construía nem tinha indústria. Duarte Pacheco, logo nos primeiros tempos da Ditadura, visionando os novos destinos da economia nacional traçou com largueza o projeto das instalações a construir para o Instituto em vasto terreno da área que então se considerava de expansão da cidade. Nasceu daí o conjunto de edifícios dispersos por uns seis hectares, com excelentes salas, oficinas e laboratórios. E logo os alunos acorreram perante as perspectivas profissionais que a ação do Estado depois de 1928 abria. Não passaram muitos anos sem que se tornassem acanhadas as instalações com tanta folga edificadas.

Nunca mais cessou o afã construtivo até 1974. Os críticos da oposição bem se esfalfavam a dizer que o regime erguia "obras de fachada", juntava "pedras mortas", e coisas que tais: os povos viam bem a utilidade do trabalho realizado e habituaram-se a formular as suas petições e a vê-las satisfeitas metodicamente dentro de planos estabelecidos. O "imobilismo" que os inimigos mais tarde assacaram ao regime do Dr. Salazar existiria talvez para as lutas políticas estéreis: nunca no trabalho a bem da Nação e no esforço de elevar e dignificar o povo português.

Levei à Exposição, numa visita coletiva, os dirigentes das comissões distritais da União Nacional convocados para uma reunião de trabalho ,em Lisboa. E nessa visita, fiz um discurso a extrair a lição do que tínhamos acabado de ver. Discurso simples e acessível, à minha maneira, em que respondia a críticas e exaltava a ação cujos documentos ali estavam patentes constituindo prova esmagadora de uma política que acima de tudo procurava corresponder aos interesses nacionais.

No dia seguinte (em 30 de julho) mensagem de Salazar:

"Muito gostei do discurso aos homens da U. N. na sua visita à Exposição! Já se sabe que havia só amigos e estes não precisavam de ser convencidos. Mas o entusiasmo deles vai transmitir-se a outros. Veja se insiste por discursos acessíveis aos ouvintes. Os de ontem não devem ter perdido uma palavra..."

Depois projetei percorrer todas as sedes de distrito do Continente, entre 15 de setembro e 15 de outubro a fim de promover nelas reuniões dos dirigentes municipais e paroquiais da U. N. Essas reuniões, que se efetuaram com grande sucesso, destinavam-se a conhecer as principais razões de queixa das populações susceptíveis de ser exploradas pela oposição.

Comunicado este plano às comissões, a de Viseu pediu que fosse lá no dia 19 de setembro: era domingo e achava-se a funcionar a tradicional *feira franca* que atraía imensa gente à cidade e forçosamente lá estariam, sem mais esforço, as pessoas que convinha reunir. Respondi que sim, claro está. O Dr. Salazar estava em férias na sua casa em Santa Comba Dão. E em 14 de setembro recebo uma carta dele:

"No passeio que ontem dei a Viseu e em conversa com o Dr. Casimiro de Vasconcelos, soube da reunião das comissões políticas naquela cidade no próximo domingo sob a sua presidência. Pensou-se que seria ocasião de vir almoçar comigo na passagem; o Dr. Vasconcelos gentilmente desistiu do que desejava oferecer-lhe em casa e prometeu dar-nos a sua companhia aqui, indo depois para Viseu com o Dr. Marcello Caetano. Assim se aumentam, creio, as possibilidades de troca de impressões. Não sei como tenciona vir, se de automóvel ou de comboio. Em qualquer dos casos peço-lhe que oriente as coisas de modo que desça em Santa Comba para almoçar. O almoço será às 13. Partindo para Viseu às 14 horas lá estará uns minutos antes da hora marcada para a reunião — 15 horas. Se vier de comboio — no rápido — o almoço será mela hora mais tarde. Não há no momento atual boas acomodações em Viseu. Ouvi ao Dr. Vasconcelos que, sendo sua intenção ir depois a Vila Real, mais convém ir à noite dormir ao Palace de S. Pedro do Sul. Assim ficaria com algum caminho andado.

"Espero que esta combinação não lhe desagrade. A mim dá-me muito prazer. Ao Dr. Vasconcelos parece que dará também uma oportunidade excelente para conversar consigo.

"Diga-me alguma coisa que julgue útil e creia-me, Mtº Atº Amigo Grato, Oliveira Salazar. 13/9/948".

Transcrevo esta carta e a seguinte porque me parece interessante mostrar a delicadeza com que faz o convite e a meticulosidade com que traça o programa a seguir para nos encontrarmos em sua casa e almoçar. Era sempre assim. Numerosas pessoas — e sei que muitos brasileiros entre elas — testemunharam essa delicadeza de maneiras, o cuidado nas programações e a solicitude em verificar se eram cumpridas, traduzida em telefonemas para o caminho e em ramos de flores que eram entregues à senhoras à chegada aos hotéis onde pousavam...

O Dr. Casimiro de Vasconcelos, a que a carta se refere, era um prestigioso médico de Viseu, já idoso, que presidia à Comissão Distrital da U. N.

Respondi que iria com muito prazer almoçar a Santa Comba. Eu ficaria de sábado para domingo em Coimbra, de modo que, de automóvel, chegaria à hora que ele, Salazar, quisesse.

Pronta réplica·

"Ficamos então entendidos: virá no domingo próximo às 11 ½ da manhã; almoçar-se-á às 13 horas com o Dr. C. Vasconcelos que convidarei para a hora do almoço; falaremos assim os dois das 11 ½ às 13 e os três das 13 às 14; a esta hora seguirá para Viseu, onde estará minutos antes das 15 horas para as quais a reunião está marcada. Não sabia do plano da visita aos distritos que me parece bem. Haverá talvez que retocar aqui e além, mas o contato pessoal ajudá-lo-á a tomar deliberações em Lisboa, sendo necessário. Até domingo, pois. Mtº Atº Amº grato, Oliveira Salazar. 6ª-feira, 17.9.48".

Chegado o domingo aprazado, cumpriu-se o programa. À hora marcada cheguei ao lugar do Vimieiro, bairro de Santa Comba onde, junto à estrada nacional, se erguia a casa rústica, composta de dois pequenos edifícios contíguos, um térreo, outro com dois pisos, que Salazar unira. Já me esperava. Por dentro as salas estavam mobiladas muito simplesmente. Conversamos. E depois de chegar o Dr. Casimiro de Vasconcelos, acolhido com efusões de amizade, foi-se almoçar. Uma ementa beirã: caldo verde e cabrito assado com batatas coradas, tudo acompanhado com um vinhito da lavra do dono da casa. Comia-se broa de milho, esfarelando uma fatia no caldo verde à moda da terra. Naquele ambiente Salazar integrava-se bem no mundo rural de que provinha e a que, no fundo, nunca deixou de pertencer. Antes e depois do almoço passeamos na pequena quinta anexa, herdada dos pais e arredondada e arranjada com as economias que conseguira fazer no decurso de uma existência modestamente vivida. Com que carinho olhava e descrevia as suas flores, as suas árvores, as suas terras, as suas culturas! Era ali que, quando podia (e raras vezes podia...), repousava das fadigas do governo e se retemperava para as lutas quotidianas.

Dizem-me que no charco de lama em que os revolucionários de 25 de Abril quiseram transformar Portugal, salpicando sem respeito tudo e todos, a casa modestíssima de Salazar em Santa Comba apareceu designada por "palacete" e até o tanque de rega do quintal foi mudado em "piscina"! Depois desse almoço de 1948 voltei lá algumas vezes. Encontrei uma ou outra mudança no mobiliário, alguma benfeitoria mais na quinta sempre amorosamente tratada e onde

Salazar enterrava as suas economias. Mas tudo se conservava com o mesmo caráter de sempre, era o casinhoto aldeão que centenas de milhares de portugueses conheceram ao passar na estrada do Vimieiro.

Deambulando pela quinta e sentados depois à sombra da parreira junto à casa, fomos conversando sobre a situação política, os mais instantes problemas nacionais, os meus projetos de preparação e condução da campanha eleitoral. Tudo o que eu dizia ele ouvia atentamente, a tudo fazia os seus comentários ou observações no mesmo tom calmo e refletido em que transpirava o conhecimento dos homens e das coisas sempre apreciadas com sentido político e o bom senso que nunca o desamparou e foi uma das grandes virtudes da sua inteligência. Por isso não admira que no mundo de insensatos onde vivemos ele não seja compreendido e admirado. E seja até por muitos odiado. Quando tive notícia de que os díscolos haviam cortado a cabeça à estátua de Salazar na mesma Santa Comba Dão de cujas virtudes ancestrais ele era expoente, não me admirei: foi apenas a tradução simbólica da decapitação do senso comum em Portugal.

De casa de Salazar segui para a minha ronda dos distritos. As reuniões juntavam em cada capital algumas dezenas de pessoas a quem eu fazia uma exposição dos objetivos da visita e solicitava que falassem francamente. Um após outro iam-se levantando os mais bem-falantes. E pelo que diziam, pelo apoio que recebiam da assistência ao tratar de um ponto ou outro, e depois pelas conversas que se seguiam às reuniões e onde os menos afoitos para se pronunciar em público exprimiam os seus pareceres à puridade, eu ia fazendo um levantamento do estado da opinião do País. Claro que predominavam as queixas e reivindicações dos lavradores e dos consumidores. Mas houve protestos que me surpreenderam. Por exemplo, os da gente do Norte contra a florestação dos baldios.

Considerava-se em Lisboa esse povoamento florestal das montanhas escalvadas e em vias de erosão uma das grandes realizações do Governo. Os economistas do século XIX tinham insistentemente reclamado que se cultivassem os terrenos incultos e se plantassem árvores nos que fossem impróprios para cultura. E a maior parte desses terrenos era constituída por baldios, terras utilizadas em comum pelos habitantes das povoações a que tradicionalmente estavam afetos, quase sempre situadas em serranias. No Governo do Dr. Salazar, o Ministro da Agricultura Rafael Duque mandou proceder em 1936 a um sistemático reconhecimento dos baldios do continente, levado a cabo por brigadas de técnicos e publicado em 1939 em três grossos volumes. Ficou-se então a saber quantos baldios existiam, a sua localização e extensão, para o que serviam e para que podiam ser utilizados. Conservaram-se no logradouro comum dos vizinhos aqueles que lhes eram indispensáveis e reservaram-se para

colonização os aptos para cultura. Mas a maior parte da área recenseada era constituída por terras cobertas de mato espontâneo onde quando muito se apascentava algum rebanho e se colhia lenha para os fornos de pão. Para defesa contra a erosão, regularização climática e criação de futura riqueza nesta área estava indicada a arborização. Um Plano de povoamento florestal aprovado em 1938 permitiu a realização metódica de uma grande obra que estava em curso em 1948 e continuou nas décadas seguintes.

Foi com surpresa que ouvi, pois, os repetidos queixumes contra os Serviços Florestais e a privação dos baldios, que, aliás, tornariam a fornecer lenhas logo que as árvores estivessem criadas. Dei conhecimento do fato em Lisboa e lembrei a conveniência de uma doutrinação intensiva das populações de modo a revelar-lhes as vantagens que tinha a plantação das árvores. Efetivamente o *facies* de certas regiões serranas mudou de todo com a floresta melhorando também o seu clima. E os Serviços Florestais abriam estradas que a todos beneficiavam, e regularizavam torrentes. Mas o velho ódio lusitano contra a árvore não desapareceu do toutiço estúpido de muito aldeão: e os fogos postos queimavam todos os anos áreas extensas de mata preciosa, que levara anos a fazer e que só com muitos anos podia ser refeita.

Em Lisboa ia relatando o que ouvia para os Ministros procurarem remediar ou atenuar os motivos de descontentamento. Em vários casos o que havia porém era resistência obstinada a medidas de utilidade pública, resistência feita de incompreensão que não queria ser esclarecida.

Foi um período de grande esforço pessoal! Porque, além de reger os meus cursos na Universidade sem dar faltas, era constantemente solicitado para fazer conferências a que não me recusava: em 23 de outubro proferi na Ordem dos Advogados uma sobre "o respeito da legalidade e a justiça das leis" e em 11 de novembro outra, na Sociedade de Geografia de Lisboa, acerca de "Antônio Enes e a sua ação colonial".

Até que chegou a ocasião de escolher o candidato da União Nacional à Presidência da República.

49

A reeleição do Marechal Carmona era vista com apreensão por muita gente.

Carmona não fora a figura principal da Revolução de 28 de Maio de 1926. Ministro da Guerra em governos partidários anteriores, convencera-se da improficuidade do regime parlamentar e da necessidade de substituí-lo. Mas era homem cauteloso que, abordado pelos conspiradores, dera muito discretamente uma adesão condicionada. A Revolução arrancou afinal sob o comando do General Gomes da Costa, um velho militar curtido do sol da Índia e de todas as áfricas, que comandara com autoridade e valentia uma divisão em França. Alto, aprumado, rijo, com olhar firme e voluntarioso, habituado à vida rude e à condução de homens, o General britânico que comandava o Corpo de Exército onde a divisão de Gomes da Costa estava integrada definiu-o: *Each inch, a soldier!*

Gomes da Costa era um homem culto mas fora sempre um pouco aventureiro, com muita fantasia na imaginação, preenchendo as horas de ócio a escrever e a pintar. Na sua conversa as considerações sérias eram entremeadas de ditos maliciosos, remoques irónicos, piadas de caserna, quando não surgia alguma graça pesada ou algum palavrão sonoro. Com a idade começou a ter lapsos freqüentes de memória. E guindado pela Revolução à chefia do Estado e do Governo viu-se de repente envolvido em problemas para que não estava preparado, juntando à ignorância dos negócios públicos uma grande ingenuidade política. De modo que os primeiros tempos depois do 28 de Maio foram calamitosos: cercado de gente da esquerda (o General tinha sido filiado no Partido Radical) e da direita, as suas opiniões inclinavam-se para um lado ou para o outro conforme as últimas pessoas com quem tivesse conversado ou que houvessem logrado persuadi-lo, e atrás das opiniões iam as decisões que às vezes mudavam do dia para a noite.

As forças armadas consideraram indispensável substituí-lo por alguém mais sensato e assente e foram buscar o General Carmona.

Era este um homem naturalmente distinto. Ainda no seu tempo a arma de Cavalaria se distinguia por certo espírito de elegância de atitudes traduzida pelo termo francês *panache*. Carmona não tinha nada de espadachim. Amava os cavalos, fora equitador na Escola Prática de Cavalaria e cavaleiro exímio, mas nunca se deixara boçalizar no convívio com os animais. Também pertencia ao tipo, outrora freqüente no Exército português e infelizmente quase desaparecido, dos oficiais com cultura geral, amante de leituras, no seu caso apaixonado de História.

A correção das suas maneiras, a autoridade natural do seu porte, a inteligência e o senso das suas opiniões, se não o tinham imposto nos campos de batalha por onde não andara ao contrário do antecessor, tornavam-no um chefe estimado e apreciado pelo espírito compreensivo das situações e pela justiça do procedimento com as pessoas.

No Governo foi, em 1926, o homem para as circunstâncias. Porque à firmeza do comando aliava o talento conciliador e as virtudes moderadoras tão preciosas em período de exaltação revolucionária, sobretudo quando se chocam e refervem tendências diversas e até opostas. Ouvia atentamente a todos, velhos e novos, para todos tinha uma palavra que não prometia mas acalmava. Era paciente, cortês e tenaz. Em março de 1928 julgou-se necessário procurar uma legitimação democrática para a Revolução e promoveu-se a sua eleição, por sufrágio universal e direto, para a Presidência da República. Estava-se perto das vitórias militares sobre os insurretos de 7 de fevereiro de 1927. Não houve candidato da oposição e Carmona foi eleito pacificamente com expressiva votação.

A seguir a essa eleição chamou a constituir Governo o Coronel José Vicente de Freitas, o qual conseguiu que Salazar entrasse para o Ministério das Finanças... Carmona, que não conhecia Salazar, foi seguindo atentamente a sua obra, escutando as suas razões, aderindo ao seu pensamento e a partir de certo momento, convencido de que só Salazar conseguira traçar uma diretriz à situação criada em 28 de maio de 1926 e justificar a Revolução, resolveu apoiá-lo contra tudo e contra todos: e não foram poucas as ocasiões em que teve de segurar a sua posição periclitante no Governo, e de refrear as pessoas que, dentro e fora das Forças Armadas, junto dele atacaram, intrigaram, denegriram o Dr. Salazar.

Os seus modos afáveis, a sua simpatia natural, conquistaram o povo. Foi um Chefe de Estado amado pelos portugueses. E por isso a reeleição em 1935 não trouxe dificuldades, nem tampouco a de 1942. Em 1949 e reeleição seria a terceira, por novo setênio, quando já contava 23 anos na Presidência e 80 de idade.

O tempo não perdoa e a velhice ia fazendo os seus estragos. Contei atrás como, sendo Ministro das Colônias, nunca consegui

levar ao fim uma conversa acerca de negócios públicos. Às tantas, qualquer pretexto desencadeava a viva memória do passado que nos velhos contrasta com a amnésia das coisas mais recentes e lançava-se no desfiar das recordações. Verdade seja que mais de uma vez perguntei a mim próprio se não seria antes manha de velho: tendo-se remetido à posição de Chefe de Estado constitucional que "reina mas não governa" e delegado no Presidente do Conselho a condução dos assuntos políticos, não seria aquela uma maneira hábil de evitar a manifestação de qualquer opinião pessoal que pudesse porventura chocar-se com a orientação do seu primeiro-ministro?

Fosse como fosse, era patente a erosão dos anos no seu espírito e o episódio em que os revolucionários de 1948 o tinham querido envolver, ainda que não fosse totalmente verdadeira a versão por eles dada, deixava no entanto adivinhar certa passividade ou abulia nos contatos com os mensageiros recebidos e incutia o temor de que, no futuro, mais graves fatos se verificassem.

Por outro lado, a doença do Dr. Salazar não passara de todo. Persistia a neurastenia, eram constantes as confidências aos íntimos do desejo de abandonar o Governo, de modo que a quem, como eu, nessa altura era um dos responsáveis pelo regime, se punha este grave problema: vamos avançar para um período certamente difícil na vida pública portuguesa com um Presidente da República octogenário, em plena decadência das suas faculdades, e um Presidente do Conselho cansado e doente?

A preocupação não era só minha: era de muitos partidários do Governo. Todos admirando enternecidamente o Presidente Carmona, a quem desejavam se criassem as mais apetitosas condições de honrosa reforma, mas todos ansiando por que na chefia do Estado fosse colocado um homem mais novo e que assegurasse a continuidade do regime.

Quem?

Um ano antes, numa das reuniões das comissões da União Nacional, toquei no assunto com toda a prudência e delicadeza. Certo dia, que a Deus prouvera fosse tarde, a vacância da Presidência da República tinha de se abrir. Era preciso então que houvesse pessoas valorizadas perante o País, que pudessem afoitamente ser apresentadas ao sufrágio universal. No regime exaltava-se o Dr. Salazar, o que estava muito bem, mas não se cuidava de destacar mais ninguém. E tornava-se necessário ir lançando mais dois ou três nomes de entre os quais na ocasião oportuna se pudesse escolher. Por exemplo: havia dias entrara no Tejo mais um navio de passageiros, dos maiores construídos em execução do plano aprovado pelo despacho nº 100, da autoria do Ministro da Marinha Américo Tomaz. Era o *Pátria* ou o *Império*,

que havia enchido de orgulho os portugueses. Américo Tomaz era um nome a reter, não lhes parecia?

Todos disseram que sim, mas dentro em pouco a intriga fervia acusando-me não sei de que secretas maquinações. O nome do Dr. Salazar era geralmente indicado para a Chefia do Estado. Fizera uma obra enorme no Governo, acumulava excepcional experiência política, estava em condições únicas para orientar e formar sucessores, e se queria libertar-se das responsabilidades diretas do Poder encontraria aí um posto onde repousar.

Abordei Salazar sobre o assunto. Achei-o desde o início fortemente renitente. Não, não contassem com ele. Primeiro porque não queria de maneira nenhuma tirar o lugar ao Presidente Carmona. Segundo porque não se sentia talhado para a função e quando saísse do Governo era para regressar a Santa Comba...

— Aliás (ponderava), a Constituição organizou as funções dos chefes do Estado e do Governo em termos tais que torna possível a coexistência de um Chefe de Estado forte e de um Presidente do Conselho fraco, de um Chefe do Estado fraco e de um Chefe do Governo forte, mas não funcionaria se ambos fossem fortes...

— Não é argumento (retorqui eu), o senhor continuaria a ser forte, porque lhe está na massa do sangue, e escolhia um Presidente do Conselho fraco...

— Isso para mim é inconcebível: habituei-me à idéia do Chefe do Governo que responde pela marcha da administração pública e custa-me a admitir um que o não fizesse e fosse mandarete do Chefe do Estado. De resto, o senhor diz-me que querem passar-me para a Presidência da República a fim de me aliviar de trabalho e encargos, para agora propor a acumulação sobre os meus ombros das duas funções?

Expliquei aos amigos a posição do Dr. Salazar. Não se conformavam, porém. Em dezembro realizou-se na sede da União Nacional, no Largo Trindade Coelho, a reunião conjunta da Comissão Central e da Junta Consultiva para se pronunciarem acerca da candidatura a lançar. Salazar foi presidir. No Largo acumularam-se numerosas pessoas que o enchiam, e que à chegada do Chefe do Governo se manifestaram vivamente pedindo-lhe que não recusasse a Presidência da República.

Visivelmente contrariado com a manifestação, Salazar subiu as escadas, entrou na sede e logo passou à sala da reunião. Eram umas vinte e três pessoas que se sentavam à roda da mesa sob a sua presidência. Como de costume, ao entrar na ordem do dia fez uma breve e clara exposição do assunto a resolver, não escondendo as

suas preferências pela reeleição de Carmona. E passou a ouvir, um por um, os votos dos presentes. O primeiro a emitir a opinião foi Albino dos Reis, na qualidade de vice-presidente da Comissão Central. O último fui eu. Dezenove votos pronunciaram-se pela candidatura de Salazar, fundamentando-se mais ou menos nas mesmas razões: velhice do Marechal, necessidade de assegurar a continuidade do regime, posição excepcional de Salazar para a garantir. Todos afirmaram a sua veneração e gratidão por Carmona, o desejo de que lhe fosse assegurada uma reforma condigna. Só quatro opinaram pela reeleição.

Terminada a formulação dos pareceres, Salazar decidiu:

— Meus senhores, como a única solução apresentada em alternativa é inviável, concluo que a Comissão aprovou por unanimidade a reeleição do Marechal Carmona.

Acompanhou estas palavras de um sorriso aberto que permitiu aos assistentes rirem também. A sessão estava encerrada. Carmona seria o candidato da União Nacional.

Por seu lado a oposição escolhera também o nome a submeter ao sufrágio do eleitorado. Creio já ter dito que a frente oposicionista era larga, compreendendo desde os restos dos antigos partidos republicanos, liberais e democratas, passando por alguns socialistas até ao forte aparelho do partido comunista, constituído pelas células atuantes na clandestinidade e por numerosos filiados e simpatizantes disfarçados do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

O homem designado era o General Norton de Matos. Uma grande figura, sem dúvida, incensada nos últimos anos com veneração e que exercia as funções de Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido — a Maçonaria Portuguesa, cuja existência fora proibida uns dez anos antes por lei votada na Assembléia Nacional, da iniciativa de um deputado, e que Carmona, antigo maçon, promulgara com pesar. Embora oficialmente extinta, a Maçonaria subsistia na sombra.

Norton ia fazer 82 anos. Oficial do Estado-Maior, creio que pertencia mesmo ao grupo chamado "da gola azul", por ser constituído pelos elementos que tinham freqüentado na Escola do Exército o curso de estado-maior numa curta época em que os oficiais saíam já da Escola destinados para esse serviço e, quando as armas e serviços tinham cores próprias, usavam na gola a cor azul.

Começou a carreira militar na Índia e depois de proclamada a República foi, em 1912, nomeado Governador-Geral de Angola. Aí se destacou imediatamente. Era alto, branco e rosado, com a distinção de fidalgo nortenho possuidor de solar em Ponte de Lima e ostentando traços da sua costela britânica. Impunha-se pela figura, tinha o culto da autoridade, era rígido observante do protocolo para acentuar a dignidade das funções. E como Governador tinha idéias

largas, algumas das quais se não importava de confessar que bebera nos estudos e relatórios do seu antecessor Paiva Couceiro, último paladino da Monarquia. Essas idéias sabia ele comunicá-las aos colaboradores fazendo com que as pusessem em prática.

Quando Portugal começou a preparar a sua entrada na guerra de 1914-18, Norton foi chamado de Angola para sobraçar a pasta da Guerra onde realizou notável obra de reorganização do Exército amodorrado por muitos anos de paz podre e minado pela indisciplina peculiar dos períodos revolucionários. Com mão de ferro conseguiu mobilizar e instruir o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) enviado para França onde, integrado nas forças britânicas, guarneceu um setor da Flandres. E ao mesmo tempo cuidava das expedições militares para Angola e Moçambique.

Demitido e exilado após a revolução de 5 de dezembro de 1917, volta a Angola em 1921, investido na plenitude do Poder Executivo, na qualidade de Alto-Comissário da República. A instabilidade dos governos em Lisboa atingia o seu auge, e daí provinha uma carência quase total de autoridade do Poder central. A tal ponto que, possuindo Norton a faculdade de publicar decretos nos mesmos termos que o Ministro das Colônias, foi ele quem, chegado a Luanda sem ter conseguido que lhe dessem em Lisboa o estatuto do cargo que ia exercer — o decretou e promulgou, traçando assim, ele próprio, os contornos da sua função e os limites dos seus poderes!

As suas qualidades continuavam a revelar-se como Alto-Comissário. Simplesmente a época era péssima por virtude da grande inflação que afligia Portugal e as suas colônias. O tumulto político da Metrópole repercutia em Angola. Norton não tinha remédio senão exercer com vigor a sua autoridade. Então um colono rico, aliás republicano e maçon, lesado nos seus interesses por providências governativas referentes à liberdade de trabalho dos indígenas, conseguiu pôr ao seu serviço um jornal de Lisboa — *O Século* — e açular um adversário político, Cunha Leal, que na Câmara dos Deputados fez uma série de discursos implacáveis contra Norton de Matos a quem cognominou de "Calígula em Angola". Foi este o título do livro editado para coligir os discursos.

Norton, ferido e enojado pela campanha e sem apoio de cima, pediu a exoneração e regressou a Lisboa recebendo à laia de prêmio de consolação, em 1924, a embaixada em Londres. Mas os seus correligionários do partido democrático consideravam-no amigo embaraçoso e não faltaram mesmo entre eles críticas e tentativas de alijamento. Depois do 28 de Maio de 1926 recolheu-se à vida privada, escrevendo artigos em jornais portugueses e publicando as suas memórias. O Ultramar, em geral e Angola, em especial, eram os seus temas preferidos: as coordenadas do seu patriotismo passavam pela

África portuguesa. O tempo e o afastamento da política converteram-no em grande figura da República e da democracia: mas era um senhor de outros tempos, em cuja formação entrava o acendrado amor ao seu País, o culto da liberdade e o respeito da hierarquia. [1]

Tal era o homem em redor do qual se congregavam todos os grupos da oposição, dispondo de avultados recursos financeiros proporcionados por homens de negócios descontentes que astutamente jogavam em possível mudança, e de tropas de choque fornecidas pelos comunistas aos quais se prometeu, no caso de ser lograda a vitória, o reconhecimento como partido de Governo e a liberdade de propaganda.

A oposição preparou-se para o choque. Este antolhava-se duro. E foi.

(1) No governo de Salazar foi erigida em Nova Lisboa (Angola) uma estátua monumental a Norton de Matos, fundador da cidade, e a isso não se opôs Salazar, nem ninguém do seu Governo, tendo as autoridades angolanas colaborado na iniciativa e prestigiado o ato da inauguração. Salazar não era mesquinho quando se tratava de honrar serviços prestados à Nação.

50

No meu plano de campanha esta iniciar-se-ia com a II Conferência de Dirigentes da União Nacional, a realizar no Porto nos primeiros dias de janeiro de 1949.

Efetivamente no dia 7 desse mês começou na capital do Norte a reunião de uns 300 dirigentes de todo o País destinada a esclarecê-los sobre a obra realizada pelo regime e em vias de realização e a dar-lhes argumentos para a discussão durante a campanha.

Membros do Governo e personalidades de relevo na vida intelectual do País versaram, nas diversas secções em que a Conferência se dividiu, os grandes problemas nacionais que eram depois discutidos abertamente.

Na sessão inagural realizada no salão nobre do Palácio da Bolsa falou Salazar. Este continuava sob a influência da sua neurastenia que lhe criava a repugnância de se defrontar com grandes públicos. Quatro dias antes ainda dizia que não seria capaz de discursar e que não se deslocaria ao Porto e foi preciso eu falar-lhe brutalmente dizendo-lhe que a sua ausência seria catastrófica e nos dispensaria de lutar. Escreveu então, "com sacrifício quase sobre-humano" o que chamou "um trabalho parecido com um discurso" que intitulou *O meu depoimento,* e no dia 7 de manhã chegou ao Porto hospedando-se em casa do nosso amigo comum José Nosolini, aonde fui almoçar com ele. Pois ainda nessa altura pôs a hipótese de ser eu a ler o discurso dele, porque o seu estado de saúde não lhe permitia fazê-lo! Com carinho mas com firmeza, persuadimo-lo a proferir o discurso. Chegou ao vasto recinto da Conferência, foi, como de costume, demoradamente ovacionado, começou a falar com voz débil mas pouco a pouco o tom firmou-se, as frases ganharam expressão, os aplausos sublinharam as passagens mais significativas, o homem já parecia outro.

O discurso constituiu uma reflexão serena: "Embora convencido de que a política se faz muito com o sentimento e pouco com a razão eu não podia deixar de apelar hoje sobretudo para a inteligência dos portugueses..." 'E representa a análise pragmática dos princípios

norteadores do regime da Constituição de 1933 em comparação com os que lhe eram opostos: "a próxima eleição presidencial não se limita a escolher um de entre dois candidatos mas, pela força das coisas, a escolher de um entre dois regimes". Daí que o propósito da oposição de substituir a Constituição vigente e toda a sua filosofia mediante a vitória eleitoral fosse por Salazar capitulado de tentativa de dar tecnicamente um "golpe de Estado constitucional".

Começou por dizer as suas qualificações para depor e é nesse discurso que figura o período que ficou célebre: "Devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna nem falta me fizeram nunca lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar, na modéstia a que me habituei e em que posso viver, o pão de cada dia não tenho de enredar-me na trama dos negócios ou em comprometedoras solidariedades. Sou um homem independente".

Examina depois a validade dos princípios que professa, em vários capítulos: o regime e a Nação, o regime e o Governo, o regime e os partidos, o regime e as liberdades, o regime e os trabalhadores, o regime e a Igreja, e regime e a sociedade internacional, para concluir com a previsão da evolução futura do regime.

E como de costume encontram-se através do discurso observações lúcidas e fórmulas lapidares.

— "O comunismo soviético, multiforme na sua identidade doutrinal, perfilha o nacionalismo na Ásia e o internacionalismo na Europa. Os vastos movimentos que no Extremo Oriente irrompem em altas labaredas podem atribuir-se a causas diversas e certamente as têm na sua eclosão, mas encontram na Rússia por sistema simpatia, auxílio, proteção. Se ali triunfam, não tardará muito que deitem fogo à África".

— "A função de governo assemelha-se a uma função de selecionação e de síntese, porque lhe é necessário interpretar as aspirações nacionais, averiguar da sua profundeza e conveniência, determinar de entre as possíveis a melhor solução dos problemas e integrar esta no quadro dos princípios gerais que informam a ação governativa. A ação governativa será tanto mais lata quanto maior for a homogeneidade de pensamento, de doutrina, de moral política que se encontre no governo; e será tanto mais fácil e eficaz quanto mais elevado for o grau de unidade nacional".

— "O exercício real das liberdades públicas, como o funcionamento normal das instituições, pressupõem um nível de educação cívica, um espírito de tolerância, uma noção de responsabilidade e um sentido de justiça que não se equivalem em todos os países. A liberdade não se mede pelos textos, mas pelos costumes".

— "O Poder precisa de sentir-se limitado, agir sob limitações — as internas, provindas da própria consciência dos governantes, da existência das leis e do regular funcionamento dos outros órgãos da soberania; e as externas, provenientes do juízo público, duma opinião que seja esclarecida e desapaixonada".

— "Não há regimes eternos, não há regimes perfeitos, não há regimes universais. Não há regimes eternos, mas há regimes estáveis e instáveis; não há regimes perfeitos, mas há os que servem e os que desservem as nações; não há regimes universais, mas há os que consideram e outros que desconhecem a particularidade das circunstâncias e a universalidade do fator humano".

O acolhimento do discurso entre o público que enchia a maior sala do Palácio da Bolsa, foi entusiástico. Toda aquela gente na qual aos membros da Conferência se juntavam outros ouvintes, vibrava de devoção salazarista bebendo como um evangelho as palavras do chefe. Essa devoção manifestou-se a cada passo. Mas houve um momento particularmente significativo. Foi quando, no exórdio, Salazar disse: "Não tenho ambições. Não desejo subir mais alto e entendo que no momento oportuno deve outrem vir ocupar o meu lugar, para oferecer ao serviço da Nação maior capacidade de trabalho, rasgar novos horizontes e experimentar novas idéias e métodos".

A frase em si era inocente, pois a substituição seria "no momento oportuno" e esse, claro está, havia de vir. Mas como andavam há muito no ar os rumores do cansaço de Salazar e do seu desejo de abandonar o Poder, ela desencadeou um coro de protestos que, prolongando-se por um minuto, no meio de gritos de "Não, não!" — "Queremos Salazar!" — "Salazar, Salazar, Salazar!' — "Viva Salazar!" — com revoadas de palmas de toda a gente em pé, alguns a esbracejar em cima das cadeiras, chegou a assumir aspectos de histeria coletiva.

Salazar, calado e sério, permaneceu sereno, fazendo apenas de vez em quando um gesto a pedir calma para poder continuar. A certa altura virou-se para mim, que estava à sua esquerda, e disse-me sorridente: — "Afinal parece que não querem..."

Acabou a sessão, o Presidente passou à sala da Direção da Associação Comercial do Porto, que tinha a sua sede no Palácio, onde recebeu os cumprimentos dos amigos e descansou uns momentos. Em certa altura, estávamos uma dúzia de pessoas com ele, entrou o Coronel Carvalhais que, de Chefe de Protocolo do Ministério da Guerra se tornara inseparável ajudante do Dr. Salazar, acompanhando-o fielmente a toda a parte, e em voz alta comunicou:

— A oficialidade da guarnição militar do Porto vem aí apresentar cumprimentos ao Sr. Presidente do Conselho, mas sem política,

a cerimônia é exclusivamente militar, não se querem confusões com a União Nacional! Os senhores civis fazem favor de se retirar!

Salazar ouviu com ar surpreendido, mas calado. Fui eu que enfrentei o Coronel, aliás meu amigo e excelente homem.

— Pois é pena que os senhores oficiais só cheguem agora e não tenham vindo escutar a lição de quem orienta os destinos do País. O Senhor Coronel podia ser mais correto, transmitindo discretamente aos presentes esse recado insolente. Vamo-nos embora por atenção para com o Sr. Presidente do Conselho, a fim de não criar na sua frente qualquer situação desagradável. Mas só por isso!

A oficialidade lá passou, em fila, a apresentar cumprimentos e no final o Coronel Carvalhais veio pedir-me desculpas, com ar confundido. Era mais um episódio da rivalidade entre os militares e a União Nacional...

Não me lembro se foi nesse mesmo dia ou no dia seguinte que a oposição fez, também no Porto, ao ar livre, uma concentração de massas que teria reunido dez ou vinte mil pessoas para apresentar o General Norton de Matos. Os discursos foram inflamados, violentíssimos na linguagem, implacáveis no ataque ao regime. Os burgueses do Porto ficaram assustados perante o tipo das pessoas vindas de todo o País para a concentração e a agitação que esta causou na cidade. De todo o lado senti o temor causado pelo comício.

A burguesia portuguesa era assim: tirante algumas exceções, caracterizava-se pela timidez, falta de espírito de luta, facilidade de intimidação, vendo, ao primeiro safanão, imediatamente tudo perdido. Havia já quem apelasse para a intervenção militar. Procurávamos, alguns mais afoitos, tranqüilizar as pessoas, prometendo-lhes que não ficaríamos vencidos em qualquer campo para onde o adversário nos desafiasse.

A 4ª Conferência encerrou-se no dia 9 e discursei na sessão de encerramento. Seguiu-se um jantar de confraternização no qual tornei a discursar. Neste discurso, além das palavras proferidas no estilo próprio da ocasião, referi-me ao candidato da oposição em termos respeitosos. Estranhei que aparecesse como paladino do sistema político que embaraçara e inutilizara a sua obra de governante de Angola. E prestando homenagem às suas qualidades, afirmei que ele andava errado, e que lhe seria forçoso reconhecer que com Salazar e o regime da Constituição de 1933 teria levado a cabo os seus planos de valorização da nossa grande província africana do Atlântico, livre das rasteiras, dos interesses escuros e das emulações partidárias que tão injustamente o tinham feito soçobrar.

Parte da assistência não gostou desta apreciação... Mas sei que ele impressionou a pessoa visada. Aliás nunca julguei que a injustiça e o insulto gratuito fossem armas limpas de combate político.

Dois dias depois chegou-me a carta de felicitações de Salazar pelo êxito da Conferência. Repare-se que, independentemente do que me pudesse dizer em conversa, ele tinha a cuidadosa atenção de me exprimir por escrito a sua concordância e os seus parabéns sempre que eu fazia algum discurso ou tinha alguma importante iniciativa. Fruto da sua natural delicadeza e do desejo de manter "em forma" um colaborador que sabia de feitio melindroso e respingão... Nesta carta há uma referência velada ao incidente com o Coronel Carvalhais, "pequena coisa" que procura minimizar.

"Ontem quase só arrumei papéis, de modo que não tive tempo para lhe mandar uma palavra de felicitação pelo êxito da Conferência do Porto, em geral, e pelo seu discurso de modo especial. Pode ter havido qualquer pequena coisa que não notei e de que não pude aperceber-me pelos jornais; mas o nível dos trabalhos, o interesse da assistência, a repercussão pública que tiveram os discursos e comunicações parece que devem tê-lo deixado satisfeito e à Comissão Executiva. Pois que teve a idéia da Conferência e o trabalho da organização, a si cabem os maiores louvores. Soube que está cansado. Quando se sinta melhor e quiser conversar avise... Mtº Attº amigo grato, Oliveira Salazar".

A campanha da oposição prosseguiu com estrépito, nos jornais e nas reuniões, insultando as pessoas sem rebuço, criticando desapiedadamente tudo e todos, pondo em xeque as realizações levadas a cabo, negando rotundamente a própria evidência. O lema era já, como continuou a ser pelos anos seguintes até triunfar em 25 de abril de 1974: "é preciso destruir o que está; o resto se verá depois".

Como Salazar dizia na sua exortação final da campanha, em 11 de fevereiro: — "Mas o *resto* é tudo: é a vida, a saúde, o trabalho dos portugueses; a segurança da família e dos lares; o progresso da terra; a garantia do direito; as normas de sociabilidade; o anseio da cultura e do bem-estar; a ordem pública e a justiça nas relações sociais. Mas o *resto* são os interesses, os problemas e a vida da Nação; é a sua alma, o seu tipo de civilização e de cultura; a sua história e projeção no Mundo; o seu prestígio, a sua dignidade, a sua colaboração efetiva na sociedade internacional..."

Foi este *resto* que os revolucionários de 1974 vieram a destruir com "tudo o que estava". O programa fora longamente meditado. A dilaceração da Pátria portuguesa não resultou de um improviso.

Mas em 1949 estávamos preparados para o embate e as Forças Armadas não traíram. Às entrevistas com figuras da oposição, opúnhamos as que fazíamos com personalidades ilustres e isentas, colocando os pontos nos ii. Todos os dias, em local diferente se realizava uma sessão de propaganda, radiodifundida por estações cujo tempo

alugáramos. No jornal *República*, que foi sempre (e com bastante liberdade...) o mais combativo órgão da oposição, escrevia um antigo jornalista monárquico, Rocha Martins, pantafáçudo e pretencioso, passado à oposição por não lhe terem dado a importância que queria. Esse homem, no tempo do ataque dos negreiros a Norton de Matos com Cunha Leal à frente, publicava um panfleto, chamado *Fantoches*, onde em todos os números demolia com a maior violência o governador de Angola de então. No *Diário da Manhã* passou a inserir-se quotidianamente uma seção — "Traz o Rocha!" — onde se reproduziam essas virulentíssimas catilinárias contra o inimigo de ontem e candidato de agora. "Traz o Rocha" era o grito dos ardinas quando apregoavam números da *República* com artigos do cavalheiro.

Vá lá uma nota curiosa: o tal Rocha, quando se viu assim apanhado, começou a suplicar aos seus antigos amigos monárquicos que fizessem calar o *Diário da Manhã*. Recebi pedidos nesse sentido de correligionários importantes, desses sempre idiotíssimos burgueses incapazes de se defenderem e até de se deixar defender. O próprio Ministro do Interior interveio a favor do sujeito. Resisti enquanto pude...

Aliás a minha penetração na imprensa não era fácil. O *Diário de Notícias* pertencia a uma empresa moageira, a Companhia Industrial de Portugal e Colónias, e queria manter estrita neutralidade publicando igual quantidade de matéria de ambos os contendores. Um dia pedi ao meu querido amigo Augusto de Castro que inserisse um artigo do Engº Ferreira Dias sobre o problema da eletricidade, e Augusto de Castro reagiu vivamente... Como ele mudaria depois!

Mas enquanto o debate se mantinha aceso, na União Nacional preparava-se retumbante desagravo do que se passara no comício inicial da oposição, no Porto, promovendo uma homenagem ao Marechal Carmona. Os dois vogais da Comissão Executiva, Ulisses Cortez e França Vigon, incansáveis, sobretudo o primeiro, na alimentação da campanha, ocupavam-se especialmente dessa manifestação que deveria marcar o ponto culminante do nosso esforço. Aliás o calor do lado nacionalista ia aumentando e a juventude das escolas dividida entre as duas candidaturas, começava a pesar para a nossa banda.

Uma sessão de propaganda, no Teatro da Trindade, especialmente dedicada aos jovens em 27 de janeiro, foi um êxito. O lema da sessão era "Rumo ao Futuro" e nela fiz um discurso vivamente aplaudido mas onde pronunciei uma frase — "Importa sobrepor aos homens, que passam, as instituições, que permanecem" — que se prestou a equívocos, sobretudo do lado monárquico. Mas que fervor entusiástico, que admirável vibração nessa jornada juvenil!

As mulheres, impacientes por intervir mais ativamente, tiveram ensejo de irromper em força quando um velho anticlerical, Tomás da Fonseca, desembestou em impropérios a Nossa Senhora de Fátima. Foi o fim! Um grande comício feminino no Palácio dos Desportos de Lisboa respondeu à ofensa às crenças de tantos portugueses. E daí por diante as mulheres passaram a tomar parte principal na campanha.

A viagem de Carmona ao Porto constituiu um êxito. Gente da cidade e dos arredores encheu a Avenida dos Aliados, em frente à Câmara Municipal onde o Presidente, na varanda, recebeu a imponente homenagem. Eram muitos milhares, várias dezenas de milhares de pessoas a aclamá-lo e ao regime que ele representava. Fiquei em Lisboa por duas razões: por não querer evidenciar-me demasiado a fim de não dizerem que estava curando da minha propaganda pessoal e para assegurar a retaguarda. Gente da oposição em S. João da Madeira (centro industrial que em 1975 reagiria vivamente ao comunismo...) apedrejou carros em que seguiam nacionalistas para a manifestação, provocando um recontro com pancadaria grossa, mas tudo afinal correu admiravelmente.

Anunciou-se o regresso do Presidente a Lisboa por caminho de ferro, e logo o Rossio, a cuja estação o trem chegaria, apareceu na hora marcada pejado de gente. Gente que transbordava pelo Chiado e pelo percurso a seguir por Carmona. Este, em automóvel descoberto, recebeu na capital nova e entusiástica manifestação, homens e mulheres a aclamá-lo em delírio, acompanhando a pé a marcha lenta do carro onde o Marechal agradecia com o seu sorriso bondoso e cativante.

A partida estava ganha. E entretanto, no seio da oposição havia consciência disso e como era inevitável defrontavam-se os liberais-democratas com os comunistas e seus sequazes. Norton quis fazer frente a estes, mas em certa altura viu que eram os mais fortes, foi ameaçado por eles e, num rasgo anunciou a renúncia à candidatura e retirou-se para a sua casa de Ponte de Lima depois de pedir proteção policial ao Governo.

O último ato da campanha da U. N. foi uma sessão no Palácio dos Desportos em 10 de fevereiro, com a presença do Marechal Carmona, em que eu devia falar. Mas na minha viagem a África em 1945 contraíra a malária. E desde então no mês de fevereiro era fatal cair à cama com sezões. Nesse ano de 49, talvez por estar esgotado do esforço produzido, vieram com extrema violência, acompanhadas de gripe e de crises asmáticas. Nos últimos dias da campanha não pude, por isso, sair de casa, cheio de febre como estava, e tive de roer o meu desespero pela inação.

Havia quem não acreditasse na doença... Sabido que não fora partidário da reeleição de Carmona julgavam que era um expediente

adotado para não dizer as palavras finais em frente do candidato. Minha mulher teve de levar ao pé de mim vários políticos que me visitavam a ver se realmente estava doente. Estava — e bastante. Tinha escrito para a sessão as palavras finais, em que sintetizava nuns tantos números as conclusões da campanha — extraindo de quanto tinha sido dito e ouvido as lições do que a União Nacional queria e do que não queria. Minha mulher chegou a entusiasmar-se com a idéia de ir lê-las por mim, mas depois desistiu por considerações particulares. A leitura veio a ser feita pelo Dr. França Vigon. Quanto ao acolhimento do público, temos o testemunho do próprio Salazar na carta que me escreveu no dia seguinte:

"Ontem não quis incomodá-lo porque me disseram que estava ainda muito abatido. Deixei para hoje felicitá-lo pelas palavras que preparou para fecho da sessão do Palácio dos Desportos. Segui pela telefonia a segunda parte da sessão e ouvi muito bem a leitura do Vigon. Deve ter sabido das ovações com que foi sublinhado cada um dos pontos-resumo da campanha, na parte em que formulou aspirações gerais. O pior foi o número, parece que o primeiro, em que dizia traduzir o movimento um voto de confiança em mim. Receio que se tenha interpretado como forma de pressão exercida sobre a vontade de quem decide essas coisas. São possíveis outras interpretações e essas sem o perigo apontado. Paciência. Oxalá vá melhorando e possa restabelecer-se rapidamente. Mº Atº amigo grato, Oliveira Salazar. 12.2.49".

No dia 13 de fevereiro realizou-se o ato eleitoral. A todo o momento me chegavam, à cama onde ainda me encontrava febril, notícias da afluência às urnas, do entusiasmo do eleitorado, do aspecto festivo que em muitas regiões a reeleição assumira, dando-lhe o carácter de apoteose. Essas eram as impressões gerais, de que Salazar se fazia eco na carta recebida no dia seguinte a respirar satisfação pelo êxito:

"Ao Doutor Marcello Caetano. — Hoje de manhã não conseguimos ligação telefónica para sua casa. Era para saber do seu estado de saúde e, podendo ser, para o felicitar e à C. Executiva pelo triunfo eleitoral. Não me refiro só à votação, em quase toda a parte muito alta, mas à alegria, ao entusiasmo em que decorreu a eleição. Foi um dia de festa em numerosíssimas terras e as pessoas circulavam não apenas com a convicção da vitória eleitoral mas de ter assegurado a tranqüilidade da vida pública e privada. Foi pena que estivesse retido no leito, pela doença em si em primeiro lugar, e depois por ter perdido o espetáculo que foi curioso. Da Província dizem-me coisas curiosíssimas. Mais uma vez muitos parabéns e agradecimentos pelo esforço que tudo representou para a União Nacional. Estou precisado de

fugir daqui três ou quatro dias, mas estarei no sábado para a reunião da C. Central e sairei depois, se puder. É conveniente não marcar a sessão antes de saber se estou em condições de sair. Com muitos cumprimentos do mtº attº amigo grato, Oliveira Salazar. 14.2.49".

Cruzou-se esta carta com a que no mesmo dia lhe escrevi: "Cá continuo a pagar com regularidade o meu tributo anual de fevereiro. Desta vez não podia ter vindo mais inoportunamente a doença. Fiquei privado de viver os melhores dias desta campanha no seio dela: só me consola pensar que já não fiz falta nenhuma. Creio que o receio formulado no cartão que teve a bondade de me escrever em 12 não será fundado. Nas duas palavras que me propunha dizer no encerramento da campanha eu fui mero intérprete da opinião nacionalista. Constantemente, durante o último mês, fui solicitado para provocar da parte do Marechal uma declaração categórica de solidariedade com V. Excia ou para afirmar eu que o movimento era pelos dois. Tenho, no exercício das funções da U. N., procurado nestes pontos ser apenas intérprete. V. Excia. viu-o a quando da questão da candidatura: eu não movi, fui movido.

"Congratulo-me com V. Excia. pelo retumbante êxito de ontem. Êxito verdadeiro, pois esse nos chega e só esse nos dignifica sem necessidade de *maquillages*... A vitória que obtivemos foi límpida..."

Às felicitações de Salazar — que as reiterou na reunião da Comissão Central da União Nacional em termos calorosos, acentuando, como já fizera na alocução radiodifundida na ante-véspera da eleição, que havíamos atuado na campanha "com superioridade e galhardia" juntavam-se as de muitas outras pessoas de todo o País, e personalidades de relevo mandavam a sua adesão à U. N. em sinal de aprovação da forma correta e eficiente como atuara.

Apesar disso, insisti nessa reunião, pelo cumprimento do compromisso tomado pelo Dr. Salazar de me libertar das funções que aceitara exercer até à eleição. Salazar respondeu-me que esperasse algum tempo, pois não seria compreendida pelo País a minha saída em plena euforia da vitória. Estávamos nisto quando em fins de março foi publicado, pelo Ministério da Educação Nacional, um decreto-lei alterando o regime dos concursos para o professorado universitário.

Até aí o concurso para ingresso numa escola superior decorria perante o júri composto por todos os professores catedráticos em exercício. Era a escola que co-optava, pronunciando-se não só sobre os méritos científicos do candidato mas também sobre os demais aspectos que houvesse a considerar na admissão de um novo membro.

Nas faculdades de Medicina, sobretudo quando se tratava do provimento de cadeiras de clínica, os concursos tornavam-se sempre

complicados. Os professores eram muitos, geralmente formavam partidos, as provas transformavam-se em batalhas que o público seguia tanto mais interessado quanto mais conhecido fosse o candidato como médico ou como cirurgião.

Havia na altura que preencher algumas cadeiras da Faculdade de Medicina de Lisboa e mais uma vez se previa o espetáculo habitual. Alguns dos candidatos dirigiram-se ao Governo alegando falta de confiança na idoneidade técnica e na imparcialidade do júri. Daí resultou a publicação do Decreto que mandava que o Ministro da Educação Nacional constituísse o júri para cada concurso com os professores das várias Universidades e escolas superiores que ensinassem matérias da cátedra em disputa ou outras afins. O Ministro podia ainda determinar que o concurso tivesse lugar, não na Universidade a que pertencesse a vaga a preencher, mas noutra, de modo a assegurar-se a calma e isenção na prestação das provas e no seu julgamento.

Logo a seguir foram constituídos os júris de especialistas para os concursos abertos e determinou-se que as provas fossem prestadas em Coimbra.

Os professores de Lisboa, claro, não gostaram. E logo fui procurado por vários deles, muito exaltados, a pedir a minha intervenção. Eu estava de relações frias com o Ministro. Escrevi, pois, a Salazar a transmitir-lhe os protestos até mim chegados, mas não fiquei por aí. Publiquei no jornal *A Voz*, de que fora redator e onde às vezes colaborava, um artigo, intitulado *A Corporação Universitária*, em que censurava asperamente o Decreto, considerando-o em contradição com os princípios e o espírito do sistema corporativo.

Hoje reconheço que a vinda a público com o artigo foi uma atitude infeliz. O Ministro da Educação apressou-se a pôr o caso a Salazar. O Decreto fora assinado por este, mas ele, Ministro, estava em causa, desautorizado pelo Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. De forma que um dos dois se encontrava a mais em postos de responsabilidade política: ele ou eu.

No dia 31 de março de 1949 recebi a seguinte carta de Salazar:

"Ao Doutor Marcello Caetano.

"Recebo A Voz *pelo correio com um dia de atraso e por isso só agora li o seu artigo sobre* A Corporação Universitária. *Pensava que, tendo desabafado comigo em carta e plenamente à vontade, não lhe seria já necessário vir para público com a sua discordância, em termos que os inimigos apreciarão e o Ministro não pode deixar de considerar desprestigiantes para ele próprio e para a sua função.*

"Creio que terá sido seu intento marcar uma atitude que não lhe permita desistir do pedido de demissão da presidência da Comissão Executiva da União Nacional e aceitar a solução tão espontânea

e calorosamente apoiada na última reunião da Comissão Central. E sendo assim não me parece possível insistir mais: direi para a imprensa que foi aceite o pedido de demissão e solicitarei ao Ulisses Cortez e ao Vigon que continuem a assegurar o expediente enquanto se não reorganiza a Comissão Executiva.

"O desgosto com que lhe escrevo esta carta não diminuiu em nada o reconhecimento que lhe devo pela sua dedicação pessoal e pelos serviços prestados à frente da Comissão Executiva da U. N.

"Com respeitosos cumprimentos..."

... assim terminou a minha passagem pela Comissão Executiva da União Nacional.

51

Foi com prazer que me vi desonerado de responsabilidades políticas, continuando a dedicar-me ao ensino na Faculdade de Direito que desde a saída do Governo nunca abandonei.

A minha exoneração da União Nacional consternou os amigos, que os tinha bastantes e por todo o País. Mas deu-me ensejo de mais uma vez conhecer os oportunistas, que se apressaram a comentar por todo o lado o erro da minha conduta e quando passavam por mim fingiam que não me viam ou me falavam por alto.

Quanto a Salazar, viu-se a moderação da carta magoada em que deu a exoneração. E daí por diante só me chegavam aos ouvidos, vindas dele, palavras de pesar pelo que acontecera e referências agradáveis a mim, embora lastimando o meu feitio "refilão" e a minha simpatia pelo que chamava a "oposição universitária..."

Por meu lado nunca proferi nenhuma palavra de ressentimento ou que pudesse significar diminuição da minha admiração por ele. Acompanhava com satisfação aquilo que pudesse constituir êxito seu. Assim me alegrei com o fato de Portugal ter sido um dos signatários do Pacto do Atlântico. Ao apresentar o seu texto à Assembléia Nacional em 25 de julho de 1949, fez Salazar um discurso do qual consta um formosíssimo elogio da Europa.

"Desta Europa gerada na dor das invasões, sacrificada em guerras intestinas, curtida no trabalho insano, revolvida a cada passo por avalanches de idéias e revoluções que se assemelham a furiosos temporais, descobridora, viageira, missionária, mãe de nações, desta Europa simultaneamente trágica e gloriosa, ainda hoje se pode asseverar que mantém o primado da ciência e das artes, utiliza no mais alto grau os segredos da técnica, conserva o instinto de afinar as instituições e de sublimar a cultura e é detentora de incomparável experiência política".

Mas essa Europa, da qual se pode afirmar que só ela criou "sob inspiração cristã, valores universais, generosamente, gratuitamente postos ao serviço do Mundo, na sua ânsia de transplantar

civilizações", estava, naquele momento, "devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita, corroída pelo desânimo, a braços com uma perigosa desorientação mental e o claro declinar das virtudes em que se formou", de tal modo que, "muitos perguntam se não são estes os sintomas da decadência e se esta não será definitiva: *finis Europae*".

Salazar possuiu sempre uma alta noção da solidariedade européia. Embora não tivesse sido sagrado pela imprensa internacional como "grande europeu" à semelhança de Adenauer, De Gasperi ou R. Schuman, por não acreditar na fórmula dos Estados Unidos da Europa, agiu em todas as circunstâncias sem esquecer a solidariedade continental. E deu uma prova desse espírito por ocasião do lançamento do Plano Marshall, destinado a concretizar o auxílio econômico dos Estados Unidos à Europa saída da guerra mundial. Consultado o Governo Português sobre a parte do auxílio que desejava, respondeu que tendo Portugal escapado incólume aos horrores da guerra e saído dessa época em excelente posição financeira, entendia que não devia tirar aos países destroçados e aos seus povos famintos nenhum quinhão do que para eles significava pão para a boca. Essa renúncia não foi entendida dentro de Portugal e fora. Os "espertos" consideraram uma ingenuidade a perda de tão boa ocasião de apanhar alguma coisa ao Tio Sam. Em anos seguintes, curadas as mais graves feridas da Europa e satisfeitas as mais importantes necessidades da população dos Estados beligerantes, então sim, Portugal aceitou o que novamente lhe era oferecido. Ninguém lhe agradeceu, porém, esse gesto de elegância e de abnegação. Dava-se mais importância a discursos com promessas vãs de estadistas ambiciosos a acenar miragens impossíveis.

Chegou o mês de novembro de 1949 e realizaram-se as eleições para deputados à Assembléia Nacional. Nova campanha eleitoral, desta vez mais macia, porque os adversários do regime estavam divididos e abatidos pela derrota na pugna pela Presidência da República que tivera lugar meses antes. Mas em vários círculos foram às urnas listas da oposição, cujos resultados confirmaram que o eleitorado estava, na verdade, com o regime.

Cada vez que havia eleições gerais para a Assembléia Nacional era também renovada, para a nova legislatura, a Câmara Corporativa.

Esta Câmara era considerada uma das mais felizes inovações da Constituição de 1933.

Há muito que se considerava necessário, para vitalizar, prestigiar e tornar mais eficazes as instituições parlamentares, dotá-las de representação das profissões que pudesse esclarecer os políticos sobre os aspectos técnicos das leis e sua possível repercussão na economia nacional.

Em Portugal isso fora tentado já nas Constituintes de 1911, dessa vez sem sucesso, depois legislado na composição do Senado no tempo de Sidônio Pais (1918) e, timidamente embora, na revisão constitucional de 1921, em plena 1ª República.

No estrangeiro igualmente surgiram, um pouco por toda a parte, órgãos parlamentares de representação profissional: foi o caso do Conselho Econômico da Constituição de Weimar (1919), do órgão com igual nome instituído em França em 1925 e depois constitucionalmente consagrado em 1946 e 1958 (agora Conselho Econômico e Social...). Nos últimos anos antes da queda do regime parlamentar em Portugal a convicção da necessidade da existência de um órgão desses era geral, como o prova o artigo publicado em janeiro de 1926, sob o título *Salvemos o Parlamentarismo!*, na revista *Seara Nova*. O esquema aí traçado corresponde com extraordinária fidelidade ao que viria a ser consagrado na Constituição de 1933. Nesta, a Câmara Corporativa nasceu como órgão consultivo da Assembléia Nacional, sendo o pensamento inicial o de substituir as comissões parlamentares na função de emitir parecer acerca dos projetos e propostas de lei a discutir pelos deputados.

Mais tarde (1937) passou também a poder ser consultada pelo Governo sobre projetos de decretos-leis.

Como inicialmente a organização corporativa não passava de esboço, a composição da Câmara esteve durante os primeiros anos dependente de soluções transitórias para a escolha dos representantes de certas profissões ou atividades.

E a lei reservava ao Governo a designação de um grande número de procuradores da secção de "Interesses de ordem administrativa", onde sempre tiveram assento personalidades de relevo, capazes de captar as opiniões dos seus colegas para formular com a devida proficiência os pareceres da Câmara.

Eu fizera parte da Câmara na primeira sessão legislativa da sua História: a de 1935-36. Temendo a minha irreverência e impertinência, não fui convidado para fazer parte da lista dos deputados à Assembléia Nacional nem para ocupar algum dos lugares da Câmara Corporativa de nomeação governamental. Mas pouco tempo antes, a necessidade de organizar o Grêmio dos Seguradores levara a Companhia de Seguros Fidelidade, fundada em 1836 e respeitada como líder da indústria, onde, como atrás contei, tinha desempenhado as funções de Chefe do Contencioso, a convidar-me a fazer parte da sua direção. Aceitei e, sendo a Companhia logo a seguir eleita para presidir ao Grêmio, lá fui representá-la. Organizei o Grêmio e nele se negociou o primeiro contrato coletivo de trabalho de empregados de escritório, no qual, pela primeira vez, se instituiu o abono de família.

Foi como Presidente da Direção do Grêmio dos Seguradores que participei, pois, na reunião de instalação da Câmara Corporativa em 25 de novembro de 1935. Presidiu à sessão preparatória, por ser o mais idoso dos presentes, o jornalista e dramaturgo Eduardo Schwalbach. Como eu era professor de Direito Corporativo, disciplina cujo ensino estreara um ano antes na Faculdade de Direito de Lisboa, e além disso conhecido como corporativista, o peso dessa sessão preparatória caiu sobre mim: fui eleito para a Comissão de Verificação de Poderes que logo me escolheu para relator, obrigando-me a trabalhar o dia inteiro no exame das credenciais dos procuradores e na redação do minucioso Acórdão. Reaberta a sessão, fui o primeiro procurador a usar da palavra após a leitura do Acórdão para o sustentar, e tive depois de responder a um candidato cujos poderes não haviam sido validados. Seguidamente, constituída a Câmara, procedeu-se à eleição da Mesa a que ficou presidindo a nobre figura do General Eduardo Marques e vieram-me pedir que o saudasse. Mas não estava esgotada a minha participação: fui a seguir designado para a Comissão que havia de elaborar o regimento interno.

Na segunda sessão legislativa já não fazia parte da Câmara porque cessara o meu mandato no Grêmio. E fiquei de fora dela até 1942, em que fui designado para a secção de Política e Administração Pública, sendo a seguir eleito 2º Vice-Presidente. Nessas funções permaneci até ser nomeado Ministro das Colônias.

Agora, em novembro de 1949, alguém veio da parte do Dr. Salazar sondar-me sobre se aceitaria regressar à Câmara, pois não se tratava de função política. Não me neguei a admitir a hipótese. Mas a seguir o emissário voltou com nova mensàgem: o Dr. Salazar proporia o meu nome ao sufrágio dos procuradores para a Presidência da Câmara.

Fiquei surpreendido. E encontrei, para responder à insistência com que o convite me era feito, uma saída que se me afigurou poder gorar as intenções manifestadas, sem uma recusa formal que podia magoar quem com tanta deferência me tratava.

Na anterior legislatura exercera a Presidência da Câmara o Dr. José Gabriel Pinto Coelho, meu antigo professor (e de Salazar, também), meu atual colega e reitor da Universidade. Não queria de maneira nenhuma desalojá-lo do cargo ou que ele ou alguém pudesse pensar que o fazia. O convite do Dr. Salazar honrava-me muito mas a única hipótese em que eu poderia pensar se aceitaria ou não era a de tal convite me ser transmitido pelo próprio Dr. Pinto Coelho.

De mim para mim refleti que, sendo o Dr. Salazar um tímido, ele não seria capaz de chamar o Dr. Pinto Coelho e lhe pôr um problema desses...

Enganei-me. Dois ou três dias depois o Dr. José Gabriel Pinto Coelho procurava-me em minha casa. Disse-me que exercera alguns anos a Presidência da Câmara, mas já explicara ao Dr. Salazar que não tinha feitio político e lhe bastava a honra de ter exercido o cargo, não desejando continuar nele. O Dr. Salazar queria que eu o substituísse: achava muito bem e ali estava a pedir-me que aceitasse o convite feito.

Perante isto, que fazer? Aceitei. E no dia 25 de novembro de 1949 fui eleito pelos procuradores, por grande maioria, Presidente da Câmara Corporativa.

Começava assim um novo ciclo de colaboração com o Dr. Salazar.

52

Não passou muito tempo, porém, sem que aparecesse um incidente que poderia ter posto em risco outra vez as nossas boas relações.

Algum tempo antes das eleições dos deputados, Salazar fez um discurso, em 20 de outubro de 1949, sobre "questões de política interna". [1] Aí tocou no problema da evolução da fórmula corporativa, em termos que vale a pena recordar.

Dizia ele, depois de mais uma vez ter considerado a existência de partidos "ultrapassada pelos fatos":

"A atitude meramente negativa em relação à organização partidária não é bastante para que não tente a cada passo ressurgir. A política não se satisfaz com atitudes; busca soluções. Ora haverá possibilidade de acreditar outras fórmulas que por si abram novos horizontes à associação e à ação coordenada dos homens?

"Se acreditamos que está passada a época do individualismo e se receamos, muito justificadamente, que a organização socialista não seja mais que a fórmula de transição para o comunismo; se a liberdade do homem em face do Estado está seriamente ameaçada por aqueles sistemas e já a vemos afundar-se nalguns, temos de tentar um princípio de organização e vida coletiva no qual e através do qual o homem possa ainda ser livre e afirmar a sua personalidade. Esta necessidade leva-nos a procurar soluções políticas partindo de plano muito diferente.

"A nova Constituição admitiu para o Estado a base corporativa e este corporativismo era, e deve ser, no conceito das pessoas responsáveis, um corporativismo de associação e não corporativismo de Estado; mas é evidente que não podia de um momento para o outro criar-se um Estado corporativo sobre a Nação inorgânica... A falta maior, embora justificada, está numa espécie de paragem que a orga-

(1) *Discursos*, vol. IV, pág. 425.

nização sofreu durante anos e nos desvios, tanto de pensamento como de ação, que sofreu sob a imposição de circunstâncias conhecidas".

A seguir, Salazar preconizava uma intensificação da doutrinação corporativa e anunciava o prosseguimento da organização e da inserção desta na vida nacional. Até aí, porém, a promoção do sistema corporativo estava, no Governo, a cargo de um simples Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho. Ora, dizia Salazar, tão vasta obra como a que se tornava necessário ainda levar a cabo "é duvidoso se possa realizar ao nível de um Subsecretariado; e é por isso que, embora hostil em geral à criação de novos Ministérios, entendo deverá proceder-se em breve prazo à criação do Ministério das Corporações".

Veio a seguir a minha eleição para a Presidência da Câmara Corporativa. Conhecido como doutrinador do corporativismo e defensor consciente e perseverante da instauração do Estado Corporativo, entendeu-se logo que Salazar, ao patrocinar a escolha, pretendera marcar o seu propósito de não ficar só nas palavras e de prosseguir nos atos.

No discurso de posse renovei a afirmação do meu credo. O sistema corporativo, porém, não se libertara ainda da pesada hipoteca lançada sobre ele durante o período da guerra e que originara a paragem e os desvios a que Salazar se referira nos seus discursos. Na opinião pública persistiam as desconfianças, quando não as hostilidades, que interesses atingidos pelos condicionamentos da organização tinham difundido nas massas populares.

No princípio do ano de 1950 fui procurado por um grupo de estudantes que, tendo constituído no Centro Universitário de Lisboa da M. P. um Gabinete de Estudos Corporativos, me convidaram a falar-lhes sobre os problemas abordados pelo Presidente do Conselho.

Disse-lhes prontamente que sim. Aliás, as idéias que Salazar formulara coincidiam com as que há muito tempo insistentemente eu lhe expunha, e até proclamava na minha doutrinação.

Mal se espalhou que eu ia fazer uma conferência sobre a *Posição atual do Corporativismo Português*, o interesse em me ouvir foi enorme. Estivera em grande parte do ano anterior na situação de afastamento que descrevi e tudo parecia indicar então ter sido definitivamente condenado por Salazar. E de repente reaparecia em cena. Para depois versar em público um tema de grande atualidade e a respeito do qual se travavam acesas polêmicas.

Manter-me-ia fiel ao que sempre dissera? Mudara nalguma coisa? Que rumos aconselharia?

Perante o número de pedidos de pessoas que desejavam ouvir-me, os organizadores foram forçados a desistir da sala primeiramente

escolhida e obtiveram da direção da Sociedade de Geografia a cedência da Sala Portugal, a maior então conhecida em Lisboa para esse gênero de reuniões.

Aí falei em 23 de março de 1950 perante um auditório numerosíssimo que enchia a transbordar a vasta sala, ocupando inclusivamente as galerias que a circundavam.

E comecei por uma reflexão acerca da maneira como evoluem as revoluções e do destino que nelas está guardado para os ativistas que as fizeram e os intelectuais que as pensaram.

Julgo que vale a pena reproduzir aqui essa reflexão porque corresponde de certo modo às memórias de um homem de estudo envolvido num processo político de transformação social.

"Farei o possível (disse eu) por evitar os escolhos em que tantas vezes esbarra a crítica daqueles que viveram os grandes momentos de uma revolução, sobretudo se se trata de intelectuais.

Há nas grandes transformações políticas ou sociais uma hora de inesquecível euforia: é aquela em que se celebra o triunfo como termo de todas as coisas injustas e erradas do passado e ponto de partida para as grandes realizações futuras. Na posse de uma doutrina, os triunfadores pensam que a vida vai agora correr por novos trilhos, amoldar-se a modelos novos e enquadrar-se inteira nos princípios redentores.

A própria natureza espetacular da revolução, o seu fundo profundamente emocional, os vivas, os gritos e os cânticos criam na mentalidade dos revolucionários a crença de que tudo vai daí por diante processar-se num clima de alta e excitante beleza mediante a sucessão de uma série de rápidas mutações em que o mal cederá o passo ao bem e todas as misérias e crimes serão varridos da face da Terra.

Ai de nós! Mal se recolheram as bandeiras e calaram as fanfarras, os chefes encerram-se nos gabinetes, a máquina do Estado retoma o seu andamento pesado e austero e pouco a pouco o delírio da vitória, as dores do combate, a paixão das idéias, a veemência dos propósitos reformadores, tudo isso entra a ser triturado e fundido nos cadinhos do Direito para originar a inevitável rotina.

A rotina... E por mais que a palavra nos choque e até repugne, o certo é que encobre uma das mais fortes realidades de toda a vida social: a transformação das grandes paixões e das avassaladoras idéias em princípios de comezinha aplicação quotidiana, capazes de se transformarem em hábitos, de se traduzirem em ritos e de assim, através de meios irracionais, se generalizarem e transmitirem no tempo e no espaço até serem aplicados por mero automatismo.

Os homens não podem viver a vida inteira na excitação e no delírio; é condição humana que só perdure aquilo que se acalma e regulariza. O resto passa como labareda fugitiva.

Ora nem todos os revolucionários se conformam com a rotina. Assim como há os amorosos pelo amor, os *Don Juans* que atravessam a existência insatisfeitos, na ânsia de não deixar extinguir o fogo e o brilho da paixão e por isso mesmo incapazes de se deixarem algum dia prender nas vulgaridades — humana e socialmente necessárias e dignas! — da vida matrimonial, também existem os revolucionários pela revolução, aqueles que desejam ver prolongado o clima de trepidante veemência daquela hora em que os brados da vitória proclamaram o advento de novas idéias e a violenta decisão de remover todos os obstáculos para que nada empane a pureza do sistema redentor.

Está nesse estado de espírito a razão de ser do inconformismo tão freqüente dos homens da primeira hora, dos *puros*, dos que mais entusiasticamente professam as causas nobres — e é por isso que as revoluções tantas vezes devoram os próprios filhos. As *depurações* em uso nos países totalitários dos nossos dias não são coisa original.

Se o revolucionário, o homem que transformou as doutrinas em princípios lineares e deles fez motivo de ação, é tantas vezes inconformista, o intelectual representa também, na vida de um regime, o fermento permanente da insatisfação.

O intelectual é o homem que vê o mundo e a vida através das idéias abstratas ordenadas num sistema coerente. E porque põe a sua fé naquilo que a lógica apresenta como conclusões certas, breve transporta as idéias para a vida emotiva e, tomando o sistema por expressão da verdade absoluta, se liga apaixonadamente à sua vigência.

Sob este aspecto o intelectual moderno tende a ser mais perigoso do que o antigo humanista. Enquanto o humanismo clássico — hoje, cada vez mais, injustamente afastado e desprezado, mesmo contra os supremos interesses da cultura ocidental — contemplava as idéias, os sentimentos e as paixões como vivência humana, o técnico dos nossos dias tende a fundir o homem na massa, a apagar as características individuais sob as regularidades estatísticas e a substituir o culto da expressão lingüística pelas fórmulas matemáticas. E a convicção, tão generalizada, de que a matemática é um instrumento de precisão cujas conclusões apresentam o máximo grau de certeza, leva a certos dogmatismos nas coisas sociais verdadeiramente apavorantes. O conhecimento dos homens como personalidades complexas e diferentes e a compreensão das realidades pluriformes da sociedade cedem o passo à idéia de que a vida social se pode conduzir mecânicamente, regulando-a por mera manobra de um volante e de meia dúzia de registros, de acordo com um formulário de expressões algébricas.

Ora nada mais perigoso do que um intelectual abstrato. A vida não é um sistema, nem cabe num sistema. A vida não é uma fórmula. Este fervilhar dos homens do mundo, desde que nascem até que

morrem, com suas trivialidades e seus heroísmos, seus prazeres e dores, não pode reduzir-se a um esquema seco para uso universal. E os mais nobres intuitos de elevação e aperfeiçoamento humanos têm de contar com a resistência — porventura inexplicável, mas fatal — dos próprios homens.

A doutrina assente nas mais bem observadas premissas e impregnada do mais fundo e claro realismo encontra sempre, ao realizar-se, reações inesperadas que na prática a alteram, a deformam ou transfiguram. Quando contemplamos os resultados socialmente obtidos pela aplicação de um princípio que abraçáramos um dia como teoricamente perfeito, temos a impressão de encontrar uma coisa diferente daquilo que a nossa imaginação criadora concebera. Não digo que seja pior: quantas vezes a realidade excedeu a expectativa! Quantas vezes ao amoldar-se aos fatos a teoria se maleabiliza, se enriquece e até mesmo ganha em humanidade!

Mas vai sempre grande distância entre um sistema doutrinário e o regime político que o realiza. As primeiras palavras do Evangelho de S. João lembram-nos que no começo de todas as realizações está o Espírito, as idéias são o princípio mesmo dos atos: *ao princípio era o Verbo.* Mas o verbo faz-se carne, e, logo que o espírito vem habitar a matéria, renuncia à perfeição para se sujeitar às contingências do tempo e do espaço, às servidões da natureza e dos sentidos, às vicissitudes da angústia e da morte. O espírito que deixa as serenas regiões contemplativas está condenado a debater-se na prisão das limitações carnais. A doutrina constitui um ideal: a política não pode nunca realizar absolutamente o ideal, porque é a arte do possível.

Jean Paul Sartre apresentou, num dos seus últimos dramas, este conflito entre o intelectual idealista e o político. É tema de *Les mains sales.* Enquanto o intelectual fica apegado à beleza e à pureza dos princípios tais como os sonhou, o político tem por norma a eficiência, o seu fito é realizar a doutrina conforme as circunstâncias permitirem sem se enlear em considerações éticas ou estéticas. Por força do imperativo natural de toda a ação, que é o de concluir a obra, não pode deter-se no caminho, tem de prosseguir, afastando implacavelmente obstáculos ou torneando-os por vias sinuosas. Mártir muitas vezes da implacável fatalidade com que se encadeiam os sucessos, o homem de ação não pode conservar as mãos imaculadas — suja-as no trabalho, suja-as nos interesses que necessariamente precisa de manipular. É então que — quantas vezes! — o intelectual se afasta numa atitude de pudor ou de revolta, repudiando com nojo os que se sujeitaram a dar vida e forma às idéias que preconizou.

Estas considerações preliminares visam a sublinhar, portanto, que na apreciação da obra realizada nos domínios da política corporativa não se deve abstrair da inevitabilidade da rotina nem da fatal deformação que a doutrina sofre ao ser transposta para a vida.

Mas que infelizes seríamos se tivéssemos de renunciar a toda a crítica em nome dessas realidades! Porque a rotina pode apossar-se do sistema ainda mais do que seria aceitável, a ponto de o esvaziar de todo o conteúdo doutrinário e ai das igrejas onde os ritos se reduzem a gestos de que se perdeu o sentido, ai das famílias onde do ramerrão diário desapareceu todo o amor!

Nem a deformação que a prática faz sofrer aos princípios pode ir além dos simples ajeitamentos tornados necessários à sua viabilidade. Porque, de contrário, fica-se na presença de uma contrafação acobertada por falsos rótulos, que finalmente só iludem ingênuos ou aqueles que queiram deixar-se iludir. Assim como Tertuliano achava bom que existissem hereges, deixem também lugar aos idealistas, quando verdadeiramente o sejam, e aos teóricos que se preocupem com a ortodoxia doutrinal. Incômodos embora para os burocratas, eles podem assim mesmo impedir que soçobre uma intenção ou se comprometa de todo um desígnio.

E é com tais advertências que me proponho agora abordar o exame, em linhas necessariamente muito gerais, das realizações do corporativismo português, nos 17 anos decorridos sobre a sua instauração na nossa ordem jurídica."

Entrei depois em temas concretos e por vezes com acentos fortemente críticos. O diabo foi quando me referi à criação, anunciada por Salazar, do Ministério das Corporações.

"Salvo o devido respeito pelas opiniões em contrário, eu penso que num regime corporativo não há lugar para o Ministério das Corporações. Parece um paradoxo: mas depressa se compreenderá a razão do meu dito.

Um Estado corporativo deve ser a expressão política da Nação organizada corporativamente e cuja vida social seja inspirada pela doutrina corporativa. Nestas condições, não se compreende que as Corporações se encontrem, no seio do Estado, num compartimento à parte. Todos os ministérios têm de ser das corporações, no sentido de deverem proceder com espírito corporativo e em íntimo contato, em perfeito entendimento, com os organismos corporativos.

Um Ministério das Corporações pode deixar supor que as Corporações se devem entender e corresponder unicamente com esse departamento, só através dele podendo manter relações com os órgãos do Estado. Mais: pode criar-se até a convicção de que as corporações sejam meras direções-gerais, com todos os perigos que de tal burocratização adviriam. Por isso me parece tão inconveniente o Ministério das Corporações no regime corporativo, como seria um regime liberal com um Ministério da Liberdade".

Nos dias seguintes nos meios políticos a conferência era o tema de todas as conversas. Versavam-se nela muitos aspectos da doutrina e da realidade corporativa. Havia afirmações que chocavam com orientações oficialmente consagradas. Mas o máximo do escândalo, para os salazaristas fiéis (e havia-os fanáticos) vinha de eu me ter atrevido a contradizer "o Chefe" relativamente à criação do Ministério das Corporações. Para mim isso era um problema de segunda ordem em relação ao qual me apeteceu exprimir o que pensava, mas sem estar disposto a lutar pela minha idéia. Todavia aqueles para quem, sinceramente ou não, a palavra de Salazar era um dogma cuja definição os dispensava de pensar pela própria cabeça ("Salazar tem sempre razão") haver quem se atrevesse a contradizê-la e em público demais a mais, era um atrevimento sem nome. "É um cisma!", exclamava rubro de indignação certo deputado pelo Porto a esbracejar num círculo de parlamentares que, nos Passos Perdidos do Palácio de S. Bento, antes da reunião da Assembléia Nacional, discutia o caso. Na sua pronúncia nortenha o deputado pronunciava "Xisma". E devia ser isso.

Imagine-se o que os intriguistas do costume devem ter moído o bichinho do ouvido de Salazar! Eu era o rebelde incorrigível, o atrevido e talvez até me chamassem ingrato, quem sabe! Mas se Salazar não gostou (parece que efetivamente a conferência não lhe agradou) absteve-se de o manifestar. Não me disse uma palavra sobre o caso. Simplesmente, para mostrar que quem mandava era ele, no 1º de agosto desse ano criou o Ministério das Corporações.

Como hoje esse episódio me faz sorrir! Um cisma, imagine-se! Salazar mostrou uma vez mais a sua superioridade não cedendo a intrigas e não mostrando fosse no que fosse qualquer melindre. Fez o que achava que devia fazer e acabou-se. Mas vê-se também a qualidade da gente que formava os quadros políticos: nem melhor nem pior, infelizmente, que o comum da elite portuguesa...

53

Não vou contar aqui, tintim por tintim, o que se passou durante a minha presidência da Câmara Corporativa.

Pude prestar-lhe alguns serviços. Em 1935 foi-lhe entregue o antigo hemiciclo do Senado da República que fora, na Monarquia, a sala das sessões da Câmara dos Pares. Era uma sala imponente, digna e lúgubre. Mas a Câmara Corporativa só uma vez por ano reunia em sessão plenária nessa sala. Normalmente funcionava por secções. Ora para a reunião das comissões formadas pelas secções chamadas a opinar sobre os projetos, com os procuradores que, pelos seus conhecimentos especializados na matéria, lhes fossem agregados, o que exigia era salas pequenas. E as do Senado haviam sido ocupadas pela Presidência do Conselho que, após a Revolução de 28 de Maio de 1926, em virtude do recesso das instituições parlamentares, se instalara no Palácio de S. Bento.

De seu, a Câmara dispunha apenas do gabinete do Presidente e da sala anexa dos secretários. De resto, quando uma comissão queria reunir era necessário solicitar ao almoxarifado do Palácio uma sala das comissões da Assembléia Nacional que de momento estivesse vaga.

Foi uma batalha, mas consegui que no Palácio fossem dadas à Câmara instalações condignas: Gabinete do Presidente, gabinete dos secretários, sala de espera, e salas para a reunião de comissões, além do solene hemiciclo das reuniões plenárias.

Também a Câmara não tinha pessoal próprio, servindo-se do da Secretaria da Assembléia Nacional: passou a contar com redatores privativos.

Os seus pareceres eram publicados no *Diário das Sessões da Assembléia Nacional* e por aí ficavam: passaram a ser reunidos anualmente em volumes de uma coleção intitulada *Pareceres da Câmara Corporativa,* e depois a ser publicados em jornal oficial próprio, que criei, sob o nome de *Actas da Câmara Corporativa.*

Assim foi a Câmara adquirindo independência e impondo-se cada vez mais.

Guardo da sua presidência as melhores recordações.

Nela aprendi muito. E tive o ensejo de conviver com muita gente, uns mais interessantes do que outros, mas todos significando alguma coisa na vida social portuguesa. Por lá passaram escritores, artistas, compositores, empresários, militares, técnicos de nomeada, operários e empregados dirigentes sindicais, magistrados, professores, lavradores, sacerdotes, médicos, advogados, engenheiros, de tudo um pouco... Alguns com posição política, outros confinados às atividades profissionais que representavam por terem sido eleitos para a direção dos organismos corporativos da classe. E como a maior parte deles não tinha outra via para fazer chegar ao Poder os seus problemas, ali vinham com freqüência expor-me dificuldades dos setores que representavam e às vezes deles próprios.

Grandes nomes da vida portuguesa ilustraram a Câmara de então. Efetivamente pudera criar-se um órgão representativo onde tinham assento muitos dos melhores valores nacionais a quem repugnaria militar em partidos ou solicitar votos ao sufrágio popular.

Para cada projeto ou proposta se constituía, ouvindo o Conselho da Presidência, a comissão que havia de estudá-lo com as secções apropriadas, a que podiam ser agregados outros procuradores idôneos.

Como as reuniões das comissões não eram públicas, os procuradores não tinham a preocupação de falar para a galeria ou para a imprensa: emitiam os seus votos consoante a sua consciência ditava, falando livre e desassombradamente. Em geral os representantes patronais e sindicais não estavam habituados aos debates, mostravam timidez em intervir, era preciso eu provocá-los, interpelando-os diretamente, sobretudo os operários, para que dissessem o que pensavam. Quebrada, porém, a primeira hesitação todo o mundo opinava e discutia. Esse ambiente de grande liberdade de expressão e de debate franco foi sempre um dos aspectos mais sedutores das reuniões da Câmara.

Claro que eram os homens de leis, e sobretudo os professores de Direito, quem mais intervinha. Os projetos de lei, e os projetos de parecer apresentados pelos relatores, eram analisados à lupa e virados do avesso, no exame do fundo e da forma também.

Em geral os relatores eram escolhidos de entre os procuradores com mais experiência jurídica e administrativa. Criou-se o hábito de redigir autênticos tratados com o estudo exaustivo dos problemas versados no projeto examinado. De tal modo que a leitura da coleção dos *Pareceres* é indispensável a quem quiser fazer a história do período de 1935 a 1975.

O pior é que os deputados que depois tinham de discutir em sessão pública da Assembléia Nacional os projetos ou propostas, não

liam os pareceres da Câmara. Políticos da província, na sua maior parte sem hábitos de trabalho intelectual e para mais com o tempo absorvido em Lisboa com as conversas com os eleitores ou as diligências nos Ministérios, mal davam pelo manancial de informação, de reflexões, de sugestões que a Câmara lhes mandava. Os seus discursos, muitas vezes encomendados pelo líder, passavam à margem do Parecer, as votações ignoravam com freqüência as alterações propostas pela Câmara Corporativa e tudo isto desgostava os procuradores: tanto trabalho que tivemos aqui, para quê?

Repetidas vezes abordei o assunto com o Presidente da Assembléia Nacional, o meu velho amigo Conselheiro Albino dos Reis. Já disse que era um homem vindo dos partidos, muito inteligente, com toda a tarimba do antigo cacique local. Acolhia as pessoas com bonomia, a todos escutava e procurava satisfazer. Com os deputados tratava pacientemente, acalmando os ânimos, desfazendo mal-entendidos e levando com jeito "a água ao seu moinho".

Junto ao seu gabinete do Palácio de S. Bento havia sempre nos corredores uma fila de gente vinda da província a pedir a ajuda, o apoio, uma recomendaçãozinha do Sr. Conselheiro para obtenção do deferimento das suas pretensões. E o Sr. Conselheiro nunca dizia que não. Lá dava a um e a outro o bilhetinho solicitado, sem se aperceber muito bem do que se tratava. De tal maneira que em casos pendentes nas repartições em que havia duas partes com pretensões totalmente opostas, não raro apareciam ambas com a recomendação do Dr. Albino para o assunto ser resolvido a seu favor...

Albino dos Reis, à parte esta anedótica complacência para com todos os pretendentes que dele se abeiravam — fruto não apenas do hábito do político de não descontentar eleitores, mas também da sua simplicidade e lhana bondade — foi no período do Governo do Dr. Salazar um dos seus colaboradores mais valiosos, dos seus conselheiros mais argutos, dos seus amigos mais sensatos. Tinha sido um grande juiz do Supremo Tribunal Administrativo, onde os vícios da politicagem não haviam corroído a integridade do magistrado. Mas a sua tendência era mais para a conversa displicente, para a preguiça intelectual, para certa boemia dos almoços e jantares em boa companhia, do que para estudar pareceres da Câmara Corporativa. O que não queria dizer que, em se lhe chamando a atenção para um problema neles suscitado não apreendesse rapidamente a questão e, ouvindo, consultando, refletindo, não fosse capaz de aderir à solução sensata.

Uma das coisas que mais me espantava nele — além do estômago à prova de fogo... — era a memória. Que prodígio! Escrevia um texto e decorava-o sem falhar uma vírgula. Os seus grandes discursos, por vezes de uma hora e mais de duração, eram recitados de cor, com eloqüência, vigor, expressão, gesto, voz, mas sem uma só palavra

improvisada. Tudo tinha sido preparado e metido facilmente na memória. E isto durava ainda com os 80 anos passados...

O Albino, quando eu me queixava da pouca atenção dada pelos deputados ao trabalho da Câmara, olhava-me por cima dos óculos e respondia com o seu ar repousado e bonacheirão:

— Homem, vocês escrevem tratados... Como querem que os políticos tenham tempo e paciência para os ler?

A elaboração de alguns pareceres deu-me bem bom trabalho e bastantes preocupações.

O pior de todos foi o que recaiu sobre a proposta de lei de propriedade literária e artística. O relator era o meu antecessor, Prof. José Gabriel Pinto Coelho, pouco flexível e jurista cem por cento, daqueles que professam *fiat justitia, pereat mundus*... E na comissão estavam os autores representados por Júlio Dantas, os editores, os músicos, os atores, os radiodifusores, uma quantidade de interesses que volta não volta colidiam entre si em discussões ásperas que atingiam as raias do desagradável.

Júlio Dantas, que fora o fundador da Sociedade Portuguesa de Autores e Compositores Teatrais e participara, como representante de Portugal, em várias reuniões internacionais em que se haviam aprovado convenções sobre direitos autorais, conhecia a fundo o problema em todos os seus aspectos e defendia tenazmente sempre os interesses dos escritores.

Com uma cultura jurídica invulgar num médico, exprimindo-se nas discussões sobre pontos de Direito com grande propriedade de noções e de termos, foi um lidador constante e um adversário inexorável de tudo quanto pudesse afetar, de perto ou de longe, os direitos de ordem moral ou patrimonial dos seus representados.

E quando o debate se acendia e ele encontrava pela frente tenaz resistência, às vezes vinda do relator preocupado em conciliar interesses, ardia Tróia! O homem das contumélias e dos galanteios, o suave cultivador de elegâncias pretensamente aristocráticas e das cortesias requintadas revelava-se polemista inclemente, empertigava-se, vibrava na eloqüência de uma argumentação vigorosa em que não poupava as pessoas dos contendores. Nessa altura, a única solução que me restava, porque via os outros a abespinhar-se também, era interromper a sessão para prosseguir quando os ânimos estivessem serenados. Assim se levou quatro anos até chegar ao fim...

Outro caso que me deu água pela barba foi o da proposta de lei da criação e organização da Força Aérea Portuguesa mediante a fusão da Aeronáutica Militar com a Aviação Naval. Passou-se em Portugal o que se verificou em quase toda a parte: a Marinha não queria ver-se privada dos seus aviões. E com o amor apaixonado que nesse

tempo os oficiais da Armada tinham ao "botão de âncora" a coisa transformou-se em drama.

Não houve suicídios como nos Estados Unidos, mas vi oficiais, que me vinham expor o ponto de vista da sua corporação, chorando de desespero. Procuraram-me e procuraram todos os procuradores civis participantes da comissão da Câmara que havia de pronunciar-se sobre a proposta. E a todos comoveram... Ainda por cima dessa comissão faziam parte dois oficiais da Armada queridos e respeitados pelos outros procuradores. De modo que o parecer da Câmara era capaz de ser contra a constituição da Força Aérea.

Relator do parecer, o meu velho amigo Humberto Delgado, então coronel, que estava fazendo o seu tirocínio para oficial-general no comando de um regimento de Artilharia de Costa.

Já disse que o Humberto Delgado era um agitado e um excitado. Nessa altura estava todo amigo do Ministro da Defesa, Santos Costa, que apresentara a proposta. Andava empenhado, por isso e por ser piloto-aviador, em que ela fosse aprovada. Os projetos de parecer a discutir costumavam ser circulados em provas tipográficas pelos procuradores que deviam pronunciar-se. Mas, sempre apressado e com a desculpa dos afazeres do seu comando, Humberto não mandou o original para a Secretaria como era costume de modo que o primeiro contato que tivemos com a prosa foi quando ele a leu em plena reunião com a sua voz rápida e sacudida. Santo Deus! À medida que eu, na presidência, ia ouvindo, enterrava-me pela cadeira abaixo. Observando os rostos dos presentes via os semblantes cada vez mais carregados, nalguns havia mesmo irritação e espanto, outros cochichavam indignados...O parecer era uma carga de cavalaria dada com bravura em quantos se opunham ou faziam reservas à criação da Força Aérea. Argumentos, preconceitos, sentimentos dos adversários tudo era implacavelmente calcado pelas patas dos cavalos fogosamente galopantes daquele novo Apocalipse! Quando acabou, quase todos os circunstantes pediram a palavra: íamos ter uma discussão renhida, Humberto Delgado ia ouvi-las das boas e das bonitas. Mas não dei a palavra a ninguém. Disse que o projeto era um texto que precisava de ser meditado, tornava-se mesmo necessário circulá-lo para que cada qual pudesse analisar bem o que nele se dizia e não julgasse por primeiras impressões. Estava encerrada a sessão daquela tarde: continuaríamos daí a dois dias.

Retirei-me para o meu gabinete e mandei chamar o Humberto. Daí a pouco a porta abria-se e ouvia em tom marcial e decisivo, o conhecido:

— Dá licença? (e ao mesmo tempo o bater forte dos tacões em posição de sentido.)

Mandei-o entrar. Calmamente disse-lhe que o que ele escrevera estava muito bem feito e exprimia com incisivo vigor o que ele, e os seus camaradas da Aeronáutica do Exército, pensavam do problema. Mas ali havia que relatar a opinião da Câmara e decerto que já se apercebera de que a grande maioria não comungava nas suas idéias. Também eu estava convencido da necessidade e utilidade de reunir as duas Aeronáuticas, do Exército e da Armada, numa nova arma com autonomia orgânica. Era notório, porém, que a Marinha sofria terrivelmente com essa idéia. Para conseguirmos a concordância da Câmara com o ponto de vista do Governo tínhamos de trabalhar sobre um texto compreensivo e moderado. Não aquele que ele apresentara. Queria colaborar no encontro de uma fórmula susceptível de ser votada pela maioria?

Humberto Delgado concordou sem dificuldade.

— Está bem. Vamos rever o parecer. Se fosse outro eu não deixava tocar no que escrevi. Mas por ser você...

Passamos logo ao trabalho. O texto foi largamente podado, corta aqui, isto não pode ficar, risca também ali... e honra seja feita ao autor, se tinha, como qualquer um, amor à sua prosa, nem uma vez só pestanejou: foi abaixo tudo o que podia ferir ou magoar os marinheiros. Terminada a revisão, mandei o que sobrou para a Imprensa Nacional com ordem para me darem as provas do costume daí a dois dias.

Quando a reunião prosseguiu todos receberam o novo texto e foi o próprio Delgado que preveniu que, por sua iniciativa, tinha alterado o que lera. A discussão que se antolhava violenta desceu de tom: quando alguém se referia a uma frase ouvida, chamava-se-lhe a atenção para que não estava escrita... E lá se conseguiu a aprovação de um parecer favorável à proposta do Governo, mesmo assim com o voto de desempate do Presidente.

Humberto Delgado era aquilo mesmo: impetuoso, com o coração ao pé da boca, mas com um fundo simples de soldado suscetível de ser levado para o bem ou para o mal. Só que a ambição lhe fervia no peito. Já nessa altura me não escondia o seu propósito de "dar uma volta" ao regime. Estava tudo velho, anquilosado... Era preciso um grande abanão!

Eu ria e limitava-me a dizer-lhe que tivesse juízo. Mas ele ameaçava:

— Você vai ver, você vai ver quando eu tiver aqui as estrelas de General! — e mostrava-me a manga da farda...

54

Também na Câmara deu que falar a revisão constitucional de 1951. A Constituição de 1933 podia ser revista de dez em dez anos, mas a Assembléia Nacional podia antecipar cinco anos essa revisão, assumindo poderes constituintes.

O Governo julgou conveniente que essa antecipação tivesse lugar para acabar com o Ato Colonial e integrar as respectivas disposições na Constituição, reformando a sua terminologia, a fim de eliminar a referência a "colônias" e a "colonial", com o regresso às "províncias ultramarinas". Aproveitava-se o ensejo de aperfeiçoar outros preceitos do texto constitucional.

Resolveu então ouvir a Câmara Corporativa, como lhe era permitido, numa consulta antecipada, sobre o projeto de proposta a apresentar à Assembléia. A comissão que na Câmara se formou para dar parecer era do mais alto nível. Como o Regimento ainda não vedava ao presidente ser relator — o que aconteceu logo a seguir — fui designado por unanimidade, contra minha vontade, para elaborar o parecer. As discussões tiveram o maior interesse. Nelas se destacou Armindo Monteiro discordando vivamente da tendência assimiladora que estava patente nas novas disposições sobre o Ultramar.

Armindo Monteiro saíra de Londres em conflito com Salazar. É pena não dispor de documentos que me permitam dar a versão exata do que nessa altura se passou. E dele, à parte uma ou outra palavra ressentida, não ouvi nada sobre o caso. Mas dizia-se que Armindo, a quando da cedência de bases nos Açores aos aliados, insistira vivamente, como já sucedera por ocasião do incidente de Timor, por que entrássemos na guerra. Achava ser essa a forma mais decorosa e mais útil para o País de prestar às Nações Unidas o serviço que nos era solicitado, permitindo-nos colher depois os frutos da vitória que estava à vista.

Salazar, como já disse, pensava de outro modo. Entendia que, não tendo as Nações Unidas solicitado que o fizéssemos, seria indigna e desnecessária essa beligerância da última hora que nunca poderia conduzir na paz a grande coisa. Entre sermos um neutro que durante

toda a guerra nos havíamos comportado corretamente e podíamos contribuir com a nossa zona de paz peninsular para a reconstrução da Europa, ou um combatente da undécima hora arriscando-nos a graves represálias ainda por cima e a comprometer a posição da Espanha, era preferível manter a neutralidade.

Claro que podia muito bem acontecer que a Alemanha considerasse a cedência das bases dos Açores como *casus belli*. Por isso, na altura em que ela foi anunciada o Exército Português cobriu a capital, a pretexto de manobras em Pegões, e se tomaram providências contra o desencadeamento de algum ataque aéreo a Lisboa. Mas a Alemanha já estava muito por baixo: protestou e quedou-se por aí.

Os termos vivos empregados por Armindo na defesa da sua tese criaram porém uma situação difícil de sustentar. E aí por 1943 deixou a Embaixada de Londres. Quando um dia, por essa altura, perguntei a Salazar o que tinha havido, limitou-se a responder-me com ar grave: "Tivemos uma pega muito séria..."

Regressou à Faculdade de Direito de Lisboa que deixara quase 15 anos antes ao entrar para o Governo como Subsecretário de Estado das Finanças. Aí o conheci em 1922, ambos calouros — ele como professor, eu como aluno. E nesse ano se estabeleceu entre nós uma relação especial que nunca se quebrou. Ele era jovem, acabara de conquistar em duras provas a cátedra universitária sendo o primeiro professor que se formara integralmente na Faculdade de Direito de Lisboa, criada em 1913 (o segundo fui eu). Foi reger a cadeira de Economia Política no 1º ano: e para nós, atónitos iniciados no curso jurídico, o entusiasmo daquele mestre-aprendiz, cheio de fogo, desejoso de brilhar e de encontrar nos seus primeiros alunos quem o entendesse, não podia deixar de ser estimulante. Infelizmente o que lhe sobrava de saber e de boa vontade faltava-lhe em qualidades didáticas. O seu pendor literário fazia com que sacrificasse à tentação da bela frase e da imagem sugestiva o rigor dos conceitos e a precisão da linguagem. O curso foi sobrecarregado de matérias dispensáveis perdendo nitidez de linhas com a adição excessiva de assuntos apressadamente lidos nas aulas. Os rapazes mal o acompanhavam. Tive de ser, com outro condiscípulo, *sebenteiro* da cadeira e esse fato, obrigando-me a trabalho intensivo e a leituras numerosas, pôs-me em contato assíduo com Armindo. Creio ter sido o primeiro estudante a quem deu no exame uma distinção.

Ficamos amigos. Quando concluí a licenciatura, em 1927, ofereceu-me em sua casa, a mim e a Domingos Monteiro meu condiscípulo que se formara com a mesma classificação, um jantar encantador. E sob sua influência me orientei para a carreira universitária.

Ao regressar de Londres a Lisboa tive o empenho de não o deixar ficar no ostracismo. E quando Ministro das Colónias propu-lo

para Chanceler da Ordem do Império, condecoração por ele criada. As relações com Salazar foram melhorando, não faltava às reuniões do Conselho de Estado e aceitou ser, sob a minha presidência, procurador à Câmara Corporativa.

O Ato Colonial era, em grande parte, obra sua como me disse várias vezes. Defendeu-o calorosamente nas reuniões da Câmara e subscreveu o parecer emitido em que se consignavam numerosas e fortes reservas ao projeto governamental em grande parte por influência dele.

Mas o Governo passou por sobre o parecer, as circunstâncias internacionais, em que preponderava a onda da descolonização, aconselharam a adoção do caminho traçado. Portugal constituía uma Nação unitária de território descontínuo. As províncias ultramarinas eram partes integrantes de uma só Nação, em conjunto com a Metrópole. Não haveria mais a distinção entre esta e o Império Colonial, designação com que Armindo Monteiro em tempos mais fagueiros batizara o Ultramar para dar aos portugueses uma idéia de grandeza, um sentimento de orgulho nacional. A mística do Império exaltou uma geração: e Armindo fora o seu criador.

Já distanciado do meio britânico que, após-guerra, se resignava melancolicamente à perda sucessiva do seu Império, Armindo mal se conformava com a destruição da obra que amorosamente erguera. E quando o Governo apresentou à Assembléia Nacional as propostas de revisão constitucional passando por cima das reflexões e sugestões da Câmara quanto ao texto do Ato Colonial, escreveu duas cartas, uma a Salazar, outra a mim, a renunciar secamente ao lugar de procurador.

Salazar escreve-me em 24 de fevereiro de 1951 respondendo ao que lhe dissera por carta:

"Devolvo a carta que lhe escreveu o Doutor Armindo Monteiro. É pena ficarmos sem ele, mas vejo que não se pode insistir mais. Em todo o caso veja se ele aceita ficar, senão até ao fim da legislatura, como eu desejava, ao menos até ao fim da sessão legislativa. Isso representará as tais semanas que o Doutor Armindo transige em ficar.

"Só não compreendo a sua idéia da falta de eficácia do esforço dispendido na discussão do parecer sobre a revisão do Ato Colonial. Eu apresentei a proposta à Assembléia Nacional nos mesmos termos em que a enviei para estudo na Câmara Corporativa para evitar qualquer dúvida sobre se a mesma devia ou não baixar outra vez a esta última. Isso não significa que não dê toda atenção ao Parecer e suas considerações para quando a Assembléia começar a estudar as duas propostas. Então o Governo poderá ainda mostrar a sua preferência por tal ou tal fórmula. É o que farei também no tocante

ao parecer último sobre a revisão da Constituição Política. A sensação de não valer a pena *é perigoso que se enraíze no espírito dos procuradores e não corresponde à verdade. Não sei o proveito que a Assembléia tira do estudo da C. Corporativa; eu estudo os pareceres com a maior atenção e aproveito o que posso. Com muitos cumprimentos.*"

Respondo em 3 de março: "Tenho tido a vida tão enredada que me não foi ainda possível responder à última carta de V.ª Excia., nem falar pessoalmente com o Armindo. Creio que este não objetará a permanecer até ao fim da sessão legislativa. *Ato Colonial* — Diz Vª Excia. que enviou à Assembléia a proposta sobre a qual trabalhou a Câmara Corporativa. Há equívoco. A proposta foi muito modificada, em termos tais que, conforme vários deputados se queixaram já, o parecer da Câmara ficou em muitos passos sem sentido e dificilmente inteligível. Deve ter havido, portanto, troca entre o texto que V.ª Excia. queria enviar (e também a mim me parecia que, a não se ouvir segunda vez a Câmara, devia ser aquele sobre que se dera parecer) e qualquer outro. Daqui resultou a crença do Armindo, minha e dos procuradores em geral que do parecer da Câmara já fora aproveitado o que tinha de ser. A mim não me chocou porque, já de há muito, estou nestas coisas com uma filosofia amena: mas o Armindo (como agora o Pedro Teotônio) entraram para a Câmara convictos de que iam influir nos destinos da Nação. Daí as desilusões."

Carta de Salazar em 5 de março:

"Ato Colonial. *Tem quase razão no que me diz. Eu não fui exato no que lhe havia mandado dizer. Eu deveria ter dito que, àparte uma disposição para que ainda chamarei a atenção da Câmara, as disposições do texto enviado à Assembléia Nacional ou são as primitivamente enviadas à Câmara ou estas emendadas de harmonia com o seu parecer. Assim é que está certo. De modo que, salvo outro equívoco meu, os senhores Deputados não podem ter razão.*"

Nova carta de Salazar em 30 de abril:

"*Recebi com o of. de 27 de abril o requerimento do Doutor Armindo Monteiro a resignar o seu lugar de Procurador à C. Corporativa. Não queria despachar sem saber de si se a coisa é sem remédio e se não há a possibilidade de demover o Doutor Armindo de seu propósito de deixar de colaborar naquela Câmara. Penso que ambos lhe tínhamos pedido que ao menos se conservasse até ao final da sessão legislativa. Mas não terá havido mudança de circunstâncias que lhe permita continuar? Aguardo uma palavra sua mas custa-me muito deixá-lo partir porque a Câmara se empobrece e não temos maneira de substituí-lo capazmente. Veja o que pode ainda fazer-se.*"

Minha carta de 7 de maio: "De harmonia com os desejos de Vª Excia. falei com o Dr. Armindo Monteiro para saber se mantinha a resolução de sair da Câmara. Mostrou-se muito sensibilizado pela atenção de V.ª Excia. mas as circunstâncias, desde a data em que formulou o pedido de renúncia, não só não se tinham modificado em termos de o levar a retirar o pedido, mas até, pelo contrário, se tinham proporcionado de forma a reforçar as razões dele. Não há, pois, nada mais a fazer".

Este episódio, acerca da redação das disposições do Ato Colonial que haviam de ser integradas na Constituição num novo título consagrado ao Ultramar Português, foi dos mais demonstrativos do inconveniente do método de trabalho que Salazar por vezes usava nas relações com as câmaras legislativas.

O projeto que veio às mãos dele fora elaborado no Ministério das Colónias por um funcionário muito estimável mas pouco maleável, antigo Ministro e antigo Governador-Geral da India, o Dr. José Bossa. Depois de uma primeira revisão feita com o Ministro e o autor do projeto, Salazar mandou-o à Câmara Corporativa consultando-a sobre a elaboração de uma proposta de lei a apresentar à Assembléia Nacional.

No 1º de maio de 1950 escrevi a Salazar: "... não seria mais conveniente, em ocasião como esta de crise do pensamento colonial cuja resolução está incerta, incluir na Constituição apenas uma dúzia de preceitos fundamentais, deixando maior liberdade ao legislador ordinário para ir acompanhando a marcha das coisas?"

Era a orientação que vim a adotar 20 anos mais tarde, na revisão constitucional de 1970...

Mas Salazar era um afirmativo, um homem de princípios, e respondeu à minha pergunta rejeitando cabalmente à sugestão (5 de maio):

"... Estamos de fato no Mundo — mas suponho que não entre nós — a viver uma crise de pensamento colonial. Pergunto a mim mesmo se isso não será uma razão de mais para afirmarmos ou continuarmos a afirmar o que pensamos e corresponde ao nosso interesse nacional. Além disso a Assembléia tem poderes para rever a Constituição e não para fazer uma Constituição nova. Julgo que o fato nos obriga a manter os documentos constitucionais (salvo a prevista integração do Ato Colonial na Constituição, Tít. VII) na sua traça geral e a introduzir aqui e ali as alterações aconselháveis".

Bem, manteve-se portanto a posição do Governo. Noutros assuntos Salazar chamava pessoas, ouvia pareceres, acertava opiniões antes de decidir. Mas neste, recuperado da doença e mais vigoroso na

decisão do que nunca, não quis transigir em nada. Ele tinha razão nalguns pontos — na substituição da designação de *colônias* por *províncias ultramarinas,* por exemplo, e em alguns mais — mas a Câmara tinha-a noutros. Se antes de enviar a proposta de lei à Asembléia Nacional me tivesse chamado a participar na redação definitiva de modo que eu pudesse exprimir e defender os pontos de vista dos procuradores à Câmara Corporativa, talvez se chegasse a uma fórmula mais feliz. Mas não. Fechou-se com o Ministro das Colônias (creio que era o Comandante Sarmento Rodrigues, aliás excelente) e não quis escutar mais ninguém.

Devo dizer que, se algumas vezes procedeu assim, a regra era o diálogo. Possuo, da época em que presidi à Câmara Corporativa, dezenas de cartas de Salazar, algumas muito extensas, a tratar dos assuntos submetidos ao parecer dos procuradores. Em todas revela o meticuloso cuidado com que se ocupava dos problemas do Estado, a preocupação pelo bom funcionamento das instituições, o escrúpulo em explicar posições do Governo e em obter a colaboração da Câmara dada com toda a liberdade.

Uma dessas cartas é bem elucidativa. Trata-se de um imposto lançado pelo Governo sobre os gêneros tropicais que tinham subitamente visto subir as suas cotações nos mercados, especialmente o café, originando repentinos enriquecimentos de produtores e exportadores. Pensou-se que os erários das províncias ultramarinas deveriam beneficiar também dessas inesperadas mais valias, cobrando-se sobre elas um tributo destinado a obras públicas nas próprias províncias. Logo se levantou grande clamor entre os futuros contribuintes. E enviado o decreto à Assembléia Nacional esta ratificou-o, mas "com emendas" o que obrigava a que passasse à Câmara Corporativa.

Na Câmara os procuradores sondados para serem relatores do parecer, e até mesmo os primeiros escolhidos em reunião da comissão designada para o estudo, escusaram-se sucessivamente. O assunto era escaldante... Comuniquei o fato ao Dr. Salazar sugerindo que o próprio Governo convencesse algum procurador a ele mais ligado a aceitar o difícil encargo. Eis a resposta:

"Não sei o que possa responder ao que me diz. O Governo tem o maior melindre em se dirigir aos procuradores da C. C. para aceitarem o encargo de relatar o dec. das sobrevalorizações. Se o fizesse, mais se podiam confirmar alguns na suposição de que ao Governo interessa tal ou tal posição, o que não é exato. A Câmara Corporativa e a Assembléia Nacional têm, neste problema, mais ainda se é possível do que em qualquer outro, a plenissima liberdade de que devem gozar. Em tais termos não percebo como os Procuradores se hão de recusar a dizer acerca do decreto o que lhes parece. Essa posição não pode ser aceita pois levaria à negação, digamos, ao suicídio das

instituições. Vejo que a Câmara está tocada das conversas de café *e, como se recusa a estudar o assunto, também desiste de apurar o que há de verdade e de fantasioso no que se diz. Na Assembléia Nacional, apesar da crítica do Carlos Mantero e do apoio de alguns, muito poucos,* interessados, *foi votada por* unanimidade *a ratificação com emendas. E não foi votada a ratificação pura e simples porque eu pedi se fosse para aquela solução que permitia uns meses de experiência e uma revisão cuidada por órgão diverso daquele que legislara. Sabe a minha idéia acerca do decreto: ele tem, a meu ver, dois defeitos fundamentais — um, ter sido publicado dois anos depois da sua melhor oportunidade e, outro, obedecer a uma técnica complexa que o tornava de difícil compreensão e execução. Em Angola, e só em Angola, fez-se do caso, com alguma responsabilidade dos dirigentes, uma questão política, sobre a qual não se podia ceder e não se cedeu, embora no regulamento se atenuasse muito a forma de execução. Estamos no período experimental; ver-se-á.*

"Se a Câmara Corporativa não der o seu parecer, isso constitucionalmente não impede a Assembléia de discutir o decreto. Mas pode constitucionalmente a Câmara recusar-se a dar um parecer? *Isso não o creio Com muitos cumprimentos. 12.VI.1952. Oliveira Salazar'.*

Afinal sempre consegui um relator e o parecer fez-se. Mas na carta transcrita, mostra-se bem o pensamento de Salazar sobre o funcionamento dos órgãos representativos — com "plenissima liberdade" — e a maneira como procedia em questões controvertidas, sujeitando o diploma a um período de execução experimental para avaliar na prática as suas virtudes e inconvenientes, antes de lhe introduzir modificações substanciais. Indiferente à gritaria dos interessados e unicamente preocupado com a justiça da providência adotada.

Havia, na verdade, plena liberdade na expressão das opiniões nas câmaras. O que não queria dizer que o Governo não procurasse, como era seu direito e até seu dever, esclarecer deputados e procuradores e, na Assembléia Nacional, influir nas votações. Uma vez ou outra o Presidente da República vetou algumas disposições de leis aprovadas pela Assembléia Nacional: a recusa de promulgação verificou-se apenas em *cinco* casos, durante todo o tempo da vigência da Constituição de 1933! E em todos eles a nova votação da Assembléia confirmou o veto.

Outro exemplo do respeito que lhe merecia a Câmara Corporativa é dado pelo caso a que se refere a carta que me escreveu em 4 de março de 1955:

"Venho consultá-lo sobre o seguinte. A Câmara Corporativa foi ouvida sobre um projeto de decreto-lei relativo a registo de automóveis. Deu um longo parecer de que o Ministro da Justiça aproveitou

bastantes soluções, pensando não dever utilizar outras para manter a doutrina do primitivo projeto, ou outra diferente, não sei bem. Que comportamento ostensivo ter para com o trabalho da Câmara? A mim pareceu-me que valorizaria a Câmara e o seu estudo dizer-se no relatório do decreto-lei a publicar: (1) que foi ouvida a Câmara Corporativa; (2) que várias das suas sugestões foram aproveitadas na redação definitiva do decreto; e (3) que tais e tais outras não o foram por este e aquele motivo. Aparece aquele decreto nestes termos e anda a colher assinaturas; mas eu receio que uma coisa que se fez por bem não seja tida nesse espírito e se julgue mal a parte de discussão. Esta é correctíssima e em termos muito honrosos para a Câmara ao apresentar os motivos da discordância e os fundamentos das soluções adotadas afinal. Em todo o caso temos aqui um precedente para que é preciso olhar. O próprio Ministro da Justiça me chama para o caso a atenção, entendendo-se que se pode seguir outro caminho. O que lhe parece a este respeito? Deseja mesmo ver, a título particular, o projeto de decreto a que só falta a minha assinatura? Devemos proceder o mais prudentemente possível. Com muitos e afetuosos cumprimentos. Oliveira Salazar".

Era assim Salazar nas relações entre órgãos do Estado. Tudo ao contrário de um ditador...

55

Em abril de 1951 a Assembléia Nacional discutia, sem pressas, a proposta de lei de revisão constitucional apresentada pelo Governo juntamente com alguns projetos que, sobre um ou outro artigo da Constituição, tinham sido formulados por deputados.

No dia 18 estava eu a dar aula na Faculdade de Direito quando me chega uma chamada telefônica urgente da União Nacional. Nunca interrompia uma aula. Só quando esta terminou mandei ligar para a União Nacional donde o Augusto Cancela d'Abreu, então presidente da Comissão Executiva, me deu a notícia: falecera o presidente Carmona. E exigia-se a minha presença na sede da União.

Tinha acabado o meu trabalho desse dia na Universidade e por isso dirigi-me logo para o Largo Trindade Coelho onde encontrei já reunidas várias personalidades do regime. Todos com cara de caso. Foi-me explicado que estavam ali para se tomarem as resoluções que as circunstâncias requeriam: e já se resolvera adiar para mais tarde o Congresso da União Nacional que estava marcado para o próximo 28 de maio...

Manifestei a minha surpresa — e incompreensão. Se estavam consternados com a morte do Marechal, achava legítimo: a mim, a perda do velhinho que durante tantos anos, como um monarca, presidira à marcha do Estado consubstanciando o espírito da Revolução Nacional, também fazia pena. Tínhamos de pensar nas homenagens a prestar-lhe, e no funeral a organizar. O resto — era um fato previsto, pelos homens e pela Constituição. Não havia nada que adiar trabalhos, apenas que cumprir prazos...

Não, não era tão simples como isso, retorquiam açodados uns tantos circunstantes. E de entre eles Mário de Figueiredo, olhando-me com ar irritado, esclarecia:

— A Providência — e eu vejo realmente nisto um fato providencial — quis que na Assembléia Nacional estejamos justamente a entrar na revisão do título da Constituição que trata do Chefe do Estado. Esta é a altura de decidirmos se continuamos em República ou restauramos a Monarquia.

Caí das nuvens! Albino dos Reis, que acabava de chegar, protestou logo:

— Vocês são uns lunáticos! Restaurar a Monarquia nesta altura? Isso não tem pés nem cabeça!

A discussão acendeu-se. A longa presidência de Carmona — dizia-se — mostrara ao País os benefícios da continuidade na Chefia do Estado. Ele fora verdadeiro monarca. E a grande massa da Nação aceitaria bem ver outra vez um Rei a representá-la, de modo a dispensar-se o esboço de guerra civil que as eleições por sufrágio universal constituíam de cada vez que era necessário escolher o Chefe do Estado.

Antes de prosseguir na narração da crise é preciso explicar que o sentimento monárquico era ainda muito vivo no País e que os monárquicos constituíam nessa altura uma força política.

A proclamação da República em 1910 não passara de um acontecimento urbano, decorrido na capital, e que surpreendera e aterrara o resto do País. Em cada localidade a meia dúzia de republicanos "históricos" que por lá havia — quando havia! — apressou-se a tomar o comando da situação. Depois vieram os "adesivos" em grande número, muitos dos quais mudaram de partido mas não de convicções. O "adesivismo", aliás, atingiu raias de escândalo. Ramalho Ortigão numa página célebre dava a medida do que fora a pressa de mostrar convicções republicanas. Era mais ou menos isto: "Na manhã gloriosa de 5 de outubro os combatentes da Rotunda fizeram o balanço dos riscos, dos sacrifícios, das perdas sofridas durante as jornadas bélicas que acabavam de viver. E verificaram doloridos que, dos quinhentos que haviam iniciado a revolta, já só restavam... cinco mil!"

O País, aquele povinho que labutava por campos e vales, permacia fiel às tradições e com elas à Monarquia. Podiam os quadros políticos aderir (houve distritos onde a rede completa dos caciques do Partido Regenerador se passou para o Partido Republicano Português), podiam os eleitores continuar a dar o seu voto ao Sr. Fulaninho ou ao Sr. Sicraninho, como sempre haviam feito, e estes agora atribuí-los a um dos partidos republicanos, mas os corações da maior parte dos portugueses continuavam fiéis ao Catolicismo e à Monarquia.

E essa fidelidade mais se arraigou com a desastrada política religiosa que o Governo Provisório e os governos que se lhe seguiram adotaram. Os republicanos de antes de 1910 eram quase todos livrepensadores, ateus e anticlericais. A propaganda republicana andou sempre muito ligada à luta contra a Igreja, contra as ordens religiosas, contra os padres. Mal proclamada a República logo foram expulsos os jesuítas, proibidas as ordens religiosas e, depois, publicada a lei

da separação, confiscados os bens eclesiásticos pelo Estado. Os bispos protestaram, alguns foram expulsos das suas dioceses. O clero, que não seria muito virtuoso nem muito culto mas era constituído em geral por homens com fé e devotados à Igreja, reagiu às investidas jacobinas. Os tíbios e os que preferiam aproveitar o ensejo para reconquistar a sua liberdade de viver, apostataram. Mas, caso curioso, conheci muitos desses padres apóstatas, casados, com filhos — que não tinham perdido a fé! De qualquer maneira a Igreja, ao perder o apoio do Estado, as vantagens materiais que fruía, as riquezas que possuía — purificou-se, e a saída dos sacerdotes mais fracos, depurou-a. A massa dos fiéis viu na República um regime anti-religioso — nas escolas foi proibido mencionar sequer o nome de Deus — que feria as suas convicções e perseguia a sua Igreja, uma heresia que Deus não podia aprovar.

É nessa altura que surge, entre os jovens emigrados portugueses na Bélgica (foram milhares as pessoas que saíram do País) um movimento ou escola política timidamente anunciado na revista *Alma Portuguesa*.

O tumulto dos começos do regime republicano não deixava ver claro o pensamento dele. Por outro lado o que aparecia eram partidos que, como os da Monarquia, não arregimentavam prosélitos de idéias mas clientelas de caudilhos. A iniciativa dos estudantes da Bélgica é retomada por outros em Coimbra, entre os quais figura um jovem republicano desiludido: Antônio Sardinha. E assim, em 1914, aparece nessa cidade a revista *Nação Portuguesa* que lança uma doutrina — o Integralismo Lusitano — e um programa de reforma do Estado.

Na juventude portuguesa o novo movimento exerce pronta sedução. Não foi mero arroubo de romancista inspirado que levou Carlos Malheiro Dias a encerrar *Os Teles de Albergaria* com a cena de um político moribundo, desencantado da vida pública portuguesa, a lançar os seus estudos representativos de muitas horas de vigília e meditação à rua, onde mais uma vez passava em tropel a cavalaria a caminho de um novo golpe de Estado, enquanto o velho alucinado gritava: — Idéias, Idéias!

A política portuguesa carecia de idéias — e abundava em interesses, em paixões, em personalismos, em gestos desrazoados e golpes descompostos. Surgiu o Integralismo: caso curioso, a divulgação da palavra devia-se em Coimbra a Afonso Costa, que no seu livro *A Igreja e a Questão Social* a emprega para designar o socialismo integral de Benoît Malon. Aí a foram buscar antigos discípulos seus para designar o nacionalismo integral.

O Integralismo propunha à juventude uma doutrina política, com um método — o positivista, estava na moda Augusto Comte — e com

princípios fundamentais, donde se extraíam dedutivamente os corolários. Um dos seus criadores, Pequito Rebelo, daria a um dos livros por ele escritos o título de *Pela dedução à Monarquia*. E isto é que os jovens mais apreciam. O jovem, não tendo experiência, rejeita o empirismo. À medida que a sua inteligência se vai abrindo ao mundo das idéias, gosta de conquistar certezas resultantes de raciocínios ou neles apoiadas, quer poder discutir numa argumentação sem falhas, precisa de ter a segurança de uma doutrina bem estruturada. O ambiente português, a partir de 1915, dava-lhe tudo isso para consolidar as crenças católicas e a fé monárquica: a Igreja, remoçada pela perseguição, desenvolvia entre os moços o estudo da apologética e revelava-lhes a filosofia escolástica, o Integralismo mostrava-lhes como seria possível um Estado isento de vícios, da anarquia, da vergonhosa decomposição em que se debatia o regime republicano. Antônio Sardinha, convertido ao Catolicismo depois de convencido da superioridade da Monarquia, conciliou as duas doutrinas, depurando o Integralismo das influências comteanas devidas à voga da doutrinação, em França, de Carlos Maurras.

Assim se explica que ao alvorecer dos anos vinte deste século, em Portugal, a grande maioria da juventude fosse católica e monárquica.

A Revolução restauracionista de 1919 conseguiu com facilidade que a Monarquia fosse proclamada ao Norte do Rio Mondego. E tudo falhou porque, ao ser secundada em Lisboa, aliás por imponente núcleo de tropas, estas, em vez de audaciosamente se lançarem sobre o centro da cidade e tomarem (o que lhes teria sido fácil) os locais decisivos, resolveram, por hesitação ou por incompetência dos chefes, ir encerrar-se numa fortaleza fora de Lisboa: em Monsanto. Deve ter sido a primeira vez na História em que as tropas, estando dentro de uma cidade, saíram dela para a conquistar...

A Revolução Monárquica de 1919 falhou mas a penetração das idéias integralistas nas universidades e nos quartéis continuou. Apercebendo-se da inferioridade em que os republicanos estavam no campo da propaganda ideológica, uma parte do grupo da Renascença Portuguesa que no Porto publicava a revista *Águia* e formava ao redor do poeta Teixeira de Pascoais, resolve separar-se dos "Saudosistas" e lançar uma revista de doutrinação política que se chamou *Seara Nova*.

No meu tempo de estudante universitário a *Seara Nova* disputava influência entre os jovens à *Nação Portuguesa*. Mas, embora discutindo infinitamente (como é próprio da gente nova), era com os seareiros que os integralistas ainda mais se entendiam. Uns e outros tinham idéias. E naquela altura uns e outros se encontravam na crítica ao que estava. Integralista, diretor de um panfleto atrevido deno-

minado *Ordem Nova* que se confessava logo no frontispício, entre outras coisas, *antimoderno, antiliberal* e *antiburguês* (ó Mocidade!), convivia diariamente e posso dizer fraternalmente, com a gente da *Seara* de que lia todos os números — para poder atacar o que nela se dizia. É bem verdade, porém, que se aprende com amigos e com adversários. Aí me habituei a ler Antônio Sérgio. Quase sempre discordante. Às vezes irritado. Em muitos casos desesperado. Nas conversas atacava-o e crivava-o de ironias. Hoje, porém, reconheço que tanto como o nacionalismo lírico de Sardinha influiu em mim o racionalismo sereno de Sérgio, o tal "humanismo imparcial e crítico" de que me ria...

Vim a conhecê-lo e nunca nos chocamos. Era o tempo em que os adversários políticos se tratavam com polidez e respeito. Uma vez, era eu Ministro das Colônias, descia a pé a Rua do Ouro e entrei na Papelaria Fernandes para comprar qualquer coisa. Chego ao balcão e quem estava lá também a fazer compras? O Sérgio. Cumprimentamo-nos, trocamos algumas frases simpáticas e Antônio Sérgio diz ao caixeiro para me servir imediatamente. Protesto meu: "Homessa! O senhor já cá estava antes, tem de ser o primeiro". — "De maneira nenhuma! O senhor é Ministro, tem mais que fazer do que eu, é justo que se despache à frente". O caixeiro não sabia que fazer. Mas Antônio Sérgio não desistiu: eu fui aviado logo. Outros tempos, outros costumes!

Foi mais tarde assistir à tal conferência na Sociedade de Geografia sobre "Posição atual do Corporativismo Português" que deu escândalo. Lá esteve, atento — e discordante com certeza. Não cheguei a perguntar-lhe a opinião. E noutros encontros posteriores manteve-se a cordialidade de relações.

A partir de certa altura deixou de pregar aquela democracia governada pela inteligência das elites, que era a sua tese do meu tempo de estudante, para abraçar o cooperativismo como fórmula de substituição do capitalismo, método de abolição do lucro a desembocar no socialismo libertário. Os seus livros, os seus folhetos, os seus panfletos (que Salazar não deixava apreender) tiveram, estou certo, importantíssima influência na formação do moderno pensamento socialista português.

Mas voltemos a 1951 e à morte de Carmona... Tudo quanto escrevi foi para explicar como nessa data continuava vivo no País o sentimento monárquico e como boa parte dos civis e dos militares que depois de 28 de maio de 1926 ocuparam lugares de destaque no Estado Novo tinham sido formados na doutrina católica e nos princípios monárquicos ou, pelo menos, haviam sido por eles tocados.

Os monárquicos, de maneira geral, tinham aderido ao Estado Novo e constituíram o núcleo mais fiel dos partidários do Dr. Salazar.

Pelo número e pelas posições que ocupavam exerciam grande influência na formação da opinião do regime: Salazar evitava cuidadosamente hostilizá-los.

Neste quadro não pode esquecer-se a presença no País do pretendente D. Duarte Nuno de Bragança e de sua família. Pertencia ele ao ramo da família real banida de Portugal pela Convenção de Évora-Monte em 1834, por ser neto do Rei D. Miguel. A Constituição de 1911 estendera o banimento a toda a dinastia de Bragança. Na Constituição de 1933 omitiu-se esse preceito e a proibição de residência dos príncipes em Portugal ficou a constar apenas de lei ordinária.

Quando em França, depois da guerra de 40, o Parlamento revogou as leis de banimento dos seus príncipes, em Portugal começou a formar-se uma corrente de opinião no mesmo sentido. Jorge Botelho Moniz, ostentando a sua tradição republicana reforçada pela qualidade de combatente, de armas na mão, contra a revolução monárquica de 1919, tomou a iniciativa de apresentar na Assembléia Nacional de que fazia parte, em 1949, um projeto de revogação das leis de banimento.

Nessa altura Salazar proferiu algumas palavras sobre o assunto que importa transcrever. Disse ele no discurso de 20 de outubro de 1949:

"O País não tem interesse em ter uma monarquia para três meses nem mesmo para três anos. Monarquia, República, têm o seu interesse quando constituem a solução nacional do problema do regime e por essa razão se estabilizam, permitindo tirar o máximo proveito da sua força intrínseca ou virtudes específicas.

"Nestes termos um novo regime deveria surgir por forma natural como correspondente ao estado natural da Nação e à sua compreensão do máximo problema político. Sendo questão tão transcendente, ela só deveria ser resolvida pela razão esclarecida dos homens; é-o em geral, para infelicidade de todos, pela força das paixões. Mas a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida. O que interessa agora saber é se o projeto a que me referi tem com ela algum ponto de contato. E não tem.

. . . . . .

"... seja qual for a atitude da próxima Assembléia, libérrima neste, como nos mais assuntos, e suposto que é a mais larga, eu reputaria inconveniente para a tranqüilidade da família portuguesa a residência permanente no País do Senhor D. Duarte Nuno. O seu alto critério lho indicaria também. Não vale a pena aduzir razões, porque procedem menos da inteligência que da sensibilidade, e devemos respeitá-las".

O projeto foi aprovado e, desprezado o conselho dado por Salazar, o pretendente apressou-se a vir, com sua família, fixar residência em Portugal.

Eu conhecera-o em 1947 na Suíça onde então vivia com sua mulher, a princesa brasileira D. Maria Francisca de Orleans e Bragança. Estive com minha mulher em casa deles onde fomos carinhosamente acolhidos. Era tocante ouvir aquele senhor, que nunca tinha estado em Portugal, falar desta terra como sendo o seu País, discutindo os seus problemas, mostrando-se conhecedor dos seus caracteres e das suas regiões, tudo numa linguagem mascavada de estrangeiro embora usando uma construção portuguesa cuidada, onde às vezes surgiam termos pouco vulgares. Mas, ao escutá-lo, ia pensando que aprendera a língua no exílio, onde três gerações haviam mantido o culto da Pátria distante e perdida. E tudo isso era enternecedor.

D. Duarte Nuno veio para Portugal com os seus. Com o decorrer do tempo a sua pronúncia não melhorou: continuava a ser um estrangeiro, com mau ouvido, a falar português. De resto era um homem estimável. Sem uma inteligência fora do vulgar e com uma presença banal, as suas declarações todavia respiravam honestidade, acreditava na sua condição de representante de uma família que durante oito séculos se identificara com Portugal e aceitava todas as limitações que tal representação impunha.

Procurava, por isso, ter conduta digna de um príncipe, considerando-se uma reserva do País, pronto para servi-lo quando carecessem dele. Nestes tempos em que tantos príncipes deixaram, em geral, de respeitar a função social que justificava o destaque das suas famílias e a honra dos seus nomes, tornando-se saltimbancos e bufarinheiros, o sacrifício desse homem, que mais de uma vez me confessou o desgosto de não poder exercer a sua profissão de agrônomo trabalhando como qualquer outro, só para aceder às imposições dos partidários que o queriam fora e acima da vida comum, é, sem dúvida nenhuma, respeitável.

Mas com a vinda dele, e sobretudo das irmãs, para Portugal, a intriga monárquica recrudesceu. Sua irmã Filipa julgava-se fadada para a política. Era ela quem se deslocava, conferenciava, reunia, discutia, persuadia, ela quem escrevia cartas insistentes a Salazar.

Foi assim que despertou a atenção de Salazar para as dificuldades financeiras da família. O último Rei, D. Manuel II, em testamento feito em Londres em 1915, tinha disposto de toda a sua fortuna pessoal para instituir uma Fundação que sustentasse um Museu onde ficassem reunidas e expostas as coleções pertencentes à Casa de Bragança. Quando ele faleceu, em 1932, o seu advogado em Lisboa, antigo Ministro da Monarquia, meu querido amigo Dr. Fer-

nando Martins de Carvalho empenhou-se em dar execução ao régio testamento daí nascendo a Fundação da Casa de Bragança, em termos mais amplos que os nele previstos, entidade com fins culturais e beneficentes a que o Governo reconheceu por decreto personalidade jurídica e concedeu facilidades fiscais. Os amigos do ramo miguelista da Casa de Bragança levaram a mal que D. Manuel tivesse ignorado a existência de D. Duarte Nuno excluindo-o da fruição dos bens que outrora tinham constituído o morgadio da família. Anos depois, a instâncias desse ramo, o Dr. Salazar empenhou-se junto dos administradores da Fundação (o Dr. Antônio Bustorff Silva serviu várias vezes de intermediário) para que esta proporcionasse residência condigna ao novo Duque de Bragança (e por isso a Fundação adquiriu, restaurou, guarneceu o Palácio de S. Marcos) e lhe assegurasse meios de vida, donde resultou a entrega da maior parte dos rendimentos da Fundação a D. Duarte Nuno. Foi ainda o Dr. Salazar quem conseguiu que as Rainhas D. Amélia e D. Augusta Vitória se não esquecessem nos seus testamentos de D. Duarte Nuno e de seus filhos. Por isso quando agora um destes vomita sandices acerca de Salazar (acusando-o, até, de ter "confiscado" os bens da Casa de Bragança) só revela ingratidão ou debilidade mental.

Salazar era monárquico?

Naquele homem frio, possuído das razões de Estado, era muito difícil descortinar uma convicção pessoal, divorciada do que pensasse sobre o bem da Nação.

Creio que o era por sentimento, o sentimento do rural, do seminarista, do católico que assistira aos desmandos que caracterizaram o advento do regime republicano.

Mas, professor da Universidade, chamado a dirigir a intervenção dos católicos na política à roda de 1920 mediante a criação do Centro Católico Português, a sua inteligência mostrou-lhe que o regime republicano estava consolidado e que era inconveniente para a causa da Igreja que se identificasse em Portugal catolicismo com monarquismo. Então, para desespero da grande maioria dos católicos, ainda monárquica, preconizou e defendeu, contra tudo e contra todos, a tese da leal aceitação do novo regime e da colaboração com os seus governos. Era atuando dentro da República sem a hostilizar, antes apoiando-a, que a Igreja poderia melhorar a condição de tolerada a que a haviam reduzido as leis do Governo Provisório.

Nesta posição entrou para o Governo da Ditadura em 1928, sempre respeitador da República e durante muitos anos preocupado em que se não tocasse em nada que pudesse ferir as suscetibilidades dos republicanos. Mas, por outro lado, sem que jamais dissesse uma palavra ou fizesse um gesto significativo de adesão: ninguém o viu

nunca em qualquer comemoração dos fastos revolucionários, em 5 de outubro estava todos os anos em Santa Comba Dão.

Em 23 de novembro de 1932, na antiga sala do Conselho de Estado, ao dar posse aos corpos diretivos da recém-organizada União Nacional, passando em revista a posição das "diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional", tratou da atitude dos monárquicos, cuja força e valor reconheceu. E observando que se notava nas "novas gerações cultas" uma espécie de indiferentismo perante o problema dos regimes políticos, concluía:

"A persistir nos espíritos a posição indicada, a idéia monárquica terá perdido, não se sabe por quanto tempo, a sua força atuante. Ponto é que, em frente das ondas revolucionárias, as repúblicas sejam ou queiram ser regimes de ordem e de autoridade, e os povos tenham a certeza de que estão, sob o seu domínio, defendidos e seguros. A experiência feita pela Ditadura portuguesa deve esclarecer a muitos olhos a importância decisiva que no assunto têm, não as formas externas, mas os conceitos profundos do Poder e da governação pública e a organização dos poderes do Estado".

56

Agora, naquele 18 de abril em que lhe era posto o problema de substituir na Chefia do Estado o General que ali chegara levado pela Revolução, como iria Salazar reagir?

A discussão na sede da União Nacional não conduziu a nada, salvo ao adiamento do Congresso. Na Assembléia Nacional reinava a perplexidade: que fazer? Tudo dependeria da palavra de Salazar.

Mas na Assembléia logo os deputados de tendência monárquica manobravam no sentido de, caso fosse impossível imediatamente mudar a forma do regime, criar uma situação transitória que não impedisse a mudança a curto prazo. Essa situação seria a união, por tempo indeterminado ou ao menos por uns meses, das funções da Presidência da República com a chefia do Governo. Assim Salazar ficaria com as mãos livres.

À testa da manobra estava o líder, Mário de Figueiredo. Quem era, o que pensava, que queria? Hesito em dizê-lo. É curioso que, não sentindo animosidade contra ninguém, escrevendo estas páginas de ânimo sereno, sem ressentimentos, sem antipatias, quase com espírito de historiador, tenho dificuldade em falar do Mário de Figueiredo com quem, afinal, nunca deixei de ter relações.

É uma personalidade difícil de definir... Ganhou em Coimbra a fama de ter "imenso talento", como estudante e como professor, não por trabalhos que produzisse mas pela facilidade de argumentação e o repentismo das réplicas. Era de feitio jovial, alegre, convivente e bom tocador de guitarra.

Veio para Lisboa com Salazar em 1928 e era o companheiro que alegrava a casa onde os dois viviam. Mas aconteceu a ridícula questão dos sinos, saiu do Governo, e durante alguns anos esteve zangado com Salazar. Este não esquecia os amigos e repescava-os pacientemente quando se afastavam dele, caso pensasse que valia a pena fazê-lo.

Assim reaparece o Mário na vida pública, Ministro da Educação Nacional de 1940 a 1944, numa gestão apagada.

É na Assembléia Nacional, como deputado, que brilha. Tem o aparte fácil, a graça oportuna, o comentário desconcertante. A Câmara admira-o e teme-o. Mas a discursar é um complicado. E quando com ele se discute uma questão, surpreende a tortuosidade do seu raciocínio e a sua falta de senso. Entretanto, com os anos, à medida que a frescura da juventude vai passando, o que fica da sua personalidade é, com o temor do regresso à anarquia, uma devoção fanática por Salazar, um apego fervoroso às tradições, a revivescência do sentimento monárquico.

Fizeram-se os funerais de Carmona. O luto nacional pela morte do Presidente foi geral, espontâneo e sentido. E o povo murmurou por não lhe ter sido dado participar no cortejo que de S. Bento conduziu o féretro aos Jerônimos. Mas ia longe o ano de 1918 em que o enterro do Presidente Sidônio Pais percorreu a pé o longuíssimo trajeto que vai da Câmara Municipal, pela Rua Augusta, ao Rossio, para depois subir o Chiado, descer a Rua do Alecrim e seguir pela Rua 24 de Julho até aos Jerônimos! Uns tantos quilômetros calcurreados por deputações de todas as corporações possíveis e por inumeráveis grupos de populares que assim prestavam homenagem ao Presidente que lhes conquistara o coração com a sua bela figura militar a cavalo, e a expressão triste e carinhosa dos seus olhos, a visitar os doentes durante a epidemia de gripe pneumônica e a providenciar para que os pobres não deixassem de ser alimentados e amparados nos dias difíceis em que havia peste, fome e guerra.

Agora os tempos eram outros. O povo teve de limitar-se a assistir ao desfile de um longo cortejo de automóveis precedendo o féretro escoltado pelo brilhante regimento de cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Só no Largo dos Jerônimos se formou um curto e difícil acompanhamento a pé. Depois, dentro da Igreja, as exéquias decorreram com solenidade e emoção. Teve grandeza o momento final em que, aos ombros de oficiais-generais, enquanto a Orquestra Sinfônica Nacional enchia as abóbadas do templo de sonoridades vibrantes, o caixão foi encaminhado lentamente para a cripta onde repousaria.

Acabaram as cerimônias, voltou-se ao trabalho. Havia tempo que Salazar, quando queria aconselhar-me sobre problemas da política interna, ouvia um grupo constituído pelos presidentes da Assembléia Nacional e da Câmara Corporativa, pelos Ministros da Presidência e do Interior, pelo presidente da Comissão Executiva da União Nacional e pelo líder da Assembléia. Entre nós chamávamos a este grupo o "conselho privado", mas a graça fácil dos cafés e dos Passos Perdidos denominava-o de *politburô*.

Reunidos na residência de S. Bento, Salazar ouviu-nos sobre o problema da escolha do candidato a propor para a eleição do Presi-

dente da República. Mário de Figueiredo levantou a questão do regime em termos vivos. Era necessário acabar-se com o mandato temporário do Chefe do Estado. Este devia estar acima das lutas e paixões, não devia depender do sufrágio universal, carecia de total independência das forças políticas para ser a fiel expressão dos interesses nacionais e o representante de todos os portugueses. A Constituição de 1933 desenhara a figura do Chefe do Estado como verdadeiro fiel de balança dos poderes do Estado, titular ele mesmo do Poder Moderador. E só um rei, que devesse à herança e ao sangue o seu lugar, poderia identificar-se totalmente com a Nação e desempenhar com equilíbrio essas funções. Carmona com a longa permanência no cargo habituara o povo outra vez à estabilidade na chefia do Estado, fora um Monarca vitalício: mais um passo e instituíssemos o Monarca hereditário. Só ele aliás poderia ser, à semelhança do soberano britânico, o elo de ligação entre todas as partes do Império Português que dia a dia se desenvolviam a caminho da autonomia.

João Lumbrales e Augusto Cancela d'Abreu apoiaram-no logo vivamente. Usei então eu da palavra. Não negava as virtudes de uma chefia do Estado cujo titular, por ter o seu cargo garantido por toda a vida e devê-lo, não ao partido A ou B, mas sim à herança, gozasse de total independência, identificando a sua pessoa e os seus destinos com a própria Nação. Mas tinha de reconhecer que as monarquias iam desaparecendo do Mundo e só se mantinham nos países onde a força da tradição era superior aos ímpetos renovadores. Em meu entender, os países que possuíam monarquias faziam muito bem em conservá-las, mas nos outros, os tempos não eram propícios a restaurações. Havia em Portugal um forte sentimento republicano que era necessário não menosprezar. E que mesmo quando, de momento, fosse abafado, fatalmente reapareceria reagindo em cada oportunidade. Por outro lado o pretendente, embora pessoa digníssima, não me parecia à altura de vencer essas dificuldades, e nas circunstâncias em em que se estava não bastava para rei um príncipe com as virtudes médias suficientes para suceder numa herança normal, era preciso um homem com qualidades para ser instaurador de um regime. Por fim, também não acreditava que a restauração da Monarquia fosse benéfica para o futuro lusíada do Ultramar: nas colónias, países novos de muito espaço e pouca gente, reinava um espírito liberal. O caso britânico explicava-se pela evolução histórica e pela índole do povo. Mas soluções secularmente elaboradas e enraizadas num País não podem transplantar-se, sem mais nem menos, para outro: a lealdade à Coroa característica dos britânicos não podia implantar-se por decreto em Portugal. Numa palavra: o meu voto era o de que se cumprisse a Constituição tal como estava, pois para isso ela existia.

Albino dos Reis apoiou-me argumentando com o seu conhecimento direto das realidades portuguesas. Na mesma orientação se pronunciou Trigo de Negreiros. Mário de Figueiredo e os seus amigos replicaram. A reunião decorreu viva. Salazar ouvia calado uns e outros. Fomos nesse dia embora sem que se resolvesse nada.

Entretanto a manobra na Assembléia Nacional processava-se rapidamente. Sem conhecimento de Salazar, num ápice, os deputados, em 24 de abril, votaram a emenda do preceito da Constituição que, em caso de falecimento de Presidente da República, mandava proceder à eleição 60 dias depois, substituindo-o por outro a determinar que, dada tal hipótese, a Assembléia Nacional reuniria "por direito próprio" no 60º dia a seguir ao falecimento *"para deliberar sobre a eleição presidencial"!* Esta maneira de dizer era tão ambígua que permitia tudo: desde a marcação imediata do ato eleitoral até ao seu adiamento indefinido e, inclusivamente, a sua não realização... Como, estando vaga a Presidência da República, as funções eram acumuladas com a presidência do Conselho, achara-se a forma de investir Salazar nos dois cargos...

Nos dias seguintes Salazar começou a ouvir pessoas, habilmente, conforme o seu costume, sem revelar o seu pensamento, sem ir direito aos assuntos que queria debater, mas encaminhando a conversa de modo que o interlocutor dissesse o que ele desejava saber.

Como o "conselho privado" se mostrara dividido e ele não queria que de cada vez se repetisse a divergência notada no primeiro dia, resolveu, a certa altura, carecido como estava de trocar impressões acerca dos melindrosos problemas pendentes, chamar apenas Albino dos Reis e a mim para conosco conversar uma noite por outra. Contava-nos as opiniões que ia colhendo, passávamos revista aos acontecimentos e sobre eles íamos discutindo serenamente.

Numa dessas noites disse-nos que ouvira o Ministro da Defesa, Santos Costa, sobre a crise. Santos Costa era considerado monárquico. Mas repelira a idéia de uma restauração naquele momento, alegando que as Forças Armadas não estavam preparadas para a aceitar e apoiar. Por outro lado Portugal estava comprometido a contribuir para as forças de cobertura da N. A. T. O. com duas divisões e toda a atenção dos chefes militares tinha de ser concentrada no esforço de cumprir a palavra dada.

Nos meios políticos a questão continuava a ser debatida, dividindo-se as opiniões, embora os defensores da posição republicana cada vez se manifestassem mais timidamente. Por mim não deixei de expor em público a minha maneira de ver, pois nunca ocultei o que pensava nem manobrei na escuridão. Nas comemorações de 28 de maio de 1951 fiz um discurso em que disse:

"Para aqueles que como eu, viveram intensamente o período que precedeu e seguiu o 28 de Maio, o aniversário de hoje não é uma simples efeméride da história pátria: constitui também uma viva página de recordações pessoais, fonte de experiência e tema de meditação.

Os choques sofridos pelo País nas suas instituições, na sua ordem social e nas suas crenças repercutiram-se com violência na infância dos da minha geração.

Fui para a escola primária no momento em que aos professores era vedado proferir o nome de Deus — suprimido também das páginas dos livros escolares. Nado e criado em Lisboa e desde cedo habituado às suas ruas, assisti a todas as revoluções e revoltas que depois de 1915 se produziram na capital. Vi manifestações, tumultos e assaltos, li com avidez — e como jornalista algumas vezes relatei e comentei — tudo quanto se referia ao desenrolar dos acidentes do Governo e dos incidentes parlamentares. E aos 18 anos tinha tomado posição política de combate, num extremo, como era natural, animado pelo veementíssimo desejo de arrancar a minha pátria do atoleiro em que se afundava e de a redimir para que pudesse ainda cumprir altos e gloriosos destinos.

Este sonho generoso e ardente era compartilhado por muitos da minha geração. Procurávamos um rumo diferente para as coisas públicas. Alguns pensavam ser possível consegui-lo por um aperfeiçoamento das instituições democráticas. Nós entendíamos que só substituindo a democracia por um regime de autoridade independente seria possível a salvação.

O monarquismo que por então abracei não pretendia a restauração do que estava em 1910: constituía, para mim como para tantos outros rapazes, um regime ideal a construir de novo, embora sob a inspiração de instituições tradicionais que durante séculos se tinham afeiçoado ao caráter português.

Dentro deste espírito e com este propósito lancei em 1925 o panfleto intitulado *Ordem Nova* que tanto escandalizou os homens da esquerda e muitíssimas "pessoas de bem" das direitas pelo seu caráter irreverente, antiburguês e pé fresco.

Não me arrependo nem me envergonho desse grito de sadia juventude que, repito, acima de tudo representava o anseio fervoroso de qualquer coisa de novo, capaz de, nos domínios do espírito como no plano prático da política, "restaurar Portugal para os portugueses".

Era para nós de tal maneira angustiosa essa necessidade de sobrepor uma imagem embelezada da Pátria àquela confusão hedionda em que vivíamos, que entre os poetas do tempo — Afonso Lopes Vieira, Antônio Sardinha e Fernando Pessoa à frente — renascia o

mito do Encoberto, encerrado nas "ilhas de bruma", mas que havia de trazer-nos o desejado "quinto império".

Por sinal que Fernando Pessoa juntava, como todos nós, à atividade literária uma atividade política, militando num "grupo de ação nacional" que, se bem me lembro, tinha a sua sede na Calçada do Carriche...

A Revolução Nacional brotou deste estado de espírito generalizado no País. Monárquicos e republicanos acordaram em pôr de parte o mais possível do que os dividia para empreenderem em conjunto a realização de um programa de salvação pública. Foi ainda Fernando Pessoa quem, num folheto hoje raro mas precioso intitulado *O Interregno,* demonstrou com aquele espírito geométrico que usava pôr nas suas demonstrações, que de momento se impunha e só era possível a ditadura militar.

Mas a ditadura era uma *situação* não era um *regime.*

O aparecimento de Salazar e a sua obra política, em nada inferior à obra financeira que realizou, permitiu que a situação se convertesse em regime: a Ditadura originou o Estado Novo.

Durante vinte e cinco anos a Europa e o mundo convulsionaram-se em dolorosas experiências na gestação de novas formas de organização do Estado e de justiça social. As Nações mudaram de estrutura econômica. As populações transformaram os seus hábitos e a sua mentalidade. Novas classes sociais surgiram na vida pública. Camadas ontem dirigentes perderam o comando, a classe média alterou a composição, a feição e a capacidade econômica, o proletariado aumentou em número e em força.

Que o Estado para que caminhamos não será mais a forma política do século XIX — não tenho dúvida nenhuma. O Estado Novo português tem sido um ensaio, incontestavelmente fecundo, da fórmula do futuro. É para o futuro que devemos olhar com espírito criador, com decisão construtiva, sem receios perturbadores, antes com o ânimo resoluto dos que sabem ser portadores de uma mensagem de verdade e de vida.

Quando em 1926 dissemos que se fazia a Revolução Nacional sabíamos que desejávamos uma transformação radical — não uma reação estagnadora.

O espírito de reação foi útil e benéfico enquanto nos alentou para repelir tudo quanto desfeou e infamou a face sagrada da Pátria.

Mas hoje temos de ser dignos da tarefa que os séculos futuros de nós esperam. O 28 de Maio de 1926 representa o início de um caminho que importa continuar a trilhar. O Estado Novo não é já uma situação: é um regime. E um regime é um sistema de instituições políticas características, de funcionamento normal, contendo a previsão de soluções para as crises da vida nacional.

Nas perturbadas circunstâncias do mundo de hoje e perante as angustiosas interrogações que em todas as latitudes e longitudes os homens fazem a si próprios — a definição do Estado Novo, como regime que sem negar os valores essenciais da civilização procure adequar-se às novas circunstâncias e às novas condições de um povo, será porventura mais um grande serviço que Portugal pode ainda prestar à Humanidade".

Era a minha tese: já não vivíamos numa *situação* provisória à espera de encontrar a solução política definitiva: tínhamos um *regime* e por ele deveríamos conduzir-nos, pelas suas normas havíamos de resolver os problemas da vida política nacional. Não era a tese que convinha aos monárquicos, que vivamente reagiam contra ela.

Assim foram decorrendo os dois meses de espera que a manobra de Mário de Figueiredo na Assembléia Nacional impusera antes de se marcar a data da eleição presidencial. Durante eles Salazar foi sujeito a pressões muito fortes para que se decidisse pela Monarquia. Habilmente, sempre desejoso de não perder o apoio dos monárquicos, ia-lhes repetindo a tese que formulara no discurso de 20 de outubro: não era oportuno restaurar naquele momento a Monarquia, mas fossem preparando o terreno, doutrinando, ganhando posições, pondo hoje uma pedra aqui e amanhã outra acolá, encaminhando as coisas de modo a que ela viesse a surgir, dentro em breve, como solução nacional, coroamento natural e necessário da estrutura política do País.

E daqui nasceram muitos equívocos.

57

Ao aproximar-se a data em que a Assembléia Nacional fatalmente marcaria o dia da eleição presidencial (pois Salazar não consentiu outra interpretação do texto da Constituição e assim o deixou entender na nota oficiosa de 5 de junho) o problema da escolha do candidato assumiu grande acuidade.

A corrente de opinião favorável à candidatura de Salazar, muito grande já dois anos antes, engrossou desta vez enormemente. Não se via outro nome com popularidade e prestígio capazes de arrastar o eleitorado numa eleição por sufrágio universal. E a par disto havia todas as razões a que já anteriormente fiz referência.

Fui mais uma vez o intérprete principal desta corrente junto de Salazar. Nas conversas freqüentes que no período da crise tivemos os dois, ou com a presença de Albino dos Reis (que abundava na mesma opinião), expus-lhe todos os argumentos correntemente aduzidos em favor da tese da sua candidatura e pude rebater todas as respostas que ele me opunha. Para estar mais à vontade e afastar qualquer suspeita de ambição pessoal misturada no caso, declarei-lhe, e reiterei mais de uma vez a afirmação, que se ele fosse eleito Presidente da República eu não aceitaria nenhum lugar no Governo.

A sua atitude, porém, era categórica: não queria propor a candidatura, desejando apenas ser libertado, o mais breve possível, da Presidência do Conselho. E até quanto a este desejo eu lhe demonstrava ser mais fácil consegui-lo passando para a Presidência da República. Como esta tinha mandato com prazo fixo, ao cabo dos sete anos poderia recusar-se a ser reeleito...

Na nota oficiosa de 5 de junho de 1951 referiu-se a esse movimento de opinião, reconhecendo que a solução preconizada "tinha lógica, era simples e era segura: com o mínimo de alterações se procurava alcançar uma garantia de continuidade efetiva na suprema direção dos negócios públicos. Chamar-lhe-ei a solução da comodidade. Infelizmente este é um caso em que a consciência de um só tem de sobrepor-se ao pensar e ao desejo de muitos".

E explicava em duas palavras os motivos da obstinada recusa: "A verdade é que não tenho resistência moral nem possivelmente resistência física para começar vida nova e fazer outra magistratura." E acrescentava ainda uma razão, talvez mais válida: "numa sociedade ordenada se deve atender a que estejamos colocados nas situações mais consentâneas com o nosso modo de ser e em que o nosso esforço possa dar o maior rendimento ou ser mais bem compreendido." Aí está a verdadeira causa de tanta resistência: ele sentia-se o que na linguagem moderna se chama *um executivo* e considerava-se incapaz de representar o papel de moderador que assiste tranqüilo aos acontecimentos para só intervir quando o aparelho se desconcerta.

Convocou então novamente o "conselho privado" para o ouvir acerca da pessoa a escolher como candidato da União Nacional. Na reunião, logo que foi exposto o assunto a tratar, João Lumbrales, Ministro da Presidência, e Mário de Figueiredo, líder da Assembléia, declararam que, sendo monárquicos e não querendo o Dr. Salazar candidatar-se à Chefia do Estado, se recusavam a colaborar na escolha do Presidente da República. E saíram da sala enquanto Salazar com ar aborrecido encolhia os ombros.

Ficamos os restantes. O primeiro problema consistia em optar entre um civil ou um militar. Venceu a corrente favorável ao militar, com o argumento de que o regime estava ainda muito ligado às Forças Armadas, por elas criado e sustentado desde o início.

Assente que seria um militar, quem? Vários nomes foram surgindo, este afastado por um motivo, aquele por outro. Até que a insistência de Augusto Cancela d'Abreu fez fixar as atenções no General Francisco Higino Craveiro Lopes.

Tinha boa folha militar: na Primeira Grande Guerra ganhara, ainda alferes, a Torre e Espada, em combate contra os alemães no Norte de Moçambique. Fora dos primeiros pilotos-aviadores brevetados em França. Pertencia a uma família de militares, seu pai e seu avô haviam sido generais prestigiosos.

Não lhe faltava carreira política. Após a Revolução de 28 de Maio exercera as funções de Presidente da Câmara Municipal de Sintra durante alguns anos. E em mais de uma legislatura fora eleito deputado, o que lhe dera ensejo de travar conhecimento com o pessoal político do regime.

No Ultramar estivera por várias vezes. Na Índia fora chefe do gabinete do Governador-Geral, e Governador de Damão.

E comandara a Legião Portuguesa.

A sua vida de família era muito digna e estava casado com uma senhora de porte distintíssimo, Dona Berta Craveiro Lopes, também de família de militares.

Enfim um conjunto de qualidades que dificilmente outro reuniria.

As objeções que lhe foram feitas andavam à roda da mediania da sua inteligência e da pouca flexibilidade das suas atitudes.

O seu nome foi, pois, proposto à Comissão Central da União Nacional que, em reunião posterior, adotou a candidatura.

Decidida a escolha pela Comissão Central da União Nacional era preciso convidar o escolhido. Professor do Instituto de Altos Estudos Militares, o General achava-se longe, numa viagem de estudo dos coronéis em estágio. Salazar pediu ao Ministro da Defesa, Santos Costa, que o chamasse e fosse mesmo ao seu encontro para o trazer à fala, indagando pelo caminho quais as suas convicções e tendências. Craveiro Lopes não gostava de Santos Costa. E na viagem para Lisboa, feita no automóvel do Ministro, a conversa orientou-se de forma tal que o General chegou ao seu destino irritado e preocupado, disposto a recusar o convite caso lhe fosse feita alguma restrição séria aos seus poderes ou pedido algum compromisso incompatível com o seu caráter.

A entrevista com Salazar estava marcada para o dia seguinte ao da chegada e teve lugar em 17 de junho. Craveiro Lopes pediu ao Ministro do Exército, o General Abranches Pinto, seu amigo, que o acompanhasse à residência de S. Bento, desejoso de ter uma testemunha na conversa que temia. Salazar estranhou ver os dois e pediu ao Ministro que ficasse na sala de espera para conversar com Craveiro Lopes a sós.

Craveiro Lopes contou-me mais tarde a conversa: "Uma conversa que durou cinco minutos — frisava ele. — Salazar disse que, como decerto eu já sabia, o meu nome fora indicado pela Comissão Central da União Nacional para ser candidato à eleição para Presidente da República e perguntou-me se aceitava. Respondi que, militar desde criança (fui aluno do Colégio Militar) e devotado desde o começo à situação nascida do 28 de Maio, além de admirador da obra dele, Salazar, não me recusaria a qualquer missão para a qual se julgasse que eu poderia servir e onde houvesse responsabilidades a suportar ou riscos a assumir. E fiquei à espera do resto. Mas o Presidente do Conselho passou logo a tratar de pormenores administrativos: os palácios a habitar, pois não convinha que residisse em casa particular como ultimamente sucedia com o Presidente Carmona, a lista civil a fixar nos termos da Constituição antes do início de cada mandato... A minha resposta foi que, no tocante a honorários, eu vivera sempre do meu soldo e o que chegara ao Sr. Marechal Carmona para manter a dignidade do cargo havia com certeza de me bastar também. Quanto à residência depois se veria. Salazar levantou-se, agradeceu e despedimo-nos..."

Craveiro Lopes acrescentava que saiu da entrevista com a sensação de estar atordoado. Tudo se passara tão rapidamente... E nem ouvira o que esperava, nem havia dito o que tencionava dizer.

Em 18 de junho, Salazar escrevia-me:

"Telefonei ontem para sua casa a comunicar-lhe que o General Craveiro Lopes aceitava a candidatura à Presidência, mas não consegui que me atendessem, suponho que por terem ido passar o dia fora. O Santos Costa tinha ido esperar o General a S. Martinho e regressaram às 4 da manhã. Às 12 recebi-o. A conversa foi fácil. A impressão corresponde às informações que me tinham aqui dado da pessoa e do seu caráter. Agora vamos à propaganda. Com respeitosos cumprimentos. Oliveira Salazar".

A data da eleição foi marcada para 22 de julho e a campanha eleitoral começou. As oposições desta vez não se entenderam: a experiência da frente única democrato-comunista na eleição anterior não provara bem e por isso foram apresentados dois candidatos, um dos democratas, o Contra-Almirante Quintão Meireles, antigo Ministro da Ditadura, e outro dos comunistas, o Prof. de Matemática da Universidade do Porto, Dr. Rui Luís Gomes, que fora em 1947 incluído no número dos professores separados do serviço por "não darem garantias à realização dos fins superiores do Estado".

Rui Gomes começou a sua campanha, mas não foi além dos primeiros tempos porque na recente revisão constitucional tinha sido incluída uma disposição que incumbia o Conselho de Estado de formular juízo acerca da idoneidade política dos candidatos à Presidência. E o Conselho, tendo em conta as conhecidas ligações do Prof. Rui Gomes com o Partido Comunista, deu parecer contrário à admissão da candidatura, o que levou o Supremo Tribunal de Justiça a declará-lo inelegível.

Ficou em campo, a enfrentar o candidato da União Nacional, o Almirante Quintão Meireles. Fora meu colega no Conselho do Império. Era bom homem, de inteligência média, personalidade apagada e feitio irritadiço. Mas o que interessava à oposição era um pretexto para aproveitar a campanha eleitoral e nela formular as suas críticas e desferir os seus ataques ao regime, ao mesmo tempo que aperfeiçoava a organização dos seus quadros, recrutava novos elementos e estabelecia ligações clandestinas. Feita a campanha e tendo aproveitado dela tudo quanto podia, a oposição fez o seu candidato desistir. E verdade seja, diga-se sem desprimor para a pessoa, que foi sempre muito amável comigo, a oposição fez muito barulho mas, quanto ao candidato, mal se deu por ele.

Na campanha coube-me presidir à última sessão realizada no Porto, onde discursei em 17 de julho.

Nesse discurso lembro-me de ter dito que a experiência me tornara adepto das campanhas eleitorais. E expliquei-me: elas constituíam ocasião periódica de revisão global da política do Governo. Todos os problemas surgiam reformulados pela oposição, obrigando a largas e minuciosas explicações das soluções adotadas e das políticas seguidas. O público ficava elucidado ou, pelo menos, com elementos suficientes para a sua elucidação. Quantas vezes ao ataque e à resposta se sucediam réplica e tréplica e uma polêmica que prosseguia até ao esclarecimento total dos fatos e ao esvaziamento completo das críticas! E as murmurações, os boatos, as suspeitas, tinham ensejo de vir ao de cima e de ser lavados por lufadas de ar livre. "As únicas condições que temos o direito de impor aos críticos — dizia eu — é que possuam o mínimo de idoneidade para se lhes poder responder e que formulem as suas censuras em termos precisos e categóricos".

Na seqüência do discurso versei vários pontos discutidos sobre o regime político e a concluir tomei o episódio ocorrido com um trisavô do nosso candidato, Major Higino Lopes, salvo erro, que por ocasião da independência do Brasil fazia parte das tropas portuguesas estacionadas nesse Reino unido ao de Portugal. As forças a que pertencia foram das que resistiram enquanto puderam à separação. E quando, vencido, lhe deram a escolher liberalmente entre ficar no Brasil adotando a nacionalidade brasileira e regressar a Portugal, o Major que vivera longos anos por lá, onde constituíra família e criara interesses, tudo abandonou para não perder a sua condição de português. Também o General Craveiro Lopes se dispunha a abandonar tudo, comodidades, atividades, interesses para servir ao seu País: à semelhança do seu ilustre trisavô, Craveiro Lopes escolheu Portugal!

Craveiro Lopes assistia à sessão e foi delirantemente aclamado.

Depois, Salazar presidiu à sessão de encerramento da campanha no Palácio dos Desportos, em Lisboa, em 19 de julho.

Há nesse discurso de Salazar uma passagem que não resisto a reproduzir. Comentando os manifestos e declarações dos dois candidatos oposicionistas — o comunista que ele designou por "candidato da Paz" e o democrata, designado por "candidato da pacificação", remata por dois períodos que, lidos em 1975, têm o sabor de profecia:

"Quando o Poder se esquiva a distinguir o bem do mal e o justo do injusto; e pretende ser neutral entre a ordem e a desordem; e se dispõe a reconhecer como legítimos tanto o uso como o abuso da liberdade; e cede perante pressões ilegítimas; e permite desenvolverem-se movimentos emocionais de massas desvairadas pela paixão; e deixa desafiar impunemente a sua autoridade por ambiciosos e aventureiros — é fatal que se avolumem, como ondas alterosas, as reivin-

dicações e as queixas, as exigências injustificadas, as ambições desmedidas e as acusações sem prova. Então as situações políticas, sucessivamente expulsas de todas as trincheiras, são inteiramente batidas nos últimos redutos.

"Quando se nos diz do outro lado que o Poder não cairia na rua, faz-se uma afirmação ou uma promessa que a sociologia não abona e a história da nossa acidentada vida política claramente desmente: o Poder cairia na rua".

Não faltou a propósito do meu discurso no Porto a costumada carta enviada por Salazar:

"A surpresa e rapidez do encontro no Palácio dos Desportos não me permitiram dar-lhe os parabéns pelo belo discurso que fez no Porto. Ouvi-o muito bem pela telefonia assim como a pequena alocução do General Craveiro Lopes e gostei muito de tudo. O público pareceu-me entusiasmado de verdade, a vibração era grande e sentia-se que as suas palavras caíam nos espíritos como verdades e sentimentos de que estivessem ansiosos e sedentos. Muitos parabéns e agradecimentos, pela colaboração que prestou à campanha. Vamos ver amanhã a votação. Foi grande pena que o candidato da oposição não fosse até às urnas: o confronto das votações teria a maior utilidade. Mas penso que do outro lado nunca tiveram intenção de defrontar o eleitorado. Com muitos cumprimentos. 21.VII.1951. Oliveira Salazar".

É curioso seguir a evolução dos fechos das cartas: mais jovem, e depois enquanto deprimido, subscreve-se "amigo attº e grato". Mas agora, restabelecido da crise, é mais fechado e cerimonioso: "respeitosos" ou "muitos" cumprimentos.

58

Em 22 de julho os eleitores foram às urnas, e Craveiro Lopes tomou posse, com o cerimonial da praxe na sala engalanada da Assembléia Nacional repleta da assistência de homens encasacados e senhoras elegantemente vestidas, em 9 de agosto seguinte.

Envergando o uniforme de gala de General, Craveiro Lopes mostrava claramente na rigidez dos gestos e no aprumo das atitudes a comoção com que assumia as funções presidenciais. O compromisso de defender a Constituição e as leis da República foi proferido com voz clara e timbrada, ainda que nela se adivinhasse uma profunda comoção. Era um homem sério, que tomava a sério o seu papel.

Por isso se imaginará a sua surpresa — e a minha também — quando soube que no Congresso da União Nacional que ia realizar-se em 22 de novembro, tudo se preparava para concluir pela necessidade da restauração da Monarquia!

Quem conduziu essa manobra não sei. O Secretariado do Congresso era composto por professores e assistentes da Universidade de Coimbra, todos conhecidos pelo seu credo monarquista. O caso é que dias antes da abertura da reunião constou que, nela, vários oradores preconizariam a mudança de regime e estava preparada uma manifestação de apoio que contaria com a presença do próprio D. Duarte Nuno.

Juntamente com Albino dos Reis procurei Salazar. Expusemos-lhe o que sabíamos e estranhamos a inconveniência daquilo que se tratava, contrariamente ao que ainda há tão pouco tempo tínhamos acordado e apenas três meses depois da eleição do Presidente da República. Em que posição ficava este?

Salazar concordou prontamente e logo ali se concertou a contra-ofensiva a desencadear. Ele próprio, no discurso de abertura do Congresso, desautorizaria tal combinação. Depois competir-me-ia a mim, no discurso que estava aprazado a proferir numa sessão plenária, definir a doutrina da União Nacional. E pedir-se-ia ao Dr. Joaquim Diniz da Fonseca para apresentar na secção de Estudos Políticos uma tese cujas conclusões viessem a figurar nas do Congresso.

Isso combinado, fomos ao trabalho. Escrevi o meu discurso cujas linhas gerais comuniquei a Salazar e este afirmou que dera à Comissão Executiva da União Nacional as instruções necessárias para que fosse evitada qualquer manifestação inconveniente.

Em 22 de novembro foi aberto o Congresso, em Coimbra, com numerosa concorrência e no meio de grande expectativa. Além do mais, comemoravam-se os 25 anos do regime implantado em 1926 e uma exposição demonstrativa da obra realizada nesse período ilustrava os trabalhos do Congresso.

Por sinal que nessa exposição ocorreu um episódio pitoresco. Os organizadores entenderam que logo na sala de entrada o espaço devia ser dominado por uma grande fotografia de Salazar. Ora, em Coimbra, Salazar tinha de figurar como universitário, com as vestes doutorais, de capelo e borla. O diabo é que ele nunca tinha tirado o retrato assim revestido. Mas os montadores de exposições nunca se atrapalham: como eu tinha um, de corpo inteiro, pediram-se licença para o utilizar substituindo-lhe a cabeça. Assim fizeram e a montagem parecia perfeita. Só que, na ampliação, apareceu Salazar com uma aliança de casamento — a minha... — no dedo anular da mão esquerda. Foi preciso, à última hora, precipitadamente, remediar a imperfeição. No dia da abertura da exposição, Salazar ao deparar com a fotografia, quedou surpreendido. "Mas eu nunca tirei este retrato..." protestava para as pessoas mais próximas. Creio que foi Antônio Lopes Ribeiro que depois lhe contou a história, em segredo. E daí por diante essa fotografia circulou bastante — com o meu corpo e a cabeça dele.

No discurso de abertura do Congresso, feito por Salazar, este tirou partido do fato de há mais de 20 anos não ter voltado a Coimbra, fazendo um resumo dos acontecimentos ocorridos entretanto e que tinham transformado a face do Mundo. Em contraste "nos mesmos 20 anos, neste canto da Península, no largo Atlântico e nos três continentes por onde se estende, Portugal, sem deixar de sentir a ressaca dos temporais, pôde em paz reparar estragos passados, vencer atrasos, consolidar posições, estreitar a solidariedade coletiva, progredir materialmente sem alterar, antes vincando ainda mais, a sua facies moral. Por quê?"

E segue-se a resposta.

A certa altura observa: "O mundo vem sofrendo há muito de uma doença que poderá classificar-se de intolerância em relação à autoridade; e há muito tempo também que lhe vem suportando os efeitos... De queda em queda os Estados modernos vieram a considerar-se tanto mais progressivos quanto mais decapitados, conclusão que, por absurda, deve provir de erro no ponto de partida".

Como via bem a evolução dos acontecimentos! E que diria se assistisse ao que se passou 25 anos depois!

Defendendo a continuidade governativa fez de passagem um cumprimento à Monarquia: "Quando se trate de política a longo prazo — ou seja, de uma idéia de governo que se projeta e há de realizar-se em largo período — tem de reconhecer-se que os regimes monárquicos possuem potencialmente condições superiores às das repúblicas". O que a assistência aplaudiu calorosamente...

Mas depressa regressou à região abstrata dos princípios: "Uma política é em si mesmo um plano, e um plano, mesmo medíocre, é sempre melhor que a falta dele: porque o trabalho certo, com fito determinado, revela-o a experiência superior mesmo aos golpes de gênio esporádico e sem seqüência".

E a dedução prossegue para chegar a uma conclusão: "devemos considerar como a maior virtude do regime poder dotar o País de uma governação estável pela força dos seus princípios e pelo jogo equilibrado das suas instituições".

Mas então a promessa que ele nos tinha feito de "dizer uma palavra" que desautorizasse a manobra monarquista no Congresso? O discurso ia decorrendo e eu não a ouvia. Até que chegou. E dita com a elevação que era seu timbre. Vale a pena reproduzi-la:

"As pessoas estranhas à vida do Estado admirar-se-ão de ouvir, sobretudo da boca de uma pessoa com tão longa permanência no Governo, que o Poder é por essência delicado e frágil e que só se assentar na base de uma larga compreensão e apoio lhe permite manter-se sem violências e trabalhar com eficácia.

"Quando se nos pede que completemos e aperfeiçoemos as instituições que são a essência e estrutura do regime dirige-se-nos um apelo que está na pura lógica das coisas; quando, por minha vez, peço e insisto por que façamos nossos os princípios e os convertamos de convicções em ação prática, defendo que as instituições sem os princípios são corpos sem vida, que não se poderão manter por muito tempo incorruptos e que logo ao perder a vida perdem a ação. Ufanar-se de uma doutrina é apenas alçar uma bandeira; vivê-la intensamente é entrar armado no combate.

"Esta diferenciação entre princípios e instituições pode e deve fazer-se também entre as instituições e os regimes: isso nos evitará muita desilusão e nomeadamente os riscos de cair numa espécie de feiticismo político que dê às fórmulas valor absoluto ou, pelo menos, superior ao que possuem. Não é o momento de me ocupar expressamente da questão posta nalgumas teses apresentadas ao Congresso e que concluem pela Monarquia, e por isso lhes faço apenas uma ligeira referência.

"A Monarquia tem a superioridade real de conter em si própria resolvida — tanto quanto humanamente o pode ser — a questão da estabilidade da chefatura do Estado; mas a Monarquia não é um regime, é apenas uma instituição.

"Como tal, pode coexistir com os regimes mais diversos e de muitas diferentes estruturas e ideologias. E, sendo assim, ela não pode ser só por si a garantia da estabilidade de um regime determinado senão quando é o lógico coroamento das mais instituições do Estado e se apresenta como uma solução tão natural e apta que não é discutida na consciência geral.

"Eis o ponto. Nas dificuldades dos tempos que vivemos as consciências andam absorvidas por problemas de natureza muito diferente: a paz, as questões económicas e sociais não só têm hoje o primado absoluto como exigem em cada País unidade de pensamento e unidade de ação, isto é, a maior coesão nacional, para se lhes encontrarem soluções convenientes. Concluo como quem aconselha: estudemos tudo, mas não nos dividamos em nada".

Mais aplausos coroaram esta passagem. A assistência sob o domínio da presença do orador e do prestígio da sua pessoa e da sua palavra, não se deu conta de que Salazar declarava inoportuna a mudança de regime, terminando por aconselhar que se estudassem os problemas academicamente mas sem que por causa deles se formassem facções.

No dia seguinte havia nova sessão plenária que se realizou no amplo anfiteatro do novo edifício da Faculdade de Letras. A realização do Congresso em Coimbra, permitia, aliás, aos congressistas admirar a profunda renovação que se operara na Universidade. Os velhos edifícios que enxameavam a "alta", encobrindo e desfeiando as nobres construções pombalinas, tinham sido demolidos para em seu lugar serem erguidas modernas instalações das Faculdades e da Biblioteca Geral da Universidade. Dos antigos alunos, alguns deploravam o desaparecimento dos casinhotos insalubres onde pitorescas "repúblicas" tinham existido e de outras edificações que davam ao local o caráter celebrado na literatura e no folclore académicos tradicionais. Mas Salazar visionara no alto da colina sagrada, qual outra Acrópole, o conjunto imponente da nova Universidade e aí a fizera surgir à beira do Paço das Escolas onde D. João III a implantara.

O anfiteatro da Faculdade de Letras era espaçoso e belo. Sob a presidência do Almirante Sarmento Rodrigues cabia-me a mim falar. Já disse que o discurso fora escrito depois de longas conversas mantidas com Salazar durante a crise que sucedera ao falecimento de Carmona. As idéias do meu discurso iam portanto na seqüência das que ele exprimira na véspera. Só que eu as expunha de modo diferente, mais diretamente, com mais clareza também.

Considero esse discurso — que na minha vida pública ficou sendo conhecido pelo *Discurso de Coimbra* — um dos mais felizes de quantos proferi. E fui feliz até na maneira de o proferir. Constantemente cortado por aplausos, ouvi no fim uma ovação do público.

Comecei por recordar o ambiente reinante entre os vencedores por ocasião do movimento militar de 28 de Maio de 1926 que pôs termo à 1ª República e proclamou a Ditadura.

"Quando em 1926 o Exército deu o golpe de Estado todos sabíamos o que não queríamos Não queríamos o regime demagógico em que faltava a autoridade ao Poder, a segurança às pessoas, a paz nas ruas e nos espíritos. Não queríamos a ficção de um governo parlamentar em que uma classe profissional de políticos se arrogava a representação nacional para jogar um jogo de ambições e interesses do qual a Nação estava ausente. Não queríamos a esterilidade de uma política que agitava todos os problemas sem resolver nenhum e nos conduzira à ruína financeira, à miséria econômica, à ineficácia da Administração.

Também sabíamos confusamente o que queríamos: era um regime que nos processos e nos resultados fosse o contrário disto. O que não acertávamos sempre era com a maneira de atingir esse desejo.

Tomei parte em muitas reuniões e conciliábulos dos primeiros tempos da Ditadura Militar. Assisti ao fazer e desfazer de muitos planos e programas. Vi surgir e desaparecer muitos homens que se julgavam providenciais. Cheguei a descrer de que, por falta de idéias assentes e de comando firme, se fosse até ao fim. Presto homenagem agora aos homens, mais velhos do que eu, que por então não desesperaram. Sobretudo à geração dos tenentes que teve de tomar conta de tudo — desde as administrações dos concelhos aos gabinetes ministeriais, passando pelas prevenções dos quartéis — e que com a sua fidelíssima tenacidade, em certos momentos mesmo com a sua esperança cega e inquebrantável, tornou possível que um dia Salazar fosse chamado em condições de poder salvar o País.

Eram muitos aqueles que de início apoiavam Salazar? Não eram. A oposição ao Governo, forte e aguerrida, redobrou de atividade quando viu que tinha homem pela frente. E dentro da Ditadura, nos meios militares e civis, não faltavam os descrentes e os concorrentes. Salazar teve de ir pouco a pouco conquistando a Nação, com a manifesta sinceridade dos seus atos, com a cristalina clareza dos seus discursos e das suas notas oficiosas, com a honestidade comprovada dos seus resultados. Mais do que ao apoio das pessoas que se entretinham a falar de política, o sucesso de Salazar deve-se à clarividência do General Carmona e à confiança que o Ministro soube captar da massa anônima que por esse País fora trabalha, sofre — e paga contribuições!

Salazar pôde, pois, lançar os alicerces de uma estrutura política que se integra na série de grandes experiências de adaptação do Estado moderno às novas condições de vida social características da época que tem o seu começo com a deflagração da guerra de 1914-18. A esta estrutura, que lentamente se tem vindo a formar e consolidar de 1932 para cá sobre os alicerces da Ditadura, é que chamamos *Estado Novo.*"

Depois inventariei os resultados positivos que no novo regime se tinham conseguido, passando seguidamente a ocupar-me "das mais importantes críticas e apreensões" suscitadas pelo regime nos seus partidários. E logo à cabeça enfrentei a questão capital: que sucederá ao Estado Novo no dia em que Salazar deixar de exercer a Presidência do Conselho?

Eis como tratei do assunto:

"Por muito que ela nos desagrade, a hipótese é inevitável: Salazar não é imortal. Ora o Presidente do Conselho lançou os alicerces do Estado Novo; delineou, depois, em discursos memoráveis, o seu projeto; a através de duas dezenas de anos, pelo meio de graves vicissitudes, tem-no procurado realizar. Pelos direitos de autoria, pelo capital de experiência acumulado, pela inegável superioridade intelectual, pela admirável clareza de visão, pelos títulos irrecusáveis que tem à gratidão de todos os portugueses, Salazar não é no Estado Novo apenas um Primeiro-Ministro· é um Chefe e um Mestre.

Resulta daí que insensivelmente todas as instituições do Estado Novo passaram a gravitar em seu redor. Ele é o árbitro de todas as dúvidas e o oráculo de todas as soluções. Para quem conhece a sua prudência, o seu equilíbrio e o seu espírito de justiça, não é de admirar que assim suceda, não por preguiça ou renúncia dos seus colaboradores mas, geralmente, por apelo de última instância de quantos se vêem a braços com uma grave dificuldade, enleados nalguma dessas teias que a tendência invasora do Estado ou a subtileza arguta da burocracia todos os dias lançam sobre as iniciativas individuais.

Assim nos fomos habituando a ver em Salazar a personificação da autoridade do Estado Novo e o chefe que nos une, nos arbitra e nos conduz. Como se passarão as coisas para a sua sucessão em circunstâncias normais? O que consideramos virtudes do Estado Novo não será apenas a projeção do talento político de Salazar? O Estado Novo será verdadeiramente um regime — ou não será mais do que o conjunto das condições adequadas ao exercício do Poder por um homem de excepcional capacidade governativa?

Eis as dúvidas que temos visto formuladas por muitos e que mais ou menos pairam no espírito de todos.

Não é segredo para ninguém que para ir ao encontro da sua solução me bati, desde 1947, pela eleição de Salazar para a Presidência da República. A nossa Constituição criou sabiamente um sistema de governo a que mais de uma vez tenho chamado de *presidencialismo bicéfalo*. Esse sistema permite que a obra do Chefe do Estado seja continuada pelo seu Chefe do Governo, ou, ao contrário, que o Chefe do Estado assegure, pelo acerto da escolha do sucessor, a continuidade da política representada por um Presidente do Conselho substituído.

A eleição de Salazar para a suprema magistratura da Nação permitiria que ele mesmo presidisse à sua substituição na chefia do Governo, e assim habituasse o País a ver na Presidência do Conselho um homem comum, ainda que experiente, sabedor e devotado ao bem público.

Salazar não entendeu do mesmo modo e deu-nos ensejo a que fosse escolhido para a Presidência da República quem pela sua vida impecável, comprovada devoção nacionalista, prática dos homens, segura prudência e inteligência realista constitui hoje penhor de que o pensamento e a obra do Estado Novo hão de continuar no rumo certo. [1]

Eu creio, meus senhores, que a gigantesca personalidade de Salazar, longe de ser um perigo para o futuro do regime, é e será sempre um patrimônio moral inestimável de que devemos orgulhar-nos e que em todos os tempos há de representar para os seus continuadores a mais nobre e eloqüente das lições e o mais estimulante e fecundo dos exemplos.

A continuação do Estado Novo para além de Salazar não constitui problema justamente porque existe a sua doutrina e a sua obra, doutrina e obra que lançaram as bases sólidas de um sistema e que educaram já toda uma geração. E no dia — que Deus permita venha longe! — em que os desígnios de Deus impuserem que outro homem tome o seu lugar, tenho a firme esperança de que o Estado Novo se manterá sem custo no rumo traçado, desde que os nacionalistas portugueses, fiéis à inapreciável orientação recebida durante tantos anos de governo da Inteligência, sejam capazes de, nessas horas necessariamente críticas, praticar três virtudes pessoais e políticas: união, serenidade e... juízo!"

Mas a seguir entrei a fundo no problema do regime. Diziam-me depois pessoas que faziam parte do auditório que a sua respiração ficou suspensa... A atenção era tão concentrada que no silêncio da sala podia ser ouvido o vôo de uma mosca... Silêncio só perturbado, quando a alturas tantas um professor de Direito de Coimbra, conheci-

(1) Referência ao General Francisco Higino Craveiro Lopes.

do pelas suas exaltadas convicções monárquicas e que estava sentado na primeira fila, se levantou e saiu. Mas foi um gesto isolado que, aliás, o professor depois me veio explicar com um pretexto qualquer...

Que disse eu? Procurei demonstrar que as formas monárquica ou republicana de regime tinham perdido no mundo moderno o valor que revestiam tempos atrás: "nesta dolorosa concepção de um Mundo novo em que a Humanidade angustiosamente se debate, as formas de regime são importantíssimas, mas as formas de regime que hoje constituem a armadura de defesa da nossa Civilização e o instrumento de realização das reformas sociais necessárias já não são as formas clássicas".

"Os reis que não reinam nem governam e se limitam ao papel de símbolos; as repúblicas onde impera um caudilho ou comanda uma oligarquia, não correspondem às idéias que consagraram outrora nas mentes e nos corações os regimes por que se bateram e morreram tantos homens. O que nos interessa saber é se o governo de uma Nação obedece efetivamente a um chefe ou se está dissolvido na competição dos interesses e dos partidos. A história está a gerar novos regimes de governo por um só, diferentes das monarquias antigas cuja estrutura social obedeceu a condições de vida muito diversas das atuais. E é preciso ter sempre presente que a Monarquia não é só um chefe de Estado vitalício e hereditário; este tende a corresponder ao remate de toda uma organização social e política sem a qual a contradição das instituições torna inevitavelmente precária a posição do monarca".

Foi este tema que desenvolvi, sempre no plano dos princípios, para chamar às realidades tantas pessoas que, por mera nostalgia do passado e fidelidade sentimental, propendiam para uma solução política desajustada das circunstâncias do tempo e lugar.

Tenho a consciência de que tratei do assunto com elevação e até com delicadeza, defendendo a manutenção do regime que tínhamos e procurando tranqüilizar os seus partidários sobre o ponto mais preocupante que era o da sucessão de Salazar no dia em que este desaparecesse.

Ao terminar o discurso que, como disse, foi ovacionado, não me faltaram cumprimentos e felicitações. Mas um quarto de hora depois já pelos corredores os promotores da manifestação monárquica exibiam a sua irritação e espalhavam entre os presentes comentários desprimorosos para mim.

O caso é que conseguiram fazer prevalecer no seguimento dos trabalhos do Congresso a sua atitude hostil a mim e aos meus amigos. Tive dificuldades na condução da secção da Juventude a que presidia e na comissão encarregada de formular as conclusões onde, natural-

mente, com os meus amigos, procurei evitar que transparecessem as intenções do grupo, só com o apelo a Salazar pelo telefone se conseguiu vencer a resistência dos representantes da cabala.

A irritação dessa facção cresceu ainda mais com as declarações que Craveiro Lopes fez, no decurso do Congresso, numa visita ao Porto. O Presidente foi lá entregar nessa altura a espada de honra que a cidade oferecera a seu Pai quando este, como general, comandara a divisão militar com sede na cidade. O General João Carlos Craveiro Lopes — que conheci muito bem e que era em muitos aspectos, como homem do mundo e *bon vivant*, a antítese do filho — deixara, por morte, o legado da espada à cidade que lha ofertara. E o Presidente da República aproveitou o ensejo de cumprir a vontade paterna para declarar solenemente que ao tomar posse do seu cargo jurara fidelidade à Constituição da República e que nada o afastaria do compromisso tomado.

Não assisti à sessão de encerramento do Congresso e regressei a Lisboa. Mas já na capital estava lançada uma campanha contra mim, que na imprensa onde havia jornalistas monárquicos e no semanário *O Debate*, órgão da Causa Monárquica, encontrou prontamente eco. *O Debate* desbocou-se mesmo nos ataques que a censura teve de moderar por ordem do próprio Salazar. Dois opúsculos foram publicados a injuriar-me, pretendendo destruir a argumentação do meu discurso.

Salazar sabia a orientação que eu ia dar ao discurso e conhecia os tópicos principais que lhe tinha comunicado em conversa, mas não lera o texto. Logo após o meu regresso de Coimbra mandei-lho. Ele seguira, depois da sessão em que discursara, para Santa Comba Dão, onde ficou um dia, antes de voltar para Lisboa e logo lhe chegou aos ouvidos o clamor contra a minha intervenção. Chegado a casa telefonou-me a saber o que se passara, e em 26 de novembro escreveu-me:

"Quando falamos pelo telefone eu tinha dado ao discurso o que se chama uma vista de olhos, insuficiente para um juízo seguro, tanto mais que na minha passagem por Coimbra logo recebi a informação de que, em setor mais extremista, o discurso ou algumas palavras dele não tinham caído bem. Li-o depois com atenção. Gostei muito dele, da clareza e sinceridade de toda a exposição e não atino com os motivos da reação que me dizem ter havido. Só encontrei duas frases cuja generalidade podia ter sido limitada por um advérbio ou por uma locução qualquer que lhe tirassem o significado de uma atitude mental ou política definitiva e ne varietur, *quando muito facilmente a podia referir ao momento ou às condições atuais. Se não foi isto, o que terão encontrado no discurso digno de crítica? Por mim achei-o dos melhores, dos mais claros e objetivos que se lhe devem, e tenho*

encontrado em pessoas de cabeça com quem já pude falar, a mesma impressão. Enfim, não se pode neste mundo de Cristo agradar a toda a gente. Foi em todo o caso um ótimo serviço prestado ao Congresso e à União Nacional. Por todos os seus trabalhos e incômodos lhe envio os melhores agradecimentos e sinceras felicitações. Com afetuosos cumprimentos, Oliveira Salazar".

Repare-se que os cumprimentos voltam a ser "afetuosos": sabe que estou a ser alvejado pelos meus inimigos, toda a carta se destina a dar-me a sua solidariedade amiga.

A campanha então desencadeada contra mim produziu os seus efeitos durante bastante anos. A maior parte das pessoas não ouvira o discurso, ou esquecera-se dele, não o lera, ou tinha-o lido sem atenção, de modo que sendo desconhecido o que eu dissera, julgava-se que eu proferira nele invetivas ou doestos, ou que exaltara aquilo que antes me tinham ouvido condenar. Quando, anos depois, o discurso foi publicado no meu livro *Páginas Inoportunas* inúmeras pessoas se me dirigiram a confessar que tinham feito dele um juízo completamente diferente segundo o que haviam escutado de outros, e que afinal o discurso era corretíssimo e sensato, merecedor de acordo e de aplauso.

Craveiro Lopes foi envolvido na mesma onda de intriga denegridora. É fato que a sua maneira de ser, muito seca no trato, muito rígida no protocolo, não lhe concitou simpatias. Mas o pior ambiente foi-lhe criado pelo grupo que era então poderoso e influente, de grande capacidade de intriga, formado pelos monárquicos restauracionistas.

A essa intriga se deveu ainda um incrível incidente, quando em 1960 eu era Reitor da Universidade de Lisboa, provocado por uma agressiva moção vinda de professores de Coimbra, justamente daqueles que haviam constituído o secretariado do Congresso da União Nacional ou eram do grupo deles.

Mas a vida ia seguindo... Na Faculdade de Direito, regendo a cadeira de Direito Constitucional, eu procurava elucidar os meus alunos sobre os problemas políticos contemporâneos e aí aprofundei o estudo das formas políticas, distinguindo sistemas de governo, regimes e instituições. Na Câmara Corporativa o trabalho não faltava.

Em abril de 1952 os meus amigos de Braga convidaram-me a proferir uma conferência em certa instituição cultural da cidade e aí, sob a presidência do próprio Arcebispo-Primaz e com a assistência do escol intelectual da terra, falei sobre *A legitimidade dos governantes à luz da doutrina cristã.* Nessa conferência, que também foi inserta nas *Páginas Inoportunas,* procurei demonstrar a neutralidade da Igreja em relação aos regimes políticos e como são aceites várias

formas de legitimação dos governantes quanto ao título, e a importância que reveste a legitimação do Poder pelo seu exercício justo e conforme ao bem comum.

Foi reconfortante encontrar reunidos à minha volta, nessa cidade tão tradicionalista, muitos amigos que não perderam o ensejo de procurar reparar por vários modos a injusta campanha que me era movida.

Em fins desse mês voltei à Espanha (onde já estivera em dezembro anterior) a fim de fazer uma conferência em Múrcia. No regresso tomei parte na reunião dos professores de Direito Administrativo de toda a Espanha, em Sevilha, para que fora especialmente convidado, e durante a qual se prestou homenagem ao meu querido amigo D. José Gascón y Marin que celebrava os 50 anos da sua atividade docente. Tanto eu como minha mulher nos vimos cercados em toda a parte de carinhosa amizade.

Tudo isto me ia dando coragem para suportar a persistente campanha, em que não faltavam as insídias e desconsiderações pessoais, que prosseguia do lado monárquico. Mas a principal desautorização dessa campanha veio com a minha nomeação, pelo Presidente Craveiro Lopes, para membro vitalício do Conselho de Estado, por Decreto de 21 de julho de 1952. Sendo, na qualidade de Presidente da Câmara Corporativa, membro nato do Conselho, a designação como conselheiro vitalício só podia ter o significado que todos lhe deram: uma prova de consideração e de confiança que, embora provinda do Presidente da República, se sabia ter necessariamente o acordo do Presidente do Conselho, se é que não foi dele a iniciativa.

O Conselho de Estado era o órgão que constitucionalmente devia assistir o Presidente da República no exercício dos seus poderes e que este tinha a faculdade de consultar sempre que estivessem em causa graves problemas nacionais.

Carmona só o convocava nos casos em que a Constituição exigia que emitisse parecer. E essa foi também a orientação do Presidente Américo Tomaz. Só Craveiro Lopes o reuniu mais vezes e, como terei ocasião de narrar, o quis ouvir sobre questões importantes, como a defesa do Estado da Índia.

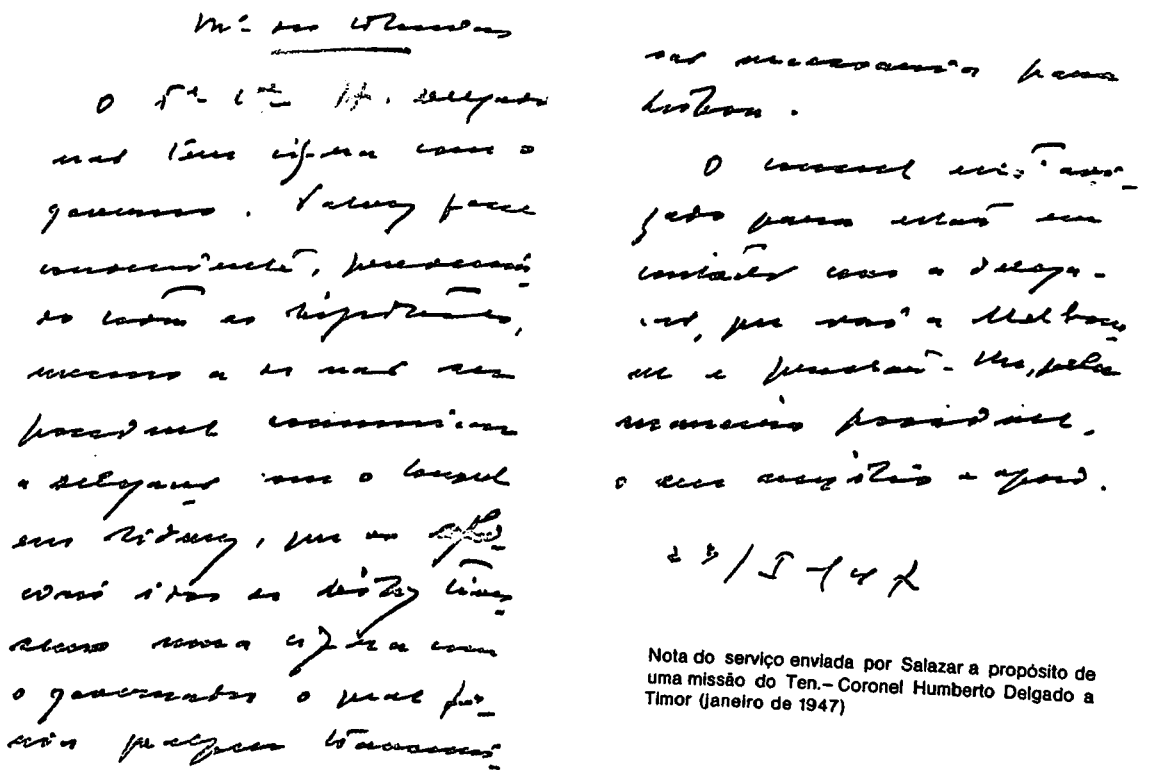
59

No mês de setembro de 1952 fui surpreendido, quando estava gozando as minhas férias, pelo convite para ir até Moçambique a fim de, representando o Governo Português, presidir a um Congresso Internacional de Turismo Africano.

Aceitei porque era um ensejo de tornar à África. E lá fui, viajando pela primeira vez de Lisboa a Johanesburgo de avião. Era um DC-4, salvo erro, da Pan American, que fez o percurso em 36 horas com escalas freqüentes. Hoje tal duração parece um exagero, um sacrifício imenso e insuportável: mas naquele tempo, lembrando-nos dos 30 dias que gastava o navio a fazer a viagem de Lisboa a Lourenço Marques, íamos maravilhados. Comigo seguia um grupo de portugueses para o Congresso e um secretário meu. Alegremente suportamos os dois dias e a noite em que andamos peregrinando pelos céus de África e pousando em aeroportos variados no meio do calor tropical e do pitoresco dos trajes e dos costumes. A escala mais importante foi em Leopoldville onde me esperavam o cônsul de Portugal e alguns amigos com os quais dei uma breve volta pela cidade.

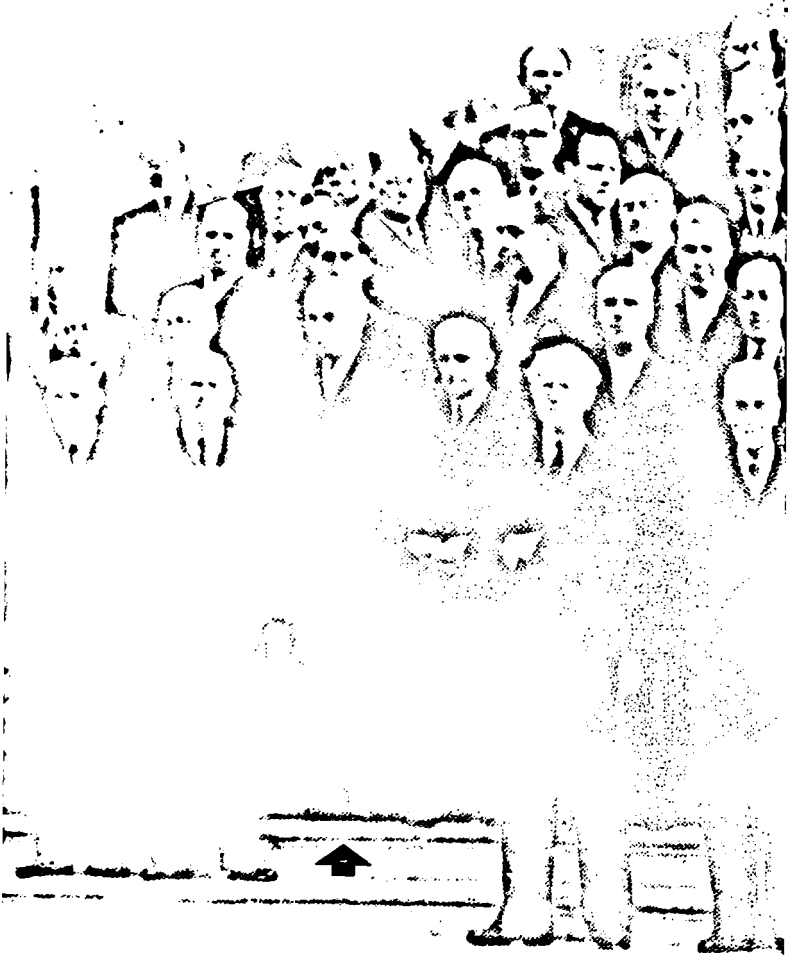
Ao anoitecer do segundo dia chegamos a Johanesburgo. Contra a minha expectativa não estava cansado e custou-me a adormecer no hotel onde passei a noite para na manhã seguinte tomar o avião que me conduziria, num breve salto, a Lourenço Marques.

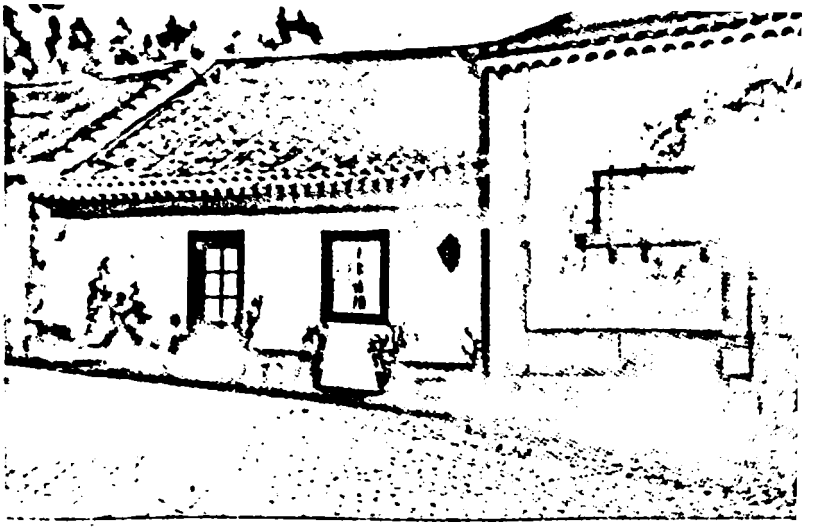
Ao desembarcar encontrei uma recepção calorosa. Protocolarmente o Presidente da Câmara Corporativa era equiparado, para efeito de honras militares e demais cerimonial, ao Presidente do Conselho de Ministros. Mas, para além do protocolo, havia os numerosos amigos que por lá tinha, uns de velha data, outros feitos durante a minha gerência do Ministério das Colônias. O próprio Governador-Geral, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Gabriel Teixeira, fora nomeado para o cargo ainda por mim, transferido do governo de Macau onde, durante a guerra, manobrara no meio de incríveis e constantes dificuldades para poupar o território às conseqüências da luta e até à ocupação japonesa. Marinheiro e madeirense, ambas estas qualidades mar-



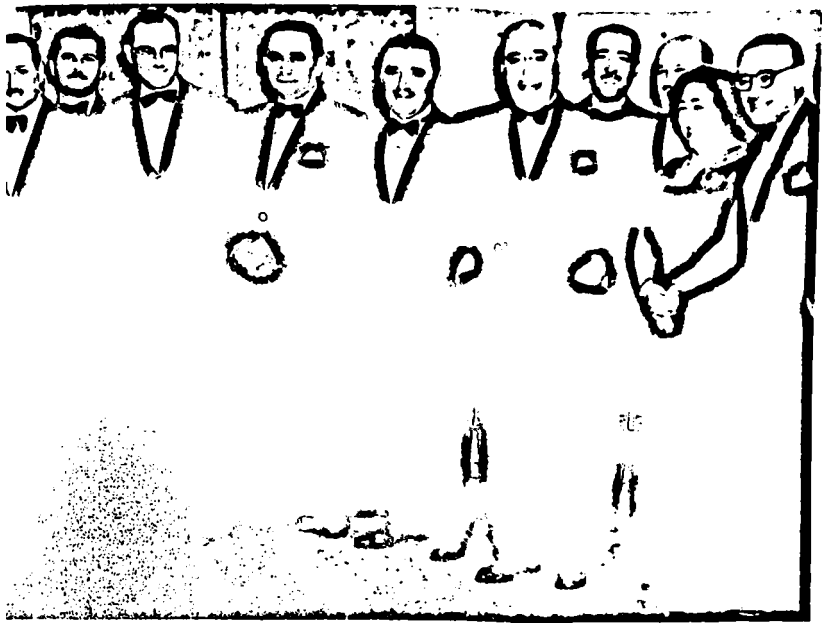
Nota do serviço enviada por Salazar a propósito de uma missão do Ten.-Coronel Humberto Delgado a Timor (janeiro de 1947)

Os antigos Ministros de Salazar cumprimentam-no em 28 de Abril de 1953. No 1.º plano, ao centro, os três únicos Presidentes do Conselho do período de 1930 a 1974: General Domingos de Oliveira, Salazar e Marcelo Caetano. À esquerda de Domingos de Oliveira, Albino dos Reis. À direita de Marcelo Caetano, Caeiro da Mata, João Lumbrales e Mário de Figueiredo. Indicado pela seta, Américo Thomaz.





Residência de Salazar em Santa Comba-Dão



Presidente da Câmara Corporativa, o autor oferece a Café Filho um jantar no Paço de Sintra quando eleito Vice-Presidente da República em 1951 viajou pela Europa. Na foto vê-se, entre Caeiro da Mata e Augusto de Castro e Sra. D. Odette Carvalho e Sousa que então desempenhava as funções de Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa.

Posse do Presidente Craveiro Lopes na Assembleia Nacional.

D. Duarte Nuno de Bragança e D. Maria Francisca de Orleans Bragança. (fotografia dedicada ao autor em 1948, por ocasião da visita feita na Suiça).

O Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira c
ao lado o Cons. Albino dos Reis.

cavam a sua personalidade. Da Marinha guardava certo ar gingão, não sei se adquirido no longo período em que servira no navio-escola, grande veleiro onde se viviam ainda os velhos tempos da navegação dependente do favor dos ventos que era preciso saber aproveitar (e também dominar), demorando em cada viagem muitos dias, por vezes parado pela calmaria e outras suportando tempestades desarvoradoras. Ou talvez não fosse só daí, e também do desejo de se assemelhar ao tipo do marujo corrente na ribeira de Lisboa, com sua camisola de alcache, bem radicado no coração popular. O caso é que o Gabriel Teixeira, alto e esguio, se conhecia de longe pelo andar bamboleante de quem procura sempre equilibrar-se num convés em mar agitado. E a falar... permanecia o filho da ilha da Madeira, nunca tendo perdido o sotaque característico da sua terra. Arrastava um pouco as frases, terminando com um "hein?" prolongado, que era o seu estribilho. Usava uma linguagem direta, incisiva e pitoresca. Conhecia Moçambique palmo a palmo, conversava com brancos e pretos, sabia de toda a gente, era uma figura popular e estimada.

Não estava presente o Cardeal-Arcebispo, D. Teodósio de Gouveia, que mais tarde me explicou a sua ausência dizendo-me que "um Cardeal da Santa Igreja Romana, compreende, não pode passar a vida a receber todo o bicho-careta..." Pobre homem!

O Cardeal também era madeirense, como madeirense era o Secretário-Geral da Província, o meu amigo Dr. Juvenal de Carvalho, que me acompanhou durante a rápida viagem que fiz ao Norte depois do Congresso.

Na linguagem comum as pessoas referiam-se ao Governador-Geral simplificadamente como — "O Geral". — E então corria a anedota do vilão da Madeira que desembarcava em Lourenço Marques e deparava com uma solenidade pública em que estavam as autoridades locais. Ao vê-las, o bom homem arregalava os olhos, benzia-se e exclamava: "O Geral, o Cardeal, o Juvenal... Santo Deus! Estou no Funchal!"

O Congresso que fui presidir reunia representantes governamentais e dos incipientes serviços de turismo de todos os territórios africanos, a maior parte deles ainda dependentes das suas Metrópoles européias. Correu com eficiência e dignidade, embora sem grande interesse; estava-se na fase pioneira. Os delegados, porém, entre os quais abundavam os de língua inglesa, não ocultavam o seu pasmo por duas coisas que durante o tempo verificaram e admiraram em Lourenço Marques: a harmonia entre as raças, traduzida em cordialidade e respeito mútuo, e a segurança pública. Muitos foram os que me disseram que em nenhum outro lugar de África poderiam, como ali, deixar os seus automóveis abertos dia e noite sem perigo de

roubo: pois até fechados eles eram roubados, já então, nos territórios donde provinham...

Era verdade. Não vou garantir que nas relações entre as raças não houvesse porventura muito que aperfeiçoar e que não se produzissem por vezes incidentes penosos. Mas pretos, brancos, indianos, chineses, paquistaneses... conviviam, tratavam entre si, saudavam-se, consideravam-se seres humanos.

À margem do Congresso fui por toda a parte recebido com mostras reconfortantes de simpatia. E impressionou-me o convite para visitar o Centro Associativo dos Negros onde encontrei reunidos uns milhares de homens e mulheres de cor que me saudaram cantando, e vitoriando os oradores que recordavam as demonstrações de amizade que sempre tivera pela sua raça e o grande benefício de, como Ministro, ter suprimido o imposto sobre as mulheres...

As mesmas provas de estima se repetiram na Beira, onde também os mestiços quiseram que visitasse a sede da sua Associação Africana de que fora feito, em 1945, sócio honorário. Ao chegar lá, uma menina, vestida de branco, entregou-me um ramo de flores. Passaram-se anos. Em 1969, em visita oficial à Beira como Presidente do Conselho de Ministros, fui inaugurar a nova sede da Associação, no meio de milhares de associados que entoaram em coro uma das mais belas expressões do hino nacional que me foi dado ouvir. Quando, com dificuldade, consegui penetrar no espaçoso edifício que substituía as acanhadas instalações de outrora, uma menina, também vestida de branco, ofereceu-me um ramo de flores. A mãe que a acompanhava explicou depois: a filha repetia o gesto 17 anos antes praticado por ela. Estava ali, agora casada com o jovem presidente da Associação, a menina que eu conhecera na visita anterior: e recordamos, à vista de uma fotografia, toda a cena passada. Como foi tocante!

A viagem de 1952 foi marcada, como todas as que fiz à África, por episódios enternecedores. Não resisto a contar um. Quando em 1945 andava visitando a colónia, ao passarmos na povoação do Alto Molocué fomos, minha mulher e eu, ver a Maternidade local. Era costume meu passar pelos serviços e locais de utilidade pública, mesmo fora do programa, para verificar como estavam funcionando e como o público (em geral indígena) era atendido. Na Maternidade, que encontrei impecável, tinha nascido naquela madrugada um rapazinho, que a jovem mãe, uma pretinha de grandes olhos onde as pupilas se destacavam nas iris muito brancas, úmidos e doces, me mostrou com enternecido orgulho. E declarou que, em minha homenagem, o menino se chamaria Marcelo. Logo o médico e as enfermeiras decretaram que "o Sr. Ministro seria o padrinho", ao que eu,

naturalmente, aquiesci. Mas a viagem tinha de seguir, deixei ao Administrador o pedido para se pôr em contato comigo para o batismo da criança, e parti. Passaram tempos, já eu tinha deixado há muito o Ministério quando o Administrador me escreveu e logo respondi, mas entretanto o pai da criança, que era funcionário dos Caminhos de Ferro foi transferido e o próprio Administrador transferido foi. De modo que deixei de saber do caso.

Agora, de passagem de Lourenço Marques para a Beira, chego a João Belo e sou recebido por numeroso grupo de residentes. Entre eles um homem de cor, ainda novo, bem trajado, segurando pelas mãos um menino e uma menina. Dirigiu-se-me: era o pai do meu prometido afilhado, colocado naquela cidade e que ainda não batizara o filho, já com os seus sete anos, à espera de que se pudesse cumprir o que fora estabelecido. E lá fomos no dia seguinte batizar solenemente na pia da Sé Catedral aquele menino a quem dei a bênção. Segui a sua vida até 1974: que será agora feito dele? e doutros afilhados da sua cor que na comunhão da fé cristã ficaram em África a selar a minha amizade pelos nativos?

Em Vila Péry tive a grande alegria de visitar dois empreendimentos que haviam sido lançados durante a minha gestão ministerial com ativa participação pessoal: o aproveitamento das quedas do rio Revué e a grande fábrica de fiação e tecelagem de algodão da SOALPO. Tinha sido a propósito da instalação desta fábrica que se levantara o problema da produção da energia elétrica necessária para a indústria e a Sociedade pedira a concessão de um pequeno aproveitamento que lhe desse a eletricidade bastante para fazer funcionar a projetada unidade industrial. Mas eu conhecia Vila Péry — a linda e airosa povoação nascida no planalto do Chimoio, a cavaleiro da linha férrea que da Beira se dirige à Rodésia. A frescura dos seus ares, a amenidade do seu clima, a proximidade de ricas regiões agrícolas, tinham atraído ainda no tempo da Companhia de Moçambique muitos brancos, e vários colégios foram fundados para onde eram encaminhadas as crianças de famílias de colonos estabelecidas em zonas inóspitas.

As águas do Revué constituíam assim elemento precioso para o desenvolvimento regional. Recusei a concessão pedida e promovi a constituição de uma empresa de economia mista — a Hidro-Elétrica do Revué — que fizesse um aproveitamento em grande escala de modo a servir todo o centro do Moçambique. Assim se fez e rapidamente. O Revué forneceu energia para Vila Péry, primeiro, para a cidade da Beira, depois, vitalizando toda a região, e ainda pôde produzir o bastante para vender, durante muitos anos, à Rodésia, energia disponível.

Lá fui ver a barragem — a que os administradores puseram o nome de Salazar, destinando o meu a uma ponte-açude que a completava. Na vida pública colhem-se algumas alegrias: as mais consoladoras resultam de ver realizado, e com utilidade, alguma coisa que se quis pôr de pé e em que se empenharam inteligência e imaginação.

Mas neste ambiente envenenado de 1975 o que valem sonhos de "colonialista"? São crimes, claro...

De Moçambique voltei à África do Sul a fim de, em Johanesburgo, tomar o avião para Leopoldville onde depois apanharia outro que me levasse a Angola, mas desta vez começando a visita pelo Congo Português. Um bimotor oficial foi-me buscar à capital do Congo Belga e depôs-me numa das muitas pistas traçadas na nossa província do Congo para facilitar as comunicações aéreas. Aí me esperava, com sua comitiva, o Governador-Geral de Angola, Capitão José Agapito da Silva Carvalho.

Também este fora para Angola por minha mão. Estivera em tempos em Timor a gerir uma sociedade familiar, com licença ilimitada do Exército. Regressando a Lisboa voltou às fileiras, como capitão da artilharia, atrasado em relação aos seus contemporâneos e estava reunindo as condições de promoção, devendo ingressar em breve no curso exigido aos capitães para serem promovidos aos postos superiores, quando o convidei para ir governar a Província da Huíla da então chamada Colônia de Angola.

Aceitou e seguiu para Sá da Bandeira onde em breve confirmava a sua reputação de homem competente, devotado ao serviço e incansável trabalhador. Quando deixei o Ministério das Colônias disse ao meu sucessor, aliás grande amigo de Silva Carvalho, que era minha intenção fazê-lo vir a Lisboa freqüentar o curso de oficial superior e entretanto observá-lo para eventualmente o nomear governador-geral de Angola. Teófilo Duarte, o novo Ministro, rejubilou com esta informação, mas não deixou que o amigo fosse à Metrópole — "era muito preciso na Huíla" — e quando vagou o governo-geral nomeou-o logo, fazendo-o seguir de Sá da Bandeira para Luanda sem sequer passar por Lisboa para tomar posse e tomar contato com o Ministério.

Baixo, trigueiro, vestido sempre com a simplicidade de homem de campo, "o Governador Agapito" como era conhecido em Angola, tomou conta do governo no momento em que a alta do preço do café no mercado mundial favoreceu por forma espetacular a economia angolana.

Vendia-se todo o café produzido nas safras e todo o que estava em estoque dos anos anteriores e o dinheiro jorrou sobre Angola: um vento de prosperidade animou iniciativas públicas e privadas, e o que sete anos antes se media parcimoniosamente por milhares de

escudos passou a contar-se folgadamente aos milhões. Desta riqueza beneficiaram brancos e pretos. Justamente no Congo Português eram numerosos os produtores nativos de café, muitos dos quais não sabiam que fazer ao dinheiro: edificaram casas, alargaram plantações, botaram automóvel ,e contavam-se casos pitorescos como os daqueles que compraram geladeiras sem saber como fazê-las funcionar, apenas seduzidos pela boniteza do móvel. Outros esbanjaram-no em cachaça e em farras à sua maneira. Era um delírio.

O Governador Agapito aproveitou a viração que beneficiava as finanças públicas e meteu-se ao trabalho. Viam-no por toda a parte a traçar projetos, a fiscalizar obras, a incentivar funcionários. Onde iam os modestos 250.000 contos que em 1945 laboriosamente eu conseguira para o Fundo de Fomento, limitados não só pela dificuldade de captação como pela capacidade de dispêndio dos serviços técnicos existentes! Silva Carvalho não era uma inteligência superior, não teria visão acima do normal, não possuía o estofo próprio dos grandes governantes, mas parando pouco no gabinete e percorrendo incessantemente a Colônia, foi o "mestre de obras" oportuno para aquela hora em que o principal era ainda construir infraestruturas.

E pertence-lhe, no campo da colonização, o mérito da criação dos colonatos. Aproveitando largamente a maquinaria para preparar terras aptas para a cultura, procurou fixar a agricultura nativa, tradicionalmente divagante e extensiva, de fraca produtividade, instituindo cooperativas de agricultores estabelecidos em colonatos indígenas que os serviços governamentais apoiavam e orientavam com carinho. E, ao mesmo tempo, lançavam-se outros colonatos com agricultores vindos da Europa, dos quais o mais importante foi o da Cela, grande realização para povoamento de uma região de boas terras e bom clima que jazia sem habitantes e sem cultura.

Foi no seu tempo igualmente que se começaram a construir as grandes barragens do Cunene, a do Biopio no rio Catumbela, e se concluiu a das Mabubas, no rio Dande, perto de Luanda. É a época em que se alarga a bitola dos caminhos de ferro de Luanda e de Moçâmedes e se prolonga a linha deste até Serpa Pinto. Rasgam-se pistas para aterragem de aviões ligeiros por toda a parte, constroem-se ou melhoram-se aeroportos e portos marítimos.

Muitas dessas obras tinham sido projetadas ou iniciadas anteriormente, mas o governo de Silva Carvalho marca uma aceleração de ritmo da sua realização.

Testemunho do progresso galopante de Angola, já então, era o caso da povoação do Uíge, transformado em cidade de Carmona. Cheguei lá ao fim da tarde, depois de percorrer quilômetros e quilômetros de estrada nas serras, pelo meio dos cafezais que, por sorte extraordinária, nesse dia estavam em flor. O cafezeiro em Angola

era cultivado à sombra, debaixo de florestas de altas árvores, debastadas para dar lugar aos arbustos que cresciam e frutificavam num ambiente quente, úmido e ensombrado, onde reinava um grande silêncio de paz. As flores, que permanecem brevíssimas horas abertas, exalavam um perfume inebriante. Parecia uma viagem de sonho. Às tantas passamos no N'gage, onde anos atrás havia apenas um cruzamento de estradas com algumas hospedarias para os camionistas e oficinas para a manutenção dos caminhões. Agora continuava a ser, no tempo da safra, um animado entroncamento, cheio de movimento e de vida, com numerosos estabelecimentos e bares, numa atmosfera de *Far-West* excitante e divertida. Tornara-se povoação importante com cada vez mais habitantes e mais rico comércio e indústria.

Mas Carmona... Tinha sido ali sete anos antes a modesta sede de circunscrição de Uíge — uma rua larga tendo ao topo o edifício oficial, ladeada das residências dos funcionários e uma ou outra loja. Em pouco tempo o milagre produzira-se. abriram-se ruas e avenidas, surgiram parques, acorreu gente, as casas multiplicaram-se e tornara-se a capital do café.

Em 1945 eu decidira separar as sedes das províncias do Sul do Save e do Congo das capitais das colônias de Moçambique e de Angola com as quais até aí eram coincidentes. No Sul do Save foi, como já narrei, a sede da província transferida para Inhambane, velha cidade que a retirada dos serviços administrativos fizera entrar em decadência e que, com o regresso deles, tomou novo elan. No Congo veio a sede da província de Luanda para Uíge (hesitou-se na altura entre esta povoação e o N'gage) e, coincidindo a promoção administrativa com o surto de prosperidade econômica da região, logo a vila pulou e se expandiu, engrandeceu e tornou cidade.

Um cortejo automóvel aguardou-me uns quilômetros antes e foi com essa escolta de fazendeiros e comerciantes que entrei na terra. Já em Inhambane as manifestações de gratidão tinham sido entusiásticas — e ruidosas! Aqui o alvoroço não foi tamanho mas era recordado em cada conversa ter sido eu "o verdadeiro fundador da cidade". Exagero, evidentemente.

Não vale a pena descrever com minúcia o que foi essa viagem por Angola, assim como me limitei a dar breves notas da passagem por Moçambique. Apenas quero registrar a surpresa causada pelos progressos que em ambas as costas vi realizados. Ouvia-se mais tarde que só depois de 1961 se tinha cuidado a sério do fomento dos dois grandes territórios. Nada mais errado, nem mais injusto. As pessoas em geral não fazem idéia de quanto são penosos os primeiros passos no desbravamento, no aproveitamento, no povoamento de um território onde tudo falta. E não sabem que o desenvolvimento é uma roda

que, posta girar por quem saiba, vai acelerando cada vez mais o movimento: a riqueza gera nova riqueza — assim como da pobreza resignada não sai senão mais pobreza. Em 1961, quando eclodiu o terrorismo em Angola, a roda estava a girar: entrava-se na fase em que os colonos acorriam espontaneamente, e os que lá estavam bem sucedidos chamavam da Metrópole, para os ajudar, parentes, vizinhos e amigos. Da necessidade de dar combate ao terrorismo resultou, sem dúvida, a consciência de novos investimentos a fazer, mas que as finanças locais já então podiam ir custeando facilmente. E resultaram as obras lançadas por exigência do policiamento e da ação militar, por vezes com bastante improviso e esbanjamento, mas que ficaram para utilidade geral... até à estúpida destruição que a descolonização criminosa levada a cabo por traidores, provocou para desgraça de todos.

Como no Brasil me tenho lembrado de Angola e Moçambique! Havia, decerto, vastas áreas ainda por aproveitar, como em toda a África e na América do Sul. Mas multiplicavam-se as cidades, traçadas segundo planos bem concebidos e rivalizando entre si em ordem e beleza. Desenvolviam-se os serviços no atendimento da população. Acorriam os capitais a valorizar as riquezas naturais. Não paravam as obras que de ano para ano tornavam as comunicações mais fáceis, a economia mais rentável, a vida humana mais agradável. Erguiam-se fábricas, arquitetonicamente belas e funcionais, bem equipadas e com modelares instalações para o pessoal.

Que novos Brasis, onde o convívio fraterno das raças florescesse, nasceriam dali, se o Mundo inteiro, enlouquecido por falsas concepções ou manobrado por ambições desmedidas, não se tivesse atravessado no nosso caminho, provocando a traição dos que deviam servir a sua Pátria e desfazendo em sangue, ruínas e lama a obra de gerações!

Na idéia de gozar umas curtas férias, regressei a Lisboa por mar. Sempre adorara as viagens marítimas e a vida de paquete. Mas verifiquei então como o avião destruíra o prazer outrora dado pelo navio, aquela pachorra de ver dobar os dias iguais na rotina de bordo, com as conversas e os jogos de convés, os rituais da sala de jantar, os saraus dos serões... Uma impaciência de chegar, de rever os meus, de reingressar nas atividades que deixara, exasperava-me os nervos; pensava que ia ali a perder tempo quando em algumas horas poderia ter vencido a mesma distância por ar. Nem a simpatia dos companheiros de viagem, nem as amabilidades do velho comandante, cortejador de donzelas e promotor de reuniões privadas com declamação de poesias, nada disso me consolava da demora. E foi com jubilo intenso que cheguei a casa, reencontrei minha mulher e meus filhos e no dia seguinte tornei à Faculdade e à Câmara Corporativa.

60

Ao partir para África deixara a Câmara Corporativa ocupada com o estudo do projeto do I Plano de Fomento que o Governo para lá tinha enviado pouco antes.

O Plano, que vigorou do 1º de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1958 — durante seis anos civis, portanto — previa investimentos públicos e privados na Agricultura, na Eletricidade e Indústria, nas Comunicações e Transportes e para o Ensino Técnico, na Metrópole, disciplinando também, numa segunda parte, os investimentos no Ultramar.

A apreciação do projeto interessava a quase todas as secções da Câmara, onde empresários, trabalhadores, técnicos, economistas e políticos teriam ensejo de se pronunciar. Determinei, portanto, nos termos regimentais, que sobre cada capítulo do projeto proferissem as secções competentes os seus pareceres subsidiários, de modo a habilitar os dois relatores-gerais, um para a Metrópole e outro para o Ultramar, a elaborar o parecer final.

O relator da parte relativa à Metrópole foi o Engº José do Nascimento Ferreira Dias, antigo Subsecretário de Estado da Indústria, professor de Eletrotecnia, economista distinto e brilhante escritor. No Governo devera-se-lhe o primeiro grande impulso dado à eletrificação e à industrialização do País. Tinham sido suas as propostas de lei, formalmente apresentadas pelo Ministro Rafael Duque à Assembléia Nacional, sobre esses dois grandes problemas da economia portuguesa. As propostas, apreciadas profundamente na Câmara Corporativa e discutidas e votadas na Assembléia Nacional em 1944, constituíram durante muitos anos a base da política industrial e de eletricidade levada a cabo perseverantemente pelos governos.

Mas, fora do Governo, Ferreira Dias era o autor de um livro cuja publicação tinha sido saudada como acontecimento sensacional — *Linha de Rumo* — que constituiria por muito tempo a bíblia dos tecnocratas portugueses. Muito bem escrito, cheio de observações sagazes e de críticas vivas, propugnando soluções audaciosas e urgentes, o livro de Ferreira Dias veio inserir-se numa tradição de litera-

tura econômica onde a ciência e técnica não dispensavam as galas de uma linguagem elegante e persuasiva, e que a partir de Oliveira Martins, passando por Anselmo de Andrade, tinha tido cultores ilustres em Ezequiel de Campos, Oliveira Salazar, Fernando Emídio da Silva, Armindo Monteiro e outros.

No meu regresso a Lisboa estavam em vias de conclusão os trabalhos da Câmara Corporativa sobre o Plano, aos quais pude dar uma achega com as observações colhidas e as exposições ouvidas durante a minha viagem por Moçambique e Angola.

O Parecer da Câmara constituiu um estudo magnífico, quer nos aspectos setoriais tratados nos pareceres subsidiários, quer nos relatos globais redigidos por mãos de mestres.

Começou assim a era do planeamento moderno em Portugal.

A idéia de uma disciplina em conjunto das despesas de fomento já fora expressa em 1935 na chamada "Lei de reconstituição econômica". Mas não era um plano — embora na Câmara Corporativa houvesse quem logo então o reclamasse. A Lei limitava-se a uma indicação das aplicações prioritárias dos recursos do Estado, sobretudo para discriminar as aplicações reprodutivas que justificariam o apelo ao crédito público.

Ao longo da sua vigência foram lançados numerosos planos parciais, que em certa ocasião denominei "planos administrativos". Foi o caso, em 1937, do plano de remodelação da rede das telecomunicações, em 1938 do plano de fomento hidroagrícola; nesse mesmo ano de 1938 é aprovado o plano de fomento florestal; e em 1939, o plano de fomento mineiro.

Depois meteu-se a guerra mundial. Já em anos anteriores o Governo fizera o enorme esforço da reconstituição da Marinha de Guerra, reduzida em 1926 a alguns velhos navios sem capacidade operacional e que nem para instrução de pessoal serviam. E empreendeu-se a reorganização, o rearmamento e o equipamento do Exército, que com a guerra e graças ao apoio britânico tiveram enorme impulso. A guerra desviou as atenções do fomento, que ia seguindo como podia ser, para concentrar todo o esforço dos governantes nos problemas da sobrevivência e da defesa diplomática e militar.

Mas já no ano de 1944 as preocupações do fomento econômico e social tornam a ter lugar de destaque. Como atrás anotei, foram nesse ano publicadas as Leis de Fomento Industrial e de Eletrificação Nacional que o Governo logo começou a executar. E nesse mesmo ano saíam o plano de abastecimento de água às sedes dos concelhos e a 2ª fase do plano portuário traçado em 1929.

São de 1945 os planos rodoviário e de renovação da marinha mercante.

Recapitulo estes fatos porque leio atualmente, com freqüência, críticas ao Dr. Salazar, às vezes não mal intencionadas mas apenas levianas, por carência de informação, acusando-o de não ter dado a devida atenção ao desenvolvimento da economia portuguesa e particularmente à industrialização do País. Que flagrante injustiça!

Essas pessoas ignoram ou esquecem que o País em 1928 carecia praticamente de todo o equipamento que já nessa altura era a base de qualquer atividade econômica de razoável dimensão.

Foi preciso fazer tudo desde a raiz, porque mesmo o que anteriormente fora construído — estradas e portos, por exemplo — estava em ruínas.

Podem os loucos que em certa altura se apoderaram do País pretender apagar da História por todas as maneiras o nome de Salazar e a lembrança da sua época. Mas a verdade é que, do Norte ao Sul de Portugal é raro que esteja feita alguma coisa de utilidade pública ou mesmo nascida da iniciativa privada que não date do período compreendido entre 1926 e 1974.

Mesmo para realizarem a sua obra de destruição e de abjeção têm de recorrer às obras e realizações desse período, sem o que pouco haveria para destruir ou para emporcalhar.

E não são só grandes realizações — edifícios dignos, bairros de casas econômicas, auto-estradas, portos e aeroportos, frota mercante e aérea, obras de rega, barragens destinadas a aproveitar, para produção de energia e para rega, sistemas hidrográficos inteiros, florestas plantadas, indústrias de dimensão européia, cidades ampliadas segundo os bons cânones urbanísticos, escolas semeadas por toda a parte... — não é só isso: são os muitos milhares de pequenos melhoramentos rurais que permitiram a também milhares de povoações ir substituindo as fontes de chafurdo por captações de água encaminhada para chafarizes públicos ou redes domiciliárias, eletrificar-se num ritmo cada vez mais acelerado, fazer obras de saneamento, construir mercados e matadouros, ampliar e manter a rede das suas comunicações...

Ainda havia em 1974 aldeias a que faltavam todas ou algumas dessas comodidades?

Sei que depois do famigerado 25 de Abril foram passados documentários na TV portuguesa a mostrar alguns casos — onde, aliás, havia o cuidado de ocultar alguma coisa que estivesse feita, para só mostrar carências.

Mas o País inteiro sabe que se trabalhou incessantemente, sobretudo de 1930 em diante, ano em que foi estabelecido o sistema da comparticipação do Estado nas obras e melhoramentos a cargo dos municípios, na resolução desses problemas.

Atendeu-se primeiro às cidades e vilas, depois às aldeias maiores. Chegando-se aos pequeníssimos povoados resultantes de um tipo de povoamento disperso, às vezes isolados no meio de serranias, a ação tinha de ser mais lenta. E ultimamente, quando a migração para as cidades ou a emigração para o estrangeiro mostravam a decadência de certas aldeias, sem futuro possível, a política a fazer não podia deixar de ser a de estimular maior concentração das populações restantes e de não gastar dinheiro em terras onde, mortos os velhos que lá estavam ainda agarrados ao torrão natal, o despovoamento seria fatal.

Trabalhou-se. Construía-se amorosamente um País novo, na disciplina da vida quotidiana, com a segurança das pessoas e dos bens que incitava a investir e a promover o progresso e a prosperidade coletivas.

O I Plano de Fomento veio continuar um esforço que estava em marcha, procurando ajustar as disponibilidades previsíveis de investimento publico às mais instantes necessidades do País.

Pouco tempo depois de tomar posse da presidência da Câmara Corporativa escrevi a Salazar acerca do que me parecia desejável como método de trabalho da Câmara e dizia-lhe: "Também se poderia começar desde já a estudar o texto da lei que há de suceder à lei da Reconstituição econômica: a Câmara, consultada sobre uma *hipótese de texto,* poderia prestar excelentes serviços na lenta elaboração do plano novo — qüinqüenal, decenal, qüindecenal, como se entender — sobre tanta experiência e tanto elemento reunidos nos 15 anos agora findos. O aproveitamento da Câmara em trabalho pausado, com tempo, pode dar excelente rendimento e auxiliar muito a máquina da burocracia. Para isso não é preciso mandar para cá textos muito cuidados: bastam... pretextos". (10.XII.1949)

Salazar responde: *"Muito obrigado pela sua carta de 10. Já se sabe que tem carradas de razão e que as coisas deveriam ser conduzidas de modo que a Câmara pudesse analisar as matérias importantes com vagar e a fundo. Tenho atrasado o assunto da reforma constitucional, mas vamos a ver o que consigo. Quanto à lei da reconstituição econômica (novo plano) fazia tenção de me ocupar dela assim que o Ministro das Finanças pudesse dar por concluído o orçamento. Mas acho os Ministros todos tão ocupados que por vezes não tenho maneira de exigir-lhes um esforço extra. Mas vá sugerindo o que lhe pareça conveniente. Estou certo de que conseguiremos melhorar a máquina e o seu rendimento." (12.XII.1949)*

Como se vê, dado não existirem serviços de planeamento eu sugeri que a Câmara Corporativa, onde tinham assento economistas e técnicos do melhor que havia no País e representantes de todas

as atividades econômicas fosse aproveitada para preparar um anteprojeto de Plano de acordo com algumas indicações básicas do Governo. Salazar não aceitou. O Plano foi organizado com grande dificuldade pelos Ministros da Economia e das Finanças aos quais, à última hora, deu uma ajuda o Prof. Costa Leite, Ministro da Presidência. E, ainda não elaborado de acordo com as técnicas modernas de planeamento global, veio a aparecer na Câmara tarde e a más horas, em setembro de 1952, com vista à discussão na Assembléia Nacional no mês de outubro seguinte. Era impossível. Trabalhando-se afincadamente no estudo profundo dos problemas equacionados no projeto do Plano, só em vésperas da abertura da sessão ordinária da Assembléia Nacional (25 de novembro) foi possível entregar o volumoso parecer a que já me referi, com o conjunto de estudos subsidiários das diversas secções interessadas.

Salazar, que primeiro se impacientara com a demora e com tanto estudo, após a reunião plenária da Câmara na abertura da sessão legislativa de 52-53 escreveu-me uma carta em que diz: *"A Câmara está em todos os meios com o prestígio devido aos seus trabalhos e compostura. Não encontro uma voz discordante."* (27.XI.1952)

O pensamento fundamental do I Plano de Fomento (1953-1958) era o de que o Estado deveria investir nas realizações que constituíssem condição de aceleramento do progresso econômico, deixando o resto à iniciativa privada.

Assim, além de continuar a cuidar do equipamento (comunicações, transportes, energia, água...) deveria lançar as chamadas *indústrias básicas*, que seriam pólos de desenvolvimento de outras suas subsidiárias e complementares. Foram escolhidas a siderurgia, a celulose e fabricação de papel, os adubos azotados e a refinação do petróleo. Ao mesmo tempo, o Estado procuraria também desempenhar-se do seu papel de cuidar do aperfeiçoamento dos recursos humanos, na certeza de que o homem é o primeiro e mais importante fator do desenvolvimento, o capital mais precioso para qualquer ação econômica: a educação seria considerada, atendendo-se especialmente à ampliação, divulgação e aperfeiçoamento do ensino técnico.

Multiplicam-se desde então pelo País as escolas industriais e comerciais em excelentes edifícios com laboratórios e oficinas equipados com o melhor e mais moderno material (tenho visto por esse mundo escolas de engenharia pior instaladas e apetrechadas). E durante a execução do I Plano de Fomento a preocupação educativa foi mais longe, lançando-se a Campanha de Educação de Adultos destinada a alfabetizar os que não haviam podido ou querido freqüentar a escola na infância e a manter-lhes depois o interesse pela aprendizagem e pela cultura do espírito através da educação permanente que compreendia a divulgação de livros apropriados e o emprego de meios audiovisuais.

Já antes o "Plano dos Centenários" (1940) permitira cobrir o País de milhares de edifícios novos e funcionais para o ensino primário.

O interesse de Salazar pelo combate ao analfabetismo vinha de longe. Foi idéia sua a criação dos regentes escolares, depois desvirtuada e mais tarde severamente criticada pelos opositores ao regime que tudo ignoravam e nada entendiam.

Porque a sugestão original de Salazar era muito válida. A lei estabelecia que só onde existissem 40 crianças poderia ser criada uma escola primária. Havia, aliás, carência de professores diplomados e dificuldade em dar-lhes alojamento nas povoações mais pequenas. Essa era uma das razões por que em muitas localidades do meio rural se não cumpria a obrigatoriedade de freqüência do ensino primário, associada à importância dada pelas famílias pobres ao trabalho das crianças, sobretudo no pastoreio de rebanhos.

Ora em quase todas as aldeias havia uma pessoa, homem ou mulher, capaz de, pelo menos, ensinar as primeiras letras. Por que não apelar para esses colaboradores benévolos, que sem sair de suas casas e sem abandonar as suas vidas podiam, orientados devidamente e mediante uma pequena gratificação, proceder ao primeiro desbravamento das inteligências infantis nos lugares onde não houvesse escola primária? Esta foi a origem da instituição dos "regentes escolares", quase sempre senhoras, que de bom grado se devotaram ao que então se chamou *ensino elementar*, reduzido, para o efeito, a três anos.

Mas não tardou que, apesar da pequenez da gratificação (na origem 300$00, o que ao tempo, na aldeia e para quem lá vivia, não era mau) os lugares de regente começassem a ser solicitados como qualquer outro cargo público. Pessoas de fora da aldeia eram lá "colocadas" para ensinar — em condições precárias, já se vê. E a instituição foi pervertida passando a constituir um ensino, sem diploma nem preparação, paralelo ao dos professores titulados. Disso não teve o Dr. Salazar culpa, e mais de uma vez o ouvi lastimar que as coisas tivessem seguido tal rumo.

Vinha isto a propósito da preocupação de valorizar os indivíduos que acompanha os projetos econômicos do I Plano de Fomento. Ao lado da expansão do ensino técnico, desenvolveu-se, pois, a Campanha da Educação de Adultos.

A herança da 1ª República fora de 67,8% de analfabetos, segundo o recenseamento de 1930. Apesar da enorme expansão demográfica verificada no censo de 1970 a taxa de analfabetismo estava reduzida a menos de 30% e a energia com que se retomara então o combate prometia para breve uma redução drástica dessa percentagem. A época da execução do I Plano não descurara, pois, o problema.

E com que alegria nesse período de execução do Plano vimos sucederem-se as inaugurações de grandes obras — como a Ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira, a que foi dado o nome do Marechal Carmona, ou as barragens para fins hidroagrícolas — Vale do Gaio, Pego do Altar, Idanha... — ou hidroelétricas — do Castelo de Bode, no rio Zezere, a primeira de uma série ininterrupta em que a engenharia portuguesa ia ganhando experiência e domínio completo das técnicas, enquanto a indústria nacional aumentava a sua participação de obra para obra até se conseguir não ter de importar do estrangeiro quase nada para a construção e o equipamento dos aproveitamentos!

Na conferência que, a abrir a exposição destinada a vulgarizar o Plano proferiu em 28 de maio de 1953, Salazar explicou a filosofia e as grandes diretrizes a que o planeamento do fomento econômico tinha obedecido. "A necessidade de planos na administração e na economia é filha da grandeza e da complexidade das tarefas coletivas que os aumentos demográficos e os altos níveis de vida das populações impõem aos Estados modernos." "... Que não existissem essas razões profundas (as causas econômicas, sociais e políticas que acabara de enunciar) haveria para nós sempre a vantagem de corrigir desmandos de imaginação, moderar desejos irrefletidos, disciplinar a nossa atividade. Somos atreitos, por conhecido modo de ser, a construir sobre entusiasmos efêmeros e a abandonar, por outras, tarefas mal começadas. Ora na obra que nos empenhamos há que ir substituindo nos hábitos gerais a improvisação pelo estudo, a volubilidade no sentir pela fidelidade a um programa."

Não li eu em 1974 em artigo de um autor brasileiro que se tem por perito em assuntos portugueses, que Salazar, atrasado no tempo, desconhecera os Planos na economia?

Da conferência atrás citada, a encerrá-la, é a célebre frase depois tantas vezes repetida em Portugal: "(O Plano)... é filho dos mesmos princípios e se integra no nobre pensamento de alcançar não como frases literárias mas como realidades concretas e atingíveis, para cada braço uma enxada, para cada família o seu lar, para cada boca o seu pão."

Nem tudo quanto se fez durante a execução do Plano foi da iniciativa de Salazar: a maior parte, mesmo, era projeto e decisão dos seus colaboradores.

Mas a Salazar pertencia o mérito, primeiro, de através da disciplina das finanças públicas ter criado condições ao Estado para trabalhar desafogadamente no fomento econômico com dinheiro dos portugueses, sem dever ao estrangeiro o que se fazia; em segundo lugar, de assegurar a ordem e tranqüilidade públicas favorecedoras do esforço

produtivo regular e eficaz; e finalmente de coordenar, estimular, aprovar a ação dos seus colaboradores.

Disse mais de uma vez que Salazar foi o expoente de uma época ou de uma geração. Ele soube reunir homens de tendências, feitios, ideologias diferentes no mesmo amor à Pátria, na mesma devoção ao interesse nacional, no mesmo afã realizador. De todos aproveitou o melhor, sintetizando as qualidades deles no cadinho da sua doutrina de unidade ao serviço da Nação.

Ele poderia ter adotado por lema a frase de Augusto Comte: "Subordinar o progresso à ordem, a análise à síntese, o egoísmo ao altruísmo, tais são os três enunciados, prático, teórico e moral do problema humano cuja solução deve constituir uma unidade completa e estável."

No final do hexênio do I Plano, verificou-se que na execução dele tinham sido investidos aproximadamente 13 milhões e meio de contos, soma enorme para a época.

Nesses seis anos a população metropolitana aumentou de perto de 300 mil almas. O Produto Nacional Bruto, a preços do mercado, crescera 25% — taxa modesta que se ressentia da estagnação da agricultura e dos maus anos agrícolas. A participação do setor primário (Agricultura, Silvicultura e Caça) na formação desse produto que em 1953 representava 29,7% do total, baixara em 1958 para 24,1%, enquanto a da Indústria, da Eletricidade e dos Transportes passava de 40,2% para 44,8%.

A capitação do P. N. B., apesar do crescimento da população, aumentou 20% durante o mesmo período.[1]

Estava-se na fase do arranque. Os resultados, sem serem tão bons como se desejaria, eram significativos de uma tendência que os anos posteriores iriam confirmar.

(1) Dados extraídos do *Relatório Final da Execução do I Plano do Fomento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1959. Sobre a "filosofia" do Plano convém ler o discurso intitulado *"O Plano de Fomento. Princípios e Pressupostos"*, in Salazar, *Discursos e notas políticas*, vol. V, pág. 91 e segs.

61

Durante o período que vai da minha entrada para o Governo, em 1944, até à minha saída dele em 1958, 14 anos em que fui duas vezes ministro e além disso exerci as funções de presidente da Comissão executiva da União Nacional e de presidente da Câmara Corporativa, privei muito de perto com Salazar.

Trabalhando umas vezes na resolução de assuntos administrativos, examinando outras vezes problemas políticos, e cada vez com mais freqüência conversando sobre assuntos gerais, pude ir conhecendo intimamente o seu modo de ser, de pensar e de viver.

Era um católico sincero. Ao contrário de outros ex-seminaristas, tinha conservado uma fé viva que a cultura filosófica e teológica esclarecera. Com a idade essa fé foi-se acentuando e convertendo em piedade. Nunca deixava de ouvir missa nos dias de preceito, missa que, depois do atentado de que fora alvo ao dirigir-se um domingo, como de costume, para a capela junto à casa de um amigo, passou a ser celebrada em seu próprio domicílio onde um dos compartimentos foi transformado em oratório. Mas tinha nas coisas da religião o mesmo pudor que o caracterizava nas demais intimidades. Em público procedia corretamente nas cerimónias de culto mas sem qualquer ostentação ou marca externa de fervor. Aí não era o particular que conversava com Deus, mas o governante que representava o Poder Civil. E na defesa deste era intransigente.

Como já lembrei, pôs termo à questão religiosa nascida com a proclamação da República, celebrando em 1940, após longas, cuidadas, difíceis negociações, a Concordata com a Santa Sé. O equilíbrio deste tratado internacional é notável. O Estado Português não negou à Igreja o que lhe podia conceder mas reservou ciosamente para si e para os cidadãos portugueses aquilo a que não deveria renunciar. Caso típico é o da maneira como foi regulada a questão do casamento. Deixou-se liberdade aos cidadãos. sem lhes perguntar se eram batizados ou não, na escolha entre o casamento meramente civil e o matrimônio católico. Optando pelo civil, mantinham a faculdade de pedir o divórcio, instituído em 1910, faculdade também mantida,

como direito adquirido, a quantos se houvessem casado, mesmo na Igreja, até à data da entrada em vigor da Concordata. Quanto aos que preferissem unir-se pelo sacramento do Matrimônio à face da Igreja Católica, entendia-se que, *ipso facto*, optavam pela disciplina canônica desse sacramento, ficando os tribunais civis a ser incompetentes para o anular ou dissolver. Era um regime liberal que a inconsciência das pessoas não soube interpretar ou aproveitar (ou a pressão social de certos meios não deixou funcionar...) criando mais tarde situações que levaram a lançar sobre a Concordata culpas que ela não tinha.

A Igreja Católica teve no período que vai de 1932 a 1974 uma liberdade de ação que há muito não conhecia em Portugal. E que se em certos períodos se traduziu da parte dos seus dirigentes em intolerância para com outras religiões e cultos, veio todavia a criar o paradigma que inspirou a Lei de Liberdade Religiosa votada sob o meu Governo pela Assembléia Nacional e que praticamente equiparou todas as confissões religiosas.

Respeitador da Igreja, Salazar, como já disse, não hesitou nunca em defender os direitos do Estado. A circunstância de na juventude se ter formado no seio dela, o fato de ter sido antes de 1926 o principal inspirador e um dos principais orientadores do Centro Católico Português, a consciência talvez de que, caso tivesse perseverado na vida eclesiástica, teria ascendido aos mais altos cargos da Igreja em Portugal, por um lado davam-lhe autoridade para sentir e discutir os problemas dos católicos e do comportamento deles na vida cívica, por outro uma grande força para tratar de igual para igual (senão de cima para baixo...), com a Cúria Romana ou a hierarquia do País.

Nunca vi nele tendência para subordinar fosse no que fosse os legítimos interesses da Nação a pretensões eclesiásticas. E até em pequenos pormenores verifiquei o escrúpulo com que defendia a separação dos dois poderes tal como fora regulada nos acordos com a Santa Sé.

Logo em 1941 se passou comigo um episódio esclarecedor. O Código Administrativo continha disposições que abrangiam associações e instituições católicas e o Patriarca de Lisboa, invocando a concordata recém-assinada, apressou-se a reivindicar para essas entidades total isenção das leis do Estado. Ouvido sobre o assunto reagi vivamente, ao contrário de outros mais complacentes, e informei Salazar do que se passava. Resposta dele: *"Meu caro Doutor Marcello Caetano: Acabo de receber a sua carta. Não vi ainda o trabalho que entregou ao Ministro do Interior e por isso não posso ajuizar da questão levantada na carta do Sr. Cardial Patriarca. Quanto às relações do Estado com a Igreja, entendo precisamente que a sua posição*

é a boa e deve ser mantida contra o zelo, por vezes pouco sensato, dos últimos convertidos. Com muitos cumprimentos mtº attº e grato — 13.II.1941. — Oliveira Salazar".

Lembro-me de um outro incidente curioso. Quando D. Teodósio de Gouveia, Arcebispo de Lourenço Marques, foi a Roma receber o chapéu cardinalício, o Embaixador junto da Santa Sé ao saber que ele carecia dos trajes próprios da sua dignidade mandou chamar o alfaiate que estava fazendo os enxovais de outros cardeais e encomendou-lhe sem restrições o do Cardeal português. Talhou o alfaiate o conjunto completíssimo (que raros possuíam) das pomposas vestimentas que então formavam o guarda-roupa dos cardeais, com púrpuras, caudas e arminhos, e no fim apresentou a conta. D. Teodósio, aterrado, vindo de uma diocese missionária e pobre, não tinha com que pagar a soma choruda e rejeitou a conta, alegando que a encomenda fora da Embaixada e a esta cumpria satisfazê-la. Vai a conta para a Embaixada que a remete para Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Vi então Salazar rubro de cólera contra o Embaixador:

— Quero saber em nome de que princípio o Estado tem que se intrometer nas questões do vestuário de bispos ou cardeais e é o responsável pelo pagamento dele! O Embaixador que pague se foi dele a culpa. Mas o Estado Português é que não.

E não deixou fazer o pagamento... A questão veio a ser resolvida mais tarde, está claro, mas sem infringir as regras da separação, embora estas, no Ultramar, fossem bastante menos rígidas que na Metrópole por virtude da proteção especial concedida à ação missionária e pelo fato do serviço público do ensino rudimentar das populações indígenas ter sido confiado, por Acordo, às missões católicas.

Era na verdade difícil conseguir professores em quantidade suficiente para espalhar pelo sertão, com a dedicação e o desinteresse material necessários para lá passarem a vida consagrados ao ensino dos negros. Por isso as missões católicas receberam o encargo do desbravamento intelectual das massas nativas, formando professores selecionados de entre as próprias populações indígenas para estender e multiplicar a ação dos missionários. E isso justificava que no Ultramar a Igreja recebesse benefícios que na Metrópole não tinha: dotações anuais para as dioceses e côngruas pagas a bispos e padres.

Salazar, antigo dirigente do Centro Católico Português, era fortemente contrário, depois da Concordata, à atuação política dos católicos como grupo individualizado.

— O Centro Católico — dizia-me ele — apareceu na vida política num momento histórico determinado e com um objetivo concreto: dissipar os mal-entendidos entre a Igreja e o novo regime, lutando pelas liberdades que os católicos reivindicavam. Conseguidos esses objetivos, a ação política católica não tem mais razão de ser.

Podem os católicos adotar as atitudes políticas que quiserem, como cidadãos portugueses iguais a quaisquer outros, mas não invoquem a sua fé para as justificarem. Embora, naturalmente, me pareça natural que façam justiça ao regime que lhes proporcionou a reintegração nas liberdades de que estavam privados...

A maior parte dos prelados do tempo de Salazar tinha conhecido os anos anteriores ao advento do seu governo e fazia essa justiça. Achavam-se prestigiados, viam o culto livre, a segurança garantida aos féis, o ensino religioso nas escolas, os capelães atuando nas unidades militares, nos hospitais e nas cadeias, os templos construídos e restaurados com o auxílio do Estado, os bens da Igreja outrora confiscados restituídos sempre que o Estado deles não carecesse... Eram escutados pelas autoridades e respeitados por todos.

Isto deu por vezes origem ao despontar de certo clericalismo indesejável. Sobretudo quando as pessoas que exerciam cargos de autoridade não seguiam o exemplo do Presidente do Conselho de Ministros e se tornavam subservientes aos bispos e aos padres. Eu próprio vi casos desses: beatos feitos governadores civis, por exemplo, que concediam em cerimônias oficiais a presidência ao bispo diocesano... O que dava ao povo a sensação de que quem mandava eram os padres...

Nesse ambiente de cordialidade entre a Igreja e o Estado não se fazia grande festa nacional sem uma cerimônia religiosa com grande pompa litúrgica, assistida às vezes pelo Presidente da República, pelo Governo, pelo corpo diplomático e na qual um orador sacro celebrasse a data ou o acontecimento a memorar.

Em toda esta aproximação teve papel destacado o Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. De família remediada do Minho, tendo-se destacado como estudante distinto nos seminários de Braga e de Guimarães e no Liceu do Porto, foi para Coimbra freqüentar a Faculdade de Teologia. Extinta esta pela República, passou para a Faculdade de Letras, mas simultaneamente matriculou-se em Direito onde ainda prestou provas em bastante cadeiras, sempre com as mais altas classificações. Desistiu das Leis para se consagrar totalmente às Letras, doutorou-se em História com uma dissertação que ficou célebre sobre Clenardo, o humanista flamengo vindo no século XVI a Portugal e que narrou a vida, os costumes, a cultura do País em cartas redigidas em latim que o Dr. Cerejeira traduziu. A exploração do conteúdo dessa correspondência, juntamente com a biografia do humanista, proporcionou-lhe o estudo do movimento da Renascença em Portugal.

Ao doutoramento seguiu-se o concurso para professor e no exercício da função docente ganhou fama como expositor preciso e claro e cultor escrupuloso da hermenêutica das fontes na pesquisa e na revisão dos fatos históricos.

Mas, a par do ensino, o Dr. Cerejeira depressa adquiriu prestígio entre a academia pela sua conduta virtuosa, pela espiritualidade do seu sacerdócio, pelo fogo inteligente e ardente da sua apologética. No Centro Acadêmico de Democracia Cristã, que era a associação católica dos estudantes, desenvolveu, nesses tempos hostis à Igreja e de materialismo triunfante na doutrina dos círculos oficiais, uma ação pastoral importantíssima, como mestre de pensamento e diretor de consciências juvenis, e foi de uma série de conferências aí realizadas, e repetidas com grande êxito em Lisboa, que resultou o seu livro *A Igreja e o pensamento contemporâneo.*

Em Coimbra se encontrou com Salazar. A identidade de formação e a comunhão de princípios juntou-os na ação. Passaram a viver juntos, numa casa onde, à maneira de república estudantil, com eles residiam outros professores. Aí os serviu a Maria que depois consagraria a existência inteira ao Dr. Salazar. E aí discutiram, planearam, sonharam juntos, cada um com a sua maneira de ser. Cerejeira todo imbuído do seu caráter sacerdotal, bondoso por natureza e por vocação, mas inflamado, enérgico e generoso quando fosse preciso lutar pela causa da Igreja, Salazar mais duro, mais positivo, mais frio, de temperamento autoritário, menos arrebatado mas preocupado sempre com a eficácia do esforço.

Um dia, em 1928, foram-no buscar a Coimbra para servir de auxiliar e vigário-geral do velho Patriarca de Lisboa, D. Antônio Mendes Belo, e foi sagrado Arcebispo de Mitilene. A elevação ao episcopado coincide com uma fase mística da sua existência, desencadeada sobretudo pela doutrina de um célebre pregador, o P.e Mateo, que por essa altura corria o País fazendo conferências nas quais a eloqüência evangélica brotava de uma forte personalidade categórica, afirmativa, donde espirrava a fé em borbotões de palavras persuasivas, umas vezes com argumentos para a inteligência, outras provocando choques na sensibilidade. A sua influência em Portugal foi, nessa ocasião, muito grande, tendo deixado rastro perdurável em obras e publicações.

A alma de Cerejeira foi tocada por esse fogo ardente e o novo Bispo todo se confundia na humildade em que buscava forças morais, procurando pela irradiação da caridade de Cristo atuar sobre o clero e os fiéis, sem recorrer à autoridade e à disciplina eclesiástica. O Cardeal Mendes Belo morreu um ano e tal depois, e logo Cerejeira, aos 41 anos, foi elevado ao sólio patriarcal de Lisboa, cabendo-lhe, segundo a praxe, no Consistório celebrado a seguir, a dignidade cardinalícia. O Cardeal mais jovem, em 1929, do Sacro Colégio, cuja juventude era ainda acentuada pelo seu ar muito moço que levava os romanos a chamarem-lhe irrespeitosamente — *il cardinaletto portoghese.*

Patriarca e Cardeal, teve de renunciar aos seus gostos literários, às suas inclinações para a ascética e para a mística, teve de assumir as responsabilidades de primeira figura da Igreja em Portugal — mas ficou sempre caracterizado pelo mesmo encanto pessoal no trato, a mesma bondade nos hábitos, a mesma brandura no mando. Quem o visse no exercício do seu múnus, empertigando-se na atitude pontifical, a pregar com eloqüência muito característica, em reptos onde o vigor da expressão traduzia energicamente os sentimentos e a doutrina do prelado espraiando-se por vezes pelas doçuras espirituais da devoção, poderia pensar que o homem mudara. Mas não: no fundo era sempre o padre que detestava as palavras ásperas, os castigos severos e as decisões definitivas, e preferia persuadir pela razão e comover pelo coração.

Julgava de seu dever prestigiar a Igreja e era por isso muito exigente no cerimonial: a época de Salazar é, aliás, toda ela marcada pela preocupação de fazer ressaltar a dignidade das funções e o prestígio do Poder mediante o culto do ritual das cerimônias e da hierarquia dos personagens.

Nos atos civis o Protocolo do Estado, guarnecido por funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, descobriu que os Cardeais tinham honras de Príncipes de sangue. E nunca vi, nem nos países mais clericalmente católicos ou mais catolicamente monárquicos, tanto rapapé à volta da chegada, da entrada, da tomada de lugar de um Cardeal! A teoria dos "poderes paralelos" do Estado e da Igreja ganhara terreno, o Cardeal-Patriarca era uma espécie de homólogo do Chefe do Estado não se sentando nunca ao lado dele, e sim num trono à parte. E — vá lá! — tinha o segundo lugar na hierarquia oficial, logo abaixo do Presidente da República. Quanto, como mais de uma vez aconteceu, era investido em funções de legado *a latere* de Sua Santidade, abundavam as honras militares, as revistas e continências. E, Deus me perdoe!, parece-me que o meu querido Dr. Cerejeira, tão modesto nas suas conversas de pessoa a pessoa, tão humilde nas suas atitudes de sacerdote, gostava francamente disto. Era a Igreja triunfante...

Nas suas relações com o Dr. Salazar o Cardeal Cerejeira não deixou nunca de procurar ser moderador, de pedir clemência, de transmitir súplicas e queixumes. Mas Salazar, que o estimava fraternalmente, ouvia-o com complacência, fazia o que podia ser feito, mas não cedia, achando que cada um estava no seu papel: o Chefe do Governo prevenindo e reprimindo aquilo que era transgressão da lei ou subversão da ordem, o Patriarca de Lisboa, sem responsabilidades nessas matérias, limitando-se a pedir a Deus que afastasse os males das nossas cabeças e a solicitar dos governantes que a Justiça fosse temperada pela Misericórdia.

Do que, porém, os comunistas e quejandos acusam o Cardeal Cerejeira é de não ter feito o jogo das oposições, levantando a voz a condenar o regime de Salazar. A verdade é que ele sabia bem quais os sentimentos cristãos do Chefe do Governo e quanto este tinha a peito a liberdade da Igreja, não possuindo ilusões acerca das doutrinas marxistas e do que a Igreja e os católicos teriam a esperar se elas triunfassem.

Procedeu porém Salazar como estadista cristão?

Para responder a esta pergunta é preciso primeiramente definir o que deva entender-se por "estadista cristão". Porque ao ouvir certas críticas formuladas dir-se-ia que há muito quem confunda "cristão" com "sacristão". Ser cristão não é proceder com bondade cega e desvirilizada, sem distinguir o bem e o mal, pregando ou consentindo a "sociedade permissiva'. Não é, tampouco, pretender fazer de Cristo um revolucionário social, líder de todas as contestações e até legitimador de violências. O cristão, desde de que aceita responsabilidades políticas numa sociedade, deve procurar melhorá-la, sim, mas segundo os padrões da doutrina que professa e no quadro institucional em que as suas funções o inserem. A sua doutrina encerra sobretudo uma moral e a ela deve procurar subordinar a legislação, a administração e a economia. E desde que acredite no fundamento e na validade da moral cristã o dever de quem a professe é defendê-la contra todos os atentados ou deturpações que a desfigurem ou comprometam

O estadista cristão, se por definição atua dentro das estruturas, pelos processos e com os meios do Estado, não pode dispensar-se de zelar vigorosamente pela saúde do corpo social e do espírito do povo, defendendo a segurança coletiva, base da paz sem a qual os homens não se aperfeiçoam e as sociedades não prosperam, de modo a prevenir perigos e a castigar delitos.

Na doutrina cristã as virtudes cardeais não são apenas a Prudência e a Temperança, mas também a Justiça e a Força. Estas duas últimas tão inseparáveis que, na conhecida frase de Pascal, se a força sem justiça é violência, a justiça sem força é impotência. O estadista cristão tem de ser fiel às normas que traduzem a justiça no País que governa, não hesitando em empregar legitimamente a força quando seja necessário para prevenir ou reprimir a injustiça, ou a insegurança social que com aquela anda sempre de mãos dadas.

É que a omissão de intervir com os meios apropriados nos momentos críticos, a bondade flácida ou covarde que não luta, não impõe, não pune, podem, da parte de um homem de Estado, ser fonte de infinitos males sociais deixando confundir os valores, prevalecer os perversos e progredir a anarquia.

Infelizmente nos tempos que correm nem sempre é possível a um governante, cristão ou não cristão, fazer prevalecer o Direito

e a Ordem. Primeiro porque o meio social anda de tal modo envenenado que a opinião pública se vira contra ele. Depois porque, comprometida a solidez das hierarquias e desaparecido o espírito de obediência, é freqüente agora verem-se os que governam em dificuldades para fazer acatar o que decidem e quantas vezes eles quedam isolados, seguros de que estão com a justiça mas desamparados da força...

Salazar foi, já o tenho dito, um homem de fé, cuja inteligência se alimentava das certezas que a religião e a razão tinham ancorado no seu espírito. Era além disso homem de leis, convicto de ter o dever de as fazer observar. Por isso, se a Prudência presidia às suas decisões e a Temperança moderava as suas paixões, possuía o culto da Justiça e não hesitava em usar a Força ao serviço dela. Nunca, porém, foi violento.

Lutou infatigavelmente por amor ao seu País e pelo que julgava ser — e era — o bem do seu Povo. Por isso foi amado e odiado como poucos homens públicos.

Encontrou o País sacudido pelos choques da desordem que produzia periodicamente insurreições e golpes de Estado, tornava instáveis os governos, impedia o trabalho e o desenvolvimento, corroía o crédito, trazia pávidas as pessoas, facilitando mesmo o aparecimento de grupos terroristas anarquizantes como a célebre Legião Vermelha para cuja repressão os governos do Partido Democrático não haviam hesitado em criar tribunais de exceção e, às tantas, em deportar sem julgamento os seus componentes.

Era preciso restabelecer a ordem e desintoxicar os espíritos dessa malsã preocupação de rebelião por tudo e por nada, substituindo a vã contestação dos males reais ou imaginários do País pelo trabalho ordenado, perseverante e construtivo.

Mas depois começou a conspiração comunista. E se outros podiam ter dúvidas sobre os seus propósitos ou os seus resultados reais, Salazar (como eu) não as tinha. Quem conhecesse a doutrina e tivesse acompanhado a sua aplicação na Rússia estava elucidado. Veio a República Espanhola: enquanto ela durou, Portugal teve ao pé da porta uma demonstração eloqüente do que valiam os sentimentos democráticos da esquerda quando desencadeada a revolução social, com larga exibição dos ódios e desmandos de comunistas e anarquistas que desaguou na terrível guerra civil saldada com um milhão de mortos.

Dias críticos foram esses para Portugal onde naturalmente a pressão comunista se fez sentir: lembro-me bem da quantidade e combatividade de estudantes comunistas aparecidos na Faculdade de Direito de Lisboa nos anos de 1933 a 1940 entre os quais estava Álvaro Cunhal. Os livros, os jornais, os panfletos, os emissários, entravam facilmente pela fronteira: e só uma ativa vigilância podia

impedir que fôssemos também incendiados pelas labaredas que tão alto ardiam no país vizinho.

A guerra permitiu à URSS comunizar os Estados Bálticos, primeiro, e depois o grupo de países da Europa Oriental que caíram sob a sua influência.

Era ou não dever de um "estadista cristão" defender o seu povo contra os perigos da implantação de um regime de frio materialismo onde a liberdade é totalmente suprimida?

A limitação de algumas liberdades que nos tempos áureos do liberalismo podiam ser gozadas amplamente, é, na segunda metade do século XX em que a anarquia e o totalitarismo ameaçam a ordem social, o preço benévolo por que se paga a sua salvação. Creio que hoje muito poucas pessoas em Portugal ainda terão dúvidas disso.

Salazar foi um estadista cristão no entendimento daqueles que não confundem cristianismo e marxismo. Não hesitou em prevenir desmandos nem em reprimir excessos, mas nem sequer lhe faltou clemência para os que prevaricavam. Não vou citar casos individuais, que tantos poderia narrar e alguns referentes a pessoas bem conhecidas. Como esquecer, porém, as numerosas anistias concedidas sob seu governo? Lastimo não dispor aqui da *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa* para poder enumerá-las uma por uma. Mas foram muitas e algumas bem generosas, envolvendo com a anulação das sanções aplicadas, reintegrações e indenizações a adversários regularmente condenados. Nunca houve confisco de bens fosse a quem fosse — e a Constituição, aliás, proibia-o. Nem se impediu aos exilados que mandassem vir para junto deles os seus bens — muito menos os seus livros... Sempre se respeitaram os direitos adquiridos à reforma pelos funcionários civis ou militares punidos por motivos políticos. Os juízes julgavam com garantias de independência dependendo disciplinarmente apenas do Conselho Superior Judiciário, e perante eles podiam ser discutidos, com raras exceções, os atos do Governo. Na Assembléia Nacional criticava-se abertamente a política e a administração, com larga publicidade não só no seu *Diário das Sessões* como na imprensa diária. E sobretudo as pessoas podiam viver em paz, tinham confiança no presente e no futuro, gozavam, quando procedessem dentro da lei, da segurança individual e dos seus bens. Não será isto liberdade?

Salazar era o exemplo do governante inteiramente devotado ao seu País — *um grand commis du Royaume*, como se dizia em França acerca de Richelieu. Vivia para a sua função, atento, diligente, pontual, senhor de todos os problemas do governo e da administração, conhecedor de todos os números, acompanhando todos os trabalhos, informando-se com curiosidade insaciável de tudo quanto pudesse ter interesse para as suas decisões. Acordava a pensar Portugal, levava

o dia a tratar de Portugal, a vida, a sorte, o futuro dos portugueses eram a sua preocupação constante. Um crítico honesto poderá discordar dele: mas não poderá deixar de o respeitar.

Não conheço porém maior homenagem que haja sido prestada aos benefícios da ordem que soube manter e da segurança que soube proporcionar a todos, do que a que me foi narrada por pessoas fidedignas vindas de Angola. No auge da louca violência desencadeada em maio de 1975 nas ruas de Luanda, em que cegamente os pretos partidários do M. P. L. A. se batiam com os partidários do F. N. L. A. sacrificando milhares de vítimas inocentes colhidas no meio da ferocidade dos combates, centenas de nativos, angustiados, ameaçados, acossados, recordando a calma de tempos passados, encontraram-se algures numa praça pública a protestar contra os bárbaros morticínios e não encontraram no fundo do seu desespero grito de alma mais significativo do que este:

"Viva Salazar!"

Fato que, está claro, foi omitido pelos meios de informação e será desmentido pelas fontes oficiais. Mas que, segundo o testemunho de quem mo narrou e confirmou é, queiram ou não queiram, rigorosamente verídico.

62

Mas voltemos à Câmara Corporativa e ao ano de 1953...

Tinha sido aprovado o I Plano de Fomento por uma lei que cometia ao Governo a adoção de determinadas medidas complementares. Entre estas figuravam a nova regulamentação do povoamento florestal e da colonização interna.

Elaborados os projetos dos decretos-leis, Salazar, em 25 de junho de 1953 remete-os à Câmara Corporativa com o pedido de parecer. Mas acompanha-os de uma carta, que vou transcrever, e cujo interesse maior está no empenho demonstrado em que se estude uma reforma agrária. Sem intenções demagógicas, sem alardes revolucionários, mas como instrumento de progresso econômico e fator do bem comum.

Eis a carta:

"Ao Doutor Marcello Caetano

Vi pela carta enviada há dias à Comissão Executiva da União Nacional que tem diante de si neste momento 500 examinandos de Direito e que não pode cuidar de mais nada. Sou no entanto obrigado, por solicitação do Ministério da Economia, a enviar à Câmara Corporativa, para seu estudo, dois projetos da maior importância e urgência — um sobre povoamento florestal, outro sobre colonização interna. A razão destes projetos está nas disposições da lei 2.058 que aprovou o Plano de Fomento, n.os 2 e 4 da base VI. A urgência, sobretudo do segundo projeto, está em que não se podem lançar novos empreendimentos relativos à colonização interna sem ser revisto o regime jurídico em vigor. Neste ponto como noutros ali citados as verbas do Plano não podem portanto ser utilizadas sem a nova lei e, se esta demorar, o começo do período previsto no Plano para determinados trabalhos fica automaticamente adiado e esse período reduzido, com prejuízos evidentes.

Este assunto da colonização interna é de tal importância e melindre que, apesar da urgência, o Ministério da Economia entendeu ser conveniente obter-se o parecer da Câmara Corporativa, antes de o

governo transformar o projeto em decreto-lei. Mando para ser utilizado nos estudos da Câmara o relatório apresentado pelos serviços e que é um repositório excelente de fatos, incluindo os respeitantes a experiências de outros países que sob o aspecto da estrutura agrária têm conosco grandes semelhanças. Quaisquer outros estudos da Junta da Colonização Interna que possam servir ao esclarecimento da Câmara Corporativa serão postos imediatamente à sua disposição.

O trabalho apresentado não é evidentemente um trabalho novo mas a revisão do regime em vigor com alterações julgadas necessárias. Importaria porém muito averiguar se os conceitos básicos estão certos. A Junta de Colonização Interna aspira, e talvez com razão, a ser o órgão propulsor e executor duma reforma agrária perante cuja necessidade sucessivas tentativas ou esperanças se revelaram frustradas. O problema não tem sido encarado em toda a sua vastidão e complexidade, e mesmo agora se confia à Junta apenas o encargo de agir nos terrenos beneficiados pelas obras hidroagrícolas. E nestas circunstâncias a orientação a seguir pode ser dupla: ou rever apenas o que importa para que se faça a colonização desses terrenos trazidos de novo ao regadio, ou aproveitar a oportunidade para definir por uma vez os princípios sobre que a correção da propriedade rural e da atividade agrícola se deve operar, e formular um texto que não seria apenas de colonização interna mas de verdadeira reforma agrária. Se não se está ainda habilitado a concretizar o conjunto de medidas que a constituiriam e novos inquéritos e estudos se tornam necessários, o que não estou longe de admitir — então teremos de cingir-nos ao âmbito mais limitado do melhor aproveitamento dos terrenos irrigados por força dos aproveitamentos hidroagrícolas, que é aliás o que com maior urgência se necessita para a execução do Plano de Fomento.

A Câmara Corporativa tem tratado com a maior competência estes assuntos em diversas oportunidades e por isso confio no valor do Parecer que nos apresente, quer numa ou noutra orientação.

O outro projeto destina-se também a dar execução ao disposto na lei 2.058, e por outro lado pode talvez considerar-se complemento da lei nº 1.971 que aprovou, em 15 de junho de 1938, o plano de povoamento florestal das dunas e dos terrenos baldios ao norte do Tejo: mas a sua articulação com a lei citada em segundo lugar não me parece perfeita. O projeto destina-se a promover a arborização de terrenos cujo revestimento silvícola seja indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo mas manda dar preferência às regiões situadas a sul do Tejo e na orla raiana do centro e do norte. Estes terrenos podem, ao contrário do previsto nos planos da lei 1.971, ser propriedade do Estado, dos corpos administrativos e de particulares. E uma dúvida se deve pôr em primeiro lugar —

é se as verbas do Plano de Fomento que se entendia destinarem-se à execução do plano aprovado em 1938 e que já vai atrasado, podem ter a aplicação prescrita no novo diploma. Também sobre este o Ministério da Economia desejava o estudo da Câmara Corporativa e eu acompanho-o no empenho de ter também sobre este projeto o seu Parecer.

Não queria, como dou a entender no princípio desta, dar-lhe, sobretudo em época de exames e de férias, um encargo a acrescer aos encargos que já tem. Mas as circunstâncias são prementes e não podemos eliminá-las nem desconhecê-las. Espero porém que, distribuídos os trabalhos, a parte que lhe caiba seja suportável.

Com respeitosos cumprimentos

25-VI-953

a) Oliveira Salazar".

Repare-se na delicada atenção com que se refere ao trabalho que me vai dar, fazendo funcionar a Câmara fora da sessão legislativa e que, evidentemente, para o Presidente, nunca seria demasiado.

Por acaso possuo também os papéis contendo as instruções dadas por Salazar aos seus secretários sobre a expedição da carta e que mostra bem o cuidado meticuloso com que trabalhava.

"Fazer o ofício a enviar oficialmente os projetos à Câmara Corporativa.

"Fazer acompanhar o ofício e projetos com a carta para o Doutor Marcello Caetano.

"Enviar também o relatório sobre Política agrária e colonização interna.

"Enviar outra cópia da carta ao Sr. Ministro da Economia com o cartão junto.

"Carta: 3 exemplares. Original para o destinatário. 1 cópia para o Sr. Ministro da Economia. 1 cópia para a Presidência do Conselho".

A Câmara não respondeu ao convite do Presidente do Conselho para abordar a reforma agrária. Por mais que procurasse, junto dos procuradores, influir nesse sentido, prevaleceram as opiniões conservadoras.

A colonização interna era um projeto que vinha de longe. Tratava-se de povoar as áreas da Metrópole de menor densidade populacional onde existissem terras por cultivar que pudessem ser aproveitadas, ou latifúndios suscetíveis, sobretudo quando beneficiados pelo regadio, de ser desmembrados para, nas parcelas constituídas, pode-

rem ser fixadas famílias provenientes da zona do Noroeste onde abundava gente. Era dessa zona — Entre Minho e Douro — que sobretudo se emigrava.

A Junta de Colonização Interna fez alguns ensaios e teve papel muito importante nalguns casos em que expropriou grandes herdades para constituir a propriedade de antigos rendeiros que nas parcelas arrendadas haviam introduzido valiosas benfeitorias.

Mas quanto ao melhor aproveitamento dos terrenos irrigados muito pouco se conseguiu, quer no governo do Dr. Salazar, quer no meu, apesar do vigoroso empenho que ambos pusemos no assunto. A resistência dos interesses era superior ao impulso do Poder.

Caso curioso e muito vulgar: entre os procuradores à Câmara Corporativa em 1953 que se pronunciaram sobre as propostas havia alguns que anos antes tinham opiniões e posições radicais: mas a idade havia produzido os seus efeitos e os ímpetos de outros tempos estavam amortecidos, cedendo lugar a prudentes e cautelosas opiniões.

63

Apesar de tudo a Câmara continuava a ser um órgão muito valioso na mecânica constitucional.

A sessão legislativa que findava em abril de 1953 era a última da legislatura. (Na técnica parlamentar portuguesa, *legislatura* era o período do mandato dos deputados, nessa altura quatro anos, e *sessão legislativa* o período de atividade das câmaras em cada ano.) Em outubro desse ano começou, pois, a campanha eleitoral para as eleições de novembro.

Sublinho a sucessão destas campanhas, talvez monotonamente, porque o Mundo tem sido escandalosamente enganado a respeito do que era o que a imprensa chama "ditadura salazarista". Diz-se que não havia eleições. E a verdade é que com rigorosa periodicidade elas se realizavam, com liberdade de apresentação de candidaturas e propaganda destas, traduzida sempre em aproveitamento do ensejo pela oposição para um ataque frontal ao regime e impugnação sistemática de tudo o que nele se fazia, bem como do pensamento que o orientava. Todos os jornais, aliás, publicavam os comunicados oposicionistas (salvo o órgão da União Nacional) que o público lia avidamente, não faltando as respostas dadas pelo lado governamental.

Mas em geral os candidatos da oposição não iam até final: desistiam antes do dia da eleição, após terem aproveitado as facilidades da campanha, alegando *urbi et orbi* (mas só nesta altura...) que a eleição era uma farsa.

A verdade é que a oposição existia, tinha os seus órgãos na imprensa, os seus homens representativos, a possibilidade de concorrer aos atos eleitorais. Não lhe era permitido manter agitação revolucionária no estilo anterior a 1926, nem aparecer sob a forma de organização cujo objetivo único fosse a revolução, como era o caso do partido comunista. Nem agir sob a forma de partido.

Este seria o ponto de mais constante polêmica sob o governo de Salazar. (Devo dizer que durante o meu governo nunca foi formulado qualquer pedido para constituição de partido político.)

Os partidos tinham-se desacreditado completamente perante a opinião pública no final da Monarquia e sobretudo durante toda a primeira República (1910-1926). Os próprios políticos republicanos acabaram, na sua maioria, por confessar a inconveniência do sistema. E a revolução de 1926 foi feita contra o "regime dos partidos".

Daí a prevenção mantida, a partir desta data, contra esse tipo de associação política. Salazar não perdia ocasião para, respondendo ao movimento que ressurgia na oposição, explicar as razões por que era de manter a atitude tomada em 1926.

Nessa campanha eleitoral de 1953 ele não interveio. Mas meses antes, em julho, numa miniconferência da União Nacional, discursou fazendo larga exposição da situação do País em que mais uma vez abordou o problema.

"Temos pretendido assegurar um antipartidarismo efetivo (disse), convictos de que a organização partidária, com suas lutas e incompatibilidades, seus interesses e influências, só nos tinha trazido a paralisia do Estado e a instabilidade governativa, a contrafação da representação nacional, um princípio de guerra civil. Acrescente-se que a submissão do deputado a uma disciplina exterior lhe tira, no exercício da função, toda a liberdade de apreciação ou de crítica e sobretudo de voto.

"A Câmara não seria Câmara, seriam os partidos; os partidos não seriam as organizações partidárias mas as suas comissões dirigentes, sendo muito difícil determinar, de grau em grau, onde encontrar o ponto de discordância entre a vontade do eleitorado e o voto do seu representante e da atuação deste com o interesse nacional. A partir de certo momento, já estamos na ficção pura.

.....

"Sendo ..... a atuação de cada deputado o mais livre que é possível ser, porque não sujeita a qualquer disciplina partidária mas apenas à consciência do interesse nacional que o inspira, o Governo não cultiva, nem tem visto fazer-lhe normalmente falta, uma maioria incondicional. Também não há, de fato, uma maioria: há maiorias que se fazem e desfazem em cada problema ou aspecto de problema ou na apreciação de cada providência legislativa."

Salazar formula a seguir a interrogação se isto seria bastante para a boa marcha das coisas públicas e se não seria antes indispensável a existência de oposição sistemática que criticasse, discutisse, atacasse os atos governamentais. E continua:

"Duas coisas são certamente vantajosas, senão necessárias: fazer iluminar os problemas com a luz vinda de todos os quadrantes, combater a tendência para o endeusamento do poder e a anquilose das situações criadas.

"Por mim receio as paixões, mas não temo a verdade; entendo indispensável o respeito, mas não o sentimento da onipotência ou da infalibilidade; aprecio a continuidade, não o imobilismo."

E depois desta afirmação de princípios, responde à pergunta que antes formulara:

"... Se não somos nem temos um partido, como alentar a oposição? Se o Governo não tem autoridade, direta ou indireta, sobre a Câmara, como admitir que outros a tenham de fora sobre uma facção dela? Se apenas nos interessa descobrir as melhores soluções para os problemas da Nação, como achar bem perder-se tempo a ouvir as vozes que por paixão ou sistema as encontrarão más a todas?

"Confesso que não sei resolver a dificuldade nem, pelo que tenho visto, me parece que a tenham bem resolvida outros países no sentido indicado, o que na verdade confirma não haver em política soluções perfeitas."

A solução que depois preconiza é a de convidar para aceitarem a sua candidatura pela União Nacional pessoas, no maior número possível, desligadas de compromissos partidários e que se imponham apenas pela "sua competência, independência de critério e idoneidade moral, bom senso, e espírito patriótico". Era com esse critério que, notava, tinham sempre sido escolhidos os procuradores que ao Governo cabia designar para a Câmara Corporativa. E se nem todos os homens com capacidade para exprimir uma opinião valiosa figuravam nela, era porque muitos não conseguiam emancipar-se de velhos preconceitos que os levavam a recusar os convites recebidos.

Outra referência fizera já à Câmara a propósito da intenção de completar e aperfeiçoar a organização corporativa.

"... Continuo convencido de que só por meio do corporativismo nós poderemos evitar os piores choques da luta de classes no campo social e da tendência para o partidarismo no terreno político. Não completar e não consolidar a organização, estruturando-a cabalmente, institucionalizando-a, é correr os piores riscos de retrocesso. A própria Câmara Corporativa que é basilar na orgânica constitucional, aguarda para completar a sua evolução que se constituam as corporações. É pois tempo de reacender o antigo fogo e continuar caminho."

Era a satisfação de uma necessidade que eu reiteradamente lhe lembrava nas nossas conversas. Na mensagem lida pelo Presidente da República em 25 de novembro seguinte perante as Câmaras legislativas ao inaugurar solenemente a nova legislatura, prometer-se-ia o prosseguimento da organização e a constituição das corporações. Mas só após a minha entrada para o Governo, em julho de 1955, de fato, se cumpriu essa parte do programa governamental.

No discurso de Salazar a que me estou referindo proferido, note-se bem, em 10 de julho de 1953, existe uma passagem tão clarividente que não resisto a citá-la.

Ao tratar da urgência de intensificar a doutrinação política do povo português pelo Estado acentua que nos tempos modernos "só o comunismo mostra compreender as necessidades e aproveita da inação alheia criando apóstolos, pregadores e, se necessário, mártires".

Ora para muitos bastaria a ação da Igreja para fazer frente à difusão do materialismo comunista. Salazar contesta tal maneira de ver.

"Há decerto (observa ele) larga margem de concordância entre os nossos princípios políticos e morais e os que o Cristianismo perfilha, e nesse ponto nos entendemos favorecidos e tiramos vantagem da sua ação.

"Mas, apesar disso e para além disso, nem a Igreja se arroga competência para resolver problemas que nos interessam como Nação, *nem se pode estar seguro, porque o reino de Deus não é deste mundo, de que um povo católico não possa vir a ser presa dos piores regimes, e designadamente do comunismo*".

Lido agora, em 1975, como este período se reveste de significação! Éramos poucos os que remávamos contra a maré da opinião dos bem pensantes, dentro e fora de Portugal, que quando falávamos do perigo comunista, sorriam cépticos:

— Ora, meu amigo! Num povo profundamente bom e católico como o português, nunca o comunismo poderá ter aceitação!

E debalde se lhes respondia com os fatos eloqüentes da História contemporânea; o povo romeno, sempre nostálgico da sua ascendência latina, cristão e rural, era comunista? E o povo tcheco-eslovaco, a orgulhar-se da sua alta consciência cívica e do seu espírito democrático, era comunista? E o povo polaco, arreigadamente católico, era comunista? Quem faz os regimes são as minorias ativas não os sentimentos populares. Ah! esses países estavam próximos da URSS e sob a ameaça ou a ocupação do exército vermelho... Mas quem nos diz que em qualquer país do Mundo as forças armadas não possam aparecer coloridas de vermelho?

Salazar, como eu mais tarde, apontava o perigo e preconizava remédios. Mas fomos escassamente ouvidos. Refastelados no comodismo dos interesses criados, cada vez mais amolentados pela doçura da vida que o regime proporcionou, aqueles que nos deviam ajudar sorriam-se céticos acerca daquilo que chamavam o "espantalho do comunismo".

E ele um dia espantou-os...

64

No discurso de julho de 1953 ocupam largo espaço os problemas do Ultramar, entre os quais avulta o caso de Goa.

Referindo-se ao Ultramar e ao surto de prosperidade que nele se notava, com o desenvolvimento econômico e cultural de todos os territórios, observava que "esta obra de civilização e incremento pacífico é sem dúvida meritória, mas grandes correntes no Mundo lhe são hostis devido a perversões de inteligência, a desvios de sensibilidade, a uma espécie de revolta sentimental contra as origens, como se a ordem, a organização, a cultura, a língua, o ensino do domínio e da exploração das riquezas naturais, não fossem um bem altamente apreciável e mais conviesse a largas frações humanas continuarem a vegetar no primitivismo da sua infeliz condição.

"Em grandes Assembléias, como a das Nações Unidas, o colonialismo das nações européias é fortemente agredido, julgado sem piedade, condenado sem remissão".

Mas se o ataque se desenhava relativamente a todo o Ultramar português — formado por parcelas territoriais de um só Estado "disperso pelos imperativos da geografia e, não obstante, uno pela consciência da unidade da Nação" — o problema mais instante naquela hora era o da Índia Portuguesa, problema que ficaria sendo internacionalmente conhecido pela designação de "caso de Goa".

O que era a Índia Portuguesa?

O chamado "Estado Português da Índia" era formado pelos restos do antigo império estabelecido no século XVI na península industânica. Após o descobrimento da rota marítima que ligaria a Europa à Índia, em 1498, os portugueses procuraram tirar partido do comércio com os naturais, de modo a colocarem as especiarias orientais em Portugal, graças ao transporte por mar, com preços muito mais baixos do que os praticados até aí pelos mercadores de Veneza que as traziam por penosos caminhos terrestres, num longo, perigoso e custoso trajeto.

Mas a República de Veneza, sentindo-se prejudicada, aliou-se aos maometanos do Cairo e de Canboja e ao samorim de Calecute para expulsar os intrusos. Os portugueses inicialmente tinham apenas construído feitorias para negócio e armazenamento das mercadorias a embarcar nas frotas. As hostilidades obrigavam-nos a fortificar-se em terra e a aumentar o seu poderio no mar. Graças a alianças com príncipes nativos e ao valor dos soldados e marinheiros lusos de então, os inimigos foram derrotados. E Goa, tomada em 1510 por Afonso de Albuquerque a um príncipe muçulmano que oprimia os habitantes hindus, a pequena ilha de Diu, cedida aos portugueses em recompensa do auxílio prestado a Guzerate em 1535 e depois conservada graças à heróica resistência a dois memoráveis cercos que ficaram célebres, e Damão conquistada em 1559, permaneceram até ao século XX unidas a Portugal. Os seus territórios foram ampliados por outros adquiridos posteriormente, enquanto a maior parte das possessões dantes conquistadas iam sendo perdidas, tendo a cidade de Bombaim, cedida em 1661 à Grã-Bretanha como parte do dote de D. Catarina de Bragança pelo casamento com Carlos II, constituído a base do império britânico das Índias.

Goa teve um papel de primacial importância na difusão da cultura ocidental e cristã no Oriente. Era a sede do governo-geral, muitas vezes ocupado por um vice-rei (houve 109 vice-reis da Índia), cuja jurisdição abrangia todo o Oceano Índico, desde a costa oriental da África, passando pelos estabelecimentos do Golfo Pérsico, até às ilhas da Malaca, Java, Bornéu e Molucas. De lá foram os marinheiros e missionários até Macau, penetrando na China, e depois desembarcando no Japão.

Porque a associação da fé e do Império não era uma imagem literária. Os missionários seguiram nas primeiras esquadras — franciscanos, dominicanos, agostinhos e outros, até que em 1542 desembarca na Índia S. Francisco Xavier com os primeiros jesuítas. Já em 1533 o Papa Clemente VII criara a diocese de Goa, desmembrada da do Funchal de que ficou sendo sufragânea, e compreendendo as cristandades existentes desde o Cabo da Boa Esperança até à China.

Grão-Mestre da Ordem de Cristo desde que D. Manuel I levara para a Coroa de Portugal o mestrado que recebera com o ducado de Viseu, o Rei de Portugal tinha o encargo de fundar igrejas e de as dotar e conservar, em troca do direito de padroado que lhe permitia propor ou nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos que estivessem relacionados com as igrejas por ele fundadas. Assim nasceu o Padroado Português do Oriente que até ao século XVII chegou a compreender praticamente todas as cristandades da Ásia e da Oceânia. No século XIX, erguido em 1886 o arcebispo de Goa à dignidade de Patriarca das Índias Orientais, ainda o padroado compreendia as

dioceses situadas na Índia Britânica, as de Malaca e de Singapura, abrangendo a de Macau todo o sul da China. E já em 1928 ao Governo Português era reconhecido, embora em termos restritos, o direito de padroado nas dioceses de Bombaim, Meliapor, Cochim e outras, situadas na Índia Britânica.

Eram bem pequenos, os três territórios integrantes do nosso Estado da Índia. Goa, o maior deles, não teria mais de 3.500 Km²; Damão, que desde o século XVIII compreendia dois outros territórios, no seu distrito, encravados no país vizinho — o de Dadrá e a Praganã de Nagar Aveli — teria uns 550 Km², dos quais 488 na Praganã; o distrito de Diu, formado pela ilha e por dois pequenos territórios continentais, Gogola e Simbor, tinha apenas 37 Km².

A Índia Portuguesa era, pois, um mero padrão da cultura ocidental no Industão. Dos seus seiscentos e tal mil habitantes, um terço era constituído por católicos, mas católicos fervorosos, de cujo seio saía um numeroso clero que se espalhava por todo o território do Padroado. O resto era constituído pela maioria hindu, e por minorias maometana e parse (religião de Zoroastro), além de outras.

Todos eram cidadãos portugueses: mas respeitavam-se, na aplicação do Direito, os usos e costumes dos sectários de religiões não cristãs. E praticamente o governo e a administração do Estado achava-se nas mãos dos goeses, incluindo a justiça, assim como eram eles os proprietários das terras (algumas mantidas em regime de comunidades aldeãs) e os empresários do comércio e da indústria locais.

Havia goeses em todos os territórios portugueses, muitos formados nas Universidades de Lisboa, Porto ou Coimbra, sendo numerosos os que abraçavam a carreira da Magistratura. Vários ascenderam na política, nas Forças Armadas e na vida social portuguesa às mais altas situações e se destacaram em todos os ramos das ciências e das letras.

Não podiam, pois, existir sentimentos de dominação colonial na Índia Portuguesa. Sem ser alto, o nível de vida da sua população era muito superior ao da população do resto do Industão, mandavam na sua terra e tinham abertas todas as oportunidades nos restantes territórios de Portugal.

Quando em 1945 se tornou evidente que a Índia Britânica ia, depois de árdua luta, obter a independência sob a égide do Partido do Congresso Nacional Indiano, começaram a surgir as pretensões de integrar no Estado que se ia constituir todos os territórios localizados na península, fossem governados por príncipes indianos ou dependentes de soberanias estrangeiras.

Em março de 1946 a *Cripps Commission* desloca-se à Índia para remover os últimos obstáculos à constituição de um só Estado, a partir do Domínio Britânico, embora sob a forma federativa. É nessa

altura que se concretiza a ameaça a Goa. Forma-se em Bombaim um núcleo do Partido do Congresso designado *Goa Congress Committee* que saúda o partido na pessoa de um dos seus chefes, o Sr. Patel. Este, em resposta, envia um telegrama a que o *Times of India* dá publicidade em 2 de maio. Nele afirma que "a independência indiana quer dizer independência de toda a Índia na qual não pode haver lugar para o domínio estrangeiro. O vosso desejo de se reunirem à Mãe-Pátria (a nascente União Indiana) é compreensível e é natural. O Congresso não vos esquecerá quando chegar a oportunidade de agir".

Eu era Ministro das Colónias e foi o Prof. Froilano de Melo, catedrático distinto da Escola Médico-Cirúrgica de Goa (estabelecimento de ensino superior criado em 1842) e deputado pela Índia à Assembléia Nacional, quem me remeteu o recorte com a notícia. Em carta datada de 5 de maio, diz-me que "a situação internacional indiana e os seus reflexos na nossa Índia merecem a máxima atenção".

"Quando cheguei a Bombaim (continua) vi que as mentes indianas estavam muito agitadas com as negociações da Comissão dos Ministros ingleses" (era a comissão Cripps).

"Há em Bombaim, um chamado *Goa Congress Committee* que nos insulta e se mexe a agitar as massas. Há por toda a Índia jornais nacionalistas que cantam o *slogan*: Quit Goa!,[1] a simile do Quit India!

"Jornais em línguas vernáculas, muitos, jornais em inglês, sobretudo o *Bombay Chronicle*, o *Evening News*, e o *Hindu* este último em Madrasta. E um jornal anglo-concanim por nome *Gomantaki* ou coisa parecida.

"Este Patel a que se refere a notícia é um dos *big three* do Congresso Nacional Indiano e um dos indigitados para presidente do futuro Congresso. É pois um homem com responsabilidades políticas e as suas afirmações não devem ser desprezadas".

Froilano de Melo era goês. Tendo-se formado em Medicina em Goa, viera repetir o curso na Faculdade do Porto onde se destacara pela inteligência, cultura e vivacidade de espírito e se iniciara nas técnicas da pesquisa científica que depois levou para a sua Escola. Nesta foi mestre respeitado com uma bibliografia notável em que figuravam investigações originais.

Deputado à Assembléia Nacional, ouvi-o muito sobre os problemas da Índia Portuguesa. Tinha um sólido e consciente patriotismo. Exprimindo o sentimento dos seus patrícios acerca da indevida inclu-

(1) Abandonem Goa!

são do Estado da Índia no padrão comum da legislação colonial — quando de colônia se não tratava — sugeriu-me que se estudasse um estatuto especial para essa parcela venerável de Portugal, sugestão que aceitei. Recomendei ao Governador-Geral Dr. José Bossa a constituição de uma comissão que fosse largamente representativa para estudar o novo Estatuto. A comissão formou-se, reuniu, discutiu, e quando saí do Governo ainda estava, e esteve largo tempo, a debater como devia ser o Estatuto, sem que tivesse chegado a qualquer conclusão, julgo eu.

Depois do tal Patel, apareceu Nehru. Nas relações quotidianas com os Ministros, Salazar usava mandar-lhes breves mensagens em folhas de bloco, escritas rapidamente no próprio momento em que lhe ocorria um assunto ou lhe chegava às mãos uma informação ou um documento. Todos quantos serviram com ele no Governo puderam acumular numerosos bilhetes desses.

Em 28 de setembro de 1946 recebi uma dessas mensagens acompanhando a cópia de um telegrama datado da véspera, enviado pelo Cônsul de Portugal em Bombaim. O telegrama informava que Nehru fizera as primeiras declarações à imprensa como Ministro dos Negócios Estrangeiros. E ameaçara a India Portuguesa afirmando que não poderia continuar por muito tempo na situação em que estava. A nota de Salazar, acompanhada de um cartão de visita "com muitos cumprimentos" dizia assim:

"Ministério das Colónias. Vai junto um telegrama de Bombaim sobre as declarações de Nehru acerca da nossa Índia. Convém começar a encarar o problema e a preparar elementos de toda a ordem — históricos, jurídicos, estatísticos, etc. — para nos defendermos numa instância internacional qualquer ou mesmo perante o mundo. Não me parece, ao menos neste momento, que o governo da Índia desenvolva ação militar ou semelhante contra nós; naturalmente vai tentar tornar-nos a vida impossível por diversos meios ao seu dispor. Impõe-se-nos a defesa local, como for aconselhável, mas se o problema surgir em qualquer areópago internacional precisamos de ter prontos meios de defesa perante ele. Com descrição e, ou só pelas Colónias ou em colaboração destas com os Estrangeiros, uma pequena comissão devia ocupar-se sem demora do assunto. Uma monografia precisa e séria sem desenvolvimentos escusados nem luxos de erudição, deveria ser o seu principal trabalho".

Cumpriram-se as instruções e o Ministério pôs-se a trabalhar para a tal defesa no campo do Direito que ainda se acreditava pudesse ser eficaz. O pior é que o Direito Internacional foi mudado para se ajustar ao espírito do tempo!

Neste intervalo, em agosto de 1947, veio a independência da União Indiana, separando-se os territórios de população predominantemente muçulmana para constituir o Paquistão.

Logo que o Embaixador britânico em Lisboa deu conhecimento do fato ao Governo Português, apressou-se o Dr. Salazar a telegrafar as felicitações do Governo ao Primeiro-Ministro da União Indiana (14 de agosto) prontamente agradecidas nos mais calorosos termos pelo Pandit Nehru (16 de agosto).[1] O Governador-Geral da India Portuguesa, de visita a Bombaim, renovou pessoalmente essas felicitações ao Primeiro-Ministro da Província e cumprimentou Lord Mountbatten que aí também se encontrava, sendo-lhe dada a direita do Vice-Rei na recepção em honra deste.[2]

Não faltava ao Dr. Salazar a noção de que se tornava necessário fazer um grande esforço de convivência pacífica, admitindo até a possibilidade de consideráveis concessões ao novo Estado. Nessa orientação começaram imediatamente as conversações em Nova Delhi e em Londres, como está documentado no livro branco que o Ministério dos Negócios Estrangeiros deu à estampa em 1967.

Em 12 de agosto de 1948 os dois governos anunciaram simultaneamente o estabelecimento de relações diplomáticas ao nível de Legação.[3]

Mesmo antes de chegar a Lisboa o Ministro Plenipotenciário da União Indiana negociou-se a questão do Padroado Português nas dioceses situadas no novo Estado, através do nosso representante em Nova Dehli e do Embaixador junto da Santa Sé.

Era Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal o Prof. José Caeiro da Mata. E quantos o conheceram sabem que não era homem para intransigências. Bondoso, gostando apaixonadamente do Poder e das galas e trabalhos da vida diplomática, o meu querido e saudoso mestre e amigo pecava por demasiada condescendência, sempre pronto a anuir ao que lhe pediam, feliz por satisfazer os outros e sofrendo quando tinha de formular alguma recusa. Por isso as más línguas o alcunhavam de "Senhor Sim-Sim".

Era devotadíssimo a Salazar, de quem fora professor, e cumpria com fidelidade o que lhe determinava. Mas Salazar era um frio e exigente negociador, que dava instruções severas aos representantes de Portugal para não cederem facilmente e para pedirem o máximo — às vezes coisas que pareciam absurdas, impossíveis de obter nas

(1) Telegramas publicados no livro branco intitulado *Vinte anos de defesa do Estado Português da India* (1947-1967), vol. I, págs. 5 e 6.

(2) *Vinte anos de defesa do Estado Português da India*, (1947-1967), vol. I, pág. 6.

(3) *Idem*, págs. 92 e 93.

relações internacionais, mas que a tenacidade do Chefe do Governo fazia com que, afinal, fossem conseguidas, com espanto dos diplomatas de carreira do meu País.

Conta-se que certo dia, ainda antes da guerra, era Caeiro da Mata delegado de Portugal à Sociedade das Nações, tinha de ser tomada na assembléia-geral da organização uma importante deliberação para a qual se pedia instantemente o voto de Portugal.

Apertado, Caeiro da Mata telefonava volta não volta de Genebra ao Dr. Salazar a contar-lhe as novas diligências recebidas e a insistir em que talvez fosse melhor...

— Não, Dr. Caeiro da Mata, não e não — respondeu por fim Salazar. — Por amor de Deus, Senhor Doutor, tenha uma vez na vida a coragem de dizer não!

Estava, pois, no Ministério dos Negócios Estrangeiros um homem de larga experiência e prestígio internacionais, professor eminente de Direito Internacional, que não era dado a durezas no trato com as pessoas e com as Nações.

É certo que Salazar, enquanto Presidente do Conselho, chamou sempre a si a direção da política internacional e nessa linha prossegui como seu sucessor.

As grandes questões, os problemas de maior vulto, eram sempre tratados em íntima ligação do Ministro com o Presidente do Conselho, que nas ausências e impedimentos daquele o substituía na gerência do Ministério.

Mas se Caeiro da Mata não era homem para agravar conflitos, não pode pôr-se em dúvida o seu patriotismo, o zelo e inteligência com que sabia defender diplomaticamente os interesses do seu País.

Concordou o Governo Português, embora com pesar, em reduzir os privilégios do Padroado ao território sob a sua jurisdição, de modo a não haver intromissão de uma potência estrangeira na escolha dos prelados católicos na India independente. Abriu-se à discussão de todas questões que nos planos econômico e cultural pudessem facilitar os interesses da União Indiana em Goa. Mas em 24 de fevereiro de 1950 a posição do governo de Nehru, já repetidas vezes afirmada em discursos e na imprensa, foi definida brutalmente numa nota anunciada simultaneamente em Nova Dehli e em Lisboa, e de que o Ministro Caeiro da Mata tomou conhecimento na audiência concedida ao Ministro da Índia em Lisboa, P. A. Menon, em 27 do mesmo mês.

Nesse memorandum [4] o Governo Indiano começa por anotar a sua satisfação pelas declarações feitas pelo Dr. Salazar no discurso de

(4) *Idem*, págs. 187 e 188.

20 de outubro de 1949 [5] no sentido de que "os problemas relativos às colônias portuguesas na Índia são suscetíveis de solução por meio de negociações amigáveis e de que há largo campo para entendimento entre a Índia e Portugal em bases morais e econômicas".

A seguir congratula-se "por notar que, no que respeita ao Padroado, o Governo Português entrou em negociações com a Santa Sé para levar o assunto a uma rápida e amigável conclusão".

Mas agora "o Governo Indiano aborda o Governo Português com o pedido de início imediato de negociações a respeito do futuro das colônias portuguesas na Índia".

"Ao pedir a união destas colônias com ela própria a Índia não está a pedir mais do que o cumprimento de um imperativo natural da tradição e emoção humana".

Era só isto o que a União Indiana queria e da satisfação da sua pretensão resultaria, segundo a nota, a amizade entre os dois países.

Como a nota invocava repetidas vezes o exemplo das negociações com a França, conduzidas no sentido da realização de plebiscitos nos estabelecimentos franceses na Índia, a diplomacia portuguesa tratou de se informar sobre a marcha da execução desse acordo. O que apurou era decepcionante. As dificuldades suscitadas pela Índia para a efetivação do plebiscito foram várias e constantes, tendendo manifestamente a adiá-lo até ter a certeza de o ganhar. E para cúmulo, tendo a Assembléia Nacional francesa aprovado uma declaração de que "a França respeitaria escrupulosamente o resultado do *referendum* , e não seriam tomadas medidas discriminatórias contra os que votassem pela Índia" e registrando com prazer a garantia recíproca dada pelo Embaixador da Índia em Paris, logo este se apressou a protestar que nunca dera tais garantias e de que a posição do seu Governo a respeito do futuro das possessões estrangeiras era bem conhecida. [6] Quer dizer: a União Indiana, se o plebiscito lhe fosse desfavorável não o acataria... Efetivamente a consulta popular veio a realizar-se em maio de 1950 em Chandernagore e foi favorável à Índia. Mas nos restantes estabelecimentos franceses — Pondichéry, Karikal, Yanon e Mahé — não chegou a ter lugar, vindo a ser anexados unilateralmente em 1954, após a denúncia pela União Indiana do acordo anterior, na ocasião em que a França lutava com grandes dificuldades na Indochina...

Em 15 de junho de 1950 o Governo Português respondeu ao *memorandum* entregue em 27 de fevereiro. Trata-se de um documento

(5) *Discursos e notas políticas*, vol. IV, pág. 448.

(6) *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, vol. I, pág. 191.

sereno, que pela forma mais suave, expondo razões ponderosas, diz firmemente que não à pretensão indiana. [7]

Segue-se uma pausa durante a qual é assinado em Roma o Acordo de Portugal com a Santa Sé a formalizar a nossa renúncia ao Padroado na União Indiana. [8]

Até que Caeiro da Mata foi substituído no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no verão desse ano de 1950, pelo Prof. Paulo Cunha.

Tempos antes, Salazar chamara-me para conversar comigo acerca de modificações que pretendia fazer no Governo. Caeiro da Mata era um diplomata de velho estilo e as circunstâncias exigiam a entrega da nossa política externa a alguém mais jovem, combativo e até agressivo. Lembramo-nos, pois, de Paulo Cunha para o substituir. Era um talentoso e brilhante professor da Faculdade de Direito de Lisboa, até aí pouco metido na vida pública, embora fosse procurador à Câmara Corporativa e tivesse participado nas reuniões da IATA onde estavam sempre em jogo importantes interesses da política aeronáutica. Exuberante, extrovertido, não temia assembléias, lançava-se nas discussões confiante da força dos seus conhecimentos e da sua dialética e impunha-se facilmente. Salazar encarregou-me de o convidar para o lugar de Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que fiz. Paulo Cunha ficou de pensar no assunto e como estava para seguir em férias para o estrangeiro, escreveu-me daí a dias uma longa carta a pôr-se à disposição do Chefe do Governo e dizendo quanto lhe seria grato que, em troca, não fosse protelada por mais tempo a construção do novo edifício, havia anos prometido, para a Faculdade de Direito de que ambos éramos professores. Salazar tomou conhecimento e prometeu que faria apressar o andamento do projeto que, segundo corria, estava parado devido a pressões da rival Faculdade de Coimbra... E Paulo Cunha entrou para o Governo onde inaugurou, no Ministério dos Estrangeiros, um novo tipo de gestão, dinâmica, vigorosa, com mobilização dos sorumbáticos e contumeliosos diplomatas para a ativa defesa dos interesses nacionais. Diga-se em abono da verdade que já alguns se haviam distinguido antes, sob a chefia do Dr. Salazar, trabalhando com diligência e convicção.

A União Indiana só voltou à carga em janeiro de 1953. No dia 14 desse mês o Encarregado de Negócios em Lisboa apresenta uma Nota-verbal em que, recordando os termos da que fora apresentada três anos antes, insiste na abertura imediata de negociações para

(7) *Idem*, pág. 219.
(8) Acordo de 18 de julho de 1950, *Idem*, pág. 233.

transferência direta dos territórios portugueses da Índia para a União. [9]

Perante a recusa portuguesa em discutir tal assunto, em nota verbal de 1º de maio pede uma resposta, ameaçando de fechar a legação em Lisboa caso ela não seja afirmativa. [10] Esta nota foi respondida em 15 de maio: o Governo Português "sente seu dever afirmar que (a transferência dos territórios) é uma questão que não pode discutir, e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe". [11] Em face disso em 21 de maio o Encarregado de Negócios comunica ter recebido instruções para encerrar a Legação. [12]

O Governo Português, porém, recusou-se ao corte de relações diplomáticas e conservou a Legação de Portugal em Nova Delhi enquanto pôde.

É curiosa a opinião que nessa altura o Alto-Comissário Britânico na União Indiana exprimiu a respeito dos acontecimentos. Informado pelo nosso representante diplomático do que se passava e perguntado o seu parecer, mostrou-se surpreendido com a marcha dos acontecimentos. Foi de opinião de que não encerrássemos a nossa Legação. Mostrou-se muito compreensivo das razões de Portugal afirmando que, se tivéssemos um dia de publicar a correspondência trocada sobre a matéria com o Governo Indiano, este ficaria em posição lamentável perante a opinião pública internacional: esse Governo nunca procurara responder às alegações portuguesas, ignorara o problema de averiguar a vontade das populações e só insistia pela absorção dos territórios e das populações sem atender a mais nada... [13]

Esta opinião tem particular interesse para mostrar aos entreguistas de hoje o que se pensava então sobre a atitude de Portugal.

(9) *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, vol. I, págs. 281 e s.

(10) *Idem*, págs. 297 e s.

(11) *Idem*, vol. I, pág. 305.

(12) *Idem*, págs. 307-8.

(13) *Idem*, pág. 304.

65

Após o encerramento da representação diplomática em Lisboa, a União Indiana iniciou, simultaneamente com uma campanha jornalística violenta e agressiva, a execução de certo número de medidas destinadas a fazer-nos vergar. O governador do distrito de Damão e as autoridades dele dependentes foram proibidas de transitar pelo território indiano, para se dirigirem aos enclaves de Dadrá e de Nagar Aveli, sem autorização especial para cada caso. Depois veio a proibição de trânsito de armas e munições entre os territórios portugueses. A seguir o encerramento da fronteira indiana com os nossos territórios, visando em especial a impedir a passagem de víveres. Incitava-se à desobediência civil, e formavam-se na União Indiana grupos de pretensos "voluntários" que em bandos, proclamando o seu pacifismo, procuravam invadir a Índia Portuguesa para nela lançarem a perturbação, até que em julho de 1954, depois de cercado por tropas o enclave de Dadrá, este foi invadido pelos tais "voluntários" os quais mataram um subchefe e um agente da Polícia, ambos naturais da India Portuguesa, que se lhes opuseram.

A indignação na opinião pública em Portugal causada pela ocupação de Dadrá foi enorme. Manifestações nas ruas de Lisboa e noutras localidades protestaram contra a violência, e a principal delas dirigiu-se em 24 de julho ao Presidente da República que escutou a mensagem do povo e lhe respondeu em termos sóbrios. [1]

O Governo Português representou energicamente ao Governo da União Indiana contra a ocupação, solicitando que fosse permitida a passagem de tropas portuguesas em direção ao enclave a fim de expulsar os invasores.

A delicadeza da situação que se agravava de dia para dia levou o Dr. Salazar a solicitar ao Presidente da República a convocação do Conselho de Estado a fim de se pronunciar sobre a política que do lado português estava a ser seguida.

(1) *Vinte anos de defesa do Estado Português da India*, vol. I, pág. 413.

A reunião do Conselho teve lugar em 30 de julho. Competiu-me, como vogal mais novo dos presentes, redigir a ata, tendo conservado os apontamentos que nela usei. Vale a pena narrar o mais importante que aí se passou, apenas para mostrar como, ao contrário do que após o 25 de Abril de 1974 se diz, no regime então deposto não se procedia sem informação e consulta dos responsáveis.

Nessa reunião, Salazar começou por fazer uma larga, clara e completa exposição do problema, acentuando o seu desejo de ver apreciada pelo Conselho a linha geral da política até aí seguida nas relações com a União Indiana e de recolher as sugestões dos seus membros para pautar a orientação futura.

Depois de narrar o que se passara e como a União Indiana recusara todas as propostas de negociações feitas por Portugal no sentido de facilitar as relações dos dois territórios, exigindo pura e simplesmente a transferência de soberania, o que não podíamos aceitar, Salazar examinou os três caminhos que restavam à União Indiana:

— desistir das suas pretensões;

— conquistar a Índia Portuguesa mediante operações militares;

— anexá-la por meio das operações chamadas "de libertação" utilizando os "voluntários" civis.

A União Indiana não desistiria, porque a anexação dos territórios portugueses fazia parte do programa do movimento que conduziu à sua independência.

A conquista militar repugnava-lhe porque se apresentara sempre como País pacifista, que repudia o recurso à guerra, e Nehru tinha criado a imagem de campeão da não-violência e de apóstolo da paz mundial, que seria manchada pelo emprego de meios bélicos neste caso.

Restavam as operações irregulares a que então assistíamos sob a aparência de ações isoladas de grupos irresponsáveis de populares.

Qual tinha sido até aí a política do Governo Português? Primeiro, não agravar nenhum problema. Segundo, manter firmemente o *non possumus* quanto às propostas de transferência de soberania. Terceiro, reforçar a guarnição militar com o objetivo de garantir a segurança interna e repelir agressões vindas do exterior, opondo pelo menos resistência honrosa a forças que poderiam ser esmagadoramente superiores. Quarto, guarnecer principalmente os territórios mais importantes, dada a impossibilidade de dispersar forças pelos enclaves onde apenas se encontravam pequenos destacamentos policiais e que assim pareciam condenados a ser "libertados" pelos "voluntários" da União Indiana.

Tinha havido dificuldade em definir o efetivo em que devia ser fixada a força da guarnição militar, já que também era difícil definir os objetivos a que teria de fazer frente.

Tal dificuldade provinha do reconhecimento da impossibilidade de opor uma resistência eficaz à União Indiana no campo militar, uma vez que esta dispunha da iniciativa (podia escolher fazer ou não a guerra, a ocasião de a desencadear, o modo de a conduzir...) e tinha por si a enorme desproporção de meios e a proximidade do lugar da ação.

Pondo de lado, portanto, a viabilidade de uma resistência vitoriosa a operações de guerra da União, tornava-se difícil determinar as forças necessárias para conseguir um objetivo insuscetível de expressão física ou matemática: salvar a honra, dar a vida, fazer pagar caro a vilania, são objetivos de grande elasticidade que permitem na prática a escolha de várias soluções para os conseguir.

Uma coisa, porém, parecia clara: os nossos territórios ocupados militarmente não deveriam cair nas mãos dos chamados "movimentos libertadores", de modo que, para os ocupar e anexar, a União Indiana deveria ser obrigada a fazer a guerra.

Teríamos aqui já uma base para o cálculo das forças, restando verificar se poderíamos mantê-las, dada a distância a que se encontrariam das bases de abastecimento e a duração do período de expectativa.

A finalidade política de obrigar a União a desistir dos seus intentos anexionistas ou a bater-se, revestia a maior importância: se não desistisse, teria de recorrer a uma guerra formal, limitada, é certo, mas guerra, e guerra sem paz, porque se lhe não seguiria tratado que legitimasse a conquista.

Terminou por enumerar os meios jurídicos de que o Governo Português tinha lançado mão ou que havia estudado a possibilidade de utilizar, e por se referir à mobilização da opinião pública internacional, mostrando porém o seu ceticismo acerca da influência que pudessem ter tais recursos sobre a conduta da União Indiana.

Finda a exposição, os conselheiros presentes (cinco natos e oito nomeados, faltando dois por doença) emitiram a sua opinião. Não vale a pena referi-las todas. Bastará resumir algumas.

Por exemplo: a de Armindo Monteiro, cujo desassombro já conhecemos, não tendo nunca abdicado da plena independência da sua opinião.

Armindo, depois de manifestar a sua concordância com a orientação até aí seguida pelo Governo, vê o futuro carregado de apreensões. De um lado, está o imperialismo da União Indiana que não

constituía mera ideologia da elite governante mas sentimento arraigado nas massas do País. Do outro, a resoluta vontade portuguesa de resistir.

Que saídas poderia haver para este choque irredutível de vontade? Só via três: a força, a negociação, o adiamento.

Na solução de força os dados éram-nos de tal modo desfavoráveis, dada a desproporção entre as tropas que poderíamos manter na Índia e o Exército da União, que, em última análise, só poderia aparecer como solução de desespero. Apenas por uma resistência duradoura e heróica poderíamos conseguir comover a opinião mundial. Mas seria viável prolongá-la o necessário? Não deveríamos criar no público a ilusão de que nos fosse possível obter uma vitória graças a esforço militar rápido e barato. Mantendo, pois, a atitude de Povo disposto a defender por todos os meios o seu território, haveria que procurar ao mesmo tempo soluções que coubessem no campo dos adiamentos ou das negociações.

Quais? Lembra que a separação dos dois Estados hindustânicos — União Indiana e Paquistão — se fez na base religiosa — de um lado hindus, de outro muçulmanos. Poderia procurar-se através do Paquistão um entendimento com a União Indiana para a formação de um terceiro núcleo — o cristão — que permitisse salvar o que existia de mais importante na Índia Portuguesa — o seu *facies* espiritual. Era preciso procurar, de qualquer modo, salvar a obra portuguesa na Índia, e isso só pela negociação lhe parecia viável.

Já Albino dos Reis, com toda a sua tradição e formação democrata, opinou que a atitude do País tinha de ser de firmeza e de intransigência porque a Nação Portuguesa nunca absolveria um Governo que entrasse em negociações para transferir a soberania sobre a nossa Índia. As negociações a que nos tempos próximos tínhamos assistido entre países europeus e extra-europeus tinham todas servido de meros pretextos para a capitulação e a derrota do Ocidente.

Não deixarei de reproduzir o meu voto. Depois de dizer que, segundo ouvira, todo o Conselho estava de acordo com o objetivo de conservar a Índia Portuguesa (enquanto fosse possível, acrescentava eu...) observei que só estava em aberto o problema de saber quais os melhores meios para tal conseguir e se haveria limites no esforço a empregar.

Na minha opinião, o esforço militar na Índia deveria apenas tender a garantir a segurança interna e a defendê-la contra os ataques dos irregulares. Se a guarnição constituída com esse objetivo fosse atacada pelo Exército regular indiano, a sua missão seria opor resistência, evidentemente, mas sem que se lhe pudesse exigir que sustentasse uma guerra duradoura. Este ponto parecia-me importante, por-

que tendo a questão resvalado da esfera do Governo para os domínios emocionais das manifestações populares, nestas se estava a criar um clima bélico capaz de fomentar uma opinião pública insuscetível de compreender mais tarde as atitudes governamentais. Se o País fosse informado de que na Índia estava uma guarnição modesta com objetivos restritos, a resistência oposta por uns dias à invasão armada poderia surgir como página heróica; ao passo que, formando-se a idéia de que se achava na Índia o Exército Português para fazer guerra, a mesma resistência pareceria exígua, e seria vista como derrota com efeitos deprimentes na moral da Nação e das próprias Forças Armadas.

Embora concordasse na impossibilidade de negociações para transferir a soberania portuguesa sobre a Índia, eu preconizava que a todo o transe se procurasse manter o contato diplomático com a União Indiana, sobretudo a fim de evitar surpresas e conseguir dilações.

Santos Costa prestou minuciosas informações ao Conselho sobre aspectos militares aflorados.

O Conselho era órgão meramente consultivo. Dele faziam parte, como vogais natos, além do Presidente do Conselho de Ministros, os Presidentes da Assembléia Nacional, Câmara Corporativa e Supremo Tribunal de Justiça e o Procurador-Geral da República. Deste modo, pela representatividade destes e pela experiência e capacidade dos dez vogais nomeados havia a probabilidade de nele se auscultar um largo espectro da opinião.

Aliás, ao contrário do que se afirmou depois, o País era constante e autorizadamente informado dos grandes problemas nacionais. Faltar-lhe-ia a mexeriquice das lutas partidárias e das intrigas de bastidores: mas nada do que verdadeiramente lhe interessava era escondido, com informação proporcionada em termos adequados a adultos capazes de apreender os fatos e de avaliar e ajuizar das soluções.

Neste caso de Goa, por exemplo, além das notas oficiosas, dos discursos dos Ministros e das entrevistas e declarações destes, Salazar, que o acompanhou com o zelo habitual e com alto amor patriótico, sem excluir nunca a frieza de julgamento, dirigiu-se repetidamente sobre ele ao País.

Percorra-se o volume V dos *Discursos e notas políticas*: anuncia-se a preocupação de Goa no discurso proferido perante os dirigentes da União Nacional em 10 de julho de 1953; a questão é largamente exposta nos seus aspectos econômico, político e moral na comunicação que sobre "Goa e a União Indiana" fez ao País pela rádio, em 12 de abril de 1954; depois, em 10 de agosto desse ano,

volta a utilizar a rádio para versar os assuntos jurídicos do conflito com a União Indiana; e em 30 de novembro seguinte, profere um longo discurso na Assembléia Nacional cheio de informações e de reflexões; em 22 de julho de 1955 é publicado um comunicado em resposta a declarações feitas por Nehru numa conferência de imprensa; no discurso de abertura do IV Congresso da União Nacional, em 30 de maio de 1956, nova referência ao problema... e assim por diante.

O assunto foi debatido na Assembléia Nacional mais de uma vez, versado na imprensa, agitado nas campanhas eleitorais, levado ao Tribunal Internacional de Justiça, na Haia, em julgamento cujas fases e audiências foram largamente noticiadas e finalmente documentado pela publicação do livro branco, em quatro volumes, intitulado *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia.* Como pode alguém, com verdade, afirmar que assuntos como este eram na época "salazarista" sonegados ao conhecimento da Nação, ou apresentados deformadamente ao público? É possível que certas pessoas, por incapacidade ou incultura, não dessem por isso ou não percebessem do que se tratava, e parece que nas jovens gerações do Exército gente dessa abundava já. Mas nunca na sua História o País foi tão completa, documentada e exatamente informado dos problemas do governo e da administração pública, como sob Salazar e o governo que lhe sucedeu. Não pela forma dramática, leviana e deformante das discussões partidárias, que aliás nem sequer faltaram por ocasião das campanhas eleitorais: mas mediante exposições serenas, relatórios sérios, documentos autênticos, números e contas, que enchem, todos os anos do período de 1928 a 1974, volumes e volumes de matéria impressa, sem excluir os diários da Assembléia Nacional com os debates parlamentares.

Neste caso da Índia o povo português estava perfeitamente consciente do que se achava em jogo. Além da convicção radicada de se dever defender a integridade do território nacional, do Minho a Timor, todos os portugueses, desde a escola primária, adquiriram a noção da importância de Goa na História de Portugal. Os povos não podem fugir a correntes emocionais. E a lembrança das glórias passadas, a evocação de Vasco da Gama, de D. Francisco de Almeida, de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro, a epopéia camoneana, toda a gesta portuguesa no Oriente devida a missionários, militares e navegadores, tudo isto dava à Índia um valor moral que a Nação nesse período não subestimava. As tropas que seguiram inicialmente para lá, comandadas por oficiais ainda formados nos sentimentos do patriotismo e da honra militar, iam conscientes da sua missão e dispostos a cumpri-la, como se exige dos soldados que cumpram o seu dever.

E que os goeses queriam ficar com Portugal era bem patente, não só no comportamento da grande maioria da população da Índia Portuguesa, mas também, e eu sinto-me tentado a dizer sobretudo, na fidelidade demonstrada pelas comunidades de goeses emigrados no estrangeiro. Estes, que estavam fora da influência das autoridades portuguesas e podiam manifestar-se livres de quaisquer pressões, afirmavam dos vários pontos do Mundo onde se encontravam que eram e queriam continuar a ser portugueses. Até a comunidade goesa de Bombaim, vivendo em pleno território inimigo e ameaçada nos seus interesses vitais, foi exemplar na constância e no vigor com que sempre apoiou a atitude de Portugal.

Era fácil manter esta atitude? Podíamos nós ter fundadas esperanças de que os direitos de Portugal, mesmo quando reconhecidos pela mais alta Corte de Justiça Internacional, fossem respeitados?

Salazar não perdeu nunca a noção das dificuldades e a frieza no julgamento político das situações. Para encerrar esta matéria anteciparei um fato.

Aí por princípios de maio de 1956 (não disponho de meios de fixar a data exata), Salazar aproveitou o ensejo de nova reunião do Conselho de Estado, realizada a fim de dar parecer acerca da conveniência de convocar extraordinariamente a Assembléia Nacional para discutir algumas propostas de lei urgentes, e tornou a versar nele o caso de Goa.

Antes da ordem do dia, leu uma exposição em que apresentava muito cruamente os perigos que da evolução do conflito poderiam resultar para o País. Essa exposição não ficou transcrita na ata, mas foi encerrada em envelope lacrado, e anexada ao livro de atas do Conselho guardado no cofre da Presidência da República.

Não posso recordar o conteúdo da exposição. Mas a súmula do que nela havia de original era isto: o conflito entre Portugal e a União Indiana tornara-se um beco sem saída, porque nem nós poderíamos ceder nem a União queria desistir. Desse modo a União Indiana, impossibilitada de dar mais algum passo sem atos de guerra, ia forçando Portugal a uma resistência indefinida, desgastante e cara. Ora, a manter-se a posição portuguesa, esta tinha de ser defendida em termos de o sacrifício financeiro que ela envolvia não ultrapassar as possibilidades do País e de se evitar um esgotamento que o conduzisse ao colapso.

Portugal tinha ao princípio confiado no seu direito e na audiência deste pela comunidade internacional: mas depois das reações iniciais, que nos haviam sido favoráveis, estava-se já na fase em que a posição das chancelarias era de cansaço e de indiferença e só a muito custo se ia conseguindo o apoio dos amigos.

A interpretação dada a esta exposição pessimista do Presidente do Conselho pelos conselheiros de Estado foi de que, consciente das suas responsabilidades, ele não queria deixar de dizer tudo, e dizia-o perante o mais alto corpo político, na presença do Presidente da República. Mas as opiniões aí manifestadas, a seguir, num ambiente de surpresa e quase de escândalo, foram no sentido de que o único caminho possível era o da perseverança na resistência jurídica e diplomática.

Aliás, se não fosse esse, qual havia de ser? Já no discurso de 30 de novembro de 1954, o Dr. Salazar expusera as soluções preconizadas para o caso, reduzindo-as a três: negociações, resistência militar, independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa. E a todos rejeitara.

As negociações, por estar visto, e mais que visto, não serem aceitáveis pela União Indiana senão para o efeito de entregarmos a soberania e a população. A resistência militar, porque o conflito era insuscetível de solução bélica: "A pequenez dos territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a extensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia para nós sem finalidade útil, para a União sem glória — e, o que é pior, sem termo, quero dizer, sem paz, por não ser concebível Governo Português que pudesse algum dia reconhecer a expoliação". (Afinal houve um Governo em Portugal que a reconheceu: mas não era português, era social-comunista...)

Quanto à terceira solução (que eu defendera numa reunião privada a que assistiram, que me lembre, os Drs. Albino dos Reis e João Lumbrales, e o Almirante Sarmento Rodrigues, ao tempo Ministro do Ultramar) achava-a ingênua e improfícua, pela debilidade econômica do território, sobretudo.

De modo que não ficava outra solução senão... durar. Como dizia um dos conselheiros de Estado, "se no fim perdemos a Índia, que seja pela força das circunstâncias e não por desfalecimento nosso".

Os nossos títulos jurídicos eram bons. Resume-os assim o autor do prefácio do já várias vezes citado livro branco: a Índia propriamente dita é a designação geográfica de um subcontinente onde sempre coexistiram várias soberanias e só numa parte deste se formou a Índia Britânica, dividida em 1947 entre a União Indiana e o Paquistão. Ora a União Indiana não possui nenhum título para reclamar a posse de qualquer território que não lhe haja sido atribuído pelo Parlamento britânico, e o Estado Português da Índia, fundado nos princípios do século XVI, era muito anterior à Índia Britânica,

constituindo uma entidade jurídico-política bem caracterizada. Portanto, a União Indiana não poderia aduzir título legítimo que fundamentasse as suas pretensões à anexação de Goa.

Boas razões de Direito, sem dúvida... Mas desde quando, nas relações internacionais entre um forte e um fraco, se viu a força ceder ao Direito?

66

Em 10 de janeiro de 1955 celebrava-se o vigésimo aniversário da primeira sessão da Câmara Corporativa. Ouvido o Conselho da Presidência, resolvi comemorar a efeméride com uma reunião plenária no belo hemiciclo que fora na Monarquia da Câmara dos Pares e depois servira ao Senado da República. E numa sala que, depois de reparada e arranjada, passou a ser destinada exclusivamente à reunião das comissões, inauguraria o retrato do primeiro presidente, General Eduardo Marques.

O retrato, pintado por Henrique Medina, evocava fielmente o retratado. Conheci-o no Conselho do Império Colonial, órgão a que mais de uma vez me tenho referido e que tanto marcou na minha vida. Lá passei bastante anos de trabalho assíduo e, já crismado em Conselho Ultramarino, tive a honra de ser seu vice-presidente (a quem correspondia a efetiva direção dos trabalhos, pois o presidente era, nominalmente, o próprio Ministro do Ultramar) nos anos de 1953 a 1955.

Quando em 1935 entrei para o Conselho, cujos vogais funcionavam então distribuídos por secções, fui designado para as duas mais trabalhosas de que justamente fazia parte também Eduardo Marques. Como vogal mais antigo competia-lhe presidir a essas secções que conduzia com pontualidade, regularidade e grande correção.

Aí me afeiçoei a esse militar baixo, seco, já entrado em anos, com seu pequeno bigode branco bem cuidado e olhos tristes e leais. Era trabalhador infatigável e escrupuloso. Os pareceres que em projeto apresentava às sessões para discussão vinham escritos numa letra aberta, clara, regularíssima, eram sempre cuidadosamente fundamentados e traziam apensas umas tantas folhas de papel em que o relator copiara, por sua mão, as disposições legais aplicáveis.

O Conselho do Império tinha por esse tempo entre os seus vogais vários militares que haviam feito carreira pelo Ultramar. E contavam que Eduardo Marques era conhecido pela sua impassibilidade perante o perigo, pelo seu aprumo impecável e pela sua meticulosidade no serviço. Chefe do Estado-Maior das tropas portuguesas

na campanha dos Cuamatos, no sul de Angola, em 1907, nunca, durante as penosas marchas a pé, por areais escaldantes, deixara de fazer a barba todas as manhãs, sacrificando embora uma parte da exígua ração de água que lhe era distribuída. E depois da reunião matutina do comando vinha para o ar livre, sentando-se num caixote em frente de outro que lhe servisse de mesa de trabalho, redigir a ordem do dia, não sem que verificasse sempre à transparência a marca de água do papel sem linhas que ia utilizar e que era uma coroa real, para que esta não ficasse ao invés da escrita...

Na Câmara Corporativa foi um presidente cuidadoso, assíduo, cortês, diligente: mas sob o aparente cansaço da velhice e a polidez suave das maneiras ocultava-se uma energia tenaz.

Fomos grandes amigos. O último ato público a que assistiu foi uma conferência minha, na Associação Comercial de Lisboa, em que eu, a propósito da conjuntura que se adivinhava para depois do fim próximo da guerra (era em 1944), fiz "Predições sem profecia sobre reformas sociais". Dias depois foi internado no Instituto Português de Oncologia para ser operado, e lá morreu.

Na noite do falecimento a família apressou-se a chamar os dois vice-presidentes da Câmara Corporativa que eram o Prof. Fezas Vital e eu. Passava da meia-noite. Comparecemos logo no hospital e decidimos que o funeral se realizasse a partir da própria Câmara e que o corpo fosse para lá trasladado nessa madrugada. A fim de tratarmos do que fosse necessário dirigimo-nos os dois a S. Bento. E conto o que se passou, porque vale a pena.

No Palácio funcionavam a Assembléia Nacional, a Câmara Corporativa e os serviços de secretaria da Presidência do Conselho. Deveria, pois, estar cuidadosamente guardado e resguardado. Chegamos à porta principal seriam umas duas da manhã e dirigi-me à sentinela declinando a identidade das pessoas presentes e a necessidade que tínhamos de entrar. Chamado o cabo da guarda, aceitou sem mais prova o que lhe dizíamos e deu-nos trânsito livre. Entramos. Passeamos à vontade por todo o Palácio sem encontrar vivalma. Acendemos luzes, abrimos portas, utilizamos telefones e só por insistência grande conseguimos que aparecesse o estremunhado almoxarife. E um para o outro comentávamos como seria fácil, naquele País confiante e despreocupado, a um aventureiro atrevido, dar um golpe de Estado a partir da própria sede do Poder!

As cerimónias do 20º aniversário da Câmara Corporativa decorreram com brilho. Na sessão plenária falaram vários oradores. Na inauguração do retrato de Eduardo Marques o elogio deste foi feito por Júlio Dantas. À noite os procuradores oferecereram-me um jantar em que discursou, com a elegância costumada, Fernando Emídio da Silva a quem, naturalmente, respondi.

Dias antes comuniquei a Salazar que se iria fazer a comemoração, aproveitando para lastimar que se tivesse parado na organização corporativa cujo remate estaria na constituição das corporações.

No próprio dia da comemoração recebi a resposta:

"Ao Doutor Marcello Caetano.

"Porque estive uns dias na aldeia, só hoje recebi a sua carta de 6. Pelos jornais fui sabendo da comemoração que se preparava e da inauguração do retrato do primeiro presidente, o General Eduardo Marques, trabalho de que me fizeram os maiores elogios.

"Acho que foi ótima idéia comemorar o 20º aniversário da constituição da Câmara Corporativa. Vinte anos são já período em que se pode atentar, e embora a Câmara não seja ainda o que desejamos e esperamos seja no futuro, em organização e em atividade, a verdade é que é uma realidade que se impõe, um princípio em movimento, um órgão prestigioso.

"Não meçamos o seu valor pelo número de pareceres, avaliemo-lo sobretudo pela qualidade dos trabalhos e pela orientação dos estudos feitos.

"Sabe que só por me sentir afogado em problemas e preocupações de administração corrente cada vez mais, não tenho dado o impulso decisivo que se impõe neste setor. Esperemos que brevemente me possa ocupar dele, para o que desde já agradeço a sua imprescindível e preciosa colaboração.

"Neste momento dispenso-me de fazer projetos. Desejo apenas cumprimentar no Doutor Marcello Caetano a instituição a que preside e a cuja atividade tem dado o melhor da sua inteligência e dedicação.

"Se lhe for possível, transmita aos dignos procuradores as minhas saudações e agradecimentos pela excelente colaboração prestada.

"Com respeitosos cumprimentos,

Oliveira Salazar"

De acordo com os desejos formulados no final da carta, comuniquei na sessão plenária a mensagem do Presidente do Conselho, recebida com o natural agrado.

Passados 15 dias mandou-me chamar. Era freqüente encontrar-me com ele, mas em geral para tratar de algum problema relativo ao funcionamento da Câmara ou aos diplomas nela pendentes. Os nossos encontros para outros fins tinham lugar, por via de regra, em reuniões do "conselho privado" de que já dei notícia, e que convocava com freqüência.

Desta vez tratava-se de examinar o problema da criação das corporações, a respeito do qual havia mais de uma opinião: uns queriam que se constituíssem numerosas corporações de setor (do vinho, do azeite, das frutas, do trigo, etc.), enquanto eu me batia por que fossem poucas e de âmbito muito largo (agricultura, comércio, indústria, crédito e seguros, etc.). Por outro lado, havia a considerar o caso das corporações não-económicas, de índole moral e cultural, e que estudar as providências preliminares que facilitassem este último passo da ordenação corporativa da Nação.

Expus os meus pontos de vista, mas a conversa orientou-se depressa para outros aspectos gerais da política e da administração e notei que Salazar estava sem pressa, como que a examinar-me, olhando-me com os seus olhos vivos e percucientes.

Passado para aí um mês, nova chamada e a conversa prosseguiu quer no tema das corporações quer na parte vaga. Saí intrigado. Que quereria ele? Aconselhar-se só comigo, não me parecia natural, e para mais a conversa versava sobre tanta coisa que não me permitia descortinar o ponto concreto que fosse objeto das suas preocupações. Sabia-o muito hábil, e como era capaz de diluir, em rodeios desconcertantes, uma questão que quisesse apurar. Mas francamente, por mais que cogitasse, não vislumbrava o quê.

E os encontros repetiram-se, primeiro espaçadamente, depois, no mês de junho mais freqüentes. Nesta altura, porém, já eu desconfiava do que se tratava.

Efetivamente tinha sido, entretanto, visitado por um amigo meu, muito da privança do Presidente da República, General Craveiro Lopes.

No decorrer da conversa disse-me a certa altura que era indispensável proceder a uma remodelação ministerial, assunto que sabia andar no pensamento dos dois presidentes. O pior era que muitas pessoas que conviria chamar ao Governo tinham excelentes situações económicas e não estariam dispostas a abandoná-las. E dirigindo-se a mim exemplificou:

— O senhor, por exemplo: todos sabem que ganha muito mais com a sua advocacia de pareceres do que ganharia dentro do Governo. Como é que poderia aceitar um encargo desses?

Tocara-me no ponto fraco... Fiz sempre questão de não sobrepor interesses e conveniências particulares aos deveres para com a política que servia e para com o meu País. E disse-lho irritadamente. Não dera eu já suficientes provas do meu desinteresse? Não servira tantos cargos e por tanto tempo gratuitamente? E alguma vez me recusara a desempenhar funções ou a assumir responsabilidades alegando ser pequena a paga? Perguntara mesmo quanto receberia?

Creio que ninguém poderia com verdade asseverar que eu andasse na vida pública para me servir e que nela tivesse atuado com menos correção ou menos escrúpulo.

Nesta tirada de indignação eu defendera a minha causa em tese, esquecendo que a crítica partira do comentário acerca do recrutamento de pessoas pará o Governo.

Acabou a conversa e estive um tempo sem ver o meu amigo. Até que este me reapareceu. E contou-me que estivera após o nosso encontro com o Presidente Craveiro Lopes a quem reproduzira a minha resposta à crítica que me tinha formulado acerca da dificuldade de recrutar pessoas para o Governo. O Presidente ouvira visivelmente satisfeito.

Foi então que caí em mim. Censurei o amigo por ter ido levar tão alto um desabafo pessoal e em ocasião que podia permitir duvidar acerca dos propósitos com que eu dissera o que disse. Sabia lá, mesmo, se o meu amigo tinha dado idéia exata do tom em que decorrera a nossa troca de pontos de vista e contado o diálogo reproduzindo a crítica desencadeadora da minha reação?

Possivelmente o Presidente teria até julgado que eu estava apresentando a minha candidatura...

O meu amigo retorquiu afirmando não compreender a minha zanga. O Dr. Salazar precisava de quem o auxiliasse no Governo e o meu regresso a um posto ministerial era indispensável para lhe dar ajuda.

Contestei que assim fosse: não estava eu a colaborar com ele?

Soube mais tarde, pelo próprio Presidente Craveiro Lopes, o que se passou depois quando o Dr. Salazar o abordou acerca das mudanças que projetava fazer no Governo.

Em primeiro lugar queria substituir o Ministro da Presidência. Este cargo fora criado em 1950, acolhendo sugestões (até minhas: veja-se atrás a carta que escrevi a Salazar em 10 de fevereiro de 1944) para que o Presidente do Conselho tivesse junto de si quem o coadjuvasse na coordenação ministerial e no despacho dos serviços administrativos que com o tempo se haviam acumulado na Presidência. O escolhido para ocupar as novas funções fora o Dr. João Lumbrales, antigo discípulo, assistente e depois sucessor de Salazar na Faculdade de Direito de Coimbra e que desde 1934 a 1950 exercera sucessivamente no Governo os lugares de Subsecretário de Estado das Finanças, Ministro do Comércio e Indústria e Ministro das Finanças. Pessoa de inteira confiança de Salazar e dócil às suas instruções, o acesso às responsabilidades de Ministro da Presidência representou o coroamento da carreira política, mas ao termo de 21 anos em postos ministeriais solicitava impacientemente o regresso à vida privada de

modo a poder ocupar-se dos seus problemas familiares e até restaurar a sua situação financeira comprometida.

Salazar acedera aos seus desejos, e ponderara cuidadosa e demoradamente a sucessão. Acabou por levar ao Presidente da República três nomes, à cabeça dos quais estava o meu.

Craveiro Lopes apontou-o prontamente, dizendo:

— Este é o melhor de todos! Este é que convinha que estivesse junto do senhor Presidente para recolher os seus ensinamentos!

Salazar respondera:

— Sem dúvida. Mas com certeza não aceitará. Dada a situação que tem, a vinda para o Governo representaria para ele um enorme transtorno.

Ao que Craveiro Lopes replicara:

— Pois olhe que tenho razões para crer que se V. Excia. o convidar lhe não dirá que não...

Salazar olhara Craveiro por cima dos óculos, com o papel na mão, e perguntara:

— Seria então o delfim...?

— E por que não? — disse Craveiro Lopes.

Este diálogo que, como disse, o próprio Craveiro Lopes me reproduziu mais tarde, quando já tinha deixado a Presidência, e que eu imediatamente escrevi, iria ter grande influência na minha vida, nas minhas relações com Salazar e no próprio futuro do General...

A experiência mostrou-me que ninguém gosta, quando exerce um lugar de mando, de ver designado, ou só apontado que seja, o seu sucessor. E quanto mais tempo dura a posse da autoridade e quanto mais idade soma o que a detém, menos suporta a idéia de que o seu prestígio seja partilhado e até, porventura, a sua posição diminuída. Os homens são como são: e também é verdade que não falta quem, ao ver um sol nascente, comece a desdenhar o poente, pressuroso em aproveitar do calor benfazejo da alvorada...

Por outro lado a posição de *delfim* é extremamente incômoda. Os adversários do Governo, cansados de atacar um governante há largos anos, sem êxito, encarniçam-se com entusiasmo sobre a nova presa, tentando impedir a continuidade do regime a que fazem oposição. Mas se o atacado cai em assumir as responsabilidades que lhe assacam, para se defender, aqui-del-rei que está a querer transformar-se na personagem número um... A qual vê com alívio um outro a ser alvo das críticas, embora sempre desconfiado dele, desconfiança alimentada pelo círculo dos seus fiéis prontos a notar nas atitudes do outro manifestações de deslealdade ou de ambição...

Em 1955 eu, porém, não suspeitava da conversa havida, embora não ignorasse que era apontado entre os eventuais sucessores. Apenas sabia que Salazar me chamara repetidas vezes a conversar, num ambiente de grande afetuosidade e confiança e debatendo comigo calma e serenamente pontos de vista acerca da marcha do Governo quando não havia acordo entre nós os dois.

A 26 de junho, era um domingo, Salazar telefonou-me pedindo para passar pela casa da Rua da Imprensa às sete e meia da tarde. Estávamos no verão e a essa hora ainda fazia dia, um dia por sinal quente, luminoso e alegre. Quando cheguei fui encaminhado para um caramanchão que existia no jardim da residência oficial, onde encontrei Salazar acompanhado de João Lumbrales. E depois dos cumprimentos cordiais da chegada abordou logo o assunto da conversa.

Na recomposição ministerial a que estava procedendo, o João Lumbrales ia deixar o lugar de Ministro da Presidência, e na lista dos possíveis Ministros o meu nome figurava para a Presidência ou para as Corporações. Que tinha eu a dizer?

(Note-se a maneira de pôr o caso. Eu era Presidente da Câmara Corporativa e nessa qualidade gozava, por lei, de honras protocolares iguais às do Presidente do Conselho de Ministros, precedendo, portanto, todos os Ministros. Na ordem de precedência destes, o Ministro da Presidência era o primeiro, mas o das Corporações e Previdência Social o último, porque correspondia à pasta de mais recente criação...)

Registrei no meu jornal íntimo toda a conversa e por isso posso reproduzir a resposta que dei. E foi quase textualmente esta:

"Para que V. Excia. não pense que o que lhe vou dizer tende a furtar-me a responsabilidades, quero antes de mais declarar que estou, como sempre estive, pronto a colaborar consigo onde entender: neste caso como Ministro da Presidência, ou como Ministro das Corporações, ou como Subsecretário de Estado ou noutra função qualquer, seja ela qual for. A minha posição de doutrinador deste regime, que sirvo já vai para 30 anos, a dedicação pessoal que me liga a V. Excia. em quase outros tantos anos de colaboração consigo, o fato de ter uma situação política e econômica que muitos consideram invejável e de o pessoal político do regime ser acusado de não querer sacrificar os seus interesses quando a Nação precisa dele, tudo me obriga a tomar esta atitude...

"Mas dito isto, creio ser escusado acrescentar que o lugar no Governo não me interessa nem me convém. Tenho bastante personalidade e uma posição marcada demais para ser o colaborador ideal de V Excia. Toda a gente espera que eu faça coisas e seria uma decep-

ção se me reduzisse ao papel de chefe de gabinete, que é uma das maneiras de conceber a função de Ministro da Presidência e sem dúvida a mais discreta, a mais segura, a que tem menos riscos de criar atritos. Ora há assuntos que não poderia deixar de chamar a mim: por todos os motivos, pelo que tenho repetidamente dito e até por ser o Presidente da Câmara Corporativa, estou moralmente obrigado a pôr, quanto antes, mãos à obra na conclusão do sistema corporativo e na criação das corporações. V. Excia. sabe-o bem. Porventura isso seria mais fácil se em vez da opção — Presidência ou Corporações — se admitisse a junção temporária da Presidência com as Corporações. Enfim, não queria suscitar problemas... Mas a minha entrada no Governo ia trazê-los certamente. Já pensou que poderiam dizer para aí que escolhera um sucessor? E que, dada a celeuma levantada pelo discurso de Coimbra, se diria tratar-se de um ato de hostilidade aos monárquicos?"

Salazar encolheu os ombros e observou ser-lhe indiferente que pensassem isto ou aquilo. Aliás alguém havia de lhe suceder um dia, ele não ficaria eternamente no Governo: mas, fosse quem fosse, o seu sucessor só seria escolhido oportunamente...

Quanto à acumulação da Presidência com a interinidade das Corporações, compreendia os meus pontos de vista e estava de acordo quanto à necessidade de prosseguir quanto antes com a organização corporativa, assunto sobre o qual repetidas vezes já tínhamos conversado. Mas o Ministro da Presidência tinha muitíssimo que fazer e não lhe seria fácil acumular, "nas circunstâncias presentes" uma pasta tão trabalhosa como a das Corporações. Por outro lado tinha de tirar da Educação Nacional o Subsecretário de Estado, Veiga de Macedo, que se não entendera com o Ministro mas desenvolvera grande atividade na promoção e orientação da campanha contra o analfabetismo. Deveria dar um razoável Ministro das Corporações e eu ficaria a superintender nesse setor.

Nesta altura João Lumbrales, que assistira sempre silencioso à conversa, pediu licença para se retirar. E durante os momentos da despedida eu meditava na rapidez com que Salazar passara do convite para a pasta das Corporações à notícia de que já tinha pensado em alguém para lá pôr...

Continuamos a conversar. Voltei à carga acerca do convite recebido, dizendo-lhe que pensasse bem no assunto, pois eu não me considerava de modo algum definitivamente comprometido nem o julgava a ele preso pelo que me dissera, podendo assim refletir e decidir à vontade. A resposta que lhe dera, devia tê-lo notado, não era uma aceitação, mas um ato de submissão. Haveria pessoas que poderiam perfeitamente desempenhar o lugar sem apresentarem à face da opinião pública os inconvenientes que o meu nome tinha. E citei-lhe duas.

Salazar ouviu atentamente, com ar muito sério, o que eu estava a dizer, e quando terminei levantou-se da cadeira a dar a conversa por acabada dizendo, em tom que soou mal aos meus ouvidos:

— O assunto está arrumado. O Presidente da República já me tinha dito que o senhor aceitaria com certeza...

O tal tom sobressaltou-me. . Eu sabia quanto o melindraria que, nas suas costas, tivesse havido alguma combinação entre mim e Craveiro Lopes.

— Desculpe-me que não considere o assunto arrumado. E que lhe pergunte o que tem o Presidente da República a ver com este caso?

A pergunta não lhe agradou visivelmente. E disse qualquer coisa referente a "informações que o Presidente já possuía" e que me fez lembrar a conversa com o meu amigo... Peguei logo na deixa e contei-lhe a conversa tal como ela tinha decorrido. Íamos andando pelo jardim até que chegamos à porta da casa. Salazar despediu-se e entrou lentamente na residência enquanto eu, cheio de preocupações, me dirigi para o automóvel que me aguardava a poucos metros de distância.

Hoje penso que chegado a minha casa deveria ter escrito uma carta a recusar pura e simplesmente o convite recebido. A presidência da Câmara Corporativa era uma função que me agradava e me permitia reger os meus cursos na Universidade e desempenhar o cargo de Comissário do Governo junto do Banco de Angola. Além disso, embora muito limitada e escolhidamente, dava pareceres jurídicos. A Câmara Corporativa, como órgão consultivo que era, não implicava para quem a servia as incompatibilidades estabelecidas para os ministros e para os deputados. Por que ia eu trocar esta situação por outra, onde não era difícil adivinhar que iria encontrar numerosas preocupações e agudos espinhos?

... Mas no dia seguinte já da Presidência da República me pediam os elementos para redigir o decreto de nomeação. E várias pessoas começaram a abordar-me felicitando-me e aplaudindo a solução dada por Salazar à substituição de João Lumbrales. Como se espalhara a notícia, não sei. O fato, porém, é que naquele País tudo quanto se passava relativamente ao Governo se sabia dentro de poucas horas.

Não escrevi a carta... Deixei-me assim enlear num enredo que ia amargurar-me a vida por bastante anos.

67

Empossado no cargo de Ministro da Presidência e depois de uma cerimônia de transmissão de poderes extraordinàriamente concorrida, na primeira conversa que tive com o Presidente do Conselho pedi-lhe que definisse o que me competia fazer.

A resposta foi amabilíssima, mas insatisfatória:

— Não vale a pena: os papéis podem ser despachados por mim ou por si, como calhar. O senhor pode decidir tudo, como eu. Um ou outro — é igual...

Já sabia por experiência antiga que situações destas são sempre confusas e suscetíveis de originar conflitos desagradáveis. Mas nunca consegui arrancar-lhe mais do que isso. E só o tempo me foi ensinando quais os assuntos que o Dr. Salazar gostava de resolver por si.

Combinamos que ele me receberia três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas ao fim de manhã. Esse encontro freqüente permitia-me pô-lo ao corrente do que se fosse passando comigo, conhecer o seu pensamento sobre os problemas que surgissem e receber as suas instruções.

Embora me parecesse desnecessário que estas entrevistas de rotina fossem noticiadas, a verdade é que, durante todo o tempo em que exerci as funções, na nota diariamente publicada nos jornais sobre as audiências do Presidente do Conselho, fornecida pelo gabinete deste, eram indicadas as nossas entrevistas. Deste modo o público tinha a impressão de uma grande assiduidade de contatos (o que, aliás, era verdade) em contraste com a dificuldade com que eram recebidos outros Ministros.

Corria nos cinemas por essa altura um filme espanhol cujo protagonista era uma criança chamada Marcelino a quem Cristo se revelava constantemente, conversando com ela. E logo a graça dos cafés me mudou o nome no título da película:

— O Marcelo agora é *Marcelino, Pão e Vinho*...

— Por quê?

— Então não vês que fala todos os dias com o "Senhor"?

E de fato, mesmo nos dias em que não nos encontrávamos ao fim da manhã, acontecia com freqüência ser chamado à tarde, para alguma reunião do "conselho privado" ou, sobretudo em certos períodos, para se tratar de qualquer questão surgida de repente.

Os Conselhos de Ministros agora reuniam em regra uma vez por mês. Mas além das reuniões de todo o Governo, onde geralmente apenas se ouviam exposições informativas sobre a política interna e a política externa, havia as dos conselhos restritos, e estes eram dois.

Um, o Conselho de Ministros para o Comércio Externo, juntava alguns Ministros e Subsecretários de Estado das pastas econômicas (incluindo a dos Negócios Estrangeiros) e altos funcionários com responsabilidades no capítulo do comércio exterior. A presidência deste Conselho que, como adiante direi, teve importante atividade nesse período por lhe estar confiada a orientação da posição portuguesa nas negociações em curso na Organização Econômica de Cooperação Européia (O. E. C. E.), foi-me entregue, tendo sido raras as vezes em que Salazar, a meu pedido, exerceu pessoalmente a presidência das reuniões.

O outro Conselho restrito era o Conselho de Ministros para Assuntos Econômicos, ou Conselho Econômico como vulgarmente se designava. Criado para acompanhar a execução do I Plano de Fomento, teve papel importante na elaboração do II. Embora fosse mais freqüente a presença de Salazar nele, também a maior parte das suas reuniões foi presidida por mim.

Coube-me ainda a chefia de duas delegações ministeriais permanentes para participar em reuniões dos conselhos de Ministros de organizações internacionais: na O. E. C. E. e na N. A. T. O., o que me obrigava a freqüentes deslocações ao estrangeiro.

Como já atrás disse, o Dr. Salazar recebia com regularidade apenas certos Ministros e só de longe a longe dava despacho aos restantes com quem se limitava a tratar pelo telefone e por escrito. Esses Ministros menos atendidos procuravam-me a mim, o que me permitiu colaborar intimamente com alguns deles, sobretudo os das pastas econômicas que, de mais a mais, tinha de contactar com freqüência por causa da execução ou elaboração dos planos de fomento.

Entre os resultados dessa colaboração recordo, com satisfação, o plano da extinção das "ilhas" do Porto. Chamava-se assim aos núcleos insalubres de velhas casas enquistadas no centro da cidade do Porto onde se aglomeravam densamente numerosas famílias, vivendo em condições infra-humanas, de mistura com marginais.

Um amigo meu, o Padre Américo, encetara justa campanha para a extinção dessas "lhas". O Padre Américo era um antigo colono de

Moçambique que aos 40 anos, quando já possuía o seu pecúlio e a vida lhe sorria, resolveu tomar ordens sacras para se dedicar ao apostolado dos rapazes em especial e da gente pobre em geral.

Para resgatar os jovens abandonados criou a *Obra da Rua*, em que constituiu comunidades muito parecidas com a "cidade dos rapazes" que o cinema por esse tempo vulgarizara. Rapazes sem eira nem beira formavam comunidades de educação e de trabalho, organizadas em núcleos familiares, de cuja existência e atividades assumiam a responsabilidade sob a orientação dos "padres da rua" que o "Pai Américo" juntou à sua roda.

Através de um jornalzinho — *O Gaiato* — que logo conseguiu amplíssima difusão, conseguiu para a obra numerosos e generosos donativos com os quais construiu os núcleos onde as comunidades de rapazes viviam em pequenas casas familiares. O mais importante desses núcleos era a *Casa do Gaiato* perto de Penafiel. Daí o Padre Américo dirigia-se freqüentemente à cidade do Porto, que lhe ficava próxima, e buscava nas "ilhas" os parentes dos rapazes ou os próprios rapazes abandonados.

No jornal começou então, no seu estilo muito pessoal, de grande simplicidade mas de enorme poder persuasivo, a contar o que eram as "ilhas" e a clamar contra o escândalo que a sua subsistência no seio de uma grande cidade do século XX representava.

O Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, que mantinha a tradição dinâmica do Ministério, nos princípios de 1956 visitou mais uma vez o Porto, onde o Estado tinha empreendido uma série de obras para ajudar o Município, cujas receitas mal chegavam para ocorrer às necessidades da administração quotidiana. E foi ver as célebres "ilhas", vindo de lá fortemente impressionado.

Fez rápido estudo da situação e verificou que o custo da extirpação daquele câncer e o alojamento daquelas dezenas de milhar de pessoas em casas decentes excedia em muito as possibilidades financeiras do orçamento do Ministério. Quanto às do Município do Porto nem se fala...

Quando regressou a Lisboa procurou-me para tratar de vários assuntos do Ministério e de passagem expôs-me a sua preocupação acerca do caso das "ilhas", e as suas dificuldades em encontrar solução para ele.

Respondi-lhe que a solução tinha de ser encontrada, incitei-o a não desanimar, ofereci-lhe a minha colaboração. Imaginou-se ali logo um plano de financiamento que os aluguéis dos prédios a construir suportariam. Estudei a criação de um serviço no Município para administrar esses prédios. Apoiei o Ministro nas diligências junto da Caixa Geral de Depósitos para a concessão do empréstimo necessário,

já com o plano de serviço financeiro calculado. E no dia do aniversário natalício de Salazar, a 28 de abril de 1956, pôde ser submetido à sua assinatura o decreto-lei com o conjunto de disposições reguladoras da grande obra urbanística da construção dos edifícios nos arredores do Porto para alojar as famílias a retirar das "ilhas".

O plano cumpriu-se. As "ilhas" foram destruídas. E hoje, na periferia da cidade, vêem-se os bairros brancos, cheios de sol e com jardins, para onde desses "ghetos" vergonhosos passaram os pobres que viviam miseravelmente nos casebres sem ar, sem luz, sem água e sem esgotos, mesmo à beira da Sé Catedral ou noutros locais centralíssimos da "cidade da Virgem".

Foi das poucas ocasiões em que, como Ministro da Presidência, tive a alegria de fazer alguma coisa de concreto e útil. Graças a esse grande Ministro que foi o Engenheiro Arantes e Oliveira a quem, como adiante direi, noutros projetos pude ajudar.

Porque as minhas funções eram pouco interessantes. Coordenador do trabalho alheio, intermediário entre certos Ministros e o Presidente do Conselho, se alguma coisa conseguia era em benefício dos outros. Com a agravante de atuar numa zona intermédia, de fronteira, cheia de riscos: se, nas minhas gestões junto dos Ministros, dava um passo mais à direita do que devia ser, encontrava-me a invadir o campo do Chefe do Governo, e este apesar de dizer que não havia distinção de competências era, naturalmente, cioso da sua autoridade; quando o passo alcançava uns milímetros mais à esquerda do que devia ser, encontrava-me no terreno da competência de um Ministro que este defendia logo com unhas e dentes...

E o pior é que, ao procurar deslindar conflitos entre Ministros (que eram freqüentes...), se a solução encontrada não agradava a um deles, este apelava por trás das minhas costas para o Presidente do Conselho que, mal informado, às vezes lhe dava razão. O Ministro da Presidência era assim freqüentemente "circuitado".

Um dia fazia eu uma viagem a certa cidade do Norte onde fora havia algum tempo colocado como bispo auxiliar do velho Arcebispo local um sacerdote muito da minha consideração e simpatia. Nos limites do distrito veio encontrar-se comigo um amigo comum a quem perguntei a certa altura:

— Então como vai o nosso amigo Dom F.?

— Com muitas dificuldades, Senhor Ministro, com muitas dificuldades... Ele quer disciplinar os padres e eles vão ter com o Senhor Arcebispo que lhes dá razão... O Dom F. está muito triste e preocupado...

— Olhe — respondi — diga-lhe que tenha paciência e agüente. E que eu o compreendo bem, porque também sou bispo auxiliar...

A anedota de eu ser "bispo auxiliar" espalhou-se na cidade e não havia, daí por diante, nenhum amigo daqueles lugares que chegasse à fala comigo sem logo vir à baila a graça:

— Com que então bispo auxiliar, hein?

Dos serviços que me estavam entregues na Presidência do Conselho os mais interessantes eram os do Secretariado Nacional de Informação (S. N. I.), por onde corriam os assuntos respeitantes aos meios de informação, à cultura popular e ao turismo.

O Secretariado tinha sido criado, com o nome de Secretariado de Propaganda Nacional (S. P. N.) em 1933, por sugestão do escritor Antônio Ferro que acabara de publicar uma sensacional reportagem de entrevistas com Salazar. Antônio Ferro traçou um plano para tornar Portugal conhecido no estrangeiro, desfazendo lendas antigas e calúnias modernas, ao mesmo tempo que dentro e fora do País divulgaria o pensamento do Governo e as obras por ele realizadas.

E utilizando os poderes que Salazar lhe conferiu como diretor do organismo recém-criado, reuniu à sua volta um grupo de jornalistas, escritores e artistas, muitos deles de vanguarda, pois Ferro se destacara no movimento modernista, fora um dos "futuristas" que nos anos vinte irritara o burguês e mantinha nesse círculo a melhor parte das suas relações de camaradagem.

De forma que o Secretariado surgiu e constituiu-se sob o ímpeto pessoal de Antônio Ferro, sem nenhuma tradição e sem caráter burocrático, dando a idéia a quem lá ia, nos primeiros tempos, de uma redação ou de um ateliê onde o trabalho decorresse num ambiente a que não faltava certa alegre fantasia boêmia.

Mas o tempo correu, os pioneiros envelheceram, Antônio Ferro saiu para a diplomacia, o organismo cresceu, absorveu novas tarefas, admitiu muito pessoal que já não tinha o fogo, o entusiasmo, a imaginação (e até a fidelidade ideológica...) das primeiras horas e apenas procurava ganhar a vida. De modo que começou a ressaltar a carência de estrutura, a falta daquela sólida rotina que agüenta as instituições, mesmo quando delas estão ausentes valores excepcionais. O Secretariado estava, em 1955, caído no marasmo e os contatos com os seus quadros davam a impressão de se estar a lidar com amadores.

Entre muitas anedotas que poderia contar reveladoras desse amadorismo, lembro-me do papel que um dia me foi enviado, para despacho, assinado por um Chefe de Repartição, mais ou menos nos seguintes termos: "Sr. Ministro: a funcionária X tem mostrado sempre boa vontade e desejo de cumprir. Como está para ter brevemente uma criança e os encargos do seu lar, portanto, vão aumentar, proponho que seja promovida à classe imediata". O Chefe da Repartição ignorava as leis que regulavam a promoção dos funcionários!

E já agora não resisto a narrar uma outra. Um dos chefes de repartição que Antônio Ferro levou para o Secretariado era Antônio Eça de Queirós, de quem eu era amigo, desde a época em que, como já contei, os dois escrevíamos alternadamente o artigo de fundo do *Jornal do Comércio e das Colônias*. Mas o Antônio Eça, feito funcionário público já em fase adiantada da vida, nunca conseguiu perceber (nem quis...) certos mistérios do funcionamento dos serviços do Estado. Recebia visitantes estrangeiros, encantados por encontrar o herdeiro do escritor (com quem alguns inicialmente o confundiam), falava primorosamente línguas estrangeiras, era bem educado, amável, bom conversador, *bon vivant*, e o resto não era com ele.

Um dia, em que estava dirigindo a Emissora Nacional, veio a despacho comigo, acompanhado, como sempre fazia, do Diretor Administrativo. Na legislação financeira havia uma disposição que não permitia aos serviços gastar em cada mês mais que a duodécima parte da verba que no Orçamento estava atribuída para o ano todo. O duodécimo só podia ser excedido mediante um processo complicado. Nesse despacho o Antônio Eça, a uma consulta minha sobre qualquer realização que interessava levar a cabo, declarou prontamente que se ia fazer já, já... Mas o Diretor Administrativo observou do lado, respeitosamente, que tinha de se esperar pelo próximo mês porque o duodécimo corrente já não comportava a despesa.

E, perante o olhar surpreendido de Antônio Eça, travou-se entre mim e o Diretor um diálogo a respeito das disponibilidades orçamentais do serviço e do estado dos "duodécimos".

Quando a conversa terminou e eu me propunha passar a outro assunto, o Antônio Eça com ar formalizado e até ofendido, atalhou:
— "Senhor Ministro, peço desculpas do que acaba de se passar. Mas eu nunca julguei que o senhor Diretor procedesse tão deslealmente comigo a ponto de me ocultar esta história dos duodécimos, em que pela primeira vez ouço falar..."

Ri-me à vontade.

— Ó Antônio, então você é funcionário e chefe de serviços há 23 anos e vem-me confessar nunca ter ouvido falar numa das mais corriqueiras formas de disciplina das despesas públicas? Homem, não conte isto a ninguém. E não acuse o pobre Diretor de desleal, porque ele não podia imaginar que o seu Presidente vivesse nesse estado de virgindade administrativa...

Procurei, pois, organizar a casa, tarefa difícil devido aos muitos chefes vitalícios que era impossível desalojar, e imprimir-lhe novo dinamismo. Para isso lembrei-me de, na altura em que se comemorassem os 30 anos do regime criado pela Revolução de 1926, promover

uma grande exposição sobre as atividades culturais que durante esse período tinham tido lugar.

Efetivamente, ao contrário do que os adversários do regime dizem, a época do Governo do Dr. Salazar foi um período de notável florescimento das letras, das ciências e das artes em Portugal. Não é verdade que os tempos conturbados sejam os mais propícios à criação intelectual e artística, embora possam dar ensejo a que se revele algum talento na expressão das angústias, dos dramas, das tragédias da crise. A segurança e a paz permitem que a cultura se enriqueça, que o trabalho se processe com rendimento fecundo, que toda a inspiração possa procurar forma de manifestar-se adequadamente.

E se as circunstâncias gerais facilitaram aos intelectuais e aos artistas que se preparassem pelo estudo e produzissem as suas obras, não pode esquecer-se as condições especiais que estimulavam esse estudo e essa produção. O Estado distribuiu abundantemente bolsas para a preparação e o aperfeiçoamento de cientistas e artistas no País e no estrangeiro, no que foi acompanhado por fundações culturais que nasceram e se desenvolveram em grande número nesse meio século. Além disso, como já notei, a constante construção de edifícios monumentais proveu de trabalho permanente e bem remunerado arquitetos, pintores, escultores e decoradores. E a prosperidade económica levou numerosos particulares a formar coleções que deram movimento ao mercado artístico e às obras de arte valores nunca dantes atingidos.

É a época das edições de luxo, excelentemente ilustradas e das publicações eruditas, algumas monumentais. Do florescimento de gravura artística, com o aparecimento de nova geração de gravadores. E da expansão da medalhística que, de 1940 a 1960, conheceu o seu momento mais alto de História da Arte Portuguesa, comprometido depois pela inflação da produção de medalhas, editadas com fins puramente comerciais, com prejuízo do seu valor comemorativo e escultórico, que o Estado continuava a defender nas que mandava cunhar.

Por outro lado, os organismos oficiais (sobretudo o S. P. N. e o S. N. I.) promoviam constantemente exposições onde os artistas tinham ensejo de se tornar conhecidos, sem falar na participação nas exposições internacionais que levaram ao estrangeiro a revelação das obras portuguesas. Não houve época que se comparasse a esta na promoção artística.

Ópera, teatro, cinema, música, bailado, tudo recebeu apoio generoso do Estado e teve público interessado. E a literatura de ficção conta nesta época uma quantidade de autores e de obras editadas verdadeiramente notável, da qual se destacam alguns nomes dignos de ficarem na História literária do País.

Objetava-se com o "ambiente repressivo" falava-se nas inibições da "censura". Mas não havia censura de livros e a índole do regime não impediu que na literatura e nas artes surgissem movimentos cuja ideologia era francamente contestatária, como sucedeu com o neo-realismo, de caráter socialista-marxista. Pode mesmo dizer-se que a partir de certo momento era timbre do escritor ser anti-salazarista, e por isso declaravam-se oposicionistas não apenas os homens de formação democrática ou socializante como Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Miguel Torga, Domingos Monteiro, José Régio..., mas também os de cariz conservador, e até monárquico, como Tomás de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira ou Alfredo Cortês...

O gosto ou a honra de ser perseguido levavam a interpretar como hostilidade política atos praticados sem essa intenção. Não falo do Aquilino, que aliás nas relações pessoais (dei-me bastante com ele) era muito equilibrado e justo nos seus juízos e por quem Salazar mais de uma vez manifestou consideração e admiração. Num dos seus últimos romances descrevia um julgamento em termos que o Ministério Público reputou ofensivos para a magistratura donde resultou procedimento criminal. O Governo foi alheio ao assunto, apesar de que não faltou quem logo clamasse contra a perseguição "fascista" à Inteligência. Aquilino justificou-se da injúria, tinha de resto um filho do primeiro casamento que era Juiz, e obteve do Governo, se bem me lembro, a inclusão do caso numa anistia libertadora.

Outro episódio que se passou comigo quando era Ministro da Presidência relacionou-se com José Régio. Este escrevera em tempos uma peça, *Jacob e o Anjo*, profundamente poética e que publicou na segunda *Revista de Portugal* dirigida por Vitorino Nemésio nos anos 40 e de que fui assinante. Em certa altura um empresário de teatro popular em dificuldades financeiras apelou para o auxílio do Fundo do Teatro dependente do S. N. I. e com o pedido de subsídio juntou, como a lei determinava, a lista das peças que se propunha representar graças ao subsídio. Quem lhe fizera a lista era um destes intelectuais sem noção das coisas práticas, que relacionou uma série de peças de bom nível literário mas sem condições comerciais. A direção do Fundo do Teatro ao examinar o pedido, ponderou que, estando o empresário em apuros (há tempo que não pagava aos atores e tinha outras dívidas importantes), se não buscasse uma exploração rentável se acharia dentro em pouco tempo na mesma situação crítica e o subsídio seria dado em pura perda, valendo como simples balão de oxigênio.

Para não dar despacho a indeferir o pedido chamei eu mesmo o empresário (aliás meu prezado amigo) a quem transmiti o parecer muito razoável do Fundo e aconselhei a substituir a lista das peças por outra que de momento lhe pudesse assegurar a presença de públi-

co. Referindo-me à peça de José Régio, a título de exemplo, observei que a conhecia por a ter lido na *Revista* e era admirável, mas só pouca gente a poderia apreciar, sendo por isso preferível subsidiá-la num Teatro Experimental.

O empresário agradeceu, seguiu o conselho, mas a conversa, um tanto deformada, chegou aos ouvidos de José Régio e este ficou enxofradíssimo. Em carta expliquei a um amigo comum o que se passara: anos depois, como Presidente do Conselho, inaugurei em Portalegre a Casa-Museu de José Régio onde a carta figurava exposta. Mas várias vezes vi entretanto escrito por amigos do poeta que o Governo de Salazar não deixara representar a peça. O que é tanto mais falso quanto é certo que, poucos anos depois, ela foi levada à cena com o insucesso financeiro que era de prever.

No teatro havia censura e os autores e atores queixavam-se muito dela. Mas, meu Deus, não haveria outros temas que não fossem de ataque político ou de contestação social, para pôr em cena? A verdade é que, apesar disso, durante o período que vai de 1928 a 1968 surgiram numerosos dramaturgos, também quase todos oposicionistas, cujas obras foram representadas. Nem me consta que depois de 1974 os teatros houvessem exibido muitas peças portuguesas que tivesse valido a pena representar antes e o não tivessem sido por causa da censura.

E o cinema? Não foram as décadas de 30 e 40 os grandes momentos da afirmação do cinema português, com filmes de bom nível, cujos temas, empresas, autores e atores, eram portugueses?

Alguma dificuldade, que se não nega, para escrever ou fazer representar tudo quanto se quisesse não obstou, portanto, ao esplendor intelectual da época. E quando se compara o regime desses 50 anos com o que, após o 25 de Abril, se passou com as 90 toneladas de livros "fascistas" queimados ou destruídos nas bibliotecas públicas...

A exposição "30 anos de cultura" inaugurada em 28 de maio de 1956 apresentava apenas uma parte do período de governo do Dr. Salazar. Assim mesmo, as salas do Palácio Foz foram pequenas para exibir as amostras da produção livresca em tantos domínios do saber e da ficção, a riquíssima representação da escultura, a seleção da pintura, o trabalho da pesquisa científica — com relevo particular para o recente Prêmio Nobel — o labor das Universidades, as publicações dos grandes congressos promovidos pelo Estado... A extensão da Exposição não prejudicava a densidade dos documentos apresentados, com um luxo de mostruário que a tornava particularmente atraente: a equipe que a montara tinha a experiência adquirida em grandes exposições anteriores, pois até nelas o regime foi fértil.

Durante a exposição realizaram-se magníficos festivais de Teatro, Cinema e de Música nos quais eram novamente apresentadas as produções de maior êxito do período abrangido pela comemoração.

Fiz questão de que não houvesse qualquer discriminação por motivos políticos: os mais ardorosos inimigos do regime tinham, quando mereciam, o seu lugar, e nos festivais pagavam-se os direitos autorais correspondentes à exibição.

Quando idealizei a Exposição o meu intento era não explicitar qualquer intenção política: a lição dela ressaltaria do próprio documento. Expus naturalmente a Salazar o que ia fazer, ele acolheu a idéia com alvoroçado entusiasmo. Daí a dias pronunciou um discurso aos dirigentes da União Nacional. E não resistiu a falar no assunto:

'Tem-se ouvido afirmar (disse) que este período (1926-1956) mercê de algumas necessárias limitações de liberdade à imprensa, marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa. A decadência podia-se ter verificado independentemente de causas políticas. Mas dessas críticas nasceu a idéia de uma exposição cultural relativa também aos últimos 30 anos. Se a produção literária, científica ou artística e as suas variadas manifestações, impulsionadas ou não pela ação do Estado, se afirmaram em termos comparáveis aos de outras boas épocas, deve a acusação cair por falta de base e o País ter fé no seu espírito rejuvenescido. A mim ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da inteligência portuguesa".

Quando tive conhecimento deste passo do discurso observei-lhe:

— A sua referência à Exposição que eu planeei vai-me criar, certamente, dificuldades entre os intelectuais da oposição. A intenção apologética confessada não pode merecer a colaboração deles. Não seria melhor tirar a lição depois?

Defendeu a referência com o argumento de que não tínhamos de andar envergonhados com as realizações que levávamos a cabo.

Repliquei que não se tratava de "andar envergonhado" ou de proceder às escondidas. Mas de uma questão de método, ou de cautela política, como quisesse. Ficou na sua. Como eu previa, a partir daí os organizadores da Exposição tiveram de vencer certos obstáculos. E alguns autores — raros, deve dizer-se — recusaram autorização para as suas obras serem exibidas nos festivais.

68

Tive também de superintender na representação portuguesa da Exposição Internacional de Bruxelas de 1958. Compareceram nessa Exposição Países do Mundo inteiro com pavilhões mais ou menos imponentes e atrativos, procurando impressionar o público que de toda a parte acorreu em multidões a visitar o vistoso e aparatoso certame. Nós não podíamos competir com os países ricos. Construímos um pavilhão de linhas sóbrias, alegres e modernas onde procuramos dar, com elementos muito seletos, uma imagem do passado, do presente e das perspectivas futuras de Portugal. Por duas vezes me desloquei a Bruxelas por causa da Exposição: a primeira no final de 1957 para apreciar o estado dos trabalhos, e a segunda, já com ela em pleno funcionamento, para assistir à festa que organizamos no dia consagrado a Portugal. O *prato forte* da festa foi a participação de Amália Rodrigues. Para a escutar encheu-se o teatro da Exposição, a deitar por fora, como nos dias dos maiores sucessos. Amália esteve à altura da sua reputação. E no dia seguinte, no restaurante do pavilhão (que foi sempre um dos mais procurados), em almoço que ofereci aos artistas portugueses, tive ocasião de a condecorar com a Ordem de Santiago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico. Poucos artistas, como ela, a mereceram pela maneira como contribuiu para difundir o nome de Portugal. Houve períodos em que no estrangeiro quando se falava no meu País, qualquer um relacionava logo com Amália, o Benfica, Eusébio... Amália foi um grande momento da canção popular portuguesa — e não só do fado, que ela ergueu a um nível de dignidade artística até aí nunca atingido.

Nessa segunda visita a Bruxelas fiquei hospedado na Embaixada de Portugal então ocupada, já haveria uns 13 anos, pelo meu amigo Eduardo Vieira Leitão. Íntimo colaborador de Teixeira de Sampaio e de Salazar enquanto chefiou a Repartição dos Negócios Políticos do Ministério durante o fim da guerra de Espanha e os primeiros tempos da conflagração mundial, Eduardo Leitão criou na Bélgica, onde foi colocado logo depois da libertação, uma situação excepcional. Amigo dos políticos de todos os partidos, a Embaixada de Portugal tornou-se o ponto de encontro deles, o lugar neutro onde nos

momentos difíceis se aplanavam obstáculos e procuravam soluções. Contra todas as praxes da diplomacia tradicional, Eduardo Leitão andava metido nas tricas da política belga, vivia nela como peixe na água, mas era bem visto de todos os lados, não representava País suspeito de intervencionismo e o seu propósito era sempre conciliador.

Num dos dias em que permaneci na capital belga estava marcado um banquete em minha honra a que assistiam o Primeiro-Ministro, Sr. Van Acker, velho socialista, fervoroso amigo de Portugal e admirador de Salazar, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e outros Ministros. Na véspera, a seguir a uma votação na Câmara dos Deputados, o Governo pediu a demissão.

Eduardo Leitão esfregou as mãos:

— Não tem importância! Os Ministros demissionários vêm na mesma. Mas eu também tinha convidado os principais chefes do Partido Cristão-Social que lhes vão suceder. Você terá no jantar os Ministros que saem e os Ministros que entram...

E assim foi, dias depois o novo governo era constituído com algumas personalidades da oposição com quem estivera no banquete. Neste, o convívio foi franco e cordial. Leitão movia-se animadamente de um lado para o outro, excitado pela crise. Van Acker, que eu já conhecia e que se tornou também meu amigo (não posso esquecer que me visitou em Lisboa, no verão de 1973, em plena campanha da imprensa estrangeira contra Portugal a pretexto dos pseudo "massacres" em Moçambique, dizendo-me: "Não quis deixar de vir estar uns dias em Portugal, como de costume, e de o visitar, por ver que está em dificuldades...") achava-se, porém, apreensivo. Voltaria para o lugar de burgomestre de Bruges, único de que vivia, e que não era, positivamente, aliciante.

Estes socialistas belgas da velha guarda eram personalidades curiosas. Tendo começado a vida como operários ou intelectuais de vanguarda, cheios de idealismo, com o correr dos tempos haviam sido curtidos pela experiência pessoal e política. O bom senso natural, o patriotismo posto à prova em duas invasões da Bélgica pelo inimigo, a necessidade de no Governo enfrentar as realidades e fazer face a graves problemas nacionais, tinham-nos transformado em prudentes burgueses e afastado dos devaneios doutrinais. No Partido Socialista Belga surgira um dos mais interessantes revisionistas do marxismo, Henri de Man, que Van Acker me dizia ter sido a mais destacada figura da sua geração, infelizmente comprometida pelo colaboracionismo com os alemães na altura da guerra. E Spaak não acabou, mesmo antes de abandonar o Partido, por exprimir tantas opiniões que poderiam ser consideradas de direita? Van Acker era um homem lealíssimo ao Partido: mas não era sectário, nem deixou jamais de apreciar figuras e atos com imparcialidade — e coragem.

Coube-me também nessa altura ser recebido em audiência pelo jovem Rei Balduíno. Tinha ao tempo 28 anos e já alguns de reinado. Simpático, pareceu-me pouco à vontade na função. Competia-lhe dirigir a conversa, o que fez formulando-me algumas perguntas sobre Portugal e o nosso Ultramar e fazendo a propósito considerações que mostravam ter estudado antes o tema. Mas a seguir, talvez por haver sido informado de que eu era professor, começou a "folhear-me" sobre questões de política internacional e de Direito Público, a que eu fui respondendo com a clareza e a precisão que pude. Lembrava-me os diálogos que fora das aulas, nas horas em que estava no meu gabinete da Faculdade ao dispor dos alunos, mantinha com os estudantes. Despedimo-nos, com o Rei mais aberto e desinibido, quase cordialmente. O Embaixador Vieira Leitão, à saída, observava com ar feliz que a audiência excedera muito o tempo habitualmente destinado a esse tipo de recepções. Mas a experiência ensinou-me que, para serem agradáveis aos Ministros, os Embaixadores dizem sempre isso àqueles a quem acompanham...

69

Ao Secretariado Nacional de Informação competiam também as relações com a imprensa. Costumava eu distinguir dois tipos de relações: as de promoção, apoio, colaboração à imprensa que era o papel do Secretariado, e as de polícia dos delitos de imprensa que pertencia a uma Direção dos Serviços de Censura, composta quase só por militares e gozando de bastante independência. O Secretariado deveria ser o alimentador, o acelerador; a censura o freio, o travão... Quem dirigia os serviços de censura era um antigo professor do Colégio Militar, o Coronel Armando Larcher, licenciado em História, homem bastante culto e liberal que criara um estilo amistoso de relações com as redações dos jornais. Tinha despacho comigo uma vez por semana, como os outros diretores-gerais. Desde início lhe disse que não me propusesse nunca casos concretos: o nosso despacho só deveria visar orientações gerais. E assim era. Expunha-me as dificuldades surgidas, relatava-me o modo como as tinha resolvido e colhia daí instruções sobre o modo de proceder. De modo que tudo correu sem problemas graves até ao dia em que, sentindo aproximar-se a data da aposentadoria por limite de idade, o Cor. Larcher começou a ter pretensões... Mas isso é outra história que não vem para aqui.

Raramente os diretores dos jornais me procuravam para colher informações ou apresentar alguma reclamação. Em geral quem tratava comigo era o Presidente do Grêmio Nacional da Imprensa Diária, João Pereira da Rosa, diretor de *O Século*.

Self-made man, Pereira da Rosa era um homem bastante inteligente que, tendo entrado ao serviço do jornal em posição modesta, soubera progredir pelo seu mérito até conseguir não só a direção como a propriedade do antigo e prestigioso diário.

Forte, corpulento, de feito autoritário, corajoso nas atitudes, Pereira da Rosa impusera-se pelo tom combativo do jornal e pelo desassombro com que falava e agia. Era temido e respeitado. Quando no princípio da década de 30 fez concurso para professor da Faculdade de Medicina de Lisboa o célebre cirurgião que havia pouco lhe

tinha salvo a vida, *O Século* apoiara discretamente o candidato. Mas este acabou por, embora aprovado em mérito absoluto, ser preterido com mais dois colegas pelo Dr. Jorge Monjardino regressado havia pouco do Rio de Janeiro. *O Século* rompeu então fogo desabrido contra a Faculdade, acusando-a de parcialidade e argüindo o concurso de irregular. Os candidatos preteridos reclamaram para o Ministério da Educação e, não encontrando amparo neste, recorreram para o Supremo Tribunal Administrativo.

Ocupava então o cargo de diretor da Faculdade de Medicina o célebre psiquiatra Prof. Sobral Cid. Dirigiu-se à Faculdade de Direito a pedir assistência. E como o professor de Direito Administrativo era eu, eis-me advogado do Dr. Jorge Monjardino e da escola que o aprovara. Não faltaram as pessoas cautelosas a lastimar-me. — "Coitado, no que o foram meter! Vai ter *O Século* à perna..."

Não tive. E aconteceram logo a seguir outras coisas, atos meus que tinham de ser o que foram, mas necessariamente desagradáveis a João Pereira da Rosa e ao terrível editorialista do jornal, Adelino Mendes. Não há porém como proceder direitinho... Aí começou, afinal, a minha amizade com os dois que durou até à morte de qualquer deles.

Conversava, pois, freqüentemente e sempre à boa paz, sendo Ministro da Presidência, com João Pereira da Rosa e logo ao começo lhe disse da minha intenção de estudar uma lei da imprensa que permitisse abolir a censura.

A censura era uma forma de prevenção para a qual tivera de se caminhar (e já tinham sido freqüentes os períodos da sua instauração na vigência da 1ª República, com governos liberalíssimos) porque a imprensa portuguesa não tinha a noção dos limites e a repressão judicial dos delitos nela cometidos era demorada, originava processos escandalosos e acabava por ser ineficaz quando não contraproducente. Pois bem: eu pensava redigir uma lei em que se discriminassem com bastante precisão as matérias cuja publicação era vedada ou condicionada e que regulasse um processo sumário, rápido, para aplicação aos delitos de abuso de liberdade de imprensa de penas o menos pesadas possível (para que os juízes não tivessem escrúpulo de impô-las), mas de cuja acumulação resultassem automaticamente efeitos muitos graves: proibição de escrever, suspensão do jornal...

Pereira da Rosa incitava-me a ir por diante.

— Faça uma lei dura, muito dura mesmo. Aceitamos tudo, contanto que a censura seja suprimida e tenhamos regras para graduar a nossa responsabilidade.

E fiz o projeto. Discuti-o com ele e ouvindo por vezes outros diretores de jornais — alguns dos quais muito menos entusiastas que

Pereira da Rosa quanto à abolição da censura, pois esta isentava-os do trabalho de rejeitar o que lhe mandassem para publicação: mesmo que não chegasse a ser enviado o original à censura, a desculpa para o colaborador cuja prosa não estava em condições de aparecer, era fácil:

— Sabe, a censura não deixou passar...

E o homem lá seguia, grato às amabilidades do Diretor do Jornal e furioso com o regime que lhe não deixava botar cá para fora as excrescências do intelecto... Mais um "intelectual" que ficava inimigo do regime...

O projeto-de-lei da imprensa andou para trás e para diante, a ser visto e revisto pelos doutos, e lá ficou quando deixei o Governo.

Ao assumir a Presidência do Conselho em 1968 retomei o assunto. Ainda quis ver o projeto antigo: envelhecera... Houve que fazer outro, de novo, no Ministério da Justiça. Não me envergonho da lei que, a partir deste projeto, a Assembléia Nacional aprovou, com alterações, após parecer polêmico da Câmara Corporativa. Só que havia a guerra no Ultramar e a Censura nesse momento não podia ser dispensada.

Foi ainda a superintendência nos assuntos de informação que me permitiu ser o introdutor da televisão em Portugal.

Quando tomei posse do lugar de Ministro da Presidência apareceu-me, entre os assuntos pendentes, o relatório elaborado por uma comissão presidida pelo então Coronel Luís de Pina, acerca dos problemas da radiodifusão em Portugal, no qual se abordava a instalação da radiotelevisão, estudando as condições em que poderia ter lugar e os efeitos dela sobre a situação das estações emissoras de rádio existentes.

Eu tinha, nas minhas saídas pelo estrangeiro, tomado contato com essa nova e aliciante forma de comunicação que era a TV. E parecia-me que Portugal estava a atrasar-se demais na sua implantação. Por isso, li logo atentamente o relatório e pus mãos à obra da criação da empresa de economia mista que haveria de receber do Estado a concessão do serviço.

A Emissora Nacional, que dispunha de excelentes técnicos, concluiu rapidamente os estudos preparatórios. Por mim, traçado o esquema da distribuição do capital entre o Estado, os clubes radiofônicos particulares existentes e os estabelecimentos bancários que depois haveriam de disseminar a sua parte pelo público, conversei com os vários possíveis interessados, assegurei-me da colaboração dos bancos, resolvi com as estações de rádio as dificuldades existentes (pensava-se que a TV lhes tiraria a publicidade que as sustentava) e consegui sem

mais demora que em 18 de outubro de 1955 saísse o diploma que autorizava a concessão e que a sociedade concessionária se formasse em dezembro seguinte.

Elaborou-se com o Ministério das Comunicações o contrato de concessão, o fornecimento do equipamento das estações foi adjudicado em concorrência pública e em 1957 tive a alegria de ver entrar em funcionamento os primeiros centros emissores — de Monsanto, da Lousã e do Porto.

Fui o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expor ao País, em junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Rádio Televisão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como Chefe do Governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era o instrumento ideal para um Governo se tornar popular.. se o merecesse.

70

Além daquilo que tinha de fazer por ser do foro dos serviços cujo despacho estava a meu cargo, Salazar incumbia-me constantemente de trabalhos que lhe vinham ter às mãos. Logo nos primeiros meses da minha estada no Governo me entregou uma proposta de lei que o Ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, lhe apresentara sobre organização do País em tempo de guerra. A técnica jurídica estava deficiente e pareceu-me conveniente remodelar o texto por completo. Obtido o consentimento do Ministro da Defesa Nacional meti mãos à obra. Sempre me interessei pelos problemas militares e na proposta procurava-se dar corpo a certas recomendações da N. A. T. O. referentes à mobilização civil que a guerra total dos nossos dias impõe para apoio da ação dos Exércitos. Essa mobilização civil tinha de competir aos órgãos de governo a cujo cargo se encontrassem as comunicações, a economia e a informação e já se previa no projeto que me foi entregue a sua coordenação pelo Ministro da Presidência.

Dada nova redação à proposta, reunimo-nos depois em várias sessões, Salazar, Santos Costa e eu, para assentarmos nos seus termos definitivos. As relações do Ministro da Defesa comigo tinham-se normalizado; mas este trabalho comum foi muito útil para dissipar as derradeiras sombras e estabelecer entre nós estreitos laços de camaradagem. Tanto mais que Salazar me confiara, como disse, a chefia da delegação portuguesa aos conselhos de ministros da N. A. T. O., de que faziam parte os Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Quando o trabalho acabou e entreguei a versão final do texto a remeter à Assembléia Nacional, Salazar teve um gesto que me penhorou. Não havendo um Ministério da Presidência e sendo o Ministro apenas um adjunto do Presidente do Conselho, está claro que onde estivesse a assinatura deste não era preciso a minha. Mas quis, apesar disso, que subscrevesse a proposta, mandando-ma, com um cartão seu, para esse efeito.

Aliás a colaboração entre nós corria o mais cordialmente possível. Se eu, por disciplina, lhe submetia todos os projetos dos discursos

ou declarações que tinha a fazer, ele, por mera amizade, ouvia-me com freqüência sobre os textos que redigia. Em geral isso passava-se no decorrer dos nossos encontros tri-semanais. Mas às vezes escrevia:

"Se me fizesse favor, lia esse projeto de artigo para os Foreign Affairs *em que lhe falei ontem e tomava nota do que lhe parecesse menos bem ou do que lhe pareça faltar. Nunca escrevi para o público americano. Quis ser o mais possível objetivo, fugindo mesmo a apreciar ou a* julgar, *sempre que foi possível, a política da U. Indiana. Mas pode ter escapado alguma coisa evitável".* (4.XI.55)

"Pediram-me, como sabe, umas palavras para a posse dos presidentes das com. dist. da U. N. Foram escritas excessivamente a correr e estou a dar-lhes agora uma revisão. Não poderão já fazer-se alterações importantes, mas pode eliminar-se o que entenda que não deve ser dito. *É para este último aspecto que chamo a sua atenção pedindo-lhe o favor de perder 10 minutos a ler as palavras e a anotar o que em seu parecer será conveniente não dizer. Fiz uma referência à exposição cultural em que me falou mas não sei se traduzi com fidelidade a idéia. Com respeitosos cumprimentos e agradecimentos antecipados pela colaboração"* (9.I.56).

Este discurso foi aquele em que se referiu ao meu projeto da Exposição "30 anos de cultura". Já contei a objeção que levantei: mas ele ouvia tudo o que eu lhe dizia e só aproveitava o que entendia, como aliás era seu direito.

Nessa época, como o Ministro das Comunicações era um coronel que tinha de sair temporariamente do Governo para prestar provas para oficial-general, fui nomeado para interinamente gerir essa pasta durante todo o mês de janeiro de 1956. E no fim do ano, tendo adoecido o Prof. Paulo Cunha, recebi o encargo de também o substituir — de 26 de dezembro de 1956 a 11 de fevereiro de 1957.

Salazar que dirigia, como já disse, a política exterior, costumava ficar com a gerência do Ministério na ausência ou no impedimento dos Ministros dos Estrangeiros. O fato de o não ter feito dessa vez deve-se sobretudo a que havia no mês de dezembro numerosas questões administrativas a resolver, acumuladas por virtude das freqüentes ausências do Ministro e, depois, da doença dele. E estava anunciada para fevereiro de 1957 a visita a Portugal da Rainha de Inglaterra Isabel II. Coube-me, pois, o trabalho ingrato dos preparativos da recepção. Que inferno, sobretudo a elaboração das listas de convites para as cerimônias! Os pedidos eram inúmeros e havia os que, sem pedir, deviam ser convidados e importava não esquecer.

Neste caso dos convites enxertou-se mais um episódio da guerra de Alecrim e Mangerona desencadeada pelos monárquicos. Pensou-se que, para a recepção oferecida pelo Presidente da República nos

suntuosos salões do Palácio da Ajuda, seria conveniente convidar os representantes das velhas famílias da aristocracia portuguesa. Muitos deles usavam títulos nobiliárquicos. Mas esses títulos tinham sido abolidos pela República e não podiam ser oficialmente reconhecidos. De modo que os convites para a Ajuda foram expedidos com os nomes civis dos convidados, e sem a indicação dos títulos que, muitas vezes arbitrariamente, usavam.

Que foste fazer! Os tais titulares reuniram-se e, considerando-se ofendidos pela omissão (!), resolveram não comparecer. O pobre Presidente Craveiro Lopes, que não teve intervenção no assunto, carregou mais essa culpa para a acusação de hostilidade aos monárquicos que lhe era formulada.

A questão era completamente tola. O Embaixador de um País monárquico dizia-me, na altura, com ar assombrado:

— Mas eles não perceberam ainda que vivem numa República?

Está claro que em 1910 tinham percebido perfeitamente. Emigrados uns, forçados outros a retirar-se da vida social, muitas famílias aristocráticas tinham empobrecido nos primeiros anos da República, não sendo raros, de resto, os titulares que já na Monarquia viviam modestamente. A nobreza apagara-se e raros eram os que usavam títulos. Mas depois do Estado Novo pouco a pouco reapareceram, viram-se prestigiados, foram-se aliando por casamento aos grandes empresários do comércio e da indústria e os herdeiros daqueles que algum dia haviam usado um título (concedido muitas vezes numa só vida) começaram a usá-lo com o único e fácil esforço de o inscreverem na lista telefônica. A crença de que as coisas se encaminhavam para a restauração monárquica deu novo alento a essa nova nobreza, até ao ponto de se atrever a desconsiderar o Chefe do Estado recusando coletivamente um convite seu. Salazar doeu-se, mas deixou passar. Ia assim alimentando um equívoco pernicioso.

Esse ano de 1956 foi, aliás, fértil em acontecimentos e trabalhos.

Em 20 de julho de 1955 faleceu em Lisboa o milionário arménio Calouste Gulbenkian cuja fortuna fora feita graças à exploração de petróleo na Mesopotâmia e era alimentada por uma *royalty* de 5% paga pelo petróleo extraído pelas suas companhias, em especial a Irak Petroleum Company. Tinha-se dedicado a colecionar obras de arte e possuía verdadeiras preciosidades, parte das quais se achavam no seu palácio da Avenida de Iena, em Paris. Veio a guerra e Gulbenkian, há muito naturalizado inglês, não se sentindo em segurança em França nem na Grã-Bretanha, acolheu-se a Lisboa onde de 1942 a 1955 residiu no luxuoso Hotel Avis, depois demolido. Esses anos de tranqüilidade considerou-os ele dos mais felizes da sua vida e não escondia a sua gratidão a Portugal nem a sua admiração pelo Dr. Salazar e pela política que conduzia com tanto equilíbrio.

Ao redigir o seu testamento assistido por advogados britânicos e pelo advogado português Azeredo Perdigão resolveu que a maior parte da sua fortuna, incluindo as obras de arte, se destinasse a uma Fundação que teria a sua sede em Lisboa, visando a fins culturais e beneficentes em qualquer parte do Mundo. Tratava-se de manifestar a Portugal confiança no equilíbrio do seu povo e na prudência do seu Governo.

Aberto o testamento, verificou-se que como executores ou *trustees* indicava Lord Radcliffe, o genro Kevork Essayan e o Dr. Azeredo Perdigão, excluindo porém um filho que tinha. O Presidente da Fundação seria o advogado inglês Lord Radcliffe, ao tempo já feito juiz da secção judiciária da Câmara dos Lordes.

Algum tempo depois de eu ser nomeado Ministro da Presidência um amigo comum pediu-me que recebesse o Lord, o que fiz logo que ele se apresentou em Lisboa.

Lord Radcliffe queria sondar as disposições do Governo Português já que a abertura da herança fora em Portugal e dependia de lei especial a isenção de direitos de transmissão. E sem mais rodeios disse-me que, em seu entender, a maioria do Conselho de Administração devia ser constituída por cidadãos não portugueses, para marcar o seu caráter internacional, acrescentando que os portugueses não seriam capazes de administrar uma instituição como aquela, cujo capital se avaliava então em dois milhões de contos.

Imagina-se o meu espanto e a minha indignação perante uma declaração dessas! A que se seguiu logo outra: tínhamos de nos convencer que a Fundação não se destinava aos portugueses e para afastar a possibilidade de qualquer pressão sobre os administradores, o Lord anunciava ser seu intuito incluir nos estatutos um artigo limitando a 10% dos rendimentos anuais a porção aplicável em Portugal. Magnanimamente acrescentava que a percentagem era suscetível de negociação: podia ir a 12, ou mesmo a 15 por cento por ano!

Respondi-lhe que tinha de se distinguir o âmbito de exercício dos fins da Fundação, dos requisitos da sua nacionalidade. Quanto ao âmbito de exercício, a Fundação era internacional; mas desde que o instituidor a criara com sede em Lisboa é porque deliberara pô-la ao abrigo do Direito Português, isto é, queria que fosse portuguesa. Ora o mínimo que se poderia exigir a uma instituição para lhe reconhecer a nacionalidade portuguesa era que, além de ter sede em Portugal, a maioria dos seus administradores fosse portuguesa também. Não podia de modo nenhum aceitar a sua ofensiva apreciação acerca da incapacidade dos meus compatriotas para gerir uma Fundação de âmbito internacional.

Lord Radcliffe ficou de pensar no assunto deixando logo entender que, caso não se verificassem certas condições, renunciaria aos encargos que o testamento lhe conferia. Pela minha parte prometi relatar

ao Presidente do Conselho a conversa havida, o que fiz. E o inglês regressou à sua terra.

A essa conversa seguiu-se uma demorada negociação mantida por correspondência, através do Dr. Azeredo Perdigão, que orientei de acordo com o Dr. Salazar. Lord Radcliffe não aceitou a posição do Governo Português, apesar de algumas concessões que lhe foram feitas (não nos pontos essenciais) e acabou por renunciar à testamentaria e à Presidência da Fundação. Esta coube então ao Dr. Azeredo Perdigão que, para evitar qualquer efeito nocivo na opinião inglesa da renúncia do Lord, escolheu, com o outro *trustee*, para administradores, dois portugueses bem conhecidos e muito respeitados na Grã-Bretanha: o antigo Embaixador Duque de Palmela e o Embaixador que ao tempo representava Portugal em Londres, Pedro Theotônio Pereira.

Assim se evitou a manobra antiportuguesa e se pôde aceitar os Estatutos que em julho de 1956 foram aprovados por lei, outorgando-se à nova instituição os mais largos benefícios fiscais.

A história, porém, é bem mais comprida do que ficou escrito neste resumo, incluindo uma espécie de chantagem do filho do benemérito instituidor, Noudar. Este não se conformava com o atestado de incapacidade passado pelo Pai. E fez o possível por anular o testamento ou, pelo menos, por conseguir um lugar na administração da Fundação. Ainda nos deu muito trabalho e bastantes preocupações. Acabou publicando um livro sobre o assunto, em Londres, de escassa repercussão e, depois, sumiu e morreu. Que descanse em paz!

Depois de abril de 1974 a onda social-anarquista que varreu o País também afetou a Fundação. Negando a propriedade privada, resolveu desrespeitar a vontade de quem dispusera dos bens. Os "trabalhadores" ocuparam o magnífico edifício da sede e atacaram a Administração, "saneando" alguns administradores e procurando chamar a si o bolo da fortuna que Gulbenkian pretendera beneficiasse, onde quer que fosse necessário, as ciências, as letras e as artes, ao mesmo tempo que socorresse instituições de assistência. A Fundação era "reacionária", com certeza; não tinha sido a fixação da sede em Portugal um testemunho de benefícios recebidos do regime "fascista" e da confiança que este infundia?

E em face da capitulação de quem tinha o dever jurídico e moral de fazer prevalecer, através de tudo, a vontade do instituidor e a independência da Fundação, pergunto hoje a mim mesmo se Lord Radcliffe não tinha alguma razão para os seus temores. Suspeito que no seu túmulo os ossos de Calouste Gulbenkian tenham dado muita volta de indignação, por estar a Fundação que ele criou, fruto do capitalismo, a servir a causa do socialismo e o seu Presidente andar tropeçando pressuroso na comitiva do Secretário-Geral de um partido marxista...

71

Em outubro de 1956 deu-se a revolta da Hungria contra o regime comunista. O Mundo livre vibrou com a insurreição dos estudantes de Budapest, logo secundada por todo o país. E um arrepio de indignação o percorreu quando em novembro os tanques soviéticos entraram pelas fronteiras húngaras e massacraram os patriotas revoltados, impondo-lhes novamente o detestado jugo do partido pró-russo. Fui nessa altura procurado por uma jovem estudante do Instituto Superior Técnico, inteligente e vibrátil, que me anunciava o propósito dos estudantes de Lisboa, conduzidos pela Juventude Universitária Católica (J. U. C.), fazerem uma manifestação de apoio aos estudantes húngaros anti-comunistas. Prontamente lhe dei todo o meu apoio. A manifestação realizou-se. Milhares de rapazes e raparigas, no dia marcado, desfilaram em silêncio pelo centro da cidade a caminho do Palácio S. Bento onde recebi a comissão diretora. Ouvi o seu protesto contra a brutalidade soviética. Respondi em breves palavras, destacando sobretudo que havia uma grande lição a tirar da improficuidade dos esforços dos povos oprimidos pelo comunismo para se libertarem dele: que é mais fácil defender a liberdade que se tem, do que recuperá-la depois de perdida.

Quem me havia de dizer que Maria de Lurdes Pintassilgo, a alma dessa manifestação anticomunista, viria a ser, 20 anos depois, ministro de um governo opressor do povo português lado a lado com o homem que, secretário-geral do Partido Comunista, se afirmou sempre partidário das doutrinas e dos métodos do estalinismo!

Pela mesma altura, isto é, em outubro de 1956, foi inaugurado na União Nacional o Centro de Estudos Político-Sociais com uma conferência minha. O Centro destinava-se a reunir homens novos para examinarem os problemas nacionais e os discutirem, de modo a prepararem-se para a política, elaborando ao mesmo tempo a doutrina a opor às idéias marxistas cuja crítica se faria também. A alma do Centro era o meu amigo Camilo de Mendonça, que ao tempo integrava a Comissão Executiva da União Nacional, e de meus amigos,

dizendo-se muitos meus discípulos, se compunha a maior parte dos participantes nos trabalhos.

Camilo de Mendonça é um homem inteligente e com notável capacidade de realização. O Centro foi um grande serviço prestado nessa altura ao regime e dele saíram publicações cheias de interesse, e algumas mesmo de muito valor, sobre questões políticas, econômicas e sociais.

A minha conferência inaugural procurou responder a uma série de interrogações que andavam no ar. O VI Congresso da União Nacional que se realizara de 30 de maio a 2 de junho desse ano, caracterizara-se por um tom acentuadamente crítico do regime capitalista. Antônio Sérgio, que não descansava do seu labor demolidor do capitalismo, com um fanatismo que no homem de serena intelectualidade já prenunciava o transtorno mental de que havia de morrer, fazendo a propaganda da panacéia cooperativa e atacando com furor o lucro, rejubilara com o que se tinha dito nas reuniões da associação cívica governamental. Era preciso pôr os pontos nos ii e foi o que procurei fazer.

Nesse discurso (que os adversários atacaram encarniçadamente por fás e por nefas...) disse que "a obsessão de reduzir toda a organização econômica de um País a cooperativas, desde a grande indústria ao consumo corrente, pertence até hoje ao número dos mitos com que se vai alimentando a esperança dos fiéis descoroçoados com as realizações efetivas do coletivismo nos países em que o regime comunista foi instaurado.

"A cooperativização integral era o ideal anarquista, era a fórmula do comunismo libertário. É o último estádio do processo de realização da sociedade sem classes com a supressão do aparelho político do Estado. Mas tudo isso pertence aos tempos heróicos da doutrinação em que os comunistas não detinham o Poder. Stalin tinha já tirado daí o sentido e estou certo de que os continuadores da doutrina marxista-leninista-estalinista, mesmo depois da condenação póstuma daquele cujo gênio foi celebrado como inultrapassável pelos comunistas de todo o Mundo, já não voltarão atrás.

"O poder político é uma instituição inerente aos agregados sociais. E quanto às classes, elas começaram a despontar na URSS mais cedo do que tinha sido previsto por aqueles teóricos marxistas que haviam levado até ao fim o raciocínio dialético. Porque (diziam eles) se a sociedade sem classes é a antítese da sociedade classista, logo que a tese passe a ser a sociedade sem classes o processo histórico conduzirá a nova antítese que é, outra vez, a sociedade classista. E isto parece irrespondível...

"Pensar que a economia moderna é compatível com fórmulas puramente cooperativas, com ou sem *régie*, é uma fantasia que a realidade do capitalismo de Estado suplantou nos países socialistas".

Expliquei noutra passagem a atitude do regime corporativo perante a iniciativa privada e o lucro:

"Na nossa doutrina a iniciativa privada é respeitada e alentada como fator insubstituível de progresso. Mas quem diz iniciativa privada diz lucro que é o seu motor, e propriedade privada que é a sua conseqüência.

"A posição em que estamos colocados neste ponto não se apresenta nada cômoda. Somos os defensores da iniciativa e da propriedade privada e do lucro individual contra os ataques, cada vez mais ousados, que são feitos a essas instituições econômicas pelos socialistas de diversas tendências. Mas dizemos que a iniciativa não pode ser tão livre como querem os liberais, estabelecemos o condicionamento da concorrência e subordinamos a empresa ao interesse nacional.

"Da propriedade privada pensamos que não é um direito absoluto do proprietário e que tem uma função social a cumprir, obrigando-nos assim, muitas vezes; a defrontar a incompreensão dos conservadores que continuam a ver nela um domínio sobre o qual o senhor possui poderes exclusivos e incondicionados.

"Relativamente ao lucro, admitimo-lo na medida em que seja justo, isto é, em que constitua a remuneração razoável dos capitais investidos, da experiência utilizada, do risco corrido — o que não pode ser visto com simpatia por quantos entendem que em matéria de lucros há uma única lei: quanto mais, melhor".

Um antigo político que aproveitava todas as ocasiões para se pôr em destaque dando-se ares de importância, foi dos críticos mais acerbos a uma passagem deste discurso, embora como democrata do velho estilo. Era useiro e vezeiro em atacar Salazar, por vezes em termos soezes, mas Salazar julgava ser-lhe devedor de atenções durante o breve período em que o tal político fora Reitor da Universidade de Coimbra e daí tratá-lo com deferência.

O homem queixou-se a um amigo comum de que, tendo-me enviado a prosa em que desferia o ataque, em carta pessoal, antes de a publicar, eu não lhe respondera.

Contei a conversa a Salazar, rindo-me da pretensão do político que eu não conhecia pessoalmente e por quem não tinha consideração. Ele aliás publicou logo a seguir o escrito que assim perdera o caráter de missiva particular.

Salazar estranhou a minha reação;

— Faz mal. Devia acusar a recepção... Olhe que o homem leva-se dos diabos se o não faz...

De fato Salazar agradecia sempre, com um delicado cartão de visita, as catilinárias que contra ele o outro lhe oferecia... com dedicatória!

E que o sujeito não merecia tais atenções provou-o o fato de, certo dia, em jantar de oposicionistas, levar consigo um desses cartões e de lê-lo na discursata dos brindes para o ridicularizar, com grande gáudio dos circunstantes...

Já, portanto, em 1956, comunistas e anarquistas estavam ativos na doutrinação e na ação. E com penetração nos meios acadêmicos. A revolta da Hungria fez perder terreno aos comunistas, a manifestação de estudantes em Lisboa foi para estes uma derrota. Mas breve agarraram pelos cabelos a ocasião de voltar ao de cima.

A tática foi sempre a mesma: aproveitar um caso que tivesse aspecto meramente profissional ou de interesse geral, explorá-lo a fundo até nele empenhar o maior número possível de inocentes úteis arrastados pela solidariedade de classe e depois, subtilmente, politizar o episódio extraindo dele todo o rendimento de agitação que pudesse dar.

O caso foi o seguinte. Um dia, Salazar, mandou-me com uma das suas freqüentes notas de serviço um projeto de decreto-lei vindo do Ministério da Educação Nacional a regulamentar as associações de estudantes. Pedia a minha opinião.

Li o projeto e no nosso encontro seguinte restituí-o, fazendo algumas observações de pormenor mas sem objeção de fundo. Mas Salazar torceu o nariz:

— Huum... Assunto de estudantes, mexendo nas associações deles... Não sei, não sei... Parece-me perigoso...

E meteu o papel na gaveta, onde ficou. Disse porém ao Ministro da Educação Nacional que falara comigo e era melhor esperar.

Deu-se o caso da Hungria, houve a manifestação, e não me lembro se o Ministro, se o Subsecretário de Estado da Educação, procura-me a pedir os meus bons ofícios para desenterrar o projeto.

A associação mais visada era a dos estudantes do Instituto Superior Técnico. Duarte Pacheco, ao construir as magníficas instalações da nossa mais importante escola de Engenharia, reservara no recinto do Instituto todo um edifício, com ginásio, piscina, restaurante, serviços médicos, etc. etc., para a Associação de Estudantes. Foi, aliás, um erro que se cometeu sempre nos novos edifícios do ensino superior: localizar dentro deles as associações de estudantes, bem instaladas e equipadas pelo Estado. Ao princípio a Associação do I. S. T., que há muito publicava uma boa revista chamada *Técnica*, manteve-se dentro do espírito corporativo. Mas com o aumento do número de alunos transformou-se em grande empresa de serviços, com bastante pessoal, movimentando anualmente muitos milhares de contos. E foi-se convertendo cada vez mais em centro revolucionário: já o começava a ser em 1956, mas em 1974 pode dizer-se que foi o

principal bastião das atividades subversivas dentro e fora do meio acadêmico.

O projeto de decreto-lei de 1956 tinha por fim garantir que as associações fossem representativas dos interesses dos estudantes como tais (e mais nada) e assegurar certo controle da parte dos órgãos diretivos das escolas em cujas instalações estivessem incluídas.

O Ministério da Educação dizia que a publicação do decreto "resolveria tudo" no melindroso problema dos estudantes que começava a desenhar-se. E eu transmiti os desejos do Ministro ao Dr. Salazar, fazendo-me advogado dos seus argumentos.

Estou a ver Salazar ouvir-me em silêncio, abrir a gaveta e entregar-me sem uma palavra o projeto. O seu sexto sentido político dizia-lhe que era asneira a publicação. Mas cedeu. E eu imediatamente mandei correr o diploma pelos vários ministros a fim de ser assinado. Nasceu assim o negregado Decreto 40.900, transformado durante anos e anos em bandeira de protesto e reivindicação, mesmo por aqueles que já nem sabiam o que ele dizia...

Assim que o decreto-lei saiu os elementos da esquerda deitaram-lhe a mão como a uma bóia de salvação. O atentado contra as associações de estudantes era apregoado de boca em boca, tratava-se de uma ofensa às prerrogativas acadêmicas, morra a opressão, etc. etc.!

Manifestações nas escolas rebentaram por todo o lado. A imprensa burguesa acompanhava com simpatia, com aquela bronca estupidez que caracterizava a burguesia entre nós, o "movimento dos rapazes". Entramos num período de inquietação e surpresa de todas as horas. Um dia os estudantes marcharam sobre a Assembléia Nacional onde um deputado, professor do Técnico, se fez eco das suas queixas e reivindicações. A polícia preparou-se para agir. Consegui pará-la e recebi no meu gabinete, localizado no próprio Palácio onde a Assembléia funcionava, a comissão dos manifestantes a cuja frente se encontrava um moço inteligente e sensato, o Prostes da Fonseca.

Como se estava dentro do prazo em que constitucionalmente a Assembléia podia chamar a si a revisão do decreto-lei, a Assembléia assim fez, resolvendo ratificá-lo com emendas, o que implicava a audiência da Câmara Corporativa. O ambiente serenou. Mas o pretexto da contestação ficou. Prestei talvez alguns bons serviços como Ministro da Presidência ao Dr. Salazar: mas o ter contribuído para a publicação desse Decreto foi bastante mau...

72

Como já disse, enquanto Ministro da Presidência tive a meu cargo a representação de Portugal nos Conselhos de Ministros da então denominada Organização Econômica de Cooperação Européia (O.E.C.E.) e da Organização do Tratado Atlântico Norte (O.T.A.N. ou N.A.T.O.).

Na O.E.C.E. viveu-se um período extremamente interessante. A Organização nasceu depois da guerra. Por ocasião do Auxílio Marshall, os Estados Unidos puseram como condição aos países ajudados que eles se associassem para cooperarem entre si, evitando lutas econômicas e promovendo o abaixamento progressivo das tarifas aduaneiras.

À mentalidade americana, habituada a ver reunidos interesses econômicos díspares no seio da Federação, causava espanto como a pequena Europa vivia dividida em Nações fechadas sobre si próprias, cercadas de muralhas aduaneiras e competindo como inimigas. E ignorando a História que forjara as nacionalidades com raízes bem profundas no espírito dos povos, os Estados Unidos perguntavam por que motivo os europeus não seguiam o seu exemplo, e não se federavam também num espaço político único onde fosse livre a circulação das pessoas, das mercadorias e dos capitais e se caminhasse para uma fórmula supranacional.

A O.E.C.E., da qual, além dos países europeus auxiliados, faziam parte os Estados Unidos e o Canadá, foi o campo onde se exerceram as principais pressões no sentido da unificação do espaço econômico europeu. Três países, a Bélgica, a Holanda, e o Luxemburgo, haviam dado o exemplo fundando, em plena beligerância, o Benelux: dotado de uma pauta aduaneira única para com terceiros, esta entidade supranacional assegurava a almejada livre circulação nos territórios dos seus membros.

Quando comecei a freqüentar as reuniões do Conselho de Ministros da Organização, no Palais de La Muette, em Paris, debatia-se a criação de uma zona internacional onde houvesse liberdade de comércio. Um tratado internacional — o *General Agreement on Tariffs and*

Trade, vulgarmente designado por G. A. A. T., e que também tinha a sua organização, essa de caráter mundial, para assegurar a respectiva execução — definira em 1947 as fórmulas jurídicas possíveis de integração econômica: *mercado comum* com associação de países que adotavam uma só política econômica, social e fiscal e uma só tarifa para o exterior, ou *zona de livre câmbio* onde se dispensava tal grau de unificação, demolindo os países associados as barreiras aduaneiras entre si, mas podendo manter cada qual, em relação a terceiros, a proteção que entendesse.

A Grã-Bretanha, necessitada de política protecionista e ligada economicamente aos países da Comunidade Britânica, dificultava quanto podia a realização de qualquer fórmula dessas, embora admitindo a segunda, e rejeitando a primeira. E quando os ingleses, numa assembléia, querem embaraçar as deliberações, são mestres no obstrucionismo.

Andávamos nisto, ameaçados pelo grupo da "pequena Europa" de se decidir sozinho (mas a ameaça era acolhida com ceticismo), quando um dia estalou a bomba: no intervalo entre duas reuniões da O. E. C. E. os países do Benelux, mais a França, a Itália, e a Alemanha Federal, tinham-se encontrado e formado sozinhos uma Comunidade Econômica com um mercado comum. Os outros países europeus, se quisessem, ingressassem, associassem-se ou formassem uma zona de livre câmbio complementar. À reunião em Messina, seguiu-se o Tratado de Roma, de 25 de março de 1957.

No seio do Conselho da O. E. C. E. havia a sensação, entre os restantes membros, de ter sido cometido um ato desleal. Coube ao Ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Paul-Henri Spaak, justificar a conduta dos seis num dos mais claros, lúcidos e persuasivos discursos que lhe ouvi. Que fazer? Aceitar os fatos consumados e acelerar os trabalhos da constituição da Zona de Livre Câmbio européia.

Portugal acompanhou sempre com o maior cuidado e diligência todos os passos destas negociações. Coube-me a tarefa de dirigir o trabalho dos portugueses. Sempre em íntima união com o Presidente do Conselho, evidentemente. Em ligação constante com os Ministros das pastas econômicas, sobretudo nas reuniões freqüentes do Conselho de Ministros para o Comércio Externo. E contando com a colaboração de alguns excelentes técnicos. De entre estes devo destacar dois. Um foi o então Subsecretário de Estado do Orçamento, José Gonçalo Correia de Oliveira, que o Ministro das Finanças consentiu em destacar para junto de mim todas as vezes que foi preciso — e foram muitas. José Gonçalo acompanhou-me a Paris quase sempre, conhecia bastante bem a Economia portuguesa e, como antigo Presi-

dente da Comissão de Coordenação Econômica, sabia procurar técnicos para as várias especialidades e pô-los a trabalhar em longos serões, porque era a noite o seu tempo preferido para produzir.

O outro técnico foi a Doutora Isabel Maria de Magalhães Colaço, requisitada à Comissão de Coordenação Econômica para o meu gabinete. A sua inteligência, vivacidade e autoridade natural impunham-na com facilidade nos meios onde atuava, e creio ter sido a primeira mulher a presidir a uma comissão de peritos na O. E. C. E. Não gozou nunca da reputação de ter um feitio fácil, mas eu conhecia-a desde menina, fui aluno de seu Pai, e daí uma amizade que facilitou o nosso trabalho em comum.

Para Portugal o problema suscitado por essa política de liberalização de comércio e de integração européia era delicado. Estávamos na fase da industrialização do País. E para incitar os empresários a enveredar ousadamente pelo caminho da indústria era preciso manter por algum tempo mais a política de proteção e de incentivos. Havia uma legislação de condicionamento industrial destinada a evitar que em certos setores a competição excessiva dispersasse capitais e esforços e surgissem empresas mal dimensionadas e mal equipadas. E existia a proteção aduaneira para evitar que, no período de enraizamento e crescimento das indústrias nacionais, elas fossem aniquiladas pela concorrência dos produtos estrangeiros.

A abertura dos mercados externos à nossa produção éra-nos útil: mas precisávamos de, durante algum tempo, robustecer a Indústria portuguesa antes de abrir o nosso mercado.

Isto era compreendido pelos outros países da O. E. C. E. e, aliás, na mesma ou pior situação se encontravam a Irlanda, a Islândia, a Grécia e a Turquia.

Quiseram-nos então meter no mesmo saco com esses países sob o rótulo de "países subdesenvolvidos". Protestei. Demonstramos que o não éramos. E conseguimos a classificação de "país em via de desenvolvimento", designação mais tarde vulgarizada, mas que foi por nós criada e para nós aprovada.

O que se passava nos bastidores da Organização dava para muita conversa. Nas estatísticas oficiais dela figurávamos até certo ano, quanto à capitação do Produto Nacional Bruto, em antepenúltimo lugar — dois países abaixo de nós. De repente, de um ano para o outro, passamos para último. Chegado a Paris, fui imediatamente procurar o alto funcionário que tinha a seu cargo a estatística e mostrei a minha estranheza por aquele golpe de mágica.

— Compreendo a sua reação, Senhor Ministro. Mas que havemos nós de fazer aqui? Simples funcionários, recebemos dos Países-membros números oficiais que não podemos pôr em dúvida... — explicou ele.

— Mas há um relatório anual da Organização sobre cada País, e um exame público dele... — observei.

— Decerto, decerto. Se Portugal quiser comparecer ao exame e impugnar os números, demonstrando que são falsos...

Numa palavra: restava uma solução, era o Governo Português falsificar os seus números também. Mas embora eu estivesse convencido de que a estatística portuguesa era imperfeitíssima e não registrava a realidade, ficando muito abaixo dela, repugnava-me adotar um comportamento menos sério. Permanecemos, portanto, definitivamente na cauda...

Trabalhou-se muito nos anos das negociações. Nas organizações internacionais cultivam-se os papéis. A máquina burocrática pretende justificar-se produzindo informações, relatórios, inquéritos, estatísticas, análises, discursos... que caíam em catadupas sobre as nossas carteiras. Tinha de se passar os olhos por tudo, não fosse às vezes surgir pelo meio algum ponto que nos interessasse, prejudicasse ou ameaçasse. E nós próprios devíamos produzir os nossos papéis — informações, observações, respostas, relatórios, discursos... fazendo contas sobre as contas dos outros, examinando caso por caso a posição das nossas exportações e importações e conversando com os outros delegados a procurar bilateralmente esclarecimentos, ajustamentos, composições, apoios...

Porque as reuniões dos Conselhos de Ministros eram muito formais, com discursos geralmente preparados e resoluções cozinhadas entre os grandes países. Para os pequenos, navegar em tais águas de modo a manter equilibrado o frágil barco das suas economias não se tornava fácil.

Em Paris, chegávamos à noite estafados. Às vezes, depois de jantar, íamos a um cinema para descansar: e no dia seguinte, logo de manhãzinha, lá estávamos à volta dos papéis. Enquanto nos nossos países havia decerto quem invejasse a sorte dos felizardos que andavam pelo estrangeiro... sabe Deus a fazer o quê!

Durante esse tempo em que freqüentei Paris assisti ao agonizar da IV República. A pluralidade dos partidos e o seu predomínio em regime de assembléia tinha sido causa da instabilidade governativa, e aquele riquíssimo País não resistia ao desgoverno: vivia em crise econômica e em plena desordem financeira. O problema da Argélia agravava a situação, sem dúvida: mas noutro regime, ele não teria assumido a acuidade que nessa altura revestia. Devendo notar-se que as Forças Armadas, embora viessem da luta, relativamente recente, da guerra mundial a que se seguira a guerra da Indochina com episódios como o de Dien-Bien-Fu, mantinham o seu moral e o seu espírito combativo. Tinham consciência dos seus deveres para com a França e para com os argelinos fiéis à França. Não traíram.

A instabilidade ministerial fazia com que raramente em duas reuniões seguidas da O. E. C. E. encontrássemos o mesmo Ministro das Finanças. De uma das vezes, mesmo, o Governo tomara posse na véspera da reunião. A pasta das Finanças fora confiada a um antigo presidente do Ministério, o Senhor Ramadier. Era uma figura de velho republicano da província, rotundo, um pouco curvado, com sua barbicha branca, acusando a idade. Tomou o seu lugar à mesa do nosso Conselho de Ministros e ao lado, um dos assessores ia-lhe dizendo ao ouvido do que se tratava. Às tantas levantou-se um problema qualquer para o qual se pedia a boa vontade da França no cumprimento de uma obrigação do nosso acordo estatutário em que estava em falta. O assessor precipitadamente informou-o das razões por que era impossível anuir. Ramadier, no uso da palavra, justificou a negativa expondo, em voz cavernosa e plangente, a desgraçada situação econômica e financeira da França, com tintas tão carregadas e de modo tão dramático que só lhe faltou chorar. Quando terminou melancolicamente, com um gesto de profunda desolação e pesar, pairou na sala um grande e consternado silêncio. Dizia-me depois um colega que se Ramadier se tem levantado e com o seu passo pesado desse a volta à mesa com a mão estendida, todos nós teríamos contribuído com alguns francos para ajudar o amável País que nos hospedava... A isto tinha chegado a França nas vésperas da chamada ao poder do General de Gaulle!

Nesse Conselho da O. E. C. E., Ramadier ainda teve outra intervenção memorável. Era costume, no último dia, à noite, reunirmo-nos todos num jantar, em geral no Hotel Ritz, no fim do qual o Presidente da reunião, sempre um Ministro inglês, fazia o discurso da praxe a que respondia o Ministro francês por ser o representante do País hospedeiro.

Assim sucedeu desta vez. Não me lembro de qual o inglês que presidiu: fosse quem fosse, os políticos ingleses eram sempre mestres naquele tipo de oratória *after dinner* especificamente britânico, ligeiro, espirituoso, polvilhado de *jokes* que faziam rir os anglo-saxões a bandeiras despregadas. Ao lado do orador o Presidente Ramadier olhava-o com ar cortês mas inexpressivo. Até que o discurso acabou entre calorosos aplausos e após uma pausa alguém se chegou ao pé do Ministro francês a cochichar-lhe ao ouvido. O velho teve um sobressalto com ar surpreendido, agitou-se, carregou o sobrecenho, mas por fim não teve mais remédio que levantar-se e começar a falar.

— Meus senhores: encontro-me numa das mais difíceis situações que tenho enfrentado na vida. Não fui prevenido de que devia falar neste jantar. Não recebi o texto do discurso que acaba de ser pronunciado. E não sei uma palavra de inglês... Eis-me assim na terrível posição do homem que é forçado a responder a uma fala de que não entendeu coisa nenhuma!

Era um bom *joke!* A assistência largou numa sonora gargalhada que desfez logo qualquer constrangimento. E o bom Ramadier, encorajado por este inesperado êxito, utilizando os seus recursos de velho parlamentar, lançou-se em frente:

— Tenho de fazer idéia do que disse o meu estimável colega britânico através da interpretação dos seus gestos — porque, felizmente, ele faz gestos...

E vá de ir construindo uma série de presunções a partir dos gestos do orador antecedente, com algum espírito e metendo a propósito as considerações de economia internacional que lhe ocorreram. Não demorou, foi breve e foi feliz. Pobre Senhor Ramadier! Não durou muito na pasta das Finanças — nem neste Mundo!

Laboriosamente fomos definindo as conveniências portuguesas e palmo a palmo lutando pelos interesses da nossa economia. Procurava-se também manter os empresários ao corrente das novas idéias e perspectivas do comércio europeu. Em 26 de maio de 1957 abriu em Lisboa um grande Congresso de Industriais e Economistas promovido pela Associação Industrial Portuguesa para inaugurar as novas instalações, na Junqueira, da antiga Feira das Indústrias Portuguesas, depois convertida em Feira Internacional de Lisboa. Fui convidado pelos organizadores a proferir o discurso inaugural.

Nesse discurso, proferido em amplíssima sala — um dos pavilhões da Feira — a transbordar de gente, com a presença de todo o Governo (com exceção de Salazar) e sob a presidência do Presidente da República, aproveitei para desenvolver a filosofia do Plano de Fomento que tinha entre as mãos e para preparar os espíritos dos industriais para a fase de competição internacional que se avizinhava.

Encerrei-o, como comecei, pelo apelo à iniciativa privada, sublinhando: "Tenho insistido no que reputo uma verdade comezinha: em que o progresso da Nação há de ser obra de todos os seus filhos, nos campos, nos laboratórios, nas escolas e nas oficinas, nos misteres humildes como nas funções de direção. O Estado cria as condições para que se possa trabalhar: orienta, apóia, disciplina, mas não é taumaturgo que resolva milagrosamente as dificuldades e arranque tesouros do nada. O Estado é a expressão da nossa unidade, o escudo da nossa batalha no Mundo, o posto de comando da nossa ação: nada mais, e não é pouco. Ilusão perigosíssima, sobretudo, a que vê no Estado o dispensador arbitrário de toda a riqueza ou o regulador caprichoso de todos os valores".

Já dissera no princípio ao definir a orientação a que obedecera o Plano de Fomento:

"Move-me a convicção mais profunda de que a iniciativa privada tem potencialidades de êxito que só por exceção se encontram no

setor público. O apetite do lucro e — quantas vezes! — o simples desejo de afirmação pessoal, da realização de uma obra, de aplicação de energias, aguçam o engenho inventivo, incitam à diligência, despertam a tenacidade, criam o amor do risco, dão coragem para a adversidade e chegam a transformar a execução de um empreendimento na paixão, devotada até ao sacrifício, de uma vida inteira.

"O vulgo contempla certos triunfadores com admiração não isenta de inveja: mas o triunfo na indústria obtém-se à custa de trabalhos, penas, cuidados, aflições e sofrimentos que raramente se suspeitam.

"É a iniciativa privada, movida pelo motor do interesse pessoal (com quanta freqüência visionando apenas ao longe um êxito contingente), é a iniciativa que traz à vida econômica a imaginação criadora e, com ela, o despertar de novas necessidades e a ampliação dos mercados com perspectivas novas".

Mas exaltando a iniciativa individual, fazia também o louvor da cooperação. Historiei o movimento que, após guerra, procurou dar unidade à Europa, refazendo-a econômica e espiritualmente após o martírio que os combates e as destruições infligiram a tantos dos seus povos. E fiz profissão de fé de europeu:

"A crise do Suez mostrou claramente que já não existem nessa Europa (a do Ocidente) grandes potências capazes de sustentar uma política própria em face dos dois grandes Estados (URSS e EUA) entre os quais se encontra. E, todavia, se a Europa se unir não lhe faltarão condições naturais, nem econômicas, nem intelectuais para voltar a ser ouvida e respeitada neste Mundo, onde parece estar a ser de regra o amotinamento contra tudo o que é pensamento ou interesse europeu.

"Deixaremos então perecer a Europa — este continente ao qual a civilização moderna deve o que tem de mais precioso na Filosofia e na Arte, na Ciência e na Técnica, e do qual irradiaram para o resto do orbe, generosamente, as concepções, as invenções e as formas de vida que os outros povos hoje utilizam, mesmo quando delas desdenham?

"É certo que o que individualiza a Europa é a sua cultura, o seu espírito portanto. A Europa é um espírito. Mas nenhum espírito pode subsistir nesta condição terrena, que é a nossa, sem um invólucro, uma base material. Se a independência das Nações parece indispensável à manutenção do espírito europeu, já que na diversidade das tradições e na pluralidade das maneiras e dos estilos que resultam dos particularismos nacionais tem a cultura ocidental haurido o melhor da sua riqueza humana — nada impede que os Estados europeus colaborem mais intimamente entre si na prossecução de fins comuns,

pondo ponto a velhas rivalidades que só têm concorrido para as dificuldades presentes".

Era, como se vê, a fórmula da "Europa das pátrias" que o General De Gaulle ia depois vulgarizar.

Expliquei o que se passava no campo da liberalização do comércio, apresentando as duas soluções que se nos apresentavam — adesão à Zona de Livre Câmbio em condições especiais, ou acordo com o Mercado Comum — e esclarecendo as dificuldades que tinham e as conseqüências que da opção derivavam. O público seguiu atentamente o discurso e, como eu desejava, nas discussões do Congresso o problema esteve sempre presente. [1]

Nas hipóteses consideradas não figurou nunca a nossa integração no Mercado Comum. Os homens esclarecidos e conscientes que zelavam os interesses de Portugal não admitiam a idéia de adotar nessa altura, sem preparação, no País a mesma pauta aduaneira dos países mais industrializados da Europa, nem a de sujeitá-lo aos encargos de uma legislação salarial, social e fiscal idêntica à vigente nessas nações ricas ou de abri-lo à livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos capitais europeus. Era o tempo em que Portugal não mendigava, de todos quanto os seus governantes se abeiravam, empréstimos para sobreviver.

Tendo, pois, optado pela adesão à Zona de Livre Câmbio (ou de Comércio Livre), em 20 de setembro de 1957, em reunião restrita dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros comigo (o Ministro da Economia não pôde comparecer) foi aprovada a minha proposta quanto à linha a seguir.

Dessa proposta constava a reivindicação para Portugal de um prazo duplo do estabelecido no Tratado de Roma para a redução progressiva dos direitos aduaneiros, isto é, 24 anos: isto quereria dizer que quando os outros países fizessem a redução, nos 12 anos estipulados, de um duodécimo da taxa, nós faríamos apenas o abatimento de um vinte e quatro avos.

Pediríamos também a possibilidade de salvaguardar a instalação de novas indústrias mantendo ou criando para esse fim direitos protecionistas.

Já não fui em quem obteve satisfação nestas reivindicações. Mas ao integrar-se na E. F. T. A. (*Europe Free Trade Association*) que veio a formar-se para dar corpo à Zona, coube ao Dr. Correia de Oliveira prosseguir com plexo êxito a política de defesa dos interesses da economia portuguesa dentro dela.

---

(1) O discurso está publicado no meu livro *Páginas Inoportunas*, pág. 215 e seguintes, sob o título: "Perseverança no presente e confiança no futuro."

Um apontamento ainda sobre este assunto da liberdade de circulação de mercadorias na Europa Ocidental. Mantida estupidamente fora das organizações européias instituídas depois da guerra, a Espanha seguia com grande atenção as negociações para a criação da Zona de Livre Câmbio. E o Governo Espanhol abeirou-se de nós sugerindo a conveniência de se estudar também uma forma de acordo aduaneiro entre os dois países, parecendo-lhe anômalo que nos dispuséssemos a dar facilidades às trocas com Londres, Paris ou Copenhague e não as tivéssemos entre Portugal e a Espanha.

Ocupava então o posto de Ministro de Estado no Governo Espanhol D. Pedro Gual Villalbi. Era um catalão, com numerosa bibliografia sobre materias econômicas que da teoria resolvera, ao chegar a idade madura, passar à prática e se fizera industrial algodoeiro. Introduzira na técnica da fiação (se bem me lembro) uma inovação importante de que tirou patente e que se orgulhava de ter visto adotada nos países mais adiantados.

Figura prestigiosa nos meios econômicos da Catalunha, a sua entrada para o Governo fora uma satisfação dada à irrequieta província onde se situavam as mais importantes indústrias de Espanha. Instalou-se num gabinete da *Presidencia del Gobierno* onde pontificava D. Luiz Carrero Blanco como homem de confiança do Caudilho, e foi-lhe atribuída a presidência de um Conselho Econômico vagamente coordenador.

Na Presidência passara também a trabalhar, como Comissário do "Plan de Desarollo", o meu querido amigo Laureano Lopez Rodó. Tendo iniciado brilhantemente a carreira docente como Catedrático de Direito Administrativo na Universidade de Santiago de Compostela, Lopez Rodó logo revelara a sua vocação para a ação. Em Santiago fundou uma sociedade imobiliária, construiu prédios, ergueu uma formosíssima residência de estudantes chamada *La Estila*, movimentou boas-vontades à roda da Opus-Dei. Catalão também, Laureano alia à capacidade intelectual e ao fervor religioso um irresistível gosto pela política. E logo que foi chamado ao Comissariado do Plano de Fomento pôs em prática o seu espírito de organização e a sua inegável aptidão de comando.

Muito conhecedor das coisas portuguesas, meu amigo dileto, acompanhando atentamente os movimentos econômicos europeus, Lopez Rodó promoveu a visita de Gual Villalbi a Portugal, onde o recebi em setembro de 1957. Tratava-se de dar seguimento ao acordo de cooperação luso-espanhola verbalmente tratado nas conversações que em Ciudad Rodrigo tinham mantido Franco e Salazar no mês de julho anterior.

Fui esperar o Ministro espanhol à fronteira de Valença. Ele vinha da Galiza, onde Franco passava sempre o verão, reunindo lá

o Conselho de Ministros. Era um homem simpático, cortês mas envelhecido. As conversações foram agradáveis, mas faltava a D. Pedro uma idéia clara do que queria e vigor mental para defender os seus pontos de vista. Combinou-se que de um lado e do outro se iria estudar...

Deu-se durante esta visita um episódio curioso. Eu oferecia um banquete ao Ministro e este confidenciou-me que me entregaria no início dele as insígnias da Grã-Cruz de Isabel a Católica com que o Caudilho resolvera agraciar-me.

Agradeci muito, mas observei que já possuía essa Grã-Cruz, conferida numa ocasião qualquer enquanto exercia a Presidência da Câmara Corporativa.

— *Hombre! Verdad que la tiene?* — exclamou D. Pedro com um ar tão admirado, tão espantado, tão atônito mesmo, que foi a minha vez de ficar perplexo! Mas logo explicou: — Imagine que o Caudilho, quando lhe levei a proposta disse prontamente isso mesmo: Caetano já possui esta Grã-Cruz. Ninguém se lembrava, mandou-se ver ao Registro da Ordem e não constava lá o seu nome. (Com o hábito espanhol de chamar as pessoas pelos primeiros sobrenomes, que são os paternos, desprezando os últimos, os funcionários tinham aberto a minha ficha em Neves ou Alves, e não em Caetano.) Veio a resposta negativa e Franco continuou teimando: "Ia jurar que Caetano já tem esta condecoração. Mas, enfim, se todos dizem o contrário, assino". Agora veja lá que memória (contava D. Pedro). Sempre é verdade que v. possui a Grã-Cruz de Isabel a Católica!

A notícia foi transmitida para Franco, com grandes manifestações de admiração. E uma hora antes de começar o banquete chegava a Lisboa, de avião, o Laureano Lopez Rodó, portador da Grã-Cruz de Afonso X, o Sábio, que substituíra a que, pela segunda vez, me ia ser dada...

Lopez Rodó ainda participou do final das conversações. Os estudos então combinados caíram no esquecimento logo que saí do Governo. E foram retomados só quando, sendo eu Presidente do Conselho e Lopez Rodó Ministro das Relações Exteriores, voltamos a reconhecer a necessidade de Portugal, membro da zona da E. F. T. A. e tendo já celebrado acordo com o Mercado Comum, não deixar ficar entre si e uma Europa onde as mercadorias portuguesas circulavam livremente, as altas barreiras aduaneiras da vizinha Espanha.

Mas os dois deixamos os postos que ocupávamos e o acordo ainda dessa vez não ficou concluído.

73

Quanto à N.A.T.O. a minha participação era bem menos relevante.

Em conseqüência da Lei de Organização do País em tempo de guerra, o Ministro da Presidência ficara com o encargo da preparação da mobilização civil em todos os domínios. Para isso se criou na Presidência do Conselho uma Inspeção Superior onde técnicos qualificados estudavam, geralmente a partir dos documentos dimanados da própria N.A.T.O., as necessidades dessa mobilização, assistidos por comissões que elaboravam o inventário dos recursos e os planos da sua eventual utilização.

Também aqui os papéis abundavam, muitos deles qualificados de *Secret* ou *Top Secret* e alguns até com classificação que a muito raros permitia tomar deles conhecimento. Uma repartição confidencialíssima, servida por militares ajuramentados, arquivava e guardava, em instalações seguras, todo esse material.

O Dr. Salazar não me ajudava muito nesta tarefa. Estava cético a respeito da possibilidade de uma guerra como aquela que se temia e para a qual a N.A.T.O. nos preparava. E o seu raciocínio era lógico:

— Vocês estão a gastar um dinheiro mal empregado (dizia-me ele) e a despender energias dignas de melhor sorte. Não haverá guerra. As democracias, por princípio, não a farão. E a Rússia não precisa de a fazer: ela irá minando os países do Ocidente por dentro, fará com que apodreçam, suscitará conflitos locais, ações subversivas, lutas sociais... Imbuídos do espírito liberal estes países não perceberão o que se passa. E um dia...

Nos Conselhos de Ministros plenários da N.A.T.O. as representações nacionais eram compostas por três Ministros: o das Finanças, o da Defesa Nacional e o dos Negócios Estrangeiros. Mas como esses conselhos se reuniam ordinariamente em dezembro, nessa altura o Ministro das Finanças, em Portugal, estava ocupado na elaboração do Orçamento. Daí a sua substituição pelo Ministro da Presidência

que, para mais, podia presidir à delegação e assim equilibrar as duas personalidades, nem sempre concordantes, de Santos Costa e Paulo Cunha.

A estes dois competia a parte principal dos trabalhos. O Ministro da Defesa ia sempre acompanhado por um estado-maior a que se agregava o chefe da missão militar permanente em Washington, General Humberto Delgado.

Humberto Delgado lá andava à nossa roda, sempre reverente com o Ministro da Defesa e afetuoso para comigo, a quem tinha a preocupação de apresentar aos seus amigos estrangeiros como — "Vice-Primeiro Ministro". Correto, atento aos trabalhos, da última vez que estivemos juntos em Paris fiquei, porém, convencido de que andara fazendo nos meios da imprensa uma campanha contra o regime português e preparando a sua futura candidatura. E efetivamente logo a seguir desencadeou-se em vários jornais uma série de artigos e notícias sobre Henrique Galvão, ainda preso a cumprir pena, caso que eu sabia andar muito nas preocupações de Delgado.

As reuniões constituíam para mim uma rotina sem interesse de maior. Mas, entretanto, surgia no seio da Organização a sensação de que ela estava a desatualizar-se, a perder interesse e vigor e sobretudo a perder prestígio na opinião pública dos países aliados.

A N.A.T.O. nascera em 1959 do Pacto do Atlântico Norte, firmado entre os Estados Unidos, o Canadá, e os países da Europa Ocidental (com exclusão da Espanha, dos neutros e da Suécia) como aliança militar defensiva. Era preciso travar o expansionismo soviético, evitar que a "guerra fria" aquecesse com a agressão russa ao Ocidente. E não há dúvida que a Aliança, assegurando a presença militar americana na Europa, mantendo em pé-de-guerra uma coligação armada e mostrando a resolução de resistir, produziu os seus efeitos nessa altura.

Mas o tempo correu. A URSS tornou-se potência nuclear obrigando os Estados Unidos a reforçar a sua política de armamento atômico para manter a paz pelo "equilíbrio do terror". Veio o tempo da estratégia bipolar. A URSS começou a sorrir para o Ocidente procurando desagregá-lo e amolecê-lo. E na Europa sentia-se o cansaço psicológico em relação ao esforço militar da defesa organizada pela Aliança Atlântica, além da preocupação pelo custo financeiro dela.

Se a Europa desanimasse, os Estados Unidos decerto se desinteressariam de uma causa que em primeiro plano a ela tocava. Podia então suceder que americanos e russos procurassem entender-se entre si abandonando a Europa ao seu destino.

Já nas primeiras reuniões a que assisti na N.A.T.O. se pensou, por isso, em renovar o estilo da Aliança e em rejuvenescer a sua

imagem na opinião. Foram designadas três personalidades, os três *sages*, ou *wise men*, para apresentar um relatório nesse sentido. E nele trabalharam no decorrer de 1956. Mas veio a questão da Hungria e a crise do Médio Oriente por ocasião do caso de Suez, com endurecimento da posição soviética. Falou-se em regresso ao estalinismo.

A necessidade de revigoramento da Aliança impunha-se. Infelizmente entre os seus membros havia desentendimentos graves. A questão de Chipre envenenara as relações entre a Grécia, a Turquia, e a Grã-Bretanha. A França acusava a Inglaterra e os Estados Unidos de, fornecendo armas à Tunísia, poderem favorecer os rebeldes argelinos...

E certo dia o Mundo ocidental foi abalado pela notícia do lançamento do satélite artificial russo — o Sputnik. Foi em 4 de outubro de 1957 que se produziu esse êxito espetacular da tecnologia soviética, logo seguido em 3 de novembro de um segundo satélite para demonstrar que não se tratava de façanha isolada. Se para o comum das pessoas os lançamentos significavam uma afirmação do poderio da URSS, para os estrategas eles revestiam o valor de um aviso gravíssimo: o da possibilidade (concretizada poucos anos depois) de disparo de mísseis suscetíveis de transportar bombas atômicas para bombardeamento intercontinental. Era a América vulnerável a partir da Rússia.

É nessa conjuntura que o Presidente dos Estados Unidos, General Eisenhower, e o Primeiro-Ministro britânico, Harold MacMillan, concordaram na necessidade de promover qualquer coisa de espetacular no seio da Aliança, capaz de a revigorar, dando aos povos aliados a segurança da permanência do apoio americano à Europa em termos que impressionassem a opinião pública. Que havia de ser? Assentaram em reunir em Paris uma reunião dos chefes dos governos dos países da N.A.T.O. Eisenhower deslocar-se-ia à Europa a faria aí declarações solenes. E, logo em outubro, Spaak, que na secretaria-geral da Organização substituíra Lord Ismay, transmite aos vários governos o convite para a reunião a celebrar em dezembro.

Salazar recebeu esse convite com grandes reservas. Não se dizia nele que resoluções se iriam discutir e uma reunião de tão alto nível apenas para servir de audiência a um discurso do Presidente americano parecia-lhe pouco justificável. Isso foi dito ao Secretariado que, manifestamente, estava embaraçado à procura de matéria para uma ordem do dia digna das circunstâncias. Mas a reunião já fora anunciada. A preparação não podia ter grandes demoras. Tudo correu, pois, precipitada e quase tumultuariamente.

Debalde os organizadores da reunião insistiam com Salazar para que a ela comparecesse. Mas os que o conheciam sabiam quanto violentaria o seu feitio fazer uma viagem rumorosa a Paris para se

encontrar com mais 14 chefes de governo numa assembléia onde nada se pudesse examinar seriamente e resolver com ponderação. Mero pretexto, afinal, para o trabalho insistente e indiscreto de jornalistas, fotógrafos e operadores de televisão...

Diziam-lhe que seria uma das vedetas da reunião. E isso que lhe importava? A mim me explicou que não estava disposto a tomar parte em meras figurações destinadas a iludir o Mundo. Uma reunião de tal importância — verdadeiro Congresso diplomático — só se justificaria se fosse precedida de conversações entre os governos nas quais se discutisse o que se iria tratar, como se iria proceder e o que acabaria por se decidir. Ora nada disto se passou. Quase até ao último momento se esteve sem saber do que se falaria e para que se encontrariam tantas personalidades cimeiras.

De modo que Salazar resolveu delegar em mim a representação da chefia do governo português. E em 12 de dezembro de 1957 parti para Paris, acompanhado, como de costume, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros para, nos dias seguintes, como sucedia com as demais delegações, nos ocuparmos nos contatos e trabalhos preparatórios.

Em 16, às 11 horas, procedeu-se à abertura solene da reunião no Palais de Chaillot onde rigorosas medidas de segurança condicionavam o ingresso e o trânsito. A sessão teve lugar numa sala amplíssima, ao centro da qual havia uma mesa-redonda a cuja volta se sentavam os 15 chefes de delegação. Era eu o único que não chefiava o governo representado o que, como se calcula, não me punha muito à vontade...

Atrás dos chefes das delegações, em círculos concêntricos, tomavam lugar os delegados, os seus colaboradores e adjuntos. E de um lado e do outro da sala, em duas grandes tribunas dispostas em degraus, estava a chusma dos fotógrafos e dos operadores da TV.

Eisenhower tivera meses antes uma crise cardíaca que preocupara o Mundo. Esperávamos vê-lo abatido, ainda na convalescença do enfarte. Mas não. Fez uma entrada sensacional com ar saudável, fresco e jovial. E a reunião começou. A presidência de honra que era rotativa, cabia então ao Luxemburgo e por isso foi Joseph Bech, decano aliás dos chefes de governo, quem abriu a sessão com um pequeno discurso. Seguiu-se, em nome da Nação hospedeira, o discurso do Presidente do Conselho da França. Os governos sucediam-se tão rapidamente que o Sr. Felix Gaillard surgira dias antes na cena e pouco tempo depois desapareceu dela. Era ainda jovem. E leu bastante bem um discurso bastante bom. Não tardou a correr entre os delegados que ele próprio o escrevera, rejeitando o projeto elaborado pelos serviços. Por fim, o esperado discurso de Eisenhower.

Mensagem de paz, promessa de fortalecimento da Aliança. Locução fácil e dicção enérgica. A sessão foi levantada no meio de grande satisfação e num ambiente de esperança...

... que a seqüência da reunião ia esfriar. Não vale a pena contar em pormenor o que se passou. Basta notar que, após uma sessão em que todos os chefes de delegação leram um discurso (e lá fiz o meu também), entrou-se nas outras num trabalho fastidioso. A cada um foi distribuído um papel com o projeto do comunicado a publicar. Claro que nesse comunicado não se poderia ir além de certas banalidades, reafirmação de princípios já aceites e assentes, uma vez que nada de novo tinha sido preparado, debatido, resolvido. Mas ao menos ao discutir período por período o texto proposto haveria a possibilidade de surgir alguma alteração ou inovação. Nada disso aconteceu. Perdeu-se o tempo em questões de forma e com minúcias de redação. As sessões eram presididas por Spaak que, indeciso e frouxo, deixava arrastar as questões, com longas pausas depois de cada intervenção e mostrando-se irresoluto perante cada proposta de emenda.

À medida que a reunião avançava a sensação geral ia-se tornando cada vez mais penosa. Era então aquilo o momento alto da vida da coligação formada para fazer frente à mais agressiva ofensiva ideológica e ameaça militar da História contemporânea? Com os meus vizinhos dos lados comentávamos asperamente essa carência de direção, que agravava o que já era resultado das deficiências de preparação.

E a decepção, para não dizer irritação, era geral na noite em que houve o banquete oferecido no Eliseu pelo Presidente da República, René Coty. Encontrava-o pela segunda vez, pois já lhe fora apresentado por ocasião de uma visita que ele meses antes fizera à O. E. C. E. Tinha a figura típica de político burguês da França, simpático, bem educado, convencional e digno. No final do jantar acolheu-me muito gentilmente, deplorando que Salazar não tivesse ido. "A sua palavra seria certamente escutada com o maior respeito e pesaria nas decisões". Manifestamente o Presidente não estava informado de como corria a reunião... Confessou-me a sua admiração por Salazar que conhecera, 20 anos antes, numa visita que, incorporado num grupo de parlamentares franceses, fizera a Portugal. "Julguei que teria agora o prazer de revê-lo... Infelizmente não sei quando poderei visitar Portugal como já prometi. Diga-lhe que tenho um grande desejo de cumprir essa promessa, logo que as circunstâncias do meu País o permitam". Mas não permitiram. Meses depois renunciava ao cargo...

Quer durante, quer depois do jantar, o assunto da conversa era a ineficiência da reunião. O Secretário de Estado americano, Foster Dulles, que ficara à minha esquerda na mesa, confessou-se desolado.

E Van Acker, o Presidente do Conselho belga não escolhe as palavras para manifestar as suas opiniões ao conversamos durante a recepção: a N.A.T.O tem de ser remodelada para poder agir eficazmente, porque assim não presta para nada. Acha que o Dr. Salazar fez muito bem em não vir. E é tudo neste tom. A impressão geral é que Spaak deve estar a atravessar uma fase depressiva, talvez esteja doente, e intimidou-se com a assembléia que tinha de dirigir...

Não há ministro que não me pergunte como está Salazar. É impressionante o seu prestígio e o ambiente de respeito que cerca o seu nome. Bech, o luxemburguês, fala dele com admiração e amizade, recordando que se refugiara em Portugal durante a guerra e as atenções então recebidas do Governo Português. Essas atenções são também o motivo da gratidão do socialista Van Acker.

As reuniões foram-se arrastando a rever o projeto de comunicado até ao dia 19, em que nos submeteram a redação final, em papel classificado de "secretíssimo". Para não faltar nada neste imenso logro da opinião mundial que se achava de olhos postos no que pensava ser um encontro de que dependeriam os destinos da Europa, deu-se nessa última reunião mais um episódio caricato.

Estávamos nós encerrados na sala das reuniões, de acesso controladíssimo por um serviço de segurança severo, a rever palavra por palavra o fatal comunicado, com um escrúpulo "como se estivéssemos a escrever a Bíblia" dizia-me o Primeiro-Ministro norueguês, quando de repente entra um funcionário que se dirige a Spaak e com ar açodado lhe confia qualquer coisa ao ouvido. Agitação imediata de Spaak que faz uma cara de espanto e logo segura o microfone.

— Senhores acabo de ser informado que este projeto secretíssimo de comunicado que estamos examinando já está a ser transmitido para o mundo inteiro pelas agências de informação. Houve, infelizmente, grave indiscrição de alguém!

A declaração provocou burburinho, todos falávamos uns com os outros comentando o saco roto dessa coligação... Mas no meio do rumor das vozes os risos iam esfuziando... Que fazer! O cômico sobrepujou o trágico... E descontraídos continuamos a discussão. "Senhor Presidente, acho que a palavra *dissuadir* no período que estamos examinando seria mais propriamente substituída por *desaconselhar...*"

Acabou, no meio da fadiga geral traduzida no desejo de arrumar o assunto o mais depressa possível, o exercício de redação para o qual se haviam deslocado dos seus países 15 responsáveis pelos destinos dos homens. Um suspiro de alívio acompanhava o ruído do apanhar dos papéis de cima da mesa, quando Eisenhower pediu a palavra. Fez-se logo um grande silêncio. E o Presidente dos Estados

Unidos, em tom de pastor protestante, pediu que nos recolhêssemos durante meio minuto para solicitar "d'Aquele que tudo pode" que abençoasse e tornasse fecundo o esforço ali produzido.

Efetivamente era caso para pedir, à boa maneira portuguesa, que Deus pusesse a virtude naquilo que os homens faziam tão mal...

* * *

Estas reuniões tinham sempre a vantagem de permitir entre membros dos governos dos vários países travar conhecimento e manter conversas e trocas de impressões.

Desta vez, entre os vários encontros tidos fora das reuniões, houve dois que talvez valha a pena contar: a minha entrevista com Adenauer, e um almoço oferecido por Spaak.

Quando partira de Lisboa tinha deixado em suspenso um delicado problema. A seguir à adjudicação à indústria alemã do equipamento das instalações emissoras da Televisão, viera o fornecimento pela Alemanha do da Siderurgia que estava a ser montada. A balança de comércio bilateral entre Portugal e a Alemanha achava-se cada vez mais desequilibrada a favor desta. Era preciso fazer alguma coisa para corrigir a situação e o Dr. Salazar determinou que a Siderurgia não fechasse contrato sem que o assunto fosse ponderado com o Governo Alemão.

A proposta do grupo alemão que a Siderurgia queria aceitar para contratar tinha uma cláusula fixando o prazo durante o qual as suas condições, nomeadamente de preço, se mantinham firmes. O Dr. Salazar, porém, não tinha pressa em dar o seu consentimento: não gostava do empresário português de cuja idoneidade moral desconfiava e era instado por industriais interessados em receber encomendas alemãs (sobretudo o de uma fundição de Oeiras) para que não perdesse o ensejo de fazer pressão sobre o governo de Bonn. O empresário português da Siderurgia, preocupado, procurava-me constantemente. O prazo da proposta foi prorrogado uma vez. O tempo passava e não podíamos perder a oportunidade de dotar Portugal da grande Siderurgia que lhe faltava.

Pedi, pois, ao Chanceler Adenauer que me recebesse para conversarmos sobre o problema, ao que prontamente acedeu. E no fim da manhã do dia 18 fui ter ao Hotel Bristol onde me recebeu na sala do apartamento que ocupava. Adenauer tinha então 82 anos mas o aspecto era ainda rijo e acolheu-me com sorridente afabilidade. Estava com ele uma secretária-intérprete: eu falava em francês sem necessidade de tradução porque Adenauer entendia a língua, mas não a usava, preferindo falar em alemão que a secretária vertia para francês.

Logo depois da troca de cumprimentos à chegada, e mal nos sentamos, o Chanceler disse que tinha grande prazer em me receber

pela grande admiração que nutria por Portugal e pelo Dr. Salazar cuja obra seguia de há muito com o maior interesse. Interrompi para frisar que também o Dr. Salazar — e permitia-me acrescentar que era também a expressão dos meus próprios sentimentos — tinha o maior respeito pelo Chanceler e pela maneira como havia conduzido o seu País depois da guerra.

O Chanceler prosseguiu sublinhando que estávamos a atravessar um momento difícil na história da Humanidade. A N.A.T.O. podia desempenhar um papel muito importante no Ocidente, mas não enquanto sofresse dos defeitos que na reunião da véspera tinham ficado patentes. Parecia-lhe fundamental pensar-se quanto antes em remodelar a sua direção, talvez cercando o Secretário-Geral de um estado-maior eficiente no qual pudesse depois encontrar-se o sucessor de Spaak. Qual era a minha opinião?

Claro que estava plenamente de acordo com as críticas feitas à Organização, porque os fatos eram de tal modo evidentes que eu nem via como se pudesse sustentar outro ponto de vista. O indispensável era pôr à frente da Aliança um homem não só inteligente (Spaak era-o, sem dúvida) mas também ativo e enérgico que soubesse mobilizar energias e congregar esforços e com autoridade para conduzir o grupo das nações aliadas na prossecução dos objetivos comuns.

Adenauer, com sinais de anuência, voltou a falar sobre as dificuldades da N.A.T.O. Até que abordei o assunto que me levava ali.

A República Federal Alemã, graças ao valor dos seus dirigentes e empresários, ao engenho da sua indústria e à atividade do seu comércio conquistara, em poucos anos, o primeiro lugar entre os países fornecedores de Portugal. (O Chanceler fez uma expressão de espanto e observou que era novidade para ele.) Mas, entretanto (continuei), a Alemanha não fizera qualquer esforço para melhorar a sua posição compradora no mercado português, de modo que os clientes tradicionais da nossa exportação protestavam e ameaçavam com represálias. O Governo Português desejava manter as melhores relações com a República Federal e muito particularmente com o Governo dele, Adenauer, e nada fazer para obstar a que continuasse o incremento das importações alemãs: mas para isso era preciso que do lado alemão se fizesse um esforço sério para equilibrar os dois pratos da balança...

Adenauer declarou logo que compreendia muito bem o problema e que tão depressa chegasse a Bonn diria aos ministros responsáveis uma palavra sobre o assunto (como efetivamente disse, e com bons resultados). Mas acrescentou que o seu interesse pelo problema não resultava tanto dos aspectos econômicos, que lhe pareciam secundários, como da necessidade imperiosa de mostrar a Portugal que a República Federal Alemã era boa amiga e aliada. Parecia-lhe indispen-

sável que os países cristãos formassem uma frente forte e unida. E naquela ocasião não existiam muitos pontos de apoio para uma eficaz ação comum, cada vez mais necessária. "A França é um enigma para o futuro e pode cair de um momento para o outro nas mãos dos comunistas. Na Áustria soube há dias que a Igreja Católica resolveu ficar neutral na política interna, deixando de apoiar ostensivamente o partido social-cristão, o que lançou este em grande perplexidade. A Itália por ora está firme, mas com o maior partido comunista do Ocidente. Neste panorama a Espanha e Portugal surgem como sólidos apoios que não podem ser abandonados".

Falamos sobre a situação da França, coincidindo as nossas opiniões sobre as qualidades e os defeitos do País. Trocamos impressões acerca da guerra da Argélia. Perguntou-me que informações tinha quanto ao fornecimento anglo-americano de armas à Tunísia — assunto candente nessa altura. Dei-lhe a versão colhida entre os delegados americanos: o fornecimento tornara-se imperioso para evitar que fossem os russos a fazê-lo. Por duas vezes os Estados Unidos teriam tentado discutir o caso com o Governo Francês, mas em ambas as ocasiões havia crise ministerial e não é possível fazer combinações com governos inexistentes. Daí terem andado para diante com o fornecimento das armas.

O Chanceler ouviu e observou: "Foi exatamente isso que me disseram os ingleses. Mas acredita que a Tunísia esteja a ajudar os argelinos?"

Também lhe disse o que sabia a esse respeito — e que, no fundo era o que vinha nos jornais...

Perguntou-me então se conhecia as intenções de Franco no caso de Ifni?

Eu não conhecia intenções. Mas presumi que a Espanha resistisse a todo o transe nos lugares que ainda ocupava no Norte de África por três motivos: o interesse estratégico das chamadas "praças de soberania", a necessidade de sustentar o prestígio espanhol e a irritação causada pela má-fé do Sultão de Marrocos que a Espanha sempre apoiara enquanto ele estivera desterrado e a quem, após o regresso ao trono, fizera generosos donativos.

Adenauer mostrou o seu desprezo pelo Sultão que lhe não parecia homem sério, em quem se pudesse depositar confiança...

Sim, respondi. Mas no panorama que se contemplava no Norte de África o monarca marroquino representava o princípio da autoridade islâmica. Apesar de terem abandonado a teocracia, não há dúvida que os muçulmanos ainda cercam a realeza de um halo religioso e em Marrocos as preces continuam a invocar o Rei. Isso pode não agradar às pretensões do Cairo...

Perguntou-me então o Chanceler que pensava Salazar da situação internacional.

Informei-o de que o Dr. Salazar não julgava que viesse a deflagrar uma 3ª guerra mundial. A URSS não precisa de a fazer porque vai atingindo os seus fins pela guerra fria, mediante a ação subversiva e demolidora exercida pelos partidos comunistas no interior dos países, através da exploração psicológica das dificuldades do Mundo livre, e pela expansão da sua ideologia graças a uma propaganda interna hábil. E as democracias, por definição, não declaram guerra.

Adenauer ouviu-me com toda a atenção e no final limitou-se a fazer uma expressão que tanto podia ser de concordância, como significar: "talvez seja assim..."

Tinham passado 45 minutos e eu tinha de ir ao almoço oferecido por Spaak. Dei sinal de retirar-me. A conversa ainda se prolongou sobre assuntos ligeiros até nos despedirmos muito amistosamente.

O almoço na residência oficial do Secretário-Geral da N.A.T.O. era dado com intenção de proporcionar uma conversa entre turcos e gregos acerca da situação em Chipre. Eu ia como representante de um País absolutamente neutro no conflito que podia portanto "almofadar" o difícil encontro entre os dois adversários. De modo que, à mesa, Spaak tomou uma das presidências, dando a direita ao Primeiro-Ministro turco, o simpático Menderès com quem tanto me dei durante a reunião e que anos depois teria trágico fim, e a esquerda ao Primeiro-Ministro grego, Caramanlis. E pôs-me a mim na outra presidência, a dar a direita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros grego, Averoff, e a esquerda ao seu colega turco, Zolu. Estavam mais os Ministros dos Estrangeiros britânico e português, Selwyn Lloyd e Paulo Cunha, e os Embaixadores português, inglês, alemão, grego e turco acreditados junto da N.A.T.O.

Se me refiro a este almoço é apenas pelo interesse que, neste momento em que escrevo, ainda tem o conflito greco-turco por causa de Chipre. Foi toda uma série das habilidades para se manter à mesa a conversa em termos agradáveis, sem dar aso a qualquer atrito e de modo a criar o ambiente de cordialidade que permitisse no final uma conversa calma e profícua entre os dois litigantes. Conversa que efetivamente teve lugar, mas sem resultados apreciáveis. E isso logo se viu na sessão que se seguiu, nessa tarde, porque a pretexto de uma frase qualquer do célebre comunicado que estávamos revendo em que se poderia ver uma alusão a Chipre, logo turcos e gregos intervieram, abespinhados e intransigentes. O almoço fora bom, mas os resultados dele nulos.

74

A vigência do I Plano do Fomento findava em dezembro de 1958. Quando em julho de 1955 tomei posse do cargo de Ministro da Presidência resolvi logo iniciar os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano que havia de se lhe seguir. Fora testemunha da precipitação com que tinha sido organizado o primeiro, das pressas do acabamento do seu projeto, das dificuldades da Câmara Corporativa em emitir parecer ponderado no prazo curto de que dispôs. E entendia deverem ser adotadas técnicas modernas de planeamento, então desdenhadas.

É preciso explicar que, ao concluir a licenciatura em Direito, a minha intenção foi dedicar-me aos estudos econômicos. E, por influência de Armindo Monteiro, orientei o meu Doutoramento nesse sentido, tendo-me apresentado às provas, em 1931, com uma dissertação sobre *A Depreciação da moeda depois da guerra*. Nessa altura ainda se sentiam profundamente os efeitos da desvalorização do escudo subseqüente à guerra de 1914-18 que desencadeara fenômenos inflacionários em toda a Europa, alguns catastróficos como os que aniquilaram o marco alemão e outras moedas da Europa Central. E os economistas dedicavam especial atenção aos problemas monetários para ajudar os governos a estabilizar as suas divisas.

Propus-me, pois, escrever a minha tese sobre a estabilização do escudo. A primeira parte dela seria constituída pela análise da depreciação das moedas nos vários países, suas causas e efeitos, e das teorias explicativas das variações do valor da moeda. Mas, às tantas, essa primeira parte do livro já era tão volumosa que resolvi publicá-la como tese guardando a exposição da teoria da estabilização, que eu pretendia construir a partir da neutralização das causas da depreciação, para a dissertação que teria de escrever a seguir, ao apresentar-me a concurso para professor da Faculdade.

De modo que durante anos li aturada e atentamente a literatura econômica. Li os clássicos e os livros que ao tempo eram modernos. Keynes ainda só era conhecido por dois opúsculos, um sobre as conseqüências econômicas da paz e outro em que expusera e sua

fórmula da teoria quantitativa da moeda (antes renovada por Irving Fisher), intitulado *A tract on monetary reform.*

Quando em 1931 conquistei o grau de Doutor em Direito (o quinto concedido pela Universidade de Lisboa, sendo eu o primeiro Doutor em Ciências Político-Econômicas) possuía uma boa cultura econômica.

As circunstâncias afastaram-me, porém, na vida universitária, desse ramo do ensino. Magalhães Colaço, professor de Direito Administrativo, faleceu no ano em que me doutorei. E no ato do doutoramento eu tinha prestado boas provas nessa matéria, com a qual me familiarizara mais o exercício das funções de Auditor Jurídico do Ministério das Finanças. A Faculdade convidou-me a concorrer ao grupo das Ciências Jurídico-Políticas a que pertencia Colaço, de quem eu fora discípulo. E concorri, apresentando a dissertação intitulada *Do Poder disciplinar no Direito Administrativo Português* (1932). Aqui está como se traça um destino...

Passei, pois, a trabalhar o Direito Administrativo, mas sem deixar nunca de dar atenção aos problemas econômicos e à teoria que sobre eles se ia desenvolvendo. A crise econômica de 1929, aliás, espalhou-se pelo Mundo em vagas sucessivas e não se podia ficar alheio aos fatos em que se traduzia e às idéias que ia suscitando. Não me desinteressei da teoria dos ciclos econômicos, acompanhei com atenção o aparecimento da obra fundamental de Keynes e a discussão que se lhe seguiu e desapaixonadamente estudei a experiência soviética do planeamento.

De modo que em 1955, embora já não fosse um economista, possuía a formação — e a informação — suficientes para me orientar quanto à elaboração de um Plano de Fomento em bases modernas.

No papel de coordenador tomei a iniciativa de convocar, pouco tempo depois da minha posse, os ministros das pastas econômicas a quem expus as minhas idéias sobre a preparação do novo Plano. Em meu entender os três anos de que dispúnhamos não eram demasiados para ela. Distribuí tarefas, reservando-me a responsabilidade dos trabalhos preliminares que iriam ser feitos pelo Centro de Estudos do Instituto Nacional de Estatística, visto este serviço se encontrar dependente da Presidência do Conselho.

Efetivamente determinei de imediato ao Instituto que procedesse aos estudos e projeções que, para o período de 1959-1964, nos permitissem determinar a provável evolução do Produto Nacional Bruto ao custo dos fatores, a evolução da população portuguesa, em especial da população ativa, e do consumo privado, a evolução do volume de emprego e da balança comercial, prevendo-se diversas hipóteses quanto a volumes de investimento e a coeficientes marginais de capital, a fim de se poder optar pela mais conveniente.

E desde logo se fixaram os grandes objetivos do Plano de Fomento a elaborar e que seriam os seguintes:

a) aceleração do ritmo de incremento do produto nacional;

b) melhoria do nível de vida;

c) ajuda à resolução dos problemas do emprego;

d) melhoria da balança de pagamentos.

Não vou contar aqui todos os lances do longo trabalho da elaboração do Plano. Foram publicados cinco volumes do *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento* em que estão compendiados os resultados principais de que o Conselho Econômico ia sendo mantido ao corrente. Como disse, não havia serviços de planeamento. A máquina burocrática dos Ministérios não estava preparada para responder convenientemente ao que se lhe pedia (salvo a das Obras Públicas). Ajudado por meia dúzia de pessoas, pagas pela verba destinada a "estudos" do Orçamento da Presidência do Conselho, eu fui, mais do que o Ministro orientador, o funcionário principal da elaboração do Plano. Lendo todas as contribuições chegadas, analisando todos os relatórios apresentados, discutindo com Ministros, técnicos e empresários, arrumando as idéias e metodizando os elementos dispersos, escrevi pelo meu próprio punho centenas de páginas, reuni e conferi números, organizei material para publicação, revi mesmo provas tipográficas...

Mas quis deixar criadas condições para que o Plano seguinte fosse preparado em melhores condições. Para isso redigi um projeto de reorganização dos serviços da Presidência do Conselho onde eram criadas duas Inspeções Superiores: a da Mobilização Civil, para se ocupar das tarefas da respectiva lei em correspondência com as comissões da N.A.T.O., e a do Plano de Fomento.

Esse projeto foi apresentado a Salazar em fins de 1956.

Mas o decreto-lei que criou a Inspeção Geral do Plano de Fomento só veio a ser publicado, com cortes, um ano depois, em novembro de 1957. Não passaram muitos anos sem que o serviço por mim proposto se tornasse insuficiente e foi então criado em seu lugar um imponente Secretariado Técnico que excedia muitíssimo, em luxo de quadros e volume de dotações àquilo que eu projetara já a pensar no futuro e fora considerado exagerado.

Entretanto, ao estudar o capítulo referente à indústria para o relatório preparatório do Plano, tinha verificado a escassez de dados fornecidos pelos serviços oficiais e a pobreza de imaginação das associações industriais. Pareceu-me indispensável que o Estado criasse um órgão de estudo das possibilidades da indústria em Portugal, fornecendo à iniciativa privada sugestões de novos caminhos e apoiando-a com uma constante informação econômica e tecnológica, de

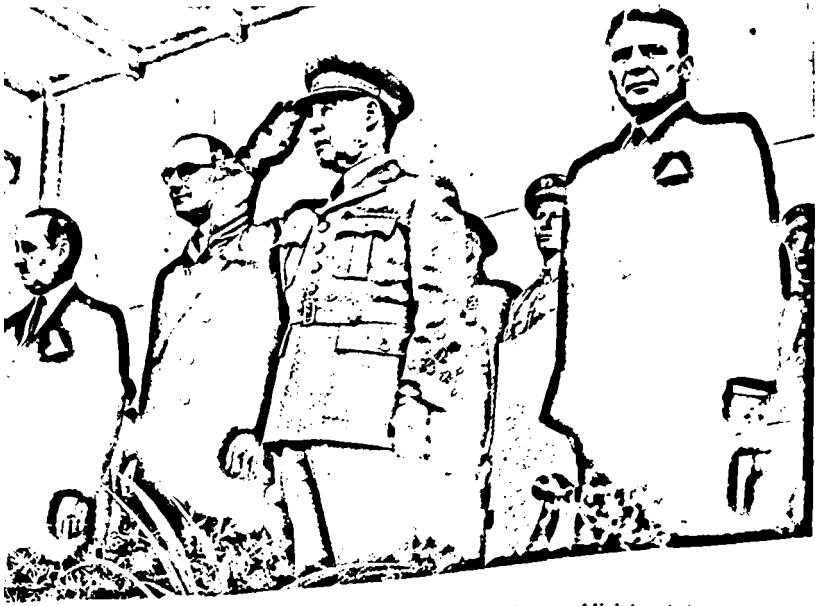
modo a mantê-la em progresso. Esse órgão, dotado de centros de pesquisa e de laboratórios de ensaio, seria o Instituto Nacional de Investigação Industrial, cuja lei orgânica, concebida pelo Engenheiro Magalhães Ramalho, então Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, tive a satisfação de ver aprovada pela Assembléia Nacional e promulgada em junho de 1957.

Outra providência importante seria a transformação do Fundo de Fomento existente na Presidência do Conselho para administrar as verbas vindas do Auxílio Marshall, em Banco de Fomento Nacional. Preparei, com a ajuda de um distinto funcionário do Banco de Portugal, o decreto que criaria o Banco, destinado sobretudo a apoiar financeiramente, por meio de crédito a médio e a longo prazo, iniciativas consagradas no Plano, investindo e incitando a investir naquilo que fosse considerado mais útil ao desenvolvimento do País. Mas o projeto encalhou no Ministério das Finanças e só depois da minha saída do Governo foi convertido em lei, mutilado de algumas das suas mais interessantes inovações para o mercado financeiro português.

Já agora também valerá a pena referir a criação do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, em que se transformou o antigo Serviço da Carta Agrícola e que recebeu a missão de preparar a futura reforma agrária através, primeiro, do estudo do que existia, pela elaboração da carta agrícola e florestal, da carta dos solos, da da carta da capacidade de uso do solo, do inquérito agrícola, e florestal e pecuário; e depois, do ordenamento, em que se planearia aquilo que devia ser produzido numa necessária reconversão, quais as terras mais indicadas para cada produção e os métodos mais convenientes para a cultura. A Secretaria de Estado da Agricultura dispunha, aliás, de dois (entre outros) excelentes e prestigiosos institutos de investigação: a Estação Agronômica Nacional, que o Prof. Antônio Câmara fundou e orientou nos primeiros passos, e a Estação de Melhoramento de Plantas, dirigida pelo Prof. Vitória Pires, que, como Subsecretário de Estado da Agricultura foi, nessa altura, excelente colaborador na organização do Plano.

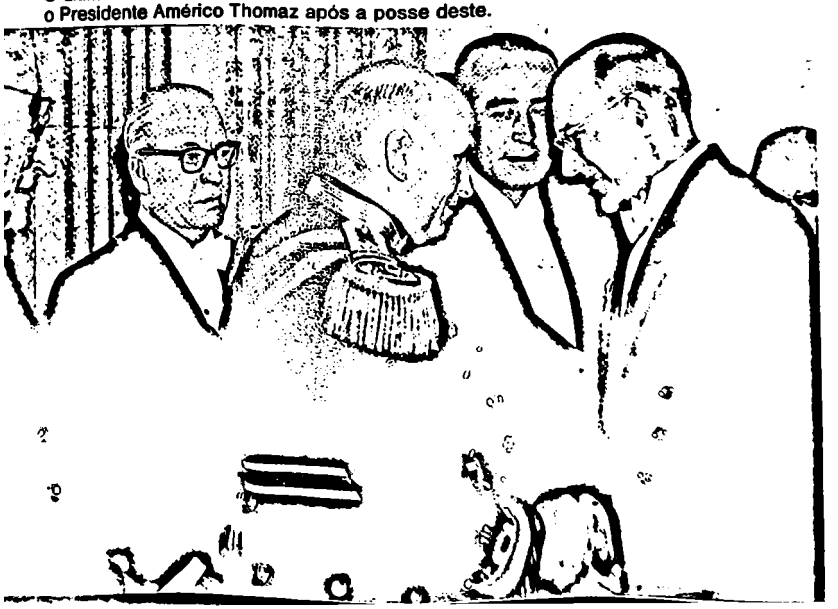
Quando no começo de 1958 tinha concluído, depois de várias reuniões do Conselho Econômico, o anteprojeto dos investimentos a inscrever no Plano e que, com muita discussão na presença do Ministro das Finanças, atingiam um total cujo montante exato não me recordo bem, mas que se fixava, para seis anos entre 35 e 40 milhões de contos (o que, na moeda valorizada da época, era muito importante), pus o Presidente do Conselho ao corrente de tudo, como era meu costume, e sugeri-lhe que se fizesse, na presença dele, o reexame das iniciativas propostas e dos custos correspondentes.

Para esse efeito passamos a ter reuniões sucessivas a que assistíamos sempre o Presidente, o Ministro das Finanças e eu, e a que

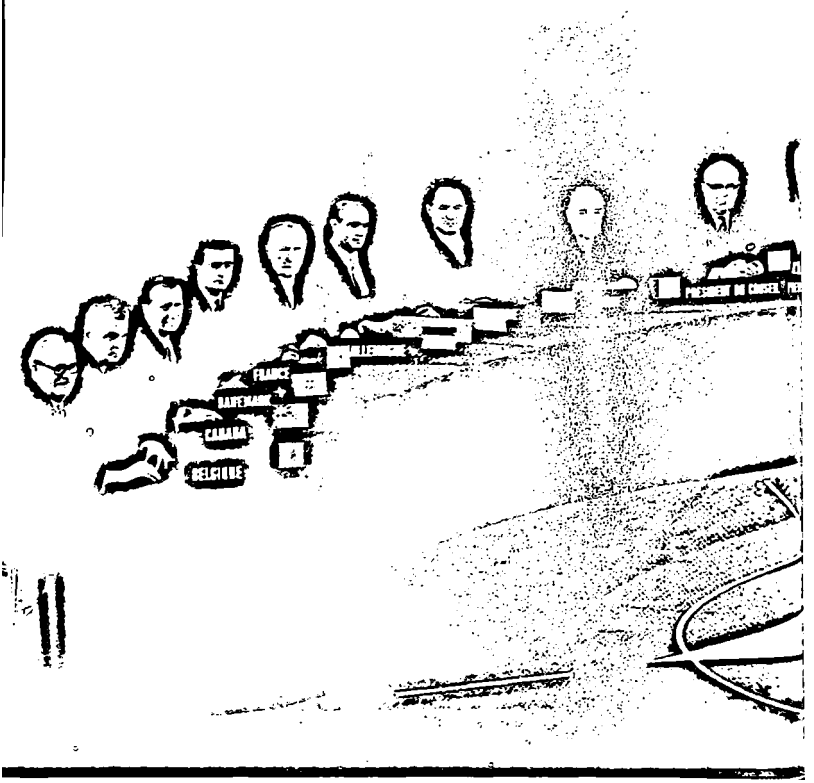


O Presidente Craveiro Lopes tendo à sua direita o autor e o Ministro do Interior Trigo de Negreiros, e à esquerda o Ministro da Defesa, Santos Costa.

O último ato oficial do autor como Ministro da Presidência: cumprimentando o Presidente Américo Thomaz após a posse deste.



Reunião dos Chefes dos Governos da NATO em Paris em dezembro de 1957. Da direita para a esquerda, Eisenhower, Mac-Millan, Menderés e o autor. O quinto a contar da esquerda é Adenauer. Spaak ocupa a Presidência ao lado do Presidente de Honra, nesse ano o luxemburguês Joseph Bech.



Presidência do Conselho

Ao Senhor Marcelo Caetano

O silêncio mesmo a que
me pudesse forçar-me fazia
ter as atribulações e cheias de
sofrimento e incompreensão que
me vai na alma profundamente, mas
acima de tudo as que têm mais
alguma. De mim pessoalmente, mas-
-me privado de uma colaboração
que na Presidência foi o alívio
mais alto que o mundo me
pode proporcionar, mas a mesma
vida e obrigações, acima de tudo
aquelas a que não pode faltar.

Tudo o mais que diremos
seria inútil. Espero que,
feito o necessário reajustamento,
continuemos a dar-nos na expressão
que tanto lhes deve a Nação
nacional que será sempre para
mim preciosa a quem dispensa
os seus préstimos. Receba um
abraço muito e muito grande.

Com a mais respeitosa consideração

14.8
58-8

Carta de Salazar de 14 de agosto de 1958 em que exprime ao autor o desgosto pela sua saída do governo.

vinham, um após outro, os Ministros proponentes das verbas a inscrever.

Deve dizer-se que debalde andava há muito insistindo com o Ministério das Finanças para que me entregasse o estudo das disponibilidades mobilizáveis nos setores público e privado durante o período do Plano a fim de se poder ajustar-lhes os investimentos a prever. Mas a entrega ia sendo sempre adiada. Quem tinha esse estudo a seu cargo era o Subsecretário de Estado do Tesouro, Dr. Jacinto Nunes, antigo filiado no MUD-juvenil, que após o 25 de Abril de 1974 surgiria, surpreendentemente, como figura grada dos grupos revolucionários de preponderância comunista, tão tragicamente empenhados em destruir a Nação Portuguesa.

As reuniões decorriam sempre segundo o mesmo esquema. O Ministro convidado justificava as rubricas do projeto de Plano que lhe respeitavam e as verbas correspondentes respondendo às perguntas ou objeções do Presidente do Conselho e do Ministro das Finanças o qual, aliás, muito metódico, tinha apontado num caderno pessoal o que se passara no Conselho Econômico a respeito de cada assunto. A maior parte dos projetos foi aprovada, com muitos acenos afirmativos de cabeça e sorrisos prometedores do Ministro das Finanças durante as exposições ministeriais.

Acabaram as reuniões no meio da satisfação geral. "Passou praticamente tudo!", diziam os Ministros radiantes. Mas, decorridos alguns dias, o Ministro das Finanças procurou-me para me entregar as conclusões dos estudos sobre o financiamento do Plano. Era preciso cortar metade do que estava inscrito... Pedia-me o favor de ser eu a estabelecer as prioridades, visto estar bem no âmago do Plano e assim ser capaz de suprimir o menos importante ou urgente.

Fiquei varado! Era o resultado de dois anos e tal de estudos conscienciosos e de porfiados esforços posto em xeque! Era o fruto de laboriosas negociações com os Ministros reduzido a nada! E quem convenceria aqueles que tinham saído das reuniões da Presidência do Conselho persuadidos da adesão e concordância do Ministro das Finanças de que era este agora a dar o dito por não dito?

Claro que o que eu deveria ter feito era responder ao Ministro das Finanças — corte o senhor! E creio que o disse. Mas tinha amor ao trabalho feito, na minha cabeça estavam delineadas as orientações de cuja conjugação deveria resultar o progresso econômico e social do País... Temi uma mutilação irremediável e resignei-me, com o coração despedaçado, a rever e reduzir o Plano.

Pensando e tornando a pensar sobre os números apresentados pelo Ministério das Finanças e socorrendo-me do conhecimento que tinha dos assuntos financeiros, ainda propus ao Ministro uma solução que dentro dos seus métodos, aumentaria alguns milhões de contos à

estimativa dele. Recebeu mal a minha sugestão. Em conversa perante o Dr. Salazar, na qual mostrei o fundamento dos meus cálculos, abespinhou-se todo, lembrando que o Ministro das Finanças era ele. Paciência!

O Plano, assim reduzido, seguiu para a Câmara Corporativa e Assembléia Nacional — não sem que alguns dos Ministros cujas propostas foram alteradas drasticamente (não é fácil tirar milhões...) se agastassem comigo.

Mas nele se inscreveram assim mesmo, grandes realizações que marcam época.

É o caso do Plano de rega do Alentejo. Para acabar com o regime latifundiário nessa grande província do Sul, de escassa densidade populacional, os economistas do início do século preconizavam a irrigação. Já Oliveira Martins a sugerira no *Projeto de lei de fomento rural*. Mas no século XX o campeão da idéia foi o Engenheiro Ezequiel de Campos que, Ministro de um governo da Esquerda Democrática em 1925, elaborara propostas de reforma agrária que o Parlamento não chegou a discutir e os próprios colegas de governo não levaram muito a sério. O Ministro, considerado utopista, era então chamado o Inexeqüível dos Campos...

Este encantador Ezequiel, com o seu olhar bom e a sua barbinha encaracolada, tinha a crença militante dos apóstolos e era um homem de boa-fé. Quando viu que Salazar o tomava a sério, o ouvia, lhe respondia e ia pondo em prática muito daquilo que ele preconizava para a regeneração do País, tornou-se salazarista. E passou a ser um colaborador devotado e entusiasta da obra de fomento dos governos de Salazar, que faziam o aproveitamento sistemático dos rios portugueses e estudavam a rega do Alentejo, como durante longos anos sonhara, pregara e queria. O estudo do Alentejo revelou que não havia tantas possibilidades hidráulicas como se dizia. Mas fez-se o projeto de aproveitamento de todas as existentes compreendendo a construção de 23 grandes albufeiras e 73 pequenas albufeiras, com a capacidade de armazenamento total de dois biliões e meio de metros cúbicos. E nasceu o Plano de rega do Alentejo, traçado sob a orientação do Ministro Arantes e Oliveira, prevendo a beneficiação de perto de 180.000 hectares de terras de sequeiro, com a respectiva rede de rega e o ordenamento hidráulico das bacias, o abastecimento de água, a produção de eletricidade, o lançamento de novas vias de comunicação e a implantação de novas indústrias.

A sua execução completa deveria levar 18 anos e, efetivamente, iniciada em 1959, já estava adiantadíssima em 1974, com grande parte dos aproveitamentos a funcionar.

Tão grandioso conjunto de obras foi completado por centenas de pequenas represas construídas pelos proprietários com o auxílio

do Fundo de Melhoramentos Agrícolas para se tirar partido de quantas linhas de água atravessassem as herdades particulares.

No domínio da Agricultura o objetivo era ir corrigindo a defeituosa estrutura agrária de certas regiões do País. Mas em vez de uma demagógica reforma, pretendia-se fazer a reorganização de estruturas e a conversão de culturas sobre a base de sérios estudos preliminares. Já me referi a esses estudos de reconhecimento e de reordenamento agrário. Entretanto a Junta de Colonização Interna recebia recursos para empreender o emparcelamento dos minifúndios do Norte e o parcelamento dos latifúndios do Sul que fosse aconselhável dividir, sobretudo depois de adaptados ao regadio. Com a minha saída do Governo este ponto do Plano foi dos que sofreram maior resistência. A Junta só dividiu prédios previamente adquiridos, facilitando em muitos casos o acesso à propriedade dos rendeiros e colonos nele estabelecidos. Assim mesmo foram beneficiadas 1.500 famílias.

Um dos pontos fundamentais para valorização dos produtos e melhoria dos circuitos de distribuição era o do armazenamento em boas condições de conservação. O Plano previu largo incremento das instalações de armazenagem, sobretudo para o trigo, o arroz, a batata, as frutas, os produtos hortícolas, o figo seco, as bananas, o azeite e o vinho. Quase tudo foi executado. E nalguns casos ainda pude preparar a construção, como sucedeu com os silos portuários de Lisboa. Era Presidente da Federação Nacional dos Produtores de Trigo o meu querido amigo Engenheiro Luís Quartin Graça, técnico distintíssimo e apaixonado defensor do serviço público. Aproveitando-se o crédito proporcionado por uma compra de trigo aos Estados Unidos ao abrigo da Lei de Excedentes Agrícolas, pusemos imediatamente a andar o programa da construção de silos que ia ser incluído no Plano de Fomento. Com que entusiasmo trabalhamos para não deixar fugir a oportunidade! E os silos lá estão, majestosos, no porto de Lisboa, por onde eu depois freqüentemente passava a caminho de minha casa, recordando sempre o saudoso amigo que a morte levou na força da vida.

Deus me livre de reproduzir aqui todo o Plano, e de me tornar demasiado fastidioso. Mas numa época em que só se destrói naquele belo País que foi Portugal, como não recordar com saudade o tempo em que governar era construir?

O tempo em que o governo infundia confiança aos particulares para investirem os seus capitais na valorização da terra e da gente portuguesas e dava o exemplo pelo apoio e incentivo ao lançamento de grandes indústrias... Foi neste II Plano que se concluiu e inaugurou a Siderurgia Nacional e se deu novo impulso às indústrias consideradas básicas. E se projetou o estaleiro naval de Lisboa que depois havia de se transformar no grandioso Estaleiro de Lisnave,

orgulho da técnica portuguesa e fonte abundante de divisas. E que se continuou a aproveitar a riqueza das bacias hidrográficas, erguendo mais umas tantas grandes barragens para instalação de centrais hidro-elétricas de modo a acompanhar o acelerado crescimento do consumo da eletricidade que duplicava de seis em seis anos, ao mesmo tempo que se construíam centrais térmicas para que o sistema não ficasse unicamente dependente da água.

Prosseguiu-se na eletrificação das linhas férreas. Contra o parecer das pessoas prudentes que, escoradas em exemplos alheios, condenavam a construção de transportes subterrâneos em cidades com menos de dois milhões de habitantes, lançou-se o Metropolitano de Lisboa na hora oportuna, isto é, antes de se agravarem demasiadamente os problemas do tráfego de superfície e os custos da obra.

Continuou-se a construir, a ampliar, a equipar portos e aeroportos. E apesar de, na revisão imposta pelo Ministério das Finanças, ter sido suprimida a verba para a construção da ponte sobre o Tejo — que com justiça se denominou Ponte Salazar — teimosamente a mantive no Plano. Dotei apenas os estudos complementares (o projeto estava praticamente feito) e pouco mais, deixando o financiamento da construção para o crédito externo, se fosse possível obtê-lo através de empreiteiros, como foi. Ainda aqui avultou a ação do Ministro Arantes e Oliveira. A ponte tinha de ser levantada, porque assim o exigiam a intensidade do movimento já existente entre as duas margens e a necessidade de valorizar a vasta e em grande parte desaproveitada mesopotâmia entre Tejo e Sado.

Em 1968 o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (em que se converteu a Inspeção Superior) publicou o Relatório da Execução do II Plano de Fomento.

Por ele se vê que, na Metrópole, foram gastos nessa execução 27 milhões de contos (quantias sempre calculadas em escudos de 1958).

O Produto Nacional Bruto ao custo dos fatores passou de 55 milhões de contos em 1958 para 81 milhões em 1964, ou seja, um aumento de 46,8% (tinha sido previsto só 26,9).

A este aumento correspondeu um acréscimo de 39,4% na capitação do PNB, quando de início se previa apenas 21,8%. Note-se que a percentagem do aumento de capitação é muito menor que a do Produto: isto resulta de se ter verificado um aumento líquido da população, nesses seis anos, de 440.000 almas, quando apenas se previa 335.000.

O crescimento da população portuguesa foi um dos problemas com que constantemente se defrontou a política econômica de Salazar. Havia cada vez mais bocas a sustentar e o incremento da produção, a partir de uma base que era já de insuficiência, mal conseguia

acompanhar esse aumento demográfico, quando necessitava de recuperar a distância entre as existências e as necessidades. O setor mais responsável por este desacerto era o primário, especialmente a Agricultura. O seu produto não dava para proporcionar uma vida melhor aos que viviam da terra e nos estudos preparatórios do II Plano calculou-se ser necessário retirar do trabalho agrícola para a indústria e os serviços, ou mediante emigração, cerca de um milhão de pessoas. Foi a emigração que veio acelerar afinal o processo da transferência.

Esse peso sobre a agricultura determinava em certas regiões desemprego cíclico e, em geral, situações de subemprego. Verdade seja que a população rural do Norte se contentava com passadio frugal na sua vida rústica. E que os cálculos estatísticos do produto agrícola esbarravam sempre na dificuldade de avaliar o autoconsumo: quanto é que valia aquilo que os camponeses cultivavam para consumo próprio, o milho, o feijão, as hortaliças, as frutas, o vinho, mais o porco para a matança, as aves de capoeira, as ovelhas e as cabras de cada um?

E isso era muito. Mas inegavelmente a população rural tinha um nível de vida baixo. A melhor distribuição do Produto Nacional remediaria alguma coisa, mas não muito enquanto o bolo a repartir na Agricultura não fosse maior. E este só poderia aumentar baixando o custo da produção graças a melhores métodos de cultura, à mecanização.

Os resultados do II Plano vieram evidentemente a projetar-se sobretudo nos anos seguintes ao termo da sua execução. A época da sua execução foi aquela em que se intensificou a industrialização do País. Por toda a parte, ao lado da grande indústria, surgiram pequenas e médias empresas com boas instalações e moderno equipamento. Trinta linhas ou unidades de montagem de automóveis se estabeleceram então. E ao mesmo tempo desenvolviam-se os serviços, sobretudo os do Turismo. Uma política social em constante atuação ia acompanhando o progresso econômico e complementando os salários — que tiveram notável aumento *real* — com as prestações do abono de família e da segurança social. Enquanto o Plano cobria também os melhoramentos rurais, de modo a facilitar a vida das populações campesinas.

Progrediu igualmente a expansão do ensino técnico, com a conclusão dos edifícios de mais 35 grandes escolas programadas, e a criação do Serviço de Formação Profissional destinado a qualificar trabalhadores adultos para a indústria e os serviços, através de técnicas de formação acelerada. Essas técnicas permitiam também a reconversão para novas atividades dos trabalhadores das indústrias que os tempos fossem tornando obsoletas.

Não posso alargar-me demais nesta matéria. Apenas desejo sublinhar que o período em que ocupei o cargo de Ministro da Presidência foi de intenso labor, destinado a dar impulso à economia do País e a lançar as bases de melhor distribuição dos rendimentos.

As negociações internacionais, a que já me referi, da liberalização das trocas, obrigavam a intensificar a criação de novas indústrias e a reorganizar as existentes para as tornar competitivas. Fez-se o que se pôde nesse sentido, não apenas por via legislativa e mediante estímulos adequados, como através de informação e doutrinação. Com a compreensão do Ministro da Economia, Dr. Ulisses Cortez, tive contatos diretos nesse sentido com lavradores, industriais e comerciantes.

Não se adormeceu, não se parou.

Tornou-se lugar comum entre os adversários do Dr. Salazar e do seu regime, candidamente admitido mesmo pelo que os não eram, falar na grande aceitação e até mesmo preponderância política que no seu tempo teriam tido em Portugal os homens ricos, sobretudo os ligados a certos grupos econômicos.

Posso asseverar que é falso. Naturalmente que num País necessitado de atrair e fixar capitais e de os estimular a tomar iniciativas que fizessem prosperar a riqueza nacional não se podia tratar mal os empresários: não é com vinagre que se apanham moscas.

Fez-se em Portugal o que se fazia correntemente por esse mundo fora: procurava-se dar facilidades a quem demonstrasse capacidade de criar fontes de enriquecimento, dando trabalho a portugueses. E a verdade é que o dinheiro veio para Portugal e criaram-se no País numerosas indústrias que lhe faltavam para abastecimento do mercado interno e para exportação.

Os capitalistas portugueses que investiam em atividades produtivas não eram, como alguém que devia ser responsável afirmou depois do 25 de Abril, elementos parasitários, e a experiência da vida econômica depois deles expulsos há de demonstrá-lo, muito embora tenha ficado o imenso parque industrial criado pelas suas mãos.

Mas é uma falsidade sem nome afirmar que eram esses capitalistas quem mandava no Governo. Admito que no período final do Governo do Dr. Salazar gozassem de mais liberdade do que convinha para excluírem concorrentes à sombra do regime de condicionamento industrial e fazerem chorudos negócios. Foram os beneficiários dessa boa época que reagiram vivamente (e reagem...) contra mim quando procurei, após 1968, conter os excessos da plutocracia. Mas daí a mandarem no Governo ia uma grande distância. Só quem não os ouviu tantas vezes lastimar-se das restrições da legislação do condicionamento industrial que também os atingia e dos

encargos resultantes da política social e das normas de proteção aos trabalhadores, pode com sinceridade pensar o contrário. A verdade é que o Poder político atuava quando e como era necessário ao interesse nacional, fosse ou não fosse de acordo com interesses particulares. A grande maioria dos Ministros de 1926 a 1974 — e não digo todos porque em tanta gente pode ter havido alguma exceção — era de homens honestíssimos. E à plutocracia é muito mais fácil infiltrar-se e influir nos meios governamentais quando há partidos e grupos que necessitam do seu apoio financeiro e onde vicejam indivíduos que procuram fazer carreira pela política, do que no seio de um regime autoritário exclusivamente preocupado em recrutar pessoas competentes para os postos do Governo e da Administração.

Aliás em todos os movimentos, eleitorais ou revolucionários, de oposição ao Dr. Salazar (como depois contra mim) houve sempre poderosas ajudas de grupos econômicos. E esses grupos financiavam a Oposição na esperança de obterem melhores condições para fazerem os negócios que o regime lhes não permitia realizar com a facilidade desejada.

Repito que os bons empresários encontraram efetivamente nos governos a boa-vontade que mereciam. Mas também depararam com uma autoridade que os continha.

75

Não quero deixar de registrar aqui um apontamento sobre a parte que o Ultramar teve nas preocupações do Governo durante o período em que exerci as funções de Ministro da Presidência.

Era Ministro do Ultramar o meu colega na Faculdade de Direito de Lisboa, onde fora meu aluno, Dr. Raul Ventura. Espírito muito vivo, trabalhador infatigável, pôs as suas notáveis qualidades ao serviço das províncias ultramarinas numa gestão dinâmica e proveitosa. Demo-nos sempre muito bem. Eu não podia deixar de viver os grandes problemas que então se suscitavam, ligado como estava, pela inteligência e pelo sentimento, à causa do Ultramar.

A questão de Goa continuava a arrastar-se. A posição da União Indiana não se abalava: insistia pela entrega pura e simples da Índia Portuguesa. A isto o Governo Português respondia com o *non possumus*. Não se enxergava sombra de direito na reivindicação. A entrega não era desejada pelos habitantes do nosso Estado da Índia, cuja vontade era reforçada por constantes manifestações de fidelidade das comunidades goesas dispersas pelo Mundo.

E a opinião pública portuguesa tampouco se mostrava favorável a qualquer transigência.

O apelo ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia, mostrou claramente a intenção do Governo Português de se manter dentro das normas do Direito Internacional.

Mas, entretanto, crescia a onda de anticolonialismo. A admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas em 1955 pôs imediatamente o País em face de novas dificuldades resultantes dessa corrente de pensamento.

Ainda, porém, na ONU não se tinha dado o ingresso das novas nações asiáticas e africanas que iriam, poucos anos depois, modificar completamente o ambiente da Assembléia Geral. Era possível esgrimir com argumentos jurídicos e conquistar para as teses portuguesas muitos representantes de Estados imbuídos dos mesmos princípios que nós cultuávamos. Assim, nas primeiras escaramuças que na Organização

travamos, respeitantes à obrigação de transmitir ao Secretário-Geral as informações referidas no art. 73 da Carta das Nações Unidas, ainda pudemos registrar alguns sucessos.

Salazar nos seus discursos definiu com a clareza habitual a posição portuguesa em relação às idéias em voga em matéria colonial. Vale a pena recordar as suas palavras.

Ele viu lucidamente o que os tempos iriam confirmar: que os movimentos chamados de libertação das colônias européias eram racistas, francamente adversos ao homem branco. "No fundo, nesta época em que se apela de todas as bandas para a não discriminação racial, o movimento, onde se manifesta, é sobretudo rácico, de cor, em dimensões continentais, e ameaça erguer-se em globo contra a civilização do Ocidente que perdeu infelizmente a coragem de afirmar a sua superioridade". [1]

Não é contra a autodeterminação, apenas a deseja racionalmente invocada e aplicada: "O princípio de autodeterminação fundamenta e legitima a independência dos povos quando o grau de homogeneidade, consciência e maturidade política lhes permite governar-se por si com benefício para a coletividade. Mas é indevidamente invocado quando não existe, nem aproximadamente sequer, a noção do interesse geral dum povo solidariamente ligado a determinado território. Em tal hipótese a autodeterminação levará ao caos ou à substituição de soberania efetiva, mas nunca à independência e à liberdade.

"Fronteiras marcadas na carta por zonas de influência e ocupação, sem noção das dependências econômicas e com bastante desconhecimento das populações que, aliás, não usam fazer grande caso dessas demarcações políticas, têm servido sobretudo para delimitar tarefas e evitar conflitos, mas em muitos casos é bem difícil saber-se quando podem — se puderem um dia — definir o âmbito de uma Nação". [2]

E noutro ensejo desenvolve este pensamento: "... a emancipação não pode deixar de representar maioridade e consciência, aptidão para organizar o trabalho, condições para cumprir internacionalmente os deveres assumidos, senão nela teremos a origem de novas servições". [3]

"Quero dizer, em resumo, que todo este vento de agitações ou de subversão que vai pelo mundo e não atende à maturidade e condições de vida dos povos que visa, arrisca-se a satisfazer apenas em muitos casos ambições, mas não postula por si a satisfação das necessidades daqueles. Desperta movimentos emocionais que podem até apresentar-

(1) *Discursos e notas políticas*, V, pág. 372, Discurso de 30-V-1956.
(2) *Idem*, pág. 373 (30.V.56).
(3) *Idem*, pág. 430 (1.XI.57).

se invencíveis, mas deixam no seu rasto problemas que não podem por si resolver". [4]

Quantas vezes conversamos sobre os problemas do Ultramar português! Nenhum de nós tinha dúvidas acerca do destino das grandes províncias africanas de Angola e Moçambique que um dia se tornariam independentes. Ambos pensávamos que Portugal tinha o dever de não deixar que a independência acontecesse sem que estivessem reunidas as condições necessárias para que fosse uma realidade dentro da Comunidade lusíada. Essas condições implicavam o desenvolvimento econômico e cultural dos territórios, processado em plena, íntima e fraterna colaboração de brancos e pretos, de modo que pudessem formar-se sociedades multirraciais. E com que ímpeto estava ocorrendo esse desenvolvimento!

Onde divergíamos era nos processos. Concordávamos em que anunciar prematuramente a data das independências era, quase com certeza, perder o controle da evolução. Mas eu defendia a autonomia progressiva das províncias, suscetível de ser acelerada à medida que as circunstâncias permitissem, de modo que a independência surgisse em certo momento como conseqüência natural, à semelhança do que sucedera com os domínios britânicos. Durante muito tempo sustentei a tese federalista que mais tarde a lição dos acontecimentos me fez abandonar.

Salazar, no pendor do seu feitio, achava que se a independência futura era inevitável, não devia ser a Metrópole a fomentá-la, a prepará-la, a apressá-la. Deixássemos correr o tempo a ver como as coisas se processariam: era a clássica atitude britânica do *wait and see*. Mas em certa altura seduziu-o a chamada política de integração. Bem sei que de momento era a que mais lhe parecia conveniente para sustentar as teses portuguesas no concerto internacional. Mas, por outro lado, é inegável que chegou a acalentar o sonho de realizar o projeto grandioso e original que mais de uma vez nesses anos descreveu:

"O ideal que inspirou os descobrimentos portugueses e depois a obra que se lhe seguiu foi o de espalhar a fé e comunicar aos povos os princípios da civilização. O móbil de integrar esses povos na unidade da Nação Portuguesa foi possível realizá-lo pela não discriminação racial — exigência do nosso caráter e nervo da obra coletiva — pela larga tolerância usada e a criação do mesmo clima moral.

.....

"Quer dizer, em vez de uma política de domínio ou educação, ainda que paternal, mas toda conduzida no sentido de constituir uma sociedade independente e estranha, o português, por exigência do seu

(4) *Idem*, pág. 431.

modo de ser, previsão ou desígnio da Providência, experimentou juntar-se, senão fundir-se, com os povos descobertos e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria.

"Assim nasceu uma Nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do Mundo; mas quando olhos que sabem ver perscrutam todas essas frações da Nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos hábitos de vida, no sentido comum — que ali é Portugal". [5]

E daqui extraía a fórmula orgânica consagrada na Constituiçao pela revisão de 1951:

"Quanto a nós, o caminho seguido define-se por uma linha de integração num Estado unitário, formado de províncias dispersas e constituído de raças diferentes. Trata-se, se bem interpreto a nossa história, de uma tendência secular, alimentada por uma forma peculiar de convivência com os povos de outras raças e cores que descobrimos e a que levamos, com a nossa organização administrativa, a cultura e a religião comuns aos portugueses, os mesmos meios de acesso à civilização. Só o nível desta pode ser o meio de diferenciação do regime jurídico atribuível a uns e a outros. Além disso, a equiparação dos territórios a províncias, a representação dessas diversas parcelas numa única Assembléia representativa e a intercomunicação dos elementos do funcionalismo por todos os territórios, independentemente de origem e de raça, são traços dominantes do sistema". [6]

Províncias de uma Nação independente, os territórios ultramarinos gozariam da independência do Estado de que eram parte integrante. Mas um dia porventura poderiam, no seio de uma comunidade de Nações, gozar de atributos próprios de soberania. Assim o visionava Salazar:

"Se as inclemências do tempo presente nos não embaraçarem as estreitas relações com as nações africanas nossas vizinhas, nem nos impedirem de realizar o nosso programa em África, sobretudo em Angola e Moçambique, essa comunidade luso-brasileira, ao lado da comunidade britânica e da comunidade hispânica que se estruture englobando as Américas de filiação espanhola, podem vir a ser três dos maiores fatores de ordem e estabilidade da política internacional". [7]

Estas palavras, proferidas em julho de 1957, mostram como no espírito de Salazar estava de há muito a idéia da Comunidade Lusíada que, anos depois, estadistas de outros países apresentariam como fruto de criação sua.

---

(5) *Idem*, pág. 374 (30.V.56).
(6) *Idem*, pág. 426 (1.XI.57).
(7) *Idem*, pág. 411.

Mas a Comunidade englobaria nações, isto é, sociedades politicamente organizadas sobre a base da consciência de tradições e ideais comuns dos que as constituíssem. Não seria nunca uma socialização de colônias — mas uma comunhão de países. Por isso, para Salazar, como para mim, a Comunidade Lusíada que abrangesse os territórios ultramarinos portugueses só deveria surgir na hora em que pudessem dela fazer parte Estados que se orgulhassem do mesmo tipo de civilização — uma civilização de raiz cristã onde todos os homens tivessem o seu lugar independentemente da raça ou da cor.

Só nos últimos anos se convenceu de que o Mundo, representado nas Nações Unidas, não aceitava as suas teses. E de que, em vez de deixar entregue às responsabilidades históricas de Portugal o encaminhamento do futuro do Ultramar, de modo a criar novos Brasis, essa tumultuaria, demagógica e subversiva organização internacional, impunha os seus próprios critérios e métodos de previsíveis efeitos catastróficos, para a chamada descolonização. Portugal não estava isolado no Mundo e não pôde resistir a essa pressão. Nos meses da sua semilucidez agônica, depois de salvo do acidente que o pôs às portas da morte, Salazar repetia frases reveladoras das suas preocupações subconscientes. E nelas não havia já o apego à fórmula integracionista. Mas era tarde.

76

Voltemos à política interna...

A intriga contra mim desencadeada por ocasião do Congresso de Coimbra amainou algum tanto quando regressei ao Governo, mas depressa voltou a crescer.

Uma série de fatos exacerbava certos setores da chamada direita, sobretudo no grupo monárquico.

Conhecido pelas minhas preocupações sociais, sempre favorável à proteção dos trabalhadores e das classes economicamente débeis, a inserção no Plano de Fomento de verbas eufemisticamente rotuladas de "reorganização agrária", prevendo o parcelamento de latifúndios, alarmou os grandes proprietários. Sabia-se que, de resto de acordo com Salazar, eu preconizava uma reforma das estruturas agrárias, ainda que muito moderada, pois respeitava o direito de propriedade.

Aconteceu que, presidindo ao Conselho de Ministros para o Comércio Externo, promovi o desenvolvimento do comércio com a URSS e os países do Leste através de *clearings* administrados pelos respectivos bancos emissores. Em meu entender as divergências políticas não deveriam impedir relações econômicas que, entretanto, se haviam estabelecido naturalmente. Era do domínio público que se faziam exportações de cortiça para a Rússia, por exemplo. Mas os timoratos acusavam-me de leviandade (pelo menos) pois ignorando os mecanismos das contas de compensação, afirmavam que o produto das compras que fizéssemos aos Estados socialistas seria empregado para financiar em Portugal atividades subversivas.

Um dia fui procurado por um colega meu da Faculdade de Direito de Lisboa que presidia a uma sociedade produtora de filmes — a *Tobis Portuguesa* — comunicando-me a proposta que recebera da Rússia para uma permuta de filmes soviéticos com portugueses. Isso seria ótimo para a propaganda de Portugal e para a comprometida situação financeira da *Tobis*, argumentava ele. E os filmes russos seriam vistos pela nossa Censura, pois não havia compromisso de exibição...

Combinamos que eu iria ver algumas amostras nos estúdios da firma, no Lumiar. Fui e mostraram-me películas de pouco valor técnico e de assuntos inocentes, como o que documentava o Circo de Moscou. Concordei, pois, na permuta. A Censura examinaria com cuidado os filmes soviéticos. E, por outro lado, era preciso abrir janelas e desmitificar as coisas russas, deixando de as figurar como fruto proibido.

O que se passou em seguida foi a inundação do mercado cinematográfico por filmes soviéticos, alguns de excelente qualidade e que arrastaram aos cinemas um público numeroso e curioso. Eu acreditei na boa-fé do meu colega. Hoje, passados anos, penso que fui eu o inocente.

Mas como se não bastasse isso, veio o primeiro concurso internacional de piano organizado em Lisboa pelo pianista Sequeira Costa em homenagem a Viana da Mota. O organizador buscou o apoio do Governo, entendendo-se várias vezes comigo. Foi-lhe dado o auxílio desejado e o certame foi colocado sob o patrocínio de Salazar, conforme se lia no programa impresso. A esse concurso apresentaram-se jovens artistas soviéticos de primeira categoria cujas exibições arrancaram delirantes ovações do público.

Tudo isto junto permitiu que se generalizasse entre os partidários do regime a minha reputação de homem da esquerda. Perigoso homem da esquerda...

Gerou-se à minha volta um clima de desconfiança da parte das chamadas classes conservadoras, que era alimentado por uns tantos intrigantes acolitados por numerosos patetas.

Um episódio me ocorre, demonstrativo desse estado de espírito. No discurso inaugural do II Congresso de Industriais e Economistas que proferi em maio de 1957, disse que a ocasião era oportuna para suscitar o diálogo entre o Governo e quantos pudessem dar contribuição útil ao estudo dos grandes problemas nacionais que o planeamento punha em causa. E depois, explanando esta idéia, empreguei três ou quatro vezes a palavra "diálogo" afirmando que aquele discurso se destinava a começá-lo. Que foste fazer! Diálogo, nessa altura, era palavra suspeita aos conservadores. E daí a pouco chegava-me aos ouvidos que nos meios políticos (até colegas do Governo!) se bichanava sobre mais aquela escorregadela minha, sintoma do meu incorrigível pendor esquerdista!

O caso originou até uma troca de palavras agrestes com Salazar.

Este, numa das manhãs em que regularmente conversávamos, veio-me com a conversa:

— Aquela sua insistência em falar em diálogo no discurso do Congresso dos Industriais tem provocado certa estranheza...

Quando ouvi isto, fui aos arames. E explodi:

— Francamente! Que uns tantos idiotas de nascença que por aí andam se preocupem com essas coisas já não me espanta. Que hão de dar os pilriteiros senão pilritos? Agora o senhor...!

Salazar corou até à raiz dos cabelos e apressou-se a explicar:

— Não, não, eu não estou a fazer minha a crítica! Mas já tantas pessoas me falaram no assunto, que julguei do meu dever de amigo chamar-lhe a atenção... Justificada ou injustificadamente são esses rumores que fazem as reputações. E não vejo vantagem em que se consolide essa sua reputação da esquerda...

Pois até por falar em diálogo eu era esquerdista, veja-se lá! [1]

Estes rótulos da esquerda e da direita têm hoje muito pouco sentido e mais de uma vez no decurso da minha vida pública me recusei a aceitá-los.

Disse quando era Ministro da Presidência num conselho de ministros e repeti em público quando Presidente do Conselho que esquerda e direita são palavras equívocas e suscetíveis de qualificar posições não incompatíveis.

Na verdade, sempre fui partidário da reforma social, não me conformando com estruturas defeituosas, injustiças consolidadas, costumes políticos condenáveis ou práticas econômicas viciosas. E se o que caracteriza o homem da esquerda é o inconformismo com o que está errado na organização social e o desejo ardente de corrigir, emendar, melhorar com o fito de construir uma sociedade mais perfeita, eu não me recuso a ser colocado à esquerda.

Mas para a melhoria da ordem social nunca me pareceu indispensável a revolução que corte com todas as linhas da evolução tradicional de um povo, ignorando a sua história, a sua índole, as suas tendências e destruindo a eito o bom e o mau, o errado e o certo. Pugnei sempre por que as reformas fossem feitas de cima para baixo, preservando a autoridade do Estado e defendendo os valores preciosos da tranqüilidade e da segurança. Sempre preguei que as revoluções sociais têm um custo superior ao valor das vantagens adquiridas e que as roturas de continuidade da vida de um povo implicam destruições, sofrimentos, atrasos por vezes irrecuperáveis e sempre, quando suscetíveis de reparação, de lenta e penosa recuperação.

---

(1) Por sinal que os homens que se rotulam da esquerda são hoje em dia cada vez mais intolerantes e dogmáticos recusando-se freqüentemente a qualquer diálogo leal, mesmo sem versar matéria política. Pregam o diálogo mas não o praticam. A ilusão em que às vezes me tenho deixado enlear de procurar estabelecer contacto intelectual com certas pessoas, da maneira como se praticava na minha juventude, tem-me custado suportar não poucas grosserias. Mas os "democratas" são eles...

E se esta preocupação de inserir as mudanças na evolução do País, de contrariar os métodos revolucionários, de fazer frente à subversão, de manter a autoridade, se tudo isto define a mentalidade da direita, pois bem, sou e me honro de ser um homem da direita.

Por isso digo que as duas posições não são incompatíveis. E daí resulta a divisa adotada no meu governo, entre 1968 e 1974 — "renovação na continuidade" — ou na fórmula adotada para título do meu ideário publicado em França, *évolution sans révolution.*

Tenho a consciência de que fiz no Governo e estava em vias de realizar ainda mais larga e profundamente, uma política de melhor distribuição da riqueza nacional e de promoção das classes trabalhadoras, procurando garantir igualdade de oportunidades. Mas assegurando ao mesmo tempo o respeito dos direitos individuais e da ordem e segurança públicas.

Em 1957 eu era porém, para as classes possidentes e para a direita monárquica, pura e simplesmente o chefe da esquerda do regime, acusando-se o Presidente Craveiro. Lopes de comungar nas mesmas idéias e de cobrir a minha ação.

A presidência de Craveiro Lopes ia decorrendo no meio de crescente hostilidade dos meios conservadores. Já atrás procurei definir a personalidade do Presidente. O seu feitio hirto traduziu-se, no exercício das funções presidenciais, em fria austeridade. A presidência da República, sob a Constituição de 1933, fora concebida como uma magistratura moderadora, sem iniciativa, sem papel governativo, atenta apenas à marcha do Estado para intervir em caso de crise. A personalidade de Craveiro Lopes não estava talhada para esse papel de mero símbolo da unidade nacional e guardião vigilante das instituições.

Fazia o possível por cumprir conscienciosamente a função. Todos os dias lia com atenção a imprensa nacional e alguns escolhidos jornais estrangeiros. Deste modo encontrava-se sempre informado da política interna e da internacional. Aos domingos recebia da parte da manhã o Presidente do Conselho que lhe fazia um relato dos acontecimentos da semana e com ele trocava impressões sobre a marcha das coisas políticas. Não perdia o ensejo de conversar com Ministros, mas fora disso não tinha contatos, recebia pouco e nas audiências a particulares mantinha-se na atitude reservada e distante de Chefe do Estado.

Essa preocupação de marcar bem a dignidade das funções que exercia afastava muita gente e era um balde de água fria nos entusiasmos populares. Sorria pouco. As suas visitas a terras portuguesas não lhe trouxeram simpatias, pelo contrário, alguns episódios nelas ocorridos em que faltara da sua parte maleabilidade e tolerância para os deslizes do protocolo acarretaram-lhe inimizades.

Recusava-se a intervir junto dos Ministros a favor de pretensões particulares. E a família, a sua casa civil, a casa militar, todos quan-

tos à sua volta giravam, tinham de se conformar com o padrão austero que adotara.

Um dia, achando-se a passar o verão na cidadela de Cascais, teve a almoçar com ele um filho e uma nora vindos de Lisboa e que à cidade regressaram depois, no comboio elétrico como era costume. O trem descarrilou na Gibalta (se bem me lembro) tendo os passageiros corrido sérios riscos. O filho do Presidente dirigiu-se a um telefone público e falou para o Pai contando-lhe o que acontecera e pedindo que enviasse a buscá-los um dos automóveis da Presidência.

— Não senhor — foi a resposta de Craveiro Lopes. — Graças a Deus vocês estão sãos e salvos. Vou-lhes mandar um táxi, porque não quero afastar-me do princípio de não utilizar os automóveis do Estado para serviços particulares.

Os jornais deram larga publicidade ao episódio. E de maneira geral a opinião foi desfavorável ao Presidente, criticando-se a recusa do Pai em ocasião de tal aperto.

Por essa altura fui a Espanha de automóvel para proferir uma conferência em Múrcia passando por Sevilha e Granada. A imprensa espanhola também noticiara a atitude de Craveiro Lopes. E não falava com um amigo sem que este me perguntasse:

— Homem, é verdade que Craveiro Lopes recusou o "coche" da Presidência para ir buscar os filhos que iam no trem descarrilado?

Eu respondia que sim, que era verdade, mas procurava a seguir desculpar o Presidente, julgando ver na pergunta uma censura. Mas, pelo contrário, notava admiração e respeito da parte dos meus interlocutores. Até que observei a um, ao ouvir-lhe novamente a pergunta já dez vezes respondida:

— Não percebo a importância que em Espanha se deu a este episódio. Toda a gente me fala nisso!

— Pudera! (retorquiu o amigo). Toda a Espanha ficou cheia de admiração por Craveiro Lopes e por esse feliz Portugal onde tais coisas acontecem. Porque não há um só General espanhol capaz de não pôr todos os automóveis oficiais de que dispusesse ao serviço da família inteira, mesmo em condições normalíssimas...

Não sei se o comentário era justo em relação aos generais espanhóis. Conto as coisas como aconteceram comigo.

Craveiro Lopes era assim. O pouco trabalho que lhe dava a presidência exasperava-o. Ardia impaciente no desejo de fazer alguma coisa. Então era meticuloso no despacho das questões de administração dos palácios presidenciais que o Secretário-Geral lhe submetia. Percorria os salões a ver se estavam em ordem. Era exigente com os servidores e duro no serviço, querendo tudo impecável como consigo

próprio sucedia. Não perdera nada do vinco militar, tradicional na família, onde havia generais em todas as gerações desde o tempo em que um Lopes voltara do Brasil por não aceitar a Independência. Casado com uma senhora também de família de militares, D. Berta Ribeiro Artur, o seu lar fora sempre modesto. Os oficiais ganhavam pouco, os filhos eram quatro, não sobrava o dinheiro, e D. Berta, distinta no porte e nos modos, encantadora no trato, bondosa nos sentimentos, foi sempre a esposa devotada e apagada do oficial que ia ganhando os postos um a um, mudando de guarnição de vez em quando, pronta a acompanhar o marido e a ajudá-lo com o seu trabalho doméstico e o seu espírito de economia. Mesmo no Palácio de Belém, quando os almoços se limitavam a 12 ou 14 pessoas, tudo se fazia na cozinha particular da residência sob a direção de D. Berta.

Salazar dizia-me um dia que Craveiro Lopes era um homem cheio de escrúpulos, para quem tudo tomava o aspecto de uma questão séria: fosse a escolha de um Presidente do Conselho, fosse mero episódio protocolar. E acrescentou: "Em Belém respira-se honestidade: — a senhora, a vida familiar, o ambiente doméstico... E nas conversas dominicais que tenho tido com o Presidente verifiquei que, não sendo homem de largos vôos e tendo inteligência limitada, possui todavia tão boa vontade de acertar, tal interesse pelos negócios públicos, que dá gosto tratar com ele".

Caso curioso, este homem que em Portugal não sabia conquistar as simpatias da grande burguesia e dos políticos, nem a das massas populares, era muito bem-sucedido nas visitas ao Estrangeiro.

Em outubro de 1955 foi a Londres e aí deixou um rasto de consideração e apreço que ainda perdurava muitos anos depois. Nessa ocasião realizou-se na capital britânica uma esplendorosa exposição de arte portuguesa organizada por Reinaldo dos Santos e que incluiu algumas das obras-primas da pintura, da escultura, da ourivesaria, visitadas e admiradas por muitos milhares de pessoas.

E em junho de 1957 visitou o Brasil e também no decorrer dessa visita foi afável, foi amável, foi cordial, conquistou simpatias, a ponto de na imprensa brasileira se formar uma forte corrente favorável à sua reeleição. Corrente que, depois, se mostrou hostil ao novo candidato governamental...

Nos princípios desse ano de 1957 já era muito forte a oposição a Craveiro Lopes nos meios políticos do regime português. Eu notara que Salazar andava impressionado com isso. Cercavam-no muitas pessoas afetas ao partido monárquico, entre elas várias senhoras. Salazar nessa época cultivava mais do que nunca as amizades femininas. Tinha-as de todas as idades, recebia as suas visitas, e nas horas de descanso, à noite, falava longamente com as amigas pelo telefone. Ocupava-se, com requintes de atenção, dos problemas delas, acompa-

nhava a sua vida de família, ouvia-lhes contar as histórias da sociedade e as anedotas mais recentes, dava-lhes conselhos e escutava-lhes as opiniões. E as senhoras e meninas da sociedade não gostavam de Craveiro Lopes...

Por saber que ele estava em dúvida sobre a reeleição do Presidente, prevista para junho de 1958, quando me disse que combinara com o Ministro dos Negócios Estrangeiros a viagem ao Brasil, observei-lhe:

— Já pensou bem se opta ou não pela reeleição do Craveiro Lopes? Veja lá... Esta viagem ao Brasil pode ter uma influência decisiva na opinião pública. Se ele se sai bem, torna-se depois difícil não o propor à reeleição; se a viagem correr mal é o contrário, poderemos ficar inibidos de adotar a candidatura dele...

Mas Salazar encolheu os ombros. Não, ainda não tinha decidido nada. Seria o que Deus quisesse.

Craveiro Lopes partiu com sua mulher para o Brasil acompanhado pelo Dr. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros e por uma comitiva oficial de que fazia parte o Prof. Mário de Figueiredo, líder da Assembléia Nacional.

Durante a ausência de Paulo Cunha fui novamente nomeado Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, cargo que exerci desde 29 de maio a 27 de junho de 1957. Craveiro Lopes chegou a Lisboa, por mar, depois desta data, mas o Ministro Paulo Cunha regressou via aérea e reassumiu logo as suas funções.

Todos confirmavam que a passagem de Craveiro Lopes e de sua mulher, pelas várias cidades brasileiras visitadas, fora um grande êxito.

O próprio Cancioneiro registrou a receptividade brasileira à visita do Presidente português. Manuel Bandeira rimou:

Craveiro dá-me uma rosa
Mas não qualquer, General!
Que eu quero, Craveiro, a rosa
Mais linda de Portugal!
.....

A Portugal mando um cravo,
Mas não qualquer, General!
Mando o cravo mais bonito
Da minha terra natal!

Mando o puro cravo branco
Da pátria não oficial:
Cravos de amor, sem política,
Só de amor, meu General!

E um poeta desconhecido celebrava "Na boca do Globo":

A cidade seja limpa!
É ordem do seu Prefeito.
Esteja tudo direito
Quando Craveiro chegar.
Lisboa é limpa, limpíssima.
Se vir na rua sujeira
Craveiro, queira ou não queira,
Coitado! Há de assustar.
.....
Por isso é que te dizemos:
Obrigadinho Craveiro!
Pois no Rio de Janeiro
Um Milagre é o que se fez.
Rogamos, portanto, a Fátima
Ao ver milagre tão grande,
— Oh rica virgem, nos mande
Um Craveiro todo o mês!

Mas, logo a seguir, o casal foi aos Açores. Aí se repetiram os incidentes desagradáveis, geralmente por causa das pequenas questões protocolares que toldavam as deslocações presidenciais no País. Que pouca sorte!

Eram pessoas que queriam cumprimentar o Presidente e que ele se recusava a atender por não estarem previamente inscritas, visitas a instituições que não consentia em fazer por estarem fora do programa, observações ríspidas às autoridades por qualquer deslize ocorrido ou alguma falha verificada... O caso é que após a viagem ficava nas localidades percorridas um monte de amarguras, de irritações, de humilhações que nas conversas dos meios pequenos serviam de tema por muito tempo, permutados os descontentamentos de uns com os outros e aumentando de volume à medida que iam passando de boca em boca.

77

Encabeçava esta oposição que se formava assim por toda a parte o Ministro da Defesa, Santos Costa. Reputado como simpatizante com os monárquicos, surgia aos olhos dos conservadores como o homem forte do regime, capaz de o defender eficazmente e de fazer frente a quaisquer tendências esquerdistas.

Craveiro Lopes nunca fora dos amigos de Santos Costa. Ainda nas fileiras do Exército e depois na Força Aérea, Craveiro Lopes fazia parte de um grupo que considerava o Ministro da Defesa prepotente nas decisões e sem respeito pela hierarquia militar, pondo e dispondo a seu talante dos generais e saltando por cima deles quando lhe convinha. E é verdade que muitos generais andavam servilmente ao redor de Santos Costa, ansiosos de adivinhar-lhe os desejos e solícitos na execução das suas ordens. Mas a maioria deles não faria melhor, nem tanto, sem esse comando forte...

Em compensação também sempre existiu nas Forças Armadas uma corrente que lhe era contrária. Alguns dos que nela enfileiravam limitavam-se, como Craveiro Lopes, a reivindicar o direito de dar a sua opinião ao Ministro quando estivesse em causa problema que lhes tocasse ou recebessem ordens de cuja execução temessem maus resultados. Outros conspiravam. Houve várias conspirações contra Santos Costa, que ele fazia sempre abortar ou que nem passaram dos conciliábulos secretos.

Uma vez, aí por 1957, que o Marechal Montgomery veio a Portugal em serviço de inspeção da N.A.T.O., o Ministro da Defesa ofereceu-lhe um banquete em S. Julião da Barra para que me convidou, por ser chefe da delegação aos conselhos ministeriais da Aliança. Estavam os generais mais representativos do Exército. No fim do jantar, já de pé, por alturas do café, o Chefe do Estado-Maior General, que fora anteriormente amigo de Santos Costa mas depois se desaviera com ele, chegou-se ao pé de mim e disse-me em grande confidência:

— Vê aquele grupo de generais? Estão todos na conspiração contra o Santos Costa...

Eu não sabia que houvesse tal conspiração e que o próprio Chefe do Estado-Maior General andasse metido nela. Julgavam-me, porém, inimigo do Ministro da Defesa. Limitei-me a sorrir e a dizer:

— Ah, sim?

A desconfiança de Craveiro Lopes em relação a Santos Costa aumentou pelo fato deste ter ido ao seu encontro quando fora chamado para ser convidado por Salazar. Não sabendo que ele ia cumprir uma missão, convenceu-se de que se tratava de manobra do Ministro da Defesa para ganhar ascendência sobre o futuro Chefe do Estado. E nunca mais deixou de patentear a sua antipatia por Santos Costa ("está enganado se pensa que eu sou homem para lhe dar cavalaria...") e de insistir com o Dr. Salazar para que o substituísse no Governo.

Santos Costa pagava-lhe na mesma moeda. Ignorava-o sempre que podia nas cerimônias militares, não o convidando a assistir, e nas conversas em que era pródigo sem se preocupar com o que dizia crivava o Presidente de sarcasmos.

De modo que se ia insinuando nos meios políticos a idéia de que aos "esquerdistas" (Craveiro Lopes e eu) se opunha o partido militar de Santos Costa.

Todavia, a verdade é que nunca tive relações estreitas com Craveiro Lopes. Fui colega de seu Pai, o General João Carlos Craveiro Lopes, no Conselho do Império onde ele ingressou depois de deixar o Governo-Geral da Índia, sendo eu vogal já antigo. Trabalhamos numa secção onde os meus conhecimentos jurídicos me davam certa supremacia em relação aos outros vogais, quase todos militares. E travamos excelentes relações. Um dia, era eu Ministro das Colônias, o General João Carlos pediu-me para o receber a fim de me apresentar o filho, então Coronel ou Tenente-Coronel Aviador.

Lembro-me bem desse primeiro contato com o futuro Presidente. O General queria dizer-me que estava ali um colaborador para o que eu precisasse, talvez num governo colonial, de qualquer modo alguém em que eu poderia depositar inteira confiança. A conversa passou-se sobretudo entre nós os dois, enquanto o Coronel assistia calado. Apenas troquei com ele meia dúzia de palavras. E não se proporcionou ensejo de vir a nomeá-lo para qualquer lugar.

O tempo passou e posteriormente poucas vezes encontrei o filho do meu amigo, entretanto eleito deputado e mais tarde Comandante-Geral da Legião Portuguesa. Pode dizer-se que só vim a ter uma conversa mais longa e um convívio mais íntimo com ele por ocasião da campanha para a sua eleição. Como já disse, fomos os dois ao Porto onde presidi à sessão em que foi apresentado como candidato da União Nacional. Nessa sessão discursamos ambos e depois conversamos pela noite adentro no hotel onde nos encontrávamos hospedados.

Eleito Presidente, e sendo eu Presidente da Câmara Corporativa, foram freqüentes os contatos oficiais, sempre formais. O caso do Congresso de Coimbra estabeleceu entre nós uma solidariedade tácita, porque nunca combinamos qualquer atuação conjunta. Amigos comuns, sem mandato de nenhum de nós, ouviam de um e contavam ao outro, às vezes inconvenientemente mas procurando aproximar-nos. E as nossas mulheres, que se não conheciam antes da eleição, tornaram-se amigas: eram ambas do mesmo tipo de senhora, muito devotadas à casa e à família (por coincidência ambos os casais com uma filha e três filhos, dos quais um arquiteto), muito retas na sua maneira de ser, cristãs bem formadas, de grande sensibilidade e bondade.

Presidiu a alguns atos em que discursei — lembro-me sobretudo da sessão comemorativa do 7º centenário das Cortes de Leiria, em 1954, realizada na igreja do Castelo, coeva do acontecimento celebrado, o que me permitiu uma reconstituição quanto possível documentada mas viva dessa reunião medieval em que, pela primeira vez em Portugal e num dos primeiros casos da Europa, participaram representantes populares na Cúria Régia.

Ingressado no Governo em 1955 e tendo-me apercebido de que se esboçara uma intriga ao redor da intervenção que, sem eu saber, Craveiro Lopes tivera no convite de Salazar, mantive-me o mais possível afastado do Palácio de Belém. Pode dizer-se que fui lá apenas chamado pelo Presidente ou enviado por Salazar que, às vezes, me pedia para tratar junto ao Chefe do Estado algum assunto que julgava inconveniente abordar ele próprio. Tive escrúpulo em evitar que pudesse suspeitar-se da existência de algum conluio à margem ou às escondidas de Salazar. Não faltou quem o insinuasse. Mas a pura verdade é eu ter procedido sempre com a preocupação, por vezes até exagerada, de apenas me entender com Salazar e só com ele tratar dos problemas de Governo.

As relações entre mim e o Presidente do Conselho continuavam sendo amistosas e de estreita colaboração.

Nos seus discursos Salazar nunca citava autores ou opiniões alheias. Fez, pois, sensação o fato de, ao empossar em 4 de julho de 1957 a nova Comissão Executiva da União Nacional, citar um ponto de vista meu.

Tratava-se de explicar o sistema político que praticávamos:

"Além do conjunto de instituições que pudessem funcionar com eficiência e regularidade a bem da coisa pública, nós pretendemos criar determinado ambiente político, suposto necessário à marcha regular dessas mesmas instituições.

"Para tanto foi preciso: primeiro, não reconhecer os partidos como órgãos, constitucionais ou não, mas em qualquer caso indispensáveis à vida política; segundo, pôr de lado todas as questões sobre que os portugueses pudessem estar gravemente divididos e cuja solução não fosse indispensável à de outros problemas nacionais; por fim apelar para todos os homens de boa vontade, com o fim de empenhalos no trabalho de salvação comum, independentemente do seu passado político ou da sua ideologia.

"Começarei pelo fim.

"O Doutor Marcelo Caetano afirmou há tempos num discurso que, bem vistas as coisas, nos vários governos desde o 28 de Maio têm servido Ministros que, em regime partidário, estariam porventura agremiados em setores ou partidos diversos. Isso parece exato, mas que me lembre não realçou a diferença, e essa é essencialmente a ausência de disciplina externa ou de representação e mandato expressos de quaisquer agremiações". [1]

A citação foi reputada prova de consideração e do crédito que junto dele eu merecia. E como toda a gente andava sempre farejando para que lado iam as preferências do Chefe do Governo, essa prova encheu de satisfação os meus amigos, aumentou as contumélias dos oportunistas mas também desesperou a corrente que dentro do regime me hostilizava.

No discurso Salazar sublinhou uma vez mais a importância da submissão de todos os portugueses ao "denominador comum" que é o interesse nacional. Abordando a colaboração de monárquicos e republicanos "sem restrições nem reservas e com a maior generosidade, dentro do regime vigente", notou que o Governo procurava prestigiar a família dos príncipes portugueses de Bragança, explicando que "agiu assim por duas razões: a justiça devida aos que foram conduzindo a grei por oito séculos de história, *e a previsão prudente de que pode haver um momento em que a solução monárquica seja uma solução nacional*". Mas, depois de acenar com a possibilidade da restauração do antigo regime, afirma que os representantes da dinastia de Bragança se deveriam manter afastados duma chefia política que em determinado momento, em vez de unir, dividisse os portugueses. Era a condenação de um partido monárquico de que o pretendente fosse o chefe. E conclui:

"Ora, quando noto certas exteriorizações que podem não ser acidentais e, por outro, alertarem-se receios que sei serem infundados, o menos que posso dizer é estarmos fora do quadro em que a

(1) Salazar tornou-me a citar a propósito desta afirmação anos depois, no discurso proferido em 18 de fevereiro de 1965 (*Discursos e notas políticas*, vol. VI, pág. 356).

questão foi posta e no fundo se ameaça a união nacional estabelecida".

Estas frases revelam aquilo que já noutra altura notei, mas que interessa sublinhar, tão extraordinária parecerá hoje, à distância de 20 anos, a importância do problema: a força que tinha a corrente monárquica e a atividade, por vezes imprudente, que certos monárquicos desenvolviam.

Aconteceu que, em 10 de julho de 1957, o Dr. Salazar se encontrou com o Generalíssimo Franco em Ciudad Rodrigo, ambos acompanhados pelos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros. Esses encontros tiveram lugar por várias vezes no quadro da aliança estabelecida pelo Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico. E a imprensa de todo o Mundo noticiou com grande relevo a reunião dos dois estadistas, procurando descobrir de que assuntos teriam tratado. Entre esses assuntos alguns jornais afirmaram que fora versada a evolução política dos dois países e a conveniência de ambos caminharem no sentido já definido pela Espanha, para o regime monárquico.

No Conselho de Ministros de 16 o Ministro Paulo Cunha fez largo relato das questões versadas nas conversas com o seu colega do País vizinho. Salazar deu esclarecimentos acerca do que discutira com Franco e à pergunta feita por um dos Ministros presentes sobre se era verdade haver-se debatido a evolução dos regimes, respondeu negativamente.

Como, porém, a especulação continuasse na imprensa estrangeira, fazendo-se eco dos boatos o próprio *Paris Match*, revista então muito lida em Portugal, fui procurado em 26 de julho pelo jornalista Roy Buckingham, representante da *United Press* em Lisboa, que me perguntou se os rumores tinham algum fundamento. Respondi o que se segue, e recorto do telegrama da agência ANI então reproduzido nos jornais portugueses da tarde de 27, já a noticiarem o relevo dado à declaração por numerosos órgãos da imprensa estrangeira:

"Não existe em Portugal problema de regime e tudo quanto se diga em contrário carece absolutamente de fundamento — disse o Prof. Marcello Caetano que acrescentou: — No seu recente discurso político, o Dr. Oliveira Salazar, depois de condenar certas exteriorizações monárquicas, afirmou que os receios do lado republicano de que tais exteriorizações se revestissem de qualquer significado, eram infundados. Por outro lado, posso garantir que nas conversações de Ciudad Rodrigo não foi abordado qualquer problema relativo à evolução da política interna portuguesa".

Destas declarações dei conhecimento, logo que as fiz, ao Dr. Salazar, que as não reprovou. Qual não foi, pois, o meu espanto ao ser informado que o próprio Presidente do Conselho dera ordens aos serviços de Censura para não permitirem a reprodução delas nos

jornais da manhã do dia 28, nem deixarem falar mais no caso. Soube depois que a origem dessa intervenção estivera em alarmados e indignados protestos que recebera de alguns próceres da Causa Monárquica e de algumas senhoras também.

O dia 28 de julho, era domingo. Escrevi logo ao Presidente do Conselho uma carta em que lhe dizia: "Pela leitura dos jornais de hoje verifico que as declarações que fiz à U. P. não mereceram a aprovação de V. Excia. Nas ingratas funções que desempenho sou forçado a muitos contatos e conversas com portugueses e estrangeiros em que se abordam assuntos políticos e em que me esforço por exprimir a opinião do Governo o mais fielmente possível. Neste caso, pelo que tenho tantas vezes ouvido a V. Excia. e até pelo que recentemente entre nós havia sido conversado, estava convencido de que podia afoitamente afirmar: 1º — que não está posto o problema do regime; 2º — que V. Excia. não tinha estado em Ciudad Rodrigo a tratar com o Generalíssimo Franco da restauração da Monarquia em Portugal — ao contrário do que a imprensa estrangeira por esse Mundo fora anunciou. Essas afirmações escrevi-as para que não fosse atraiçoado o que disse, e procurei pôr o máximo cuidado na redação. Devo dizer que não esperava que tantos jornais lhes pegassem, julgando que apenas teriam um efeito *interno*, digamos assim, nas redações. Mas o fato de lhes terem pegado mostra como era larga a difusão da convicção de que V. Excia. anunciara uma próxima mudança de regime — convicção que também possuía o próprio representante da U. P. em Lisboa, conforme confessou.

"A desaprovação de V. Excia. perturba-me. Não por amor próprio, que tenho, como toda a gente, mas que saberia calar. Mas porque me tira a confiança que precisaria de possuir em mim para continuar a desempenhar estas delicadas funções. Já hoje hesito tantas vezes; me abstenho em tantas coisas; sacrifico o meu gosto de ação tão freqüentemente — com receio de sair fora do que convém, que temo tornar-me completamente inútil e desacreditar-me, se aumentar a minha passividade ou agravar as minhas hesitações. Além disso a idéia de ter criado, por excesso de zelo, uma situação delicada como a que resulta de ter sido cortada pela Censura uma declaração do Ministro da Presidência não pode deixar de me afligir.

"A minha presença no Governo tem a única razão de ser de procurar ser útil a V. Excia. e ao País. Sem o mínimo de certezas quanto à ação política, eu não posso ter essa utilidade. E não quero de maneira nenhuma ser um embaraço".

No próprio dia 28, horas depois de lhe ter enviado esta carta, recebi a resposta de Salazar:

"Estava para escrever-lhe exatamente quando recebi a sua carta sobre as declarações à U. P. — Eu entendi da conversa da manhã

de ontem que o Doutor Marcello Caetano tinha diligenciado junto a U. P. um retoque das informações anteriores e das deduções que aqui e além se permitiram tirar da minha declaração de 4.

"Quando li os jornais e vi o relevo dado por estes à informação, não da U. P., mas do próprio Ministro, já transmitida de fora para dentro (França, Espanha, Brasil, não sei que mais) fiquei preocupado com os reflexos que se poderiam verificar em outros setores do interior e embaraçar-lhe a ação. Evidentemente todos estamos de acordo nisso — que 'não está posto o problema do regime' como diz na sua carta, mas a frase da U. P. é que 'não existe em Portugal problema de regime' e esta afirmação tem ou pode ter um sentido muito diverso do da primeira e ser entendida como estando no espírito do Governo definitivamente e para sempre resolvida a questão da República e da Monarquia. Ora nós temos podido viver porque a questão não se tem posto, nem convêm que se ponha, o que envolve deixar ao menos em suspenso e como uma possibilidade futura, longínqua e indefinida a solução monárquica. Isso tem satisfeito e continua a satisfazer os monárquicos porque a seus próprios olhos os justifica do apoio que dão. Para os ter conosco parece-me necessário não fazer o governo profissão de fé republicana nem afirmar o regime republicano como assente in aeternum, *o que aliás é dispensável e seria mesmo tolo.*

"A idéia de que uma afirmação do Governo, alienando o apoio de uns, pode trazer-nos o apoio dos outros, julgo-a ilusória, porque os verdadeiros republicanos ou os que se julgam tais, não querem esta República, mas outra muito diversa que importa a denegação e a destruição do que está feito.

"Eu pensei ter aquietado uns e outros com o que disse em 4 e assim se julgou no primeiro momento. A falta de sensibilidade de alguns monárquicos começou, segundo parece, a permitir-lhes jogar com uma frase solta do discurso, e os inimigos da situação com outras para fins que não respeitam aliás a consolidação do regime atual mas aos seus interesses partidários. Suponho que isto impressionou o Doutor Marcello Caetano como outras pessoas do nosso lado. Fosse como fosse, importaria evitar que quaisquer declarações suas fossem tidas como a negação implícita do que eu realmente disse e criassem um inconveniente mais grave do que aquele que se destinava a sanar.

"Por esta razão me tornei a levantar da cama e falei para a Censura a dar a indicação de que proveio serem eliminados os telegramas do estrangeiro sobre a matéria. Os jornais da tarde interessados no caso já os tinham incluído. O fato de não aparecerem nos da manhã podia talvez diminuir algum mau efeito. O alvoroço com que aqueles asseguraram a publicidade seria porventura contrabalançado pelo silêncio dos matutinos. Não eram horas de estar a incomodá-lo nem pelo telefone se podiam dar estas explicações.

"Compreendo perfeitamente as dificuldades da situação de quem está no seu posto e será difícil evitar de todo, e sempre, pequenas discordâncias. O essencial é ter a consciência de que se trabalha com lealdade e para o fim comum. O Doutor Marcello Caetano quis pôr termo a especulações inconvenientes. A minha intervenção só teve por fim evitar que a declaração feita se pudesse interpretar como pretendendo reforçar o jogo feito por um dos setores, o que não podia estar no seu pensamento. Veremos se um ou outro podemos tirar resultados úteis da nossa ação. Com respeitosos cumprimentos..."

A extensão da carta e o alongamento das justificações se, por um lado, traduziam mais uma vez a consideração que Salazar sempre me dispensou e a ausência daquele espírito de "posso e quero" que os adversários lhe atribuíam, mostram por outro lado uma consciência pouco tranqüila.

Na seguinte 3ª-feira, 30 de julho, tivemos a nossa habitual reunião da manhã. Eu ia mal disposto e com a intenção de esclarecer definitivamente situações. De modo que iniciei a conversa em termos ásperos.

Agradeci-lhe a carta que me escrevera mas não me convencera. Havia dois pontos dela que desde já desejava pôr a claro: eu não tinha pretendido, nem de longe, contradizer ou desmentir o seu discurso do dia 4, e muito menos agradar ou fazer o jogo desta ou daquela corrente de opinião. Mas perante a versão deformada, que corria mundo, do que ele dissera, procurei reconstituir o que estava convencido ser o verdadeiro pensamento expresso.

Dizer que "não existe em Portugal problema de regime" a seguir a uma pergunta do jornalista sobre o fundamento dos rumores de uma mudança, era a mesma coisa que afirmar que neste momento "não está posto o problema do regime". E o Dr. Salazar no seu discurso limitara-se a dizer que "pode haver um momento em que a solução monárquica seja uma solução nacional" o que, em meu entender, não significava admitir desde já a existência do problema mas apenas aceitar que um dia ele venha a surgir.

Em todo o caso — continuei — permitia-me dizer-lhe que se, ao contrário do que tinha sido até aí a minha convicção, ele pensava em restaurar mais tarde ou mais cedo a Monarquia, devia deitar mãos à obra quanto antes. Primeiro porque só o seu prestígio pessoal poderia conseguir que isso se passasse incruentamente. Depois, porque esse prestígio seria indispensável para amparar, com a sua presença junto ao trono, os primeiros passos do novo regime. E até porque ele tinha tanta sorte que poderia acontecer que fosse bem-sucedido. Neste passo Salazar, que até aí escutara em silêncio, interrompeu-me com vivacidade:

— Sorte... sorte... eu queria saber onde é que o senhor vê essa sorte! Toda a minha vida no Governo tem sido um rosário de dificuldades e atribulações...

— Que o senhor tem vencido muitas vezes graças a um encaminhamento das coisas, inesperado ou quase, que lhe proporciona saídas brilhantes...

— Se soubesse o trabalho que me tem dado conseguir isso que chama sorte... Aliás, o senhor, melhor que a maior parte das pessoas, devia sabê-lo!

— Não percebo a sua irritação por se lhe dizer que é um homem de sorte! Olhe que os povos preferem ser governados por homens de sorte sem gênio, do que por um gênio sem sorte. Se entre os portugueses o senhor tem a reputação de ser um gênio com sorte, até se devia congratular com isso...

Sorrimos ambos, o ambiente desanuviou, mas Salazar, em discursos posteriores (v. g. o de 31 de maio de 1958) refutaria em público a asserção de que a sorte houvesse contribuído para os seus êxitos políticos, bem sei que dando-lhe a forma exclusiva de que o acusariam de "apenas ter tido sorte". E anos depois, em 1963, como no prefácio que me pediram para um opúsculo me tornasse a referir à sua sorte, escreveu-me a contestar outra vez, o que me obrigou noutra carta sorridente a lembrar-lhe que é bom ter a reputação de ser um gênio com sorte. Mas o parêntesis encerrou-se. Continuou a conversa.

Se o caminho que ele resolvesse adotar fosse o da restauração eu não o poderia acompanhar. Já manifestara publicamente outra opinião e não queria passar a vida a mudar de rumo, a ponto de perder o respeito por mim próprio. Em meu parecer, a Monarquia não tinha no País a força necessária para fazer perdurar a obra do Estado Novo para além do Dr. Salazar: pelo contrário era a Monarquia que carecia de ser agüentada pelo Dr. Salazar. E representando a proclamação de um novo regime a inevitável polarização de elementos emocionais ao redor das idéias monárquica ou republicana, eu temia que a reação contra o Salazarismo encontrasse na mística republicana um novo reforço e que a recém-implantada Monarquia não resistisse no dia em que o Dr. Salazar faltasse.

E mais: em meu entender a indecisão que se pretendia manter quanto ao futuro das instituições que servíamos agora e a campanha tolerada contra aqueles que, como eu, sinceramente acreditávamos na bondade e eficácia do regime da Constituição de 1933, movida pelos próprios que dele se aproveitavam, afigurava-se-me a pior herança que ele podia deixar para o dia de amanhã.

Por esse motivo qualquer decisão seria preferível, apesar de todos os inconvenientes, à indecisão em que se vivia.

— Tome V. Excia. cuidado para que não suceda que, em nome de uma Monarquia *que não se fará*, se venha a dar cabo, por nossas próprias mãos, da tal fórmula que permitiu a colaboração de todos os portugueses na realização das grandes tarefas nacionais. Não podemos conviver politicamente na base de um equívoco. Até porque um homem pode sacrificar honra, vida e fazenda por uma causa, mas só um tolo se vai imolar a um equívoco... Monarquista ou republicano, sim. Equivoquista, não...

O Dr. Salazar que ouviu, como disse, atentamente a minha extensa exposição, falou por fim. Efetivamente, nas minhas declarações só lastimava que a frase — "não existe problema de regime" — estivesse em vez da outra: "não está posto o problema de regime".

Quanto ao fundo da questão, era certo que temia que o regime republicano viesse a descambar no sistema dos partidos e na confusão de que nos libertáramos havia 30 anos. Mas tinha ainda mais dúvidas do que eu acerca da viabilidade e da idoneidade da Monarquia, pois às que eu formulara se juntavam as dele sobre a dinastia. Não lhe parecia que D. Duarte Nuno possuísse as qualidades necessárias para o reatamento do regime monárquico e as provas até então dadas pelos filhos ainda eram piores.

No seu discurso, a referência à eventualidade de a solução monárquica vir a ser uma solução nacional queria dizer que poderia chegar um momento em que à consciência da Nação a restauração da Monarquia surgisse como forma única de salvaguardar a sua existência e o seu patrimônio moral. Nada mais do que isso.

No resto, reconhecia o bem fundado das minhas observações e notava mesmo "que eu tinha sobre o assunto idéias mais precisas que as dele". (*sic*)

Fechei esta parte da conversa. Disse-lhe que, de qualquer modo, a minha carreira política estivera ligada à fórmula do Estado Novo, considerada plataforma de colaboração de todos dentro das instituições vigentes. Mas via que a fórmula perdera o apoio da maioria dos dirigentes políticos, para se voltar a pôr o dilema Monarquia ou República. Colocada assim a questão, essa carreira política estava encerrada, pois eu não poderia voltar a ser paladino da Monarquia, nem me competia ser paladino da República.

Salazar protestou. Não, não, de maneira nenhuma. Eu estava a ver mal as coisas. Déssemos tempo ao tempo, e eu havia de serenar e de encarar mais friamente a questão. O País precisava de mim...

78

A reação do lado monárquico, porém, continuou viva e encontrou, passado pouco tempo, pretexto para uma manobra política de grande envergadura. Como já disse, pensava-se que existia uma ligação estreita entre mim e o Presidente Craveiro Lopes, de tal modo que os meus atos relacionados com a questão do regime resultariam do entendimento entre os dois.

Em agosto de 1957 começou a correr nos meios políticos que numa conversa do Presidente com o Dr. Mário de Figueiredo, Craveiro Lopes procurara aliciar este para uma próxima substituição de Salazar na chefia do Governo por mim.

Mário de Figueiredo ter-se-ia recusado indignadamente a entrar no "conluio" e apressara-se a reunir num jantar o Ministro da Defesa Santos Costa e o Dr. João Lumbrales para os avisar do que se passava e se aconselhar com eles sobre o modo de pôr de sobreaviso o Dr. Salazar. Lumbrales encarregara-se desta missão, enquanto o Ministro da Defesa tratou de convocar uma reunião dos altos comandos onde, entre outros assuntos, teria abordado, a pretexto de tratar de problemas de ordem pública, a necessidade de as Forças Armadas estarem alerta contra qualquer decisão do Presidente da República que afetasse o Chefe do Governo.

A intriga foi sendo tecida de ouvido em ouvido. Quando me inteirei da sua extensão e vi que Salazar andava apreensivo, pedi a um amigo que prevenisse o Presidente Craveiro Lopes da necessidade de falar francamente com o Presidente do Conselho acerca da conversa tida com Mário de Figueiredo. Era preciso que entre os dois tudo ficasse claro de modo a não restarem dúvidas no espírito do Dr. Salazar. Mas nos meios salazaristas ia-se difundindo a notícia de que Craveiro Lopes "queria mandar embora Salazar". O verão em Portugal foi sempre propício à difusão de boatos. Nas estâncias termais e nas praias, grupos de pessoas vindas de vários pontos do País conversavam durante longas tardes ociosas. Qualquer novidade era escutada com avidez e propalada com celeridade. Bastaram poucos

dias para que, do Norte ao Sul, os políticos da província estivessem inteirados da conversa.

Que se passara na realidade?

Craveiro Lopes contou-me tudo em termos que no próprio dia escrevi. Transcrevo do meu jornal a narrativa do Presidente.

"Nunca eu imaginei que a conversa com o Dr. Mário de Figueiredo pudesse vir a ser explorada como foi!

"O Mário de Figueiredo e a senhora integraram a comitiva que foi comigo ao Brasil e durante a viagem fizeram-nos, a mim e a minha mulher, excelente companhia. No regresso, minha mulher repartiu com as senhoras da comitiva os presentes recebidos no Brasil e enviou à senhora do Mário — já nossa conhecida do tempo em que fora casada com o Bettencourt, meu amigo e condiscípulo do Colégio Militar — uma lembrança e eu ofereci a ele um livro, em edição de luxo, com algumas palavras a recordar a viagem.

"O Mário veio dias depois agradecer-me.

"Ora sabe (disse dirigindo-se a mim) como eu vivia isolado em Belém, com raros ensejos de trocar impressões com pessoas politicamente responsáveis. Gostava, portanto, quando as circunstâncias se proporcionavam, de conversar com aqueles que pela sua inteligência e pela sua posição deveriam ser os meus conselheiros, acerca dos problemas que têm de constituir preocupação constante do Chefe do Estado.

"De maneira que quando o Mário de Figueiredo acabou de fazer os agradecimentos e se preparava para levantar-se da cadeira, segurei-o e disse-lhe, com a confiança que de há muito tínhamos um com o outro, estreitada no tempo em que fôramos colegas na Assembléia Nacional: 'Espere aí. Vamos conversar mais uns momentos!'

"Perguntei-lhe como achava a saúde do Dr. Salazar. Ele respondeu que achava bem. Acrescentei então que, de fato, naquela altura também me parecia em boa forma, mas que durante basante tempo andara abatido, a queixar-se repetidamente, ora do coração, ora do fígado, ora de dores de cabeça, manifestando a cada passo a intenção e o desejo de se retirar do Governo. Dizia-lhe que não pensasse nisso, mas a repetição fazia-me temer a eventualidade de, um dia, o Dr. Salazar me aparecer a concretizar esse desejo em termos tais que me fosse impossível dizer que não. Na verdade, com que autoridade se poderia impedir um homem como o Dr. Salazar de se retirar quando a doença e a fadiga lhe impusessem repouso? Seria uma crueldade dizer-lhe que não, obrigando-o a permanecer contra sua vontade num posto de sacrifício.

"Nesta altura notei que o Mário de Figueiredo começava a corar como se uma grande emoção o afligisse. Mas continuei. O Chefe do

Estado deve estar preparado para todas as hipóteses, mesmo as piores. Tenho pensado, por isso, nessa hipótese da saída do Dr. Salazar da Presidência do Conselho, em vida dele e não por morte, como dantes me habituara a considerar. E admito que essa saída, em pleno prestígio, facilitaria talvez a evolução dos acontecimentos na medida em que permitisse ser ele próprio a apoiar o sucessor escolhido com o seu acordo.

"Aqui o Mário de Figueiredo interrompeu-me abruptamente, num estado de grande excitação, para dizer que a saída de Salazar da Presidência do Conselho seria o fim da sua influência e, em breve, o fim de tudo quanto ele edificara *e da evolução que ele projetara.* Ninguém mais lhe daria importância!

"Repliquei que isso não seria assim. O Dr. Salazar, onde quer que estivesse, continuaria a ser o chefe político, como tal sempre consultado e sempre ouvido. A sua influência manter-se-ia enorme. E quanto à sua saída ser o fim de tudo, era justamente o que me parecia devermos evitar. Felizmente já dispúnhamos de pessoas capazes de lhe suceder...

"Mário de Figueiredo, sempre excitado, teve então esta frase: — No dia em que, por qualquer razão, Salazar deixar o Governo, há uma única solução a adotar: — restituir o Poder ao Exército.

"Aqui está o que foi, nas suas linhas gerais, a conversa a que não dei importância de maior. Só quando recebi o seu aviso tornei a pensar nela e na frase final, reveladora do pendor do Dr. Mário de Figueiredo para a solução Santos Costa. Soube a seguir que o Mário se reunira com este num jantar para lhe contar aquilo em que via um ato conspiratório da minha parte. E depois desse jantar, o Ministro da Defesa resolveu convocar a reunião dos Altos Comandos em cujo decurso pôs a questão em termos velados mas que, assim mesmo, tomei como verdadeira injúria ao Chefe do Estado.

"Logo que soube fiquei indignado, como se calcula. E no primeiro domingo que se seguiu, ao receber o Dr. Salazar, referi-me ao fato, perguntando se a ofensa feita à minha honra podia ficar impune. O Chefe do Governo procurou acalmar-me e diminuir a importância do caso, mas nunca me conformei com a sua inação neste assunto..."

Esta é a versão de Craveiro Lopes. Mas também ouvi a de Salazar. Ei-la:

"A intriga careceu totalmente de fundamento. O Chefe do Estado, ao conversar com o Mário, como me tivesse ouvido dizer freqüentemente aquilo que tantas vezes repito — que me quero ir embora qualquer dia — resolveu debater a hipótese da minha saída, mostrando interesse em que eu não me inutilizasse neste lugar e me retirasse no pleno uso das minhas faculdades para poder ainda apoiar qualquer nova solução.

"O Mário, que é um emotivo, não pode ouvir falar em certas coisas e a hipótese da minha saída é uma delas. Ainda outro dia, numa reunião da Comissão Central da União Nacional, como eu dissesse que era necessário dispor tudo para o regime continuar sem mim porque podia ir-me embora de um momento para o outro, o Mário levantou-se apoplético gritando: 'Mas isso é impossível', sem serenidade e sem controle de si próprio. De maneira que viu logo nas palavras do Presidente um princípio de conspiração para a qual estaria sendo aliciado. E em vez de me procurar, e de me contar a conversa que ficaria entre três pessoas e eu esclareceria com o Chefe do Estado em poucos minutos, foi reproduzi-la ao Lumbrales e ao Santos Costa. Depois explicou-me que não me procurou por estar sentido comigo em virtude de não ter sido ouvido por ocasião da última remodelação ministerial.[1] O caso é que me apareceu o Lumbrales a gaguejar a história de uma conspiração conduzida contra mim pelo Chefe do Estado...

"Cortei-lhe logo a palavra, dizendo que não acreditava. E na verdade era inacreditável. Convivi com o General Craveiro Lopes durante sete anos, conversando com ele todas as semanas. Até se dar essa intrigalhada falávamos muito à vontade e perguntáva-me amiúde informações do trabalho dos Ministros, interessando-se pelo que faziam, se estava contente com eles, etc. A partir de agosto de 57 passou a ser cauteloso, evitando certos assuntos e prevenindo-me que procedia assim por ser forçado a vigiar mais aquilo que dizia. Mas creio que o conheço bem. Não tem inteligência suficiente para me iludir mantendo-se constantemente dentro de uma construção habilidosa que não correspondesse à verdade dos seus pensamentos e sentimentos. Para que me mantivesse todo esse tempo enganado era preciso que fosse um gênio de dissimulação..."

— "Um gênio (atalhei eu aqui) de estupidez, também. Porque depois de conseguir iludi-lo a si tão perfeitamente, ia escolher para se desmascarar um dos maiores amigos que o senhor tem e amigo do maior inimigo dele próprio. Tudo é tão extraordinário que eu não percebo nada — ou temo perceber demais...

— "É uma história absurda; tem razão. Nunca acreditei no que para aí puseram a correr. Mas quem procedeu pessimamente, e eu já lho disse, foi o Mário. Seja como for, criou-se um ambiente terrível ao Presidente Craveiro Lopes e logo a seguir ao grande êxito da viagem ao Brasil..."

Esse ambiente não me podia ser agradável, e confesso que me custava a respirar nele. Estava-se na fase final da redação do Plano

(1) Aquela em que entrei para o cargo de Ministro da Presidência

de Fomento e no auge dos preparativos da participação portuguesa na Exposição Internacional de Bruxelas. O trabalho não me faltava: refugiei-me nele.

Mas em 25 de novembro de 1957 findava a legislatura da Assembléia Nacional. As eleições foram marcadas para 3 desse mês e a campanha eleitoral começou nos primeiros dias de outubro.

Quem não assistiu a uma dessas campanhas não pode fazer idéia do que eram. No estrangeiro criou-se a noção de ser impossível, sob o Governo de Salazar, fazer a mais pequena crítica política sem o risco de cair prontamente nas malhas da "terrível" P.I.D.E. E a realidade era bem diversa.

Evitava-se que a luta partidária perturbasse a vida cotidiana dos portugueses. Mas a crítica fervia. E chegados os períodos eleitorais a imprensa enchia-se de prosa política, com a discussão de todos os atos e a revisão de todos os problemas. Nada escapava. Desta vez o próprio Salazar resumia os furiosos ataques da oposição nestes termos: "... fica-se sabendo que não há liberdade, nem administração, nem Governo em termos de responder pelos interesses nacionais. E tudo se ficou a saber porque tudo a oposição pôde livremente afirmar. O povo tirita de frio, morre de fome, sufoca por não poder respirar o ar livre das instituições democráticas..." [1]

Já então se punha explícita ou implicitamente por parte das oposições o dilema: ou as urnas dão a vitória aos inimigos do regime ou as eleições são uma farsa... E como era pouco provável essa vitória, os candidatos oposicionistas desistiam na véspera do sufrágio. Mas depois de terem desferido mais um ataque demolidor contra o regime e de haverem estreitado os laços das suas organizações.

Como no primeiro semestre do ano seguinte se realizaria a eleição presidencial por sufrágio direto, as eleições para deputados foram concebidas pelas oposições como um ensaio geral para alinhar e adestrar forças e preparar temas. Os democratas, incluindo os sociais-democratas, não se entenderam com os comunistas ainda profundamente abalados pelo relatório de Kruchtchev ao XX Congresso do Partido e pela intervenção na Hungria, e fizeram campanha à parte. Foi particularmente ativa a da lista dos "independentes" no distrito do Porto em que se destacou o Dr. Rodrigo de Abreu.

Havia nos meios da União Nacional a idéia de que o meu nome era especialmente bem visto no Porto e por isso ia-se tornando hábito, em todas as campanhas, destinar-me a presidência da grande sessão que na segunda cidade do País precedia a do encerramento, em Lisboa.

---

(1) *Discursos*, vol. V, pág. 415.

Desta vez também assim sucedeu. Em 30 de outubro fui presidir à sessão de propaganda realizada no Coliseu do Porto e aí discursei. Mas vim de lá profundamente apreensivo. A direção da política da União Nacional no Porto estava entregue a um grupo de monárquicos, sem dúvida inteligentes e prestigiosos, mas pouco preocupados com a penetração nos meios populares. Era o "elitismo" de sempre. A sala estava cheia com mais gente dos arredores que da cidade. E a atmosfera reinante era a criada pela intriga anti-Craveiro Lopes. O nome do Presidente da República era acolhido com silêncio glacial. E eu próprio, amigo velho da maior parte dos dirigentes e bem conhecido do público, senti na diminuição do entusiasmo com que era acolhido que também estava tocado.

Do meu discurso já não me lembro, mas claro que tinha de ser a peça combativa pedida pelas circunstâncias. No dia seguinte, 1º de novembro, voltei para Lisboa. Era véspera de Finados, data em que costumava mandar pôr flores nas campas de meus pais. Ao chegar a casa encontrei um grande cesto de crisântemos com um cartão de Salazar: *"Costumo receber neste dia uns cestos de crisântemos. Lembrei-me de mandar-lhe um. Com respeitosos cumprimentos"*. Era a maneira de me manifestar a constância da sua amizade e aprovação do que eu dissera na véspera.

79

O setênio do mandato de Craveiro Lopes terminava em agosto de 1958 e a eleição do novo Presidente deveria ter lugar, nos termos da Constituição, 60 dias antes, isto é, em junho. De modo que já em princípio de abril se começava a falar com freqüência nos candidatos a escolher.

Foi por essa altura que chegou aos meus ouvidos o rumor de que Humberto Delgado pensava em se apresentar ao sufrágio.

Como disse, nos primeiros tempos em que ocupei as funções de Ministro da Presidência o General era chefe da Missão Militar Permanente de Portugal junto da N.A.T.O., com sede em Washington. Quando vinha a Portugal procurava-me sempre e mais de uma vez. Falava-me de assuntos da N.A.T.O. e também dos seus problemas pessoais. Mostrava-se entusiasmado com a vida americana e o dinamismo das suas instituições, em contraste com a ronceirice da administração e da economia portuguesas. E contava-me a facilidade com que obtivera crédito para comprar uma casa, que revenderia sem esforço quando deixasse os Estados Unidos.

Não fugindo à regra do português sempre seduzido pelo estrangeiro em detrimento da própria Pátria, Delgado no seu fraseado rápido e nervoso fazia a apologia do meio onde estava vivendo e, sorrindo com a mão no meu ombro concluía que estávamos atrasadíssimos, a precisar de um empurrão valente que nos fizesse vencer temores e romper rotinas e avançar um bom bocado na senda da civilização...

— O Salazar está velho, está gasto, está fora de moda! Tem de dar lugar a gente nova!

Ouvia-o com a paciência que sempre tive para o chamado "diálogo" e procurava acalmar-lhe os ardores. Fazia-lhe ver que "cada roca tem seu fuso e cada terra tem seu uso" e que coisas possivelmente ótimas nos Estados Unidos podem dar resultados péssimos noutros lugares. As instituições sociais são como as plantas: têm o seu meio próprio para prosperar e mudando de clima estiolam e não dão fruto,

E os empurrões dados aos povos têm muito perigo, porque geralmente em vez de os fazerem correr, fazem-nos cair... O diabo depois é levantá-los do chão...

De uma das vezes fiquei mais inquieto que de costume. Henrique Galvão, condenado judicialmente não sei já ao certo por quê, mas estou seguro que com todas as garantias processuais e por um tribunal independente, fizera das suas na Penitenciária de Lisboa. Depois, solicitou transferência para o Hospital de Santa Maria por doença, o que lhe foi concedido. Lá tinha a máquina de escrever para compor a sua correspondência e os seus romances: creio que foi na prisão que escreveu um, intitulado *Pele*. Mas um dia, a uma observação que lhe foi feita pelo agente policial que o custodiava, reagiu atirando-lhe com a máquina. Esta foi-lhe, como é natural, apreendida.

Humberto Delgado, numa das suas estadas em Lisboa, veio visitar-me e contou que fora ao Hospital visitar o Galvão.

— Vocês são muito amigos? — perguntei.

— Não me dava com ele há muito tempo — respondeu Delgado. — Mas tive pena da sua situação atual. Conversamos longamente e encontrei-o muito triste por lhe terem tirado a máquina de escrever. Disse-me que, embora você estivesse zangado com ele, ainda era seu amigo. Veja lá se a Polícia lhe restitui a máquina! Ele está habituado a datilografar os seus escritos e, a um escritor, privá-lo de escrever é como tirar-lhe a respiração...

Fiquei com a pedra no sapato acerca deste súbito estreitamento de relações entre Delgado e Galvão. Fiz a diligência que me foi pedida, e foi então que o Diretor da Polícia me contou as condições em que a máquina tinha sido apreendida, prometendo que faria o possível por atender o meu desejo. Passado algum tempo Henrique Galvão fugiu do hospital.

Aproximava-se o termo da comissão de Humberto Delgado em Washington e ele andava preocupado com a sua situação no regresso a Lisboa. Falou-me na hipótese de ser nomeado administrador por parte do Estado do Banco Nacional Ultramarino pois, dizia, "outros mais burros o tinham sido". Fiquei de ver o caso.

Um dia um amigo comum, o médico Mário Damas Mora, procurou-me da parte do Delgado. Este escrevera-lhe dos Estados Unidos pedindo-lhe para me falar sobre uma notícia que recebera de Lisboa e segundo a qual lhe estava destinado o Comando da 1ª Região Aérea. Ora ele era General mais antigo do que Costa Macedo, então Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e não aceitava ficar-lhe subordinado. Visse eu que volta havia de dar ao caso.

Falei com Kaúlza de Arriaga ao tempo Subsecretário de Estado da Aeronáutica. Confirmou-me ser verdadeira a notícia que chega-

ra aos ouvidos de Humberto Delgado acerca das intenções quanto ao seu destino. E foi-me fácil dissuadi-lo. Não só por causa do conflito que se abriria entre os dois generais mas também porque sendo a 1ª Região Aérea aquela que, na altura, dispunha praticamente do núcleo fundamental da nossa aviação militar, não era prudente colocá-la sob o comando da pessoa cujo estado de espírito lhe descrevi. Que se lhe havia então de fazer? Colocá-lo no Supremo Tribunal Militar ou noutra comissão assim? Mas ocorreu-nos que estava vaga a Direção Geral da Aeronáutica Civil. Delgado fora o primeiro dirigente do setor. E se ele quisesse voltar para lá?

Encarreguei-me de mandar sondá-lo a esse respeito. Damas Mora fez esse favor e dias depois tínhamos a resposta: Delgado aceitava com entusiasmo. Tratei, pois, do caso com o Ministro das Comunicações que prontamente se prestou a nomeá-lo. E foi assim que Humberto Delgado, de volta dos Estados Unidos, passou a exercer as funções de Diretor Geral da Aeronáutica Civil do Ministério das Comunicações.

Quando me constou, nesse começo de 1958, que Humberto Delgado andava diligenciando candidatar-se à Presidência da República, disposto a "fazer uma campanha à americana", pedi a um amigo que apurasse se era assim. E que, da minha parte, lhe pedisse calma e reflexão. A resposta foi que o assunto estava muito pensado. Se Craveiro Lopes fosse candidato à reeleição ele, Delgado, não se proporia, porque não queria atravessar-se no caminho de um camarada da sua arma. Se não...

Caso curioso, Salazar recebeu sem alarme os boatos sobre as intenções do Delgado. Dizia que lhe fora sempre dedicado: não tinha escrito um livro a defendê-lo em tempos bem críticos? Não colaborara tão fielmente com ele quando tinha exercido as funções de Secretário da Aeronáutica Civil, na Presidência do Conselho? Sem falar nas missões militares de confiança em Londres e em Washington...

Debalde eu lhe observava que o homem que ele conhecera tinha mudado muito. Só não mudara numa certa insensatez que, junta à impetuosidade do seu caráter, o arrastava, por vezes, a rasgos incontroláveis... Cuidado!

Não seria tanto assim, insistia Salazar.

Anos depois, ao encerrar em 5 de novembro de 1965 a campanha eleitoral para designação dos deputados à Assembléia Nacional e referindo-se às acusações da oposição relativamente à morte de Humberto Delgado, Salazar confessaria a simpatia que lhe votava: "O ex-General trabalhou comigo anos a fio e tão longo trabalho em comum deixa sempre um traço no nosso espírito, independentemente

do calor humano que ressuma das relações pessoais". Sou testemunha de que era verdade.

Mas chegara o momento de escolher o candidato da União Nacional.

Foi em 19 de abril de 1958 que Salazar me disse ter já ouvido "para se orientar, antes de pôr o problema à Comissão Central da União Nacional", as principais personalidades políticas do País. Todas se teriam pronunciado contra a reeleição de Craveiro Lopes, reconhecendo as suas qualidades mas alegando que não conseguira concitar as simpatias populares e "passara até a ser um elemento de divisão".

Perguntara a essas pessoas nomes de civis e de militares de entre os quais pudesse ser escolhido o candidato. E leu-me um rol de quatro civis e seis militares, à cabeça dos quais estava o General Júlio Botelho Moniz.

— Estou embaraçado com a situação do General Craveiro Lopes (acrescentou em seguida). O que simplificaria todo este processo era uma carta escrita por ele a comunicar que não desejaria ser reeleito...

E fez uma pausa, olhando para mim num apelo mudo a que me oferecesse para ir tentar obter essa carta simplificadora. Mas dei-me por desentendido e respondi:

— Lastimo que se esteja nesse caminho por dois motivos. Primeiro, porque falando-se na existência de um partido militar desfavorável à reeleição, o País interpretará a decisão que me anuncia como vitória desse partido, o que equivale ao restabelecimento da supremacia militar no Governo. Segundo, porque tendo-se espalhado há meses a versão de certa conversa insinuando propósitos muito pessoais do Presidente da República, a não reeleição num regime em que a estabilidade nos altos postos do Estado tem constituído regra, só será explicada pelo fato de V. Excia. admitir a veracidade dos boatos. Diz-se que a reeleição divide: toda a eleição divide, só resta saber se a não reeleição não dividirá também. Claro que se V. Excia. aceita a candidatura à Presidência da República o assunto está arrumado. Será não só uma solução de união nacional, mas uma solução nacional. Se não, temo que a emenda seja pior que o soneto..."

Salazar pareceu-me impressionado pelas minhas palavras e vigorosamente declarou não desejar de maneira nenhuma o regresso à supremacia militar, considerando gravíssimo que pudesse dar-se esse regresso ou espalhar-se a idéia de que assim sucedera. Mas a verdade é que, em todas as consultas feitas não ouvira ainda nenhum militar. "Levei 30 anos a desviar os militares da intervenção na política e a empurrá-los para os seus estudos, a sua instrução, os problemas da sua organização, armamento e equipamento, e não estou disposto a deixar que se perca todo esse esforço".

E terminou anunciando que iria ouvir os Ministros Militares, disposto a pôr os pontos nos ii.

Efetivamente, em 24 de abril contou-me as conversas que tivera com o Ministro da Defesa, Santos Costa, e o Ministro da Marinha, Américo Tomaz. Santos Costa, como era de esperar, manifestou-se abertamente hostil à reeleição. Admitiu a hipótese de um civil e de entre os militares fez caloroso elogio de Botelho Moniz. Insistiu muito na necessidade de se alterar a Constituição de forma que o Presidente da República não pudesse, sozinho, nomear o Presidente do Conselho, impondo-se-lhe que ouvisse, pelo menos, o Conselho de Estado.

Quanto ao Almirante Tomaz, ter-se-ia referido a Craveiro Lopes com simpatia, mas reconhecera os graves inconvenientes da reeleição.

Salazar anunciou-me então que, estando já de posse de todos os elementos de apreciação ia reunir nessa tarde o habitual "conselho privado" para se tomar uma resolução. Respondi que me achava comprometido a assistir à noite ao jantar anual da Câmara de Comércio Britânica, vestindo casaca. Era, pois, impossível estar presente na reunião. Isso até era bom, porque ele conhecia bem a minha opinião no assunto e seria dispensável o choque com a dos outros.

Não, não, não podia dispensar-se a minha presença. Então adiava-se a reunião para o dia seguinte — respondeu.

Eu sabia o que a reunião produziria, pois Salazar já falara com os componentes dela e tinha-me contado o que cada um opinara. Tratava-se de formalizar o que já estava decidido, de modo que a decisão aparecesse como expressão de um conselho e não como ato pessoal.

Os convocados para as 18h do dia 25 de abril de 1958 eram, além de mim, Albino dos Reis, João Lumbrales, Mário de Figueiredo e o Ministro do Interior, Joaquim Trigo de Negreiros.

Destes, só Albino dos Reis não fora inicialmente contrário à reeleição. Mas depois de conversar com Salazar mudou de opinião e, sendo o primeiro a falar na reunião, emitiu um voto habilíssimo em que acabou por se pronunciar contra a reeleição, não por convicção pessoal, mas por ter verificado que a solução não seria bem aceite pelo País.

Trigo de Negreiros, pelo contrário, tendo sido contra a reeleição na conversa privada com Salazar, apareceu na reunião com a opinião modificada. Depois dessa conversa, disse ele, recebera muitas pessoas, ouvira os governadores civis e verificara que, contrariamente ao que se julgava, havia no País uma forte corrente favorável à reeleição. (Mário contestou, Lumbrales contestou, o Ministro manteve.) Por isso votava a reeleição.

Foi um balde de água fria! Trigo de Negreiros era um advogado transmontano que Manuel Rodrigues nomeara Procurador da República junto da Relação do Porto, e depois passara à política como Governador Civil do Porto. Baixo, simpático, de falas mansas, mas inteligente, estudioso, e vivo, fizera carreira. Foi Subsecretário de Estado das Corporações, lugar donde transitou para o Subsecretariado da Saúde e Assistência e daqui ascendeu a Ministro do Interior. Como em geral sucedia com os homens entrados na política pela mão de Manuel Rodrigues, tinha fama de republicano e era olhado com desconfiança pela direita. Na política não hesitava em defender idéias e em aceitar a luta no campo da doutrina, mas, como convinha a um Ministro do Interior, manobrava habilmente nas relações humanas, mantinha contatos em todos os campos onde podia conseguir acesso, gostava de fazer favores e não se fechava para conquistar adesões. Tudo isto que, em meu entender, fazia um bom Ministro do departamento que tinha a seu cargo a política geral e local, tornava-o suspeito aos olhos receosos da direita, temerosa de qualquer "abertura" e fazia-o ser detestado pelo Mário de Figueiredo, o João Lumbrales e os amigos destes. O seu voto naquele dia, porém, não foi fruto de uma habilidade, mas um ato de honestidade e de coragem.

Salazar achou melhor passar adiante e entrar na consulta dos nomes, perguntando a todos se "o Tomaz seria uma boa solução". Excluídos por fás ou por nefas outros possíveis candidatos, o Presidente encerrou a reunião anunciando que iria submeter à Comissão Central da União Nacional o problema da reeleição de Craveiro Lopes ou da eleição de um novo Chefe do Estado, verificando que a melhor solução a que ali *tínhamos chegado* era a do Almirante Tomaz.

Por minha parte, depois de emitir o meu voto (Salazar ou a reeleição) estive, o mais possível, calado. Mas no dia seguinte, pela manhã, voltava a encontrar-me com Salazar. E ele tornou ao assunto das candidaturas, que visivelmente o preocupava. Repeti-lhe que a saída de Craveiro Lopes ia trazer uma série de inconvenientes para enfrentar os quais tinha de se preparar. A oposição não deixaria de dizer que o General não era reconduzido por ser republicano, e ia agitar a questão de regime. Nessa altura a extrema-direita veria farisaicamente nisso a prova provada de que Craveiro Lopes estava feito com a esquerda. E íamos ter a candidatura do Humberto Delgado com toda a veemência dos seus ataques temperamentais...

Salazar ouviu com atenção, sem objetar. E depois disse que não dormira na noite anterior a pensar na situação de Craveiro Lopes. Queria pedir o meu conselho. Era preciso dizer desde já qualquer coisa ao Chefe do Estado. O ideal, como já em tempos me expusera, era que ele escrevesse uma carta a manifestar o propósito de não apresentar a sua candidatura. E perguntou:

— Acha que vá eu próprio procurá-lo?

Era a segunda investida para ver se lhe dizia que não, e me oferecia para a ingrata missão. Mas respondi:

— Evidentemente! O senhor é que é o chefe político e essas coisas são de tal modo delicadas que não podem ser feitas por intermediários. E é urgente que lhe diga o que se passa. Tenho a certeza de que o resultado da reunião de ontem vai transpirar. Já há dias, de resto, *Le Monde* dava a notícia de que o candidato da União Nacional seria o Almirante Tomaz. Tem, pois, hoje mesmo, de procurar o Craveiro Lopes até porque se ele transigir em facilitar alguma coisa, só a si o fará e a mais ninguém.

Concordou e na minha frente telefonou a mandar pedir audiência ao Presidente da República.

80

Nos dias 27, 28 e 29 de abril comemorou-se com grande solenidade e participação popular o 30º aniversário da entrada de Salazar para o Governo. Do programa fazia parte a inauguração de uma estátua no pátio interior do Palácio Foz onde funcionava o Secretariado Nacional de Informação. Era uma escultura magnífica que representava Salazar de pé com as vestes doutorais, de capa e batina, capelo e borla. Obra de Francisco Franco, então já falecido, grande escultor com quem eu convivera bastante. Madeirense, fiel às suas convicções monárquicas, era um artista extremamente consciente que sabia imprimir à matéria plástica um extraordinário vigor. Nele se acusava a influência de Rodin mas não era desses discípulos que se limitavam a imitar: continuava a obra dos mestres insuflando nas obras o seu espírito criador. Vi-o, no grande ateliê improvisado que o Governo colocou à sua disposição, esculpir a estátua eqüestre de D. João IV que figura no largo fronteiro ao Paço Ducal de Vila Viçosa. E assisti ao estudo meticuloso que fez do cavalo a que imprimiu uma força, uma distinção, uma nobreza, que fazem da estátua uma obra rival, senão superior, àquela em que Machado de Castro representou D. José.

Fui convidado para falar no ato da inauguração dessa estátua de Salazar que teve lugar em 28 de abril. E aceitei, na idéia de com tal discurso pôr termo à minha carreira política. Não me afastava zangado, não iria contradizer o que afirmara durante tantos anos, não renegaria a minha admiração pelo homem excepcional que governava o País, e que, exceção que fosse quanto aos raríssimos méritos que o distinguiam, não poderia esquivar-se aos defeitos da sua humanidade.

A sessão, ao ar livre, decorreu com simplicidade mas com a dignidade que caracterizou em geral as solenidades da época. Um público escolhido sentava-se no retângulo ao redor da estátua. Nas janelas estavam muitos convidados. E, na principal, o Presidente Craveiro Lopes com D. Berta. Eu estava convencido de que ele já sabia da terminação do seu mandato e da escolha de outro para lhe

suceder. Quis começar, pois, por uma saudação muito especial em que, para contestar a intriga, sublinhei como ele sempre se mostrara deferente e admirador de Salazar. Referi-me em seguida à estátua que se inaugurava, dizendo:

"Não basta, na verdade, para produzir uma obra-prima que o retrato represente com fidelidade as feições físicas do retratado: é preciso mais, é preciso que nele se espelhe a sua alma, que nele transpareçam, portanto, as suas feições morais.

"Ora a estátua criada por Francisco Franco dá-nos Salazar tal como é. O homem sereno. O homem de pensamento. O homem de leis.

"Compreendo, ao olhar esta figura, o motivo porque os príncipes pensaram enobrecer-se perante os povos ao condecorar-se com o título de 'Sereníssimos'. No meio do cachoar e referver de paixões e apetites, quantas vezes acobertados por ideologias ou transfigurados em mitos, tendo de lidar com as grandezas e misérias de uma humanidade mais propensa aos egoísmos que às abnegações e sempre pronta aos desvarios, ai do governante que não tiver sido dotado de compreensão inteligente ou não souber manter-se imperturbavelmente sereno.

"Só essa serenidade permitirá manter um rumo seguro e certo em plena tempestade e escutar as vozes da consciência e da inteligência quando parece impossível discernir um sentido no clamor das opiniões.

"Creio, por isso, que foi graças à sua serenidade que Salazar pôde pôr o tempo do seu lado, aliar-se ao tempo e construir com ele".

Glosei em seguida esta idéia:

"Os 30 anos de governo, que nesta data comemoramos, destacam-se e individualizam-se na História de Portugal por serem a era de Salazar. Quer isto dizer que Salazar soube imprimir a este período um sentido, uma significação, um espírito. Mais do que um condutor da Nação — Salazar foi o seu expoente. Em si vieram reunir-se e sintetizar-se muitas aspirações, muitos anseios e muitas generosidades de dedicação e amor pátrio. E foi graças à sua arte suprema de unir e de sublimar esforços e interesses que homens de tão diversas formações, e por vezes de tão forte personalidade, em certos casos portadores de mensagens próprias, puderam, no decurso destes 30 anos, integrar-se numa ação nacional e contribuir com a sua cota para a obra comum.

"A serenidade com que Salazar dominou o tempo, imprimindo-lhe a sua marca já agora indelével, seria porém incompreensível se não traduzisse uma vontade forte. Uma vontade constante, que não quebra, não dobra, nem sequer vacila. Uma vontade que vai fazendo o seu curso por entre os acontecimentos, atenta às oportunidades de agir e procurando não as desperdiçar. É essa vontade resoluta, servida

por um altíssimo sentido de autoridade, que tem constituído o mais sólido alicerce da sua obra gigantesca. Vontade serena, pois: a vontade de um homem de pensamento, *que sabe o que quer e para onde vai*".

Depois deste perfil do homem sereno, passei a considerar o homem de pensamento:

"A estátua apresenta-nos um pensador que não é ideólogo. Não está aí um iluminado que as idéias arrebatem para aventuras de destino desconhecido, mas o reflexivo que olha sempre atentamente o chão onde os seus pés vão pisar. Doutrinário, sim. Um homem que abraçou pela inteligência e acolheu no coração um sistema de idéias que, sendo do seu tempo são de todos os tempos e que sendo válidas para o seu povo são, primeiro que tudo, válidas para a natureza humana. É uma doutrina, a sua, ancorada solidamente na realidade e cuja sedução sobre os espíritos resulta da evidência com que se ajusta aos fatos.

.....

"Nesse realismo reside o segredo do equilíbrio conseguido na vida pública e na vida social destes 30 anos. Um equilíbrio obtido pelo permanente e invariável sentido das proporções, evitando a desarmonia entre os objetivos e as possibilidades, os empreendimentos e os recursos, os programas e os fatos. Equilíbrio que nenhum interesse pôde alterar e que nenhuma tentação demagógica conseguiu perturbar. O equilíbrio que o Mundo perdeu, e de que anda saudoso, já que por toda a parte a Política deixou de ser a arte de realizar o interesse nacional, para se converter em processo, nem sempre digno, de satisfação das ambições dos homens, dos apetites dos grupos e dos caprichos das massas".

Finalmente, o homem de leis:

"Para a manutenção dessa harmonia que é o fruto supremo da arte política, não contribuiu pouco a formação jurídica do estadista que, desde o primeiro momento, se declarou paladino de uma 'legalidade forte'. Dispondo de uma autoridade sem par no último século da História portuguesa, foi esse escrupuloso espírito de justiça e de eqüidade que sempre o limitou. Homem de Direito, nunca Salazar vacilou em empregar os meios necessários para fazer observar as leis, reinar a ordem e garantir a paz. Mas jamais consentiu no arbítrio, ou permitiu que o Poder fosse posto ao serviço de conveniências de clãs ou de interesses de pessoas.

"O homem das leis que Francisco Franco representou nos seus trajes universitários é um Mestre. Os 30 anos do seu governo têm sido de transformação profunda e vasta no domínio das coisas por

milagre da ação: mas não foram de menor projeção no domínio das idéias, dos hábitos e dos costumes e isso por obra do ensino permanente pela palavra e pelo exemplo. Criou-se um novo estilo na vida pública. Um estilo de compostura, de dignidade e de moderação que traduz a elevação dos propósitos de governo e a purificação da Política posta em serviço do bem comum, e que é, afinal, o estilo da própria atitude de Salazar".

E segui assim até final. Hoje, relendo este retrato de Salazar, tal como eu o via em 1958, acho-o justo. Tudo quanto disse, eu o sentia como verdadeiro. A velhice empanou depois algumas das suas qualidades e evidenciou alguns defeitos: mas não teria também atenuado outros destes, para deixar manifestarem-se virtudes, sobretudo afetivas, dantes recalcadas?

No final do discurso dirigi-me ao Presidente Craveiro Lopes que estava acompanhado da Senhora D. Berta junto de quem se encontrava minha mulher. O Presidente felicitou-me efusivamente, agradecendo a saudação que de início lhe dirigira. Convencido como eu estava de que ele já sabia que não seria reeleito, observei-o atentamente. Achei-o preocupado, mas não abatido. Perguntei depois a minha mulher se D. Berta lhe tinha feito alguma referência à conversa de Salazar com o marido. Nada. E comentamos um com o outro que aquele casal tinha muita fibra, para não deixar transparecer, o mínimo que fosse, o choque infalivelmente causado pela notícia de que teriam de sair breve do Palácio de Belém. Mal imaginávamos o que se tinha passado.

Pouco depois de eu chegar a casa, Salazar telefonou-me. Com uma voz comovida disse-me que tinha assistido pela Televisão "com todas as pessoas da casa" à cerimônia do Palácio Foz e a todos emocionara o meu discurso. A ele especialmente, como eu poderia calcular. Tudo tinha decorrido com inexcedível elevação è dignidade, rematou.

E no dia seguinte, minha mulher recebia um enorme cesto de orquídeas com um cartão de Salazar: *"Mandaram-me da Madeira muitas orquídeas e pedia-lhe o obséquio de partilhá-las comigo. Com respeitosos cumprimentos.* 29.IV.1958".

Em 30 fui encontrá-lo com um ar feliz è aliviado. Estava muito cansado pelas emoções dos dias anteriores, confessou-me. Tornou a falar da cerimônia do Palácio Foz e repetiu os elogios e os agradecimentos. Mas eu estava ansioso era por saber como tinha decorrido a conversa com Craveiro Lopes, que afinal tivera lugar no sábado, 26, à tarde.

Salazar contou-me minuciosamente a sua versão. Felizmente (acentuou logo de início) tudo tinha corrido da melhor maneira. Expusera ao Presidente as diligências a que tinha procedido relativa-

mente à próxima eleição e a convicção em que estava de que da reunião da Comissão Central da União Nacional dentro de dias poderia sair um voto desfavorável à apresentação da sua candidatura para novo mandato. Seria, em sua opinião, mais conveniente que Craveiro Lopes, para facilitar as coisas e evitar um desaire, lhe dirigisse uma carta manifestando o seu desinteresse pela continuação no cargo e colocando a Comissão Central à vontade para escolher o candidato da U. N.

Craveiro Lopes recusara-se a escrever tal carta, em termos firmes e por modo formal. Com muita calma, sem que transparecesse das suas palavras despeito ou irritação, retorquira que já várias vezes afirmara resultar da sua formação militar o espírito de servir o País onde quem de direito entendesse melhor, sem que ele jamais tivesse escolhido postos ou recusado missões. Há sete anos, estando bem longe de pensar na hipótese, fora surpreendido pelo convite da União Nacional para ser seu candidato à Presidência da República. Considerara essa função uma missão de sacrifício e não opusera nenhuma dificuldade em aceitá-la. Servira nestes sete anos o melhor que soubera e pudera. Agora, se a União Nacional julgasse necessária a sua permanência, ficaria; se pensassem ser conveniente eleger outro, acataria a decisão porque isso seria ainda servir o País. Mas não esperassem dele um gesto no sentido de segurar o lugar ou que pudesse significar a recusa de responsabilidades.

Salazar, depois de me narrar a conversa que correspondia da parte de Craveiro Lopes à sua maneira de ser de sempre, comentou que apesar de não ter conseguido a carta que pretendia, a conversa decorrera em termos de grande nobreza e não lhe fora desagradável. Agora ia-se seguir a reunião da Comissão Central da U. N. Para não ir para ela sem uma solução chamara na véspera (29) o Almirante Tomaz, a quem pusera a hipótese da candidatura. O Almirante "torcera-se muito" (palavras textuais) mas "fora entrando na conversa". E passou a contar-me essa conversa por miúdo.

No final anunciei-lhe que, no dia seguinte, faltaria à reunião da Comissão Central. Eu já sabia o que sairia dela (Salazar objetou: "sabe mais do que eu..."). A minha experiência mostrara-me ser perigosa a participação do Ministro da Presidência em reuniões políticas a que estivesse presente o Presidente do Conselho e onde tivessem de ser emitidos votos sobre questões melindrosas. Sendo o mais íntimo colaborador do Presidente não convinha que nos apresentássemos em posições divergentes. E em certos casos, como aquele de que estávamos tratando, para me manter de acordo eu teria de violentar a minha consciência e calar-me. Porque se falasse, teríamos uma nova onda de especulações. O melhor ainda era a ausência.

Salazar pensou um momento e acabou por reconhecer que tinha razão. "É melhor assim".

Da reunião da Comissão Central da União Nacional resultou, como era esperado, a escolha do Almirante Américo Tomaz para candidato à Presidência da República. A notícia saiu nos jornais do dia 2.

Em 5 fui visitar Craveiro Lopes para lhe agradecer a presença na cerimónia do Palácio Foz e entregar o primeiro exemplar impresso do projeto do Plano de Fomento.

Encontrei-o abatido, mas sereno.

Agradeceu-me o volume:

— O Plano é uma obra notável. O Presidente do Conselho falou-me nele com o maior elogio sublinhando: "o trabalho é todo do Marcello, eu pouco tenho nele".

Depois, visivelmente desejoso de desabafar com alguém, prosseguiu:

— Oxalá que haja possibilidades de se executar este Plano como houve quanto ao primeiro! Duvido muito que assim seja. Precisamos de paz e sossego. Por mim espero ter pessoalmente um fim de vida calmo. Deixei de sentir sobre os ombros as pesadíssimas responsabilidades deste cargo. Mas temo imenso que o País vá entrar num período de grande agitação e confusão. Saio daqui amargurado por ver que as intrigas dos meus inimigos puderam mais que a minha reta intenção e o meu desejo de bem servir. Não me deixo enganar: quem me expulsa é um grupo de militares, são camaradas meus. A mim que, em sete anos, os únicos atritos que tive com o Presidente do Conselho foram resultantes de tomar o partido de generais e oficiais atingidos pelo arbítrio do Ministro da Defesa! E afinal sou por eles abandonado!

Dias depois minha mulher foi visitar a Senhora D. Berta Craveiro Lopes. Encontrei-a, ao chegar a casa, profundamente impressionada. A conversa das duas fora longa. Minha mulher, de temperamento muito sensível, viera de Belém chocadíssima e sentia-se doente. D. Berta estava muito abatida e chorara. Não por o marido deixar a Presidência. Mas porque, dizia, Salazar, que tanto admiravam, a quem o marido sempre tivera a preocupação de ser leal, que aos domingos ia a casa deles recebido como família e tão afetuoso com todos, não procedera corretamente com o General, ocultando-lhe quase até à última os seus propósitos. D. Berta sofria pela decepção e sofria por ver caído um ídolo. E minha mulher, amiga e admiradora de Salazar, que sempre por ela mostrou grande e respeitosa consideração, partilhava desse sofrimento. Para ela também o procedimento de Salazar neste caso constituía um desapontamento.

Procurei acalmá-la. Estes problemas políticos não são para senhoras, argumentava eu (esperando não ser escutado pelas feministas...). Decerto haveria em tudo isso um mal-entendido. Eu sabia que Salazar prevenira Craveiro Lopes e que este recebera o aviso com grande dignidade. Mas para os feitios femininos não há razões de interesse geral que se sobreponham aos sentimentos pessoais...

Argumentos vãos. Presa de doença súbita e subtil no seu quarto do Palácio de Belém aonde chegavam amortecidos os ecos da campanha eleitoral, a frágil e doce D. Berta Craveiro Lopes morria poucas semanas depois.

81

Surgiram oficialmente outras candidaturas. Os socialistas, depois de várias diligências e alguns convites recusados, fixaram-se no nome do advogado Arlindo Vicente. Nunca percebi a escolha. Socialista moderado, Arlindo Vicente tornara-se famoso, ainda académico de Coimbra, pelos seus desenhos, de tema idealista e muitas vezes religioso, traço clássico e gosto um tanto barroco. No foro não brilhava. Era um artista, de hábitos burgueses e uma filha e um filho de quem fui professor demonstravam educação tradicional e ambos me eram simpáticos. Este candidato, não sendo de modo nenhum homem para arrebatar e arrastar massas, constituía, uma vez mais, mero pretexto para que os seus proponentes corressem o País a doutrinar e a estabelecer contatos, sem qualquer intenção de disputar o sufrágio.

À sua volta se juntaram os comunistas a quem não convinha aparecer nessa altura muito ostensivamente. Andavam muito mal vistos no País e na opinião internacional, pois ainda se não tinham refeito do descrédito resultante das acusações a Stalin no XX Congresso do Partido da URSS, em 1956, e da condenação lançada sobre a brutalidade da intervenção do Exército Vermelho em Budapeste que ocorrera a seguir. Stalin, que fora exaltado pelos comunistas do Mundo inteiro, exautorado! Os mais convictos entre os militantes não podiam deixar de ter ficado abalados. Daí que, como sucedera já nas eleições para deputados, os comunistas portugueses tivessem perdido a arrogância e mesmo a agressividade combativa.

Quanto a Humberto Delgado, a primeira idéia que a sua candidatura suscitou era a de que se tratava de uma iniciativa individual — ele próprio se apresentou como "Candidato Nacional Independente". Mas claro que essa iniciativa não se poderia concretizar sem apoios. Estes foram procurados entre democratas endinheirados, sobretudo no Porto e no Norte do País, que forneceram os fundos para o início da campanha, alguns deles industriais ansiosos por quebrarem os controles existentes para poderem lançar-se na desenfreada competição capitalista.

O Dr. Rodrigo de Abreu, que tinha liderado a lista dos candidatos a deputados "independentes" pelo Porto nas anteriores eleições legislativas, recebera a inspiração do nome do candidato de Antônio Sérgio a quem, por sua vez, Henrique Galvão o soprara, e não teve dificuldade em juntar alguns nomes de respeitabilidade burguesa na Comissão Nacional da Candidatura e de conseguir adesões no Norte do País.

Um candidato General, que estivera longos anos ligado ao regime existente, não podia ser subversivo: dava tranqüilidade à burguesia, prometendo-lhe uma transição suave do autoritarismo salazarista par uma democracia liberal. Esta ilusão seduziu também muitas pessoas até aí fiéis ao regime, mas às quais o afastamento de Craveiro Lopes pareceu um êxito da extrema-direita e uma ameaça às instituições republicanas. De resto, não contribuía para este conceito tranqüilizador da candidatura de Delgado o fato de comunistas e socialistas não a perfilharem, formando grupo à parte?

Numa manhã, perto da data da apresentação oficial das candidaturas no Supremo Tribunal de Justiça, ao chegar à residência do Presidente do Conselho para o nosso encontro habitual, Salazar quis-me ouvir sobre uma dúvida em que estava.

Tinha na mão o requerimento formulado por Delgado ao Ministro das Comunicações de quem dependia como Diretor-Geral da Aeronáutica Civil, comunicando a apresentação da candidatura e pedindo lhe fosse dito se por esse fato cessava a comissão que exercia ou bastava entrar de licença durante o período da campanha eleitoral.

O Ministro enviou o requerimento ao Presidente do Conselho pedindo instruções sobre o despacho a dar. Que me parecia?

— Parece-me tudo isso tão fácil que me espanta como está sendo complicado — respondi. — Em meu entender a resposta é óbvia: estando como General em comissão civil deve esta ser-lhe dada por finda e regressar à Secretaria de Estado da Aeronáutica.

Salazar meditou uns instantes. E retorquiu:

— Olhe que não! O vínculo ao lugar que exerce e de que ele gosta constitui um travão... É melhor conceder-lhe a licença...

— Não é tal — argumentei. — O senhor continua com a idéia de que o Delgado é um militar bem comportado que vai fazer uma campanha correta, amável e respeitadora. Está enganado. O Delgado é um ambicioso e falta-lhe equilíbrio mental: atacará vigorosamente o Governo, vai dizer coisas horríveis que não permitirão depois da campanha mantê-lo num lugar de confiança. E nessa altura o Governo manda-o embora da Direção Geral e os amigos dele gritarão aos quatro ventos que começaram as represálias...

Mas Salazar já emitira opinião e a partir desse momento era-lhe difícil voltar atrás. Arrumou o caso:

— Ná, ná'.. Vou dizer ao Ministro que lhe conceda a licença... É o melhor.

— Então se já estava decidido a isso para que me perguntou a opinião? — foi o meu remate.

Estas escaramuças eram freqüentes entre nós. Nem sempre com os resultados desta vez. Em bastante casos Salazar cedia às razões apresentadas, desde que estivéssemos os dois sozinhos... A transigência, porém, era tanto mais difícil quanto mais tivesse pensado no assunto discutido. Se já chegara no seu espírito a uma conclusão, acreditava muito, não tanto na infalibilidade, mas na intuição que o ajudaria a concluir de par com a razão. E o seu sexto sentido nem sempre era seguro...

Neste caso fui eu quem teve razão. Após a eleição viu-se que Delgado não poderia voltar ao serviço como Diretor-Geral. Mas nem nessa altura o Ministro foi capaz de tomar a decisão elementar de acabar com a comissão, que de resto em nada prejudicaria o ex-candidato, visto regressar, no posto de General, ao seu quadro. Não. Foi preciso o Ministro da Defesa Nacional chamá-lo ao serviço da Arma. Na ocasião — as minhas notas assinalam precisamente 11 de junho — registrei os comentários desagradáveis suscitados na opinião pública por essa maneira de proceder. Mas quando, dois dias depois, conversei com Salazar a sublinhar o erro cometido desde o princípio, ele abespinhou-se:

— Não tem razão. Fez-se tudo como se devia fazer.

Mas não fez.

Não vou historiar a campanha presidencial de 1958. Nela tive apenas as intervenções que por força das funções que desempenhava no Governo fui forçado a ter. E não desejo julgar o modo como a campanha foi conduzida pelos dirigentes que então estavam à frente da União Nacional. Primeiro, porque a maioria deles está viva e alguns dos membros da Comissão Executiva padecem na prisão e no exílio. Segundo, porque reconheço que Humberto Delgado imprimiu à sua campanha um estilo completamente novo para fazer frente ao qual a gente do regime não estava preparada, desorientando-a completamente.

Humberto Delgado, na verdade, procurou pôr em prática métodos de propaganda inspirados no modelo das campanhas norte-americanas. Até aí os candidatos à Presidência da República não se lançavam pessoalmente no tumulto publicitário das candidaturas: deixavam a luta na batalha às organizações que os apoiavam e limitavam-se em

público a pronunciamentos solenes e a intervenções em que fosse necessário lançar o peso do seu prestígio pessoal.

Ora Humberto Delgado não procedeu asim. Abriu a campanha com uma conferência de imprensa em Lisboa, no Hotel Tivoli, com a sala engalanada e decorada onde expôs as razões da sua candidatura. Seguiram-se as perguntas dos jornalistas. A alturas tantas Dutra Faria interrogou-o:

— Senhor General: qual seria a sua atitude relativamente ao Presidente Salazar no caso de ganhar a eleição?

A resposta veio rápida e cortante:

— Obviamente: demitia-o!

Os salazaristas incondicionais no dia seguinte esfregavam as mãos de contentes:

— O homem está doido! Perdeu qualquer probabilidade, porque o País não tolera que se toque em Salazar.

Eu, porém, escutava isto apreensivo. Porque uma velha raposa da política me soprara ao ouvido esta frase que o instinto político me dizia não ser disparatada:

— A coragem dessa resposta vai produzir profundo impacto! Acredite que o País está ansioso por ver à frente do Governo um homem novo!

A partir desse momento Humberto Delgado lançou-se numa atividade frenética, procurando constantemente o contato direto com as massas populares. A primeira viagem importante foi ao Porto, por via férrea. Aí os republicanos prepararam-lhe, à saída da gare, uma grande manifestação cujos ecos atroaram no País. Regressou pela mesma via, de comboio como se diz em Portugal, ou de trem como se fala no Brasil, e logo se preparou recepção popular na estação de Santa Apolônia.

Os dirigentes da União Nacional propuseram-se lutar no mesmo terreno:

— Vamos mobilizar a nossa gente para a estação e receber o homem com vaias!

Quando um deles me comunicou este projeto, observei que decerto os partidários de Delgado não ficariam a ver passivamente os apupos e daí resultaria um choque que poderia desencadear um rosário de violências.

— Não importa — responderam-me — temos muita gente desejosa de se bater com esses sujeitos. Vão aprender como é!

Voltei a ponderar que a minha experiência me ensinava existir na chamada "direita" muito mais gosto pelas palavras, e pela fanfar-

ronice, do que pela ação, sobretudo quando implica risco e sacrifício. Tinha sido preciso sofrer muito para se chegar a criar em 1926 e nos anos seguintes um espírito combativo. E em 1958, depois de tantos anos de paz, desconfiava que faltassem as vocações para a heroicidade e talvez para o martírio...

Olharam para mim com um ar suspeitoso (e até desdenhoso). Eu era o intelectual sempre desconfiado das soluções "fortes".

— Temos milhares de homens. Você verá!

E vi. Dos milhares anunciados apareceram em Santa Apolônia escassas dezenas facilmente abafados pelos partidários de Delgado. Estes eram engrossados por curiosos que acorreram de toda a cidade para ver o homem destemido que estava a levantar massas. Delgado saiu da estação no meio do tumulto. A Polícia forçou-o a tomar um automóvel que se esgueirou por itinerário discreto, evitando que se pusesse à frente dos manifestantes e caminhasse com eles para o centro da cidade.

Mas, mesmo sem ele, a marcha teve lugar, com milhares de pessoas, muitos com cara patibular, em atitude ameaçadora, vociferando contra o Governo. Ao chegar perto do Rossio a Polícia procurou conter a manifestação e obrigar à dispersão. Soaram tiros. Houve feridos e correrias. Acorreu a cavalaria da Guarda. A manifestação dispersou-se mas o centro da cidade ficou em pé-de-guerra. Os efetivos policiais cresceram nas ruas, trazendo instruções para manter a ordem custasse o que custasse. E durante o resto da tarde e da noite, na Baixa e na Avenida da Liberdade onde estava localizado o escritório da candidatura do General, volta não volta os tiros isolados eram seguidos de rajadas disparadas por armas automáticas.

A gravidade da situação obrigou a uma reunião na residência do Presidente do Conselho, seriam umas dez da noite. Lembro-me apenas da presença, comigo, dos Ministros da Defesa e do Interior. Este, que era, como já disse, o Dr. Trigo de Negreiros, visivelmente fatigado e nervoso, mas sem quebra de ânimo, relatou os acontecimentos. Assentou-se em que não era possível deixar de conter firmemente a tentativa de subversão. E mais, que fossem convocados imediatamente, para o Secretariado Nacional de Informação, no Palácio Foz, os diretores de todos os jornais diários a fim de eu lhes expor a situação, explicar a atitude do Governo e pedir compreensão e apoio. O Ministro do Interior acompanhar-me-ia para prestar os esclarecimentos que os diretores julgassem necessários.

Partimos imediatamente nos nossos automóveis oficiais sem qualquer escolta. Não me lembro se levava comigo um secretário, mas é quase certo que não. O Palácio Foz fica na Praça dos Restauradores, a dois passos do Rossio e no começo da Avenida da Liberdade. Entramos. Na Avenida, quase às escuras, continuavam os tiros.

No gabinete do Secretário Nacional, Moreira Baptista, que estava presente, aguardamos que fossem chegando as pessoas convocadas. Pouco a pouco reuniram-se os diretores dos jornais com exceção do *República*. Enquanto Trigo de Negreiros se mantinha quase todo o tempo ao telefone, recebendo informações da Polícia e transmitindo instruções, narrei brevemente os acontecimentos da tarde que os meus ouvintes conheciam tão bem, pelo menos, como eu. Concluí que se ensaiara o arranque de um movimento revolucionário, no que todos me pareceram de acordo. Afirmei-lhes então a decisão do Governo de impedir que a campanha eleitoral se transformasse em processo revolucionário, justifiquei a conduta das forças da Polícia e da Guarda nessa tarde e assegurei-lhes o propósito em que estava o Governo de manter firmemente a ordem pública. Terminei pedindo-lhes que esclarecessem a opinião e procurassem obter a adesão à linha traçada pelo Governo: de realizar a eleição na data marcada mas evitando que ela fosse pretexto de agitação subversiva.

Foram-me feitas algumas perguntas. Em nome de todos, um dos diretores agradeceu as explicações e prometeu que a imprensa ali representada se esforçaria por colaborar no intento de assegurar o desenvolvimento pacífico da campanha e do ato eleitoral. E assim nos despedimos, aí pela uma e meia da madrugada.

Trigo de Negreiros, que fizera duas ou três aparições durante a reunião, continuava preso aos telefones. Meti-me no meu automóvel apenas com o motorista e um agente policial e segui para casa, subindo a Avenida onde, sobretudo ao redor do escritório da candidatura de Humberto Delgado, a agitação continuava.

Eu morava então numa rua próxima à Praça Duque de Saldanha, a 200 metros do Liceu Camões, que em rapaz tinha freqüentado. E já agora contarei outro episódio demonstrativo da ausência de precauções com que viviam os Ministros de então.

Passados alguns dias anunciou-se que os partidários da candidatura de Delgado promoviam a realização de uma sessão de propaganda no ginásio do Liceu Camões, o mais amplo da cidade, cedido pelo Governo para as sessões públicas dos candidatos.

Mas logo chegou a informação de que a sessão seria aproveitada para operar uma grande concentração popular ao redor do Liceu, organizando uma manifestação que descesse as Avenidas Duque de Loulé e da Liberdade e tentasse chegar ao Terreiro do Paço para aí assaltar os Ministérios.

Nessa altura já se tinha verificado a necessidade de providências extraordinárias de segurança. E o Dr. Salazar resolvera encarregar o Ministro da Defesa, Santos Costa, de planear essas providências em todo o País, com a faculdade de coordenar as Polícias e a Guarda

Nacional Republicana, e de empregar efetivos militares quando necessário.

Assim que se apurou que as informações chegadas a respeito da manifestação tinham fundamento, Santos Costa, cuja capacidade de organização e energia de comando eram indiscutíveis, logo planeou um dispositivo destinado a frustrar as intenções revolucionárias.

Salazar tinha traçado uma orientação firme: a campanha eleitoral devia decorrer com a normalidade possível de modo a que o sufrágio tivesse lugar na data fixada. Seria uma prova de fraqueza, uma vitória dos adversários, que as coisas se passassem de outra maneira. Portanto, a sessão de propaganda no Liceu Camões tinha de se fazer. Mas devia ser evitado o resto.

Santos Costa mandou, pois, cortar pela Polícia e pela Guarda os acessos ao Liceu, de modo a garantir que a área ao redor do edifício, compreendendo o chamado jardim do Matadouro que lhe ficava em frente e as ruas confluentes, ficasse livre e desembaraçada.

A barragem nas vias de acesso só permitiu a passagem, a partir de duas horas antes da hora marcada para a sessão, a quem fosse portador de cartões de convite para esta ou residisse na área de segurança.

Era, lembro-me bem, um domingo de maio. Um desses dias da Primavera lisboeta, luminoso e tépido, que as pessoas tinham aproveitado para passear pelos arredores da cidade ou se banharem nas praias das duas margens do Tejo ou do estuário onde as águas do Rio se confundem com as do Oceano.

Meia hora antes do começo da sessão, o ginásio estava cheio a deitar por fora. Nas barragens deixou de ser permitida a passagem de pessoas que diziam querer asistir ao comício. E começou a adensar-se a multidão, na Avenida Duque de Loulé, na Rua Gomes Freire, na Rua da Escola de Medicina Veterinária e na Rua Vieira da Silva, antiga das Picoas, para onde dava aquela em que eu morava, a Fernão Lopes, e que pouco a pouco se foi enchendo também. Não há dúvida que se projetara a tal grande concentração.

Eu voltara para casa cedo. E lá estava com minha mulher e minha filha, sós, porque os filhos andavam ainda por fora e era dia de saída das empregadas. Fui vendo, por isso, o amontoamento das pessoas contidas pela barragem policial que conseguira seccionar em meia dúzia de aglomerações a multidão que estava projetado reunir e excitar por alto-falantes para depois a lançar sobre a cidade.

Sabia que Santos Costa dispusera, em vários pontos próximos, forças de intervenção, cavalaria da Guarda, infantaria auto-transportada e carros de combate, para impedir a marcha, caso as precauções tomadas junto ao Liceu não fossem suficientes.

Mas de repente, na minha rua, houve correrias. O povo agitou-se não sei por quê. E subitamente civis dispararam tiros de pistola, sob a minha vista, pois me encontrava na janela do 2º andar onde residia.

Um tiro que fosse, nessa atmosfera eletrizada, seria uma faísca detonante da explosão. Já a sessão estava a decorrer há tempo quanto isto sucedeu. E os incidentes cá fora não impediram o seu prosseguimento até final. Mas ao redor da área de segurança, não sei se numa tentativa de desfazer as barragens, os tiros começaram a soar. A Polícia, atacada, ripostou. Aos disparos isolados seguiram-se as rajadas. Os grupos de intervenção mais próximos avançaram ao ouvir os tiros. Chegaram os carros de assalto. E durante longos minutos foi por todo o bairro um Deus nos acuda.

Telefonei ao Ministro do Interior a contar o que se passava e a recomendar que fosse ordenado às forças policiais comedimento no uso das armas de fogo. É certo que os tiros iam para o ar. Mas quando começa a excitação do cheiro da pólvora nunca se sabe o que pode acontecer. Pacíficos residentes na área estavam regressando do passeio dominical. Os meus filhos, as minhas empregadas, continuavam fora de casa. E pela porta do meu prédio, que encontraram aberta, dezenas de pessoas se introduziram, subindo a escada para se refugiarem contra o perigo das balas.

Ninguém se lembrou que morava ali um Ministro. Ou, se se lembraram, as pessoas respeitaram a família indefesa há tantos anos residente no local. Também pode ser que não passasse por nenhuma cabeça que uma das principais figuras do Governo ali permanecesse sem qualquer proteção, sem uma arma sequer. Às vezes o absurdo é a melhor defesa contra os raciocínios lógicos...

Felizmente o tiroteio não passou de fogo de vistas... Houve poucos feridos (uma vizinha minha, bastante idosa, levou um tiro numa perna ao regressar a casa) e ninguém ficou morto, graças a Deus.

No dia seguinte, em reunião com o Presidente do Conselho exprimi mais uma vez a minha já conhecida opinião acerca do uso das armas de fogo em operações policiais dentro das cidades. Era o ponto de vista "fraco". Insisti em que as forças de segurança deviam, mesmo por serem, por definição, *forças,* manter a calma nas ocasiões críticas e evitar até ao último extremo o emprego de armas de fogo. O caso da véspera era flagrante. Numerosos cidadãos pacíficos voltavam tranqüilamente para suas casas sem nada terem a ver com a agitação política. E eram esses quase sempre as vítimas. Deveria procurar-se o emprego de todos os meios antes das armas de fogo, que constituem a *ultima ratio*...

Ninguém me quis ouvir. Verdade seja que, anos depois, sendo Presidente do Conselho tampouco consegui ver adotados métodos de repressão policial que incluíssem uma escalada de meios até chegar ao recurso extremo das armas. E os progressos do terrorismo vieram enfraquecer a autoridade de quem fazia esforços por uma humanização da repressão.

Naquela tarde do comício do Liceu Camões foi frustrada, não me resta dúvida, uma perigosa ação revolucionária. Já nessa altura comunistas e socialistas tinham verificado que, ao contrário de Arlindo Vicente, o General Delgado empolgava massas. E rapidamente abandonaram o candidato que inicialmente haviam proposto para se infiltrarem com entusiasmo e decisão nas hostes do outro. A mim me disse depois um dos que acompanharam Arlindo Vicente que se lhes tornara evidente a inutilidade de uma candidatura "sem expressão nem apoio populares".

Então Humberto Delgado refinou na demagogia. Percorreu pessoalmente grandes zonas da província onde nunca tinha ido, como tal, um candidato à chefia do Estado. E chegado às cidades, vilas e aldeias, atravessava-as a pé no meio da curiosidade do povinho acorrido para ver "o General sem medo". Passava com seus largos passos, o porte ereto, peito saído para fora, o paletó aberto a deixar ver a pistola pendente do cinto. Sem duvidar da sua coragem física, lembro-me das minhas reflexões acerca da valentia civil e da valentia militar. Porque o civil sem medo não traz armas, enquanto o militar intimorato mostrava-as bem à vista...

De vez em quando fazia pequenos discursos, prometendo vida melhor para os camponeses, mais justa distribuição da riqueza, uma implacável seriedade e austeridade em todos os níveis da administração. Tinha a palavra fácil, um estilo sacudido e vigoroso, a sua eloqüência respirava autoridade. Aquele General parecia um homem bom em quem se podia confiar. E o desafio que lançava aos detentores do Poder, mostrando-se pronto a enfrentar ameaças e riscos que, realmente, não existiam, pois o Governo desejava assegurar a liberdade da campanha, impressionava os provincianos confinados na sua existência rotineira e propensos a admirar o herói.

Por onde passava, Delgado deixava um rastro de excitação, para não dizer de fermento de revolta. Lugares houve onde lançou ao povoléu embasbacado, composto de crianças e mulherio, punhados de notas de Banco, de pequeno valor é certo, mas que constituíam elementos para uma legenda de generosidade e de promessa de abundância que rápida se difundia.

Aliás Humberto Delgado dispôs de bastante dinheiro para a sua campanha. Quem lho forneceu não sei.

Em certa altura, no distrito do Porto, contaram-me que se produziu um incidente caricato. Era comandante da Região Militar o General Joviano Lopes. Entre ele e o Delgado havia analogias físicas e de temperamento bem curiosas. Joviano era dos Açores. Tinha sido em tempos Governador-Civil do Porto e também soubera, com a sua figura de d'Artagnan e as suas atitudes de hussar, concitar simpatias populares e manobrar multidões. Possuíam ambos um grão de loucura mas talvez Joviano fosse mais alegre, mais fantasista e imaginoso, pois em Delgado conheci sempre um fundo dramático. Joviano certo dia intimou Delgado a não fazer agitação na área do seu comando. Mas Delgado ignorou a ordem do camarada e seguiu em caravana de automóveis para a já marcada peregrinação eleitoral. Joviano diziam-me que se lhe lançou no encalço e tudo desatou numa correria pelas estradas de Entre Douro e Minho, Delgado à frente com Joviano atrás... Um autêntico filme à italiana...

Já disse que não me pareceu que os dirigentes da União Nacional tivessem adotado o melhor caminho para participar nesta desconcertante campanha eleitoral. Se pusermos de parte o recurso a processos de violência, que sempre considerei condenáveis, haveria dois métodos possíveis na condução da campanha do candidato do Governo: o método da lisura e o método da matreirice.

Era francamente partidário do primeiro e em todos os momentos lutei por ele. Dizia eu que na opinião pública daria mais rendimento um procedimento impecavelmente correto da parte dos governantes. As pessoas já estão habituadas a seguir partidas de futebol e sabem que os adversários devem observar certas regras na competição de modo que não ganha bem a equipe que as infringe. Pois nós deveríamos proceder dentro das normas e denunciar implacavelmente as infrações do adversário, tirando proveito delas.

O outro método era o de proceder à velha maneira das raposas políticas, com ronha, de modo a fazer o adversário cair em esparrelas e a preparar-lhe, sem ele dar por isso, manhosamente, a cama onde se havia de deitar. Mas para trabalhar assim era preciso um talento e um traquejo que com o correr do tempo se havia perdido, só restando aqui e acolá, esquecido na província, algum derradeiro representante dos experientes caciques de outrora.

Ora, desconcertados com a tumultuária campanha demagógica de Delgado, os dirigentes da U. N. não souberam seguir uma linha bem traçada de conduta. Nem sempre procederam com lisura e ao tentarem agir com manha limitaram-se a gestos de habilidade saloia, que os deixavam mal colocados perante o público e não logravam resultado útil.

No meio disto a atitude de Salazar foi constantemente a que já referi: garantir a realização da eleição e manter a ordem pública

custasse o que custasse, impedindo que a propaganda da oposição degenerasse em movimento revolucionário. E ao proceder assim Salazar não procedia apenas por apego ao Poder, embora a longo exercício dele lhe tivesse criado um hábito que se convertera quase numa segunda natureza... Ouvi-lhe várias vezes fundamentar o vigor com que fazia frente às manobras subversivas da oposição. Primeiro por ser dever elementar de qualquer Governo assegurar a ordem e defender-se. Depois porque tinha a certeza de que a vitória *daquelas* oposições seria a destruição da obra realizada para servir à Nação, o que atingiria o próprio cerne dela (no que não se enganou). E finalmente porque havia muita gente por todo o País que o seguira e perante quem tinha deveres a cumprir, o primeiro dos quais era defendê-la contra os inimigos e não a arriscar a perseguições e sofrimentos odiosos.

Esta atitude resultara do modo como a oposição surgira odientamente em 1945 e do programa que a partir de então sempre apresentou e que veio a triunfar 30 anos depois. Os resultados viram-se depois desse triunfo.

82

Ao aproximar-se a data da eleição, Arlindo Vicente, de quem praticamente não se ouvira mais falar, abandonado pelos que tinham lançado a sua candidatura e que perante o êxito de Delgado acharam que daria maiores dividendos apoiar o General, desistiu.

Salazar fez dois discursos importantes no final da campanha. Um em 31 de maio, ao agradecer a manifestação de todos os municípios; outro, na antevéspera do sufrágio, em 4 de junho.

No primeiro há uma referência à sugestão de um plebiscito nacional para definir a política a seguir em relação a Goa, que era o máximo a que então se atreviam as oposições a propor em matéria ultramarina. E Salazar, atribuindo a sugestão ao Partido Comunista observa: "Quase se deve ter dó dos comunistas! Mandaram-nos ser aqui germanófilos no começo da guerra, e foram; mandaram-nos ser aliadófilos depois, e foram. Mandaram-nos admitir a independência das repúblicas soviéticas e admitiram-na; mandaram-nos aceitar a absorção das mesmas repúblicas, e aceitaram-na. São colonialistas para engrandecer o Estado socialista russo e anticolonialistas para diminuir o seu próprio País. Não procuremos lógica, mas obediência; não esperemos patriotismo, mas serviço a uma política estrangeira".

E mais adiante fez mais uma previsão justíssima dos resultados que produziria a prática dos princípios proclamados pela crítica das oposições: "Se um dia os que alguma vez disseram que iriam buscar o dinheiro onde o houvesse, pudessem dispor do poder e o alcançassem aqueles que se jactam de ter aprendido não ter importância nem a solidez nem o valor da moeda mas a sua quantidade; se pudessem algum dia influenciar o poder aqueles que pretendem garantir-se da distribuição de riquezas antes de serem produzidas, devemos estar certos de que seria impossível executar qualquer plano e pôr de pé qualquer política que tivesse simultaneamente estes objetivos: consolidar e manter a independência e a integridade nacional; aumentar a riqueza pública e privada; distribuir mais equitativamente o rendimento nacional por todos, com benefício dos mais necessitados; assegurar o trabalho dos portugueses, melhorar-lhes as condições de

vida, assegurando-lhes a ordem, permitir-lhes viver em paz. O que aí está — imperfeito e inacabado que se considere e por certo é — foi preciso erguê-lo não descosidamente mas com a unidade de um edifício sobre alicerces onde se verteu muito suor deste pobre povo; e foi com o seu trabalho e as suas privações que se pagaram dívidas, se libertou de usurários a Fazenda, se restaurou o crédito, se instaurou uma administração, se adquiriu prestígio e se tem defendido a Pátria e a integridade do Ultramar português. Infeliz povo se, confundindo promessas vãs com realidades, vier a convencer-se um dia que o trabalho é sinal de servidão e a desordem atmosfera saudável da vida!"

Encontra-se também nesse discurso uma nota reveladora de como Salazar não tinha ilusões acerca do povo que governava. Diz ele: "Há muitos anos já um sociólogo francês que bastante se debruçou sobre os nossos problemas e defeitos da nossa formação tinha concluído que esta qualidade excelente da gente portuguesa — a sua docilidade — representava no fundo um grave perigo para a estabilidade política e social. Bastaria que alguém dispusesse da audácia de prometer e de mentir para criar à sua volta zonas de adesão mesmo entusiásticas, que aliás mais tarde o bom senso neutralizaria".

Entretanto graves acontecimentos continuavam a gerar-se nessa atmosfera eletrizada.

No dia 31 de maio o Secretário-Geral da Presidência da República telefonou-me a pedir que fosse ao Palácio de Belém pelas seis e meia da tarde, pois o Presidente desejava falar-me.

À hora marcada compareci. Fui encaminhado para os aposentos presidenciais em cujo átrio Craveiro Lopes me aguardava, fazendo-me entrar em seguida para o seu escritório particular. E após a troca dos cumprimentos iniciais, entrou na matéria:

— "Pedi-lhe para vir aqui, como colaborador mais próximo do Presidente do Conselho, porque desejava pô-lo ao corrente de fatos que se estão a passar e reputo graves.

"Logo que constou que eu não seria proposto pela União Nacional para a reeleição começaram a vir ao Palácio numerosas pessoas, civis e militares, para me manifestarem a sua solidariedade e o seu desgosto e muitas delas aventando a idéia de apresentar o meu nome como candidato independente. Não recebi nenhuma dessas pessoas e dei instruções aos ajudantes e oficiais às ordens para delicadamente afastarem sugestões desse gênero. Ao mesmo tempo, nos quartéis onde o meu filho João serve ou onde trabalha os seus cavalos, numerosos oficiais afirmavam também o seu descontentamento e expunham-lhe projetos que o meu filho ouvia mas não aprovava e que, a partir de certo momento, por conselho meu, se recusou mesmo a

ouvir. Tudo isto me começou a convencer de uma divisão no Exército mais profunda do que seria para desejar, divisão mais acentuada entre os oficiais jovens e os seus superiores.

"Hoje, pela manhã, fui procurado por um velho amigo meu, oficial superior, que recebi sem imaginar do que queria tratar. Qual não foi o meu espanto ao ouvi-lo abordar o problema do descontentamento reinante nas Forças Armadas, sobretudo pela ação do Ministro da Defesa na presente crise, e comunicar-me que resultara daí um entendimento entre unidades, com o estabelecimento de ligações permanentes. Está resolvido um pronunciamento militar desde que eu aceite pôr-me à frente dele. O plano era, na hora H, eu dirigir-me com forte escolta à Emissora Nacional para lançar uma proclamação, que imediatamente será apoiada por todas as unidades comprometidas e já em ação. Deseja-se o adiamento da eleição presidencial para se reconsiderarem as candidaturas apresentadas e a demissão do Ministro da Defesa. Seguidamente pediriam ao Sr. Presidente do Conselho a sua anuência à realização rápida de algumas reformas por todos consideradas urgentes.

"O meu amigo vinha solicitar-me que recebesse uma comissão de oficiais de alta patente que queria formular mais precisamente essas propostas e dar as garantias de êxito que decerto eu desejaria ter para aceitar o que me sugerem.

"Respondi que, homem de ordem por temperamento, por educação e por posição, não podia de modo nenhum prestar-me ao que desejavam, nem aprovar qualquer forma de pronunciamento militar. Se os oficiais de alta patente de quem me falava eram, como o meu amigo me dizia, pessoas de grande categoria e com serviços relevantes prestados a este regime e se tinham queixas a formular ao Chefe do Estado, não teria dúvidas em recebê-los, mas às claras, pela porta da frente, como sempre fiz durante os sete anos do meu mandato. O que eles me expusessem seria imediatamente transmitido ao Presidente do Conselho, como sempre fiz também.

"Eis o que lhe peço que, nas linhas essenciais, transmita ao Dr. Oliveira Salazar, a quem desejo ser leal até ao fim, apesar de não ter havido reciprocidade para comigo. Ele virá aqui amanhã. Receio, porém, que os acontecimentos se precipitem e, por outro lado, ser-me-ia penoso dizer-lhe o que lhe disse a si, pois toca no Ministro da Defesa cuja presença no Governo reputo perniciosa. Várias vezes abordei esse assunto com o Sr. Presidente do Conselho sem nunca encontrar apoio ou sequer compreensão. E da última vez em que, estava eu em Cascais a passar o verão, tratei do caso, Sua Excelência limitou-se a perguntar-me se tinha ou não tinha confiança nele. Claro que tive sempre confiança no Dr. Salazar. O que não quer dizer que a tivesse em quantos escolheu para seus colaboradores.

"Ao amigo que me procurou esta manhã, disse que estranhava ver só agora manifestada a solidariedade do Exército com o Chefe do Estado e o seu descontentamento relativamente ao Ministro da Defesa, logo em ocasião tão crítica. Durante o meu mandato, quando junto do Dr. Salazar intervinha em defesa da dignidade, do prestígio e da eficiência das Forças Armadas e dos seus chefes, nunca senti o apoio que tanto poderia ter acrescentado à minha autoridade. Agora, na situação em que estou, Deus me livre de intervir mais em tal assunto. E disse mesmo à pessoa com quem conversei que muito melhor seria que os oficiais cuja audiência me era pedida procurassem avistar-se com o Presidente do Conselho. Repito que desejo ser leal até ao fim mesmo a quem o não foi comigo".

Já quando Craveiro Lopes tinha dito esta frase pela primeira vez eu fizera um gesto de surpresa. E talvez por isso a repetiu.

Interrompi-o dizendo que decerto ele estava a ser vítima de um mal-entendido, pois não acreditava que o Dr. Salazar pudesse ter sido desleal para com quem sempre lhe merecera respeito e simpatia.

Craveiro Lopes abriu-se então comigo. O Presidente do Conselho sempre lhe dera a impressão de ser partidário da reeleição. Em certa altura algumas pessoas começaram a avisá-lo de que constava que a União Nacional ia escolher outro candidato. Mas, fiado em atitudes e conversas do Dr. Salazar durante os encontros dominicais de ambos, que lhe pareciam inequívocos quanto às intenções dele, repelira o aviso. A primeira vez que o Dr. Salazar abordara diretamente o problema da candidatura fora num sábado, 26 de abril — na véspera do seu aniversário natalício, lembrava-se bem. Disse-lhe que procedera a consultas e verificara ser a quase totalidade das pessoas ouvidas contrárias à reeleição, por oferecer o risco de dividir os situacionistas. Ele, Salazar, duvidava que fosse esse o sentimento da Nação e que as pessoas ouvidas estivessem bem informadas. Assim, o caso estava dependente da reunião da Comissão Central da União Nacional a realizar dentro de dias.

O General estranhou a opinião das pessoas consultadas. Mas ficara confiante, porque se tinha por si, como parecia, o Dr. Salazar, não acreditava que a Comissão Central votasse em sentido contrário ao desejo dele. Qual não foi, pois, o seu espanto ao conhecer a resolução tomada pela Comissão, e ainda mais, por lhe terem depois chegado aos ouvidos mensagens demonstrativas de que a maioria dos vogais era favorável à reeleição!

Por tudo isso só pôde concluir que o Dr. Salazar não procedeu lealmente com ele.

Disse-me tudo isto num tom de profunda amargura, quase com desespero. Calmamente, em palavras amigas, procurei deitar água na

fervura, observando que talvez as notícias que lhe chegavam quanto à atitude ou às atitudes deste ou daquele não correspondessem à realidade... As pessoas são tão falsas, tão receosas de assumir a responsabilidade dos seus atos... E quem sabe as dificuldades que o Dr. Salazar tivera a vencer...

Craveiro Lopes, com vivacidade, retorquiu que não julgava o Dr. Salazar obrigado, de modo nenhum, a reelegê-lo. O que censurava não era a escolha de outro candidato: os políticos e a Nação estavam no seu direito de eleger quem bem entendessem. Mas doía-lhe que não lhe tivesse sido dito, franca e lealmente, desde que se começara a pensar em substituí-lo, a orientação que ia ser seguida, em vez de o manterem deliberadamente em erro, inspirando-lhe até uma confiança que fora iludida.

Para sair da conversa penosa disse-lhe então:

— Sabe, Senhor Presidente, é possível que o Dr. Salazar use às vezes processos políticos discordantes dos que desejaríamos ver empregados por aquele homem ideal, cheio de virtudes, de que construímos a imagem no nosso espírito. Mas se não fossem essas habilidades talvez ele não tivesse conseguido governar durante 30 anos...

O Presidente fez um sinal de assentimento e concordou:

— É possível... Não impede que da minha parte tenha havido durante os sete anos de meu mandato a preocupação constante, levada ao escrúpulo, de proceder com completa lealdade para com o Dr. Salazar cujo nome e cuja obra pus, em todas as ocasiões e em todos os lugares, no máximo destaque.

Despedimo-nos. Saí do Palácio de Belém e dirigi-me imediatamente à residência do Presidente do Conselho para me desempenhar do encargo recebido com a urgência que o Presidente da República recomendara.

Eram 8 horas da noite quando cheguei à Rua da Imprensa. Entrei na residência e fiz-me anunciar. Não era costume aparecer àquela hora e demais a mais sem prévia combinação telefônica. O Dr. Salazar estava só. Apareceu-me logo com ar surpreendido e fomos para o escritório onde habitualmente conversávamos. Sentamo-nos, como de costume, um em frente do outro e só então lhe disse que vinha da Presidência da República aonde tinha sido chamado pelo Chefe do Estado.

Vi o seu semblante transtornar-se numa expressão de ansiedade, para não dizer de aflição. Foi apenas um instante. Mas ia jurar que pelo seu espírito passou, num relâmpago, a idéia de que, usando os poderes constitucionais que ainda detinha, Craveiro Lopes o tivesse demitido... Talvez, quem sabe, para o substituir por mim...

Passei, pois, prontamente a relatar a primeira parte da conversa que se, por um lado, preocupou o Dr. Salazar, por outro o desanuviou, dissipando-lhe o temor de alguma surpresa mais grave. Quanto ao desabafo final de Craveiro Lopes limitei-me a dizer que o Presidente me parecera muito amargurado com o fato de ter sido preterido e pela maneira como fora tratado.

— Por quê? Tinha-se habituado ao lugar? — indagou impaciente.

— Não, não se trata de habituação, respondi. Bem vê: julgava que orientando-se as preferências para outro oficial-general lhe deveria ter sido dada oportunamente uma explicação convincente da opção feita...

— Pois é... Essa dificuldade só se poderia ter evitado escolhendo um civil...

Voltamos à questão principal: a ameaça do pronunciamentc militar. Salazar mostrou-se preocupado com tal hipótese. Naquela altura, por melhor intencionado que fosse, um movimento militar seria catastrófico, pois não deixaria de ser infiltrado e aproveitado pela oposição. "Dão cabo de tudo..."

Afirmou a sua consideração por Craveiro Lopes:

— Essa gente descontente têm-no assediado por todos os lados. Criou-se por aí uma idéia acerca dele que felizmente não corresponde à realidade. Encontraram pela frente um homem digníssimo, de aprumo impecável. A conduta dele nos difíceis momentos que temos atravessado tem sido verdadeiramente admirável...

Corroborei estas opiniões e acentuei que, nesta altura, no meio da turbulência em que tem decorrido a campanha eleitoral, se o Presidente da República fosse pessoa menos firmemente consciente das suas responsabilidades, ao contrário do que tantos imbecis por aí propalaram, poderíamos assistir a fatos gravíssimos com conseqüências porventura irremediáveis.

— Não tenha dúvidas — assentiu Salazar. E acrescentou: — Se conseguirmos levar tudo isto até ao fim, eleger o Tomaz e empossá-lo como deve ser, em agosto, que grande serviço o País fica a dever a Craveiro Lopes!

No dia seguinte, domingo, Salazar foi a Belém, como estava previsto, conversar com o Presidente da República. E no nosso encontro de terça-feira contou-me o que se passara.

— Lá abordei o assunto... Mas não adiantou nada. Pareceu-me também, como a si, amargurado, embora nada transparecesse nem nas maneiras, sempre corretíssimas, nem na voz, onde não senti qualquer sinal de emoção. A amargura contudo era visível. Não me disse uma palavra acerca das referências que lhe fiz no discurso de

sábado ao agradecer a manifestação dos Municípios. E à despedida acabei por lhe dizer uma coisa que não pensava dizer-lhe nunca: "Sabe, Senhor Presidente, eu desejava sinceramente a sua reeleição. Mas verifiquei em certa altura que as esquerdas se pretendiam apropriar de Vossa Excelência e transformá-lo em homem delas. E isso pareceu-me de todo o ponto inconveniente e que deveria evitar-se...

— Ótimo, assim ficamos todos entendidos — concluí eu, sorrindo e compreendendo que a frase era comigo também.

Amável esquerda aquela em que enfileirávamos Craveiro Lopes e eu...

Não vou passar adiante sem uma nota ainda, acerca deste episódio. Procedeu, realmente, Salazar com menos lealdade com Craveiro Lopes?

É fato que a resolução tomada por Salazar de não propor Craveiro Lopes para um novo mandato datava de há muito. Não posso fixar a data precisa: mas não excluo que tenha sido a da intriga de Mário de Figueiredo.

Tendo, porém, de trabalhar com o Presidente da República em boa harmonia, Salazar guardou para si a decisão em que assentara. E dissimulou, nos contatos com ele, qualquer reserva do seu espírito, deixando entender que nas relações entre os dois tudo marchava pelo melhor.

Quando chegou o momento em que não podia mais retardar a comunicação a Craveiro Lopes, entrou em crise. Por timidez e até admito que por bondade. Sabia que ia fazer sofrer o General e sua mulher, reconhecia-lhes as qualidades, mas entendia que convinha aos destinos do País não renovar o mandato. Custou-lhe, como vimos, ser ele a comunicar o que se passava.

Então disse-o pela forma mais suave, assim como quem prepara uma pessoa querida para receber uma má nova. Pensou que para bom entendedor meia palavra bastaria. Enganou-se. Um militar só por exceção admite meias palavras. Quer tudo posto em pratos limpos, pão pão, queijo queijo. Aprendi isso quando fui Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e ao começo falava aos oficiais sob o meu comando usando punhos de renda como entre bacharéis se fazia. No quartel confunde-se sinceridade com brutalidade. As coisas dizem-se o mais claramente possível, com o vocabulário mais sugestivo, para que não fiquem dúvidas acerca da vontade de quem manda e do dever de quem obedece.

E eu próprio me habituei pouco a pouco a esse estilo nas relações hierárquicas com eles.

General, tendo passado pela política, exercendo há sete anos a suprema magistratura do Estado, Craveiro Lopes continuava a ser fundamentalmente soldado, como fora educado desde menino no

Colégio Militar. Os rodeios de Salazar não quis entendê-los. Se ele lhe não dizia às claras que tinha de se ir embora, e continuava a ser tão atencioso ao relatar-lhe todos os domingos os negócios do Estado, é porque não comungava com os adversários da reeleição. Aí é que se enganou. E a sua ingenuidade, a sua lealdade de soldado (pois no seu tempo ainda havia em Portugal virtudes militares) sentiram-se profundamente ofendidas com a manobra astuciosa do político.

Mas o soldado ficou fiel aos seus princípios. E quando, a seguir à conversa comigo, sempre recebeu "pela porta da frente" o numeroso grupo de oficiais que insistiu em procurá-lo, foi para lhes explicar os perigos e inconvenientes de uma cisão naquele momento nas Forças Armadas e fazer apelo à disciplina.

Só depois de sair do cargo começou a conspirar.

83

Chegou o domingo em que os portugueses foram votar para escolher entre Américo Tomaz e Humberto Delgado.

A atmosfera era tensa. Temiam-se manobras intimidativas da oposição para afastar das urnas os partidários do Governo. Continuava a pairar no ar o espectro revolucionário. Nas vésperas, a Comissão da Candidatura de Delgado onde apareciam nomes há muito discretamente retirados das lutas políticas, firmara um manifesto redigido em termos incendiários, que terminava por frases extraídas de uma estrofe do hino nacional, mas que podiam ser no momento interpretados como apelo à violência: "Às armas, às armas! Contra os canhões marchar, marchar!" Qualificando o fato como provocação pública ao crime, delito previsto e punido pelo Código Penal, a Polícia deteve três ou quatro primeiros signatários. Numa conferência de imprensa que dei no dia da eleição fui colhido de surpresa pela notícia da detenção, dada numa pergunta formulada por um dos jornalistas presentes. Lá me desenvencilhei como pude... Foram aliás libertos logo a seguir.

O Governo garantiu a segurança dos eleitores e, manhã cedo, tropas tomaram posições em Lisboa para esmagar qualquer alteração da ordem. Não foi preciso. Apesar da afluência dos eleitores ter sido em número inusitado decorreu tudo calma e normalmente.

Na capital, em todas as assembléias de voto se formaram longas filas onde os eleitores aguardavam a sua altura de se aproximar da urna. Tanto minha mulher como eu votamos no Liceu Camões onde, dias antes, me coubera a presidência de uma sessão de propaganda. Os Ministros, como as demais autoridades civis e militares, tinham prioridade na votação desde que se identificassem na mesa. Mas preferi aguardar a minha vez no meio do público. Esperei três horas, e minha mulher na secção dela ainda teve de esperar mais. Durante todo esse tempo que permaneci, de pé, entre os outros eleitores, pude observar o modo como corriam as coisas e auscultar o ambiente. Mas só recebi de todos marcas de respeito e consideração, conversan-

do amistosamente com conhecidos e desconhecidos, alguns sem dúvida oposicionistas. O mesmo aconteceu com minha mulher.

Os resultados oficiais, apurados pelo Supremo Tribunal de Justiça, deram a Delgado 23% dos votos e a Tomaz os restantes, descontados de algumas listas invalidadas, isto é à roda de 75%. Delgado não se cansou depois de proclamar aos quatro ventos que a contagem fora falseada e que tinha sido roubado, chegando a afirmar que ganhara a eleição.

Nessa altura conversei com muitos Governadores Civis e presidentes de Câmaras Municipais e até mesmo com eleitores que haviam presidido às mesas eleitorais. Nunca gostei de me iludir e sempre desejei conhecer a realidade. Não posso garantir que, aqui e acolá, não tenha havido fraude, apesar da fiscalização exercida pelos representantes da oposição. Mas do que estou certo é de que, admitindo mesmo, sem conceder, uma larga margem de 15% para essa fraude, o Almirante Américo Tomaz ganhou a eleição, pois daí resultaria uma relação de 60% — 38%.

Ao contrário do que aconteceu em 1949, a vitória do candidato da União Nacional não desencadeou uma onda de euforia nas hostes governamentais. A campanha eleitoral deixou no País uma sensação de mal-estar. O prestígio do Dr. Salazar andava por baixo. E os adversários conservavam-se arrogantes, enquanto Humberto Delgado, irrequieto, continuava de um lado para o outro, mostrando-se descontente com a proteção que a Polícia cautelosamente lhe assegurava. Os ódios desencadeados bem a justificavam.

Em Belém, Craveiro Lopes aguardava o dia de ceder o lugar ao novo eleito. Como o setênio só terminava em 9 de agosto e a eleição do sucessor se processara em junho, houve um interregno de dois meses, extremamente penoso para Craveiro Lopes, já desprovido de fato de autoridade, com o vazio que a maldade e o egoísmo dos homens sempre faz ao redor de quem perde o Poder, a curtir as dores de uma viuvez surgida em dolorosas condições e tentado pelos descontentes a, num último rasgo, se rebelar contra a ordem constitucional para se manter na Presidência.

Visitei-o várias vezes nesse período. Encontrei-o sempre igual a si mesmo. De novo, apenas a preocupação do futuro, a procura de um modesto apartamento para residir, os trabalhos da mudança... Disse-lhe que o Governo, tencionando promovê-lo a Marechal da Força Aérea, estava disposto a proporcionar-lhe casa condigna e a atribuir-lhe um estado-maior. Tudo recusou. A promoção aceitava-a como militar, que não rejeita postos. Mas contentar-se-ia com o modestíssimo soldo que a lei previa para os Marechais e que era igual ao vencimento dos nossos Embaixadores, quando em serviço no País.

Lei especial para o seu caso, isso não. Não estava disposto a aceitar favores do Governo.

Por mim, concluía os trabalhos que tinha entre as mãos e arrumava papéis, pronto a pôr termo à minha carreira política e certo, aliás, de que não tinha lugar na nova fase de governo que se ia encetar. Chegavam, entretanto, notícias de todo o País. Caso curioso: nos distritos onde havia governadores civis meus amigos e que tinham procedido de acordo com a orientação que eu preconizava há muito, de correção com todos, fazendo frente com denodo, mas sem deslealdade, aos adversários e que tinham conduzido a campanha sem violências, como em Aveiro e Vila Real, era onde a oposição praticara menos desmandos e obtivera menos resultados. Mas no resto do País, onde os chamados "ultras" haviam predominado, eram numerosos os situacionistas que me procuravam, descontentes com a forma como tinha sido conduzida a campanha e apreensivos quanto ao futuro.

Comecei a temer que o Dr. Salazar não me dispensasse por sua iniciativa do Governo. Nesse caso, o meu pedido de exoneração não daria o aspecto de mais um rato a abandonar o navio na iminência do naufrágio?

Fui como de costume, no tempo de verão, para uma casinha que possuía na aldeia do Linhó, do concelho de Sintra. Situada na raiz da montanha, era batida em julho e agosto, volta não volta, por ventos furiosos que da serra sopravam para o mar. O que purificava a atmosfera. A casa tinha anexa uma quintinha de um hectare, onde eu fazia as minhas experiências de agricultor. Nunca quis ter mais. Aquela área era a ideal, porque sendo bastante para me entreter não era sucetível de me preocupar. Aí passei, como de costume, o verão com a família, sem qualquer proteção policial. Era assim aquela *terrível* ditadura...

Estava-se em férias e, como disse, em interregno político. Espacei o mais possível as minhas visitas a Salazar que passava o verão ali perto, em S. João do Estoril, numa antiga fortaleza desajeitadamente adaptada, primeiro, a colónia de férias, e aproveitada, depois, para residência estival do Chefe do Governo.

No dia 4 de agosto, manhã cedo, Salazar telefonou-me com voz perturbada a dizer que estava "muito aflito" (palavras textuais) com a resolução de certos problemas, e que precisava de falar comigo nessa mesma tarde. Pus-me ao seu dispor. Ficou combinado que nos encontraríamos às seis da tarde.

Suspeitei logo que iríamos tratar da minha saída do Governo.

Às seis horas fui encontrá-lo no forte de S. João com uma cara péssima: má cor, rugas cavadas, ar abatido. Sentamo-nos e logo

começou a falar, visivelmente nervoso, nas suas diligências para a constituição do novo Governo. Estivera já três vezes com o novo Presidente a quem começara por pôr o seu próprio problema, manifestando-lhe o firme propósito de não se manter muito mais tempo no lugar onde há tantos anos servia o País. Obtida a confirmação da confiança de Américo Tomaz consultou-o sobre se queria uma remodelação ampla ou restrita. Mas ao contrário do Presidente Craveiro Lopes que, melhores ou piores, exprimia logo as suas opiniões, o Tomaz defendera-se muito, fora reservado e a custo lhe arrancara algumas diretrizes (diga-se de passagem que fiquei na dúvida sobre se isto era assim mesmo ou se Salazar procurava colocar o novo Presidente de fora de quaisquer atos que lhe pudessem acarretar antipatia...).

Passou a enumerar as pastas em crise: Interior, Negócios Estrangeiros, Ultramar, Economia, Comunicações. Tocou em nomes indicados para estas três últimas pastas, bem como para a Marinha, querendo saber a minha opinião. Perguntou-me se sabia alguma coisa acerca da disposição dos Ministros das Obras Públicas e da Educação quanto a ficar ou sair: respondi-lhe que não. Abordou em seguida o problema da estrutura do Governo.

Talvez dois meses antes tínhamos conversado acerca dos defeitos da composição e do funcionamento do Governo e eu expusera as minhas observações e os remédios aconselhados. Pediu então que redigisse um projeto com as minhas idéias. Assim fiz, sugerindo a criação de um Ministro de Coordenação Econômica sob cuja direção ficariam três Secretarias de Estádo (Agricultura, Comércio e Indústria) e dando ao Ministro da Defesa Nacional a coordenação das Secretarias de Estado do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Agora comunicou-me que estudara o projeto, pensara bastante nele, e estava de acordo com a fórmula proposta. Apresentara-a ao Presidente Tomaz que nada tinha obstado à solução para a Economia mas vetando que se adaptasse às pastas militares: não desejava, enquanto fosse Chefe do Estado, que a Marinha perdesse o estatuto ministerial que era da sua tradição.

Evitei o mais possível fazer indicação de nomes. Mas como voltasse a insistir para que desse algum para o Ultramar referi-me a certa pessoa, considerada moderada, isto é, que para o grupo da direita era um homem da tal esquerda. Vivamente Salazar atalhou logo: "Esse não: está fora da linha que decorre da vitória eleitoral!"

Fiquei um tanto perplexo... Para ele, o sentido da vitória eleitoral era o domínio da extrema-direita...

De outra feita, mencionou um nome como ministeriável e eu observei que, embora se tratasse de um amigo meu e muito querido,

não me parecia que estivesse indicado. Salazar retorquiu sacudidamente:

— Claro. O fato de ser amigo não pode influir nos nossos juízos nestes casos. Por mim estou à vontade: não sou amigo de ninguém.

Fez-se um silêncio. E como se acabasse de fazer uma verificação trágica ou quisesse convencer-se do que tinha acabado de dizer, repetiu num tom cortante mas em que havia um acento patético:

— Não posso ter amigos. Não sou amigo de ninguém!

Fiquei a olhá-lo. Eu sabia que não era verdade. Mas naquele homem a Política tinha-se constituído em missão. Entrara na Política como podia ter ingressado numa Ordem Religiosa austera. E a preocupação de servir à Nação, de em tudo realizar o interesse nacional, levava-o a pôr de parte sentimentos e afeições. Quem foi que disse que o governante não pode ter coração?

A conversa prosseguiu, tensa. Até que, eram já oito e meia, abordou o assunto principal, aquele que eu esperava. E fê-lo nervosíssimo, como nunca o tinha visto. Trêmulo e com ar enfiado.

— Agora o caso mais difícil de tudo isto, que me traz verdadeiramente aflito: o caso do Ministro da Defesa. O Santos Costa está, vai para 22 anos, no Governo e já devia ter saído há dois anos, quando fez os vinte, como chegou a ser combinado. Mas ficou. Deu-se, entretanto, toda esta trapalhada (*sic*) com o Chefe do Estado e assentei para mim que, afastada a reeleição do Craveiro Lopes, o Santos Costa não podia continuar no Governo. Mas ele tem prestado grandes serviços, tomou uma posição muito saliente na manutenção da ordem pública durante a campanha eleitoral e passou a ser, juntamente comigo, o alvo dos ataques dos comunistas no jornal clandestino, o *Avante*. A saída dele causa-me grandes preocupações e sei que preocupará muita gente que nele vê um esteio da ordem, uma garantia da segurança pública. É certo que, por diversos motivos, as Forças Armadas já não estão unidas ao redor dele. Nestes últimos dias chamei aqui os chefes militares — o Júlio Botelho Moniz e os Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea. Não há dúvida de que Santos Costa não poderá mais responder pela atitude dos militares e que a sua permanência na Defesa pode mesmo constituir um perigo. O pior é que, por motivos estúpidos, encabeçaram para aí nele e em si a representação de duas facções dentro do regime, de tal modo que se ele sai e o senhor fica, parecerá que foi dada a vitória a um grupo sobre o outro. Está-me a compreender?

Ri-me. E procurei desanuviar o ambiente com uma resposta dada em tom quase alegre.

— Ora se não compreendo! Compreendo perfeitamente. Mas não esteja com tantos rodeios comigo: da minha parte não lhe surgirão quaisquer dificuldades para me ir embora. Só gostaria de acentuar que não sou, não consenti nunca em ser, não pretendi jamais ser, chefe de qualquer grupo ou facção política. Creio que não tem dúvidas a esse respeito?

— Nenhuma (confirmou). Eu sei isso, porque sei a maneira como sempre temos trabalhado os dois. Mas lá por fora criou-se essa idéia e atacam-no por isso.

— Por quê? (indaguei)

— Isso perguntava eu há dias ao Albino dos Reis. Ele disse-me que não lhe perdoaram ainda o maldito discurso de Coimbra pelo qual, aliás, sou responsável porque o li e aprovei.

— Não se aflija pela aprovação dada ao discurso: o que disse então dizia-o agora, se fosse preciso, com ou sem a sua aprovação Mas, repito, se o seu embaraço resulta de que, saindo o Santos Costa, entende que eu não posso ficar no Governo, tranqüilize-se porque saio também de muito bom grado. Já há um ano o tinha resolvido Percebi muito bem que a intriga então desenvolvida visava diretamente o Presidente Craveiro Lopes mas, indiretamente, eu era o visado Segundo a versão posta a correr, o Presidente, na conversa com o Mário de Figueiredo, teria dito a imprudência de confessar que se fosse preciso substituir Vossa Excelência já haveria a quem encarregar do Governo e que me chamaria a mim. Daí os alarmes, as preocupações, as indignações... Ora eu não luto pelo Poder.

— Mas — atalhou Salazar — se é possível que tivesse havido imprudência do Presidente da República, pertence-me exclusivamente a responsabilidade da indicação do seu nome. Fui eu que, falando com o Presidente Craveiro Lopes, acerca dos Ministros e de pessoas capazes de me vir a suceder, lhe disse que o senhor pela sua cultura geral, pelos seus conhecimentos administrativos, pela experiência política e pela visão de conjunto que lhe proporcionava o lugar onde estava, era a pessoa mais indicada...

— Muito obrigado pela boa opinião. Eu não a perfilho. Gosto muito mais da administração que da política. E na política enganei-me. Deixei em 1929 os meus amigos, quebrei as minhas ligações de juventude para o seguir a si. Convenci-me que V. Excia. queria institucionalizar o regime a que se chamou Estado Novo e aplicar a Constituição de 1933 fazendo dela uma plataforma de colaboração de monárquicos e republicanos para que todos comungassem no propósito comum de continuar a sua obra, deixando-se das antigas rixas...

— Mas era isso mesmo que havia a fazer! É esse o caminho!

— Também me parecia. O fato é que não quiseram segui-lo. Ressuscitaram a querela Monarquia-República. Acoimam de traidores aqueles que lutam pela idéia de união. E por isso, quando, no verão de 1957 vi como as coisas estavam, disse-lhe: "A minha carreira política estava ligada ao Estado Novo. Vejo que esta fórmula perdeu o apoio dos dirigentes da política atual, e até de V. Excia., para se voltar a pôr o dilema monarquia ou república. E posta assim a questão, não tenho mais a fazer por aqui, porque já não posso ser paladino da Monarquia e não quero ser o paladino da República". Lembra-se?

— Lembro-me perfeitamente.

— Pois aí tem. Desde então comecei a preparar a minha retirada, assentando em que o faria nesta ocasião. Simplesmente a campanha para a eleição presidencial correu mal para o Governo e achei de elementar decência não tomar a iniciativa de pedir a exoneração pois não queria, de modo nenhum, dar a idéia de que abandonava os meus amigos numa ocasião crítica. Esperava ansiosamente que me mandasse embora...

— Perdão, eu não o mando embora! Não tenho quaisquer razões de queixa contra si. Só tenho motivos para lhe estar grato, pela sua dedicação, pela enorme soma de trabalho produzido... Foi este caso do Santos Costa que me surgiu agora e que eu lhe peço para me ajudar a resolver...

— Mas está resolvido! Como acabo de lhe dizer, não quero outra coisa senão afastar-me da vida pública e remeter-me às minhas atividades profissionais.

A conversa ainda prosseguiu algum tempo, procurando Salazar demonstrar-me que "não tinha o direito de pôr assim a questão ou, sequer, de criar tal estado de espírito". Mantive o que dissera.

Levantamo-nos na despedida. Rematei:

— Ainda lhe quero dizer uma última coisa. Sei que os meus conselhos de moderação foram tidos, por vezes, pelas pessoas que o cercam e até por si, como sinais de transigência e de fraqueza. Não me arrependo de os ter dado. O seu temperamento, hoje acentuado por 30 anos de exercício do Poder, é um temperamento de autoridade que, quando contestado, tem logo o pendor para soluções de força. Sei muito bem que quem governa tem, em certos casos, de se fazer temido dos seus inimigos e porventura de preconizar castigos exemplares quando seja necessário para evitar males piores. (Salazar fez, com a cabeça, um leve sinal de assentimento.) Mas essas intervenções têm a sua oportunidade e não devem tornar-se tão freqüentes que se transformem em sistema de governo. E é esse o

perigo. V. Excia. está atualmente cercado de pessoas a quem o temor torna violentas e que quando alguém diz "mata" gritam logo "esfola"! Ora, neste contexto é bom haver alguém que reaja mais calmamente e condene a violência sempre que as situações sejam solúveis com alguma polícia e serenidade na repressão. Não sou um valentão. Não uso dessas "tesuras" verbais que por aí vi exibidas, com as costas quentes, durante a campanha eleitoral. Mas nunca perdi a cabeça nos momentos críticos...

— E isso era o essencial, está claro. De resto nunca levei a mal que me expusesse a sua opinião com a sinceridade com que o fazia... — concluiu Salazar.

E com estas palavras nos separamos.

84

14 de agosto de 1958. Os jornais publicam a composição do novo Governo e anunciam que os Ministros cessantes apresentarão os seus cumprimentos de despedida ao Presidente da República às 4 horas da tarde.

Sucede-me como Ministro da Presidência o meu velho e querido amigo Pedro Theotônio Pereira. Desempenhando o cargo de Embaixador de Portugal em Londres, só poderá vir tomar posse depois de fazer as visitas da praxe no posto que deixa. Não terei assim que participar na tradicional cerimônia de "transmissão de poderes". De resto, que poderes lhe poderia transmitir, se o Ministro da Presidência só exerce os que lhe são delegados pelo Presidente do Conselho?

Pedi ao Presidente Tomaz que me recebesse meia hora antes da recepção coletiva. Anuiu e acolheu-me afetuosamente, marcando a fidelidade à amizade que de há tantos anos nos liga. Disse-lhe que abandonava a atividade política e desejava renunciar ao cargo de membro vitalício do Conselho de Estado. Ali lhe apresentava o pedido de renúncia. Mas não querendo que o meu afastamento a seguir à posse dele pudesse ser interpretado como ato de hostilidade ao novo Chefe do Estado deixava ao seu critério a escolha da oportunidade da publicação da renúncia. Só lhe pedia que não tardasse demasiado.

O Presidente, com o seu habitual tom calmo e bondoso, respondeu que eu não tinha o direito de proceder assim. Mas como deixava ao seu critério a escolha do momento da publicação da renúncia, haveria tempo para voltarmos a examinar o caso, esperando que me não recusasse a, noutra ocasião, mais serenamente, o discutirmos. A isso retorqui que a resolução tomada não refletia um estado de espírito momentâneo nem resultava de despeito pessoal. Por isso era inabalável.

Nunca mais falamos sobre o caso, a renúncia não foi publicada. Mas até 1968 não assisti a nenhuma reunião do Conselho de Estado.

De regresso de Belém, a caminho da minha casa do Linhó, passava pelo Forte de S. João do Estoril. Escrevi uma carta a Salazar.

Queria despedir-me dele reafirmando a admiração pelo estadista que seguia havia 30 anos e com quem colaborara de perto durante quase outros tantos. E deixei-a pessoalmente à porta do Forte. Dizia assim:

"Linhó, 14 de agosto, 1958. Senhor Presidente: Ao encerrar a minha vida política venho agradecer a V. Excia. tantos favores e atenções de que, ao longo de quase trinta anos, lhe sou devedor. Nunca os esquecerei e recordarei sempre com orgulho a colaboração que tive a honra de lhe prestar. Considero-me a partir deste momento exonerado da Comissão Central da União Nacional; quanto ao Conselho de Estado tratarei do assunto com o Sr. Presidente da República. Escuso de lhe dizer, Senhor Presidente, quantas felicidades lhe desejo: não são apenas os sentimentos do amigo, que obscuramente continuarei a ser, são também as conveniências, os interesses, os anseios de português que me ditam esses votos sinceríssimos. Creia na respeitosa admiração e no reconhecimento do Marcello Caetano".

Depois dei ainda umas voltas e segui finalmente para a minha casa de campo, com uma sensação de alívio que não era apenas feita de despreocupação mas até de bem-estar físico. Senti então a verdade do dito popular que, para exprimir a libertação de algum cuidado grave, afirma ter-se tirado um peso das costas.

Mas ao chegar a casa encontrei uma carta de Salazar, do homem que não queria ter coração na política e que afirmava não poder ser amigo de ninguém. E dizia:

"Os últimos meses de vida política foram para mim tão atribulados e cheios de desgostos e amarguras que não sei se era possível acrescer a todos os que tive mais algum. Se era possível, ver-me privado da sua colaboração na Presidência foi o último e até agora o maior. Não quero referir-me a essa preciosa colaboração senão para agradecer-lha do fundo da alma. Tudo o mais que dissesse seria inútil. Espero que, feito o necessário repouso, continue a dar ao regime que tanto lhe deve a colaboração que será sempre possível prestar a quem dispõe de tantos dotes. Mais uma vez, muito grato. Com respeitosos cumprimentos, Oliveira Salazar. 14.8.1958".

Rio de Janeiro, Setembro de 1974 a Dezembro de 1975

Índice

1. O primeiro Governo de que fiz parte (1944). Começo a escrever 30 anos depois da posse do Ministério das Colônias. Como fui parar a esta pasta. A experiência do Conselho do Império. O 1º Cruzeiro de férias às Colônias, em 1935 7

2. Haverá vocações? De como me inscrevi no curso de Direito. A educação religiosa que tive e a figura do Pe. Pereira dos Reis 12

3. Estudei trabalhando. A passagem pelos jornais: *A Idéia Nacional* e a *Voz* 16

4. Formado, fui para Óbidos. O regresso a Lisboa, para a Companhia de Seguros Fidelidade. Como conheci Salazar. Auditor Jurídico do Ministério das Finanças aos 23 anos 21

5. O que foi a Revolução de 28 de maio de 1926. Os males da 1ª República e o apelo à ditadura. Instaurada a Ditadura Militar procuram-se os homens competentes para a obra necessária. Uma carta de Salazar de 1927. O agravamento da situação financeira. Salazar aceita em abril de 1928 o Ministério das Finanças 26

6. O perfil de Salazar em 1928. Como se impôs no Governo. Os primeiros êxitos das suas reformas. Dificuldades políticas que teve de vencer. O caso dos sinos 35

7. Singularidade dos processos políticos de Salazar na vida portuguesa. A sua oratória. A clareza dos seus escritos 40

8. Preponderância de Salazar no Governo a partir do Ministério do General Domingos de Oliveira (1930). A preparação do projeto da nova Constituição. Movimento no sentido de elevar Salazar à chefia do Governo: a condecoração com a Grã-Cruz da Torre e Espada (1932). Perante as pressões dos tenentes para que use a violência, Salazar defende a legalidade 43

9. Salazar nomeado Presidente do Conselho (1932). Minhas relações com ele nos anos anteriores. O meu Doutoramento em Direito. Entro pela mão de João de Barros para colaborador do *Jornal do Comércio e das Colônias*. A amizade que sempre me ligou ao meu sogro apesar das divergências ideológicas. Um artigo de Carlos Maul 47

10. O "Jornal do Comércio" passa a dar apoio a Salazar. O novo Presidente do Conselho reorganiza a União Nacional e convida-me para os seus corpos dirigentes. A discussão pública do texto constitucional 52

11. O plebiscito de 1º de março de 1933 que aprovou a Constituição. A seguir Salazar procede à remodelação ministerial e convida-me para Subsecretário de Estado das Corporações. Razões por que não aceitei. Concurso para professor da Faculdade de Direito de Lisboa. Membro da Comissão Executiva da União Nacional por pouco tempo 57

12. Como fui encarregado de elaborar o projeto do Código Administrativo. Salazar consolida a sua chefia política. Ministro da Guerra e depois também dos Negócios Estrangeiros. A prova de força com os militares a propósito das reformas de 1936. O período áureo do seu Governo que culmina nas comemorações centenárias de 1940 ..... *61*

13. No apogeu da sua carreira Salazar não perde o senso da medida. O ambiente internacional e a experiência fascista. Caráter português e cristão do Estado Novo. A juventude deixa-se impressionar pelo fascismo: êxito do movimento nacional-sindicalista com Rolão Preto. Intransigência de Salazar em aceitar essa orientação *67*

14. A República espanhola e a guerra civil. Importância que na época assume a política externa. Papel de Armindo Monteiro. Armindo e Salazar. Este a partir de 1936 concentra a sua atenção nos negócios estrangeiros. Linhas de orientação da diplomacia salazariana. Recusa dos blocos ideológicos. Fidelidade à aliança inglesa. Defesa da paz. O Tratado luso-espanhol de 1939 que assegurou a neutralidade da Península durante a guerra subtraindo a Espanha à influência ítalo-germânica *73*

15. A situação européia no ano de 1939. Atitude de Portugal perante os acontecimentos. Divergências de Armindo Monteiro: conflito com Salazar. Como foi encerrado o conflito: o revigoramento da aliança luso-britânica *79*

16. O pacto de não-agressão celebrado entre a Alemanha e a U.R.S.S. em 2 de agosto de 1939 e a comoção por ele causada. Logo a seguir, a guerra. A neutralidade portuguesa e seu sentido. Como entendia Salazar a aliança com a Inglaterra. A sua profissão de fé pacifista. Importava criar "zonas de paz". *88*

17. A queda da França e a invasão de Portugal pelos refugiados. Mais do que nunca se deve preservar a neutralidade peninsular. A ameaça alemã à Península e a angústia vivida por Salazar. Ação da diplomacia portuguesa em Espanha de acordo com o Governo Britânico. O Protocolo luso-espanhol de 29 de julho de 1940 firma o Pacto Ibérico *91*

18. História e Memórias: como neste caso se entrelaçam. A ação de Pedro Theotônio Pereira em Madrid. Quem era o Pedro. A influência de Antônio Sardinha na nossa geração. A atitude dos chefes integralistas perante Salazar. Encontro de Pedro Theotônio com Salazar. A passagem pelo Governo e a missão em Espanha *98*

19. Outro grande colaborador de Salazar: Manuel Rodrigues Júnior. A sua obra como Ministro da Justiça da Ditadura. Um ribatejano que Coimbra não estragou. Volta ao Governo em 1932 e chefia a corrente republicana. A morte de um homem bom *104*

20. Exerci durante a guerra as funções de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. O que foi esta organização juvenil. A primeira atividade que nela exerci com a colaboração de Tomás Ribeiro Colaço. A minha ação quando encarregado da chefia. Dificuldades de manter a neutralidade da Organização perante as solicitações dos países beligerantes. O verdadeiro caráter, puramente cívico e patriótico, da Mocidade *109*

21. Salazar concebe a incorporação dos países da América do Sul na zona de paz que a Península iniciara. Colaboração com o Brasil. A participação brasileira nas comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração de Portugal (1940). Destaca-se na estratégia da guerra a importância dos Açores para onde se prevê a retirada do Governo português em caso de invasão. A declaração de Roosevelt de maio de 1941 e os sobressaltos que causou. Reação portuguesa e satisfação dada pelo Presidente dos Estados Unidos em julho seguinte. A viagem de Carmona aos Açores. A embaixada especial enviada ao Brasil, para que fui convidado *114*

22. Como correu a nossa missão no Brasil em agosto de 1941. Júlio Dantas, seu chefe. Uma vertiginosa passagem pelo Rio de Janeiro. Os homens que conheci. Os portugueses do Rio. A sessão do Gabinete Português de Leitura. A saída do Rio *124*

23. A passagem pelo Recife. Visita à Faculdade de Direito onde o Prof. Barreto Campelo sugere para o estatuto dos portugueses no Brasil a designação de "quase nacional". Regresso a Lisboa. Dois brilhantes companheiros de missão: Augusto de Castro e Reinaldo dos Santos *136*

24. Resultados positivos da nossa missão ao Brasil. Declarações de Osvaldo Aranha. Surge no horizonte o problema de Timor que a impaciência dos aliados leva a ocupar em dezembro de 1941. Protesto português, desculpas britânicas e nova dissenção entre Salazar a Armindo Monteiro. Uma página admirável de Salazar acerca das relações luso-britânicas. Os japoneses acabam por expulsar facilmente de Timor as tropas australianas e holandesas, iniciando uma longa e penosa ocupação da colônia. O Brasil entra em guerra (agosto de 1942). Salazar reforça a política de amizade peninsular: como correu a visita do Conde de Jordana a Lisboa em dezembro de 1942. A difícil manutenção da neutralidade portuguesa *143*

25. Situação interna em Portugal em 1942-43. Na minha correspondência com Salazar dou-lhe conta do estado de espírito reinante. O meu parecer, na Câmara Corporativa, sobre o Estatuto da Assistência Social. O discurso que fiz na comemoração do undécimo ano do governo de Salazar. *152*

26. Voltam as pretensões americanas sobre os Açores (1943). À sombra dos Tratados da Aliança, Portugal concede à Grã-Bretanha e seus aliados facilidades no arquipélago. As preocupações com a política externa justificam a desatenção dada por Salazar à situação interna. *167*

27. Morte de Duarte Pacheco. Quem foi ele. *170*

28. Férias em 1944. O meu companheiro Hipólito Raposo. Uma conversa com João Neves da Fontoura. Lembrança de Ribeiro Couto. Visita de Lopez Rodó. Fala-se em remodelação ministerial e sou chamado a Lisboa *174*

29. Entrevista com Salazar. Convite para ingressar no Governo. *179*

30. Ministro das Colônias (Setº de 1944). O que era então o Ministério que me foi confiado. Dificuldades de conciliar os meus hábitos de vida com o horário de trabalho do Dr. Salazar. Os métodos dele na chefia do Governo. Como atuava no Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Embaixador Teixeira de Sampaio, seu próximo oclaborador. Salazar, homem de princípios: o caso do luto pela morte de Hitler. A última discussão com Armindo Monteiro na Embaixada de Londres. Salazar nos Conselhos de Ministros ... *183*

31. Minha atuação no Ministério. Encarrego Henrique Galvão do inquérito aos organismos de coordenação econômica. Fundação da Agência Noticiosa Lusitânia. Criação do Fundo de Povoamento, para estimular a colonização. Perfil de Vicente Ferreira: os seus estudos sobre colonização da África. A reforma dos serviços de saúde *191*

32. O fim da guerra na Europa (Maio de 1945). O discurso de Salazar sobre a ação portuguesa durante o conflito e os rumos do futuro *197*

33. Minha visita à África Portuguesa. Os dois primeiros governadores da minha nomeação: Sarmento Rodrigues e Carlos Gorgulho. Chegada a S. Tomé. Desembarque em Luanda e inauguração do novo cais. Viagem à Lunda. *203*

34. O Governador-Geral da África Equatorial Francesa vai cumprimentar-me a Luanda. Sigo por via aérea para Moçambique, pernoitando em Lusaka. Chegada a Lourenço Marques e encontro com o Governador-Geral

Bettencourt. Visita do Primeiro-Ministro da África do Sul, Marechal Smuts. Retribuo dias depois a visita indo a Pretória. Conversas com Smuts: como nas democracias os homens públicos dizem em público o contrário do que opinam em particular... ..... *212*

35. Viagem por Moçambique: o contraste com Angola. Chega a notícia da rendição do Japão. Regresso logo a Lourenço Marques, para fazer seguir navios de guerra e expedição militar para Timor. Como foi metodicamente preparada a reocupação desta colônia. Chega a admitir-se a ida do Ministro, mas Lisboa não concorda. Visito o Sul do Save e assisto a inesquecível cerimônia em Magul. Inhambane. O Norte da colônia: a juventude de Nampula e a tradição veneranda da ilha de Moçambique *222*

36. Regresso a Angola por Vila Luso, onde encontro D. Antônio de Almeida, fidalgo sertanejo. Na cidade de Silva Porto recebo a comunicação da reocupação de Timor pelos portugueses. De novo em Luanda. Desaguisado com o Arcebispo por o Ministro ter visitado missões evangélicas *232*

37. Chega a notícia da dissolução da Assembléia Nacional e da marcação de novas eleições. O discurso em que Salazar justifica a decisão tomada, abrindo largas perspectivas de liberalização e de renovação, deixa no público a idéia de que vai retirar-se do Governo. O boato de que Salazar tinha casado parece confirmar esta suspeita *236*

38. Esteve de fato na intenção de Salazar casar-se nessa altura? Salazar e as mulheres. O Amor à Mãe. As suas amizades femininas. Uma pretensão matrimonial frustrada. As pupilas adotadas. O namoro com D. Carolina Asseca e a verossimilhança do projeto de formar um lar, abandonando o Governo *240*

39. Estala o movimento da oposição na campanha eleitoral de 1945. As *listas*. Repercussão em Angola. O Ministro é encarregado de escolher os candidatos a deputados governamentais. Pressões para ser designado Henrique Galvão, na verdade escolhido. O caráter de Galvão. Regresso a Lisboa nos últimos dias da campanha eleitoral *243*

40. Como decorrera a campanha. A oposição, disposta a derrubar o regime e já apoiada no Partido Comunista, forma o M.U.D. A cegueira arrasadora da oposição compromete e evolução democrática que Salazar admitia. O erro de cálculo deste e o erro estratégico daquela. A condução da campanha governamental. Quem era o Ministro do Interior e a diferença que fazia de seu irmão Jorge Botelho Moniz. O resultado das eleições e o efeito da campanha no espírito de Salazar *246*

41. Retomo o trabalho no Ministério das Colônias. O fomento do Ultramar. O problema das comunicações aéreas. Humberto Delgado colabora comigo no lançamento da "linha aérea imperial". Henrique Galvão, eleito deputado, em vez de me apresentar o relatório sobre o trabalho em África, pretende levantar a questão em termos escandalosos na Assembléia Nacional *253*

42. Falecimento de meu Pai; recordação da sua figura. Como Salazar se associou ao meu luto *258*

43. A criação do primeiro Cardeal da África negra: D. Teodósio de Gouveia, Arcebispo de Lourenço Marques. Como o conheci: nas Caldas da Rainha, num ano em que aproximei o culto Cônego Pontes do poeta Afonso Duarte. A recepção em Lisboa, no seu regresso de Roma, e a saudação que lhe dirigi em sessão solene. A seguir, discurso em 27 de maio de 1946 no Porto. Uma surpreendente opinião de Henrique Galvão sobre esse discurso *262*

44. Depois das eleições, a oposição passa a conspirar. O movimento da Mealhada. O ambiente no País e a depressão de Salazar. A Conferência de

dirigentes da União Nacional em novembro de 1946. O discurso de Salazar. Como correu a reunião. O meu discurso de encerramento *270*

45. Conseqüências do discurso. Preocupações com a política interna. Conversa com Albino dos Reis. Salazar dias depois convida-me a assumir a presidência da Comissão Executiva da União Nacional a fim de comandar a próxima campanha presidencial. A remodelação ministerial de fevereiro de 1947 ..... *277*

46. Na presidência da Comissão Executiva da U.N. Primeiras impressões. Colaboração com o novo Ministro da Economia. Tentativa de formação de um "partido militar". Posição de Salazar. O seu discurso no ato de posse da Comissão. Renova-se a afirmação do regime como antipartidário. O papel da União Nacional *285*

47. Dois anos de ingrata memória. Em que se traduzia a minha ação na União Nacional. A adesão de numeroso grupo de jovens. O conflito estudantil de maio de 1947. Missão na Suíça. O afastamento de professores em julho e o caso do Prof. Augusto Celestino da Costa, com quem tinha colaborado no Instituto para a Alta Cultura. Celestino e a escola de investigação médica de Lisboa. O meu protesto e pedido de demissão da U.N. A Conspiração de Abril. Conversas com Salazar. Celestino e mais três professores são reintegrados. Retiro o meu pedido *293*

48. Reorganização da U.N. Carmona envolvido pelos conspiradores na sua trama. Como eu próprio me vi metido na intriga. O 20º aniversário da entrada de Salazar para o Governo: as comemorações celebradas. A Exposição de Obras Públicas. Preparação do próximo ato eleitoral: a minha visita a todas as sedes de distrito, começando por Viseu. Almoço em Santa Comba Dão com Salazar. Como decorreram as reuniões distritais. As queixas contra a florestação dos baldios *306*

49. Dúvidas sobre a conveniência da reeleição do Marechal Carmona. Como aparecera na Revolução de 1926, cujo chefe foi Gomes da Costa. A sua posição em 1948. Sugere-se o nome de Salazar para a Presidência da República: reação dele. Como na reunião das comissões superiores da U.N. o nome de Carmona tornou a ser designado. O candidato das oposições: General Norton de Matos *317*

50. A conferência da U.N. no Porto em janeiro de 1949. O discurso de Salazar. Ao mesmo tempo a oposição celebra um comício, também no Porto. Segue a campanha eleitoral. Já então o lema da oposição era destruir o que fora feito. A ação dos jovens e das mulheres na defesa do regime. A viagem de Carmona ao Porto e a manifestação lá e no regresso a Lisboa. Norton de Matos, preocupado com os comunistas, renuncia. O final da campanha e o ato eleitoral. Uma discordância com o Ministro da Educação apressa, a seguir, a minha exoneração da U.N. *324*

51. Confino-me na atividade universitária. Portugal subscreve o Pacto do Atlântico. Salazar, grande europeu. A sua atitude perante o Plano Marshall. Eleições de deputados em novembro de 1949. Renovação da Câmara Corporativa. A minha atuação anterior nesta Câmara. Sou convidado para aceitar a candidatura à Presidência da Câmara e, a seguir, eleito *335*

52. Novo ciclo de colaboração com Salazar. Logo de início uma divergência pública. A sugestão da criação do Ministério das Corporações e a minha crítica em conferência pública. Reflexões sobre o destino das revoluções e o drama dos ideólogos que as promoveram ou apoiaram *340*

53. A minha ação na Presidência da Câmara Corporativa. Quem a compunha e como funcionava. O valor dos seus pareceres e a pouca atenção que lhes davam os deputados. Intervenho junto do Presidente da Assembléia Nacional, Albino dos Reis. Recordações de alguns pareceres. A lei da Pro-

priedade literária e a combatividade de Júlio Dantas. A criação da Força Aérea Portuguesa e excitação de Humberto Delgado *347*

54. A revisão constitucional de 1951. Sou designado relator do parecer da Câmara. Armindo Monteiro, procurador, defende o Ato Colonial. Minhas relações com Armindo. Desatendida a opinião da Câmara, Armindo renuncia ao lugar de procurador. O que eu tinha preconizado que se fizesse e a maneira de ver de Salazar quanto à política ultramarina. Como Salazar lidava com a Câmara *353*

55. Morte do Presidente Carmona (18.IV.1951). Reunião informal na União Nacional. Fala-se na restauração da Monarquia. Força da corrente monárquica nessa altura no País. A influência integralista na juventude dos anos 20, disputada pela *Seara Nova*, onde já se destacava Antônio Sérgio. Revogação em 1949 da lei de banimento da família de Bragança e a vinda para Portugal de D. Duarte Nuno. Salazar era monárquico? *361*

56. Atitude da Assembléia Naional perante a crise. O líder Mário de Figueiredo. Funerais de Carmona. Salazar convoca e ouve o seu "conselho privado". Uma inesperada emenda constitucional cria um compasso de espera na eleição presidencial. Salazar resiste às pressões dos monárquicos *370*

57. Discute-se outra vez a candidatura de Salazar à Presidência da República. Razões da sua recusa. O "conselho privado" procura outro candidato. Chega-se ao nome do General Craveiro Lopes. O convite. A campanha eleitoral. Os candidatos da oposição. Uma advertência profética de Salazar .. *377*

58. A eleição e posse de Craveiro Lopes. Surpresa decorrente das intenções dos organizadores do Congresso da União Nacional que ia realizar-se em Coimbra. Prepara-se a frustração desses desígnios. O Congresso. O discurso de Salazar. O meu discurso e a imediata reação dos monárquicos. Simultaneamente Craveiro Lopes, no Porto, afirma a sua lealdade ao regime. Salazar dá-me o seu apoio. Mas a campanha contra mim prosseguiu durante anos... Sou nomeado, em julho de 1952, membro vitalício do Conselho de Estado .. *383*

59. Viagem a Moçambique em setembro de 1952. Encontro com o Governador Gabriel Teixeira. O Congresso de Turismo Africano a que presidi e o ambiente de então em Lourenço Marques. Uma volta pela Província a reviver recordações. Regresso por Angola. O Governador José Agapito da Silva Carvalho. Começava a prosperidade de Angola. Volto a Lisboa por mar *394*

60. O I Plano de Fomento e o início da era do planeamento moderno em Portugal. O Engº Ferreira Dias, relator geral do parecer relativo à parte metropolitana, na Câmara Corporativa. A obra de fomento dos governos de Salazar. Simultaneamente lança-se a Campanha de Educação de Adultos para extirpar o analfabetismo. Já antes a criação dos "regentes escolares" correspondera à preocupação de Salazar nessa matéria *402*

61. O catolicismo de Salazar. A piedade íntima e a dignidade exterior. Em face da Igreja nunca abdicou da sua qualidade de representante do Poder Civil. O equilíbrio da Concordata com a Santa Sé. Mantinha-se a separação. Considerava já sem justificação a atuação política dos católicos em grupo individualizado. O prestígio da Igreja e o despontar de certo clericalismo indesejável. O papel e a figura do Cardeal Cerejeira. Foi Salazar um estadista cristão? *410*

62. Uma carta de Salazar sobre a reforma agrária. *420*

63. Nova campanha eleitoral para a eleição dos deputados, em outubro de 1953. O problema dos partidos políticos. O perigo comunista em Portugal *424*

64. O anticolonialismo em 1953. O caso de Goa. Primeiros sinais em 1946 comunicados pelo então deputado Froilano de Melo. A idéia do Estatuto

especial para a Índia Portuguesa. Surge Nehru em cena. Independência da União Indiana (Agosto de 1947) e a atitude portuguesa. Iniciam-se conversações sobre o *modus vivendi* da Índia Portuguesa com o novo Estado. Transige-se desde logo quanto ao Padroado. A ação diplomática de Caeiro da Mata. Nota brutal da União Indiana. Resposta portuguesa. Paulo Cunha entra para o Governo. Novas investidas indianas e encerramento da Legação da União em Lisboa *428*

65. Ações hostis da União Indiana. A ocupação de Dadrá. Reúne o Conselho de Estado em julho de 1953 para examinar o problema. O que se passou na reunião. Como o País foi sempre informado acerca do caso de Goa. Noutra reunião do Conselho de Estado, em maio de 1956, o assunto volta a ser tratado *438*

66. O 20º aniversário da Câmara Corporativa. Evocação do seu primeiro Presidente, General Eduardo Marques. Uma convocação para conversar com Salazar, seguida de outros encontros sem objetivo fixo. Começo a desconfiar do seu propósito. Craveiro Lopes e Salazar tratam de remodelar o Governo. A indicação do meu nome, por Craveiro Lopes, para o lugar de Ministro da Presidência. Segue-se o convite. A minha resposta e final aceitação *447*

67. Ministro da Presidência. Método de trabalho com Salazar. As funções que me foram confiadas. Colaboro com os Ministros quando eles querem. A extinção dos bairros insalubres do Porto (as "ilhas"), e a inspiração do Padre Américo. Procuro reanimar o Secretariado Nacional de Informação. O regime e a atividade literária e artística. A Exposição "30 Anos de Cultura", em 1956 ..... *456*

68. A Exposição Internacional de Bruxelas de 1958. Sua preparação. Minhas deslocações a Bruxelas. O dia de Portugal na Exposição. O Embaixador Eduardo Leitão e a política belga. Encontro com Van Acker. Audiência do Rei Balduíno *466*

69. Censura e Lei da Imprensa. O meu amigo João Pereira da Rosa. A criação da Rádio Televisão Portuguesa *469*

70. A elaboração do projeto de lei da Organização do País em tempo de guerra. Como decorria a minha colaboração com Salazar. Sou encarregado de gerir interinamente o Ministério das Comunicações e, depois, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A preparação da visita da Rainha Isabel II a Portugal. Uma questão surgida a propósito dos convites dirigidos a titulares do antigo regime. O falecimento de Calouste Gulbenkian. Discussões sobre a constituição e o reconhecimento em Portugal da Fundação por ele instituída *473*

71. A revolta da Hungria e a manifestação anticomunista dos estudantes de Lisboa. A minha conferência de inauguração do Centro de Estudos Político-Sociais (outubro, 1956). O decreto sobre associações de estudantes e os problemas que suscitou *478*

72. Chefe da delegação portuguesa nos conselhos de Ministros da O.E.C.E. e da N.A.T.O. A criação do Mercado Comum Europeu e as negociações para a formação da Zona de Livre Câmbio. A posição de Portugal. As reuniões de Paris e a agonia da IV República Francesa. Uma intervenção de Ramadier. Procuro em Portugal preparar os espíritos para a liberalização da economia. Exaltação da iniciativa privada e da cooperação internacional. Definem-se as condições do nosso ingresso na Zona. Dão-se os primeiros passos para a liberalização das trocas entre Portugal e Espanha. A visita a Lisboa do Ministro D. Pedro Gual Villalbi. *483*

73. Na N.A.T.O. A organização na Presidência do Conselho dos serviços de mobilização civil. Ceticismo de Salazar quanto a nova guerra mundial. A crise da Aliança Atlântica em 1957 e a reunião dos chefes de governo em

Paris, em dezembro desse ano. Razões da recusa de Salazar a tomar parte nela. Sou encarregado de o representar. O que foi a reunião. Entrevista com Adenauer. Um almoço na residência de Spaak *493*

74. A elaboração do II Plano de Fomento. Algumas das grandes realizações nele inscritas: o Plano de rega do Alentejo, o reordenamento agrário, a rede de armazenagem, a Siderurgia Nacional, o grande estaleiro naval de Lisboa, a ponte Salazar, a montagem de automóveis, o turismo,... A expansão económica teria permitido que os grandes interesses mandassem em Portugal? *503*

75. As idéias de Salazar sobre os problemas ligados ao Ultramar Português. O ideal da Comunidade Lusíada *514*

76. Reacende-se a campanha dos setores conservadores contra mim. As razões que tal motivaram. Acoimado de homem da esquerda. Sê-lo-ia? O Presidente Craveiro Lopes sofria a mesma hostilidade. Como ia decorrendo o seu mandato. As visitas ao Brasil e à Grã-Bretanha. A viagem aos Açores *519*

77. A oposição a Craveiro Lopes encabeçada por Santos Costa. A idéia da existência de um partido militar, oposto a outro que eu representaria. Minhas relações com Craveiro Lopes. Salazar cita o meu nome num discurso em que aborda prudentemente a questão monárquica. O encontro de Salazar com Franco, em julho de 1957, em Ciudad Rodrigo. Especulação da imprensa estrangeira sobre a reunião. A United Press difunde uma declaração minha a desmentir que tivesse havido no encontro qualquer conversa acerca da mudança do regime político em Portugal. O Dr. Salazar manda censurar a minha declaração. O conflito daí resultante *527*

78. Uma intriga entre Craveiro Lopes e Salazar. O que se passou: a versão de Craveiro Lopes e a de Salazar. Os reflexos da intriga na campanha eleitoral de outubro de 1957 ..... *537*

79. Preparativos para a eleição presidencial de 1958. Começa a falar-se no nome de Humberto Delgado. As relações, nessa altura, do General comigo. Como Salazar recebeu a notícia da sua candidatura. A escolha do candidato da União Nacional *543*

80. As comemorações do 30º aniversário da entrada de Salazar para o Governo. O meu discurso na inauguração da sua estátua no S.N.I., na presença do Presidente Craveiro Lopes. A conversa ambígua de Salazar com o Presidente acerca da reeleição. A Comissão Central da União Nacional designa como seu candidato o Almirante Américo Tomaz. A reação de Craveiro Lopes. Morte de D. Berta *550*

81. Outras candidaturas: Arlindo Vicente e Humberto Delgado. A situação deste como Diretor-Geral. A campanha eleitoral. Como foi tumultuada pelos processos demagógicos de Delgado. Episódios em que estive envolvido, e outros. A orientação seguida pela União Nacional. *557*

82. Os discursos de Salazar no final da campanha. Craveiro Lopes chama-me ao Palácio de Belém. Uma conversa dramática que fui encarregado de transmitir ao Presidente do Conselho. Juízo de Salazar acerca de Craveiro Lopes. Teria ele procedido menos corretamente com o Presidente da República? *568*

83. A eleição presidencial. Vitória do candidato da União Nacional. Intervalo até à posse do Presidente eleito. Salazar comunica-me que me dispensará do novo Governo, explicando porquê *576*

84. A despedida do Governo, que julgava marcar o termo da minha carreira política. Exonero-me das funções políticas que exercia. Uma troca de cartas entre mim e Salazar. O homem que não era amigo de ninguém.. *584*

Índice dos Nomes Citados

Os algarismos referem-se aos números dos capítulos onde o nome é citado, e não às páginas

ABREU, Augusto Cancela de — 1, 41, 45, 48, 55, 56, 57
ABREU, Rodrigo de — 78, 81
ADENAUER, Conrad — 73
ALMEIDA, D. Antonio de — 36
ALVES, Vasco Lopes — 23, 33
AMARAL, João do — 3, 10, 22
AMARAL, J. M. Ferreira do — 9
AMAZONAS, Joaquim — 23
AMÉRICO, Padre — 67
AMZALAK, Moses — 32
ARANHA, Osvaldo — 21, 22, 24, 28
ARRIAGA, Kaulza de — 79
ASSECA, D. Carolina — 37, 38
ASSUNÇÃO, Carlos Torre da — 47
ASSUNÇÃO, João Beckert da — 20
AVEROFF — 73
BALDUÍNO, Rei da Bélgica — 68
BANDEIRA, Manuel — 76
BARADUC, Pierre — 24
BARBOSA, Daniel Vieira — 46
BARRETO, Fernando Bissaia — 45
BARRETO, Paulo (João do Rio) — 21
BARRETO, Paulo (Arquiteto) — 22, 23
BARROS, Henrique de — 47
BARROS, João de — 9, 21
BARROSO, Gustavo — 22
BATISTA, Cesar Moreira — 81
BAYARDELLE (Governador Geral) — 34
BECH, Joseph — 73
BEIGBEDER (General) — 17
BELO, Cardial Mendes — 61
BELO, João — 43
BETTENCOURT, José Tristão de — 34, 39
BEVIN, Ernest — 43
BIANCHI, João de — 15
BOSSA, José Ferreira — 1, 54, 64
BRAGANÇA, D. Duarte Nuno de — 55, 58, 77
BRAGANÇA, D. Filipa de — 55
BRAGANÇA, D. Maria Francisca de — 55
BRASCH, Walter — 20
BUCKINGAM, Roy — 77
CAETANO, José Maria Alves — 42
CAETANO, Nuno — 41
CALMON, Pedro — 22, 23
CAMARA, Antonio Souza da — 47, 74
CAMPELO, Prof. Barreto — 23
CAMPOS, Ezequiel — 5, 74
CAPANEMA, Gustavo — 22
CARAMANLIS (Primeiro Ministro) — 73
CARMONA, Antônio Oscar Fragoso — 1, 4, 5, 12, 14, 21, 28, 43, 44, 48, 55, 56, 58
CARNEIRO, Levi — 22
CARNEIRO, Rui de Sá — 33
CARVALHAIS, (Coronel) — 50
CARVALHO, Antonio Herculano de — 47
CARVALHO, José Agapito da Silva — 59
CARVALHO, Juvenal de — 59
CARVALHO, Fernando Martins de — 55
CARVALHO, Prof. Lopo de — 23, 25, 47
CARVALHO, Maria Amalia Vaz de — 9
CASTRO, Augusto de — 22, 23, 24, 50
CASTRO, Mons. José de — 43
CASTRO, Mario de — 40
CAVACA, Rogério — 33

CEREJEIRA, Cardial Gonçalves — 12, 61
CHAMBERLAIN, Sir Austin — 15
CHURCHILL, Winston — 17, 25, 26, 27
CID, Prof. Sobral — 69
COELHO, Prof. José Gabriel Pinto — 51, 53
COLAÇO, Isabel Maria Magalhães — 72
COLAÇO, João Telo Magalhães — 74
COLAÇO, Tomás Ribeiro — 20
COMTE, Augusto — 55, 60
CORDES, João José Sinel de — 5
CORTÊS, Ulisses — 44, 50, 74
COSTA, Afonso Augusto da — 5, 31, 55
COSTA, Artur de Souza — 22
COSTA, Augusto Selestino da — 47
COSTA, Emílio — 5
COSTA, Fernando Santos — 1, 12, 29, 45, 48, 53, 56, 57, 65, 70, 77, 78, 79, 81, 83
COSTA, Manuel de Oliveira Gomes da — 19, 49
COSTA, Sequeira — 76
COTY, Presidente René — 73
COUCEIRO, Henrique de Paiva — 49
COUTO, Rui Ribeiro — 28
CRUZ, Albino de Souza — 22
CUNHA, Joaquim Moreira da Silva — 33
CUNHA, Paulo Arsenio Virissimo da — 64, 70, 73, 76, 77
CUNHA, Pedro José da — 47
DANTAS, Julio — 22, 23, 53, 66
DE GAULLE, General — 34
DE MAN, Henri — 68
DELGADO, Humberto — 8, 41, 53, 73, 79, 81, 83
DIAS, Carlos Malheiro — 55
DIAS, José do Nascimento Ferreira — 50, 60
DODSWORTH, Henrique — 22
DUARTE, Afonso — 43
DUARTE, Teófilo — 45, 59
DUQUE, Rafael — 29, 48, 60
DUTRA, Eurico Gaspar — 22
EISENHOWER (Presidente) — 73
ESPINOLA, Eduardo — 22, 23
FALCÃO, Waldemar — 22, 23
FARIA, Bento de — 22
FARIA, Francisco Dutra — 81
FARIA, José Alberto de — 25
FERREIRA, Antonio Vicente — 31
FERREIRA, Manuel Cavaleiro de — 1
FERRO, Antônio — 12, 67
FIGUEIREDO, Mario de — 6, 25, 47, 48, 55, 56, 57, 76, 78, 79, 82, 83
FLORES, Prof. Antônio — 25
FONSECA, Joaquim Diniz da — 5, 25, 58
FONSECA, José Belard da — 27
FONTES, Vitor — 25
FONTOURA, João Neves da — 28
FRANCO, Rodrigo de Melo — 22
FRANCO, Escultor Francisco — 80
FRANCO, (Generalissimo) — 17, 72, 77
FRANCO, Nicolau — 14, 17, 18
FRANCO, Rodrigo de Melo — 22
FREITAS, José Vicente de — 5, 6, 49
GAILLARD, Félix — 73
GALVÃO, Henrique — 31, 39, 41, 43, 73, 79, 81
GENTIL, Prof. Francisco — 25, 47
GODINHO, General Marques — 48
GOMES, Francisco da Costa — 20
GOMES, Manuel Teixeira — 5
GONÇALVES, Horácio de Assis — 5
GORGULHO, Carlos — 33
GOUVEIA, D. Teodosio de — 43, 59, 61
GRAÇA, Luiz Quartin — 74
GUAL VILLALBI, D. Pedro — 72
GUEDES, Francisco Nobre — 1, 20
GUILHELM, Aristides — 22
GULBENKIAN, Calouste — 70
HUGGINS. Godfrey — 35
ISABEL, II, Rainha da Grã-Bretanha — 70
JESUS, Quirino de — 5, 8
JORDANA, Conde de — 14, 24
JODÃO, Edmundo de Miranda — 22, 23
LANDEIRO, Fausto — 25
LARCHER, Armando — 69
LEAL, Francisco Pinto da Cunha — 40, 49
LEITÃO, Eduardo Vieira — 68
LEONARDOS, Thomas Othon — 22
LIMA, Fernando Pires de — 47
LIMA, João Inácio de Araújo — 2
LLOYD, Selwyn — 34, 73
LOPES, D. Berta Craveiro — 76, 80

LOPES, Presidente Craveiro — 57, 58, 66, 70, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83
LOPES, Gen. João Carlos Craveiro — 58, 77
LOPES, Joviano, — 81
LOUREIRO, Prof. João Maia de — 25
LUMBRALES, João Pinto da Costa Leite — 1, 11, 47, 56, 57, 60, 65, 66, 78, 79
LUPI, Luís — 31
MACEDO, Henrique Veiga de — 66
MACHADO, Francisco Vieira — 1, 33, 39
MAC MILLAN, Harold — 73
MANSO, Joaquim — 9, 10
D. MANUEL II, (Rei de Portugal) — 55
MARQUES, Antero Leal — 11
MARQUES, Gen. Eduardo — 51, 66
MARQUES, Pedro Correia — 3
MARTINS, Rocha — 50
MATA, José Caeiro da — 1, 64
MATEO, Padre — 61
MATOS, José Mendes Ribeiro Norton — 33, 45, 49, 50
MAUL, Carlos — 9
MAURRAS, Carlos — 55
MELO, Froilano de — 64
MELO, Lucio Mercês de — 41
MELO, Martino Nobre de — 10
MENDES, Adelino — 69
MENDONÇA, Camilo de — 71
MENDERE'S (Primeiro Ministro Turco) — 73
MERTENS, Emilio — 41
MIRA, José Felix — 46
MONCADA, Luis Cabral de — 48
MONIZ, Antonio de A. F. Egas — 23, 47
MONIZ, Jorge Botelho — 40, 55
MONIZ, Julio Botelho — 1, 29, 40, 45, 46, 49, 83
MONJARDINO, Prof. Jorge — 69
MONOD, Henri — 36
MONTEIRO, Armindo Rodrigues de Sttau — 1, 10, 11, 14, 15, 17, 20, 24, 30, 35, 39, 54, 65, 74
MONTEIRO, Domingos — 54
MONTEIRO, Guilherme de Ayala — 3
MONTERO, D. Eloy — 28
MONTGOMERY, Marechal — 77
MORA, Mario Damas — 79
MORAIS, Antonio Trigo de — 41
MOREIRA, Adriano José Alves — 48
MOSES, Herbert — 22
MOURA, João Luis — 9
NEGREIROS, Joaquim Trigo de — 56, 79, 81
NEHRU (Primeiro Ministro Indiano) — 64, 65
NETO, Antonio Lino — 27
NOSOLINI, José — 50
NUNES, D. José da Costa — 43
NUNES, José de Castro — 22
NUNES, Manuel Jacinto — 74
OLIVEIRA, Gen. Domingos de — 8, 11, 12
OLIVEIRA, Eduardo Arantes e — 67, 74
OLIVEIRA, D. Ernesto Sena de — 43
OLIVEIRA, J. Candido de — 47
OLIVEIRA, José Gonçalo Correa de — 72
OLIVEIRA, Regis de — 22
OLIVEIRA, Weiss de — 20
ORICO, Osvaldo — 21
ORTIGÃO, Ramalho — 55
PACHECO, Antonio Faria Carneiro — 11, 12, 13, 20, 25, 43, 47
PACHECO, Conego Ayres — 42
PACHECO, Duarte — 12, 27, 48, 71
PAIS, Sidonio — 56
PALMELA, Duque de — 70
PASCOAIS, Teixeira de — 55
PATEL (Político Indiano) — 64
PEIXOTO, Afranio — 22
PERDIGÃO, José de Azeredo — 70
PEREIRA, Pedro Theotonio — 4, 8, 11, 14, 17, 18, 19, 24, 25, 28, 54, 70, 84
PERESTRELO, Afonso de Melo Cid — 33
PESSOA, Fernando — 56
PETAIN (Marechal) — 24
PINA, Luis da Camara — 69
PINHEIRO, Diniz Bordalo — 9, 10
PINHEIRO, Pedro Bordalo — 9
PINHO, D. Moisés Alves de — 36
PINTASSILGO, Maria de Lourdes — 71
PINTO, Gen. Adolfo do Amaral Abranches — 34, 57
PINTO, Clotário Luis Supico — 1
PINTO, Gen. Francisco José — 21, 23
PIRES, Domingos Rosado Vitória — 74

FONTES, Cônego Joaquim Martins — 43
PRETO, Francisco Rolão — 13, 18
PROENÇA, Raul — 5
QUEIROZ, Antonio Eça de — 9, 10, 67
QUINTANILHA, Aurélio — 39
RADCLIFE, Lord — 70
RAMADIER (Presidente) — 72
RAMALHO, Antônio de Magalhães — 74
RAMOS, Gustavo Cordeiro — 47
RAPOSO, José Hipólito — 28
REBELO, Jose Pequito — 55
REBELO, Luis Francisco — 20
REGIO, José — 67
REIS, Albino Pinto dos — 10, 11, 45, 47, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 65, 79, 83
REIS, Mons. José Manuel Pereira dos — 2
REIS, Norberto Cardigos dos — 1
REMEDIOS, Joaquim Mendes dos — 5, 19
RESENDE, Flavio — 47
RIBEIRO, Antônio Lopes — 58
RIBEIRO, Aquilino — 67
RIBEIRO, Mário de Sampaio — 20
RIBEIRO, Orlando da Cunha — 1
ROCHETA, Manuel Ferrajota — 23
RODO, D. Laureano Lopes — 28, 72
RODRIGUES, Amalia — 68
RODRIGUES, Manuel Maria Sarmento — 33, 54, 58, 65
RODRIGUES, Junior, Manuel — 3, 5, 10, 19, 29, 79
ROOSEVELT, Franklin — 21, 24, 26
ROSA, João Pereira da — 10, 69
ROSA, Ruben — 22
RUAS, Oscar — 35
SA, Pedro Moura e — 3
SALGADO FILHO — 22
SAMPAIO, Luis Teixeira de — 12, 14, 17, 30, 68
SANCHES, Rui Alves da Silva — 41
SANTOS, Reinaldo dos — 22, 23, 47
SANTOS, Reinaldo dos — 22, 23, 47, 76
SARDINHA, Antonio — 18, 55, 56
SCHWALBACH, Eduardo — 51
SELVAGEM, Carlos (V. Santos, Carlos Afonso dos)
SERGIO, Antonio — 5, 55, 71, 81
SERRA, Adriano Vaz — 29
SERRANO SUÑER — 17
SILVA, Antonio Judice Bustorff — 55
SILVA, Antonio Manuel Corrêa da — 33
SILVA, Fernando Emidio da — 66
SILVA, João Serras e — 20
SILVA, José Maria Ribeiro da — 33
SMUTS (Primeiro Ministro da Africa do Sul) — 33, 34
SOARES, José Carlos Macedo — 22
SOUSA, Abilio A. Valdez Passos e — 5
SOUSA, Carlos Salazar de — 25
SOUSA, Gen. Daniel de — 27
SOUSA, José Fernando de — 3
SOUSA, Manuel Alberto de Andrade e — 35
SOUSA, Mario Pais de — 12, 20, 25, 27
SPAAK, Paul — 34, 68, 72, 73
TEIXEIRA, Francisco Pinto — 34
TEIXEIRA, Gabriel Maurício — 35, 59
TERÇAS, Pe. José Alves — 3
TINOCO, Antonio Lepierre — 13
TOMAZ, Américo Deus Rodrigues — 1, 33, 36, 49, 58, 79, 80, 83, 84
TUCKER, John — 36
ULRICH, Rui — 14
VALADÃO, Haroldo — 22, 23
VAN ACKER (Primeiro Ministro belga) — 68, 73
VARGAS, Getúlio — 21, 22
VASCONCELOS, Casimiro de — 48
VAZ, Rui de Morais — 20, 46
VENTURA, Raul Jorge Rodrigues — 75
VICENTE, Arlindo — 81
VIEIRA, Afonso Lopes — 56
VIGON, Manuel França — 50
VILHENA, Ernesto de — 33
VITAL, Domingos Fezas — 8, 12, 66
ZOLU — 73